ESTE DOCUMENTO É UMA MINUTA INICIAL SUJEITA A ALTERAÇÕES E COMPLEMENTAÇÕES, TENDO SIDO ARQUIVADO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS PARA FINS EXCLUSIVOS DE ANÁLISE E EXIGÊNCIAS POR PARTE DESSA AUTARQUIA. ESTE DOCUMENTO, PORTANTO, NÃO SE CARACTERIZA COMO O PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA E NÃO CONSTITUI UMA OFERTA DE VENDA OU UMA SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE COMPRA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO BRASIL, NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA OU EM QUALQUER OUTRA JURISDIÇÃO, SENDO QUE QUALQUER OFERTA OU SOLICITAÇÃO PARA OFERTA DE AQUISIÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS SÓ SERÁ FEITA POR MEIO DE UM PROSPECTO DEFINITIVO. OS POTENCIAIS INVESTIDORES NÃO DEVEM TOMAR NENHUMA DECISÃO DE INVESTIMENTO COM BASE NAS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTA MINUTA.

MINUTA DO PROSPECTO PRELIMINAR DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Em processo de obtenção de registro de emissor de valores mobiliários categoria "A"
CNPJ/ME nº 05.303.439/0001-07
NIRE 35.300.192.087
Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, Sala Unigel Participações,
Cidade Monções CEP 04571-010, São Paulo, SP.
Código de negociação das Ações Ordinárias na B3: "**[●]**"
Código ISIN das Ações Ordinárias: "**[●]**"
Valor da Distribuição: R$[●]

No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[●] e R$[●], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

A Unigel Participações S.A. ("Companhia"), a Cigel Participações S.A. ("Acionista Vendedor"), em conjunto com o Banco Morgan Stanley S.A. ("Coordenador Líder"), o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America" ou "Agente Estabilizador"), e a XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("XP"), o Banco BTG Pactual S.A.("BTG Pactual") e o Banco Safra S.A. ("Banco Safra" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, a XP e o BTG Pactual, os "Coordenadores da Oferta"), estão realizando uma oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da Companhia, a serem emitidas pela Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, no Brasil, com esforços de colocação no exterior ("Oferta").

A Oferta consistirá (i) na distribuição pública primária de, inicialmente, [•] novas ações ordinárias de emissão da Companhia ("Oferta Primária" e "Ações da Oferta Primária"); e (ii) na distribuição pública secundária de, inicialmente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor ("Oferta Secundária" e "Ações da Oferta Secundária", sendo que as Ações da Oferta Secundária, em conjunto com as Ações da Oferta Primária, serão denominadas "Ações"), e será realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, e contará com a participação de determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta "Instituições Participantes da Oferta"), observado o disposto na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais normativos aplicáveis, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado" e "Novo Mercado", respectivamente) e o disposto no "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", atualmente em vigor, editado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA ("Código ANBIMA").

Serão também realizados, simultaneamente, pelo Morgan Stanley & Co. LLC, pelo BofA Securities, Inc., pela XP Investments US, LLC, pelo BTG Pactual US Capital, LLC, e pelo Safra Securities, LLC, (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional"), em conformidade com o "*Placement Facilitation Agreement*", a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, os Agentes de Colocação Internacional ("Contrato de Colocação Internacional"), esforços de colocação das Ações no exterior (i) nos Estados Unidos da América exclusivamente para pessoas razoavelmente consideradas investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), conforme definidos na *Rule 144A* do *Securities Act* de 1933, editado pela *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC") conforme alterado ("*Securities Act*"); e (ii) nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis desse país *U.S. Persons*, em conformidade com o *Regulation S* editado pela SEC âmbito do *Securities Act*, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos (i) e (ii) em operações isentas de registro nos Estados Unidos da América, em conformidade com o *Securities Act* e aos regulamentos editados sob amparo do *Securities Act*, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos da América sobre títulos e valores mobiliários (os investidores descritos nos itens "i" e "ii" acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros") que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional e/ou pela CVM, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, que não o Brasil, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, serão realizados em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início (conforme definido neste Prospecto), a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares, conforme definido abaixo), poderá, a critério da Companhia e do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até [•] ações, sendo [•] ações de emissão da Companhia e [•] ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), ou seja, em até [•] ações, sendo [•] ações de emissão da Companhia e [•] ações de emissão da Companhia, de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Suplementares"), conforme opção para distribuição de tais Ações Suplementares a ser outorgada pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Unigel Participações S.A. ("Contrato de Colocação"), a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente-anuente, a B3, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação de serviços de estabilização do preço das Ações ("Opção de Ações Suplementares"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido abaixo). As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Colocação. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

As ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no Novo Mercado, segmento especial de negociação de ações da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 ("Regulamento do Novo Mercado"), sob o código de negociação "[•]".

As Ações (considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta de forma individual e não solidária, em regime de garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Colocação e deste Prospecto. As Ações que forem objeto de esforços de venda no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros serão obrigatoriamente subscritas e integralizadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ("Faixa Indicativa"), podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa ("Preço por Ação"). Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada neste Prospecto. O Preço por Ação será fixado após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, conduzido pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44, ambos da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"). O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletada junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas ou adquiridas será aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Caso não haja excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), os Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas (conforme definido neste Prospecto) poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* até o limite máximo de [20%] das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). **Os Investidores Não Institucionais não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de determinação do Preço por Ação.**

	Preço (R$)(1)	Comissões (R$)(2)(4)	Recursos Líquidos (R$)(2)(3)(4)
Preço por Ação	[•]	[•]	[•]
Oferta Primária	[•]	[•]	[•]
Oferta Secundária	[•]	[•]	[•]
Total da Oferta	[•]	[•]	[•]

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•] ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.
(2) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais.
(3) Sem dedução das despesas da Oferta.
(4) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção ["Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição"], na página 57 deste Prospecto.

A autorização para a realização da Oferta Primária, mediante aumento do capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, bem como seus termos e condições, a autorização para a administração da Companhia realizar a submissão do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado e a alteração e consolidação de seu estatuto social para refletir os ajustes necessários pelo Novo Mercado, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 10 de agosto de 2021, cuja ata [está em processo de registro / foi registrada] perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "O Dia SP" em [•] de [•] de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal "O Dia SP" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP no dia útil subsequente.

A Oferta Secundária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do Acionista Vendedor realizada em 10 de agosto de 2021. Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelo Acionista Vendedor na Oferta, bem como o montante a ser recebido por cada uma, veja a seção ["*Informações Sobre a Oferta – Quantidade, montante e recursos líquidos*"], página 52 deste Prospecto.

Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos e em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

É admissível o recebimento de reservas, a partir de [•], para subscrição/aquisição de Ações, as quais somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do período de distribuição.

"O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que o registro da Oferta foi requerido junto à CVM em [•] de [•] de 2021.

Este Prospecto Preliminar não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de subscrição/aquisição e integralização/liquidação das Ações. Ao decidir subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, das atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES ["SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO DA COMPANHIA"] E ["FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES"], A PARTIR DAS PÁGINAS 27 E 90, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO E TAMBÉM A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA UMA DESCRIÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À SUBSCRIÇÃO/AQUISIÇÃO DE AÇÕES QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO.

Autorregulação ANBIMA – Ofertas Públicas

Coordenadores da Oferta

Morgan Stanley – Coordenador Líder

BANK OF AMERICA – Agente Estabilizador

btg pactual

XP investment banking

Safra Investment Bank

A data deste Prospecto Preliminar é [•].

As informações contidas neste Prospecto Preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito. Este Prospecto Preliminar está sujeito à complementação e correção. O Prospecto Definitivo estará disponível nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia; das Instituições Participantes da Oferta Brasileira; das entidades administradoras de mercado organizado de valores mobiliários onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos à negociação; e da CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SUMÁRIO

DEFINIÇÕES **1**
TERMOS USADOS PELA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA **9**
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **12**
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO **13**
SUMÁRIO DA COMPANHIA **16**
SUMÁRIO DA OFERTA **31**
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA **50**
Composição do Capital Social 50
Principais Acionistas e Administradores 51
Identificação do Acionista Vendedor 52
Quantidade, montante e recursos líquidos 52
Descrição da Oferta 54
Aprovações Societárias 55
Preço por Ação 55
Custos de Distribuição 57
Instituições Participantes da Oferta 61
Direito de Preferência 61
Público Alvo 61
Cronograma Estimado da Oferta 62
Procedimento da Oferta 63
Oferta Não Institucional 66
Oferta Institucional 76
Prazos da Oferta e Data de Liquidação 78
Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional 79
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta 80
Contrato de Estabilização 82
Negociação das Ações na B3 82
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações 82
Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva 84
Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações 84
Formador de Mercado 84
Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*) 85
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta 86
Suspensão ou Cancelamento da Oferta 87
Inadequação da Oferta 88
Condições a que a Oferta esteja submetida 88
Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta 88
Companhia 88
Coordenadores da Oferta 88
Coordenador Líder 88
Informações Adicionais 89
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES **90**
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA **99**
Morgan Stanley 99
Bank of America 100
XP 100

BTG Pactual 103
Banco Safra 104
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA 107
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder 107
Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America 108
Relacionamento entre a Companhia e a XP 109
Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual 110
Relacionamento entre a Companhia e o Banco Safra 111
RELACIONAMENTO ENTRE O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA 113
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder 113
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Bank of America 113
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e a XP 114
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual 114
Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Banco Safra 115
INFORMAÇÕES ADICIONAIS 116
Companhia 116
Coordenadores da Oferta 116
Instituições Consorciadas 117
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES, CONSULTORES E AUDITORES 118
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 120
CAPITALIZAÇÃO 122
DILUIÇÃO 123
ANEXOS 127
ANEXO I DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018, BEM COMO AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS, AUDITADAS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES DA COMPANHIA E INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS – ITR RELATIVAS AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2021, BEM COMO AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS, REVISADAS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES DA COMPANHIA 131
ANEXO II ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA 341
ANEXO III ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA COMPANHIA QUE AUTORIZOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA 365
ANEXO IV ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DO ACIONISTA VENDEDOR QUE AUTORIZOU SUA PARTICIPAÇÃO NA OFERTA 371
ANEXO V MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO 375
ANEXO VI DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 381
ANEXO VII DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO ACIONISTA VENDEDOR PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 387
ANEXO VIII DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400 393
ANEXO IX FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, ELABORADO NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480 399

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, "Companhia", "Unigel Participações S.A." ou "nós" referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, à Unigel Participações S.A. e suas subsidiárias, em conjunto, na data deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, conforme aplicável.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção ["Sumário da Oferta"], na página 31 deste Prospecto.

Acionista Vendedor	Cigel Participações S.A.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco Safra	Banco Safra S.A.
Bank of America	Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Banco BTG	Banco BTG Pactual S.A.
Câmara de Arbitragem do Mercado	A câmara de arbitragem prevista no Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela B3, destinada a atuar na composição de conflitos que possam surgir nos segmentos especiais de listagem da B3.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, editado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.

Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Companhia	Unigel Participações S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, que até a data deste Prospecto não havia sido instalado.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado a ser celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, até a data de divulgação do Anúncio de Início, data na qual o referido contrato entrará em vigor, por meio do qual a Companhia aderirá ao Novo Mercado. A adesão ao Novo Mercado pela Companhia estará sujeita à divulgação do Anúncio de Início.
CPF/ME	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
Dívida Líquida	É calculada somando empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, menos nosso caixa e disponibilidades. A Dívida Líquida é um indicador não contábil e não é um indicador reconhecido pelas IFRS. Nossa definição de Dívida Líquida não pode ser comparável à dívida líquida usada pelas outras empresas e não é um indicador de fluxo de caixa, liquidez ou de recursos disponíveis para serviço da dívida. Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência.
Dívida Líquida (com *hedge*)	A Dívida Líquida (com *hedge*) corresponde a Dívida Líquida ajustada pelo Valor intrínseco do *swap*, que reflete o valor imediato do derivativo em relação ao preço do ativo objeto, nesse caso o dólar americano. A Dívida Líquida (com *hedge*) é um indicador não contábil e não é um indicador reconhecido pelas IFRS. Nossa definição de Dívida Líquida (com *hedge*) não pode ser comparável à dívida líquida (com *hedge*) usada pelas outras empresas e não é um indicador de fluxo de caixa, liquidez ou de recursos disponíveis para serviço da dívida. Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência.
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	É calculada como a Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado para o exercício pertinente. Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência.

DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
EBITDA	É calculado como lucro (prejuízo) líquido do período ajustado pelas despesas financeiras líquidas, impostos de renda e de contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA é um indicador não contábil e não é um indicador reconhecido pelas IFRS e BRGAAP. O EBITDA não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, um indicador do desempenho operacional ou uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador da nossa liquidez. Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência.
EBITDA Ajustado	O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA, realizando ajustes que visam melhorar a comparabilidade de sua performance ao longo do tempo, eliminando os seguintes efeitos: (a) ganho (perda) na venda de ativos; (b) perda na alienação de investimentos; (c) reestruturação – indenizações; (d) despesas com plantas paradas durante a pandemia (gastos relacionados a modificações feitas em nossas plantas para prevenir contaminações, assim como custos fixos relacionados à hibernação temporária de plantas durante o início da crise pandêmica); (d) despesas de parada de planta (paradas em 2019, relacionadas à falta de matérias-primas); e (e) ganho decorrente do reconhecimento de créditos de ICMS na base do PIS/COFINS dos 5 anos anteriores à decisão do STF sobre o assunto (modulação de efeitos). Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, incorporado por referência a este Prospecto.
Governo Federal	Governo Federal do Brasil.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IHS	IHS Markit.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 358	Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.

Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Margem EBITDA Ajustado	A Margem EBITDA Ajustado é computada dividindo o EBITDA Ajustado pela receita líquida. A Margem EBITDA Ajustado é um indicador não contábil e não é um indicador reconhecido pela IFRS e BRGAAP. A Margem EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e não deve ser considerada como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, um indicador do nosso desempenho operacional ou uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador da liquidez. Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência.
Morgan Stanley	Banco Morgan Stanley S.A.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da B3 com regras diferenciadas de governança corporativa.
Oferta	A Oferta Primária e a Oferta Secundária, consideradas em conjunto.
Oferta de Varejo	Oferta destinada aos Investidores de Varejo que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, observado o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) da totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, e de, no máximo, 20% (vinte por cento) da totalidade das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, será destinado, prioritariamente, à colocação pública junto a Investidores de Varejo que tenham realizado Pedido de Reserva.

Oferta de Varejo *Lock-up*	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores de Varejo *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo *Lock-up* (i) de até 7% (sete por cento) do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 7% (sete por cento) do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta de Varejo Sem *Lock-up*	No contexto da Oferta de Varejo, a distribuição pública aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* de (i) de até 3% (três por cento) do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 3% (três por cento) do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta do Segmento *Private*	Oferta aos Investidores *Private*, no montante máximo de 10% (dez por cento) das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), a qual compreende a Oferta do Segmento Private *Lock-up* e Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*.
Oferta do Segmento *Private Lock-up*	No contexto da Oferta do Segmento *Private*, a distribuição pública aos Investidores *Private Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores *Private Lock-up* (i) de até 1% (um por cento) do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 1% (um por cento) do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.
Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*	No contexto da Oferta do Segmento *Private*, a distribuição pública aos Investidores *Private* Sem *Lock-up*, sendo certo que, caso haja demanda de Investidores *Private* Sem *Lock-up* (i) de até 0,5% (meio por cento) do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 0,5% (meio por cento) do total das Ações, a alocação, respeitado o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

Oferta Primária	A distribuição pública primária de, inicialmente, [•] Ações, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio dos Coordenadores da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de, inicialmente, [•] Ações de titularidade do Acionista Vendedor, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio dos Coordenadores da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.
Offering Memoranda	*Preliminary Offering Memorandum* e o *Final Offering Memorandum*, conforme definidos no Contrato de Distribuição Internacional, considerados em conjunto.
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Unigel Participações S.A. e seus anexos e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Este Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Unigel Participações S.A. e seus anexos e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Definitivo e o Prospecto Preliminar, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Rule 144A	*Rule 144A* editada ao amparo do *Securities Act.*
Regulamento de Arbitragem	Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela B3, inclusive suas posteriores modificações, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na cláusula compromissória inserida no Estatuto Social da Companhia e constante dos termos de anuência dos administradores, membros do Conselho Fiscal e dos Acionistas Controladores.

Regulamento do Novo Mercado	Regulamento do Novo Mercado editado pela B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seus acionistas controladores.
***Regulation* S**	*Regulation S* do *Securities Act* de 1933, conforme alterada, dos Estados Unidos.
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de setembro de 2014.
Resolução CVM nº 13	Resolução CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020, conforme alterada.
Resolução CVM 27	Resolução da CVM nº 27, de 8 de abril de 2021.
Resolução CVM 30	Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021.
Resolução CVM 35	Resolução da CVM nº 35, de 27 de maio de 2021.
ROIC	O ROIC (*Return On Invested Capital*) ou Retorno sobre Capital Investido é uma medida não contábil divulgada pela Companhia e calculado pela divisão do Retorno, ou *"NOPAT" (Net Operating Profit After Tax*), pelo Capital Investido. O Retorno *(NOPAT)* é calculado a partir do resultado operacional dos últimos 12 meses, deduzido do imposto de renda teórico, que é calculado pela multiplicação do resultado operacional pela alíquita teórica de 34%. O Capital Investido é calculado pela Companhia através da soma da dívida líquida (com *hedge*) com o Patrimônio Líquido total. O ROIC é um indicador não contábil e não é um indicador reconhecido pelas BRGAAP. O ROIC não possui significado padronizado e não deve ser considerada como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, um indicador do nosso desempenho operacional ou uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador da liquidez. Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência.
ROIC (pre-tax)	O ROIC (pre-tax) é uma variação da ROIC que exclui o efeito do imposto de renda teórico, sendo calculado pela divisão do resultado operacional pelo capital investido. O ROIC (pre-tax) é um indicador não contábil e não é um indicador reconhecido pelas BRGAAP. O ROIC (pre-tax) não possui significado padronizado e não deve ser considerada como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, um indicador do nosso desempenho operacional ou uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador da liquidez. Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência.

SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
XP	XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

TERMOS USADOS PELA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Termo	Significado	Principais usos	No contexto do nosso negócio
ABS	Acrilonitrila-butadieno-estireno.	Usado em materiais de construção, peças automotivas, eletrodomésticos e equipamentos de informática.	A Companhia produz e vende acrilonitrila e estireno, duas das principais matérias-primas para a produção de ABS.
Acetona	Composto orgânico produzido direta ou indiretamente a partir do propeno.	Usado como solvente ou intermediário químico.	A Companhia usa acetona para produzir ACH, que é usado para sintetizar MMA ou EMA.
ACH	Cianidrina acetona. Composto orgânico usado na produção de MMA ou EMA.	Usado como intermediário químico (para sintetizar MMA, EMA ou GMAA).	A Companhia produz ACH, que é usado na produção de MMA, EMA ou GMAA.
Ácido sulfúrico	O ácido sulfúrico é um ácido mineral.	O ácido sulfúrico é utilizado como catalisador na produção de acrilonitrila, HCN e MMA, e para a produção de sulfato de amônio.	A Companhia utiliza ácido sulfúrico para produzir HCN, ACH, MMA, sulfato de amônio e acrilonitrila.
Acrilícos	Classificação genérica para diversos produtos químicos com o mesmo grupo "acrílico" em suas moléculas.	Usado para várias aplicações em diferentes indústrias.	A Companhia acredita ser a única produtora brasileira da maior parte dos produtos deste segmento.
Acrilonitrila	Composto orgânico produzido principalmente como um subproduto da acrilonitrila-fabricar.	Usado como solvente na purificação de butadieno em refinarias e em cromatografia líquida.	A acetonitrila é um subproduto do processo de produção de acrilonitrila da Companhia.
Acrilonitrila	Composto orgânico líquido incolor produzido por meio da amoxidação catalítica do propeno, utilizando propeno e amônia como matérias-primas.	É utilizada na fabricação de fibras acrílicas, resinas plásticas ABS e SAN, borrachas nitrílicas e produtos químicos para purificação da água, entre outras aplicações.	A Companhia produz e vende Acrilonitrila.
Amônia	Composto de nitrogênio e hidrogênio.	Suas principais aplicações são: farmacêutica, fertilizantes de nitrogênio, explosivos, coloração de tecidos e alimentos. Ainda, pode ser vendido, utilizado como matéria prima para acrílicos, ou convertida em fertilizante.	A Companhia é a única produtora de amônia no Brasil, com 2,5 milhões de toneladas de capacidade instalada.
Arla	Reagente composto por 32,5% de ureia de alta pureza em água desmineralizada, transparente, não inflamável e não tóxico.	Utilizado juntamente com o sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR) para reduzir quimicamente a emissão de óxido de nitrogênio nos gases de escape dos veículos movidos a diesel.	A Companhia produz ARLA no Brasil.

Termo	Significado	Principais usos	No contexto do nosso negócio
Chapas acrílicas	As chapas acrílicas são produtos de uso final, produzidos a partir do MMA (metil metacrilato).	As chapas acrílicas possuem diversas aplicações. Em substituição ao vidro e a outros materiais, são utilizadas em soluções arquitetônicas, mobiliários e artigos de decoração.	A Companhia produz chapas acrílicas no Brasil e no México.
Cianeto de sódio	É um composto inorgânico produzido a partir do ácido cianídrico (HCN) e do hidróxido de sódio (soda cáustica).	Usado principalmente para extrair ouro e outros metais preciosos na indústria de mineração.	A Companhia produz e vende Cianeto de sódio.
EMA	Etilmetacrilato ou metacrilato de etila é um composto orgânico.	O EMA pode ser utilizado na composição de tintas, vernizes e borrachas, em próteses médicas e dentárias, entre outros usos.	A Companhia produz EMA na unidade de Candeiras (BA), com capacidade nominal de produção de 90 kt/ano.
Estireno	O estireno é um composto orgânico destinado a produção de resinas plásticas e outros co-polímeros.	Usado na produção de poliestireno (PS) e de diversos outros co-polímeros, tais como resinas ABS (acrilonitrila-butadieno-estireno), látexes SA (estireno-acrilato) e SB (estireno-butadieno), borrachas SBR (estireno-butadieno), entre outros.	A Companhia produz e vende estireno e utiliza o estireno como matéria-prima para a produção de poliestireno e látices.
Etanol	Álcool etílico.	Usado como combustível para veículos, como desinfetante e como intermediário químico (para produzir eteno, EMA etc.).	A Companhia usa etanol como matéria prima para produzir metacrilato de etila (EMA).
Etilbenzeno	Composto orgânico.	Usado como intermediário químico (para produzir estireno).	A Companhia produz Etilbenzeno.
Gás Natural	Mistura de derivados de combustíveis fósseis.	Usado na indústria química, combustível para veículos, geração de energia etc.	A Companhia usa gás natural como matéria-prima para produzir HCN e como combustível para a produção de vapor.
GMAA	Ácido metacrílico glacial é um monômero orgânico produzido a partir da hidrólise da ACH.	Utilizado na indústria química como espessante de produtos à base de acrílico e também como comonômero para agregar dureza e brilho a polímeros.	A Companhia produz GMAA utilizando tecnologia proprietária desenvolvida na década de 2010.
HCN	Ácido cianídrico é um composto químico e um gás venenoso.	Usado como precursor para produzir cianetos, cianidrinas, metionina e outros produtos químicos.	A Companhia usa HCN como o precursor para produzir cianeto de sódio e ACH.

Termo	Significado	Principais usos	No contexto do nosso negócio
Látex	O látex é uma dispersão aquosa de polímeros, que pode ser encontrado na natureza ou sintetizado. Os látices sintéticos são fabricados pela polimerização de monômeros, como o estireno.	Os látices sintéticos são fabricados pela polimerização de monômeros, como o estireno.	A Unigel produz dois tipos de látices sintéticos: látex SA (estireno-acrilato de butila) e látex SB (estireno-butadieno). Em 2020, a Unigel comercializou 32.861 tons de látex, sendo 32.324 tons no mercado brasileiro (ou 98,4% do total comercializado).
Metacrilato	Classificação genérica para agrupar MMA, EMA e outros metacrilatos.	Utilizado na indústria química, produção de chapas acrílicas, revestimentos etc.	A Companhia produz Metil metacrilato (MMA) e metacrilato de etila (EMA).
Metanol	Álcool metílico.	Usado na indústria química, combustível para veículos, produção de gás de síntese etc.	A Companhia usa metanol como matéria-prima para a produção de metacrilato de metila (MMA).
MMA	Metil metacrilato ou metacrilato de metila.	É um monômero utilizado na produção das resinas termoplásticas de PMMA, além de outros copolímeros tais como ácido metacrílico (MAA).	É produzido pela Companhia por meio da rota de produção da acetona cianidrina, principal rota de produção global de MMA, utilizando metanol e acetona cianidrina como matérias-primas.
PMMA	O polimetilmetacrilato é uma resina termoplástica de metacrilato de metila polimerizado.	Utilizado principalmente na fabricação de autopeças, além de tintas e revestimentos. É uma alternativa resistente à quebra de vidro, com propriedades superiores de intempéries.	A Companhia Produz PMMA pelo processo de polimerização da MMA.
Poliestireno	O poliestireno é uma resina termoplástica resultante da polimerização do estireno.	Usado em embalagens, produtos de consumo, eletrônicos / eletrodomésticos, construção.	A Companhia Produz poliestireno por polimerização em massa contínua de estireno.
Propeno	Composto orgânico insaturado, normalmente resulta do craqueamento da nafta ou do refino de petróleo e gás.	Usado principalmente para a produção de polipropileno, também é matéria-prima para a produção de outros produtos químicos, como a acrilonitrila.	A Companhia usa propeno para produzir acrilonitrila.
SAN	SAN é uma resina de estireno e acrilonitrila.	Os usos incluem recipientes para alimentos, garrafas de água, utensílios de cozinha, produtos de informática, material de embalagem, caixas de baterias e fibras ópticas de plástico.	A Comapanhia produz e vende SAN.
Sulfato de amônio	Composto inorgânico.	Utilizado principalmente como fertilizante, também é utilizado como aditivo alimentar e no curtimento de couro.	A Companhia produz sulfato de amônio no Brasil.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Unigel Participações S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.303.439/0001-07, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.192.087.
Registro na CVM	Em fase de registro como emissora de valores mobiliários categoria "A" perante a CVM.
Sede	Localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, Sala Unigel Participações, Cidade Monções CEP 04571-010.
Diretoria de Relações com Investidores	O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Luiz Felipe Setten Fustaino. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 2504-6001 e o seu endereço eletrônico é ri@unigel.com.br.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código "[•]", a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à publicação do Anúncio de Início.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "O Dia SP".
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência.
Website	http://invest.unigel.com.br/. As informações constantes no *website* da Companhia não são parte integrante deste Prospecto e não estão a ele incorporadas por referência.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações futuras, principalmente, nas seções ["Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia"] e ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações"], a partir das páginas 27 e 90, respectivamente, deste Prospecto, bem como nos itens "4. Fatores de Risco", "7. Atividades do Emissor" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência incorporado por referência a este Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações futuras se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Embora a Companhia acredite que essas estimativas e declarações futuras sejam baseadas em premissas razoáveis, elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que dispomos atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- capacidade da Companhia de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta à, ou para amenizar os impactos da, pandemia de COVID-19 nos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira da Companhia;

- capacidade da Companhia de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento dos clientes da Companhia em razão da pandemia de COVID-19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;

- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação ambiental no Brasil;

- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego e crescimento populacional;

- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento, fabricação e posterior comercialização de produtos;

- atrasos, excesso ou aumento de custos não previstos na implantação ou execução de nossos projetos;

- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;

- nossa capacidade de obter, manter e renovar as autorizações e licenças governamentais aplicáveis, inclusive ambientais que viabilizem nossos projetos;

- fatores negativos ou tendências que podem afetar nossos negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de nossas operações;

- nosso nível de capitalização e endividamento e nossa capacidade de contratar novos financiamentos e executar o nosso plano de expansão;

- os efeitos econômicos, financeiros, políticos e sanitários da pandemia de COVID-19 (ou outras pandemias, epidemias e crises similares) particularmente no Brasil e na medida em que continuem a causar graves efeitos macroeconômicos negativos, portanto, aumentando muitos dos outros riscos descritos na seção de Fatores de Risco do Formulário de Referência; e

- fatores de risco discutidos nas seções ["Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco relativos à Companhia"] e ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações"], a partir das páginas 27 e 90, respectivamente, deste Prospecto, bem como na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro. As palavras "acredita", "pode", "poderá", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, de forma que a Companhia não pode assegurar que atualizará ou revisará quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não representam qualquer garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras constantes neste Prospecto e no Formulário de Referência.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações futuras contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS NESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS EM RAZÃO DA DISPONIBILIZAÇÃO DE NOVA INFORMAÇÃO, OCORRÊNCIA DE EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este Sumário contém um resumo das atividades e das informações financeiras e operacionais da Companhia e suas controladas, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e do Formulário de Referência. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir nas Ações. Antes de tomar sua decisão em investir nas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atenciosamente todo este Prospecto Preliminar e o Formulário de Referência, em especial as informações contidas nas seções "Considerações Sobre Estimativas e Perspectivas Acerca do Futuro" e "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" deste Prospecto Preliminar, nas seções "3. Informações Financeiras Selecionadas", "4. Fatores de Risco" e "10. Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência, bem como nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto Preliminar. Declaramos que as informações constantes neste Sumário são consistentes com as informações do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto Preliminar, nos termos do inciso II, parágrafo 3º, do artigo 40 da Instrução CVM 400. A menos que o contexto exija outra interpretação, os termos "nós", "nossos" e "nossa Companhia" referem-se à Companhia e a suas controladas (também denominadas, em conjunto, "Unigel").

VISÃO GERAL

Somos uma indústria brasileira com portfólio diversificado de produtos químicos intermediários, com posição de liderança em produção e comercialização de estirênicos e acrílicos na América Latina, com base em dados da IHS Markit ("IHS"). Além disso, nos tornamos em 2021 o único produtor em atividade com capacidade instalada para fabricar e distribuir ureia, importante fertilizante nitrogenado, em escala industrial no Brasil, com a operação de duas fábricas arrendadas para nós pela Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras").

Nosso histórico operacional começou em 1966, quando iniciamos a produção de resinas termoplásticas com tecnologia proprietária no estado de São Paulo, Brasil. Ao longo de mais de cinco décadas, evoluímos nosso modelo de negócio e expandimos nossas capacidades e competências operacionais e comerciais. Atualmente, nossas operações são verticalmente integradas, com diversas instalações industriais no Brasil e no México.

Em 30 de junho de 2021, tínhamos a segunda maior capacidade nominal de produção de estireno e poliestireno na América Latina, com base em dados da IHS, consultoria de renome na indústria petroquímica. Também em 30 de junho de 2021, de acordo com a IHS, éramos o único produtor de acrilonitrila e MMA na América Latina. Além disso, com a operação das duas fábricas de fertilizantes nitrogenados arrendadas para nós localizadas na Bahia e em Sergipe, somos o maior produtor de amônia e o único produtor de ureia no Brasil com base em dados da IHS, e esperamos nos tornar líderes de venda neste segmento de mercado ao longo dos próximos anos.

Operamos diversas fábricas de produtos químicos no Brasil (localizadas nos estados da Bahia, Sergipe e São Paulo) e no México (localizadas nos estados do México, San Luis Potosi e Veracruz), estrategicamente posicionadas perto (i) dos complexos petroquímicos, de onde recebemos nossas principais matérias-primas, (ii) de nossos principais mercados consumidores e (iii) de terminais marítimos que facilitam tanto a exportação dos nossos principais produtos como a importação de algumas das nossas matérias-primas. Com um portfólio bastante diversificado, oferecemos produtos essenciais a clientes de uma ampla gama de indústrias, incluindo construção civil, automotiva, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, agricultura, têxtil, mineração, embalagens e a indústria de cuidados com a saúde.

Nas últimas cinco décadas, desenvolvemos relacionamentos sólidos com aqueles que acreditamos serem os maiores fornecedores e clientes finais da indústria petroquímica na América Latina, construímos instalações modernas com tecnologia avançada, e desenvolvemos tecnologia de propriedade exclusiva para fornecer aos nossos clientes soluções e produtos inovadores.

Implementamos, ainda, o Centro de Inovação e Tecnologia Unigel ("CITU"). Este centro possui laboratórios e plantas-piloto para apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de novos processos e produtos e a melhoria dos já existentes, buscando sempre o desenvolvimento sustentável. Nossos esforços de inovação nos permitiram desenvolver novos produtos e soluções como, por exemplo, os plásticos Ecogel, os fertilizantes Aquagel e o ácido metacrílico glacial (GMAA). O Ecogel® foi lançado em outubro de 2020 com o objetivo de englobar os produtos do nosso portfólio que utilizam materiais reciclados pós-consumo como matéria-prima. Acreditamos que este é um passo estratégico e importante para nos posicionarmos como um fornecedor de soluções sustentáveis para várias indústrias, contribuindo para o desenvolvimento da economia circular nos nossos segmentos de atuação. O Aquagel é um fertilizante desenvolvido a partir de resíduos gerados na cadeia produtiva do segmento de Acrílicos, que se tornou um produto após diversos testes que provaram sua eficácia agronômica.

Com o nosso desenvolvimento tecnológico, acreditamos ser o único produtor de ácido metacrílico glacial (GMAA) na América Latina. O produto complementa o portfólio de soluções para o mercado de revestimentos e acreditamos que nos posicionará para substituir as importações do produto pelas indústrias consumidoras no Brasil. A inovação desenvolvida pela Unigel no CITU é orientada para soluções ecologicamente corretas, mantém o parque industrial da Companhia tecnologicamente atualizado e permite o desenvolvimento de produtos adequados à demanda da indústria brasileira.

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, nossa receita líquida consolidada foi de R$3.260,5 milhões e R$1.207,8 milhões, respectivamente, e o resultado líquido dos mesmos períodos foram de lucro líquido de R$597,3 milhões e prejuízo líquido de R$244,2 milhões, respectivamente, enquanto nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a receita líquida consolidada foi de R$3.233,2 milhões, R$3.322,7 milhões e R$3.393,8 milhões, respectivamente, e o resultado do exercício foi de prejuízo líquido de R$7,0 milhões, lucro líquido de R$27,3 milhões e prejuízo líquido de R$31,8 milhões, respectivamente. Ainda, nosso EBITDA Ajustado foi de R$864,1 milhões e R$165,4 milhões, respectivamente, nos períodos de seis meses

findos em 30 de junho de 2021 e 2020 e de R$550,8 milhões, R$420,1 milhões e R$420,3 milhões, respectivamente, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

De forma simplificada, nossos três segmentos de negócios são: Estirênicos, Acrílicos e Agro.

Segmento de Estirênicos ("Estirênicos")

O segmento de estirênicos, voltado primordialmente ao mercado doméstico, consiste na produção e venda de estireno, poliestireno e látex, utilizados principalmente na produção de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, materiais utilizados na construção civil, em embalagens e em descartáveis plásticos. Nossos produtos estirênicos também são vendidos a fabricantes e conversores de produtos químicos. No período de seis meses findos em 30 de junho de 2021, a receita líquida proveniente do segmento de Estirênicos totalizou R$1.598,4 milhões, representando 49,0% da nossa receita líquida consolidada. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a receita líquida proveniente do segmento de Estirênicos totalizou R$1.672,9 milhões, R$1.796,0 milhões e R$1.687,1 milhões, representando, respectivamente, 51,7%, 54,1% e 49,7% da nossa receita líquida consolidada, respectivamente.

Fabricamos nossos produtos estirênicos nos complexos de produção situados no Brasil (nos estados da Bahia e São Paulo):

- ***Bahia:*** Operamos uma unidade de produção em Camaçari, onde fabricamos etilbenzeno e estireno. Em 2018, concluímos investimentos que aumentaram nossa capacidade de produção anual de estireno em 30.000 toneladas. Com isso, em 30 de junho de 2021, nossas unidades produtivas de Estirênicos localizadas na Bahia contavam com uma capacidade de produção nominal combinada anual de 330.000 toneladas de etilbenzeno e 190.000 toneladas de estireno. O etilbenzeno é produzido e utilizado como matéria-prima nas plantas de estireno da Unigel, localizadas em Camaçari (BA) e Cubatão (SP). Parte do estireno produzido em Camaçari é utilizada como matéria-prima nas nossas plantas de poliestireno e látex, situadas no estado de São Paulo.

- ***São Paulo*****:** Operamos instalações industriais situadas em três diferentes municípios no estado de São Paulo: Cubatão, São José dos Campos e Guarujá. Fabricamos estireno em nossa instalação industrial situada no complexo petroquímico de Cubatão, próximo ao porto de Santos, um dos principais portos da América Latina. Em São José dos Campos, operamos uma planta de poliestireno localizada no parque industrial da Bayer. Também operamos uma planta de poliestireno e uma planta de látex situadas na unidade de petroquímicos da Dow Chemical em Guarujá, próxima ao porto de Santos. Em 30 de junho de 2021, nossas unidades industriais localizadas em São Paulo apresentavam uma capacidade de produção nominal combinada anual de 120.000 toneladas de estireno, 310.000 toneladas de poliestireno (incluindo 70.000 toneladas da planta de São José dos Campos que encontram-se ociosas na data deste Prospecto Preliminar) e 42.000 toneladas de látex.

Segmento de Acrílicos ("Acrílicos")

Nosso negócio de acrílicos, voltado primordialmente a mercados internacionais, contempla quatro subdivisões:

- ***Nitrilas:*** baseado na cadeia de produção da acrilonitrila, consiste principalmente na produção e venda de acrilonitrila e acetonitrila.

- ***Metacrilatos:*** consiste principalmente na produção e venda de metil-metacrilato (MMA), etil-metacrilato (EMA) e ácido metacrílico (GMAA).

- ***Chapas Acrílicas:*** concentra as principais operações mexicanas, com a produção e venda de chapas acrílicas *cast*.

- ***Cianeto de sódio***: Consiste na produção e venda de cianeto de sódio, utilizado principalmente na indústria de mineração de ouro e prata como uma alternativa mais segura ao mercúrio. Temos capacidade para produção de cianeto de sódio em base líquida (solução) e em base sólida.

Até 31 de dezembro de 2020, o segmento de Acrílicos incluía, também, uma subdivisão de fertilizantes, que consistia principalmente na produção e venda do sulfato de amônio obtido como coproduto da cadeia produtiva de acrílicos na nossa planta localizada em Candeias. Desde 1º de janeiro de 2021, os resultados relacionados a esta subdivisão passaram a ser reportados no segmento Agro (conforme definido abaixo), em função da maior representatividade do negócio de fertilizantes na Unigel, conforme detalhado mais adiante.

Nossos produtos acrílicos são vendidos principalmente para fabricantes e conversores de produtos químicos. No período de seis meses findos em 30 de junho de 2021, já desconsiderando a operação de fertilizantes, a receita líquida proveniente do segmento de Acrílicos totalizou R$1.401,4 milhões, representando 43,0% da nossa receita líquida consolidada. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quando a operação de fertilizantes ainda integrava este segmento, a receita líquida proveniente do segmento de Acrílicos totalizou R$1.560,3 milhões, R$1.526,7 milhões e R$1.706,7 milhões, representando 48,3%, 45,9% e 50,3% da nossa receita líquida consolidada, respectivamente.

Fabricamos nossos produtos acrílicos nos complexos de produção situados no Brasil (estado da Bahia) e no México (estados do México e San Luis Potosí):

- ***Brasil:*** Operamos unidades de produção localizadas em dois municípios – Camaçari e Candeias – produzindo nitrilas (acrilonitrila e acetonitrila), metacrilatos (MMA, EMA e GMAA), chapas e resinas acrílicas, e cianeto de sódio, bem como produtos intermediários que são exclusivamente utilizados nos nossos processos de produção, tais como ACH e HCN. Além disso, produzimos sulfato de amônio, utilizado como fertilizante e apresentado a partir de 1º de janeiro de 2021 no segmento Agro, no complexo de Candeias. Devido à localização estratégica das nossas instalações e ao nosso modelo de negócio verticalmente integrado, nossas unidades de produção na

Bahia fornecem MMA para nossa produção mexicana de chapas acrílicas. Em 30 de junho de 2021, nossas unidades de produção na Bahia apresentaram uma capacidade de produção nominal combinada anual de 100.000 toneladas de acrilonitrila, 95.000 toneladas de metacrilatos e 36.000 toneladas de cianeto de sódio (considerando apenas solução).

- ***México:*** Operamos duas plantas de chapas acrílicas no México, situadas em Ocoyoacac, no estado do México e em San Luis Potosí, no estado de San Luis Potosí, e uma fábrica de chapas acrílicas extrudadas localizada em Ocoyoacac. Em 30 de junho de 2021, nossas unidades mexicanas de produção apresentavam uma capacidade de produção nominal combinada anual de 18.000 toneladas de chapas acrílicas *cell cast* e 5.000 toneladas para chapas acrílicas extrudadas. Também temos uma planta de ACH em Coatzacoalcos, estado de Veracruz, uma planta de metacrilatos (MMA e EMA) localizada em Cosoleacaque, estado de Veracruz e uma planta de ácido sulfúrico também em Cosoleacaque, estado de Veracruz, todas atualmente ociosas.

Segmento Agro ("Agro")

Desde janeiro de 2021, dada a relevância do segmento de fertilizantes em relação ao grupo consolidado, criamos um novo segmento de negócios, denominado "Agro", que consolida os resultados da nossa operação já existente de fertilizantes, junto com as operações das plantas de fertilizantes nitrogenados arrendadas da Petrobras, ampliando as sinergias operacionais entre os segmentos.

Produzimos nossos produtos Agro nos complexos de produção de fertilizantes nitrogenados situados no Brasil, nas cidades de Laranjeiras, estado de Sergipe, e de Camaçari e Candeias, estado da Bahia.

- ***Laranjeiras (Sergipe):*** Operamos unidades de produção localizadas em Laranjeiras, produzindo amônia, ureia e sulfato de amônio. Em 30 de junho de 2021, nossas unidades de produção de Agro localizadas na Bahia apresentaram uma capacidade de produção nominal combinada anual de 450.000 toneladas de amônia, 650.000 toneladas de ureia e 320.000 toneladas de sulfato de amônio.

- ***Camaçari (Bahia)***: Operamos unidades de produção localizadas em Camaçari, produzindo amônia, ureia e Agente Redutor de Líquido Automotivo (ARLA). Em 30 de junho de 2021, nossas unidades de produção de Agro localizadas na Bahia apresentaram uma capacidade de produção nominal combinada anual de 475.000 toneladas de amônia, 475.000 toneladas de ureia e 220.000 toneladas de ARLA.

- ***Candeias (Bahia)*:** No complexo de acrílicos em Candeias, utilizamos resíduos da cadeia produtiva do segmento de Acrílicos para produção de sulfato de amônio, utilizado como fertilizante. Em 30 de junho de 2021, nossa capacidade de produção nominal anual de sulfato de amônio (considerando apenas sulfato granulado) em Candeias foi de 350.000 toneladas.

O mapa abaixo apresenta a localização e a capacidade de produção nominal anual (em toneladas por exercício) dos principais produtos nas nossas unidades de produção em 30 de junho de 2021:

Principais indicadores operacionais e financeiros

As tabelas a seguir apresentam o resumo das nossas principais informações financeiras e operacionais consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para os períodos de seis e doze meses findos

em 30 de junho de 2021 e 2020. Para informações mais detalhadas sobre as demonstrações contábeis, vide seção 10 do Formulário de Referência.

Informações Financeiras	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Período de 12 meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2021[1]	2020	2019	2018
			(em milhões de reais, exceto %)			
Receita líquida						
Estirênicos	1.598,4	664,3	2.607,0	1.672,9	1.796,0	1.687,1
Acrílicos	1.401,4	489,3	2.472,4	1.560,3	1.526,7	1.706,7
Agro	341,0	54,2	286,8	-(7)	-(7)	-(7)
Eliminações	-80,3	0,0	-80,3	0	0	0
Total da Receita Líquida	**3.260,5**	**1.207,8**	**5.285,9**	**3.233,2**	**3.322,7**	**3.393,8**
Lucro bruto	851,2	100,7	1.254,7	497,1	372,9	440,2
Lucro (prejuízo) líquido do período	708,7	(244,1)	834,5	(7,0)	27,3	(31,8)
EBITDA[2]	1.102,4	126,6	1.315,4	498,5	423,0	397,3
EBITDA Ajustado[3]	864,1	165,3	1.249,6	550,8	420,0	420,3
Margem EBITDA Ajustado[4]	26,5%	13,7%	23,6%	17,0%	12,6%	12,4%
Dívida Líquida (com *hedge*)[5]	2.177,5	1.865,9	2.177,5	1.749,6	1.402,1	1.320,4
Dívida Líquida (com *hedge*) / EBITDA Ajustado(6)	n.a.	n.a.	1,74x	3,19x	3,34x	3,14x

(1) *As métricas referente ao período de doze meses findo em 30 de junho de 2021 foram calculadas considerando as métricas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, adicionando as métricas do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e subtraindo as métricas do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.*

(2) *Calculamos o EBITDA como lucro (prejuízo) líquido do período ajustado pelas despesas financeiras líquidas, impostos de renda e de contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado é um indicador não contábil e não é um indicador reconhecido pelas IFRS. O EBITDA não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, um indicador do desempenho operacional ou uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador da nossa liquidez. Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência.*

(3) *Calculamos o EBITDA Ajustado como nosso lucro (prejuízo) líquido do período ajustado pelas despesas financeiras líquidas, impostos de renda e de contribuição social e depreciação e amortização, ajustado pelos seguintes itens registrados na nossa demonstração de lucros e perdas: lucro do período de operações descontinuadas, líquido de impostos; ganhos (perdas) na venda de ativos, e ativos mantidos para venda; perdas na venda de investimentos; despesas de reestruturação - indenizações; despesas com parada operacional, despesas relacionadas à hibernação de plantas e despesas relacionadas à parada de plantas durante a pandemia. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, um indicador do nosso desempenho operacional ou uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador da nossa liquidez. Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência.*

(4) *A Margem EBITDA Ajustado é computada dividindo o EBITDA Ajustado pelas vendas líquidas. A Margem EBITDA Ajustado é um indicador não contábil e não é um indicador reconhecido pelas IFRS. A Margem EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e não deve ser considerada como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, um indicador do nosso desempenho operacional ou uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador da liquidez. Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência.*

(5) *A Dívida Líquida (com* hedge*) é calculada somando nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, mais o valor intrínseco dos nossos derivativos, menos nosso caixa e disponibilidades. A Dívida Líquida é um indicador não contábil e não é um indicador reconhecido pelas IFRS. Nossa definição de Dívida Líquida não pode ser comparável à dívida líquida usada pelas outras empresas e não é um indicador de fluxo de caixa, liquidez ou de recursos disponíveis para serviço da dívida. Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência.*

(6) *Calculamos a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado como a Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado para o exercício pertinente. Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência.*

(7) *Até 2020, os resultados do negócio de fertilizantes foram reportados junto com o resultado de Acrílicos. A partir de 1° de janeiro de 2021, essas informações passaram a ser reportadas em um segmento específico (Agro). Para fins de comparabilidade, as informações de 30 de junho de 2020 também refletem esse segmento.*

As tabelas abaixo apresentam informações acerca da nossa capacidade de produção nominal anual, volume de produção, taxa de utilização de capacidade e volume de vendas das nossas principais linhas de produtos para os exercícios e períodos indicados:

	Período de doze meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
		(em toneladas)			
Capacidade de produção nominal					
Estirênicos					
Estireno	310.000	310.000	310.000	310.000	295.000
Poliestireno	310.000	310.000	310.000	310.000	310.000
Látex	42.000	42.000	42.000	42.000	42.000
Acrílicos					
Nitrilas[1]	104.000	104.000	104.000	104.000	104.000
Metacrilatos[2]	95.000	95.000	95.000	95.000	95.000
Chapas acrílicas[3]	18.000	18.000	18.000	18.000	18.000
Mineração[4]	36.000	36.000	36.000	36.000	36.000
Agro					
Amônia	925.000	-	-	-	-
Ureia	1.125.000	-	-	-	-
Sulfato de Amônio - Laranjeiras (SE)	320.000	-	-	-	-
Sulfato de Amônio – Candeias (BA)[5]	350.000	350.000	350.000	350.000	350.000
Arla	220.000	-	-	-	-

(1) *Considera capacidade de produção de acrilonitrila e acetonitrila, produzidas no Brasil.*

(2) *Considera capacidade de produção MMA, EMA e GMAA produzidos no Brasil. Não considera capacidade de produção nominal anual de 25.000 toneladas de MMA, atualmente em hibernação.*

(3) *Considera apenas capacidade de produção de Chapas Acrílicas Cast produzidas no México. Não considera capacidade de produção nominal anual de 5.000 toneladas de chapas extrudadas no México e de 6.000 toneladas de chapas acrílicas e de 10.000 toneladas de chapas acrílicas extrudadas no Brasil.*

(4) *Considera apenas capacidade de produção de cianeto de sódio em solução, uma vez que a produção de cianeto sólido utiliza cianeto solução como matéria-prima.*

(5) *Considera apenas capacidade de produção de sulfato de amônio granulado, uma vez que a produção de sulfato de amônio compactado utiliza o granulado como matéria-prima.*

	Período de doze meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2020	2019	2018
	(em toneladas)				
Produção					
Estirênicos					
Estireno	288.168	214.075	236.361	264.043	233.498
Poliestireno	197.446	158.886	169.915	180.397	170.895
Látex	38.828	31.747	32.645	34.873	37.193
Acrílicos					
Nitrilas[1]	83.314	58.991	51.289	92.225	90.740
Metacrilatos[2]	42.031	35.132	37.327	38.696	51.633
Chapas acrílicas[3]	19.257	16.883	18.924	16.602	16.470
Mineração[4]	19.752	16.715	19.206	17.470	15.102
Agro					
Amônia	78.707	-	-	-	-
Ureia	80.500	-	-	-	-
Sulfato de Amônio – Laranjeiras (SE)	-	-	-	-	-
Sulfato de Amônio – Candeias (BA)[5]	141.243	104.077	124.629	107.696	182.428
Arla	-	-	-	-	-

(1) *Considera produção de acrilonitrila e acetonitrila, produzidas no Brasil.*
(2) *Considera MMA, EMA e GMAA produzidos no Brasil.*
(3) *Considera Chapas Acrílicas Cast e Extrudadas produzidas no México. Não considera chapas acrílicas produzidas no Brasil e chapas acrílica extrudada produzida no México.*
(4) *Considera apenas produção de cianeto de sódio em solução, uma vez que a produção de cianeto sólido utiliza cianeto solução como matéria-prima.*
(5) *Considera apenas capacidade de produção de sulfato de amônio granulado, uma vez que a produção de sulfato de amônio compactado utiliza o granulado como matéria-prima.*

	Período de doze meses findo em 30 de junho de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Taxa de utilização de capacidade	2021	2020	2020	2019	2018
Estirênicos					
Estireno	93,0%	69,1%	76,2%	85,2%	75,3%
Poliestireno	63,7%	51,3%	54,8%	58,2%	55,1%
Látex	92,4%	75,6%	77,7%	83,0%	88,6%
Acrílicos					
Nitrilas[1]	80,1%	56,7%	49,3%	88,7%	87,3%
Metacrilatos[2]	44,2%	37,0%	39,3%	40,7%	54,4%
Chapas acrílicas[3]	107,0%	93,8%	105,1%	92,2%	91,5%
Mineração[4]	54,9%	46,4%	53,3%	48,5%	42,0%
Agro					
Amônia	8,5%	-	-	-	-
Ureia	7,2%	-	-	-	-
Sulfato de Amônio – Laranjeiras (SE)	-	-	-	-	-
Sulfato de Amônio – Candeias (BA)[5]	40,4%	29,7%	35,6%	30,8%	52,1%
Arla	-	-	-	-	-

(1) *Considera produção de acrilonitrila e acetonitrila, produzidas no Brasil.*
(2) *Considera MMA, EMA e GMAA produzidos no Brasil.*
(3) *Considera Chapas Acrílicas Cast produzidas no México. Não considera chapas acrílicas produzidas no Brasil e chapas extrudadas produzidas no México.*
(4) *Considera apenas produção de cianeto de sódio em solução, uma vez que a produção de cianeto sólido utiliza cianeto solução como matéria-prima.*
(5) *Considera apenas capacidade de produção de sulfato de amônio granulado, uma vez que a produção de sulfato de amônio compactado utiliza o granulado como matéria-prima.*

	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Últimos doze meses findos em 30 de junho de[8]		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2021	2020	2020	2019	2018
	(em toneladas)						
Vendas[1]							
Estirênicos							
Estireno[2]	64.401	45.110	132.140	115.786	112.848	135.356	97.350
Poliestireno	92.839	65.947	185.899	149.384	159.007	167.634	155.244
Látex	19.746	14.765	37.841	31.472	32.861	34.760	37.211
Acrílicos							
Nitrilas[3]	44.685	11.602	83.699	60.293	50.616	93.694	90.557
Metacrilatos[4]	17.387	13.925	33.882	30.862	30.419	33.136	43.914
Chapas acrílicas[5]	8.449	8.807	18.095	16.656	18.453	16.150	15.915
Mineração[6]	9.246	8.767	18.832	16.733	18.354	17.204	14.914
Agro							
Amônia	10.447	-	10.915	-	468	-	-
Ureia	77.639	-	77.639	-	-	-	-
Sulfato de Amônio – Laranjeiras (SE)[7]	-	-	-	-	-	-	-
Sulfato de Amônio – Candeias (BA)[7]	69.804	56.188	141.052	108.266	127.436	104.401	206.364
Arla	0	0	0	-	-	-	-

(1) *Não considera vendas entre companhias consolidadas pelo Grupo.*
(2) *Não inclui o monômero de estireno consumido na produção de poliestireno e látex.*
(3) *Considera vendas de acrilonitrila e acetonitrila, produzidas no Brasil. Não considera revenda de acrilonitrila pela operação mexicana.*
(4) *Considera venda de MMA, EMA e GMAA produzidos no Brasil. Não considera revenda de MMA pela operação mexicana.*
(5) *Considera venda de Chapas Acrílicas Cast produzidas no México. Não considera venda de chapas acrílicas produzidas no Brasil e chapas extrudadas do México.*

(6) *Considera vendas de cianeto de sódio solução e sólido. Não considera cianeto solução consumido na produção de cianeto sólido.*
(7) *Considera vendas de sulfato granulado e compactado. Não considera sulfato granulado consumido na produção de sulfato compactado.*
(8) *As métricas dos últimos doze meses são calculadas considerando as métricas do exercício social anterior, adicionando as métricas do período de seis meses findo em 30 de junho do exercício em questão e subtraindo as métricas do período de seis meses findo em 30 de junho do exercício social anterior.*

VANTAGENS COMPETITIVAS

Acreditamos que nossas principais vantagens competitivas são:

Ocupamos uma posição de liderança na produção de estirênicos e acrílicos em um mercado amplo e em expansão na América Latina

Em 30 de junho de 2021, tínhamos a segunda maior capacidade nominal de produção de estireno e poliestireno na América Latina (com base em dados da IHS). Com base nos mesmos dados, éramos o único produtor de acrilonitrila e MMA na América Latina. Na mesma data, também estávamos posicionados como o maior produtor de amônia e ureia do Brasil em termos de capacidade instalada (com base nos dados da IHS), e esperamos nos tornar líderes de venda neste segmento de mercado ao longo dos próximos anos.

Nossa expectativa é que os resultados de nossos segmentos cresçam à medida em que (i) aumentamos nossa presença e penetração no mercado doméstico, principalmente através da substituição de importações; (ii) um câmbio depreciado e reformas estruturais aumentem a competitividade dos nossos produtos no cenário internacional; e (iii) as economias nacionais em que temos operações ou vendas retomem seus crescimentos. Com isso, acreditamos estar bem posicionados para aumentar nosso volume de vendas e penetração no mercado, inicialmente sem necessidade de dispêndio de capital adicional significativo, utilizando, por exemplo, capacidades ociosas e investimentos marginais para alavancar a eficiência operacional.

Por fim, temos diversos projetos estratégicos de crescimento, em todos os segmentos em que atuamos, com o objetivo de adicionar capacidade produtiva e ampliar a integração da cadeia, aumentando a competitividade dos nossos produtos.

Somos o único produtor em atividade com capacidade instalada para fabricar e distribuir ureia, importante fertilizante nitrogenado, em escala industrial no Brasil, e, consequentemente, temos potencial para substituir importações brasileiras de ureia e amônia

Apesar da relevância do agronegócio para a economia brasileira, a cadeia de valor do segmento de nutrição vegetal ainda possui deficiências relevantes. Dentre elas, cabe destacar a forte dependência do Brasil em relação às importações de ureia e amônia, produtos essenciais para a produção de fertilizantes nitrogenados.

Segundo dados oficiais da balança comercial brasileira[1], em 2020, o Brasil importou um volume total de 7,1 milhões de toneladas de ureia. Acreditamos que não houve produção de ureia no Brasil em 2020. No mesmo período, o Brasil importou um volume total de 0,4 milhão de toneladas de amônia. Também acreditamos que não houve produção de amônia no Brasil em 2020.

Diante deste cenário, somos o único produtor de ureia em atividade no Brasil e somos líderes na produção de amônia no Brasil, com capacidade e potencial para substituir parte das importações destes produtos químicos no país, e assumir a liderança no setor no Brasil, tendo em vista: (i) nossa escala industrial, com capacidade nominal para produzir aproximadamente 2,9 milhões de toneladas de fertilizantes nitrogenados; (ii) nossa expertise operacional para extrair o máximo de produtividades de nossa base de ativos; (iii) nossa tecnologia de nível global aplicada aos processos da cadeia produtiva; (iv) nossa cadeia de suprimentos bem estruturada por contratos de fornecimento de gás natural em condições competitivas; (v) nossa capacidade de acessar o mercado local por meio de relacionamentos já existentes com clientes; e (iv) sinergias operacionais derivadas da integração industrial de nossas operações do segmento Agro com operações do segmento de Acrílicos. Com isso, pretendemos substituir uma parcela relevante dos volumes atualmente importados, de forma competitiva e com maior rentabilidade.

Nosso modelo de negócio é verticalmente integrado e flexível, o que reduz nossa exposição à volatilidade e aos ciclos petroquímicos

Ao longo de nossas cinco décadas de operação, conseguimos construir um modelo de negócios verticalmente integrado e flexível, que nos permite otimizar o consumo de matérias-primas na nossa cadeia produtiva, uma vez que conseguimos utilizar produtos e coprodutos resultantes de um processo de produção como insumo para outros processos químicos em outras linhas de produção. Essa integração pode ocorrer entre diferentes segmentos de negócios ou dentro de um mesmo segmento.

Alguns exemplos de integração entre diferentes segmentos são: (i) parte da acrilonitrila produzida no segmento de Acrílicos é direcionada para a produção de látex (Estirênicos); e (ii) toda a demanda de amônia do segmento de Acrílicos será suprida pelo segmento Agro, eliminando a necessidade de compra deste insumo de terceiros.

Alguns exemplos de integração dentro de um mesmo segmento são: (i) o HCN, gerado como coproduto da produção de acrilonitrila, é um insumo essencial tanto para a produção de metacrilatos quanto para a produção de cianeto de sódio; (ii) o MMA produzido no Brasil serve de matéria-prima para a produção de chapas acrílicas no México; e (iii) o estireno produzido em Camaçari e Cubatão é a principal matéria-prima usada pelas nossas plantas de São José dos Campos e Guarujá na produção de poliestireno e látex.

Por meio da integração de nossas unidades produtivas e linhas de negócio, conseguimos extrair maior potencial de sinergias operacionais, aumentar nossa capacidade de controle de custos ao longo da cadeia produtiva, além de reduzir a dependência de insumos fornecidos por terceiros.

---

[1] Disponibilizados pela Secretária do Comércio Exterior no portal COMEX STAT.

O quadro abaixo ilustra, de forma simplificada, a integração da nossa cadeia produtiva:

Além da integração em nível de insumo, nossas operações ainda contam com tecnologia flexível que nos permite alterar nosso foco produtivo sem maiores custos incrementais para privilegiar produtos que ofereçam maior margem e rentabilidade, com base nas condições existentes de mercado. A capacidade de alterar nosso "mix" de produtos nos permite adaptar nossa estratégia comercial às diferentes condições de mercado, trazendo resiliência na geração de resultados.

Por exemplo, durante a pandemia de COVID-19, notamos que a demanda de MMA diminuiu de maneira relevante, enquanto a demanda de cianeto de sódio aumentou. Neste contexto, decidimos direcionar mais ácido cianídrico (HCN) para nossa produção de cianeto de sódio, em detrimento da produção de MMA, a fim de aproveitar as condições mais favoráveis de mercado para cianeto de sódio naquele período, aproveitando a vantagem de sermos o único produtor de cianeto de sódio no Brasil.

Por fim, cabe notar que nossas plantas estão em localizações privilegiadas e estratégicas, próximas aos complexos petroquímicos brasileiros na Bahia e São Paulo, o que nos permite receber nossas principais matérias-primas de forma eficiente via *"pipeline"*. O posicionamento das nossas plantas também nos permite desenvolver uma logística compartilhada com nossos principais fornecedores e clientes, que na prática se traduz em maior eficiência operacional.

Estamos em posição privilegiada em mercados com altas barreiras de entrada

Todos os segmentos em que atuamos apresentam altas barreiras de entrada para novos players de mercado, sejam produtores locais ou importadores.

Por esse motivo, acreditamos que (i) nossa base de ativos com tecnologias e processos industriais modernos e com escala industrial; aliada à (ii) nossa expertise operacional para desenhar e organizar processos produtivos, e gerir nossas atividades de forma eficiente, nos confere competitividade e desestimula concorrentes menos eficientes ou de menor escala que, de outra forma, necessitariam de investimentos relevantes para competir efetivamente conosco.

Nossa cadeia de suprimentos e insumos foi cuidadosamente estruturada ao longo de anos, e é garantida por contratos de longo prazo com fornecedores-chave, conforme ilustrado a seguir:

Um novo *player* no mercado, além de necessitar de escala para negociar melhores preços e condições, estaria mais exposto a um risco de disrupção de fornecimento se for incapaz de estabelecer relacionamento saudável e de longo prazo com fornecedores.

Além disso, nosso relacionamento com os principais clientes dos nossos mercados-alvo se traduz em maior facilidade para acessar o mercado. Novos entrantes, além de estruturar uma rede logística robusta, possivelmente

necessitariam de tempo para construir uma rede de relacionamentos de porte similar à nossa, desenvolvida ao longo de mais de cinco décadas de operação.

Por fim, em relação aos produtos, a regulação existente e os padrões de qualidade de nível mundial demandado por clientes, requereriam de um novo competidor ajustes e adaptações operacionais para cumprir com as demandas regulatórias e requisitos de clientes para homologação dos produtos.

Dessa forma, tendo em vista as significativas exigências de capital, operacional e de logística que já foram atendidas por nós, entendemos estar bem posicionados em mercados com altas barreiras de entrada.

Portfólio diversificado de produtos direcionados para múltiplas aplicações em diversos segmentos da economia

Em razão de nosso amplo portfólio de produtos, que acreditamos ser essenciais para diversas indústrias, conseguimos explorar vendas em múltiplos segmentos de negócio nos mercados locais e internacionais.

Como referência, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as vendas no Brasil corresponderam, a 59,4% e 61,5% de nossa receita líquida consolidada, respectivamente, enquanto as vendas no mercado internacional corresponderam a 40,6% e 38,5%, respectivamente.

No que diz respeito às exportações, nosso segmento de Acrílicos possui a maior exposição: Acrilonitrila e metacrilatos, nossos principais produtos acrílicos, foram exportados para mais de 25 países em 2020. Desta forma, exportações representaram, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, respectivamente, 89,3% e 81,8% do nosso volume de vendas de nitrilas e 56,5% e 59,6% de metacrilatos, respectivamente.

Por outro lado, o segmento de Estirênicos possui maior exposição ao mercado brasileiro. Neste sentido, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as vendas no mercado local representaram 98,7% e 100,0% do volume total de vendas de estireno e 77,1% e 77,7% do volume total de venda de poliestireno, respectivamente.

A entrada no segmento Agro amplia ainda mais a diversificação de mercados finais para a Unigel com um crescimento da participação do agronegócio no "mix" de clientes da Unigel. A entrada no Agro é estratégica, por representar um dos segmentos da economia que mais tem se destacado no Brasil nas últimas décadas.

Desta forma, entendemos que temos (i) um mix balanceado de vendas domésticas e exportações; (ii) um portfólio de produtos diversificados, com dinâmicas de preços que podem ser anticíclicas entre si; e (iii) exposição a múltiplas indústrias que passam por construção civil, , bens de consumo e vestuário, mineração, automotivo, entre outros, com esperado crescimento na exposição ao segmento agropecuário no Brasil. Essas alavancas nos permitiram construir um modelo de negócios flexível do ponto de vista de produtos, e resiliente na medida em que é capaz de navegar e gerar resultados positivos mesmo em condições macroeconômicas adversas.

Por exemplo, um de nossos produtos, o cianeto de sódio, é tipicamente anticíclico. Durante a pandemia de COVID-19, com o colapso das condições econômicas globais e a priorização de investimentos com menor perfil de risco, como o ouro, notamos que, enquanto a demanda por MMA diminuiu de maneira relevante, a demanda de cianeto de sódio aumentou, uma vez que é usado principalmente no processo de mineração dessa commodity metálica. Outro produto de nosso portfólio, as chapas acrílicas, também apresentou aumento da demanda neste período em função do seu uso para produção de barreiras acrílicas comumente adotadas por estabelecimentos comerciais e pessoas físicas como aliado no distanciamento social durante a pandemia de COVID-19. Dessa forma, a performance positiva desses dois produtos compensou substancialmente as perdas de outros produtos, beneficiando nosso EBITDA e geração de fluxo de caixa durante a pandemia.

Por fim, dada a natureza de nossos produtos, com preços referenciados globalmente em dólares americanos, independente da concentração de vendas no mercado doméstico ou internacional, nossas receitas estão menos expostas a flutuações de taxa de câmbio do que outras indústrias, cujas precificações de produtos dependem da dinâmica doméstica dos respectivos mercados.

Perfil financeiro robusto com operações que geram fluxos de caixa consistente, e foco na disciplina financeira

Ao longo de nossa história conseguimos construir um modelo de negócios verticalmente integrado, com escala industrial, operações eficientes e exposição a diversos segmentos de mercado. A combinação destas competências operacionais se traduz, em termos de resultado, em um perfil financeiro robusto e com consistente geração de fluxos de caixa, conforme apresentado no quadro de indicadores financeiros acima.

Além disso, temos apresentado retornos sobre o capital investido (ROIC) superiores à média da indústria química global. De acordo com relatório publicado pela McKinsey&Company em 2020, a indústria química global entregou, em média, retornos de 9% ao ano entre 2001 e 2019, sendo que, nos últimos anos, entregou 8,4% em 2019 e 7% em 2020 (neste caso, com base em informações disponíveis até 15 de outubro de 2020). Já a Unigel entregou retornos sobre o capital investido de 27,9% no período de 12 meses findos em 30 de junho de 2021 e de 12,7%, 9,2% e 11,0% nos exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

Não obstante, seguindo nosso compromisso de sólida disciplina financeira, nos últimos anos tomamos uma série de iniciativas para reestruturar nossa dívida e colocar nossa empresa em uma estrutura de capital mais eficiente. Esse programa de redução de dívida incluiu o pagamento antecipado de uma parcela da nossa dívida com os recursos da venda do nosso negócio de embalagem, em novembro de 2017, por R$585,0 milhões, visando ao alongamento do perfil da nossa dívida. Além disso, em maio de 2018 realizamos nossa primeira emissão de títulos de dívida no mercado internacional, com vencimento para 2024 ("Bond 2024"), no valor de USD 200 milhões. Os recursos dessa emissão foram utilizados para pré-pagamento de dívidas de curto prazo bem como iniciativas de capital de giro, visando mais uma vez ao alongamento do perfil da dívida em conjunto com redução da carga de custos financeiros.

Em outubro de 2019, acessamos novamente o mercado de capitais internacional por meio de nossa segunda emissão de título de dívida, no valor de USD 420 milhões e vencimento para 2026 ("Bond 2026"). Os recursos desta nova emissão foram utilizados para pré-pagar dívidas mais caras e/ou com maturidade mais curta, além de reforçar nossa posição de caixa. Essa estratégia foi fundamental para que entrássemos em 2020 com uma forte posição de caixa e sem pressão de amortizações de dívidas no curto e médio prazo, garantindo uma liquidez adequada durante a pandemia de Covid-19.

Mais recentemente, em janeiro de 2021, acessamos novamente o mercado de capitais internacional por meio de nossa terceira emissão de títulos de dívida, na forma da reabertura do Bond 2026 ("*Retap Bond 2026*"), reforçando a nossa estratégia de manter uma gestão ativa de dívida, a fim de garantir nossa liquidez e evitar riscos de refinanciamento.

Com isso, por meio dessas operações, conseguimos (i) prolongar o prazo médio da nossa dívida para 5,9 anos em 31 de dezembro de 2020 comparado a 4,7 anos em 31 de dezembro de 2018; e (ii) reduzir as despesas de juros e custos efetivos de nosso endividamento para uma taxa média ponderada de 8,29% a.a. em 31 de dezembro de 2020, contra 10,76% a.a. em 31 de dezembro de 2017.

Como consequência, em junho de 2021, a agência de rating S&P Global Ratings elevou a nota de crédito da Unigel Participações de 'B+' para 'BB-'. Além disso, em janeiro de 2021, a agência de rating Fitch Ratings reafirmou a nota de crédito da Unigel Participações em 'B+', atualizando a perspectiva da nota de crédito de 'Estável' para 'Positiva', tendo em vista uma confortável posição de liquidez e o potencial do nosso novo negócio de fertilizantes.

Relacionamento duradouro com fornecedores e clientes

Construímos sólidos relacionamentos com os principais fornecedores latino-americanos das nossas matérias-primas. A grande maioria das matérias-primas que usamos em nosso processo produtivo são adquiridos de companhias com quem nossas plantas estão interligadas por "pipeline", com base em contratos de longo prazo.

Pelo lado da demanda, construímos um sólido portfólio de clientes composto de companhias relevantes em diversas indústrias, convertendo em mais fontes de receitas diversificadas. Por exemplo, para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021, nossos dez principais clientes representaram apenas 27,9% das nossas vendas brutas, com o maior cliente representando apenas 5,6% do total. Na qualidade de fornecedor qualificado e de confiança, também gozamos de uma sólida reputação junto aos nossos principais clientes. Entregamos produtos de alta qualidade e prestamos atendimento otimizado ao cliente, além de oferecer suporte logístico e tecnológico diferenciado e de confiança; não obstante, também estamos em conformidade com a estrutura regulatória e com os padrões de classe mundial de nossos clientes. Nos últimos anos, fomos reconhecidos como um fornecedor de alta qualidade pelas empresas globais no mercado de aparelhos elétricos, como a Whirlpool, Electrolux e Panasonic, além de clientes relevantes de outras indústrias como Klabin, DowDupont, Clariant, BASF, Suzano e Beadell. Para mais informações sobre os relacionamentos com nossos clientes, vide item 7.3 do Formulário de Referência.

Executivos experientes, apoiados por um conselho de administração com profundo conhecimento de mercado, orientação de longo prazo e comprometido com os mais elevados padrões de governança

Nosso time de executivos é composto por profissionais altamente treinados e experientes, muitos deles com mais de 30 anos de experiência na indústria petroquímica. Com profundo conhecimento sobre nossos mercados de atuação e nossas operações, nosso time é focado na administração eficiente de nosso negócio, no constante desenvolvimento e aperfeiçoamento de nossas operações e processos, além de um rígido controle de custos que nos garante eficiência operacional.

Dando suporte a este time de executivos, cabe mencionar o importante papel do nosso Conselho de Administração, presidido pelo nosso acionista controlador – Henri Slezynger – que fundou a Companhia na década de 1960 com uma visão de longo prazo que nos alçou ao patamar atual. Juntam-se a ele no Conselho outros 4 membros, quais sejam: seu filho Marc Buckingham Slezynger, na posição de vice-presidente do Conselho como parte do planejamento sucessório familiar, e 3 membros independentes, todos com profundo conhecimento de nossos

mercados, vasta experiência na gestão de grandes empresas, visão estratégica para orientar nosso time de executivos, além de um compromisso firme com a adoção dos mais elevados padrões de governança, em linha com as melhores práticas de mercado e requisitos do segmento de listagem denominado "Novo Mercado" da B3.

Pesquisa e desenvolvimento de produtos sustentáveis e inovadores em um negócio socialmente responsável

Buscamos adotar fortes práticas de sustentabilidade em nosso processo de produção e desenvolver soluções sustentáveis e inovadoras. Nesse contexto, temos um centro de inovação localizado no estado da Bahia, onde pesquisamos e desenvolvemos novos produtos e processos de produção, o que nos permitiu desenvolver produtos e soluções ecologicamente corretos como os plásticos Ecogel e os fertilizantes Aquagel.

O Ecogel® é uma nova linha de produtos sustentáveis que utiliza materiais reciclados pós-consumo em sua composição. Neste contexto, o primeiro produto lançado foi o poliestireno Ecogel, que utiliza em sua composição até 30% de matérias recicladas pós-consumo. Inicialmente esse produto será direcionado principalmente para produção de componentes de eletrodomésticos, mas estamos continuamente trabalhando com vários clientes para desenvolver outros produtos ecológicos que possam atender às suas necessidades. Já o Aquagel é um produto que foi desenvolvido a partir dos resíduos gerados na cadeia de produção de Acrílicos. Anteriormente, esses resíduos eram tratados e/ou incinerados, o que gerava custos adicionais para a operação. Por meio de pesquisas realizada pelo nosso setor de P&D, comprovamos a eficácia desse produto como um fertilizante de baixo custo e começamos a comercializá-los, evitando assim o custo adicional de tratamento.

Além disso, em 2020, recebemos a Medalha de Ouro EcoVadis, concedida para as empresas mais bem classificadas na Escala de Sustentabilidade EcoVadis. O reconhecimento é uma consequência do aprimoramento contínuo das nossas práticas ESG desde o início da nossa avaliação pela EcoVadis em 2014. Também em 2020, publicamos nosso primeiro Relatório Anual de Sustentabilidade, utilizando as normas publicadas pelo Global Reporting Initiative - GRI e com base em uma matriz de materialidade desenvolvida com a assessoria da Fundação Dom Cabral, após vários workshops com nossa equipe de gestão.

Mantemos, ainda, um programa ativo de treinamento para jovens universitários e patrocinamos uma escola de ensino fundamental no estado da Bahia. Durante a pandemia da COVID-19, tomamos diversas medidas para apoiar essas comunidades, tais como doações de: (a) 14 toneladas de produtos de necessidade básica para famílias de comunidades localizadas próximas às nossas fábricas; (b) 2 ventiladores mecânicos de respiração para hospitais públicos na Bahia; e (c) mais de 45 toneladas de produtos para a fabricação de 6.000 cúpulas de entubação de acrílicos, 500 mil litros de saneantes de gel e milhões de descartáveis e embalagens para atender à população vulnerável. Estes esforços foram reconhecidos pelo Prêmio Ética nos Negócios 2020, em sua categoria Responsabilidade Social.

NOSSA ESTRATÉGIA

Buscamos manter uma plataforma comercial competitiva nas indústrias química intermediária e de fertilizantes nitrogenados, bem como influenciar nossas vantagens competitivas para melhorar nossa rentabilidade. Os componentes essenciais da nossa estratégia incluem o seguinte:

Fortalecer nossa posição de liderança nos mercados selecionados, reduzindo a exposição à ciclicidade petroquímica com uma ampla gama de soluções químicas

Pretendemos continuar a solidificar nossa posição de liderança na América Latina nos produtos selecionados dos nossos portfólios de Estirênicos e Acrílicos, bem como nos tornar um líder de mercado no segmento Agro, maximizando o uso de nossa capacidade de produção para continuar a aumentar as vendas nos mercados brasileiro e mexicano, bem como nos demais mercados internacionais.

Ainda, planejamos fortalecer nossa reputação de fornecedor qualificado e de confiança, com capacidade para entregar produtos de alta qualidade e prestar atendimento otimizado, ampliando as relações de longo prazo com nossos clientes oferecendo um suporte logístico e tecnológico diferenciado e de confiança. Acreditamos que a combinação de liderança de mercado e portfólio diversificado de produtos nos proporciona escala e reduz nossa exposição à ciclicidade petroquímica, gerando fluxos de caixa mais estáveis e previsíveis.

Maximizar nossa eficiência operacional por meio do nosso modelo de negócio verticalmente integrado e flexível

Com nosso modelo de negócios verticalmente integrado e portfólio diversificado de produtos químicos, pretendemos aumentar a taxa de utilização da nossa capacidade instalada para capturar o crescimento de mercado nos próximos anos. Já integramos nossos segmentos de Estirênicos e Acrílicos, maximizando as economias de escala, diminuindo os custos de matérias-primas e alcançando maior eficiência de custos em nossas operações.

Nosso segmento Agro, lançado em 2021, também visa a melhorar nossa integração vertical à medida que nos tornamos grandes produtores de amônia, em vez de depender das importações realizadas pela Petrobras para fornecimento dessa matéria-prima chave para nosso segmento de Acrílicos. Também estamos constantemente monitorando oportunidades, como o arrendamento de unidades adicionais, tais como fábricas de fertilizantes nitrogenados, para melhorar ainda mais nosso segmento Agro.

Explorar as múltiplas avenidas de crescimento orgânico identificadas em nossos segmentos de atuação por meio de projetos estratégicos que ofereçam elevados níveis de retorno

Na data deste Prospecto Preliminar, temos um robusto *pipeline* de projetos estratégicos já mapeados para cada um de nossos segmentos de operação. Em linhas gerais, todos os projetos visam a aumentar a capacidade ou a

eficiência de nossas operações por meio de investimentos que nos ofereçam elevados níveis de retorno. Dessa forma, buscaremos nos próximos anos desenvolver esses projetos estratégicos, nos consolidando, organicamente, como um dos principais players em todos os mercados em que atuamos.

Entre os projetos mapeados, podemos destacar:

- Em Estirênicos, (i) a expansão da capacidade de estireno em mais 70.000 toneladas anuais, que ampliará a integração vertical para as produções de poliestireno e látex; e (ii) a expansão da capacidade de látex em mais 40.000 toneladas anuais, permitindo o aumento da participação da Unigel em um mercado crescente e no qual já estamos operando no limite da nossa capacidade atual;
- Em Acrílicos, (i) a remontagem de uma planta de cianeto de sódio no México, aumentando em aproximadamente 23.000 toneladas anuais a capacidade produtiva deste produto e atendendo à crescente indústria de mineração no continente; e (ii) o investimento em uma planta de purificação de acetonitrila no Brasil, que irá melhorar a qualidade deste produto, permitindo a venda para mercados de maior valor agregado, com expectativa de preços mais elevados; e
- Em Agro, (i) o investimento na expansão de nossas capacidades produtivas de ácido sulfúrico em mais de 547.000 toneladas anuais, que deve trazer mais confiabilidade de suprimento desta matéria-prima no Brasil, e potencializar a integração da Unigel na cadeia de valor, além de trazer vantagens de custo com o aumento da produção própria de utilidades como o vapor; (ii) a modernização das plantas produtivas de fertilizantes nitrogenados, que pode aumentar ainda mais a competitividade da Unigel no segmento; e (iii) o desenvolvimento e implementação de tecnologias pioneiras de produção de amônia verde – obtida por meio da eletrólise do hidrogênio em substituição ao processo convencional que utiliza gás natural -, trazendo soluções inovadoras para atender à crescente demanda global por produtos com maior apelo ambiental.

Consolidar nossa disciplina financeira para suportar novo ciclo de estratégia operacional, mantendo estrutura de capital adequada

Entendemos que o sucesso desta Oferta avança o atual ciclo de adequação da nossa estrutura de capital, iniciado em 2017 com a venda do ativo de embalagens, para uma etapa mais próxima de sua completude e marca o início de um novo ciclo voltado para expansão da Companhia através do aumento de escala de produção e ganho de eficiência operacional. Para suportar essa estratégia, continuamos comprometidos com uma forte disciplina financeira e ativa gestão de passivos para manutenção de uma estrutura de capital adequada.

EVENTOS RECENTES

Pandemia da COVID-19

A pandemia da COVID-19 e as medidas de distanciamento social tomadas a partir de março de 2020 em todo o território nacional como forma de conter a disseminação da COVID-19 afetaram e continuam a afetar os nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e os nossos fluxos de caixa. Como forma de diminuir os impactos da pandemia da COVID-19 em nossas operações, adotamos uma série de medidas administrativas e operacionais envolvendo nossos colaboradores, clientes e fornecedores. Para mais informações sobre essas medidas, vide item 10.9 do Formulário de Referência anexo a este Prospecto.

Arrendamento de plantas de fertilizantes nitrogenados

Em abril de 2021, iniciamos as operações da planta de fertilizantes nitrogenados de Sergipe, que passaram a operar de maneira contínua ao longo do mês de maio. Depois, no final de junho de 2021, iniciamos as operações da planta da Bahia, que passaram a operar de maneira contínua ao longo do mês de julho. Juntas, as referidas unidades terão uma capacidade anual de produção de 1.125.000 toneladas de ureia, 925.000 toneladas de amônia, 320.000 toneladas de sulfato de amônio (além das atuais 350.000 toneladas de capacidade de produção em Candeias, na Bahia) e 220.000 toneladas de ARLA. Por esse motivo, acreditamos que seremos o maior produtor de fertilizantes nitrogenados do Brasil ainda no ano de 2021.

	Capacidade Esperada (mil toneladas/ano)	**Principais Usos**	**Informações de Mercado**
Ureia	1.125	Agricultura (fertilizante) e Pecuária (suplemento animal)	Em 2020, o Brasil importou 7,1 milhões de toneladas de ureia, de acordo com o COMEX STAT[2]
Amônia	925	Agricultura (insumos para fertilizantes) e Química (insumos essenciais em nossa produção de Acrílicos)	A maior parte da produção será para nosso próprio consumo (na produção de acrílicos e de fertilizantes como ureia e sulfato de amônio), com o excedente vendido no mercado interno
Sulfato de amônio	320	Agricultura (fertilizante)	Em 2020, o Brasil importou 3,0 milhões de toneladas de sulfato de amônio, de acordo com o COMEX STAT
ARLA	220	Agente Redutor de Óxido de Nitrogênio Líquido Automotivo. Agente misturado com diesel para reduzir a emissão de gases poluentes.	Demanda diretamente ligada ao consumo de óleo diesel, em uma proporção aproximada entre 3% e 5%

[2] Sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro.

Aprovação de Plano de Opções de compra de ações

Em 10 de agosto de 2021, nossos acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Opções de Compra de Ações, com o objetivo de outorgar opções a participantes selecionados pelo Conselho de Administração, com vista a: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos participantes; e (b) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e participantes. Para mais informações, vide seção "Diluição" na página 123 deste Prospecto Preliminar.

NOSSA ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O gráfico abaixo apresenta nossa estrutura de titularidade e societária simplificada na data deste Prospecto Preliminar:

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Nossa sede se situa na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 11º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, Brasil, e as informações de contato do nosso departamento de relações com investidores são as seguintes: (a) e-mail: ri@unigel.com.br e (b) número de telefone: (+55-11) 2504-6067. O site de relações com investidores é invest.unigel.com.br. As informações disponíveis no nosso site ou que podem ser acessadas por meio dele, bem como as informações incluídas em qualquer material de marketing publicado pela mídia e nos anúncios de jornais e revistas, não fazem parte deste Prospecto Preliminar e não são a ele incorporadas por referência.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELACIONADOS À COMPANHIA

Abaixo se encontram descritos os principais fatores de risco relativos a nós, os quais não são os únicos fatores de risco relevantes e devem ser analisados em conjunto com as informações constantes do Formulário de Referência (sobretudo os fatores de risco descritos no item 4. e na seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Nossas Ações", na página 90 deste Prospecto Preliminar.

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação da COVID-19, provocou e pode continuar provocando um efeito adverso em nossas operações, inclusive podendo paralisar integral ou parcialmente as operações de nossas plantas, os nossos canais de venda e o fornecimento de insumos que utilizamos. A extensão da pandemia da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como as provocadas pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS), afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e lockdown, restrições a viagens e uso de transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio de uma maneira geral. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que a Companhia possui empreendimentos, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de *shoppings*, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, incluindo parte de nossos clientes, bem como na redução drástica de consumo. Este contexto influenciou em nossa decisão de paralisar parte de nossas fábricas durante o pico da pandemia. No México, estados e municípios, incluindo os locais em que operamos, adotaram diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde mexicano para controlar a propagação da pandemia da COVID-19, tais como a restrição para operar (total ou parcialmente) negócios considerados como "não-essenciais", o que resultou no fechamento e restrições operacionais em lojas, restaurantes, hotéis, *shopping centers*, áreas lotadas, parques e outros espaços públicos. Não podemos garantir que nossas instalações não serão fechadas devido à pandemia da COVID-19, ou que a circulação de pessoas retornará e/ou retornará aos níveis pré-COVID-19, o que pode afetar significativamente nossas receitas.

A disseminação da pandemia COVID-19 nos fez mudar nossas práticas comerciais (incluindo práticas de higiene adicionais para locais de trabalho e funcionários, além de cancelar reuniões presenciais, eventos e conferências) e reduzir nossas operações durante a pandemia. Podemos tomar ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou determinado pela gerência, considerando os melhores interesses de nossos funcionários, clientes e parceiros comerciais. Também decidimos interromper temporariamente a produção em algumas de nossas fábricas. Em nosso segmento de Estirênicos, (i) a planta localizada em Cubatão, no Estado de São Paulo, foi fechada no início de abril de 2020 e retomou as operações logo em seguida, em meados de junho de 2020, (ii) a planta localizada em Camaçari, no Estado da Bahia, foi paralisada apenas durante o mês de maio de 2020 e (iii) a planta localizada em São José dos Campos, no Estado de São Paulo, também foi paralisada durante o mês de maio de 2020. Em nosso segmento de acrílicos, nossa planta de produção de acrilonitrilo localizada em Camaçari, no Estado da Bahia, foi temporariamente paralisada na segunda quinzena de março de 2020 e permaneceu ociosa durante todo o segundo trimestre de 2020, retomando as operações no final de julho de 2020. Desde julho de 2020, estamos operando todas as fábricas normalmente. As plantas da Companhia poderão ser paralisadas ou seus centros administrativos fechados em razão da pandemia da COVID-19, incluindo em razão de uma nova onda de casos. Caso ocorra, a Companhia sofrerá um efeito negativo em seus negócios e poderá ser obrigada a adotar medidas adicionais em razão da mencionada pandemia.

A medida em que a pandemia da COVID-19 afetará nossos negócios, condição financeira, resultados de operações ou fluxo de caixa dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis. Estes desenvolvimentos incluem, entre outros, a duração e distribuição geográfica da pandemia, sua gravidade, ações para conter o vírus ou minimizar seu impacto, e quão rapidamente e até que ponto as condições econômicas e operacionais normais podem ser retomadas. Mesmo após conter o surto de COVID-19, nossos negócios podem continuar a sofrer impactos adversos e materiais devido ao impacto econômico global ou brasileiro e/ou mexicano, incluindo recessão, desaceleração econômica ou aumento dos níveis de desemprego, o que pode afetar o poder de compra dos clientes.

Outros surtos regionais e/ou globais poderão ocorrer. Além disso, novas ondas da pandemia da COVID-19 já começaram a surgir em algumas regiões. Não podemos garantir que seremos capazes de tomar as medidas necessárias para evitar um impacto adverso em nossos negócios de dimensão igual ou maior que o impacto causado pela pandemia da COVID-19, no caso de novos surtos regionais e/ou globais ou novas ondas de grande escala da COVID-19, e não podemos garantir que não precisaremos paralisar nossas operações em fábricas localizadas em regiões focos de novos surtos da COVID-19.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento humano ou que exija políticas públicas para restringir a circulação de pessoas e/ou contato social pode ter um impacto adverso em nossos negócios, assim como nas economias brasileira e/ou mexicana. Os surtos de doenças também podem impossibilitar que nossos funcionários e clientes se dirijam às nossas instalações (inclusive por razões preventivas ou para evitar a contaminação em larga escala), o que afetaria adversamente o desenvolvimento de nossos negócios.

A pandemia da COVID-19 e a decretação do estado de calamidade pública também podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no País e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia, podendo tais medidas afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil e México, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, durante a pandemia da COVID-19 e continuar depois que o surto diminuir, (ii) receio dos consumidores de adoecerem, causando redução de consumo, e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes. Todos esses fatores podem impactar adversamente o setor de químicos e fertilizantes, diminuir a demanda pelos produtos da Companhia e consequentemente afetar seus resultados.

Além do risco de maior inadimplemento mencionado acima, as medidas de restrições à circulação impostas a lojas, bancos, lotéricas, como a restrição de horário de funcionamento, por exemplo, podem dificultar ou atrasar a realização dos pagamentos devidos por nossos clientes.

A pandemia da COVID-19 também pode impactar significativamente a cadeia de suprimentos da Companhia, se as fábricas que produzem os produtos utilizados pela Companhia, ou as operações dos prestadores de serviços de logística da Companhia forem interrompidas, encerradas temporariamente, enfrentarem falta de funcionários ou sofrerem os efeitos de um agravamento ou uma nova onda de disseminação da COVID-19. Também pode haver interrupções ou atrasos em entregas e impactos negativos na precificação de determinados produtos essenciais para as atividades da Companhia.

A Companhia pode, também, enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar a manutenção dos índices financeiros da Companhia. Uma eventual restrição de caixa poderá também afetar as operações da Companhia e o cumprimento de suas obrigações com terceiros, inclusive fornecedores.

A extensão dos impactos da pandemia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, dentre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais usuais podem ser retomadas.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos nossos negócios, bem como na economia brasileira. Surtos de doenças também podem impossibilitar que nossos funcionários se dirijam aos seus locais de trabalho (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de nossos colaboradores), o que prejudicaria o regular desenvolvimento dos nossos negócios.

A Companhia e suas controladas poderão continuar a ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer mesmo após a diminuição da pandemia da COVID-19, já que há o desenvolvimento de uma segunda onda de contaminação no Brasil e no mundo. Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam nos fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final da pandemia da COVID-19 é altamente incerto.

Os impactos da pandemia da COVID-19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos informados no Formulário de Referência.

Por fim, o Brasil e México têm enfrentado o surgimento de novas variantes da COVID-19, que tem ocasionado o aumento significativo no número de infectados, fato que pode prolongar a pandemia no Brasil, no México e no mundo, com novos períodos de quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. Ademais, os planos de vacinação que vêm sendo adotado pelos governos federal e estaduais do Brasil e do México podem ser interrompidos ou seguirem em ritmo lento e com baixo número absoluto de pessoas vacinadas se comparado aos demais países.

Novas variantes dos vírus, a incapacidade de vacinação em massa contra a COVID-19 pelo Governo Federal (brasileiro e mexicano) e o aumento no número de casos pode causar efeitos adversos no mercado, provocando oscilações no preço de mercado dos nossos valores mobiliários.

Para maiores informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os nossos negócios, vide item 10.3 e 10.9 do Formulário de Referência. Ainda, os efeitos provocados pela pandemia ocorreram e podem se prolongar após a emissão de nossas informações financeiras trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Até a data deste Prospecto Preliminar, não há informações adicionais disponíveis para que pudéssemos realizar uma avaliação a respeito do impacto da pandemia da COVID-19 em nossos negócios, além daquelas apresentadas neste item 4.1 e nos itens 7.1, 10.1, 10.3 e 10.9 do Formulário de Referência. Na data deste Prospecto Preliminar, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais prejuízos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da Companhia continuar operando nossos negócios. Não conseguimos garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. E, caso aconteçam, não conseguimos garantir que seremos capazes de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo nos nossos negócios.

A Companhia pode enfrentar a concorrência de produtores de substitutos para nossos produtos como resultado de evolução tecnológica, tendências e preferências do consumidor e da indústria e mudanças regulatórias

A Companhia fornece produtos químicos intermediários para os mais diversos setores da economia e, em cada aplicação dos nossos produtos, existem matérias-primas alternativas que podem ser adotadas pelos nossos clientes. Os produtos comercializados pela Companhia podem ser favorecidos ou prejudicados pelas preferências das empresas e dos consumidores por determinados materiais. As preferências podem ser influenciadas por inúmeros fatores, tais como preço, propriedades do produto, aspectos socioambientais referentes aos substitutos, entre outros. No segmento de estirênicos, nota-se que a utilização de poliestireno em embalagens descartáveis tem sido gradualmente substituída globalmente por outros materiais, como papel ou outros plásticos, entre outros. Não podemos garantir que nossos esforços de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos de produção serão capazes de atender as preferências das empresas e dos consumidores, inclusive no que diz respeito a preço, propriedades do produto, aspectos socioambientais e outros fatores, e, consequentemente, nossas operações e seus resultados poderão ser negativamente impactados.

A Companhia pode não conseguir renovar ou manter os contratos de locação ou arrendamento das suas unidades alugadas de terceiros em termos aceitáveis e, talvez, tenha que pagar multas contratuais em caso de rescisão de contratos de locação ou arrendamento de unidades que decida fechar.

As unidades da Companhia Brasileira de Estireno ("CBE"), controlada da Companhia, de Guarujá, CBE São José dos Campos, CBE Trinseo e a sede administrativa da Companhia, descritas na seção 9.1(a) do Formulário de Referência estão instaladas em imóveis que a Companhia aluga de terceiros. A localização estratégica desses imóveis é fundamental para o desenvolvimento da sua estratégia de negócios e, como resultado, a Companhia pode ser afetada adversamente, caso: (i) estes contratos de locação ou arrendamento sejam rescindidos, ou não sejam renovados em termos aceitáveis ou independentemente dos termos, ou (ii) tais contratos de locação não estejam devidamente registrados e averbados nas matrículas junto aos cartórios de registro de imóveis competentes, pois as respectivas locações ou arrendamentos não serão oponíveis contra terceiros que vierem a adquirir os imóveis, os quais, por consequência, poderão exigir a desocupação em 90 dias sem qualquer penalidade, ficando ainda a Companhia impossibilitada de adjudicar o imóvel caso o seu direito de preferência não seja respeitado.

Além disso, de acordo com a legislação aplicável (Lei Nº 8.245/1991 - *Lei do Inquilinato*), qualquer uma das partes pode pedir a revisão do valor do aluguel após três anos do início da locação ou da última renegociação. Um aumento significativo no valor dos aluguéis dos imóveis pode afetar adversamente a posição financeira da Companhia e o seu resultado operacional.

A Companhia pode não chegar a acordos com os locadores em relação à renovação dos prazos locatícios. Nos termos da legislação brasileira, a locatária pode exigir judicialmente a renovação de um contrato de locação com prazo determinado superior ou igual a 5 anos, por um prazo adicional de 5 anos, desde que esteja explorando seu comércio no mesmo ramo pelo prazo mínimo e ininterrupto de 3 anos, sendo necessário o ajuizamento da ação renovatória no prazo de, no mínimo, 6 meses, e, no máximo, 1 ano de antecedência em relação à data de término do prazo do contrato, sob pena de decadência. Assim, para os casos em que a renovação compulsória por meio de ação renovatória não esteja garantida, como, por exemplo, caso seja entendido que não há ponto comercial a ser protegido, a Companhia pode não ser capaz de renovar os contratos de locação desses imóveis se não entrar em acordo com os locadores. Ademais, a Lei afasta o direito à ação renovatória na hipótese de o imóvel locado vir a ser utilizado pelo próprio locador ou para transferência de fundo de comércio

existente há mais de 1 ano, cuja maioria do capital seja de titularidade do locador, de seu cônjuge, de seu ascendente ou descendente. Alternativamente, a Companhia pode não conseguir renovar as locações se não apresentar a ação renovatória no prazo legal ou se não forem cumpridos os requisitos legais. A perda de qualquer uma das unidades da Companhia pode afetar negativamente seus resultados operacionais e condição financeira.

Além disso, alguns dos contratos de arrendamento/locação não garantem à Companhia o direito de renovar compulsoriamente o arrendamento/locação mediante a interposição de uma ação renovatória, uma vez que já passaram os respectivos termos contratuais e estão atualmente em vigor por tempo indeterminado. Caso a Companhia não consiga negociar com os locadores a renovação dos contratos e tais contratos sejam rescindidos, a Companhia terá que buscar novas instalações, o que acarretará custos de transição e poderá resultar na interrupção das atividades da unidade. Além disso, se o valor de aluguel desses novos imóveis for superior ao valor pago anteriormente, a rentabilidade das plantas poderá ser reduzida e afetar negativamente os resultados das operações da Companhia.

Na mesma linha, se a Companhia decidir fechar qualquer uma das suas unidades, localizadas em imóveis alugados ou arrendados de terceiros antes do fim do prazo contratual da locação, a Companhia pode ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. O valor total da multa poderá afetar adversamente a Companhia, principalmente se a decisão de fechamento se aplicar a mais de uma unidade ou se o valor do aluguel for muito relevante.

Em vista da pandemia da COVID-19, várias entidades governamentais impuseram políticas de isolamento que levaram a Companhia a reduzir ou até paralisar suas operações em algumas unidades, não sendo possível garantir que algumas plantas ou centros administrativos da Companhia não poderão vir a ser fechados em razão da pandemia da COVID-19, incluindo em razão de uma nova onda de casos, o que poderia negativamente afetar nossas atividades nestas unidades. Caso não sejamos capazes de pagar nossos respectivos aluguéis, e se tentarmos negociar com os respectivos proprietários dos imóveis uma redução no valor do aluguel mensal ou uma forma diferente de pagamento nesse período e não tivermos sucesso na negociação, é possível que o não pagamento dos valores de aluguel contratualmente estabelecido seja considerado uma inadimplência contratual, levando à rescisão antecipada do contrato e à necessidade de desocupação imóvel em questão, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia.

Nossos produtos e os processos de produção se sujeitam ao risco de incêndio, dano ambiental, explosões e outros riscos.

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos inerentes às suas atividades, tais como incêndios, explosões, vazamentos, e outros acidentes associados à produção, manuseio, armazenamento e transporte de materiais e produtos petroquímicos. Em fevereiro de 2019, houve um incêndio na unidade de Candeias, Estado da Bahia, que, embora não tenha comprometido a planta de produção, danificou 2 (dois) tanques de armazenamento de Metil metacrilato ("MMA"). Esse evento fez com que paralisássemos as operações nessa unidade por 7 (sete) dias para investigar as causas e avaliar os danos envolvidos.

Outro acidente ocorrido em 2017 envolveu o tombamento de uma carreta-tanque que transportava etilbenzeno, resultando no vazamento desse produto químico no solo de propriedade de terceiro, no munícipio de Cândido Sales, também no Estado da Bahia.

A depender da dimensão do acidente, pode ser necessária a suspensão temporária de uma parte significativa das operações, podendo resultar em atrasos na produção e em custos de remediação significativos e perda de receita, bem como a responsabilização por danos ambientais e à saúde de trabalhadores e de terceiros. Não podemos garantir ao investidor que nosso seguro será adequado para cobrir integralmente todos os riscos em potencial do nosso negócio. Qualquer dano ambiental ocorrido em nossas instalações pode também resultar em danos a nossa reputação e a nossos relacionamentos com nossos clientes, além da obrigação de indenizar danos, bem como enfrentar eventuais questionamentos no âmbito administrativo e judicial, com a possibilidade de arbitramento de multas e embargos, e de penalização criminal. A ocorrência de qualquer dos eventos acima pode reduzir significativamente a produtividade e a rentabilidade de uma unidade de produção específica e nos afetar adversamente. Caso um ou mais acidentes envolvendo os produtos e os processos de produção da Companhia, não podemos garantir que não haja efeitos adversos em nossos resultados financeiros e operacionais.

Ajustes nos tributos incidentes em produtos importados que sejam concorrentes dos nossos produtos podem nos forçar a reduzir nossos preços para permanecermos competitivos.

O governo brasileiro impõe determinados tributos sobre produtos importados que não incidem sobre os produtos que produzimos no Brasil, o que nos permite cobrar preços com maiores margens no mercado nacional para alguns de nossos produtos (como acrilonitrila, metacrilato, estireno e poliestireno), pois não incluem tributos incidentes em produtos importados comparáveis a esses produtos (tributos esses que atualmente variam entre 10% a 14%, dependendo do produto). Entretanto, o governo brasileiro alterou alíquotas dos tributos de importação e exportação para efetivar políticas econômicas, e consequentemente as alíquotas podem ser alteradas novamente no futuro. Os ajustes nas alíquotas dos tributos de importação podem levar a uma concorrência maior com os produtos importados e nos forçar a reduzir nossos preços internos para permanecermos competitivos, o que provavelmente resultaria na redução da nossa receita líquida e poderia afetar negativamente nosso desempenho financeiro como um todo. Adicionalmente, os produtos que exportamos também estão sujeitos a tarifas que variam em cada jurisdição, de acordo com a tributação de cada país, zonas de comércio e acordos comerciais. Quaisquer ajustes futuros nessas estruturas tarifárias podem impactar negativamente nossas vendas para essas jurisdições. Atualmente, os principais países para os quais exportamos nossos produtos são Estados Unidos, Turquia e Índia. Acordos comerciais futuros assinados pelo Brasil, México ou Estados Unidos e/ou União Europeia também podem causar a um aumento na concorrência com produtos importados e reduzir os preços internos.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções ["Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia"] e ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações"] nas páginas 27 e 90, respectivamente, deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do nosso Formulário de Referência, e nas demonstrações financeiras e Informações Financeiras Trimestrais contábeis e respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionista Vendedor	Cigel Participações S.A.
Ações	O conjunto das Ações da Oferta Primária e das Ações da Oferta Secundária, de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem distribuídas no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.
Ações da Oferta Primária	Inicialmente, [•] novas ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem distribuídas no âmbito da Oferta Primária, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.
Ações da Oferta Secundária	Inicialmente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de titularidade do Acionista Vendedor a serem distribuídas no âmbito da Oferta Secundária, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até [•] ações, sendo [•] ações de emissão da Companhia e [•] ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Ações em Circulação no Mercado após a Oferta (*Free Float*)	Antes da realização da Oferta não existiam ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação no mercado. Após a realização da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado. Considerando as Ações Adicionais e o exercício da Opção de Ações Suplementares, estima-se que, aproximadamente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente [•]% do capital social da Companhia, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção ["Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social"] na página 50 deste Prospecto.
Ações Suplementares	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 15% (quinze por cento), ou seja, em até [•] ações, sendo [•] ações de emissão da Companhia e [•] ações de emissão da Companhia de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, destinado, conforme opção a ser outorgada pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Colocação, opção essa a ser exercida nos termos dos normativos aplicáveis, em especial, a Instrução CVM 400.
Agente Estabilizador	Bank Of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Agentes de Colocação Internacional	O Morgan Stanley & Co. LLC, o BofA Securities, Inc., a XP Investments US, LLC, o BTG Pactual US Capital, LLC, e o Safra Securities, LLC.
Anúncio de Encerramento	O Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Unigel Participações S.A., informando acerca do resultado final da Oferta, nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção ["Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta"] na página 88 deste Prospecto.
Anúncio de Início	O Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Unigel Participações S.A., informando acerca do início do Período de Colocação, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção ["Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta"] na página 88 deste Prospecto.

Anúncio de Retificação Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, ou ainda quando for verificada divergência relevante entre as informações constantes neste Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não Institucional e pelo Investidor Institucional quando da sua decisão de investimento, a ser disponibilizado pela Companhia, pelos Coordenadores da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção ["Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta"] na página 88 deste Prospecto.

Aprovações Societárias Os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de agosto de 2021, a qual deliberou, entre outras matérias: (a) o pedido de registro de companhia emissora de valores mobiliários em mercados regulamentados na categoria "A" perante a CVM; (b) a realização da Oferta; (c) a adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da B3 denominado Novo Mercado; e (d) o estatuto social da Companhia atualmente vigente, cuja ata [está em processo de registro / foi registrada] perante a JUCESP e foi publicada no DOESP e no jornal "O Dia SP" em [•] de [•] de 2021. O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal "O Dia SP" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP no dia útil posterior à disponibilização do Anúncio de Início.

A Oferta Secundária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do Acionista Vendedor realizada em 10 de agosto de 2021.

Atividade de Estabilização	O Agente Estabilizador, por intermédio do Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora"), poderá, a seu exclusivo critério, realizar atividades visando a estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente aprovado pela CVM e pela B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início. Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.
Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Unigel Participações S.A. disponibilizado em [•] e a ser novamente disponibilizado em [•], informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, conforme o caso, nos termos do artigo 53 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção ["Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta"] na página 88 deste Prospecto.
Capital Social	Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$276.185.469,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 414.297.488 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Para informações adicionais sobre o Capital Social da Companhia após a Oferta favor consultar as Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social, a partir da página 50 deste Prospecto.
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Unigel Participações S.A., a ser celebrado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor, pelos Coordenadores da Oferta e pela B3, na qualidade de interveniente anuente.

Contrato de Colocação Internacional	Placement Facilitation Agreement, contrato a ser celebrado entre a Companhia, o Acionista Vendedor e os Agentes de Colocação Internacional, a fim de regular os esforços de colocação das Ações pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da Unigel Participações S.A., a ser celebrado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor, pelo Agente Estabilizador, pela Corretora e, na qualidade de intervenientes anuentes, pelos demais Coordenadores da Oferta, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da CVM e da B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Coordenador Líder	Morgan Stanley.
Coordenadores da Oferta	O Morgan Stanley, o Bank of America, a XP, o BTG Pactual e o Banco Safra S.A. considerados em conjunto.
Cronograma Estimado da Oferta	Ver a seção ["Informações sobre a Oferta – Cronograma Estimado da Oferta"] na página 62 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data de liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares), que deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação com a entrega das Ações aos respectivos investidores.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Data de liquidação física e financeira das Ações Suplementares, que ocorrerá dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis contados a partir da data do eventual exercício da Opção de Ações Suplementares.
Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária serão destinados para (i) expansão orgânica e inorgânica dos seus negócios; e (ii) aprimoramento da estrutura de capital. A Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da Oferta Secundária, sendo que o Acionista Vendedor receberá todos os recursos líquidos dela resultantes. Para mais informações, ver seção ["Destinação dos Recursos"], na página 120 deste Prospecto. A Oferta Primária corresponderá a [•]% do total de Ações no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, a [•]% do total de Ações no âmbito da Oferta, considerando as Ações Adicionais mas sem considerar as Ações Suplementares, e a [•]% do total de Ações no âmbito da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa	Fixação do Preço por Ação abaixo de 20% do preço inicialmente indicado, considerando um preço por Ação que seja o resultado da aplicação de 20% sob o valor máximo da Faixa Indicativa, sendo que o valor resultante desta aplicação de 20% deverá ser descontado do valor mínimo da Faixa Indicativa, nos termos do artigo 4º do Anexo II do Código ANBIMA e item 21 do Ofício Circular nº 01/2021/CVM/SRE, de 1 de março de 2021, hipótese em que o Investidor Não Institucional poderá desistir do seu Pedido de Reserva, veja a seção ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta"], na página 94 deste Prospecto.
Faixa Indicativa	A faixa indicativa do Preço por Ação apresentada na capa deste Prospecto. Estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.
Fatores de Risco	Para uma descrição de certos fatores de risco relacionados à subscrição/aquisição das Ações que devem ser considerados na tomada da decisão de investimento, os investidores devem ler as seções ["Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia"] e ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações"], a partir das páginas 27 e 90 deste Prospecto, respectivamente, bem como os Fatores de Risco descritos no item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de investir nas Ações.
Formador de Mercado	Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e ao Acionista Vendedor a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado em relação às Ações. No entanto, não houve contratação de formador de mercado para a Oferta.
Garantia Firme de Liquidação	A garantia firme de liquidação a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, consiste na obrigação de subscrição/aquisição e integralização/liquidação ao Preço por Ação e na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) que, uma vez subscritas/adquiridas por investidores no mercado, não forem integralizadas/liquidadas por tais investidores, na proporção e até o limite individual da garantia firme

prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. Tal Garantia Firme de Liquidação, individual e não solidária, é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, concedido o registro da Companhia como emissora sob a categoria "A", bem como os registros da Oferta pela CVM, disponibilizado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.Caso as Ações efetivamente subscritas/adquiridas (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta, subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, de forma individual e não solidária, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual indicado do Contrato de Colocação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente colocadas e integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação. Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, caso, incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja seção ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será

admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta"], na página 95 deste Prospecto.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da garantia firme de liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em revender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização.

As Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação.

Inadequação da Oferta

O investimento nas Ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em Ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações ou com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Informações Adicionais

O pedido de registro da Oferta foi protocolado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelo Coordenador Líder perante a CVM em 10 de agosto de 2021, estando a presente Oferta sujeita a prévia aprovação e registro da CVM.

É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

	Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto e do Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, a realização de reserva de Ações, deverão dirigir-se, a partir da data de disponibilização do Aviso ao Mercado, aos endereços e páginas da rede mundial da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta e/ou da CVM. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção ["Informações Adicionais"] na página 89 deste Prospecto.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas perante a B3, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta e as Instituições Consorciadas, quando referidos em conjunto.
Instrumento de *Lock-Up*	Instrumento por meio do qual a Companhia, o Acionista Vendedor e os Administradores obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a cumprir determinadas restrições de venda e disposição dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*.
Investidores do Segmento *Private*	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 que seja, considerados Investidores Qualificados e que não sejam considerados Investidores Institucionais, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizarem Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada, observado, para esses investidores, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento *Private*.
Investidores Estrangeiros	Pessoas razoavelmente consideradas investidores institucionais qualificados (qualified institutional buyers), conforme definidos na Rule 144A do Securities Act, e fora dos Estados Unidos da América e o Brasil, investidores institucionais e outros investidores que não sejam U.S. Persons,(em conformidade com o Regulation S) conforme as isenções de, ou em operações não sujeitas a, registro do Securities Act, de acordo com a legislação vigente no país de domicílio de cada investidor, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei nº 4.131 ou da Resolução CMN nº 4.373 e da Resolução CVM nº 13.

Investidores Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$[1.000.000,00] ([um milhão] de reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados e profissionais nos termos da regulamentação da CVM, em todos os casos, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (inexistindo para estes valores mínimo e máximo de investimento) nos termos da Resolução CVM 30, em todos os casos, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, bem como os Investidores Estrangeiros.
Investidores Não Institucionais	Os Investidores do Segmento *Private* e os Investidores de Varejo.
Investidores *Private*	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e clubes de investimento registrados na B3, em todos os casos, que (i) sejam considerados investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, (ii) que não sejam considerados Investidores de Varejo, e (iii) que realizem pedidos de investimento durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta do Segmento *Private*, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores *Private*.
Investidores *Private Lock-up*	Investidores *Private* que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta do Segmento *Private Lock-up*, de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* do Segmento *Private*.
Investidores *Private* Sem *Lock-up*	Investidores *Private* que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*, de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que não aderirem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* do Segmento *Private*.
Investidores de Varejo	Investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil e clubes de investimento registrados na B3, que realizem pedidos de investimento durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores de Varejo.

Investidores de Varejo *Lock-up*	Investidores de Varejo que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*, de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que concordarem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
Investidores de Varejo Sem *Lock-up*	Investidores de Varejo que realizarem seus investimentos, no âmbito da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, de forma direta, durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, e que não aderirem, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* da Oferta de Varejo.
***Lock-up* da Oferta de Varejo**	Os Investidores de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, Ações que adquirirem no âmbito da Oferta de Varejo. Dessa forma, como condição para a participação na alocação prioritária da Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor Não Institucional da Oferta de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias de *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores *Private Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", na página 93 deste Prospecto Preliminar.

Lock-up* do Segmento *Private	Os Investidores *Private Lock-up* não poderão, pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, Ações que adquirirem no âmbito da Oferta do Segmento *Private Lock-up*. Dessa forma, como condição para a participação na Oferta do Segmento *Private Lock-up*, cada Investidor *Private Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* do Segmento *Private*. Não obstante o Lockup do Segmento *Private*, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento *Private Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento *Private* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores de Varejo *Lock-up* ou Investidores *Private Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações", na página 93 deste Prospecto Preliminar.
Oferta Secundária	A distribuição pública secundária de, inicialmente, [•] Ações de titularidade do Acionista Vendedor, a ser realizada no Brasil em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, por intermédio dos Coordenadores da Oferta, incluindo esforços de colocação de Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional para Investidores Estrangeiros que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pelo CMN, pelo Banco Central e/ou pela CVM.

Oferta Institucional	Oferta pública de distribuição das Ações realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais. Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimo ou máximo de investimento, cabendo a cada Investidor que pretender participar da Oferta Institucional verificar se é enquadrado como Investidor Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.
Opção de Ações Suplementares	Opção para distribuição das Ações Suplementares, conforme previsto no artigo 24 da Instrução CVM 400, outorgada pela Companhia e/ou pelo Acionista Vendedor ao Agente Estabilizador, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, a ser exercida nos termos dos normativos aplicáveis, em especial, a Instrução CVM 400. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. As Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação.
Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, destinado à subscrição/aquisição das Ações no âmbito da Oferta Não Institucional, a ser preenchido pelos Investidores Não Institucionais ao realizarem solicitação de reservas antecipadas de Ações durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, junto a uma única Instituição Consorciada.
Período de Colocação	Prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, que se iniciará em [•] e se encerrará em [•], para efetuar a colocação das Ações.
Período de Reserva	Período para os Investidores Não Institucionais efetuarem seus Pedidos de Reserva, com uma única Instituição Consorciada, de [•], inclusive, a [•], inclusive.

Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período para os Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas efetuarem seus Pedidos de Reserva, com uma única Instituição Consorciada, de [•], inclusive, a [•] , inclusive, período este que antecederá em pelo menos 7 (sete) dias úteis à conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que nesse caso os Pedidos de Reserva realizados por Pessoas Vinculadas não estarão sujeitos a eventual cancelamento por excesso de demanda.
Pessoas Vinculadas	Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, XII da Resolução CVM 35, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores ou administradores da Companhia, do Acionista Vendedor ou outras pessoas da Companhia e/ou do Acionista Vendedor vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos colaterais até o segundo grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.
Prazo de Distribuição	Prazo para a distribuição das Ações, que será (i) de até 6 (seis) meses contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de disponibilização do Anúncio de Encerramento.

Preço por Ação

Preço de subscrição ou aquisição das Ações no âmbito da Oferta, conforme o caso, que será fixado após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*.

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição, conforme o caso, por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada na seção ["Informações Sobre a Oferta – Procedimento da Oferta"], na página 63 deste Prospecto.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. Os Investidores Não Institucionais que irão aderir à Oferta Não Institucional e não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de fixação do Preço por Ação.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário"], na página 94 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais a ser realizado no Brasil pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e, no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44, ambos da Instrução CVM 400. Os Investidores Não Institucionais que irão aderir à Oferta Não Institucional e não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de fixação do Preço por Ação.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) do total de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, exceto os Pedidos de Reserva que tenham sido realizados no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo as ordens de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas. A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário"] na página 94 deste Prospecto.

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400, serão permitidas desde que (i) tais terceiros não sejam considerados Pessoas Vinculadas e (ii) se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Recomenda-se aos potenciais investidores que leiam este Prospecto, em especial as seções ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações"], bem como o item 4 do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.

Público Alvo da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações, nos termos da Instrução CVM 400 e conforme previsto no Contrato de Colocação, por meio da Oferta Não Institucional e da Oferta Institucional, sendo que (i) a Oferta de Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais; e (ii) a Oferta Institucional será realizada junto a Investidores Institucionais, sendo que os Investidores Estrangeiros deverão investir nas Ações por meio de mecanismos de investimentos regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM.

Resolução de Conflitos

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, a Companhia, seus acionistas e seus administradores e, se houver, membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal obrigaram-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo BACEN e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Restrição à Venda de Ações (*Lock-up*)

A Companhia, o Acionista Vendedor, os demais acionistas da Companhia e os membros da administração da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a celebrar o Instrumento de *Lock-Up*, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início e observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e/ou nos respectivos Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais estes não poderão efetuar quaisquer das seguintes operações com relação a quaisquer Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções: [(i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii)]. [Nota: A ser ajustado conforme PFA.]

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses: (i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *Lock-up*; (ii) transferências a um trust em benefício direto ou indireto do próprio signatário do Instrumento de *Lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o trust comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *Lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do Securities Act, dos signatários do Instrumento de *Lock-up*; e (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do Instrumento de *Lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos deste Contrato e do Contrato de Estabilização.] [Nota: A ser ajustado conforme PFA.]

	A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações. Para mais informações, veja seção ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, inclusive pelo seu Acionista Vendedor, após a conclusão da Oferta e o período de *Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia"], na página 93 deste Prospecto.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta de Varejo	O valor mínimo de pedido de investimento é de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento é de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por Investidor Não Institucional, no âmbito da Oferta Não Institucional.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva da Oferta do Segmento *Private*	O valor mínimo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) por Investidor do Segment *Private*, no âmbito da Oferta Não Institucional.
Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-Up*	Quaisquer ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia, que estejam sujeitos ao *Lock-up*.
Valor Total da Oferta	R$[•], com base no ponto médio da faixa indicativa do Preço por Ação indicada na capa deste Prospecto e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R$276.185.469,00 (duzentos e setenta e seis milhões, cento e oitenta e cinco mil e quatrocentos e sessenta e nove reais), totalmente subscrito e integralizado, representado por 414.297.488 (quatrocentos e quatorze milhões, duzentas e noventa e sete mil, quatrocentas e oitenta e oito) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, em até 210.000.000 (duzentos e dez milhões) de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos nossos atuais acionistas.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição acima.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	414.297.488	276.185.469,00	[•]	[•]
Total	**414.297.488**	**276.185.469,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
Espécie e Classe das Ações	**Quantidade**	**Valor**	**Quantidade**	**Valor[(1)(2)]**
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	414.297.488	276.185.469,00	[•]	[•]
Total	**414.297.488**	**276.185.469,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor[(1)(2)]
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	414.297.488	276.185.469,00	[•]	[•]
Total	**414.297.488**	**276.185.469,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações da Oferta Base, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor[(1)(2)]
		(em R$)		*(em R$)*
Ordinárias.....	414.297.488	276.185.469,00	[•]	[•]
Total	**414.297.488**	**276.185.469,00**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Principais Acionistas e Administradores

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas por acionistas titulares de 5% (cinco por cento) ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e pelos membros Administração, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Cigel Participações S.A.	414.297.487	99,999%	[•]	[•]
Henri Armand Szlezynger	1	0,001%	[•]	[•]
Outros.....	0	0,000%	[•]	[•]
Ações em circulação.....	0	0,000%	[•]	[•]
Total	**414.297.488**	**100,000%**	**[•]**	**[•]**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da opção de Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Cigel Participações S.A.	414.297.487	99,999%	[•]	[•]
Henri Armand Szlezynger	1	0,001%	[•]	[•]
Outros.....	0	0,000%	[•]	[•]
Ações em circulação.....	0	0,000%	[•]	[•]
Total	**414.297.488**	**100,000%**	**[•]**	**[•]**

Na hipótese de colocação total das Ações, sem considerar o exercício da opção de Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Cigel Participações S.A.	414.297.487	99,999%	[•]	[•]
Henri Armand Szlezynger	1	0,001%	[•]	[•]
Outros.....	0	0,000%	[•]	[•]
Ações em circulação.....	0	0,000%	[•]	[•]
Total	**414.297.488**	**100,000%**	**[•]**	**[•]**

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando o exercício da opção de Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	**%**	**Ações Ordinárias**	**%**
Cigel Participações S.A.	414.297.487	99,999%	[•]	[•]
Henri Armand Szlezynger	1	0,001%	[•]	[•]
Outros.....	0	0,000%	[•]	[•]
Ações em circulação.....	0	0,000%	[•]	[•]
Total	**414.297.488**	**100,000%**	**[•]**	**[•]**

Identificação do Acionista Vendedor

Segue abaixo descrição sobre o Acionista Vendedor:

CIGEL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima fechada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pais de Araújo, nº 29, 15º andar, Conjunto 153, Sala Cigel, Itaim Bibi, CEP: 04531-940, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 50.145.564/0001-90.

Para informações adicionais, os investidores devem ler o item "15. Controle" do nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Quantidade, montante e recursos líquidos

A tabela, abaixo, apresenta a quantidade de Ações (i) a ser emitida pela Companhia; e (ii) a ser alienada pelo Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Ofertantes	**Quantidade**	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2][3]**
			(R$)
Companhia	[•]	[•]	[•]
Cigel Participações S.A.	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.
(2) Sem dedução das despesas da Oferta, tributos e outras retenções.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela, abaixo, apresenta a quantidade de Ações (i) a ser emitida pela Companhia; e (ii) a ser alienada pelo Acionista Vendedor, considerando as Ações Suplementares e sem considerar as Ações Adicionais:

Ofertantes	**Quantidade**	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2][3]**
			(R$)
Companhia	[•]	[•]	[•]
Cigel Participações S.A.	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.
(2) Sem dedução das despesas da Oferta, tributos e outras retenções.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela, abaixo, apresenta a quantidade de Ações (i) a ser emitida pela Companhia; e (ii) a ser alienada pelo Acionista Vendedor, sem considerar as Ações Suplementares e considerando as Ações Adicionais:

Ofertantes	**Quantidade**	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2][3]**
			(R$)
Companhia	[•]	[•]	[•]
Cigel Participações S.A.	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.
(2) Sem dedução das despesas da Oferta, tributos e outras retenções.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela, abaixo, apresenta a quantidade de Ações (i) a ser emitida pela Companhia; e (ii) a ser alienada pelo Acionista Vendedor, considerando as Ações Suplementares e as Ações Adicionais:

Ofertantes	**Quantidade**	**Montante[1]**	**Recursos Líquidos[1][2][3]**
			(R$)
Companhia	[•]	[•]	[•]
Cigel Participações S.A.	[•]	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•], que é o preço médio da faixa indicativa de preços. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], ressalvado, no entanto, que o Preço por Ação poderá, eventualmente, ser fixado em valor acima ou abaixo desta faixa indicativa.
(2) Sem dedução das despesas da Oferta, tributos e outras retenções.
(3) Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Descrição da Oferta

A Oferta consistirá (i) na distribuição pública primária de, inicialmente, [•] novas ações ordinárias de emissão da Companhia; e (ii) na distribuição pública secundária de, inicialmente, [•] ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta e contará com a participação de determinadas Instituições Consorciadas, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais, observado o disposto na Instrução CVM 400 e demais normativos aplicáveis, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado. Serão também realizados, simultaneamente, pelos Agentes de Colocação Internacional, em conformidade com o Contrato de Colocação Internacional, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados nos termos da Lei 4.131 ou da Resolução CMN 4.373 e da Resolução CVM nº 13, sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da disponibilização do Anúncio de Início, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares) poderá, a critério do Acionista Vendedor, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até [•] ações, sendo [•] ações de emissão da Companhia e [•] ações de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), ou seja, em até [•] ações, sendo [•] ações de emissão da Companhia e [•] ações de emissão da Companhia de titularidade do Acionista Vendedor, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações Suplementares. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação, inclusive, e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações Suplementares, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das Ações seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Colocação, as Ações Suplementares não serão objeto de Garantia Firme de Liquidação.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta em regime de Garantia Firme de Liquidação. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

A Oferta será registrada no Brasil junto à CVM, em conformidade com os procedimentos previstos na Instrução CVM 400. Exceto pelo registro na CVM, a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta não pretendem registrar a Oferta ou as Ações nos Estados Unidos ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. As Ações não poderão ser objeto de ofertas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. Persons*, conforme definido no *Securities Act*, exceto se registradas na SEC ou de acordo com uma isenção de registro do *Securities Act*.

Aprovações Societárias

Os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária realizada em em 10 de agosto de 2021, a qual deliberou, entre outras matérias: (a) o pedido de registro de companhia emissora de valores mobiliários em mercados regulamentados na categoria "A" perante a CVM; (b) a realização da Oferta; (c) a adesão da Companhia ao segmento especial de listagem da B3 denominado Novo Mercado; e (d) o estatuto social da Companhia atualmente vigente, cuja ata [está em processo de registro / foi registrada] perante a JUCESP e foi publicada no jornal "O Dia SP" e no DOESP em [•] de [•] de 2021.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado em seu estatuto social, serão aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada entre a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e a concessão dos registros da Oferta pela CVM, cuja ata será devidamente registrada na JUCESP e publicada no jornal "O Dia SP" na data de disponibilização do Anúncio de Início e no DOESP no dia útil posterior à disponibilização do Anúncio de Início.

A Oferta Secundária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária do Acionista Vendedor realizada em 10 de agosto de 2021.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, estima-se que o preço de subscrição ou aquisição por Ação, conforme o caso, estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo dessa faixa indicativa. Na hipótese de o Preço por Ação ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, os Pedidos de Reserva serão normalmente considerados e processados, observada a condição de eficácia indicada na seção ["Informações Sobre a Oferta – Características Gerais da Oferta – Procedimento da Oferta"], na página 63 deste Prospecto.

O Preço por Ação será fixado após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais, a ser realizado no Brasil, conduzido pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, e, no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do Contrato de Colocação Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44, ambos da Instrução CVM 400.

O Preço por Ação será calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas ou adquiridas será aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentarão suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais que irão aderir à Oferta Não Institucional e não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participarão do processo de fixação do Preço por Ação.**

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, exceto os Pedidos de Reserva que tenham sido realizados no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas. **A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário"] deste Prospecto.**

A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 não se aplica às instituições financeiras contratadas como formador de mercado, conforme previsto no parágrafo único do artigo 55. Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), serão permitidas, na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400, desde que (i) tais terceiros não sejam considerados Pessoas Vinculadas e (ii) se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, II da Instrução CVM 400, não sendo considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Para mais informações, veja a seção ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações"] da página 97 Prospecto Preliminar.

Custos de Distribuição

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares:

Custos	Valor[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[13]	Valor por Ação	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta[2]				
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Tributos relativos às Comissões[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas da Oferta				
Taxa de Registro na CVM[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores Independentes[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[9][10]	[•]	[•]	[•]	[•]
Publicidade da Oferta[11][12]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas[13]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões, Tributos e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocada, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocada, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocada, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(6) A Remuneração de Incentivo será de até [•]% sobre o produto da colocação das Ações (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). A Remuneração de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor. Os critérios utilizados na quantificação da Remuneração de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e pelo Acionista Vendedor tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções, os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporação das Ações ofertadas por cada um deles.

(8) As taxas de registro na CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos assumidas exclusivamente pela Companhia.

(10) Os Acionistas Vendedeores arcarão com as despesas relativas à seus assessores legais e consultores para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(11) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), que serão arcados integralmente pela Companhia.

(12) Incluídos os custos estimados com traduções, gráfica e outros, que serão arcados integralmente pela Companhia.

(13) Sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, considerando as Ações Adicionais e sem considerar as Ações Suplementares:

Custos	**Valor[1]**	**% em Relação ao Valor Total da Oferta[13]**	**Valor por Ação**	**% em Relação ao Preço por Ação[1]**
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta[2]				
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Tributos relativos às Comissões[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas da Oferta				
Taxa de Registro na CVM[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores Independentes[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[9][10]	[•]	[•]	[•]	[•]
Publicidade da Oferta[11][12]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas[13]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões, Tributos e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocada, considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocada, considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações efetivamente colocada, considerando a colocação das Ações Adicionais e sem considerar a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(6) A Remuneração de Incentivo será de até [•]% sobre o produto da colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares). A Remuneração de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor. Os critérios utilizados na quantificação da Remuneração de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e pelo Acionista Vendedor tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes.

(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções, os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporação das Ações ofertadas por cada um deles.

(8) As taxas de registro na CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos assumidas exclusivamente pela Companhia.

(10) Os Acionistas Vendedeores arcarão com as despesas relativas à seus assessores legais e consultores para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(11) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), que serão arcados integralmente pela Companhia.

(12) Incluídos os custos estimados com traduções, gráfica e outros, que serão arcados integralmente pela Companhia.

(13) Considerando a colocação das Ações Adicionais e sem levar em consideração a colocação das das Ações Suplementares.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, sem considerar as Ações Adicionais e considerando as Ações Suplementares:

Custos	Valor[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[13]	Valor por Ação	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta[2]				
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Tributos relativos às Comissões[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas da Oferta				
Taxa de Registro na CVM[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores Independentes[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[9][10]	[•]	[•]	[•]	[•]
Publicidade da Oferta[11][12]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas[13]	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões, Tributos e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e considerando a colocação das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(6) A Remuneração de Incentivo será de até [•]% sobre o produto da colocação das Ações (sem considerar as Ações Adicionais, mas considerando Ações Suplementares). A Remuneração de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor. Os critérios utilizados na quantificação da Remuneração são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e pelo Acionista Vendedor tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes

(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções, os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporação das Ações ofertadas por cada um deles.

(8) As taxas de registro na CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos assumidas exclusivamente pela Companhia.

(10) Os Acionistas Vendedeores arcarão com as despesas relativas à seus assessores legais e consultores para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(11) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), que serão arcados integralmente pela Companhia.

(12) Incluídos os custos estimados com traduções, gráfica e outros, que serão arcados integralmente pela Companhia.

(13) Considerando a colocação das Ações Suplementares e sem levar em consideração a colocação das Ações Adicionais.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações inicialmente ofertadas, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares:

Custos	Valor[1]	% em Relação ao Valor Total da Oferta[13]	Valor por Ação	% em Relação ao Preço por Ação[1]
	(R$)		*(R$)*	
Comissões da Oferta[2]				
Comissão de Coordenação[3]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Colocação[4]	[•]	[•]	[•]	[•]
Comissão de Garantia Firme[5]	[•]	[•]	[•]	[•]
Remuneração de Incentivo[6]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Comissões	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Tributos relativos às Comissões[7]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas da Oferta				
Taxa de Registro na CVM[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro da B3[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Taxa de Registro na ANBIMA[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Auditores Independentes[8]	[•]	[•]	[•]	[•]
Despesas com Advogados e Consultores[9][10]	[•]	[•]	[•]	[•]
Publicidade da Oferta[11][12]	[•]	[•]	[•]	[•]
Total de Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**
Total de Comissões, Tributos e Despesas	**[•]**	**[•]**	**[•]**	**[•]**

(1) Com base no Preço por Ação de R$[•] que é o preço médio da Faixa Indicativa. No contexto da presente Oferta, estima-se que o Preço por Ação estará situado entre R$[•] e R$[•], podendo, no entanto, ser fixado acima ou abaixo da Faixa Indicativa, a qual é meramente indicativa.

(2) Comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles.

(3) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(4) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(5) Corresponde a [•]% sobre o produto resultante da multiplicação entre (i) a quantidade total de Ações, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares; e (ii) o Preço por Ação.

(6) A Remuneração de Incentivo será de até [•]% sobre o produto da colocação das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). A Remuneração de Incentivo, conforme descrita no Contrato de Colocação, constitui parte discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia e do Acionista Vendedor. Os critérios utilizados na quantificação da Remuneração de Incentivo são de ordem subjetiva, de aferição discricionária pela Companhia e pelo Acionista Vendedor tais como, atuação do coordenador durante a preparação, execução e conclusão da oferta no desempenho de suas atividades buscando o melhor resultado para os ofertantes

(7) Inclui os impostos, taxas e outras retenções, os quais deverão ser pagos pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporação das Ações ofertadas por cada um deles.

(8) As taxas de registro na CVM, taxa de registro da ANBIMA, despesas com auditores, bem como outras despesas da Oferta serão integralmente arcadas pela Companhia.

(9) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos assumidas exclusivamente pela Companhia.

(10) Os Acionistas Vendedeores arcarão com as despesas relativas à seus assessores legais e consultores para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(11) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*), que serão arcados integralmente pela Companhia.

(12) Incluídos os custos estimados com traduções, gráfica e outros, que serão arcados integralmente pela Companhia.

Não há outra remuneração devida pela Companhia ou pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta (com exceção aos Coordenadores da Oferta, com relação a ganhos decorrentes da atividade de estabilização) ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela descrita acima, bem como não existe nenhum tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e em nome do Acionista Vendedor, convidarão as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações para efetuar, exclusivamente, esforços de colocação das Ações junto a Investidores Não Institucionais (conforme abaixo definido).

Direito de Preferência

A Oferta Primária será realizada com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

Público Alvo

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores Não Institucionais, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo e para a Oferta do Segmento *Private*, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva; e (ii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

Cronograma Estimado da Oferta

Segue abaixo um cronograma indicativo e tentativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir do protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta:

Ordem dos Eventos	Eventos	Datas previstas[1]
1.	Protocolo na CVM do pedido de registro da Oferta	11 de agosto de 2021
2.	Disponibilização do Aviso ao Mercado (sem o logotipo das Instituições Consorciadas) Disponibilização do Prospecto Preliminar	[•] de [•] de [•]
3.	Início das apresentações para potenciais investidores (*roadshow)* Início do Procedimento de *Bookbuilding*	[•] de [•] de [•]
4.	Nova disponibilização do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas) Início do Período de Reserva Início do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de [•]
5.	Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	[•] de [•] de [•]
6.	Encerramento do Período de Reserva	[•] de [•] de [•]
7.	Encerramento das apresentações para potenciais investidores (*roadshow)* Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Fixação do Preço por Ação Aprovação do Preço por Ação pela Companhia Aprovação do Preço por Ação pelo Acionista Vendedor Assinatura do Contrato de Colocação, do Contrato de Colocação Internacional e de outros contratos relacionados à Oferta Início do Prazo de Exercício da Opção de Ações Suplementares	[•] de [•] de [•]
8.	Disponibilização do Prospecto Definitivo Concessão dos registros da Oferta pela CVM Disponibilização do Anúncio de Início	[•] de [•] de [•]
9.	Início da negociação das Ações na B3	[•] de [•] de [•]
10.	Data de Liquidação	[•] de [•] de [•]
11.	Encerramento do prazo de exercício da opção de Ações Suplementares	[•] de [•] de [•]
12.	Data máxima de Liquidação das Ações Suplementares	[•] de [•] de [•]
13.	Data de Encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo	[•] de [•] de [•]
14.	Data de Encerramento do *Lock-up* da Oferta do Segmento *Private*	[•] de [•] de [•]
15.	Data máxima para Disponibilização do Anúncio de Encerramento	[•] de [•] de [•]

(1) Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400.

Será admitido o recebimento de reservas para subscrição/aquisição das Ações, a partir da data indicada no Aviso ao Mercado (com os logotipos das Instituições Consorciadas), para subscrição/aquisição das Ações que somente serão confirmadas pelo adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta realizarão apresentações virtuais aos investidores (*roadshow*), no período compreendido entre a data deste Prospecto e a data em que for determinado o Preço por Ação.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio publicado nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção ["Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta"] na página 88 deste Prospecto.

Procedimento da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações por meio de duas ofertas distintas, quais sejam a:

(i) Oferta Não Institucional, compreendendo a:

   a. Oferta do Segmento *Private*; e

   b. Oferta de Varejo;

(ii) Oferta Institucional.

Conforme descritas adiante, observado o disposto na Instrução CVM 400 e o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado.

Os Coordenadores da Oferta, com a anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, §3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

O público alvo da Oferta consiste em:

(i) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimentos registrados na B3 e que não sejam considerados investidores qualificados, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil, que realizaram Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* e da Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, conforme o caso, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento de R$3.000,00 (três mil reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da Resolução CVM 30;

(ii) investidores pessoas físicas e jurídicas residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, e clubes de investimento registrados na B3, em todos os casos, que (i) sejam considerados investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, (ii) que não sejam considerados Investidores de Varejo, e (iii) que realizem pedidos de investimento durante o Período de Reserva no âmbito da Oferta do Segmento *Private Lock-up* e Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*, observados, para esses investidores, em qualquer hipótese, o valor mínimo de pedido de investimento superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e o valor máximo de pedido de investimento de R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), nos termos da Resolução CVM 30; e

(ii) investidores pessoas físicas e jurídicas e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação em vigor, em qualquer caso, que não sejam considerados Investidores Não Institucionais, cujas intenções específicas ou globais de investimento excedam R$1.000.000,00 (um milhão de reais), além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados e profissionais nos termos da regulamentação da CVM, em todos os casos, residentes e domiciliados ou com sede no Brasil (inexistindo para estes valores mínimo ou máximo de investimento), nos termos da Resolução CVM 30, em todos os casos, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, bem como os Investidores Estrangeiros.

Os Coordenadores da Oferta, com a anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, §3º, da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levará em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas e as relações da Companhia, dosAcionistas Vendedor e dos Coordenadores da Oferta com clientes, e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e do Acionista Vendedor, observado que os Coordenadores da Oferta assegurarão (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, em conformidade com a Resolução CVM 30; (ii) o tratamento justo e equitativo a todos os investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400; e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, dos exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, de modo que suas eventuais dúvidas possam ser esclarecidas junto aos Coordenadores da Oferta.

Para os fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 2º, inciso XII, da Instrução da Resolução CVM 35 serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores ou administradores da Companhia, do Acionista Vendedor ou outras pessoas da Companhia e/ou do Acionista Vendedor vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau; (ii) controladores ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, funcionários, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidos na estruturação da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente, por pessoas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos e colaterais até o segundo grau das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; e (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a Pessoas Vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência, são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que: (i) tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas e (ii) se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção "*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações*", na página 97 deste Prospecto Preliminar.**

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta. Assim, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidos Não Institucionais serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data de disponibilização de comunicado neste sentido.

Para mais informações, veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida que o regime de distribuição da Oferta é o de garantia firme de liquidação e não será admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) até a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*", na página 95 deste Prospecto.

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e aos Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado, nos termos da Instrução da CVM nº 384, de 17 de março de 2003, no entanto, não houve contratação de formador de mercado.

Oferta Não Institucional

A Oferta Não Institucional será realizada exclusivamente junto a Investidores Não Institucionais que realizarem solicitação de reserva antecipada mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva (período compreendido entre [•] de 2021, inclusive, e [•] de 2021, inclusive), ou, no caso de Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas (período compreendido entre [•] de 2021, inclusive, e [•] de 2021, inclusive), observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nas condições descritas abaixo.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM nº 27, de 8 de abril de 2021 ("Resolução CVM 27"), o Pedido de Reserva será o documento por meio do qual o Investidor Não Institucional aceitará participar da Oferta, subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que vierem a ser a ele alocadas. Dessa forma, a subscrição/aquisição das Ações pelos Investidores Não Institucionais será formalizada por meio do Pedido de Reserva e do sistema de registro da B3, sendo, portanto, dispensada a apresentação de boletim de subscrição e de contrato de compra e venda.

Os Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderão realizar Pedido de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, o qual terminará em data que antecederá em pelo menos 7 (sete) dias úteis a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que aqueles Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que não realizarem seus Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas terão seus Pedidos de Reserva cancelados, em caso de excesso de demanda superior a um terço à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400. Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas que realizarem seus Pedidos de Reserva no Período de Reserva para Pessoas Vinculadas não terão seus Pedidos de Reserva cancelados mesmo no caso de excesso de demanda superior a um terço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares).

No contexto da Oferta Não Institucional, e considerando o esforço mínimo de dispersão acionária previsto no artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, caso haja demanda e a critério dos Coordenadores da Oferta, o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares) será destinado, prioritariamente, à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que tenham realizado Pedido de Reserva, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento indicado neste item:

I. o montante de, no máximo, 10% (dez por cento) do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinada à colocação pública para Investidores *Private*, sendo certo que:

(a) caso haja demanda de Investidores *Private Lock-up* (i) de até 1% (um por cento) do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 1% (um por cento) do total das Ações, a alocação, respeitando o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio; e

(b) caso haja demanda de Investidores *Private* Sem *Lock-up* (i) de até 0,5% (meio por cento) do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 0,5% (meio por cento) do total das Ações, a alocação, respeitando o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio.

II. o montante de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 20% (vinte por cento) do total das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), será destinada à colocação pública para Investidores de Varejo, sendo certo que:

(a) caso haja demanda de Investidores de Varejo *Lock-up* (i) de até 7% (sete por cento) do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 7% (sete por cento) do total das Ações, a alocação, respeitando o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio; e

(b) caso haja demanda de Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (i) de até 3% (três por cento) do total das Ações, tais pedidos serão atendidos, tendo alocação garantida; e (ii) superior a 3% (três por cento) do total das Ações, a alocação, respeitando o montante mínimo estabelecido no item (i), será definida a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, observado que, neste caso, poderá haver rateio;

No contexto da Oferta Não Institucional, observado os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, os Investidores *Private*, a seu exclusivo critério, poderão aderir simultaneamente a Oferta de Varejo e a Oferta do Segmento *Private*, devendo, para tanto, indicar e discriminar em seus respectivos Pedidos de Reserva os valores a serem alocados em cada modalidade de Oferta Não Institucional desejada, com uma única Instituição Consorciada.

Oferta do Segmento Private

Observado o disposto nesse item, os Investidores *Private* que desejarem adquirir Ações no âmbito da Oferta do Segmento *Private* poderão preencher seu respectivo Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observado os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores *Private* por Investidor *Private*.

OS INVESTIDORES *PRIVATE* QUE ADERIREM À OFERTA DO SEGMENTO *PRIVATE* NÃO PARTICIPARÃO DO PROCEDIMENTO DE *BOOKBUILDING*, E, PORTANTO, NÃO PARTICIPARÃO DA FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO.

Lock-up *da Oferta do Segmento* Private

Os Investidores *Private Lock-up* não poderão, pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento *Private Lock-up*. Dessa forma, como condição para participação na Oferta do Segmento *Private Lock-up*, cada Investidor *Private Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* do Segmento *Private*. Não obstante o *Lock-up* do Segmento *Private*, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento *Private* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Nesse caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta do Segmento *Private Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

CASO O PREÇO DE MERCADO DAS AÇÕES VENHA A CAIR E/OU OS INVESTIDORES *PRIVATE LOCK-UP* POR QUAISQUER MOTIVOS VENHAM A PRECISAR DE LIQUIDEZ DURANTE O PERÍODO DE *LOCK-UP* DO SEGMENTO *PRIVATE* APLICÁVEL E TENDO EM VISTA A IMPOSSIBILIDADE DAS AÇÕES DA OFERTA DO SEGMENTO *PRIVATE LOCK-UP* SEREM TRANSFERIDAS, EMPRESTADAS, ONERADAS, DADAS EM GARANTIA OU PERMUTADAS, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, TAIS RESTRIÇÕES PODERÃO CAUSAR-LHES PERDAS. PARA MAIORES INFORMAÇÕES, VEJA A SEÇÃO FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES – OS INVESTIDORES DE VAREJO *LOCK-UP* OU DA OFERTA DO SEGMENTO *PRIVATE LOCK-UP*, DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERIR, EMPRESTAR, ONERAR, DAR EM GARANTIA OU PERMUTAR, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, A TOTALIDADE DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA COMPANHIA DE SUA TITULARIDADE APÓS A LIQUIDAÇÃO DA OFERTA, PODERÃO INCORRER PERDAS EM DETERMINADAS SITUAÇÕES", DESTE PROSPECTO PRELIMINAR.

Procedimentos dos Pedidos de Reseva da Oferta do Segmento Private

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados por Investidores *Private* de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (e), e nas seções "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta" e "Violação de Normas de Conduta", a partir das páginas 87 e 84, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) os Investidores *Private* interessados em participar da Oferta Não Institucional deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, nos termos da Deliberação CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005, conforme alterada ("Deliberação CVM 476"), durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores *Private;*

(b) **o Investidor *Private* que seja *Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada,* sob pena de, não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores *Private* que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva da Oferta Não Institucional realizados por Investidores *Private* que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os eventuais valores eventualmente depositados integralmente devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data de cancelamento do Pedido de Reserva, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada;

(c) cada Investidor *Private* poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no §3° do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor *Private* estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;

(d) os Investidores *Private* interessados em participar diretamente da Oferta do Segmento *Private Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* do Segmento *Private*, sob pena de ser considerado um Investidor *Private* Sem *Lock-up* e não participar da Oferta do Segmento *Private Lock-up*;

(e) caso o total das Ações da Oferta do Segmento *Private Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores *Private Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento *Private Lock*-up, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores *Private Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores *Private* Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observados os limites previstos no item 5.1. I acima; ou (b) exceda o montante de ações destinado à Oferta do Segmento *Private Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio Oferta do Segmento *Private Lock-up*"). Caso haja Rateio Oferta Segmento *Private Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação de comunicado neste sentido. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, a quantidade de Ações destinadas a Investidores *Private Lock-up* poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores *Private Lock-up* possam ser, total ou parcialmente, atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;

(f) caso o total das Ações da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores *Private* Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores *Private* Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores *Private Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observados os limites previstos na descrição da Oferta Não Institucional I acima; ou (b) exceda o montante de ações destinado à Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio Oferta do Segmento *Private* Sem *Lock-up*"). Caso haja Rateio Oferta Segmento *Private* Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação de comunicado neste sentido. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, a quantidade de Ações destinadas a Investidores *Private* Sem *Lock-up* poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não Institucionais possam ser, total ou parcialmente, atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;

(g) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a ser subscrita/adquirida e o respectivo valor do investimento dos Investidores *Private* serão informados a cada Investidor *Private*, pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de divulgação do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva, ressalvada a possibilidade de rateio prevista nas alíneas (e) e (f) acima, conforme o caso;

(h) cada Investidor *Private* deverá efetuar o pagamento à vista do valor indicado na alínea (g) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor *Private* e cancelará automaticamente tal Pedido de Reserva; e

(i) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará, de acordo com o Contrato de Colocação, desde que efetuado o pagamento previsto no item (h) acima, a cada Investidor *Private*, o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista no "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta", a partir da página 87 deste Prospecto, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (b), (c) e (h) acima e "Violação de Normas de Conduta", a partir das páginas 84 deste prospecto, e a possibilidade de rateio prevista nos itens (e) e (f) acima, conforme o caso. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento não considerará a referida fração.

Oferta de Varejo

Observado o disposto nesse item, os Investidores de Varejo que desejarem adquirir Ações no âmbito da Oferta de Varejo poderão preencher seu respectivo Pedido de Reserva com uma única Instituição Consorciada, observado os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores de Varejo por Investidor de Varejo.

OS INVESTIDORES DE VAREJO QUE ADERIREM À OFERTA DE VAREJO NÃO PARTICIPARÃO DO PROCEDIMENTO DE *BOOKBUILDING*, E, PORTANTO, NÃO PARTICIPARÃO DA FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO.

Lock-up *da Oferta de Varejo*

Os Investidores de Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up*. Dessa forma, como condição para participação na Oferta de Varejo *Lock-up*, cada Investidor de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, estará autorizando seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* da Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* da Oferta de Varejo, as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Nesse caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações adquiridas no âmbito da Oferta de Varejo *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.

CASO O PREÇO DE MERCADO DAS AÇÕES VENHA A CAIR E/OU OS INVESTIDORES DE VAREJO *LOCK-UP* POR QUAISQUER MOTIVOS VENHAM A PRECISAR DE LIQUIDEZ DURANTE O PERÍODO DE *LOCK-UP* DA OFERTA DE VAREJO APLICÁVEL E TENDO EM VISTA IMPOSSIBILIDADE DAS AÇÕES DA OFERTA DE VAREJO *LOCK-UP* SEREM TRANSFERIDAS, EMPRESTADAS, ONERADAS, DADAS EM GARANTIA OU PERMUTADAS, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, TAIS RESTRIÇÕES PODERÃO CAUSAR-LHES PERDAS. PARA MAIORES INFORMAÇÕES, VEJA A SEÇÃO FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES – OS INVESTIDORES DE VAREJO *LOCK-UP* OU DA OFERTA DO SEGMENTO *PRIVATE LOCK-UP*, DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE DE TRANSFERIR, EMPRESTAR, ONERAR, DAR EM GARANTIA OU PERMUTAR, DE FORMA DIRETA OU INDIRETA, A TOTALIDADE DAS AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA COMPANHIA DE SUA TITULARIDADE APÓS A LIQUIDAÇÃO DA OFERTA, PODERÃO INCORRER EM PERDAS EM DETERMINADAS SITUAÇÕES", DESTE PROSPECTO PRELIMINAR.

Procedimentos dos Pedidos de Reserva da Oferta de Varejo

Os Pedidos de Reserva poderão ser efetuados por Investidores de Varejo de maneira irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (b), (c), (h), nas seções "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta" e "Violação de Normas de Conduta", a partir das páginas 87 e 84, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

(a) os Investidores de Varejo interessados em participar da Oferta de Varejo deverão realizar reservas de Ações junto a uma única Instituição Consorciada, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva, nos termos da Deliberação CVM 476, durante o Período de Reserva ou o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso, observados, em qualquer hipótese, os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva Investidores de Varejo*;*

(b) **o Investidor de Varejo que seja *Pessoa Vinculada deverá indicar, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, sua qualidade de Pessoa Vinculada,* sob pena de, não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva cancelado pela respectiva Instituição Consorciada**. Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) da quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares), não será permitida a colocação, pelas Instituições Consorciadas, de Ações junto a Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva da Oferta Não Institucional realizados por Investidores de Varejo que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, sendo os eventuais valores eventualmente depositados integralmente devolvidos, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data de cancelamento do Pedido de Reserva, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada;

(c) cada Investidor de Varejo poderá estipular, no respectivo Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no §3° do artigo 45 da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor de Varejo estipule um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, seu Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada;

(d) os Investidores de Varejo interessados em participar diretamente da Oferta de Varejo *Lock-up* deverão, necessariamente, indicar no Pedido de Reserva que estão de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, sob pena de ser considerado um Investidor da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* e não participar da Oferta de Varejo *Lock-up*;

(e) caso o total das Ações da Oferta de Varejo *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo *Lock*-up, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observados os limites previstos na descrição da Oferta Não Institucional II acima; ou (b) exceda o montante de Ações destinado à Oferta de Varejo *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*"). Caso haja Rateio Oferta de Varejo *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação de comunicado neste sentido. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, a quantidade de Ações destinadas a Investidores de Varejo *Lock-up* poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores de Varejo *Lock-up* possam ser, total ou parcialmente, atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;

(f) caso o total das Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock-up* objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up* (a) seja igual ou inferior ao montante mínimo de Ações da Oferta de Varejo Sem *Lock*-up, não haverá rateio, sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores de Varejo Sem *Lock-up*, de modo que as Ações remanescentes, se houver, poderão ser destinadas, a exclusivo critério e discricionariedade da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, aos Investidores de Varejo *Lock-up* ou aos Investidores Institucionais, observados os limites previstos na descrição da Oferta Não Institucional II acima; ou (b) exceda o montante de Ações destinado à Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, será realizado rateio proporcional ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*"). Caso haja Rateio Oferta de Varejo Sem *Lock-up*, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos eventualmente incidentes, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação de comunicado neste sentido. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores da Oferta, a quantidade de Ações destinadas a Investidores de Varejo Sem *Lock-up* poderá ser aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores de Varejo Sem *Lock-up* possam ser, total ou parcialmente, atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o critério de rateio descrito neste item;

(g) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações a ser subscrita/adquirida e o respectivo valor do investimento dos Investidores de Varejo serão informados a cada Investidor de Varejo, pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, até as 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de disponibilização do Anúncio de Início, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva, ressalvada a possibilidade de rateio prevista nas alíneas (e) e (f) acima, conforme o caso;

(h) cada Investidor de Varejo deverá efetuar o pagamento à vista do valor indicado na alínea (g) acima, junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, em moeda corrente nacional, até as 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor de Varejo e cancelará automaticamente tal Pedido de Reserva;

(i) até as 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará, de acordo com o Contrato de Colocação, desde que efetuado o pagamento previsto no item (h) acima, a cada Investidor de Varejo, o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvada a possibilidade de desistência prevista no "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta", a partir da página 87 deste Prospecto, as possibilidades de cancelamento previstas nos itens (b), (c) e (h) acima e "Violação de Normas de Conduta", a partir das páginas 84 deste prospecto, e a possibilidade de rateio prevista nos itens (e) e (f) acima, conforme o caso. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento não considerará a referida fração.

Disposições Aplicáveis a todos os Procedimentos de Pedidos de Reserva da Oferta Não Institucional

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, veja a seção "Suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta", a partir da página 87 deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a subscrição/aquisição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento aqui descrito.

As Instituições Consorciadas somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Recomenda-se aos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta previamente à realização dos Pedidos de Reserva que (i) leiam cuidadosamente os termos e as condições estipulados no Pedido de Reserva, sobretudo os procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes, deste Prospecto e do Formulário de Referência, especialmente as seções "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia" e "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações", a partir das páginas 27 e [•], respectivamente, bem como o item "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, a partir da página 423 deste Prospecto; (ii) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar seu Pedido de Reserva, se esta exigirá a manutenção de recursos em conta aberta e/ou mantida junto a ela para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) entrem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada; e (iv) verifiquem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de preencher e entregar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada.

Oferta Institucional

A Oferta Institucional será realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta, e dos Agentes de Colocação Internacional, não sendo admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimo e máximo de investimento, cabendo a cada investidor que pretender participar da Oferta Institucional verificar se é enquadrado como Investidor Institucional, conforme definição prevista neste Prospecto, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, terão prioridade no atendimento de suas respectivas intenções de investimento os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, do Acionista Vendedor, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400 e do Regulamento do Novo Mercado, melhor atendam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até as [16h00] do primeiro dia útil subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta, e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone ou fac-símile, sobre a Data de Liquidação, a quantidade de Ações alocadas e o valor do respectivo investimento. A entrega das Ações alocadas deverá ser efetivada na Data de Liquidação mediante pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

Nos termos do artigo 85, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações e conforme a Resolução CVM 27, a subscrição/aquisição das Ações por determinados Investidores Institucionais está dispensada da apresentação de documento de aceitação da Oferta. No caso de Investidores Institucionais que não estejam contemplados pela dispensa da apresentação de documento de aceitação da Oferta, nos termos da Resolução CVM 27, a subscrição/aquisição de Ações deverá ser formalizada mediante ato de aceitação de aceitação da Oferta por tal Investidor Institucional, o qual deverá ser realizado junto ao Coordenador da Oferta com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento e deverá, no mínimo, (i) conter as condições de subscrição e de integralização das Ações, (ii) esclarecer que não será admitida a distribuição parcial da Oferta, (iii) conter esclarecimento sobre a condição de Pessoa Vinculada (ou não) à Oferta, e (iv) conter declaração de que obteve cópia dos Prospectos.

Na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Institucional ou a sua decisão de investimento, nos termos do parágrafo 4º, do artigo 45 da Instrução CVM 400, referido Investidor Institucional poderá desistir de suas intenções de investimento até as 16h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que foi comunicada, por escrito, a divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo. Nesta hipótese, o Investidor Institucional deverá informar, por escrito, sua decisão de desistência aos Coordenadores da Oferta por meio de mensagem eletrônica, fax ou correspondência enviada ao endereço dos Coordenadores da Oferta, conforme disposto na seção ["Informações Adicionais"], na página 89 deste Prospecto. Caso o Investidor Institucional não informe por escrito os Coordenadores da Oferta de sua desistência será presumido que tal Investidor Institucional manteve suas respectivas intenções de investimento e, portanto, deverá efetuar o pagamento em conformidade com os termos e no prazo previstos.

Na hipótese de: (i) não haver a conclusão da Oferta; (ii) resilição do Contrato de Colocação; (iii) cancelamento da Oferta; (iv) revogação da Oferta, que torne ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores; ou, ainda, (v) em qualquer outra hipótese de cancelamento das intenções de investimento em função de expressa disposição legal, todos as intenções de investimento serão automaticamente canceladas e os Coordenadores da Oferta comunicarão o fato, inclusive por meio de divulgação de comunicado ao mercado, aos Investidores Institucionais de quem tenham recebido intenções de investimento.

Poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, mediante a coleta de intenções de investimento, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), não será permitida a colocação, pelos Coordenadores da Oferta, de Ações junto aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar em redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário. Para mais informações, veja a seção ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá afetar adversamente a fixação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário"] na página 94 deste Prospecto Preliminar.

Prazos da Oferta e Data de Liquidação

A data de início da Oferta será divulgada mediante disponibilização do Anúncio de Início, com data estimada para ocorrer em [•] de [•] de 2021, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400. O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 (seis) meses contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de disponibilização do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

As Instituições Participantes da Oferta terão o prazo de até 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, para efetuar a colocação das Ações ("Período de Colocação"). A liquidação física e financeira das Ações deverá ser realizada até o último dia do Período de Colocação, exceto com relação à distribuição das Ações Suplementares, cuja liquidação física e financeira ocorrerá dentro do prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da Data de Liquidação das Ações Suplementares. As Ações serão entregues aos respectivos investidores até as 16h00 da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações Suplementares, conforme o caso.

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante a disponibilização do Anúncio de Encerramento, com data máxima estimada para [•] de [•] de [•], em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos regulamentados pelo CMN, pelo BACEN e/ou pela CVM. Os Investidores Estrangeiros deverão realizar a aquisição das Ações por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM nº 13, ou na Lei 4.131.

Contrato de Colocação e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Colocação será celebrado pela Companhia, pelo Acionista Vendedor e pelos Coordenadores da Oferta, tendo como interveniente anuente a B3. A Companhia contratou cada um dos Coordenadores da Oferta, sujeito aos termos e às condições do Contrato de Colocação, para realizar a Oferta das Ações, diretamente ou por meio das Instituições Consorciadas, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3.

Os Coordenadores da Oferta prestarão garantia firme de liquidação, conforme disposto no item ["Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta"], na página 80 deste Prospecto.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, a ser celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior.

O Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a ausência de eventos adversos relevantes na Companhia e em seus negócios, a execução de certos procedimentos pelos auditores independentes da Companhia, entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação das Ações pela Companhia, pelo Acionista Vendedor, e pelos Administradores da Companhia, dentre outras providências necessárias.

De acordo com o Contrato de Colocação e com o Contrato de Colocação Internacional, a Companhia e o Acionista Vendedor assumiram a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

[O Contrato de Colocação Internacional nos obrigará, bem como obrigará o Acionista Vendedor a indenizar os Agentes de Colocação Internacional caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e contra o Acionista Vendedor no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Se eventualmente a Companhia seja condenada em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, tal condenação poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia.] ***[Nota: A ser ajustado conforme PFA.]*** **Para informações adicionais, ver a seção ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil"], na página 96 deste Prospecto.**

O Contrato de Colocação estará disponível para consulta ou obtenção de cópia, a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início, nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados no item ["Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta"] que se encontra na página 88 deste Prospecto.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação da Oferta

A Garantia Firme de Liquidação, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, consiste na obrigação de subscrição/aquisição e integralização/liquidação, ao Preço por Ação e na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares), que uma vez subscritas/adquiridas por investidores no mercado, não forem integralizadas/liquidadas por tais investidores, na proporção e até o limite individual da garantia firme prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação. Tal Garantia Firme de Liquidação, individual e não solidária, é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação e o Contrato de Colocação Internacional e cumpridas as condições suspensivas neles previstas, concedido o registro da Companhia como emissora sob a categoria "A", bem como os registros da Oferta pela CVM, disponibilizado o Anúncio de Início e disponibilizado o Prospecto Definitivo.

Caso as Ações efetivamente subscritas/adquiridas (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) por investidores não sejam totalmente integralizadas/liquidadas por esses até a Data de Liquidação, cada Coordenador da Oferta subscreverá/adquirirá e integralizará/liquidará, de forma individual e não solidária, na Data de Liquidação, na proporção e até o limite individual indicado do Contrato de Colocação, a totalidade do saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Colocação, multiplicado pelo Preço por Ação; e (ii) o número de Ações (considerando as Ações Adicionais, se houver, mas sem considerar as Ações Suplementares) efetivamente colocadas e integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação.

Não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400. Assim, caso não haja demanda para a subscrição/aquisição da totalidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e Ações Suplementares) por parte dos Investidores Não Institucionais e dos Investidores Institucionais até a data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva e intenções de investimento automaticamente cancelados. Neste caso, os valores eventualmente depositados pelos Investidores Não Institucionais serão devolvidos, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos, inclusive, em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização do comunicado de cancelamento da Oferta. Para mais informações, veja seção ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em subscrever/adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta"], na página 95 deste Prospecto.

Para os fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação, caso os Coordenadores da Oferta, por si ou por suas afiliadas, nos termos do Contrato de Colocação, tenham interesse em revender tais Ações antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação, sendo certo, entretanto, que o disposto neste parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades de estabilização previstas abaixo.

Segue abaixo relação das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) que, caso alocadas à Oferta, serão objeto de garantia firme prestada por cada Coordenador da Oferta:

Coordenador da Oferta	**Quantidade**	**Percentual**
		(%)
Coordenador Líder	[•]	[•]
Bank of America	[•]	[•]
XP	[•]	[•]
BTG Pactual	[•]	[•]
Banco Safra	[•]	[•]
Total	**[•]**	**[•]**

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Estabilização

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar atividades visando a estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início da negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, inclusive, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual será previamente aprovado pela CVM e pela B3, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476, antes da disponibilização do Anúncio de Início.

Não existe obrigação por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

O Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início nos endereços indicados no item ["Informações Adicionais"] na página 89 deste Prospecto.

Negociação das Ações na B3

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado da B3 a partir do dia útil seguinte à disponibilização do Anúncio de Início, sob o código "[•]".

A Companhia a B3 celebrarão, até a data de divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Participação no Novo Mercado, data na qual referido contrato entrará em vigor, aderindo ao segmento especial de listagem do mercado de ações da B3 denominado Novo Mercado, regido pelo Regulamento do Novo Mercado, o qual estabelece regras de governança corporativa mais rigorosas que as disposições da Lei das Sociedades por Ações a serem observadas pela Companhia, particularmente em relação à transparência e proteção aos acionistas minoritários. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida na seção "12.12. – Outras Informações Relevantes" do Formulário de Referência.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu estatuto social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se destacam os seguintes:

(a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária corresponde a um voto;

(b) observadas as disposições aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais eventualmente distribuídos por deliberação da assembleia geral ou pelo Conselho de Administração;

(c) no caso de liquidação da Companhia, direito ao recebimento dos pagamentos relativos ao remanescente do seu capital social, na proporção da sua participação no capital social da Companhia, nos termos do artigo 109, inciso ii, da Lei das Sociedades por Ações;

(d) fiscalização da gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações;

(e) direito de preferência na subscrição de novas ações, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações;

(f) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas ao(s) acionista(s) controlador(es), no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle sobre a Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);

(g) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado, por, no mínimo, obrigatoriamente, seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e/ou acionistas controladores;

(h) direito ao recebimento de dividendos integrais e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data de disponibilização do Anúncio de Início; e

(i) todos os demais benefícios conferidos aos titulares das ações ordinárias pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo estatuto social da Companhia.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja o item "18.1 Direitos das Ações" do Formulário de Referência da Companhia.

Violações de Normas de Conduta e Cancelamento dos Pedidos de Reserva

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis: (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva, boletins de subscrição, contratos de compra e venda que tenha recebido e deverá informar imediatamente aos respectivos investidores sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos integralmente, por tal Instituição Consorciada, aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso dos custos incorridos em razão do depósito, e com dedução, se for o caso, de quaisquer tributos, eventualmente incidentes inclusive quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada; (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Participante da Oferta, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores;(iii) indenizará, manterá indene e isentará a Companhia, o Acionista Vendedor, os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ser suspenso, por um período de 6 (seis) meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere este item deverá informar imediatamente, sobre o referido cancelamento, os investidores de quem tenham recebido Pedido de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem seus Pedidos de Reserva e/ou boletins de subscrição/contratos de compra e venda cancelados por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Instituição Financeira Responsável pela Escrituração das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação dos serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Formador de Mercado

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e ao Acionista Vendedor a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado em relação às Ações. No entanto, não houve contratação de formador de mercado para a Oferta.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

A Companhia, o Acionista Vendedor, os demais acionistas da Companhia e os membros da administração da Companhia obrigar-se-ão perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional a celebrar o Instrumento de *Lock-Up*, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início e observadas as exceções previstas no Contrato de Colocação Internacional e/ou nos respectivos Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais estes não poderão efetuar quaisquer das seguintes operações com relação ao Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, sujeito a determinadas exceções: [(i) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, empenhar ou de outro modo dispor dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (ii) ofertar, vender, emitir, contratar a venda, contratar a compra ou outorgar quaisquer opções, direitos ou garantias para adquirir os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; (iii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou qualquer acordo que transfira a outros, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*; ou (iv) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer operação especificada nos itens (i) a (iii).] ***[Nota: A ser ajustado conforme PFA.]***

As vedações listadas acima não se aplicarão nas hipóteses de: [(i) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (ii) transferências a um *trust* em benefício direto ou indireto do próprio signatário do Instrumento de *Lock-up* e/ou de familiares imediatos do mesmo, desde que, antes de tal transferência, o *trust* comprometa-se por escrito a respeitar o prazo remanescente do período de *lock-up*; (iii) transferências a quaisquer coligadas (sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico) conforme definidas na Regra 405 do *Securities Act*, dos signatários do Instrumento de *Lock-up*; (iv) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do Instrumento de *Lock-up* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Colocação e do Contrato de Estabilização; e (v) transferências em conexão com a venda de valores mobiliários recebidos exclusivamente em decorrência do exercício de opções nos termos de qualquer plano de opções de compra de ações da Companhia. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das Ações.] ***[Nota: A ser ajustado conforme PFA.]***

Adicionalmente, no caso do Acionista Vendedor, as vedações acimas listadas não se aplicarão na hipótese de: [(i) transferências como resultado de uma oferta de boa fé de terceiros, fusões, consolidações e outras operações similares envolvendo a troca de controle da Companhia após a conclusão da Oferta, sendo que, caso tal operação não seja concluída, as Ações permanecerão sujeitas ao *Lock-Up*, (ii) a penhor, hipoteca ou outra criação de gravame sobre as Ações ou valores mobiliarios conversíveis ou permutáveis por Ações, em favor de instituições financeiras como garantia a empréstimos, antecipações ou ofertas de crédito permitindo também a transfêrencia das Ações a essa instituição financeira no caso de execução de uma garantia, sendo que nenhuma transferência ou venda subsequente das Ações por tal instituição financeira será permitida antes do término do prazo de 180 dias contados da publicação do Anúncio de Início, e (iii) a distribuição de Ações ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por Ações a membros, sócios, acionistas ou outros detentores de ações do Acionista Vendedor e qualquer transferência de quaisquer Ações ou valores mobiliarios às afiliadas do Acionista Vendedor, desde que o cessionário concorde em se submeter, por escrito, aos termos do *lock up* antes de tal transferência]. ***[Nota: A ser ajustado conforme PFA.]***

Para mais informações, veja seção ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A emissão e venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, inclusive pelo Acionista Vendedor, após a conclusão da Oferta e o período de *Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia"], na página 93 deste Prospecto.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta podem requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta existentes na data do pedido de registro da distribuição, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e os Coordenadores da Oferta. Adicionalmente, a Companhia e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º, do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento da distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 (noventa) dias.

A revogação, suspensão, o cancelamento ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgado por meio de disponibilização de Anúncio de Retificação nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da B3 e da CVM, veículos também utilizados para disponibilização do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

As Instituições Participantes da Oferta deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nessa hipótese, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação, a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis da data de divulgação da revogação, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada.

Com a divulgação do Anúncio de Retificação, a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores ao Anúncio de Retificação tornar-se-ão ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada.

Ademais, caso ocorra um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, poderão os Investidores Não Institucionais desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) até as 16h00 do 5º (quinto) dia útil subsequente à data em que o Investidor Não Institucional for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta. Para mais informações, veja a seção ["Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como a sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia"] na página 94 deste Prospecto.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do seu registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, prazo durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Colocação importará no cancelamento dos registros da Oferta, sujeito, no entanto, ao acolhimento, pela CVM, do pleito de revogação da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5° (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de eventuais custos incorridos e com dedução, caso incidentes, de quaisquer tributos aplicáveis, existentes ou que venham a ser instituídos de quaisquer tributos eventualmente aplicáveis sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio, e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, incluindo aqueles com alíquota atual equivalente a zero que tenham sua alíquota majorada.

Inadequação da Oferta

O investimento em ações representa um investimento de risco, pois é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor em que a Companhia atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Ações ou, com relação à qual o investimento nas Ações seria, no entendimento da Companhia, do Acionista Vendedor e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

Condições a que a Oferta esteja submetida

A realização da Oferta não está submetida a nenhuma condição, exceto pelas condições de mercado.

Disponibilização de Avisos e Anúncios da Oferta

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais anúncios de retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3, conforme indicadas abaixo:

[Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, o Acionista Vendedor foi dispensado pela CVM de disponibilizar os anúncios e avisos relacionados à Oferta, bem como o Prospecto Preliminar, uma vez que não possui página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.]

Companhia

Unigel Participações S.A.

http://invest.unigel.com.br/ (neste *website*, clicar no documento desejado).

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco Morgan Stanley S.A.

www.morganstanley.com.br/prospectos/ (neste *website*, no item "Comunicações ao Mercado", clicar no título do documento correspondente no subitem "Unigel Participações S.A.").

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

http://www.merrilllynch-brasil.com.br/ (neste *website*, acessar o item "Prospectos", depois clicar no item "Unigel Participações S.A.").

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

http://www.xpi.com.br (neste *website*, no item "Investimentos", clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Unigel Participações S.A. " e então clicar no título do documento correspondente).

Banco BTG Pactual S.A.

https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, acessar o item "Prospectos", depois clicar no item "Unigel Participações S.A.").

Banco Safra S.A.

https://www.safra.com.br/sobre/banco-de-investimento/ofertas-publicas.htm (neste *website*, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações – Unigel" e, posteriormente, clicar em "Prospecto Preliminar").

Comissão de Valores Mobiliários – CVM

[www.cvm.gov.br, neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na opção "R$0,00" na linha "Ações" da coluna "Primária", em seguida na opção "R$0,00" na coluna "Oferta Inicial (IPO") e, em seguida, no número de processo constante da linha "Unigel Participações S.A.".]

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

[http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/ (neste *website* clicar em "Empresas", depois clicar em "Unigel Participações S.A.", link no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).]

Informações Adicionais

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidos junto à Companhia, aos Coordenadores da Oferta, à CVM e à B3, nos endereços indicados na seção ["Informações Adicionais"], na página 89 deste Prospecto.

É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções ["Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia"] e ["Fatores de Risco Relacionados às Ações"], nas páginas 27 e 90, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção "4. Fatores de Risco" constante do Formulário de Referência, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as seguintes páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta Brasileira, da CVM e/ou da B3.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, investidores em potencial devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção ["Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia"] na página 27 deste Prospecto e na seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência, e as informações contábeis intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

As atividades, situação financeira, resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos e por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou de outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento nas Ações. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia e o Acionista Vendedor acreditam que poderão lhes afetar de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia ou pelo Acionista Vendedor, ou que atualmente consideram irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, exceto se indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá "um efeito adverso para a Companhia" ou "afetará a Companhia adversamente" ou expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção "4.Fatores de Risco" do Formulário de Referência.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como a atualmente provocada pelo coronavírus ("COVID-19"), o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ("MERS") e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ("SARS"), podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentenas e *lockdowns* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo ações ordinárias de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Adicionalmente, qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo ações ordinárias de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Um mercado ativo e líquido para as ações de emissão da Companhia poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das Ações pode ser negativamente impactado.

Riscos relacionados à situação da economia global poderão afetar a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes o que poderá afetar negativamente a economia brasileira inclusive por meio de oscilações nos mercados de valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países membros da União Europeia e de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. A este respeito, vide risco [“*O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a atual coronavírus (COVID-19), pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia*”] na página 90 deste Prospecto.

A emissão e venda, ou a percepção de potencial venda, de quantidades significativas das ações de emissão da Companhia, inclusive pelo Acionista Vendedor, após a conclusão da Oferta e o período de* Lock-up*, poderá afetar negativamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, o Acionista Vendedor e os Administradores celebrarão os Instrumentos de *Lock-up*, por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas em referidos acordos, durante o período de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, os Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up.*

Após tais restrições terem se extinguido, as Ações detidas pelo Acionista Vendedor e Administradores estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou a percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção ["Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação das Ações (*Lock-Up*)"] na página 85 deste Prospecto.

Os Investidores de Varejo* Lock-up *ou Investidores* Private Lock-up*, diante da impossibilidade da transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores de Varejo *Lock-up* e os Investidores *Private Lock-up* se comprometeram, durante o período de 45 (quarenta e cinco) e 90 (noventa) dias, respectivamente, contados da data de disponibilização do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta. Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou os Investidores de Varejo *Lock-up* e Investidores *Private Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* da Oferta de Varejo e do Segmento *Private* aplicável e tendo em vista a impossibilidade das Ações da Oferta de Varejo e do Segmento *Private Lock-up* serem transferidas, emprestadas, oneradas, dadas em garantia ou permutadas, de forma direta ou indireta, tais restrições poderão causar-lhes perdas.

A Companhia pode vir a precisar de recursos adicionais no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou permutáveis por elas, pode resultar em alteração no preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia e na diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A participação de Investidores Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas no Procedimento de* Bookbuilding *poderá afetar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá resultar na redução de liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, poderá ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais). Caso seja verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais), será vedada a colocação das Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá impactar adversamente a formação do Preço por Ação e o investimento nas Ações por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas poderá promover redução da liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário.

Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) de operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência são permitidas na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. Tais operações poderão influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações e, deste modo, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

A fixação do Preço por Ação em valor inferior à Faixa Indicativa possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais, o que poderá reduzir a capacidade da Companhia de alcançar dispersão acionária na Oferta, bem como a sua capacidade de executar o plano de negócios da Companhia.

A faixa de preço apresentada na capa deste Prospecto Preliminar é meramente indicativa e, conforme expressamente previsto neste Prospecto Preliminar, o Preço por Ação poderá ser fixado em valor inferior à Faixa Indicativa. Caso o Preço por Ação seja fixado abaixo do valor resultante da subtração entre o valor mínimo da Faixa Indicativa e o valor equivalente a 20% (vinte por cento) do valor máximo da Faixa Indicativa, ocorrerá um Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, o que possibilitará a desistência dos Investidores Não Institucionais no âmbito da Oferta Não Institucional. Na ocorrência de Evento de Fixação do Preço em Valor Inferior à Faixa Indicativa, a Companhia alcançará menor dispersão acionária do que a inicialmente esperada, caso uma quantidade significativa de Investidores Não Institucionais decida por desistir da Oferta.

Ademais, a fixação do Preço por Ação em valor significativamente abaixo da Faixa Indicativa poderá resultar em captação de recursos líquidos em montante consideravelmente menor do que o inicialmente projetado para as finalidades descritas na seção ["Destinação dos Recursos"], na página 120 deste Prospecto e assim afetar a capacidade da Companhia de executar o plano de negócios da Companhia, o que poderá ter impactos no crescimento e nos resultados das operações da Companhia.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, é possível que a Oferta venha a ser cancelada caso não haja investidores suficientes interessados em adquirir a totalidade das Ações no âmbito da Oferta.

Na medida em que não será admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações Suplementares) não sejam integralmente adquiridas no âmbito da Oferta até a Data de Liquidação, nos termos do Contrato de Colocação, a Oferta será cancelada, sendo todos os Pedidos de Reserva, contratos de compra e venda e intenções de investimentos automaticamente cancelados. Para informações adicionais sobre o cancelamento da Oferta, veja a seção ["Informações sobre a Oferta – Suspensão e Cancelamento"] na página 87 deste Prospecto.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações sofrerão diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação poderá ser fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que adquiram Ações por meio da Oferta poderão receber um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao adquirir as Ações na Oferta. Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção ["Diluição"], na página 123 deste Prospecto.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, ser obrigada a buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confiram um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das Ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações juntos a Investidores Estrangeiros.

Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e o Acionista Vendedor são parte do Contrato de Colocação Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e o Acionista Vendedor os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e o Acionista Vendedor também fazem diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e o Acionista Vendedor no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, se envolver valores elevados, poderá afetar negativamente a Companhia.

Eventual descumprimento por qualquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Colocação, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de marketing da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, deixará imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva e contratos de compra e venda que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se for o caso, dos valores relativos aos tributos sobre movimentação financeira, eventualmente incidentes. Para maiores informações, ver a seção ["Informações Sobre a Oferta – Características Gerais da Oferta – Violações de Norma de Conduta"] na página 84 deste Prospecto.

A eventual contratação e realização de operações de* total return swap *e* hedge *podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e sociedades de seus conglomerados econômicos poderão realizar operações com derivativos para proteção (*hedge*), tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*) contratadas com terceiros, conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, e tais investimentos não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, consequentemente, o preço das Ações.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passarão a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido de registro da Oferta na CVM. A partir deste momento e até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, o Acionista Vendedor ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo certos dados que não constam do Prospecto ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, do Acionista Vendedor ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, do Acionista Vendedor ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia ou, ainda, caso sejam veiculadas notícias com dados que não constam do Prospecto ou do Formulário de Referência, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores podendo resultar, ainda, a exclusivo critério da CVM, na suspensão da Oferta, com a consequente alteração do seu cronograma, ou no seu cancelamento.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Morgan Stanley

Morgan Stanley, entidade constituída de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos, com sede em Nova Iorque, Estados Unidos, foi fundado nos Estados Unidos como banco de investimento em 1935. Em meados de 1971, ingressou no mercado de *sales & trading* e estabeleceu uma área dedicada a fusões e aquisições. Em 1984, Morgan Stanley passou a oferecer o serviço de corretagem prime. Em 1986, abriu seu capital na *New York Stock Exchange* – NYSE. Em 1997, uniu-se com a Dean Witter, Discover & Co. Em 2008, tornou-se um *bank holding company* e estabeleceu uma aliança estratégica com o Mitsubishi UFJ Group. Em 2009, formou uma *joint venture* com Smith Barney, combinando seus negócios de *wealth management*.

Atualmente, Morgan Stanley atua nas áreas de (i) *institutional securities*, que engloba as atividades de *investment banking* (serviços de captação de recursos, de assessoria financeira, incluindo fusões e aquisições, reestruturações, *real estate* e *project finance*); empréstimos corporativos; assim como atividades de venda, negociação, financiamento e formação de mercado em valores mobiliários de renda fixa e variável, e produtos relacionados, incluindo câmbio e commodities; (ii) *global wealth management group*, que engloba serviços de corretagem e assessoria em investimento; planejamento financeiro; crédito e produtos de financiamento; gestão de caixa; e serviços fiduciários; e (iii) *asset management*, que engloba produtos e serviços globais em investimentos em renda variável, renda fixa, e investimentos alternativos; incluindo fundos de *hedge*, fundos de fundos e *merchant banking*, por meio de mais de 50 escritórios estrategicamente posicionados ao redor do globo. Em 31 de dezembro de 2020, Morgan Stanley apresentou patrimônio líquido de US$103,1 bilhões e ativos totais no valor de US$1.115,9 bilhões.

No mercado de emissão de ações global, especificamente, o Morgan Stanley é líder mundial no ranking de ofertas públicas iniciais de ações (IPO) e emissão de ações em geral entre 2010 e 2020, de acordo com a Bloomberg. Históricamente o Morgan Stanley conquistou diversos prêmios como reconhecimento de sua posição de destaque no mercado financeiro global. Em 2020, o Morgan Stanley foi eleito pela revista International Financing Review (IFR) como "Bank of the Year".

Na América Latina, o Morgan Stanley também desempenhou papel de liderança em diversas operações de destaque entre 2010 e 2020 selecionadas pela IFR: a oferta de ações no valor de US$70 bilhões da Petrobras, selecionada como "Latin America Equity Issue of the Year" em 2010, na qual o Morgan Stanley participou como coordenador global e agente estabilizador; a oferta inicial de ações no valor de US$2,3 bilhões da XP Inc, na qual o Morgan Stanley participou como coordenador global; a oferta inicial de ações da CSN Mineração, no valor de US$923 milhões, na qual o banco atuou como coordenador líder; e também diversos outros *IPOs* e *Follow-Ons* no período.

Em 1997, Morgan Stanley estabeleceu um escritório permanente no Brasil em São Paulo e, em 2001, fortaleceu sua posição no País ao constituir o Banco Morgan Stanley e a Morgan Stanley Corretora. O Banco Morgan Stanley é um banco múltiplo autorizado pelo Banco Central com carteiras comercial, de investimento e câmbio. O Banco Morgan Stanley é uma subsidiária indiretamente controlada pelo Morgan Stanley. Atualmente, o Banco Morgan Stanley desenvolve principalmente as atividades de banco de investimento, renda variável, renda fixa e câmbio no Brasil.

A Morgan Stanley Corretora também possui uma posição de destaque no mercado de corretagem brasileiro. A Morgan Stanley Corretora ocupou a terceira posição em volume negociado de ações locais durante o ano de 2020, de acordo com o Bloomberg, com uma participação de mercado de 8,6%.

Bank of America

O Bank of America está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 660 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou no que o Bank of America acredita ser um dos maiores conglomerados financeiros do mundo e um dos líderes mundiais na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 67 milhões de clientes a partir de suas mais de 4.400 agências, mais de 16.100 caixas eletrônicos e um sistema online que atende mais de 36 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora do Bank of America, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na New York Stock Exchange.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo recentemente atingido uma das principais posições em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado de operações de equity, bonds e financiamentos, de acordo com a Dealogic.

XP

O Grupo XP é uma plataforma tecnológica de investimentos e serviços financeiros, que tem por missão transformar o mercado financeiro no Brasil e melhorar a vida das pessoas.

A XP foi fundada em 2001, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, como um escritório de agentes autônomos de investimentos com foco em investimentos em bolsa de valores e em oferecer educação financeira para os investidores, tornando-se uma corretora de valores no ano de 2007.

Com o propósito de oferecer educação financeira e de melhorar a vida das pessoas através de investimentos desvinculados dos grandes bancos, a XP vivenciou uma rápida expansão.

Em 2017, o Itaú Unibanco adquiriu participação minoritária no Grupo XP, de 49,9%, reafirmando o sucesso de seu modelo de negócios.

Em dezembro de 2019, a XP Inc., sociedade holding do Grupo XP, realizou uma oferta inicial de ações na Nasdaq, sendo avaliada, à época, em mais de R$78 bilhões.

O Grupo XP possui as seguintes áreas de atuação: (i) corretora de valores, que inclui serviços de corretagem e assessoria de investimentos para clientes pessoa física e jurídica, coordenação e estruturação de ofertas públicas e, além disso, uma plataforma de distribuição de fundos independentes com mais de 590 fundos de 150 gestores; (ii) *asset management*, com mais de R$40 bilhões de reais sob gestão, e que via XP Asset Management oferece fundos de investimentos em renda fixa, renda variável e fundos de investimentos imobiliários; e (iii) mercado de capitais, que engloba um portfólio completo de serviços e soluções para adequação de estrutura de capital e assessoria financeira.

Além da marca "XP" (www.xpi.com.br), o Grupo XP ainda detém as marcas "Rico" (www.rico.com.vc) e "Clear" (www.clear.com.br).

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo XP contava com mais de 2.777.000 (dois milhões, setecentos e setenta e sete mil) clientes ativos e mais de 7.000 (sete mil) agentes autônomos em sua rede, totalizando R$660 bilhões de ativos sob custódia, e com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Miami, Nova Iorque, Londres e Genebra.

Atividade de Mercado de Capitais da XP

A área de mercado de capitais atua com presença global, oferecendo a clientes corporativos e investidores uma ampla gama de produtos e serviços por meio de uma equipe altamente experiente e dedicada aos seguintes segmentos: Dívida local (Debêntures, Debêntures de Infraestrutura, CRI, CRA, CDCA, FIDC, LF), Dívida Internacional (*Bonds*), Securitização, *Equity Capital Markets*, *M&A*, Crédito Estruturado, *Project Finance* e *Development Finance*.

No segmento de renda fixa e híbridos, a XP apresenta posição de destaque ocupando o primeiro lugar no Ranking ANBIMA de Distribuição de Fundo de Investimento Imobiliário, tendo coordenado 11 ofertas que totalizaram R$3,7 bilhões em volume distribuído, representando 55,5% de participação nesse segmento até junho de 2020. Ainda, no Ranking ANBIMA de Distribuição de Renda Fixa, a XP detém a 1ª colocação nas emissões de CRA e 2ª colocação nas emissões de CRI. Na visão consolidada, que engloba debêntures, notas promissórias e securitização, a XP está classificada em 4º lugar, tendo distribuído R$1,8 bilhões em 16 operações.

Em renda variável, a XP oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações. A condução das operações é realizada em âmbito global com o apoio de uma equipe de *equity sales* presente na América do Norte, América Latina e Europa e de uma equipe de *equity research* que cobre mais de 45 empresas de diversos setores.

Em 2019, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando como assessora do Grupo CB na estruturação da operação de R$2,30 bilhões que alterou a estrutura societária da Via Varejo; *follow-on* da Petrobras no valor de R$7,3 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R$2,5 bilhões; IPO da Afya no valor de US$250 milhões; *follow-on* da Movida no valor de R$832 milhões; *follow-on* da Omega Geração no valor de R$830 milhões; IPO da Vivara no valor de R$2,0bilhões; *follow-on* de Banco do Brasil no valor de R$5,8 bilhões; *follow-on* de LOG Commercial Properties no valor de R$637 milhões; IPO da C&A no valor de R$1,6 bilhão; IPO do Banco BMG no valor de R$1,3 bilhão; *follow-on* de Cyrela Commercial Properties no valor de R$760 milhões; IPO da XP Inc. no valor de R$9,2 bilhões; e no *follow-on* de Unidas no valor de R$1,8 bilhão.

Em 2020, a XP atuou de forma ativa no segmento de *Equity Capital Markets* atuando no *follow-on* da Ânima no valor de R$1,1 bilhão; *follow-on* da Petrobras no valor de R$22 bilhões; *follow-on* da Positivo Tecnologia no valor de R$353 milhões; IPO da Locaweb no valor de R$1,3 bilhões; IPO da Priner no valor de R$173 milhões; *follow-on* da Via Varejo no valor de R$4,5 bilhões; IPO da Aura Minerals no valor de R$785 milhões; *follow-on* da IMC no valor de R$384 milhões; *follow-on* de Irani no valor de R$405 milhões; *follow-on* da JHSF no valor de R$400 milhões; IPO do Grupo Soma no valor de R$1,8 bilhões; IPO da D1000 no valor de R$400 milhões; IPO da Pague Menos no valor de R$747 milhões; IPO da Lavvi no valor de R$1,0 bilhão; Re-IPO da JSL no valor de R$694 milhões; IPO da Melnick Even no valor de R$621 milhões*, follow-on* da Suzano no valor de R$6,9 bilhões; IPO do Grupo Mateus no valor de R$4,0 bilhões; IPO da Enjoei no valor de R$987 milhões; IPO da Méliuz no valor de R$584 milhões; IPO da Aura Minerals no valor de R$87 milhões; IPO da Aeris no valor de R$982 milhões; IPO da 3R Petroleum no valor de R$600 milhões; IPO da Alphaville no valor de R$306 milhões; e IPO da Rede D'Or São Luiz no valor de R$10,1 bilhões.

E em 2021, a XP atuou no *follow-on* da Locaweb no valor de R$2,4 bilhões; *follow-on* da Light no valor de R$1,7 bilhão, IPO da Mosaico no valor de R$1,1 bilhão; IPO da Jalles Machado no valor de R$651,5 milhões; IPO da Bemobi no valor de R$1,1 bilhão; IPO da Westwing no valor de R$1,0 bilhão; IPO da Orizon no valor de R$486,9 milhões; IPO da CSN Mineração no valor de R$4,6 bilhões; *follow-on* da 3R Petroleum no valor de R$822,8 milhões; IPO da Allied no valor de R$197,4 milhões; IPO da Blau no valor de R$1,3 bilhão; IPO da Boa Safra no valor de R$460,0 milhões; IPO da G2D no valor de R$281,1 milhões; IPO da BR Partners no valor de R$400,4 milhões; *follow-on* da Petrobras Distribuidora no valor de R$11,4 bilhões; IPO da CBA no valor de R$1,4 bilhão; IPO da Multilaser no valor de R$1,9 bilhão; *follow-on* de Grupo Soma de Moda no valor de R$883,4 milhões; IPO de Agrogalaxy no valor de R$350,0 milhões; *follow-on* de Magazine Luiza no valor de R$3,4 bilhões; IPO de Unifique no valor de R$818,1 milhões; e IPO de Brisanet no valor de R$1,3 bilhões.

Ademais, nos anos de 2016, 2017 e 2018 a XP foi líder em alocação de varejo em ofertas de renda variável, responsável por alocar o equivalente a 72,2%, 53,4% e 64,1%, respectivamente, do total de ativos de renda variável alocados nos referidos anos.

Adicionalmente, a XP possui uma equipe especializada para a área de fusões e aquisições, oferecendo aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias.

BTG Pactual

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo grupo BTG Investments, formando o BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões e aquisições, *wealth management*, *asset management* e *sales and trading* (vendas e negociações).

No Brasil, possui escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque, Santiago, Cidade do México, Lima, Medellín, Bogotá e Buenos Aires.

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição. Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde *asset management* a planejamento sucessório e patrimonial. O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociações) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo serviços de subscrição nos mercados de dívida e ações públicos e privados, assessoria em operações de fusões e aquisições e produtos estruturados personalizados.

O BTG Pactual é o líder no ranking de ofertas de ações do Brasil de 2004 a 2015 pelo número de operações, participando de um total de mais de 170 operações no período, segundo o ranking da base de dados internacional Dealogic. Além disso, ficou em 1º lugar em volume e em número de ofertas em 2012 (Dealogic) e sempre em posição de liderança com base em outros rankings desde 2004 (ANBIMA e Bloomberg). Ademais, vale destacar a forte presença do banco na América Latina, tendo conquistado o 1º lugar em volume e em número de ofertas nos anos de 2013 e 2012 (Dealogic, Bloomberg e Thomson Reuters).

Demonstrando a sua força no Brasil, o BTG Pactual foi eleito em 2010, 2011 e em 2013 como o "Brazil's Equity House of the Year", segundo a Euromoney. O BTG Pactual foi também eleito por três vezes "World's Best Equity House" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "Equity House of the Year" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina renderam sete vezes o título de "Best Equity House Latin America" (Euromoney de 2002 a 2005, 2007, 2008 e 2013; IFR em 2013) e o título de "Best Investment Bank" (Global Finance em 2011 e World Finance em 2012). Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "#1 Equity Research Team Latin America" em 2012, 2014 e 2015, bem como no período de 2003 a 2007 (Institutional Investor, Weighted Rankings).

Adicionalmente, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual foi reconhecido pela sua atuação nos últimos anos, como primeiro colocado no ranking da Institutional Investor de 2003 a 2009, e 2012 a 2015 e como segundo colocado em 2010 e 2011, segundo o ranking publicado pela revista Institutional Investor.

O BTG Pactual apresentou forte atuação em 2010 no mercado de ofertas públicas de renda variável, participando das ofertas de *follow-on* do Banco do Brasil, JBS, Even, PDG Realty, Petrobras, Lopes, Estácio Participações e Anhanguera Educacional, bem como da abertura de capital da Aliansce, Multiplus, OSX, Ecorodovias, Mills, Júlio Simões e Brasil Insurance. Esta posição foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *follow-on* das empresas nas quais participou em sua abertura de capital. Em 2011, realizou as seguintes ofertas: *follow-on* de Tecnisa, Ternium, Direcional, Gerdau, BR Malls, e Kroton; e as ofertas públicas iniciais de QGEP, IMC, T4F, Magazine Luiza e Brazil Pharma. Devese destacar também que o BTG Pactual atuou como coordenador líder e *lead settlement agent* na oferta de Gerdau, a qual foi registrada no Brasil e SEC e coordenada apenas por bancos brasileiros. Em 2012, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Locamérica, Unicasa e de sua própria oferta pública inicial e do *follow-on* de Fibria, Brazil Pharma, Suzano, Taesa, Minerva, Equatorial e Aliansce. Em 2013, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Linx, Biosev, Alupar, BB Seguridade, CPFL Renováveis, Ser Educacional e CVC e do *follow-on* de Multiplan, BHG, Abril Educação, Iguatemi e Tupy. Em 2014, o BTG Pactual atuou como coordenador líder e agente estabilizador no *follow-on* da Oi S.A. Em 2015, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de Par Corretora e do *follow-on* de Telefônica Brasil e Metalúrgica Gerdau. Em 2016, o BTG Pactual participou das ofertas públicas de distribuição de ações da Energisa, da Linx e da Sanepar. Em 2017, o BTG Pactual participou das ofertas públicas iniciais de distribuição de ações da Movida, IRB-Brasil Resseguros, Ômega Geração e Biotoscana Investments, bem como dos *follow-ons* da CCR, das Lojas Americanas, e da Alupar e, da BR Malls e do Magazine Luiza e da Rumo, e do re-IPO da Eneva e da Vulcabras. Em 2018, o BTG Pactual participou da oferta pública inicial de distribuição de ações da Hapvida. Em 2019, o BTG Pactual participou do IPO da Centauro, da C&A e *follow-on* das seguintes companhias: Restoque, JHSF, BR Properties, Magazine Luiza, Unidas, LPS Brasil, CCP – Cyrela Commercial Properties, LOG Commercial Properties, Helbor, Omega Geração, EZ TEC, Banco Pan, Sinqia, Trisul, Localiza Rent A Car, Movida, Banco Inter, Hapvida, Light, Tecnisa, BTG Pactual, CPFL Energia, Totvs, Eneva e Burger King. Em 2020, o BTG Pactual participou dos *follow-ons* da Minerva, Cogna Educação, Positivo Tecnologia, Centauro, Via Varejo, Lojas Americanas, BTG Pactual, JHSF Participações, Irani, IMC, Dimed, Banco PAN, JSL Logística, Rumo, Banco Inter, Santos Brasil assim como do IPO da Mitre Realty, Estapar, Ambipar, Lojas Quero, Lavvi, Plano & Plano, Cury Construtora, Hidrovias do Brasil, Petz, Melnick Even, Track & Field, Sequoia Logística, Meliuz, Enjoei, Aeris e 3R Petroleum.

Em 2021, o BTG Pactual participou do *follow-on* do próprio BTG Pactual, Light, BrasilAgro, PetroRio, Locaweb, 3R Petroleum, Sequoia Logística, Hapvida, Lojas Renner, DASA, Rede D'or, assim como do IPO da HBR Realty, Vamos, Intelbras, Bemobi, Jalles Machado, Cruzeiro do Sul, Westwing, Orizon, Mater Dei, Allied, Blau Farmacêutica, GetNinjas e Dotz.

Banco Safra

O Grupo J. Safra, reconhecido conglomerado bancário e de *private banking*, possui mais de 175 anos de tradição em serviços financeiros e presença em mais de 20 países, com atividades nos EUA, Europa, Oriente Médio, Ásia, América Latina e Caribe. Entre as empresas financeiras incluídas no Grupo estão o Banco Safra S.A., Banco J. Safra S.A., o Safra National Bank of New York e o J. Safra Sarasin Holding. Em março de 2021, o Grupo J. Safra possuía, em valores agregados, gestão de recursos de terceiros no montante de R$1,8 trilhão.

O Banco Safra S.A. atua como banco múltiplo e figura como o quarto maior banco privado por total de ativos, segundo ranking Valor 1000 divulgado em 2019 (por ativos totais). Em março de 2021, a gestão de recursos de terceiros totalizava R$315,6 bilhões e a carteira de crédito expandida somava R$128,1 bilhões.

Fundos de Investimento Imobiliário: assessorou no lançamento de Fundos de Investimento Imobiliários (FIIs) dos gestores HSI (2019), Vinci (2019), BlueMacaw (2019), Autonomy (2020), VBI (2020), Mogno (2020), Pátria (2020), J. Safra (2020), RBR (2021) e Tishman (2021), como também dos Fundos de Investimento em Participações de Infraestrutura (FIP-IE) do BTG Pactual (2020) e da Perfin (2020).

Fusões e Aquisições: atua na assessoria junto à empresas e fundos em processos de venda – parcial ou integral – e aquisições, tendo conduzido relevantes operações tais como a venda da Lotten Eyes para a Amil (2016), assessoria exclusiva na venda da Alesat para Glencore (2018), assessoria exclusiva na venda de 39 lojas do Grupo Pão de Açúcar para a gestora TRX (2020), assessoria exclusiva na venda do Hospital Leforte para a Dasa (2020), assim como assessoria exclusiva na venda da BrScan para Serasa Experian (2021), assessoria exclusiva da venda da Vindi para a Locaweb (2021), assessoria da Petro Rio na compra de participação da BP no campo de Wahoo (2021), assessoria exclusiva da Daviso na venda para a Viveo (2021) e assessoria exclusiva da Safra Corretora na compra da Credit Agricole DTVM (2021).

Private Banking: oferece assessoria financeira e patrimonial aos seus clientes e familiares, combinando soluções personalizadas com gerenciamento de riscos, alocação especializada de ativos e confidencialidade.

Asset Management: atuante desde 1980 na gestão de recursos de terceiros através de carteiras administradas e fundos de investimento, com oferta de variedade de produtos aos diversos segmentos de clientes. Em março de 2021, possuía aproximadamente R$105,3 bilhões de ativos sob gestão.

Sales & Trading: criada em 1967, a Safra Corretora atua nos mercados de ações, opções, índice de ações, dólar e DI, além de possuir equipe de pesquisa "Research". Esta equipe é responsável pelo acompanhamento e produção de relatórios macroeconômicos e setoriais, incluindo a cobertura dos setores de Construção Civil, Bancos, Mineração, Siderurgia, Consumo, dentre outros.

Renda Fixa: atua na originação, execução e distribuição de financiamentos estruturados e títulos de dívidas no mercado doméstico e internacional, incluindo bonds, CCB, CRA, CRI, debêntures, FIDC, notas promissórias, dentre outros, configurando entres os líderes deste mercado. Destacamos a participação do Banco Safra, em 2020, como coordenador nas ofertas de Debêntures da Rumo, CRA da Raízen, CRA da BRF, Bond do Banco Votorantim, Debêntures da Gasmig, Debêntures e CRI da B3 e Debêntures da Eletrosul. Já em 2021, atuou como coordenador nas ofertas do Bond de Marfrig, Debêntures da EDP São Paulo, CRI da Votorantim Cimentos., Debêntures da Corsan, CRA da Colombo Agroindústria, Debêntures da Equatorial Transmissão, Debêntures da Camil Alimentos, Debêntures da Celesc Distribuição, Debêntures da Via Varejo, CRI da Rede D'or, Bond da Gol, Debêntures da B3, CRA da Copersucar, Debêntures da C&A, Debêntures da Sendas Distribuidora, Bond da Petro Rio, Bond da CSN e o Bond da Azul. Também com grande relevância, assessorou no lançamento de Fundos de Investimento Imobiliários (FIIs) da Tishman Speyer e da RBR Asset Management.

Mercado de Capitais (Renda Variável): em 2020, os principais destaques do Safra foram a participação nas ofertas subsequente de ações (Follow-On) de Via Varejo, Lojas Americanas e Rumo, totalizando R$18,7 bilhões, assim como a participações nas ofertas públicas iniciais (IPOs) de Aura Minerals, Aeris, Melnick, Grupo Mateus e Rede D'Or São Luiz, totalizando R$18,2 bilhões. Em 2021, o Safra teve participação na oferta subsequente de ações de PetroRio, Rede D'Or e o re-IPO da Dasa, totalizando R$10,7 bilhões movimentados, e nas ofertas públicas iniciais (IPOs) de CSN Mineração, Mater Dei, PetroReconcavo, 3tentos, Multilaser, Agrogalaxy e Raízen, bem como no spin-off e listagem do Assaí, totalizando R$17,7 bilhões.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia e/ou sociedades por ela controladas, possuem, nesta data, relacionamento com o Morgan Stanley e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e/ou sociedades por ela controladas, efetuam esporadicamente operações de derivativos com o Morgan Stanley ou sociedades de seu grupo econômico. Devido à natureza desses contratos de derivativos, não há predeterminação de remuneração a favor do Morgan Stanley ou sociedades do seu grupo econômico, sendo que o Morgan Stanley poderá averiguar ao término destes contratos ganho ou perda decorrentes de tais operações.

Atualmente, Companhia e/ou sociedades por ela controladas possuem com o Morgan Stanley e/ou sociedades do seu grupo econômico operações de derivativos de compra de opção (*call)*, a termo de moeda (*non-deliverable foward*) sem entrega física e de *swap*, com data de início entre 01/10/2019 e 09/06/2021, datas de vencimento entre 30/08/2021 e 01/10/2026 e com valor nocional totalizando aproximadamente USD 790.3 milhões. Esses contratos contam com garantia da Companhia e/ou sociedades do seu grupo econômico.

Atualmente, o Morgan Stanley possui Certificados de Depósito Bancário – CDB, emitidos em favor da Companhia e/ou sociedades por ela controladas, com datas de emissão entre 28/01/2021 e 15/07/2021 e datas de vencimento entre 28/01/2022 e 15/07/2022 e com valor nocional total de R$49.5 milhões.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Morgan Stanley e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com a Companhia ou sociedades controladas pela Companhia.

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 97 deste Prospecto.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico do Morgan Stanley e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

Além da oferta mencionada nesta seção, o Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 97 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Morgan Stanley cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Morgan Stanley poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Morgan Stanley e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Bank of America

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Bank of America e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico possuem os seguintes relacionamentos comerciais com a Companhia:

Em 19 de janeiro de 2021, a Companhia realizou operação de crédito com o BofA Securities, por meio da emissão de "Senior Unsecured Notes", no valor de US$110,0 milhões com vencimento em 01 de outubro de 2026 e taxa de 8,750% ao ano.

Além do relacionamento relativo à Oferta e aos item descritos acima, o Bank of America e/ou qualquer outra sociedade do seu grupo econômico não possuem atualmente qualquer outro relacionamento relevante com a Companhia.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Bank of America e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia ou das sociedades controladas pela Companhia.

O Bank of America e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Bank of America e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 97 deste Prospecto.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico do Bank of America e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

O Bank of America e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta. Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 57 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Bank of America cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bank of America poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Bank of America como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e a XP

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia não tinha qualquer outro relacionamento com a XP e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar a XP e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia ou das sociedades controladas pela Companhia.

A XP e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, a XP e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 97 deste Prospecto.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico da XP e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

A XP e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta. Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 57 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia à XP cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e a XP e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, a Companhia não tinha qualquer outro relacionamento com o BTG Pactual e seu respectivo grupo econômico.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o BTG Pactual e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia ou das sociedades controladas pela Companhia.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 97 deste Prospecto.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico do BTG Pactual e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta. Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 57 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao BTG Pactual cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Banco Safra

Na data deste Prospecto, além das relações decorrentes da Oferta, o Banco Safra e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado econômico possuem os seguintes relacionamentos comerciais com a Companhia:

- Proquigel Química S.A., CNPJ 27.515.154/0011-44, fiança nº 638527.7 emitida em 01 de julho de 2021, com vencimento em 04 de março de 2022, no valor de R$86.275.530,00 a uma taxa efetiva de 1,80% a.a, sendo que tal operação conta com garantia de duplicatas para 66% do valor da referida Fiança.

A Companhia e sociedades controladas pela Companhia poderão, no futuro, vir a contratar o Banco Safra e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia ou das sociedades controladas pela Companhia.

O Banco Safra e/ou sociedades de seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, antes da divulgação do Anúncio de Encerramento, a pedido de terceiros, operações de derivativos, tendo ações de emissão da Companhia como ativo de referência e adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. No âmbito da Oferta, o Banco Safra e/ou sociedades de seu grupo econômico podem adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas operações, o que poderá afetar a demanda, o preço das Ações ou outros termos da Oferta, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para mais informações veja a seção "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *total return swap* e *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das Ações", na página 97 deste Prospecto.

Ademais, sociedades integrantes do grupo econômico do Banco Safra e fundos de investimento administrados e/ou geridos por sociedades integrantes de seu grupo eventualmente realizaram negociações de valores mobiliários de emissão da Companhia diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, sendo que, (i) em nenhum caso tais negociações envolveram ações representativas de participações que atingiram, nos últimos 12 meses, 5% do capital social da Companhia, e (ii) em todos os casos, consistiram em operações em bolsa de valores a preços e condições de mercado.

O Banco Safra e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta. Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição" na página 57 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Banco Safra cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Banco Safra poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Banco Safra como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Banco Safra e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE O ACIONISTA VENDEDOR E OS COORDENADORES DA OFERTA

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, o Acionista Vendedor não tinha qualquer outro relacionamento com o Morgan Stanley e seu respectivo grupo econômico.

O Acionista Vendedor e sociedades controladas pelo Acionista Vendedor poderão, no futuro, vir a contratar o Morgan Stanley e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com o Acionista Vendedor ou sociedades controladas pelo Acionista Vendedor.

O Morgan Stanley e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão/titularidade do Acionista Vendedor nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 57 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Morgan Stanley cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Morgan Stanley poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Morgan Stanley como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Morgan Stanley e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Bank of America

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, o Acionista Vendedor não tinha qualquer outro relacionamento com o Bank of America e seu respectivo grupo econômico.

O Acionista Vendedor e sociedades controladas pelo Acionista Vendedor poderão, no futuro, vir a contratar o Bank of America e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com o Acionista Vendedor ou sociedades controladas pelo Acionista Vendedor.

O Bank of America e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de titularidade do Acionista Vendedor nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 57 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Bank of America cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Bank of America poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do Bank of America como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Bank of America e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.]

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e a XP

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, o Acionista Vendedor não tinha qualquer outro relacionamento com a XP e seu respectivo grupo econômico.

O Acionista Vendedor e sociedades controladas pelo Acionista Vendedor poderão, no futuro, vir a contratar a XP e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com o Acionista Vendedor ou sociedades controladas pelo Acionista Vendedor.

A XP e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de titularidade do Acionista Vendedor nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 57 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor à XP cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, a XP poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação da XP como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e a XP e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, o Acionista Vendedor não tinha qualquer outro relacionamento com o BTG Pactual e seu respectivo grupo econômico.

O Acionista Vendedor e sociedades controladas pelo Acionista Vendedor poderão, no futuro, vir a contratar o BTG Pactual e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com o Acionista Vendedor ou sociedades controladas pelo Acionista Vendedor.

O BTG Pactual e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de titularidade do Acionista Vendedor nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 57 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao BTG Pactual cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o BTG Pactual poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação do BTG Pactual como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o BTG Pactual e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre o Acionista Vendedor e o Banco Safra

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, o Acionista Vendedor não tinha qualquer outro relacionamento com o Banco Safra e seu respectivo grupo econômico.

O Acionista Vendedor e sociedades controladas pelo Acionista Vendedor poderão, no futuro, vir a contratar o Banco Safra e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com o Acionista Vendedor ou sociedades controladas pelo Acionista Vendedor.

O Banco Safra e/ou sociedades de seu grupo econômico não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de titularidade do Acionista Vendedor nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista no item "Informações Sobre a Oferta — Custos de Distribuição" na página 57 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Acionista Vendedor ao Banco Safra cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Banco Safra poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos das atividades de estabilização de preço das Ações.

O Acionista Vendedor declara que não há qualquer conflito de interesse referente à atuação Banco Safra como instituição intermediária da Oferta. Ainda, o Acionista Vendedor declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre o Acionista Vendedor e o Banco Safra e/ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. **Recomenda-se aos potenciais investidores, incluindo-se os Investidores Institucionais, que leiam o Prospecto Preliminar, em especial as seções "Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações" e "Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco da Companhia", bem como a seção "4. Fatores de Risco" do Formulário de Referência antes de tomar qualquer decisão de investir nas Ações.**

Os Coordenadores da Oferta recomendam fortemente que os Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta leiam, atenta e cuidadosamente, os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente os procedimentos relativos ao pagamento do Preço por Ação e à liquidação da Oferta. **É recomendada a todos os investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência antes da tomada de qualquer decisão de investimento.**

Os investidores que desejarem obter exemplar deste Prospecto Preliminar e acesso aos anúncios e avisos referentes à Oferta ou informações adicionais sobre a Oferta ou, ainda, realizar reserva das Ações, deverão dirigir-se aos seguintes endereços da Companhia, dos Coordenadores da Oferta e/ou das Instituições Participantes da Oferta indicadas abaixo ou junto à CVM.

Companhia

Unigel Participações S.A.
Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, Sala Unigel Participações, Cidade Monções, CEP 04571-010, São Paulo, SP.
At.: Sr. Luis Felipe Setten Fustaino
Telefone: +55 (11) 2504-6001
http://invest.unigel.com.br/ (neste *website*, clicar em "[•]")

Coordenadores da Oferta

Banco Morgan Stanley S.A. (Coordenador Líder)
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.600, 6º e 8º andares,
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Eduardo Mendez
Tel.: (11) 3048-6000
http://www.morganstanley.com.br/prospectos/ (neste *website*, no item "Prospectos Locais", acessar o link "Prospecto Preliminar" no subitem "Unigel Participações S.A.").

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: (11) 2188-4000
http://www.merrilllynch-brasil.com.br/ (neste *website*, acessar o item "Prospectos", depois clicar no item "Unigel Participações S.A.")

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Vitor Saraiva
Tel.: (11) 4871-4277
http://www.xpi.com.br (neste *website*, no item "Investimentos", clicar em "Oferta Pública", em seguida clicar em "Unigel Participações S.A. " e, então, clicar em "Prospecto Preliminar").

Banco BTG Pactual S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: + 55 (11) 3383-2000
https://www.btgpactual.com/investment-bank (neste *website*, clicar em "Mercado de Capitais - Download", depois em "2021" e, a seguir, logo abaixo de "Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Unigel S.A", clicar em "Prospecto Preliminar")

Banco Safra S.A.
Avenida Paulista, 2.100, 17º andar
CEP 01310-930, São Paulo – SP
At.: Sr. João Paulo Feneberg Torres
Tel.: + 55 (11) 3175-3284
https://www.safra.com.br/sobre/banco-de-investimento/ofertas-publicas.htm (neste *website*, clicar em "Oferta Pública Inicial de Ações – Unigel" e, posteriormente, clicar em "Prospecto Preliminar").

Instituições Consorciadas

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (www.b3.com.br).

O Prospecto Preliminar também estará disponível nos seguintes endereços e *websites*: (i) **CVM**, situada na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, CEP 20159-900, na cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo (www.cvm.gov.br, neste *website* acessar "Central de Sistemas" na página inicial, acessar "Ofertas Públicas", em seguida, na opção "R$0,00" na linha "Ações" da coluna "Primária", em seguida na opção "R$0,00" na coluna "Oferta Inicial (IPO") e, em seguida, no número de processo constante da linha "Unigel Participações S.A.", e clicar em "Prospecto Preliminar"); e (ii) **B3** (http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ofertas-em-andamento/.– neste *website* clicar em "Empresas", depois clicar em "Unigel Participações S.A." e posteriormente acessar "Prospecto Preliminar").

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES, CONSULTORES E AUDITORES

Companhia e Acionista Vendedor

Unigel Participações S.A.
Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, Sala Unigel Participações, Cidade Monções CEP 04571-010, São Paulo, SP.
At.: Luis Felipe Setten Fustaino
Telefone: +55 (11) 2504-6001
http://invest.unigel.com.br/

Coordenador Líder

Banco Morgan Stanley S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 6º e 8º andares
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Eduardo Mendez
Tel.: (11) 3048-6000
http://www.morganstanley.com.br

Coordenador e Agente Estabilizador

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 12º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: (11) 2188-4000
http://www.merrilllynch-brasil.com.br/

Coordenador

XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida Chedid Jafet, nº 75, Torre Sul, 30º andar
CEP 04551-065, São Paulo, SP
At.: Vitor Saraiva
Tel.: (11) 4871-4277
http://www.xpi.com.br

Coordenador

Banco BTG Pactual S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3477, 14º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Fabio Nazari
Tel.: +55 (11) 3383-2000
https://www.btgpactual.com

Coordenador

Banco Safra S.A.
Avenida Paulista, 2.100, 17º andar
CEP 01310-930, São Paulo, SP
At.: Sr. João Paulo Feneberg Torres
Tel.: +55 (11) 3175-3284
www.safra.com.br

Auditor Independente

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, nº 105
CEP 04711-904, São Paulo, SP
At.: Sr. Wagner Petelin
Tel.: +55 (11) 3940-1500
www.kpmg.com.br

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados
Av. Brig. Faria Lima, 3.144, 11º andar
CEP 01451-000, São Paulo, SP
At.: Thiago Spercel
Telefone: +55 11 3150-7000
www.machadomeyer.com.br

Consultores Legais Locais da Companhia e do Acionista Vendedor

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 447
CEP 01403-001
At.: Vanessa Fiusa
Tel.: + 55 (11) 3147-7600
https://www.mattosfilho.com.br/

Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta	Consultores Legais Externos da Companhia e do Acionista Vendedor
Clifford Chance LLP Rua Funchal, nº 418, 15º andar CEP 04551-060, São Paulo, SP At.: Sr. Patrick Jackson Tel.: +55 (11) 3019-6018 www.cliffordchance.com	**Simpson Thacher & Bartlett LLP** Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1455, 12º andar CEP 45430-011, São Paulo, SP At.: Sr. Grenfel Calheiros Tel.: +55 11 3247-1000 www.stblaw.com

Declaração de Veracidade das Informações

A Companhia, o Acionista Vendedor e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto a partir da página 381.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Considerando-se um Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, os recursos líquidos a serem captados na Oferta serão de R$[•], considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta, sendo R$[•] correspondente à Oferta Primária e R$[•] correspondente à Oferta Secundária (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares). Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas estimadas da Oferta, vide a seção ["Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição"] na página 57 deste Prospecto Preliminar.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária de acordo com seu plano de negócios para (i) expansão orgânica e inorgânica dos seus negócios; e (ii) aprimoramento da estrutura de capital.

A Oferta Primária corresponderá a [•]% do total de Ações no âmbito da Oferta, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares, a [•]% do total de Ações no âmbito da Oferta, considerando as Ações Adicionais mas sem considerar as Ações Suplementares, e a [•]% do total de Ações no âmbito da Oferta, considerando as Ações Adicionais e as Ações Suplementares.

A tabela abaixo resume os percentuais da destinação dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária:

Destinação	**Percentual Estimado dos Recursos Líquidos**	**Valor Estimado Líquido**
		(em R$ mil)
Expansão orgânica e inorgânica de seus negócios	[•]	[•]
Aprimoramento da estrutura de capital.....	[•]	[•]
Total	**100%**	[•]

Expansão orgânica e inorgânica de seus negócios

A Companhia pretende utilizar a maior parte dos recursos da Oferta Primária para investir nos seus projetos de expansão, tanto orgânicas (por meio do desenvolvimento das plantas atualmente existentes) quanto inorgânicas (por meio de aquisições de ativos e negócios que possuem sinergia com seus negócios atuais). Dessa forma, a Companhia está sempre atenta a oportunidades de crescimento dentro de seus segmentos de atuação no curso regular de seus negócios e está continuamente analisando potenciais operações que agreguem valor aos seus acionistas.

Na data deste Prospecto Preliminar, no entanto, não há uma posição definida sobre potenciais alvos relevantes a serem adquiridos pela Companhia, nem quanto tempo tais potenciais negociações levarão para serem finalizadas, não tendo celebrado qualquer contrato ou documento vinculante para quaisquer aquisições relevantes. Não há previsão para aquisição de empresas-alvo de partes relacionadas.

Aprimoramento da estrutura de capital

A Companhia pretende utilizar parte dos recursos da Oferta Primária para reforçar sua estrutura de capital, incluindo, a quitação integral ou parcial de uma ou mais dívidas, conforme descritas abaixo:

			Período de seis meses findo em 30/06/2021		Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020		2019		2018	
Moeda	**Tipo**	**Indexador**	**Saldo[1]**	**Taxa efetiva a.a.**	**Saldo[1]**	**Taxa efetiva a.a.**	**Saldo[1]**	**Taxa efetiva a.a.**	**Saldo[1]**	**Taxa efetiva a.a.**
BRL	**Empréstimos**	Inflação	51.487	3,61%	50.464	4,16%	–	–	–	–
		Taxa fixa	662	11,55%	1.925	4,46%	895	11,55%	344	15,89%
	Capital de giro	Taxa fixa	111.550	12,68%	100.794	12,00%	–	–	–	–
		CDI	96.010	10,15%	95.824	7,90%	–	–	–	–
USD[2]	**Empréstimos**	Taxa fixa	2.595.119	8,75%	2.101.822	8,77%	1.603.090	8,61%	789.260	10,50%
		Libor	–	–	–	–	–	–	665.695	6,18%
	Capital de giro	Taxa fixa	15.789	3,90%	87.441	3,91%	62.885	4,85%	65.700	6,60%
		Libor	150.858	2,95%	148.945	3,31%	111.858	5,24%	36.558	4,85%
Peso[3]	**Capital de giro**	Taxa fixa	–	–	3.195	8,45%	5.746	8,45%	20.059	9,92%
TOTAL			**3.021.475**	**8,54%**	**2.590.410**	**8,29%**	**1.784.474**	**8,27%**	**1,577,616**	**8,65%**

(1) Em milhares de Reais.
(2) As dívidas em dólar norte-americano foram convertidas para Reais, moeda funcional da controladora da Companhia, pela seguinte taxa de conversão por moeda: US$1,00 = R$5,1967.
(3) As dívidas em pesos mexicanos foram convertidas para Reais, moeda funcional da Companhia, pela seguinte taxa de conversão por moeda: Mex$1,00 = R$0,2608.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização.

Caso os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da Oferta Primária sejam inferiores às suas estimativas, os recursos destinados ao reforço do seu capital de giro serão reduzidos e, na hipótese de serem necessários recursos adicionais, a Companhia poderá efetuar emissão de outros valores mobiliários e/ou efetuar a contratação de linha de financiamento junto a instituições financeiras, os quais deverão ser contratados tendo como principal critério o menor custo de capital para a Companhia.

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta em nossa situação patrimonial, vide a seção ["Capitalização"], na página 122 deste Prospecto Preliminar.

Um aumento (redução) de R$1,00 no preço de R$[•] por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, acarretaria um aumento (redução) de R$[•] nos recursos líquidos advindos da Oferta Primária, considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta. O Preço por Ação será definido após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

Tendo em vista que a Oferta Secundária é uma distribuição pública secundária de Ações de titularidade do Acionista Vendedor, a Companhia não receberá quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta Secundária. O Acionista Vendedor receberá todos os recursos líquidos resultantes da venda das Ações no âmbito da Oferta Secundária.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização da Companhia que compreende (i) empréstimos e financiamentos consolidado (circulante e não circulante), e (ii) o patrimônio líquido consolidado em 30 de junho de 2021 e indicam: (a) a posição naquela data; e (b) os valores ajustados para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, no valor de R$[•], com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da faixa de preço das Ações indicada na capa deste Prospecto.

As informações descritas abaixo na coluna denominada "Efetivo" foram extraídas das Informações trimestrais consolidadas relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. O investidor deve ler a tabela abaixo em conjunto com as seções "3 – Informações Financeiras Selecionadas" e "10 – Comentários dos Diretores" do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, bem como as demonstrações e informações financeiras da Companhia, as quais se encontram anexas a este Prospecto.

	Em 30 de junho de 2021	
	Efetivo	**Ajustado[1]**
	(em milhões de R$)	
Empréstimos e financiamentos (circulante)	365,4	365,4
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	2.656,1	2.656,1
Patrimônio líquido	**680,5**	[•]
Capitalização Total[2]	**3.702,0**	**[•]**

(1) Ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária estimados em R$[•], após a dedução de comissões e despesas estimadas em R$[•], valor este calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da faixa de preço das Ações indicada na capa deste Prospecto. Os recursos líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta Primária são estimados e poderão variar, significativamente, tendo como base o preço por ação que será definido no procedimento de *bookbuilding*., calculado com base no Preço por Ação.

(2) Capitalização total corresponde à soma total dos empréstimo e financiamentos consolidado (circulante e não circulante) e o patrimônio líquido consolidado.

Não houve alteração relevante na capitalização total da Companhia desde 30 de junho de 2021.

Um aumento (redução) de R$1,00 no preço de R$[•] por Ação, que é o ponto médio da faixa indicativa de preços apresentada na capa deste Prospecto Preliminar, acarretaria um aumento (redução) de R$[•] no patrimônio líquido da Companhia, considerando a dedução das comissões da Oferta e das despesas estimadas da Oferta Primária. O valor do patrimônio líquido da Companhia após a conclusão da Oferta Primária, está sujeito à definição do Preço por Ação, que somente será conhecido após a conclusão do Procedimento de Bookbuilding.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial por ação imediatamente após a Oferta.

Em 30 de junho de 2021, o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R$680,5 milhões e o valor patrimonial por ação ordinária de sua emissão, na mesma data, era de R$1,64. O referido valor patrimonial por ação representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de junho de 2021.

Considerando a emissão de [•] Ações no âmbito da Oferta Primária pelo Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da faixa indicativa de preço constante da capa deste Prospecto Preliminar, e após a dedução das comissões e despesas devidas no âmbito da Oferta, o valor do patrimônio líquido em [•] ajustado pela Oferta seria de R$[•], representando um valor de R$[•] por ação de emissão da Companhia. Isso representaria um aumento imediato do valor patrimonial por Ação correspondente a R$[•] para os atuais acionistas, e uma diluição imediata do valor patrimonial por ação de emissão da Companhia de R$[•] para os novos investidores, no contexto da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos novos investidores e o valor patrimonial por Ação ajustado pela Oferta. Para informações detalhadas acerca das comissões e das despesas da Oferta, veja a seção ["Características Gerais da Oferta – Custos de Distribuição"] na página 57 deste Prospecto Preliminar.

O quadro a seguir ilustra a diluição por ação de emissão da Companhia, com base em seu patrimônio líquido em 30 de junho de 2021 e considerando os impactos da realização da Oferta.

	Em R$, exceto %
Preço por Ação[1]	[•]
Valor patrimonial por ação em 30 de junho de 2021	1,64
Aumento no valor patrimonial por ação em 30 de junho de 2021 para os atuais acionistas[2]	[•]
Valor patrimonial por ação em 30 de junho de 2021 ajustado pela Oferta	[•]
Diluição do valor patrimonial por Ação para os novos investidores	[•]
Percentual de diluição para os novos investidores[3]	[•]

(1) Calculado com base no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da faixa indicativa de preço constante da capa deste Prospecto Preliminar.

(2) Para os fins aqui previstos, diluição no valor patrimonial por ação para os novos acionistas representa a diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial por ação em [•] ajustado pela Oferta.

(3) O cálculo da diluição percentual para os novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição no valor patrimonial por ação para os novos acionistas pelo Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da faixa indicativa de preço constante da capa deste Prospecto Preliminar, sem considerar a colocação das Ações Suplementares.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações ordinárias de emissão da Companhia e será fixado tendo como parâmetro as intenções de investimento manifestadas por Investidores Institucionais, considerando a qualidade da demanda (por volume e preço), no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Para mais informações sobre o Procedimento de *Bookbuilding*, vide página 46 deste Prospecto Preliminar.

Um acréscimo ou redução de R$1,00 no Preço por Ação de R$[•], que é o ponto médio da faixa indicativa de preço constante da capa deste Prospecto Preliminar, acarretaria em um aumento ou redução, após a conclusão da Oferta, sem considerar a colocação das Ações Adicionais e das Ações Suplementares: (i) de R$[•] no valor do patrimônio líquido contábil da Companhia; e (ii) na diluição do valor patrimonial contábil por ação ordinária aos investidores desta Oferta em R$[•] por Ação; após a dedução das comissões e das despesas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta. O valor do patrimônio líquido contábil da Companhia após a conclusão da Oferta está sujeito, ainda, a ajustes decorrentes de alterações do Preço por Ação, bem como dos termos e condições gerais da Oferta que somente serão conhecidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações ordinárias de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que as Ações de titularidade do Acionista Vendedor já foram emitidas pela Companhia.

Plano de Incentivo de Longo Prazo

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de agosto de 2021, a Companhia aprovou o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), que possui como objetivo a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos Participantes (conforme definido abaixo) ("Opções") para (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Participantes; e (b) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e Participantes.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia o qual poderá criar programas de outorga de Opções ("Programa").

A eficácia do Plano está sujeita, nos termos do artigo 125 do Código Civil, à concretização da Oferta até 31 de dezembro de 2021. Caso a Oferta não seja concretizada até 31 de dezembro de 2021, o Plano não produzirá efeitos e será automaticamente cancelado.

Quantidade: Poderão ser outorgadas Opções até o limite de 5% (cinco por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia na data de realização de cada outorga de Opções, em bases totalmente diluídas, computando-se neste cálculo todas as Opções já outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

Participantes: Os participantes do Plano seriam os administradores,empregados ou prestadores de serviços da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle, em favor dos quais a Companhia outorgar uma ou mais Opções, nos termos do Plano, conforme escolhidos pelo Conselho de Administração.

Preço de exercício: Para as outorgas de Opções que forem realizadas dentro do prazo de 6 (seis) meses contados da data de aprovação do Plano, o preço de exercício de cada Opção será equivalente ao preço por ação no âmbito da Oferta, corrigido pela variação do IPCA, desde a data de liquidação da Oferta até a data do efetivo exercício da Opção. Para as outorgas de Opções subsequentes, o preço de exercício será equivalente à média ponderada das cotações das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) pregões na B3 imediatamente anteriores à data de outorga, corrigido pela variação do IPCA desde a data de outorga até a data do efetivo exercício da Opção.

Prazo de exercício: as Opções deverão ser exercidas pelos Participantes no prazo definido em cada um dos Programas. As Opções que não forem exercidas pelos respectivos Participantes no prazo de exercício estabelecido serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio, não sendo devida qualquer indenização ao Participante que não exerceu a Opção.

Para mais informações sobre o Plano, vide item 13.4 do Formulário de Referência.

O quadro a seguir ilustra a hipótese de diluição máxima, com base no patrimônio líquido da Companhia em 30 de junho de 2021, considerando: (i) a emissão de ações no âmbito da Oferta [(considerando e sem considerar as Ações Adicionais e as Ações Suplementares)]; e (ii) o exercício de todas as opções passíveis de outorga na data deste Prospecto Preliminar no âmbito do Plano.

	Em R$, exceto %
Preço por Ação[1]	[•]
Quantidade de ações de emissão da Companhia em 30 de junho de 2021	414.297.488
Quantidade de ações a serem emitidas no âmbito da Oferta	[•]
Quantidade de ações passíveis de serem emitidas no âmbito do Plano	[•]
Quantidade total de ações após as emissões acima	[•]
Valor patrimonial contábil por ação 30 de junho de 2021	1,64
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de junho de 2021 ajustado considerando todos os eventos acima[2]	[•]
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 30 de junho de 2021 para os atuais acionistas, considerando todos os eventos acima	[•]
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação dos novos investidores, considerando todos os eventos acima[3]	[•]
Percentual de diluição imediata resultante dos eventos descritos acima[4]	[•]

(1) O Preço por Ação utilizado neste Prospecto Preliminar serve apenas como um valor indicativo, podendo ser alterado para mais ou para menos após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.
(2) Considera o preço de exercício de R$[•].
(3) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação de R$[•] a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia, imediatamente após a realização dos eventos descritos acima.
(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Histórico do preço pago por Administradores e acionista controlador em subscrições de ações da Companhia nos últimos cinco anos

O quadro abaixo apresenta informações sobre os aumentos de capital da Companhia nos últimos cinco anos, subscritos integralmente pelo acionista controlador e pelos administradores da Companhia:

Data	**Natureza da operação**	**Tipo de Ação**	**Quantidade de Ações**	**Valor Pago**	**Valor Pago por Ação**
				(R$)	*(R$)*
30/09/2015	Aumento de capital	Ordinária	20.000.000	20.000.00,00	1,00
21/12/2015	Aumento de capital	Ordinária	6.692.527	6.692.527,00	1,00

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

ANEXO I	**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018, BEM COMO AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS, AUDITADAS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES DA COMPANHIA E INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS – ITR RELATIVAS AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2021, BEM COMO AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS, REVISADAS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES DA COMPANHIA**
ANEXO II	**ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA**
ANEXO III	**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA COMPANHIA QUE AUTORIZOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA**
ANEXO IV	**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DO ACIONISTA VENDEDOR QUE AUTORIZOU SUA PARTICIPAÇÃO NA OFERTA**
ANEXO V	**MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO**
ANEXO VI	**DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
ANEXO VII	**DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO ACIONISTA VENDEDOR PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
ANEXO VIII	**DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400**
ANEXO IX	**FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, ELABORADO NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO I **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, 2019 E 2018, BEM COMO AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS, AUDITADAS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES DA COMPANHIA E INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS – ITR RELATIVAS AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2021, BEM COMO AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS, REVISADAS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES DA COMPANHIA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Unigel Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018

KPDS 708958

Conteúdo

Relatório do auditor sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas **3**

Balanços patrimoniais **7**

Demonstrações de resultados **8**

Demonstrações de resultados abrangentes **9**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **10**

Demonstrações dos fluxos de caixa **11**

Demonstrações do valor adicionado **12**

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas **13**

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas da

Unigel Participações S.A

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unigel Participações S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unigel Participações S.A em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração de impostos diferidos ativos

Veja a Nota 6 (I – Imposto de renda e contribuição social) e 12 das demonstrações financeiras consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As demonstrações financeiras consolidadas incluem valores significativos de ativos fiscais diferidos das subsidiárias Proquigel Química S.A. e Companhia Brasileira de Estireno, constituídos com base em prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerados recuperáveis com base em estimativas de lucros tributáveis futuros. Para elaborar as projeções de lucros tributáveis futuros, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas relacionadas ao processo de determinação das estimativas dos lucros tributáveis futuros	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos para as subsidiárias Proquigel Quimica S.A e Companhia Brasileira de Estireno: avaliamos as principais premissas, incluindo preços de vendas, custo e despesas operacionais, depreciação e amortização e receitas e despesas financeiras, e dados técnicos utilizados pela Companhia na projeção de lucros tributáveis futuros, comparando as principais premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado. Adicionalmente, nossos especialistas realizaram análise de sensibilidade para as premissas significativas utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros; e (ii) Realizamos também a avaliação das respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos de auditoria resumidos acima, consideramos aceitável a mensuração dos impostos diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin

Accountant CRC 1SP142133/O-7

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Unigel Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2020	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7	120	12.445	88	624.039	382.252	239.515
Contas a receber de clientes	8	-	-	-	207.865	132.445	196.238
Estoques	9	-	-	-	369.490	297.985	363.425
Partes relacionadas	10	4	4.412	-	-	-	-
Dividendos a receber	10	4.218	30.641	4.218	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social		186	127	-	25.938	52.866	16.988
Impostos e contribuições a recuperar	11	34	36	5	115.764	137.921	205.396
Despesas antecipadas		324	55	305	8.023	13.825	8.463
Adiantamentos a fornecedores		137	75	60	47.109	36.497	33.190
Operações com derivativos	26	-	-	-	48.628	-	25.530
Outros ativos		215	1.224	398	12.305	22.303	11.492
		5.238	49.015	5.074	1.459.161	1.076.094	1.100.237
Ativos mantidos para venda		-	-	-	-	-	3.327
Ativo circulante total		5.238	49.015	5.074	1.459.161	1.076.094	1.103.564
Não circulante							
Partes relacionadas	10	1.445	72.815	87.376	-	61.806	64.855
Impostos e contribuições a recuperar	11	-	-	-	5.157	4.998	4.056
Impostos diferidos	12	-	-	-	602.875	484.645	387.124
Depósitos judiciais	18	-	-	-	16.170	16.172	24.983
Operações com derivativos	26	-	-	-	86.659	47.556	-
Outros ativos		4.195	-	-	20.901	23.484	18.106
Investimentos	13	1.555.034	1.742.515	1.259.965	1.978	1.978	1.978
Imobilizado	14	7.499	4.347	5.533	1.349.317	1.177.110	1.145.229
Intangível		3.027	4.053	-	8.035	15.528	15.023
Bens de direito de uso	30	7.524	4.959	-	355.993	186.322	-
Propriedades para investimento		6.300	6.300	6.300	10.300	10.300	6.300
Ativo não circulante total		1.585.024	1.834.989	1.359.174	2.457.385	2.029.899	1.667.654
Ativo total		1.590.262	1.884.004	1.364.248	3.916.546	3.105.993	2.771.218

Passivo	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidado 2020	Consolidado 2019	Consolidado 2018
Circulante							
Empréstimos e financiamentos	15	170	153	-	402.667	102.958	135.935
Fornecedores	16	2.052	1.478	858	362.066	252.618	290.989
Arrendamento mercantil a pagar	30	5.243	2.955	-	79.659	59.614	-
Imposto de renda e contribuição social		9	25	86	1.197	7.195	7.337
Impostos e contribuições a pagar	17	80	132	133	36.680	31.518	48.296
Salários e encargos		180	180	279	34.111	28.637	26.905
Dividendos a pagar	10	19.938	-	-	19.938	-	-
Partes relacionadas	10	53	942	-	-	-	-
Adiantamentos de clientes		-	-	-	83.008	82.617	67.976
Operações com derivativos	26	-	-	-	-	32.325	821
Outras provisões		-	-	-	57.169	27.885	33.690
Adiantamentos de imobilizado		-	-	-	-	-	20.557
Outros passivos		192	498	2.780	16.799	21.093	64.692
Passivo circulante total		27.917	6.363	4.136	1.093.294	646.460	697.198
Não circulante							
Empréstimos e financiamentos	15	574	743	-	2.197.712	1.681.516	1.441.681
Arrendamento mercantil a pagar	30	3.322	3.203	-	308.867	154.393	-
Impostos e contribuições a pagar	17	-	-	-	90.421	93.917	106.466
Impostos diferidos	12	117.137	117.137	4.602	117.137	115.869	108.099
Partes relacionadas	10	1.383.813	1.389.823	981.201	-	1.526	-
Provisão para contingências	18	16	16	-	11.988	7.875	12.119
Benefício pós-emprego	20	-	-	-	39.285	32.285	28.638
Outros passivos		-	-	-	359	5.433	2.708
Passivo não circulante total		1.504.862	1.510.922	985.803	2.765.769	2.092.814	1.699.711
Patrimônio líquido	19						
Capital social		276.185	276.185	276.185	276.185	276.185	276.185
Transações com acionistas		-	-	88.676	-	-	88.676
Outros resultados abrangentes		(230.832)	(16.194)	28.880	(230.832)	(16.194)	28.880
Reservas de lucros		12.130	106.728	-	12.130	106.728	-
Prejuízo acumulado		-	-	(19.432)	-	-	(19.432)
Patrimônio líquido total		57.483	366.719	374.309	57.483	366.719	374.309
Total do passivo e patrimônio líquido		1.590.262	1.884.004	1.364.248	3.916.546	3.105.993	2.771.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidada

Unigel Participações S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro,

(Em milhares de reais)

		Controladora			Consolidado		
	Nota	**2020**	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Receita líquida	21	**-**	**-**	**-**	**3.233.235**	**3.322.706**	**3.393.839**
Custo dos produtos vendidos	24	-	-	-	(2.736.112)	(2.949.768)	(2.953.636)
Lucro bruto		**-**	**-**	**-**	**497.123**	**372.938**	**440.203**
Vendas	24	-	-	-	(39.334)	(31.006)	(31.985)
Gerais e administrativas	24	(5.764)	(3.540)	(7.743)	(114.314)	(106.792)	(98.703)
Provisão com impairment de ativos financeiros	8	-	-	-	(1.480)	3.285	(7.466)
Outras (despesas) receitas operacionais	23	(47)	(144)	(1.176)	7.413	8.557	(19.161)
Resultado operacional		**(5.811)**	**(3.684)**	**(8.919)**	**349.408**	**246.982**	**282.888**
Receitas financeiras	22	278	-	-	42.660	13.231	55.920
Despesas financeiras	22	(7.939)	(663)	(2.874)	(417.653)	(311.906)	(354.793)
Resultado financeiro		**(7.661)**	**(663)**	**(2.874)**	**(374.993)**	**(298.675)**	**(298.873)**
Equivalência patrimonial	13	**6.487**	**31.608**	**(19.955)**	**-**	**-**	**-**
Resultado antes dos impostos		**(6.985)**	**27.261**	**(31.748)**	**(25.585)**	**(51.693)**	**(15.985)**
Imposto de renda e contribuição social:							
Corrente	12	-	-	(11)	(30.176)	(16.643)	(27.264)
Diferido	12	-	-	-	48.776	95.597	11.490
		-	-	(11)	18.600	78.954	(15.774)
(Prejuízo) Lucro líquido do período		**(6.985)**	**27.261**	**(31.759)**	**(6.985)**	**27.261**	**(31.759)**
(Prejuízo) Lucro por lote de mil quotas - R$	29	**(0,017)**	**0,066**	**(0,077)**			
Quantidade ponderada média de ações ao final do exercício		**414.297.488**	**414.297.488**	**414.297.488**			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Unigel Participações S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro,

(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
(Prejuízo) Lucro líquido do período	(6.985)	27.261	(31.759)	(6.985)	27.261	(31.759)
Outros resultados abrangentes						
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado						
Ajuste a valor justo - propriedades para investimento - transferencia	-	-	6.135	-	-	6.135
Operações no exterior - Ajustes de conversão	131.575	33.611	46.062	131.575	33.611	46.062
Perdas atuariais dos planos de benefício definido (líquido de impostos)	(4.161)	(2.152)	(1.655)	(4.161)	(2.152)	(1.655)
Perdas não realizadas de hedge de fluxo de caixa (líquido de impostos)	(322.382)	(55.727)	(56.030)	(322.382)	(55.727)	(56.030)
Resultados abrangentes totais	**(201.953)**	**2.993**	**(37.247)**	**(201.953)**	**2.993**	**(37.247)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Unigel Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro,

(Em milhares de reais)

				Profit reserves			
	Capital social	**Transações com acionistas**	**Outros resultados abrangentes**	**Reserva legal**	**Reserva de lucros**	**Prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 1º de janeiro de 2018	**276.185**	**88.676**	**56.296**	**-**	**-**	**(9.601)**	**411.556**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(31.759)	(31.759)
Realização de avaliação patrimonial por depreciação							-
e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributários	-	-	(21.928)	-	-	21.928	-
							-
Outros resultados abrangentes							-
Ajuste a valor justo - propriedades para investimento - transferencia			6.135				6.135
Operações no exterior - Ajustes de conversão	-	-	46.062	-	-	-	46.062
Perdas não realizadas de hedge de fluxo de caixa (líquido de impostos)	-	-	(56.030)	-	-	-	(56.030)
Perdas atuariais dos planos de benefício definido (líquido de impostos)	-	-	(1.655)	-	-	-	(1.655)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**276.185**	**88.676**	**28.880**	**-**	**-**	**(19.432)**	**374.309**
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	27.261	27.261
Realização de transações com acionistas	-	(88.676)	-	-	-	88.676	-
Realização de avaliação patrimonial por depreciação							
e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributários	-	-	(20.806)			21.898	1.092
Outros resultados abrangentes							
Operações no exterior - Ajustes de conversão	-	-	33.611	-	-	-	33.611
Perdas não realizadas de hedge de fluxo de caixa (líquido de impostos)	-	-	(55.727)	-	-	-	(55.727)
Perdas atuariais dos planos de benefício definido (líquido de impostos)	-	-	(2.152)	-	-	-	(2.152)
Distribuições:							
Reserva legal	-	-	-	2.458	-	(2.458)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(11.675)	(11.675)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	104.270	(104.270)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**276.185**	**-**	**(16.194)**	**2.458**	**104.270**	**-**	**366.719**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(6.985)	(6.985)
Realização de avaliação patrimonial por depreciação							
e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributários	-	-	(19.670)	-	-	19.670	-
Outros resultados abrangentes							
Operações no exterior - Ajustes de conversão	-	-	131.575	-	-	-	131.575
Perdas não realizadas de hedge de fluxo de caixa (líquido de impostos)	-	-	(322.382)	-	-	-	(322.382)
Perdas atuariais dos planos de benefício definido (líquido de impostos)	-	-	(4.161)	-	-	-	(4.161)
Distribuições:							
Reserva legal	-	-	-	634	-	(634)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(3.013)	(3.013)
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(104.270)	-	(104.270)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	9.038	(9.038)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**276.185**	**-**	**(230.832)**	**3.092**	**9.038**	**-**	**57.483**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Unigel Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro,

(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
(Prejuízo) Lucro líquido do período	(6.985)	27.261	(31.759)	(6.985)	27.261	(31.759)
Ajustes para:						
Depreciação e amortização	5.701	4.016	110	149.137	175.966	114.377
Juros de arrendamento	677	764	-	33.543	32.721	-
Provisões para contingências	-	-	-	31.842	28.926	20.629
Provisão com impairment de ativos financeiros	-	-	-	1.480	(3.285)	7.466
Provisão para perdas e obsolescência dos estoques	-	-	-	4.053	(3.799)	10.173
Impostos diferidos	-	-	-	(48.776)	(95.597)	(11.490)
Resultado de derivativos	-	-	-	(279.991)	(57.139)	(17.706)
Juros e variação cambial de empréstimos	93	16	-	542.255	246.717	225.465
Juros de impostos	-	-	-	4.497	2.067	5.039
Resultado na venda de ativos	-	-	-	925	(16.512)	10.893
Impairment de ágio	-	-	569	-	-	3.011
Ganho na exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS	-	-	-	-	-	(30.084)
Resultado de equivalência patrimonial	(6.487)	(31.608)	19.955	-	-	-
	(7.001)	449	(11.125)	431.980	337.326	306.014
Variações em:						
Contas a receber	-	-	-	(48.378)	68.722	148.786
Estoques	-	-	-	(49.509)	71.634	(76.824)
Fornecedores	574	620	329	109.448	(43.148)	(133.740)
Impostos a recuperar	(73)	(219)	85	(58.421)	53.519	(68.831)
Outros créditos	(2.758)	(714)	33	11.655	(3.316)	(9.495)
Impostos e contribuições a pagar	232	(2.365)	(1.674)	63.572	(12.288)	15.916
Impostos a recuperar	(52)	(1)	91	66.840	(79.207)	14.354
Imposto de renda pago	-	-	-	(24.009)	(7.428)	(18.907)
Juros pagos por empréstimos	(245)	-	-	(232.555)	(166.932)	(130.809)
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(9.323)	(2.230)	(12.261)	270.623	218.882	46.464
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(3.328)	(3.925)	(5.533)	(223.654)	(175.027)	(112.913)
Aquisição de participação societária	(1.000)	-	(134)	(1.000)	-	-
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado e investimento	-	-	-	5.201	3.452	20.557
Empréstimos e adiantamentos realizados à partes relacionadas	(6.899)	(202.222)	(9.246)	(17.214)	(5.256)	(18.270)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	(11.227)	(206.147)	(14.913)	(236.667)	(176.831)	(110.626)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Captação de empréstimos e financiamentos	-	880	-	358.283	1.819.518	867.469
Recebimentos (pagamentos) de derivativos	-	-	-	(2.103)	7.048	-
Pagamentos de arrendamento mercantil	(6.631)	(2.523)	-	(77.890)	(57.843)	-
Empréstimos e adiantamentos de caixas tomados de partes relacionadas	14.856	222.377	27.190	-	-	-
Pagamentos de empréstimos	-	-	-	(85.242)	(1.666.394)	(592.838)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	8.225	220.734	27.190	193.048	102.329	274.631
Aumento (Redução) em caixa e equivalentes de caixa	(12.325)	12.357	16	227.004	144.380	210.469
Demonstrativo de mudanças de caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	12.445	88	72	382.252	239.515	34.671
Ajustes de conversão	-	-	-	14.783	(1.643)	(5.625)
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	120	12.445	88	624.039	382.252	239.515
	(12.325)	12.357	16	227.004	144.380	210.469

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Unigel Participações S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro,

(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Receitas	**-**	**-**	**(1.176)**	**3.648.204**	**3.731.590**	**3.723.363**
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	-	-	-	3.649.684	3.728.305	3.736.086
Provisão com impairment de ativos financeiros	-	-	-	(1.480)	3.285	(7.466)
Outras despesas		-	(1.176)	-	-	(5.257)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**(110)**	**(877)**	**(3.712)**	**(2.950.345)**	**(3.102.313)**	**(2.918.592)**
Custos das mercadorias e serviços vendidos	-	-	-	(2.608.703)	(2.760.924)	(2.537.641)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(63)	-	(2.717)	(272.257)	(317.881)	(239.145)
(Perda)/Recuperação de valores ativos	-	-	-	(925)	16.512	(13.904)
Outros	(47)	(877)	(995)	(68.460)	(40.020)	(127.903)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**(110)**	**(877)**	**(4.888)**	**697.859**	**629.277**	**804.770**
Depreciação direito de uso	(4.499)	(2.958)	-	(48.299)	(52.807)	-
Depreciação, amortização e exaustão	(1.202)	(1.058)	(110)	(100.838)	(123.159)	(114.377)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**(5.811)**	**(4.893)**	**(4.998)**	**548.722**	**453.311**	**690.393**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**6.765**	**31.608**	**(19.955)**	**42.660**	**13.231**	**55.920**
Resultado de equivalência patrimonial	6.487	31.608	(19.955)	-	-	-
Receitas financeiras	278	-	-	42.660	13.231	55.920
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**954**	**26.715**	**(24.953)**	**591.382**	**466.542**	**746.313**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**954**	**26.715**	**(24.953)**	**591.382**	**466.542**	**746.313**
Pessoal	**-**	**(1.209)**	**3.921**	**211.347**	**173.049**	**190.373**
Remuneração direta	-	-	3.921	117.030	91.633	81.973
Benefícios	-	-	-	33.613	32.388	38.743
Outros	-	(1.209)	-	60.704	49.028	69.657
Impostos, taxas e contribuições	**-**	**-**	**(795)**	**(10.964)**	**(28.846)**	**226.157**
Federais	-	-	(795)	8.431	(48.182)	102.764
Estaduais	-	-	-	(19.465)	19.279	123.286
Municipais	-	-	-	70	57	107
Remuneração de capitais de terceiros	**7.939**	**663**	**3.680**	**397.984**	**295.078**	**361.543**
Juros	7.939	663	3.680	397.984	295.078	361.543
Remuneração de capital próprio	**(6.985)**	**27.261**	**(31.759)**	**(6.985)**	**27.261**	**(31.759)**
(Prejuízo) Lucro líquido do período	(6.985)	27.261	(31.759)	(6.985)	27.261	(31.759)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Unigel Participações S.A., constituída em 24 de setembro de 2005, (a seguir denominada "Unigel", Grupo ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, bairro Brooklin, na cidade e estado de São Paulo. Estas demonstrações financeiras contemplam a Companhia e suas controladas (a seguir denominados como "Grupo"), que são sociedades anônimas de capital fechado, com exceção da Unigel Distribuidora que é uma empresa limitada.

A Companhia atua como empresa "*holding*" sendo controladora de sociedades que se dedicam a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos químicos na cadeia de acrílicos e estirênicos. Também assessora suas controladas na gestão das áreas de controladoria, finanças, jurídica, planejamento, gestão de pessoas e tecnologia da informação. É integrante do Grupo Unigel o qual foi constituído em 1964.

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo é formado pelas seguintes empresas controladas:

Empresas	% de participação	Produtos principais
Subsidiárias diretas		
Proquigel Química S.A.	99,9%	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio e potássio, sulfato de amônia.
Companhia Brasileira de Estireno	99,9%	Estireno, poliestireno, tolueno, acrilonitrila, ácido cianídrico, acetona cianídrica e etilbenzeno.
Unigel Distribuidora Ltda.	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo.
Unigel Luxembourg S.A.	99,9%	Gestão de ativos financeiros em mercado de capitais.
Unigel Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	99,9%	Comercialização de energia elétrica.
Unigel Plásticos S.A.	99,9%	Placas de acrílicos e resinas acrílicas.
Subsidiárias indiretas		
Unigel Holdings, S.A. de C. V. e subsidiárias:	99,9%	Holding intermediária.
Distribuidora de Químicos Unigel S.A. de C.V.	99,9%	Acrilonitrila, ácido cianídrico e acetona cianidrina.
Unigel Acrílicos, S.A. de C.V.	99,9%	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio e potássio, e sulfato de amônia.
Metacril, S.A. de C.V.	99,9%	Prestação de serviços a terceiros.
Distribuidora de Productos Plastiglas, S.A. de C.V.	99,9%	Cianeto de sódio.
Unigel Inc.	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo.
Plastiglás de México, S.A. de C.V.	99,9%	Placas de acrílicos, resinas acrílicas, e revenda de placas de policarbonatos.

Movimentações societárias

Em 2018 a subsidiária Polo Industria e Comercio S.A. (Polo), que atuava como uma holding intermediária do Grupo, foi incorporada na subsidiária Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S.A.

(Acrinor) que produzia: Acrilonitrila, acido cianídrico, acetonitrila, acetona cianídrica, estireno, etilbenzeno e tolueno. Quando a incorporação ocorreu Acrinor passou também a atuar como holding intermediária do Grupo. No mesmo ano o Grupo fundou a empresa Unigel Luxembourg S.A., uma empresa financeira localizada em Luxemburgo com o propósito de emitir e administrar os Bonds do Grupo.

Em 2020 o Grupo fundou a empresa Unigel Comercializadora de Energia, uma empresa focada em negociar no mercado livre de energia.

Performance operacional

Em 2018 a administração concluiu diversas iniciativas de desalavancagem e reestruturação de capital, iniciadas em 2017, em conjunto com algumas ações estratégicas, dentre elas: (i) desinvestimento de negócios que não representam o foco estratégico do Grupo (em especial o segmento de embalagens) e (ii) adesão aos programas federais e estaduais de regularização tributária que estendeu o pagamento de impostos e permitiu a compensação de impostos devidos com prejuízos acumulados.

Em maio de 2018, em continuidade ao programa de desalavancagem supracitado, o Grupo avançou em sua estratégia de reestruturação de capital através da emissão do seu primeiro Bond no valor agregado total de USD 200 milhões (R$ 750.000).

O ano de 2019 foi desafiador para a Unigel, com forte volatilidade de margens, assim como dois eventos extraordinários que afetaram de forma adversa o segmento de acrílicos: um incêndio nos tanques de armazenagem em uma das plantas do Grupo e a interrupção do fornecimento de amônia pela Petrobras. Ambos eventos tiveram impacto negativo no resultado do Grupo.

No contexto financeiro, o Grupo fez nova reestruturação da sua dívida, retornando ao mercado de capitais internacionais em 2019 com a emissão de um novo bond de USD 420 milhões (R$ 1.743.000), com vencimento em 2026 (Bond 26). Os valores obtidos nesta operação foram utilizados para pré-pagar dívidas antigas, incluindo o bond emitido em 2018 com vencimento em 2024 (Bond 24).

Com isso, a Unigel fortaleceu sua estrutura de capital, estendendo de forma significativa o fluxo de pagamento da dívida e migrando sua dívida para um perfil sem garantias, enquanto reduziu suas despesas financeiras, uma vez que o novo bond possuía taxa inferior ao primeiro, sendo 8,75% no Bond 26 contra 10,50% no Bond 24.

Em novembro de 2019 o Grupo completou a incorporação da subsidiária Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S.A. na também subsidiária Companhia Brasileira de Estireno. Esta incorporação era essencial para o planejamento de longo prazo do Grupo de ter toda a cadeia de estirênicos em uma Companhia integrando as operações do estado da Bahia e de São Paulo.

Em 21 de novembro de 2019 o Grupo firmou contrato para arrendar as plantas de fertilizantes da Petrobras no estado da Bahia (FAFEN-BA) e Sergipe (FAFEN-SE) que produzem amônia, com valor total de R$ 177 milhões por um período de 10 anos, renovável por mais 10 anos.

Esse contrato só se tornaria efetivo após aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a emissão de licenças requeridas para a operação pela subsidiária Proquigel Química S.A. Ambos requisitos foram atendidos em agosto de 2020.

Covid -19

Marcado pela pandemia de Covid-19, o ano de 2020 pode ser dividido em dois períodos distintos: enquanto o primeiro semestre do ano foi um período de inúmeras incertezas que levaram ao fechamento de fábricas e a uma forte desaceleração econômica global, o segundo semestre foi um período de reabertura de diversas atividades econômicas (ainda que sob novas condições sanitárias) estimulado por pacotes de incentivo governamentais em vários países, o que levou a uma forte retomada da demanda das famílias.

Durante o primeiro semester de 2020 a redução da atividade econômica forçou o Grupo a temporariamente paralizar unidades, no entanto, no mesmo período, a Unigel reativou a produção de placas acrílicas para atender novas demandas relacionadas ao Covid-19.

No segmento de Estirênicos,

- A unidade de estireno em Cubatão (SP) foi paralisada no início de abril, mas logo retomada em meados do mês de junho.
- A unidade de estireno em Camaçari (BA) ficou paralisada apenas durante o mês de maio.
- A unidade de poliestireno em São José dos Campos (SP) também ficou paralisada apenas em maio.

No segmento de Acrílicos, a unidade de produção de acrilonitrila em Camaçari (BA) foi paralisada na segunda metade de março e permaneceu parada ao longo de todo o 2º trimestre, sendo retomada apenas no final de julho.

Mesmo durante este cenário desafiador o Grupo concluiu duas novas unidades produtivas:

- Ácido metacrílico em Candeias (BA), com capacidade de 5.000 toneladas/ano; e
- Nova linha de produção de chapas extrudadas em Ocoyacac no México, também com capacidade de 5.000 toneladas/ano

Devido à esse cenário, bem como a maior dificuldade de distribuição interna e externa, o Grupo direcionou diversas ações de resiliência para preservar a saúde dos seus colaboradores, as operações e o caixa do Grupo enquanto durar este cenário:

- O Grupo concedeu férias coletivas durante o mês de Abril e Maio para os funcionários de suas Plantas de monômero de estireno em Cubatão e Camaçari (tais plantas tiveram seus retornos operacionais no ínicio de Junho), de poliestireno em São José dos Campos (retornando a partir de 22 de Julho) e de acrilonitrila em Camaçari (retornando o final de Julho para produção visando o abastecimento do mercado interno);

- O Grupo também efetuou a redução de jornada e de salário em 25% para os colaboradores das áreas administrativas e comerciais por um período de 90 dias, período este compreendido entre Abril e Junho, retornando à jornada integral a partir de Julho, após parceria com o Hospital Albert Einstein no contexto de consultoria e readequação de nossas estruturas físicas do escritório corporativo visando proporcional a retomada das atividades operacionais, preservando a saúde de todos os nossos colaboradores. Desta forma, as equipes foram segregadas em 3 grupos, de forma a haver alternância semanal entre os grupos A e B para jornada presencial no escritório

corporativo, enquanto outro grupo mantem-se em home office de jornada integral. Por fim, foram alocados ao grupo C, todos os demais colaboradores que apresentaram características associadas a um grupo de risco e, portanto, nestes casos todos os colaboradores foram mantidos em home office em período integral por tempo indeterminado;

- As áreas de Saúde e Recursos Humanos estabeleceram diversas medidas e protocolos que vem sendo adotados em nossas plantas, visando garantir a máxima segurança dos colaboradores, incluindo diversos comunicados de orientação e considerando ações de higienização e intensidade na frequência de limpeza de ambientes, etiqueta respiratória, layout de refeitório, uso de máscara e protetor facial, distanciamento de 2 metros, triagem com medição de temperatura e check-list de saúde no controle de acesso, práticas de desinfecção de ambientes internos e externos, adoção de reuniões virtuais, cancelamento de viagens e nova disposição no transporte de funcionários. Não menos importante, aquisição de kits de teste rápido para COVID-19 e contratos com clínicas aptas para realizar exames específicos relacionados;

- Parceria com plataformas de treinamento online para manter seus colaboradores em home office atualizados mesmo durante o período de quarentena.

- Adesão a medida provisória 936/2020 de suspensão do contrato de trabalho por 60 dias com pagamento de ajuda compensatória por parte do Grupo durante esse período para alguns funcionários locados em plantas hibernadas durante o período de Maio a Junho.

- Através da portaria nº 139, de abril de 2020 foi prorrogado o prazo de recolhimento de PIS, COFINS e INSS de competência março para o mês de agosto e de competência abril para o mês de outubro, no entanto o Grupo vem efetuando mensalmente na sua integralidade, compensações fiscais mediantes créditos fiscais federais;

- Através da portaria nº 201 foram prorrogados os vencimentos das parcelas de maio, junho e julho para agosto, outubro e dezembro, respectivamente de parcelamentos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional(PGFN).

- Renegociação de contratos com fornecedores de materiais e serviços visando a postergação de prazos e a redução de valores contratuais.

O Grupo também reavaliou suas projeções futuras considerando o cenário atual de pandemia e não verificou risco de recuperabilidade sobre seus ativos:

- As aplicações financeiras do Grupo são aplicações de baixo risco do tipo CDB com bancos com *ratings* B+ e AA+, conforme as agências de rating Standard & Poors e Fitch (vide nota explicativa 26.3);

- Os recebíveis de clientes não tiveram aumento de inadimplência durante o período. Casos pontuais tiveram renegociação de prazo mas seguiram com o fluxo usual de negócios e de liquidação.

- Os estoques foram avaliados, como sempre o são, pelo menor valor entre custo e mercado e não foram identificadas mudanças significativas em relação a provisão de anos anteriores.

- Os impostos a recuperar seguiram o giro de recuperabilidade. Ainda que alguns processos de recebimento em caixa como "Linha Rápida" para monetização de PIS/Cofins estejam levando mais tempo para conclusão devido a pandemia, não verificamos um aumento do prazo de recuperação desses itens.

- As projeções atualizadas de longo prazo do Grupo seguem demonstrando que o Imobilizado não tem ajuste de *impairment* pelo prazo de sua vida útil.

- Os impostos diferidos do Grupo foram submetidos a teste de recuperabilidade utilizando as projeções de longo prazo do Grupo já considerando os impactos da pandemia e também não foram identificadas questões de recuperabilidade.

Após avaliar o mercado atual a administração do Grupo decidiu reativar, ainda em abril de 2020, a planta de chapas acrílicas extrudadas da controlada Unigel Plásticos localizada no município de Candeias, no Estado da Bahia. A planta estava hibernada desde o ano de 2015 e era alvo de análises de impairment periodicamente, sem que tenha sido identificado qualquer ajuste durante este período. As chapas acrílicas extrudadas são normalmente utilizadas na construção civil e o estudo do mercado atual demonstrou um recente aumento de demanda que justificou a reativação da planta em questão.

Na segunda metade do ano, o cenário mudou substancialmente, com forte recuperação da demanda para nossos principais produtos, principalmente puxada pelos segmentos de linha branca e construção civil. Essa recuperação é explicada principalmente por: i) demanda reprimida do 2T20, ii) recomposição de estoques de industrias paralisadas no mesmo período, iii) mudança de hábitos de consumo em meio aos *lockdowns* (bens materiais *vs.* experiências e lazer), e iv) incentivos governamentais através de programas sociais.

Neste contexto, desde julho temos operado nossas principais plantas a plena capacidade, com volume de vendas até mesmo acima do nível pré-pandemia.

Em 4 de agosto de 2020 a controlada Proquigel recebeu a posse da FAFEN Bahia, com todos os seus equipamentos sendo considerado uma única propriedade por um leasing mensal de R$ 800 por dez anos e FAFEN Sergipe com todos os seus equipamentos sendo considerado uma única propriedade por um leasing mensal de R$ 675 por dez anos sob o contrato de arrendamento assinado em 21 de novembro de 2019 no valor total de R$ 174.050 para ambas as plantas. O arrendamento não foi considerado efetivo até que a subsidiárias Proquigel Química S.A. tivesse a aprovação do CADE e a posse fosse efetivamente transferida, isto ocorreu em 4 de agosto de 2020. As plantas estavam hibernadas e vão sofrer manutenção para retomar a sua capacidade usual, o retorno as atividades é esperado no primeiro e terceiro trimestre de 2021 em Sergipe e Bahia, respectivamente. Além dessas plantas o contrato também prevê o arrendamento de um terminal marítimo no estado da Bahia. O Grupo está obtendo as licenças para iniciar a operação do terminal marítimo, até que obtenha essas licenças o leasing ainda não é considerado efetivo. O Grupo tem uma opção de renovação de 10 anos após os primeiros 10 anos de contrato, mas não considerou a renovação na avaliação do arrendamento uma vez que ainda existem muitas incertezas quanto a viabilidade econômica de renovação em 2029.

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo revisou suas projeções considerando todos os efeitos da pandemia até o momento e estima que conseguirá equilibrar sua esturura financeira e os fluxos de caixa futuros. Portanto, a administração acredita que tem recursos adequados para continuar suas operações por pelo menos 12 meses após a data de reporte e, portanto, o Grupo está de acordo com o princípio de continuidade operacional na preparação dessas demonstrações financeiras.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade
Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e também com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB*)*.

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 9 de março de 2021.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração do Grupo definiu que sua moeda funcional é o Real, com exceção das suas subsidiárias no México, Luxemburgo e Estados Unidos da América, cuja moeda funcional é o dólar americano, em linha com definição de anos anteriores, uma vez que o ambiente econômico principal em que opera é aquele em que o Grupo fundamentalmente gera e desembolsa caixa.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6 -** Consolidação: determinar se o Grupo detém de fato o controle sobre as investidas;

- **Nota explicativa nº 6.1 –** Prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

Informações sobre premissas e estimativas incertas que possuem um risco significativo de ajuste material nas demonstrações financeiras estão descritos nos tópicos abaixo:

- **Nota explicativa nº 8 –** Contas a receber de clientes: mensuração da perda esperada de crédito com premissas de perda esperada.
- **Nota explicativa nº 9 -** Estoques: o Grupo avalia mensalmente o valor realizável dos estoques para identificar o impairment através de uma análise do custo de produção versus o valor de realização.
- **Nota explicativa nº 12 –** Impostos diferidos: O Grupo avalia anualmente a disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias podem ser utilizados.
- **Nota explicativa nº 14 -** Imobilizado: O Grupo avalia anualmente a vida útil do ativo imobilizado por meio de pessoal técnico interno.
- **Nota explicativa nº 18 -** Contingências: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos.
- **Nota explicativa nº 20 –** Benefícios pós-emprego: principal premissa atuarial.

c) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, com reporte diretamente ao Diretor de Controladoria.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2**: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3**: inputs para ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs inobserváveis).

Se os inputs usados para mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo estiverem em diferentes níveis da hierarquia de valor justo, então a mensuração do valor justo é classificada inteiramente no mesmo nível hierárquico do input de menor nível que é significativo para a mensuração como um todo.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 26 – Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo;
- O ativo ou passivo líquido de benefícios pós emprego definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo foram aplicadas consistentemente a todos os exercícios/períodos apresentados nestas demonstrações financeiras intermediárias.

a) Base de consolidação

(i) Subsidiárias

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

(i) Transações em moedas estrangeiras

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pela taxa histórica na moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças resultantes da conversão dos seguintes itens são reconhecidas em ORA – Outros Resultados Abrangentes: qualificação do hedge de fluxo de caixa na medida em que o hedge é efetivo.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real, às taxas médias mensais.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

c) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. O contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ou ao Valor Justo por meio do Resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas aos pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação por modelo de negócio
O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo**.**

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Ativos financeiros - avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo);
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Termos contratuais que possam ajustar a taxa de juros de um ativo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas
Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros
O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros
O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação
Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge
O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção de determinados passivos financeiros não derivativos.

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

***Hedges* de fluxo de caixa**
Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedge*s de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedge*s de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

(vi) Derivativos embutidos
Derivativos embutidos são componentes de um contrato híbrido que inclui também um componente principal não derivativo fazendo com que a totalidade ou parte dos fluxos de caixa do contrato principal seja modificada. O Grupo avaliou a existência e a necessidade de separação de derivativos embutidos em todos os seus contratos e, quando necessária a separação, efetuou a mensuração destes derivativos utilizando as mesmas práticas adotas para outros derivativos que o Grupo possui.

d) Estoques
Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo ponderado médio. No caso dos estoques manufaturados, o

custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

O valor realizável líquido é a estimativa entre o valor de venda usual no curso normal dos negócios, deduzido dos custos de fabricação e venda.

e) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os custos de ativos construídos pelo Grupo incluem materiais e mão de obra direta, assim como quaisquer outros custos necessários para o transporte e operacionalização do ativo da maneira esperada pela administração.

Compras de software que são necessárias para a funcionalidade de um ativo imobilizado são capitalizadas como parte do ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

Depreciação de um ativo imobilizado é iniciada quando o item está pronto para uso, ou seja, quando está no lugar e condições necessárias para ser capaz de operar da forma idealizada pela Administração.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	5,19% a.a.
Máquinas e equipamentos	7,21% a.a.
Instalações, ferramentas e instrumentos	6,64% a.a.
Materiais de reposição (i)	7,75% a.a.
Benfeitorias em bens próprios	3,95% a.a.

(i) Este item refere-se a materiais específicos feitos sob medida que mantêm linhas produtivas específicas e, portanto, sua depreciação tem a mesma taxa que as máquinas relacionadas.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

f) Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros reaultados abrangentes.

g) Ativos mantidos para venda

Ativos não circulantes, ou grupos de ativos e passivos, são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que eles serão recuperados primariamente através da sua venda ao invés do uso contínuo.

Tais ativos ou grupo de ativos são geralmente mensurados pelo menor entre o seu valor de custo e o valor de venda menos os custos de venda. Perdas de impariment na classificação inicial para mantido para venda e subsenquentes ganhos e perdas na remensuração são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificado como mantido para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

h) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais
O Grupo reconhece provisões para perdas de crédito esperadas (PCE) sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

A perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento é aquela que resulta de todos os eventos de *default* que podem ocorrer em toda a vida do instrumento.

O período máximo considerado para estimar a perda de crédito esperada é o período contratual máximo sobre o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e avaliação de garantias.

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

O Grupo avalia contas a receber de forma agregada considerando as características gerais do mercado interno e externo e segmento. Quando o ativo está vencido a mais de 90 dias, o Grupo avalia o título de forma individualizada, considerando garantias e a avaliação de crédito interna apurada pelo Comitê de Crédito.

O Grupo considera o ativo financeiro como inadimplente quando:

- É altamente provável que a contraparte não pague integralmente as obrigações para com o Grupo, sem o Grupo recorrer as garantias (se houver); ou

- O ativo financeiro estiver vencido a mais de 90 dias.

Mensuração das PCEs
As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação
Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado.

i) Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

(iii) Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como

retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Os ganhos e perdas resultantes dos planos de benefício definido são reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Patrimônio líquido.

j) Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado da Companhia no período que ocorrem e quando há suficiente segurança de que eles serão recebidos.

O Grupo reconhece os incentivos oriundos do DESENVOLVE, REIQ, SUDENE e REINTEGRA, ver nota explicativa nº 27.

k) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, receitas de juros sobre empréstimos e recebíveis, resultado de derivativos, descontos de fornecedores e outras receitas financeiras.

As despesas financeiras incluem despesas com juros, descontos concedidos a clientes, impostos sobre receitas financeiras, juros de fornecedores, despesas de indexação, resultado de derivativos e outras despesas financeiras.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros são reportadas em uma base líquida na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras, dependendo se a variação cambial líquida é um ganho ou uma perda.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o

lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido
Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

m) Provisões
Uma provisão é criada quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, que pode ser estimado de forma confiável e, é provável que uma saída de fundos seja necessária para liquidar a obrigação.

n) Receita de contrato com cliente
A receita é medida com base na contrapartida especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle de um bem para um cliente.

As informações a seguir fornecem informações sobre a natureza e o momento da satisfação das obrigações de desempenho no contrato com o cliente:

Receita de Estirênicos e Acrílicos

- **Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos**
  Os clientes obtêm o controle dos produtos de Estirênicos e Acrílicos quando os produtos são aceitos em suas instalações. Os prazos de pagamento de faturas são determinados com base em uma análise de crédito realizada para cada cliente individualmente.

  Desconto comercial pode ser concedido aos clientes com base na negociação, e eles representam uma redução do preço padrão. A nota fiscal é emitida pelo preço padrão menos a quantia de desconto comercial. Além disso, o Grupo pode conceder descontos aos clientes como incentivos para os clientes que anteciparem o pagamento.

  Alguns contratos permitem que o cliente devolva o produto antes da aceitação.

- **Reconhecimento de receita de acordo com o CPC 47/ IFRS 15**
  A receita é reconhecida quando as mercadorias são aceitas pelo cliente em suas instalações com base nos seguintes tipos de frete:

Canal	Tipo de frete	Natureza e tempo de satisfação das obrigações de performance	Reconhecimento de receita
Rodoviário	Frete pago pelo vendedor	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas em suas instalações.	Reconhecido quando as mercadorias foram entregues e aceitas nas premissas do cliente.
Rodoviário	Frete pago pelo comprador	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são despachadas do depósito do Grupo.	Reconhecido no despacho da mercadoria.
Marítimo	Custo seguro e frete (cost insurance and freight)	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias chegam ao porto de destino.	Reconhecido quando o navio de carga chega ao porto de destino.
Marítimo	Free on board	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são embarcadas no navio de carga.	Reconhecido quando as mercadorias são embarcadas no navio de carga.

o) Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à

Administração; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos corporativos (primariamente a sede e administração da Companhia), resultados financeiros, e imposto de renda e contribuição social.

p) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, entretanto, o grupo não possuí nenhum efeito diluidor nos exercícios apresentados.

q) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações intermediárias do valor adicionado ("DVA") individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras intemediárias conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

r) CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

(i) Definição de arrendamento

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para arrendamentos de imóveis nas quais é um arrendatário, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e os contabilizará como um único componente de arrendamento.

(ii) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1) / IAS 17

Os arrendamentos são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo no encerramento do último exercício contábil.

A taxa de desconto foi calculada construindo uma curva de taxa de juros baseada no Bond do Grupo e Bonds de empresas comparáveis como vencimentos no intervalo de 5 a 10 anos, sendo os Bonds das empresas comparáveis ajustadas pelo spread médio, diferenças de classificação de cenário e qualquer outro spread específico de risco identificado. Para o primeiro ponto (D + 1) da curva, a taxa média efetiva de empréstimos e financiamentos do Grupo foi utilizada sem ajustes. Para os pontos além de 10 anos, os títulos do governo brasileiro foram utilizados

ajustado pelo spread histórico do Bond do Grupo em relação aos Títulos do governo brasileiro com data de vencimento similar.

Esses pontos futuros foram exponencialmente interpolados para construir uma curva de taxa de desconto com taxas de referência para todas as datas de pagamento. Essa curva foi usada para descontar todos os fluxos de caixa projetados na base de contratos de arrendamento operacional.

Os ativos de direito de uso são mensurados inicialmente por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados.

O Grupo não identificou indícios de perda por redução ao valor recuperável em seus ativos de direito de uso.

6.1 Mudanças em políticas contábeis significativas

O Grupo adotou inicialmente o CPC 06(R2) / IFRS16 a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de novas normas também são efetivas a partir de 1º de janeiro de 2020 mas não tem um efeito material nas demonstrações financeiras do Grupo. Os métodos de adoção para cada caso estão descritos abaixo.

Devido aos métodos de adoção escolhidos pelo Grupo a informação comparativa não foi reapresentada para refletir as mudanças prospectivas dessas normas.

6.1.1 CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 06(R2) / IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019.

Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessa norma, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas.

O Grupo aplicou o CPC 06(R2) / IFRS 16 usando o método restrospectivo modificiado, sob qual o efeito cumulativo da adoção inicial é reconhecido nos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Desta forma, a informação comparativa de 2018 não é reapresentada, ou seja, é apresentada conforme apresentado anteriormente, sob o CPC 06(R1) / IAS 17 e interpretações relacionadas

O Grupo optou por não adotar o expediente prático do item C3 do CPC 06(R2), ou seja, o Grupo reavaliou todos os seus contratos na data de avaliação inicial.

O Grupo optou por adotar o expediente prático C5 (b), ou seja, aplicando as mudanças do CPC 06(R2) / IFRS 16 retrospectivamente, com efeito cumulativo de inicialmente utilizar o pronunciamento reconhecido na data de aplicação inicial de acordo com os seguintes expedientes práticos:

- Reconhecimento do passivo de arrendamento na data de aplicação inicial descontado pela taxa incremental sobre empréstimos na data de aplicação inicial conforme item C8 (a) do CPC 06(R2) / IFRS 16;

- Reconhecimento do ativo de direito de uso pelo valor equivalente do passivo de arrendamento conforme item C8 (b) (iii) do CPC 06(2) / IFRS 16;

- Aplicação de uma taxa nominal de desconto única para a carteira de arrendamentos conforme item C10 (a) do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Como resultado da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o Grupo, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

(iii) Definição de arrendamento

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 / IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para arrendamentos de imóveis nas quais é um arrendatário, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e os contabilizará como um único componente de arrendamento.

(iv) Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1) / IAS 17

Anteriormente, o Grupo classificava os arrendamentos imobiliários como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R1) / IAS 17. Na transição, para esses arrendamentos, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo em 1º de janeiro de 2019.

A taxa de desconto foi calculada construindo uma curva de taxa de juros baseada no Bond do Grupo e Bonds de empresas comparáveis como vencimentos no intervalo de 5 a 10 anos, sendo os Bonds das empresas comparáveis ajustadas pelo spread médio, diferenças de classificação de cenário e qualquer outro spread específico de risco identificado. Para o primeiro ponto (D + 1) da curva, a taxa média efetiva de empréstimos e financiamentos do Grupo foi utilizada sem ajustes. Para os pontos além de 10 anos, os títulos do governo brasileiro foram utilizados ajustado pelo spread histórico do Bond do Grupo em relação aos Títulos do governo brasileiro com data de vencimento similar.

Esses pontos futuros foram exponencialmente interpolados para construir uma curva de taxa de desconto com taxas de referência para todas as datas de pagamento. Essa curva foi usada para descontar todos os fluxos de caixa projetados na base de contratos de arrendamento operacional.

Os ativos de direito de uso são mensurados por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados: o Grupo aplicou essa abordagem a todos os outros arrendamentos mercantis.

O Grupo não identificou indícios de perda por redução ao valor recuperável em seus ativos de direito de uso na data de transição.

O Grupo utilizou vários expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17. Em particular:

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data de aplicação inicial;

- Não reconheceu ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, máquinas de café).

(v) Impacto na transição

Na transição para o CPC 06 (R2) / IFRS 16, o Grupo reconheceu ativos de direito de uso adicionais, e passivos de arrendamento, líquidos de impostos creditáveis. O impacto na transição nas contas patrimoniais está resumido abaixo:

	Controladora 1º de janeiro de 2019	**Consolidado 1º de janeiro de 2019**
Novos ativos de direito de uso apresentados	5.208	204.266
Obrigações de direito de uso	(5.208)	(204.266)

De acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, o Grupo reconheceu despesas de depreciação e juros, em vez de despesas de arrendamento operacional. Estas movimentações estão destacadas na nota explicativa nº 32 – Arrendamentos.

6.1.2 ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A nova interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações onde o Grupo tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações onde determinados tratamentos sejam incertos, o Grupo deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresenta-los em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento.

A Administração do Grupo passou a considerar os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisou os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais.

6.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas estarão em efeito nos exercício iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou antecipadamente essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não espera que terão um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

(a) Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25 / IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2020 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

(b) Reforma na taxa de juros de referência – Fase 2 (Alterações ao CPC 48 / IFRS 9, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 / IFRS 7, CPC 11 / IFRS 4 e CPC 06 / IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

- mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- contabilidade de *hedge*.

(i) Mudanças na base para determinação dos fluxos de caixa

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo tem R$ 148.945 em empréstimos bancários em LIBOR que serão objeto da reforma do IBOR. O Grupo espera que a taxa de juros de referência para estes empréstimos seja alterada para SONIA em 2021 e que nenhum ganho ou perda significativa na modificação surja como resultado da aplicação das alterações.

(ii) Contabilidade de hedge

As alterações fornecem exceções aos requerimentos de contabilidade de *hedge* nas seguintes áreas:

- Permitir a alteração da designação de uma relação de hedge para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma.
- Quando um item objeto de hedge em um *hedge* de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças exigidas pela reforma, o valor acumulado na reserva de *hedge* de fluxo de caixa será considerado com base na taxa de referência alternativa na qual os fluxos de caixa futuros objeto de hedge estão determinados.
- Quando um grupo de itens é designado como um item objeto de hedge e um item do grupo é alterado para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma, os itens objeto de hedge são alocados a subgrupos com base nas taxas de referência que estão sendo objeto de hedge.
- Se uma entidade espera razoavelmente que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável dentro de um período de 24 meses, ela não está proibida de

designar a taxa como um componente de risco não contratualmente especificado se não for separadamente identificável na data de designação.

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo não possuía *hedges* realacionados ao risco da LIBOR.

(iii) Divulgação
As alterações exigirão que o Grupo divulgue informações adicionais sobre a exposição da entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas.

(iv) Transição
O Grupo planeja aplicar as alterações a partir de 1 de Janeiro de 2021. A aplicação não terá impacto nos montantes reportados para 2020 ou períodos anteriores.

(c) Outras normas
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).

7 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa do Grupo consistem em CDBs para as empresas localizadas no Brasil e depósitos *overnight* para subsidiárias no México e Luxemburgo. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento sem alteração de valor:

Controladora	**2020**	**2019**	**2018**
Caixa em bancos em Reais	120	97	88
Certificados de depósitos bancários[1]	-	12.348	-
Total	120	12.445	88

Consolidado	**2020**	**2019**	**2018**
Caixa em bancos em Reais	40.013	7.874	7.992
Caixa em bancos em Dólares	280.237	160.047	85.872
Certificados de depósitos bancários[1]	281.963	186.233	133.631
Investimentos de curto prazo em moeda estrangeira [2]	21.826	28.098	12.020
Total	624.039	382.252	239.515

(1) Investimentos em certificados de depósitos bancários - CDB com liquidez diária e rentabilidade média de aproximadamente 99% da CDI. Estes investimentos podem ser resgatados a qualquer momento sem prejuízo da remuneração já apropriada.

(2) Investimentos com liquidez diária em pesos mexicanos com taxas de 7,15% a.a. em média.

A análise do risco de crédito e mercado dos bancos que mantém o caixa e equivalentes de caixa com o Grupo estão divulgados na nota explicativa nº 26.3 – Estrutura de gerenciamento de risco.

8 Contas a receber de clientes

Consolidado

	2020	2019	2018
Circulantes			
Mercado interno	115.390	86.344	126.703
Mercado externo	131.570	81.289	107.920
Partes relacionadas (Nota 10)	3.996	2.161	2.634
	250.956	169.794	237.257
Provisão			
Perda de crédito estimada de contas a receber[1]	(43.091)	(37.349)	(41.019)
	207.865	132.445	196.238

Perda de crédito estimada de contas a receber: refere-se a perda estimada invidualizada para a vigência do contrato exceto se houver garantia ou se na visão do comitê de crédito do Grupo houver expectativa de recuperação do valor. O título é baixado de forma definitiva quando não há qualquer expectativa de recuperação.

Os vencimentos dos títulos a receber estão distribuídos da seguinte forma:

	2020	2019	2018
A vencer	182.642	123.222	126.319
Em atraso (dias):			
1-30	15.315	5.146	61.395
31-60	5.116	909	3.332
61-90	706	133	1.503
>91	47.177	40.384	44.708
Total	250.956	169.794	237.257

As movimentações da provisão para perda estimada de contas a receber estão descritas abaixo:

Saldo em 1 de janeiro de 2018	(38.497)
Adições	(2.933)
Baixas	4.944
Ajustes de conversão – subsidiárias no exterior	(119)
Variação cambial	(4.414)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(41.019)
Adições	(2.061)
Reversões	5.346
Variação cambial	(702)
Ajustes de conversão – subsidiárias no exterior	281
Baixas	806

Saldo em 31 de dezembro de 2019	(37.349)
Adições	(2.031)
Reversões	551
Variação cambial	(5.024)
Ajustes de conversão – subsidiárias no exterior	(361)
Baixas	1.123
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(43.091)

A análise do risco de crédito e mercado dos clientes estão divulgados na nota explicativa nº 26.3 – Estrutura de gerenciamento de risco.

9 Estoques

	2020	2019	2018
Produto acabado	132.020	120.444	124.082
Produto em processo	5.230	3.899	5.115
Matérias primas	107.660	59.921	72.626
Materiais secundários	29.542	24.703	26.655
Almoxarifado	72.482	56.659	55.745
Estoque em trânsito	188	18.424	41.076
Estoque em poder de terceiros	22.368	13.935	38.126
	369.490	297.985	363.425

Movimentação da perda estimada de estoque:

Saldo em 1 de janeiro de 2018	(1.781)
Adições	(10.173)
Baixas	4.340
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(7.614)
Adições	(5.157)
Reversões	8.956
Ajustes de conversão – subsidiárias no exterior	(102)
Baixas	1.785
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.132)
Adições	(4.053)
Ajustes de conversão – subsidiárias no exterior	(135)
Baixas	2.684
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.636)

Nos períodos apresentados não havia estoque dado em garantia para empréstimos e financiamentos.

10 Partes relacionadas

2020		**Ativos**		**Passivos**	
Controladora		**Circulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Empresas					
Cigel Participações S.A.	Dividendos[1]	-	-	(19.938)	-
	Conta corrente	-	1.268	-	-
Unigel Plásticos S.A.	Dividendos	4.218	-	-	-
Companhia Brasileira de Estireno S.A.	Conta corrente	-	-	-	(1.007.021)
Proquigel Química S.A.	Conta corrente	-	-	-	(340.281)
Unigel Distribuidora Ltda.	Conta corrente	4	-	-	(36.511)
Other	Conta corrente	-	177	(53)	-
		4.222	1.445	(19.991)	(1.383.813)

2019		**Ativos**		**Passivos**	
Controladora		**Cicrulante**	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Empresas					
Companhia Brasileira de Estireno S.A.	Conta corrente	2.649	6.062	(815)	(1.008.258)
	Dividendos	26.423	-	-	-
Plastiglas do México S.A. de C.V.	Conta corrente	1.514	-	-	-
Unigel Plásticos S.A.	Conta corrente	15	1.567	(74)	-
	Dividendos	4.218	-	-	-
Proquigel Química S.A.	Conta corrente	230	6.062	-	(343.528)
Cigel Participações S.A.	Conta corrente	-	55.944	-	-
Proquigel Participações Ltda.	Conta corrente	-	2.593	-	-
Unigel Distribuidora Ltda.	Conta corrente	4	-	-	(36.511)
Outras	Conta corrente	-	587	(53)	(1.526)
Total		35.053	72.815	(942)	(1.389.823)

2018		**Ativos**		**Passivos**
Controladora		**Circulante**	**Não circulante**	**Não circulante**
Empresas				
Acrinor - Acrilonitrila do Nordeste S.A.	Conta corrente	-	62.438	-
Companhia Brasileira de Estireno S.A.	Conta corrente	-	-	(775.541)
Polo Indústria e Comércio S.A.	Conta corrente	-	-	-
Plastiglas do México S.A. de C.V.	Conta corrente	-	1.491	-
Unigel Plásticos S.A.	Conta corrente	-	1.518	-
	Dividendos	4.218	-	-
Proquigel Química S.A.	Conta corrente	-	-	(179.793)
Cigel Participações S.A.	Conta corrente	-	19.330	-
Proquigel Participações Ltda.	Conta corrente	-	2.593	-
Unigel Distribuidora Ltda.	Conta corrente	-	-	(25.814)
Outras	Conta corrente	-	6	(53)
Total		4.218	87.376	(981.201)

Consolidado	**Ativos**	**Passivos**

2020		Circulante	Circulante
Empresas			
Cigel Participações S.A.	Dividendos[1]	-	(19.938)
CPE – Compostos Plásticos de Engenharia Ltda.	Venda de produtos	3.996	(209)
Ergotrans Participações Ltda.	Aquisição de serviços	13.794	(393)
		17.790	(20.540)

Consolidado		Ativos		Passivos	
2019		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Empresas					
Cigel Participações S.A.	Conta corrente	-	55.944	-	-
Proquigel Participações Ltda.	Conta corrente	-	4.239	-	-
CPE – Compostos Plásticos de Engenharia Ltda.	Venda de produtos	2.161	-	(240)	-
Outros	Conta corrente	-	1.623	-	(1.526)
		2.161	61.806	(240)	(1.526)

Consolidado		Ativos		Passivos
2018		Circulante	Não circulante	Circulante
Empresas				
Cigel Participações S.A.	Conta corrente	-	60.514	-
Proquigel Participações Ltda.	Conta corrente	-	4.239	-
CPE – Compostos Plásticos de Engenharia Ltda.	Venda de produtos	2.551	-	-
Transchemical Transporte e Logística Ltda.	Aquisição de serviços	83	-	(1.570)
Outros	Conta corrente	-	102	-
		2.634	64.855	(1.570)

(1) Dividendos a serem pagos em 12 meses de acordo com a disponibilidade de caixa.

Contas correntes se referem a transações de caixa entre empresas sem cobrança de juros nem data de vencimento. No entanto, os pagamentos podem ocorrer em um período de 30 dias mediante pedido formal da empresa credora. Como o Grupo não espera requerer os pagamentos nos próximos 12 meses nem mantém os ativos com o propósito de negociação, o Grupo classificou os valores no longo prazo.

A venda de produtos e aquisição de serviços se refere a transações entre as partes em contra-partida de contas a receber (nota 8) e fornecedores (nota 16).

Transações com pessoal-chave da administração

O valor agregado das transações com o pessoal-chave da administração está descrita abaixo:

Controladora	2020	2019	2018
Benefícios de curto prazo	-	-	4.529
Total	-	-	4.529

Consolidado	**2020**	**2019**	**2018**
Benefícios de curto prazo	9.811	7.989	4.529
Benefícios pós-emprego	330	281	180
Indenizações	-	-	9.140
Total	10.141	8.270	13.849

Os valores pagos em 2018 foram afetados por:

- Reestruturação da diretoria e compensações (nota 24);
- Reestruturação do conselho consultivo e compensações (nota 24);
- Demissão de executivos do negócio de embalagens.

O Grupo considerou como pessoal-chave da administração: (i) Diretores estatutários e (ii) membros do conselho.

11 Impostos e contribuições a recuperar

	2020	**2019**	**2018**
ICMS (a)	21.143	21.093	34.276
ICMS sobre imobilizado(b)	7.238	7.091	5.549
IPI	5.414	7.975	8.680
INSS	4.851	4.869	-
PIS (c)	8.038	14.314	15.912
COFINS (c)	23.052	50.972	79.542
REINTEGRA	14.442	23.806	30.766
VAT a recuperar	31.352	9.230	32.566
Outros	5.391	3.569	2.161
	120.921	142.919	209.452
Circulante	115.764	137.921	205.396
Não circulante (b)	5.157	4.998	4.056

(a) Os créditos acumulados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS são decorrentes da compra de matérias primas. O Grupo espera utilizar esses créditos considerando várias possibilidades, tais como: transações intercompany com base em diferentes alíquotas de ICMS (entre diferentes Estados da União), compra de matérias-primas com isenção por meio de drawback e monetização dos créditos através da negociação com terceiros.

(b) Os créditos de imobilizado são utilizados ao longo de um período que pode variar de 48 a 60 meses e, são classificados em circulante e não circulante conforme o caso.

(c) Os créditos de PIS e COFINS advêm, basicamente, das operações de exportações. A equipe jurídica do Grupo vem implementando ações judiciais que permitem a monetização desse créditos. O Grupo monetizou R$ 3.376 em 2020 (R$ 25.497 em 2019) em créditos de PIS e COFINS com base na portaria 348/2010 ("Linha Rápida"). Os assessores jurídicos do Grupo avaliam que este recurso continuará a ter sucesso. Além disso, as subsidiárias da Companhia calculam créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS desde 2017. O Grupo reconheceu os créditos após a decisão final e irrevogável do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral. As subsidiárias da Companhia continuaram registrando esses créditos mensalmente usando a mesma metodologia de cálculo discutida na ação que teve decisão favorável no tribunal, ou seja, os créditos são calculados com base no valor do ICMS destacado nas notas fiscais pois ainda aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal quanto aos embargos de declaração e potencial modulação sobre o mérito. As empresas do Grupo não reconheceram os créditos extemporâneos anteriores a junho de 2017, data da entrada da ação das subsidiárias no judiciário, referentes ao prazo decadêncial nem juros sobre tais valores. Tais créditos extemporâneos só serão compensados contra impostos da mesma natureza em operações locais ou com outros impostos federais após serem efetivamente reconhecidos.

12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil e também os saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social.

A movimentação do imposto de renda e a contribuição social diferidos é apresentado conforme segue:

	2020	DRE	ORA	2019	DRE	ORA	2018	DRE	ORA	2017
Ativos										
Valores reconhecidos em ORA										
Benefício pós-emprego	3.436	-	-	3.436	-	-	3.436	-	-	3.436
Hedge accounting – Variação cambial	45.821	163	45.658	-	(89.942)	(6.592)	96.534	-	31.245	65.289
Hedge accounting – Marcação a mercado	29.069	(1.130)	30.199	-	2.382	-	(2.382)	-	(2.382)	-
Valores reconhecidos na DRE										
Perda de crédito esperada	10.188	-	-	10.188	131	-	10.057	(897)	-	10.954
Provisão para contingências	11.243	1	-	11.242	2.178	-	9.064	(4.363)	-	13.427
Provisão para perdas em investimentos	443	-	-	443	-	-	443	-	-	443
Variação cambial não realizada	83.250	64.318	-	18.932	5.084	-	13.848	7.940	-	5.908
Prejuízos fiscais acumulados	494.460	10.768	(9.340)	493.032	165.178	-	327.854	465	-	327.389
Provisão para realização de estoques	287	-	-	287	(1.993)	-	2.280	1.549	-	731
Ganhos não realizados nos estoques	132	94	-	38	249	-	(211)	(1.239)	-	1.028
Fretes	4.805	30	-	4.775	1.718	-	3.057	3.057	-	-
Derivativos	(44.197)	(49.034)	-	4.837	2.843	-	1.994	1.994	-	-
Operações no exterior	17.279	10.188	1.669	5.422	(5.295)	746	9.971	984	656	8.331
Outras provisos	11.144	1.415	-	9.729	(2.349)	-	12.078	(8.051)	-	20.129
	667.360	36.813	68.186	562.361	80.184	(5.846)	488.023	1.439	29.519	457.065
Passivos										
Valores reconhecidos em ORA										
Custo atribuído	(64.035)	12.505	-	(76.540)	15.136	-	(91.676)	9.994	-	(101.670)
Valores reconhecidos na DRE										
Outros	1.664	(542)	-	2.206	277	-	1.929	2.144	-	(215)
Valor justo – propriedades para investimento	(2.087)	-	-	(2.087)	-	-	(2.087)	(2.087)	-	-
Ganho em transações societárias [1]	(117.164)	-	-	(117.164)	-	-	(117.164)	-	-	(117.164)
	(181.622)	11.963	-	(193.585)	15.136	-	(208.998)	10.051	-	(219.049)
Ativo diferido líquido	485.738	48.776	68.186	368.776	95.597	(5.846)	279.025	11.490	29.519	238.016
Ativo diferido	602.875			484.645			387.124			352.665
Passivo diferido	(117.137)			(115.869)			(108.099)			(114.649)
Ativo diferido líquido	485.738			368.776			279.025			238.016

(1) Passivos fiscais diferidos originados pela venda de operações descontinuadas em 2017.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social contabilizadas no resultado é demonstrada como segue:

	2020	2019	2018
Prejuízo antes dos impostos	(25.585)	(51.693)	(15.985)
Aliquota combinada	34%	34%	34%
Imposto de renda e contibuição social pela alíquota combinada	8.699	17.576	5.435
Adições:			
Despesas não dedutíveis	(28.064)	(12.354)	(20.263)
Efeitos de empresas no exterior	(1.159)	12.237	7.715
Exclusões:			
Reintegra (Nota 27)	268	952	10.144
Hedge accounting – realização de variação cambial	-	89.874	-
Benefícios fiscais (Desenvolve – Nota 27)	25.243	32.063	35.968
Outros ajustes:			
Prejuízos fiscais não reconhecidos (1)	(10.071)	(76.001)	(74.313)
Prejuízos fiscais de exercícios anteriores	-	16.930	-
Diferenças temporárias não reconhecidas	14.951	(2.323)	1.481
Compensação de prejuízos	8.733	-	-
Incentivo fiscal - SUDENE(Nota 27)	-	-	18.059
Imposto de renda e contribuição social no resultado do ano	18.600	78.954	(15.774)
Corrente	(30.176)	(16.643)	(27.264)
Diferido	48.776	95.597	11.490

(1) **Prejuízos fiscais e base de cálculo negativas não reconhecidos.**
O ativo fiscal diferido não reconhecido refere-se aos saldos que o Grupo acredita não serem recuperáveis nos próximos anos. Esses saldos estão relacionados aos prejuízos históricos de empresas do Grupo que pelas projeções atuais não terão lucros tributáveis suficientes para compensar os prejuízos fiscais. O saldo total de prejuízos fiscais, base de cálculo negativas e diferenças temporárias não reconhecidos até 31 de dezembro de 2020 está apresentado abaixo:

	2020		
	Prejuízo fiscal	Adições e (exclusões) temporárias	Total
Companhia Brasileira de Estireno	50.165	115.992	166.157
Proquigel Química S.A.	5.443	85.244	90.687
Unigel Plásticos S.A.	55.816	-	55.816
Total	111.424	201.236	312.660

	2019		
	Prejuízo fiscal	**Adições e (exclusões) temporárias**	**Total**
Companhia Brasileira de Estireno	58.890	19.177	78.067
Proquigel Química S.A.	-	-	-
Unigel Plásticos S.A.	53.896	-	53.896
Total	112.786	19.177	131.963

	2018		
	Prejuízo fiscal	**Adições e (exclusões) temporárias**	**Total**
Companhia Brasileira de Estireno	34.409	64.981	99.390
Proquigel Química S.A.	13.752	7.536	21.288
Unigel Plásticos S.A.	44.359	1.143	45.502
Total	92.520	73.660	166.180

Reconhecimento de prejuízos fiscais de períodos anteriores
Prejuízos fiscais de períodos anteriores são reconhecidos quando há evidencia convincente que o Grupo terá meios de compensar esses prejuízos fiscais.

Durante os anos anteriores a estratégia do Grupo consistiu em realizar todo o prejuízo fiscal na subsidiária Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S.A. (Acrinor) a qual vinha apresentando lucro tributável de forma consistente. A estratégia incluiu a alocação de parcela significativa da dívida do Grupo nas subsidiárias Companhia Brasileira de Estireno (CBE) e Proquigel Química S.A. Essas dívidas e, portanto, as despesas financeiras, foram o principal motivo para que essas empresas não apresentassem lucro tributável em períodos anteriores, para reduzir este impacto o Grupo implementou ações substanciais como o programa de desalavancagem para reduzir a dívida e a adesão aos programas de parcelamento de impostos (PRT e PERT – Nota 17). Com essas ações o Grupo conseguiu concluir a incorporação da Acrinor na CBE em 2019. Esta ação permitirá à subsidiária CBE realizar seu ativo fiscal diferido uma vez que a operação da Acrinor tem lucros tributáveis recorrentes, além da captura de sinergias logísticas. Adicionalmente o novo segmento Agro arrendado pela Proquigel Química S.A. em 2020 aumentará os lucros tributáveis desta subsidiária o que permitirá a realização do ativo diferido dela em um futuro projetável.

Abaixo demonstramos a expectativa de realização dos impostos diferidos ano a ano, para a totalidade do período razoável de realização:

2021	54.501
2022	52.280
2023	81.160
2024	37.444
2025	48.055
2026 a 2027	83.523
Após 2027	137.497
	494.460

13 Investimentos

a. Composição

	Controladora			Consolidado		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Participação em controladas	1.555.034	1.742.515	1.259.965	-	-	-
CETREL	-	-	-	2.709	2.709	2.709
(-) Provisão para perdas	-	-	-	(798)	(798)	(798)
Outros investimentos	-	-	-	67	67	67
Total	**1.555.034**	**1.742.515**	**1.259.965**	**1.978**	**1.978**	**1.978**

b. Movimentação de investimentos - Controladora

	2019	2020					
	Saldo incial	Resultado de equivalência patrimonial	Hedge de fluxo de caixa	Aumento de capital	Benefício pós-emprego	Mudanças de participação e ajustes acumulados de conversão	Saldo final
Unigel Plásticos S.A.	23.695	(9.295)	1.230	-	-	-	15.630
Proquigel Química S.A.	286.839	(63.888)	(132.809)	-	-	-	90.142
Unigel Luxembourg S.A.	44.017	39.766	-	-	-	3.527	87.310
Unigel Distribuidora Ltda.	52.017	(5.919)	-	-	-	-	46.098
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	1.000	-	-	1.000
Companhia Brasileira de Estireno	1.335.947	45.823	(190.803)	-	(4.161)	128.048	1.314.854
	1.742.515	6.487	(322.382)	1.000	(4.161)	131.575	1.555.034

	2018	2019								
	Saldo inicial	Resultado de equivalência patrimonial	Hedge de fluxo de caixa	Dividendos	Mudanças no custo atribuído	Cisão total[1]	Benefício pós-emprego	Adiantamento para future aumento de capital	Mudanças de participação e ajustes acumulados de conversão	Saldo final
Unigel Plásticos S.A.	37.006	(12.729)	(1.282)	-	572	-	-	-	128	23.695
Acrinor - Acrilonitrila do Nordeste S.A.	1.218.960	(60.618)	5.393	(26.422)	520	(1.381.773)	-	212.370	31.570	-
Proquigel Química S.A.	-	69.183	(18.566)	-	-	236.222	-	-	-	286.839
Unigel Luxembourg S.A.	2.854	38.965	-	-	-	-	-	-	2.198	44.017
Unigel Distribuidora Ltda.	-	(6)	-	-	-	52.023	-	-	-	52.017
Companhia Brasileira de Estireno	1.145	(3.187)	(41.272)	-	-	1.381.575	(2.152)	-	(162)	1.335.947
	1.259.965	31.608	(55.727)	(26.422)	1.092	288.047	(2.152)	212.370	33.734	1.742.515

(1) Em primeiro de novembro de 2019 a subsidiária Acrinor sofreu uma cisão total. Parte dos seus investimentos e saldos de conta corrente com partes relacionadas foram incorporadas pela controladora Unigel Participações S.A. e os saldos remanescentes foram incorporados pela Companhia Brasileira de Estireno. O objetivo da cisão foi simplificar a estrutura societária enquanto mantém segmentos de negócio similares em um número reduzido de subsidiárias, além disso a fusão trouxe uma redução de custos e despesas através de ganhos de eficiência operacional e sinergias adminsitrativas.

	2017	2018								
	Saldo inicial	**Aumento de capital**	**Baixa**	**Dividendos**	**Incorporação**	**Cisão parcial[1]**	**Resultado de equivalência patrimonial**	**Hedge de fluxo de caixa e benefícios pós-emprego**	**Mudanças de participação e ajustes acumulados de conversão**	**Saldo final**
Unigel Plásticos S.A.	63.785	-	-	(3.163)	-	-	(21.150)	(2.466)	-	37.006
Acrinor - Acrilonitrila do Nordeste S.A.	-	-	-	-	133.383	1.023.329	(2.992)	63.205	2.035	1.218.960
Polo Indústria e Comércio S.A.	762.668	-	-	-	(133.383)	(557.123)	1.072	(118.780)	45.546	-
Unigel Luxembourg S.A.	-	127	-	-	-	-	4.685	-	(1.958)	2.854
Companhia Brasileira de Estireno	-	2.360	-	-	-	-	(1.570)	355	-	1.145
Outros	131	-	(569)	-	-	-	-	-	438	-
	826.584	2.487	(569)	(3.163)	-	466.206	(19.955)	(57.686)	46.061	1.259.965

(1) Em 31 de Agosto de 2018 a subsidiária Polo Indústria e Comércio S.A. fez uma cisão parcial. Os investimentos da subsidiária na Acrinor, avaliados em R$ 1.023.329 e ativos e passivos líquidos no valor de R$ 557.120 foram incorporados na Unigel Participações:

	Ativos	**Passivos**
Investimentos	1.023.329	-
Partes relacionadas	-	(461.606)
Imposto diferido passivo	-	(4.603)
Capital social	-	(557.120)
Total	**1.023.329**	**(1.023.329)**

Composição de capital	Companhia Brasileira de Estireno			Unigel Plásticos S.A.			Unigel Luxembourg S.A.		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Capital social	456.841	456.841	504.190	98.831	98.831	98.831	121	121	121
Patrimônio líquido	1.314.854	1.335.947	247.391	15.749	23.605	40.651	87.310	44.017	2.854
Percentual de participação no patrimônio líquido	99.99%	99.99%	0.46%	99.99%	99.99%	99.99%	99.99%	99.99%	99.99%
Participação no patrimônio líquido	1.314.854	1.335.947	1.138	15.749	23.605	40.651	87.310	44.017	2.854
Lucro nos estoques	-	-	7	(119)	90	(3.645)	-	-	-
Patrimônio líquido ajustado	1.314.854	1.335.947	1.145	15.630	23.695	37.006	87.310	44.017	2.854
Lucro líquido (prejuízo)	45.823	(3.187)	(1.577)	(9.176)	(12.819)	(17.505)	39.766	38.965	4.685
Lucro nos estoques	-	-	7	(119)	90	(3.645)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	45.823	(3.187)	(1.570)	(9.295)	(12.729)	(21.150)	39.766	38.965	4.685

	Unigel Distribuidora Ltda.		Proquigel Química S.A.		Unigel Comercializadora de Energia S.A.	Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S.A.	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2018
Capital social	62.372	62.372	459.636	459.636	1.000	188.361	188.361
Patrimônio líquido	46.098	52.017	90.142	286.839	1.000	1.381.773	1.217.200
Percentual de participação no patrimônio líquido	99.99%	99.99%	99.99%	99.99%	99.99%	99.99%	99.99%
Participação no patrimônio líquido	46.098	52.017	90.142	286.839	1.000	1.381.773	1.217.200
Lucro nos estoques	-	-	-	-	-	-	1.760
Patrimônio líquido ajustado	46.098	52.017	90.142	286.839	1.000	1.381.773	1.218.960
Lucro líquido (prejuízo)	(5.919)	(6)	(63.888)	69.183	-	(60.618)	(4.752)
Lucro nos estoques	-	-	-	-	-	-	1.760
Resultado de equivalência patrimonial	(5.919)	(6)	(63.888)	69.183	-	(60.618)	(2.992)

14 Imobilizado

	2019	2020				
Custo	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências[1]**	**efeito de conversão**	**Saldo final**
Edifícios	213.728	-	(60)	-	10.879	224.547
Máquinas e equipamentos	1,251,402	808	(316)	110.295	59.137	1.421.326
Instalações, ferramentas e instrumentos	844.992	-	(301)	19.285	681	864.657
Terrenos	111.923	-	-	-	2.385	114.308
Equipamentos de TI	22.803	-	-	6.125	1.897	30.825
Adiantamentos para fornecedores	4.881	1.279	-	(2.159)	-	4.001
Imobilizado em andamento	193.802	220.785	(5.548)	(146.917)	7.778	269.900
Veículos	2.349	284	(287)	149	119	2.614
Móveis e utensílios	10.461	-	(1)	5.963	255	16.678
Benfeitorias	28.326	-	-	6.282	-	34.608
Materiais de reposição	2.491	-	-	-	-	2.491
	2.687.158	223.156	(6.513)	(977)	83.131	2.985.955
Depreciação acumulada						
Edifícios	(126.555)	(8.783)	58	-	(5.730)	(141.010)
Máquinas e equipamentos	(878,258)	(48.463)	290	(2.606)	(25.680)	(954.717)
Instalações, ferramentas e instrumentos	(470,999)	(35.717)	38	1.640	(207)	(505.245)
Equipamentos de TI	(16.839)	(313)	-	1.010	(1.334)	(17.476)
Veículos	(1.870)	(206)	-	-	(56)	(2.132)
Móveis e utensílios	(8,105)	(300)	1	(167)	(127)	(8.698)
Benfeitorias	(5.105)	(5)	-	123	-	(4.987)
Materiais de reposição	(2,317)	(56)	-	-	-	(2.373)
	(1.510.048)	(93.843)	387	-	(33.134)	(1.636.638)
Imobilizado líquido	1.177.110					1.349.317

(1) O saldo remanescente em transferências está relacionado a transferência para intangíveis e a compensação de adiantamentos de fornecedores e fornecedores

	2018	2019				
Cost	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências[1]**	**Efeito de conversão**	**Saldo final**
Edifícios	216.359	-	(3.235)	(841)	1.445	213.728
Máquinas e equipamentos	1,142,136	-	(17.035)	120.053	6.248	1.251.402
Instalações, ferramentas e instrumentos	831,451	3.763	(224)	9.911	91	844.992
Terrenos	113.321	-	(1.717)	-	319	111.923
Equipamentos de TI	20.903	423	(161)	1.414	224	22.803
Adiantamentos para fornecedores	1,136	23.267	-	(19.522)	-	4.881
Imobilizado em andamento	177,779	145.436	(1.353)	(129.915)	1.855	193.802
Veículos	2.646	407	(397)	(328)	21	2.349
Móveis e utensílios	10,418	-	-	10	33	10.461
Benfeitorias	24.150	-	-	4.176	-	28.326
Materiais de reposição	2,511	-	-	(20)	-	2.491
	2.542.810	173.296	(24.122)	(15.062)	10.236	2.687.158
Depreciação acumulada						
Edifícios	(118.693)	(9.174)	976	1.086	(750)	(126.555)
Máquinas e equipamentos	(826,741)	(59.599)	11.303	38	(3.259)	(878.258)
Instalações, ferramentas e instrumentos	(421,356)	(53.216)	3.621	-	(48)	(470.999)
Equipamentos de TI	(15.331)	(1.449)	114	-	(173)	(16.839)
Veículos	(1.762)	(254)	151	-	(5)	(1.870)
Móveis e utensílios	(7,709)	(381)	-	-	(15)	(8.105)
Benfeitorias	(3.735)	(1.370)	-	-	-	(5.105)
Materiais de reposição	(2,254)	(63)	-	-	-	(2.317)
	(1.397.581)	(125.506)	16.165	1.124	(4.250)	(1.510.048)
Imobilizado líquido	1.145.229					1.177.110

(1) O saldo remanescente em transferências está relacionado a transferência para intangíveis e a compensação de adiantamentos de fornecedores.

Em 2019, devido a falta de uso pelo Grupo, salas comerciais foram transferidas para propriedade para investimento e foram subsequentemente alugadas para terceiros. O valor contábil líquido era de R$ 164 e o valor justo era de R$ 6.300 resultando em um ganho de R$ 6.136.

	2017	2018						
Custo	**Saldo incial**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências[1]**	**Tranferências de mantido para venda**	**Transferências para mantido para venda**	**Efeito de conversão**	**Saldo final**
Edifícios	203.066	2.741	-	3.340	4.937	(2.668)	4.943	216.359
Máquinas e equipamentos	973.582	-	-	51.524	97.975	-	19.055	1.142.136
Instalações, ferramentas e instrumentos	753.566	4.468	(7.024)	70.141	9.948	-	352	831.451
Terrenos	110.796	1.208	-	773	201	(777)	1.120	113.321
Equipamentos de TI	15.323	788	(14)	2.342	1.892	(138)	710	20.903
Adiantamentos para fornecedores	2.288	-	-	(1.152)	-	-	-	1.136
Imobilizado em andamento	214.279	103.484	(4.902)	(144.165)	90	-	8.993	177.779
Veículos	2.510	224	-	(116)	-	-	28	2.646
Móveis e utensílios	9.647	-	-	19	624	-	128	10.418
Benfeitorias	6.072	-	-	17.798	280	-	-	24.150
Materiais de reposição	2.490	-	-	21	-	-	-	2.511
	2.293.619	112.913	(11.940)	525	115.947	(3.583)	35.329	2.542.810
Depreciação acumulada								
Edifícios	(99.815)	(14.382)	934	-	(3.538)	256	(2.148)	(118.693)
Máquinas e equipamentos	(689.958)	(50.001)	-	-	(74.772)	-	(12.010)	(826.741)
Instalações, ferramentas e instrumentos	(364.715)	(52.996)	-	(3)	(3.476)	-	(166)	(421.356)
Equipamentos de TI	(12.363)	(1.130)	208	3	(1.855)	-	(194)	(15.331)
Veículos	(1.645)	(306)	205	-	-	-	(16)	(1.762)
Móveis e utensílios	(6.655)	(418)	1	-	(576)	-	(61)	(7.709)
Benfeitorias	(2.810)	(596)	-	-	(329)	-	-	(3.735)
Materiais de reposição	(2.147)	(107)	-	-	-	-	-	(2.254)
	(1.180.108)	(119.936)	1.348	-	(84.546)	256	(14.595)	(1.397.581)
Imobilizado líquido	1.113.511							1.145.229

(1) O saldo remanescente em transferências refere-se a ativos intangíveis.

Em dezembro de 2018 o Grupo decidiu que não manteria mais sua planta de policarbonatos como mantida para venda e retornou os saldos para imobilizado. O Grupo avaliou o impairment da planta conforme descrito abaixo.

Teste de impairment

O Grupo avaliou em 2019 e 2018 o valor recuperável líquido das suas duas plantas hibernadas localizadas em Camaçari e Candeias, ambas na Bahia. O valor recuperável das plantas foi baseado em dados comparativos de mercado e o valor recuperável de máquinas, equipamentos, instalações, ferramentas e instrumentos foi baseada no valor justo, menos o custo de vendas. O valor recuperável desses itens é maior do que o valor contábil.

Adicionalmente, em 2020, 2019 e 2018 o Grupo avaliou, baseado em fontes de informação internas e externas, se outras unidades geradoras de caixa poderiam ter perdas de impariment e baseado nessa avaliação concluiu que não tem indicativos de perda de valor.

Em 2020, a planta de chapas extrudadas da Unigel Plásticos, localizada em Candeias, foi reativada.

Parte do imobilizado do Grupo está dado em garantia de operações de empréstimos. Para mais informações veja a nota 28 – Garantias e Avais

15 Empréstimos e financiamentos

			2020		2019		2018	
Moeda	**Tipo**	**Taxa**	**Valor**	**Taxa media ao ano**	**Valor**	**Taxa media ao ano**	**Valor**	**Taxa media ao ano**
BRL	**Financiamento**	IPCA	50.464	4,16%	-	-	-	-
		Pré-fixado	1.925	4,46%	895	11,55%	344	15,89%
	Capital de giro	Pré-fixado	110.763	12,00%	-	-	-	-
		CDI	95.824	7,90%	-	-	-	-
USD	**Financiamento**	Pré-fixado	2.101.822	8,77%	1.603.090	8,61%	789.260	10,50%
		Libor	-	-	-	-	665.695	6,18%
	Capital de giro	Pré-fixado	87.441	3,91%	62.885	4,85%	65.700	6,60%
		Libor	148.945	3,31%	111.858	5,24%	36.558	4,85%
Peso	**Capital de giro**	Pré-fixado	3.195	8,45%	5.746	8,45%	20.059	9,92%
			2.600.379	**8,29%**	**1.784.474**	**8,27%**	**1.577.616**	**8,65%**
	Circulante		400.667		102.958		135.935	
	Não circulante		2.197.712		1.681.516		1.441.681	

Movimentação dos empréstimos

Consolidado

1º de janeiro de 2018	**1.122.630**
Captação de empréstimos e financiamentos[1]	867.469
Despesas de juros	160.926
Variação cambial líquida no resultado	64.539
Variação cambial líquida em outros resultados abrangentes (Hedge Accounting)	91.897
Pagamento de principal	(592.838)
Perdão de dívida	(15.744)
Juros pagos	(130.809)
Ajustes de conversão – subsidiárias no exterior	9.547
31 de dezembro de 2018	**1.577.616**
Captação de empréstimos e financiamentos [2]	1.819.518
Despesas de juros	161.899
Variação cambial líquida no resultado	74.976
Variação cambial líquida em outros resultados abrangentes (Hedge Accounting)	(9.876)
Pagamento de principal[1]	(1.666.394)
Juros pagos	(166.932)
Custos de transação	9.842
Ajustes de conversão – subsidiárias no exterior	(16.175)
31 de dezembro de 2019	**1.784.474**
Captação de empréstimos e financiamentos[3]	358.283
Despesas de juros	229.729
Variação cambial líquida no resultado	284.481
Variação cambial líquida em outros resultados abrangentes (Hedge Accounting)	224.624
Pagamento de principal	(85.242)
Juros pagos	(232.555)
Custos de transação	28.045
Ajustes de conversão – subsidiárias no exterior	8.540
31 de dezembro de 2020	**2.600.379**

(1) Em maio de 2018 a controlada Unigel Luxembourg S.A. emitiu US$ 200.000.000 de Bonds com garantia no mercado internacional. Esses bonds foram emitidos sob a regulação 144ª/RegS com um cupom de 8,75% ao ano e prazo de 6 anos, vencendo em 1º de janeiro de 2024. Os valores recebidos nesta oferta foram utilizados principalmente para liquidar empréstimos e financiamentos com prazos mais curtos existentes no Grupo.

(2) Em 26 de setembro de 2019, a controlada Unigel Luxembourg S.A. emitiu US$ 420.000.000 de Bonds sem garantia no mercado internacional, sendo que a confirmação e recebimento de recursos ocorreu em 1º de outubro do mesmo ano. Esses bonds foram emitidos sob a regulação 144ª/RegS com um cupom de 8,75% ao ano e prazo de 7 anos, vencendo em 1º de outubro de 2026. Os valores recebidos nesta oferta foram utilizados principalmente para liquidar

empréstimos e financiamentos com prazos mais curtos existentes no Grupo, incluindo a última emissão de bonds do Grupo com cupom de 10,75% ao ano e vencimento em Janeiro de 2024. Esta transação permitiu ao Grupo fortalecer sua estrutura de capital, liberando garantias e estendendo os prazos de sua dívida ao mesmo tempo em que reduziu o custo financeiro da dívida. Em 31 de dezembro de 2019, o montante de captação está liquido do custo de captação no montante R$ 114.125.

(3) No terceiro trimestre de 2020 o Grupo concluiu a captação de R$ 95.000 de capital de giro através da controlada Proquigel Química S/A. O empréstimo é garantido por duplicatas no valor de R$ 42.500, possui prazo de 12 meses e possui encargos vinculados a CDI acrescido de uma parcela pré-fixada. No mesmo período o Grupo também concluiu a captação de R$ 50.000 de capital de giro, sendo: R$ 25.000 através da controlada Proquigel Química S/A e R$ 25.000 através da Companhia Brasileira de Estireno. O empréstimo é garantido por bens vinculados em hipoteca: Em Primeiro Grau ao contrato da Proquigel Química S/A e em Segundo ao Contrato da Companhia Brasileira de Estireno o imóvel denominado Parque Industrial Resarbrás da Bahia S/A, de propriedade da Unigel Plásticos S/A, avaliado em R$ 31.380.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de captação está liquido do custo de captação no montante R$ 114.125.

As parcelas classificadas no exigível a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

Cronograma de desembolsos

Anos	Pagamentos	Amortização dos custos de transação	Saldo contábil
2022	33.448	(27.091)	6.357
2023	70.626	(27.091)	43.535
2024	39.799	(27.165)	12.634
2025	-	(27.091)	(27.091)
2026	2.182.614	(20.337)	2.162.277
	2.326.487	(128.775)	2.197.712

Garantias
Como forma de garantia para os financiamentos, o Grupo disponibilizou parte de seu imobilizado, conforme divulgado na nota explicativa nº 28 – Garantias e avais.

Covenants
A Controladora e algumas controladas, durante a vigência dos contratos de financiamento deverão manter alguns indicadores financeiros, apurados em balanço trimestral.

O Grupo cumpriu integralmente todas as métricas financeiras e não financeiras nos períodos apresentados.

16 Fornecedores

	2020	2019	2018
Mercado interno	207.225	162.217	226.644
Mercado externo	154.448	90.161	62.775
Partes relacionadas (nota 10)	393	240	1.570
	362.066	252.618	290.989

17 Impostos e contribuições a pagar

	2020	2019	2018
ICMS	8.106	8.496	2.179
IPI	12.491	7.145	7.830
CSLL, PIS and COFINS	16.586	16.561	16.157
REFIS - Law No. 11.941/09 (1)	13.409	14.574	15.309
REFIS - Law No. 13.043/14 (2)	10.314	13.519	14.262
Parcelamentos tributários - PRT and PERT(3)	33.190	38.908	51.261
Parcelamentos estaduais (4)	18.724	16.941	22.600
Parcelamentos federais	5.574	1.036	1.606
Impostos em subsidiárias no exterior	3.097	-	23.558
Outros	5.610	8.255	-
	127.101	125.435	154.762
Circulante	36.680	31.518	48.296
Não circulante	90.421	93.917	106.466

(1) Em novembro de 2009, a Administração aprovou a adesão ao Programa de Regularização Tributária em conformidade com a Lei nº 11.941/09.

(2) Em novembro de 2014, o Grupo aderiu ao programa de redução e reparcelamento de débitos federais de acordo com a Lei n. 13.043/14 (Refis da Copa).

(3) Programas de regularização de impostos - PRT e PERT
Em 2017, o Grupo aderiu ao Programa de Regularização Tributária - PRT e ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT. Estes programas foram criados conforme Medidas Provisórias 766, 780 e 783 de 2017, respectivamente, que possibilitaram a liquidação de determinados débitos tributários federais, tanto no âmbito administrativos quanto judicial, através da utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social.

(4) Em abril de 2017, o Grupo aderiu ao Programa de Regularização Tributária Estadual do Estado de São Paulo ("PEP"). O PEP foi um programa criado por lei que permitiu o parcelamento dos impostos (ICMS) em discussão ou atrasados com redução de multa e juros. O valor do passivo fiscal foi de R$ 20.522 e o impacto da adesão no resultado do Grupo foi uma despesa de R$ 4.737.

18 Provisão para contingências

O Grupo é parte processos tributários, trabalhistas e cíveis. De acordo com a opinião de advogados externos e internos o Grupo determina o valor a ser provisionado baseado na probabilidade de perda de cada processo, classificados como prováveis, possíveis ou remotos. São contabilizadas provisões somente para aqueles considerados prováveis.

18.1 Os saldos de provisão em 31 de dezembro são os seguintes:

	2020	2019	2018
Civil	-	-	262
Trabalhista	3.876	1.723	4.083
Impostos:			
Federais	8.112	6.152	7.774
	11.988	7.875	12.119

18.2 Movimentação dos saldos

	2019	2020		
	Saldo inicial	Adições	Transferência para a pagar	Saldo final
Trabalhista	1.723	2.841	(688)	3.876
Impostos:				
Federal	6.152	29.001	(27.041)	8.112
	7.875	31.842	(27.729)	11.988

	2018	2019			
	Saldo inicial	Adições	Reversão	Transferência para a pagar	Saldo final
Civil	262	3.651	(3.651)	(262)	-
Trabalhista	4.083	6.943	(38)	(9.265)	1.723
Impostos:					
Federal	7.774	5.455	-	(7.077)	6.152
Estadual	-	7.871	-	(7.871)	-
Municipal	-	6.470	-	(6.470)	-
Outros	-	2.225	-	(2.225)	-
	12.119	32.615	(3.689)	(33.170)	7.875

	2017	2018			
	Saldo inicial	Adições	Reversões	Transferência para a pagar	Saldo final
Honorários advocatícios	1.388	-	(1.388)	-	-
Civil	-	262	-	-	262
Trabalhista	1.456	4.350	(1.358)	(365)	4.083
Impostos:					
Federal	367	17.997	(2.614)	(7.976)	7.774
Estadual	418	7.301	(3.921)	(3.798)	-
	3.629	29.910	(9.281)	(12.139)	12.119

Em 2020, o Grupo registrou provisões para: (i) R$ 7.158 de autos de infração de drawbacks, (ii) R$ 4.890 de discussões contratuais, (iii) R$ 2.502 de consolidação de parcelamentos e (iv) R$ 9.100 de honorários advocatícios.

Em 2019, a Companhia registrou contingências sobre créditos de ICMS de suas subsidiárias na região Sul do país que foram concretizados em seguida. Além disso, registrou contingências para perdas em processos cíveis relacionados a compra de máquina Tenter da antiga Polo Indústria, incorporada pela controlada Acrinor - Acrilonitrila do Nordeste S.A. no ano de 2018. Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, houve a perda definitiva de processos trabalhistas pulverizados considerados como possíveis anteriormente mas que possuíam depósitos judiciais.

Em 2018 as adições correspondem substancialmente a contestação de créditos de ICMS relacionados ao benefício fiscal do DESENVOLVE e a compensação de créditos fiscais federais.

Saldos avaliados com o risco de perda possível:

	2020	2019	2018
Tributário	977.788	587.123	1.283.810
Trabalhista	16.889	22.537	30.022
Civil e ambiental	54.397	88.290	97.804
	1.049.074	697.950	1.411.636

Processos de ações tributárias

O Grupo é réu em processos fiscais movidos pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ SP. Tais autuações visam desconsiderar determinados créditos fiscais de ICMS exigidos sobre as transações de bens e serviços provenientes de operações interestaduais entre estabelecimentos localizados nos estados da Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco. O Estado de São Paulo argumentava que esses Estados concederam benefícios fiscais sem firmar acordos com a CONFAZ e, portanto, eles eram inconstitucionais. Todavia, foram aprovadas a Lei Complementar 160/2017 e o Convênio ICMS 190/2017, que autorizou e regulamentou, respectivamente, a remissão dos créditos tributários em questão. Em cumprimento a exigência prevista na Lei Complementar e no Convênio ICMS, o Estado de São Paulo publicou a Resolução Conjunta nº 01/2019, disciplinando os procedimentos para reconhecimento da remissão dos mencionados créditos. Desta forma, a contingência, no valor de R$ 443.175, foi classificada como possível (R$ 428.682 em 31/12/2019).

Além dos processos supramencionados, o Grupo faz parte de outros processos tributários classificados como possíveis pelos seus assessores jurídicos de acordo com julgamentos anteriores da Suprema Corte, e entendem que os resultados serão favoráveis em decorrência da jurisprudência vigente, sendo que as ações mais relevantes envolvem:

a) Benefícios fiscais considerados subsídios a investimentos concedidos pelo Estado da Bahia para reduzir a base de cálculo do IRPJ/CSLL - R$ 73.525 (R$ 109.588 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 167.559 em 31 de dezembro de 2018);

b) Cobrança de PIS e COFINS (Contribuição Social) sobre descontos aplicados a clientes - R$ 30.877 (R$ 30.306 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 30.408 em 31 de dezembro de 2018);

c) Discussão sobre créditos fiscais de IRPJ e CSLL, PIS e COFINS (Contribuições Sociais) aplicados para compensar o valor final devido à União Federal - R$ 95.865 (R$ 95.558 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 94.781 em 31 de dezembro de 2018);

d) Cobrança da incidência do ICMS sobre drawback, negociação e apuração dos seus benefícios fiscais - R$ 19.075 (R$ 21.480 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 16.255 em 31 de dezembro de 2018);

e) Auto de infração de ICMS por creditamento indevido nas seguintes situações i) escrituração de documentos fiscais referentes a operações não tributadas, relativas ao recebimento de mercadorias para o fim específico de exportação; e ii) operações não comprovadas, de retorno de mercadorias remetidas para acondicionamento e multa em razão da emissão de notas fiscais que não correspondem a saída de mercadorias do estabelecimento - R$ 60.573 (R$ 60.572 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 95.819 em 31 de dezembro de 2018);

f) Pedidos de restituição de saldo negativo de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL apurados e compensados com diversos débitos – R$ 54.103 (R$ 46.953 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 76.771 em 31 de dezembro de 2018);

g) Autos de infração lavrados após procedimento de fiscalização, realizado para análise dos pedidos de ressarcimento de créditos da contribuição ao PIS e da COFINS, apurados em decorrência da sistemática de não-cumulatividade – R$ 3.287 (R$ 5.023 em 31 de dezembro de 2019) e, outras contingências de natureza diversas e valores pulverizados montam a R$ 193.308.

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo era réu em aproximadamente 184 processos trabalhistas. O Grupo não registrou provisão para casos nos quais, o risco de perda foi classificado como possível envolvendo um valor estimado de R$ 16.889 (R$ 22.537 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 30.022 em 31 de dezembro de 2018). Em termos gerais, as reclamações trabalhistas referem-se a disputas de horas extras, verbas rescisórias, passivos envolvendo prestadores de serviços terceirizados e determinadas disputas sindicais quanto à implementação das regras coletivas no local de trabalho, entre outras.

Entre esses processos, estão disputas trabalhistas envolvendo sindicatos. No processo sindical mais importante do Grupo, juntamente com outras empresas petroquímicas da Bahia, o Grupo é interveniente em uma disputa entre o SINDIQUÍMICA (um sindicato dos empregados do setor petroquímico) e o SINPEQ (uma associação de empresas petroquímicas).

Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo era parte em 5 processos cíveis, representando um total de perda estimada de R$ 7.893 (R$ 27.752 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 20.319 em 31 de dezembro de 2018).

No processo mais representativo, o Grupo é réu em ação movida pela N.C. S/C Ltda., um acionista minoritário da Polo. O autor pretende que, por retirar-se da Polo deveria receber uma indenização devido ao fato de que os acionistas majoritários da empresa - incluindo a Unigel - alegadamente tentaram impor a mudança do seu tipo societário para se tornar uma corporação com capital autorizado e o destituíram da administração da Polo, fatos estes que, de acordo com a N.C. S/C, incitou sua intenção de descontinuar seu investimento na Polo. O Grupo saiu parcialmente derrotado no tribunal de primeira instância, e o recurso ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo também foi parcialmente derrubado. O Grupo está sendo condenado a pagar danos ao autor no entanto o Grupo está contestando o valor dos danos devidos.

Processos ambientais

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo fazia parte de 28 processos ambientais. O Grupo não constituiu provisões para os casos nos quais o risco de perda foi classificado como possível

envolvendo R$ 47.584 (R$ 44.645 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 77.485 em 31 de dezembro de 2018). Os casos mais representativos são apresentados abaixo:

- Juntamente com aproximadamente 200 outras empresas, o Grupo é corréu em uma ação coletiva movida pela Associação dos Moradores dos bairros Jardim Cristal e Jardim Marambaia. Os autores alegam que uma empresa chamada Recobem foi contratada para reciclar coprodutos da indústria de tintas e, em vez disso, descartou os materiais ilegalmente no Estado do Paraná. O Grupo foi nomeado corréu porque um dos barris que supostamente foram descartados ilegalmente tinha um dos seus logotipos. A Associação vem contestando essa alegação, uma vez que o barril não tinha nenhum material que o Grupo utiliza ou produz. O Tribunal de Primeira Instância acolheu parcialmente a moção e ordenou que determinados réus, incluindo a Proquigel, indenizassem o autor no valor de R$ 2.805, tal que o valor envolvido para a Proquigel é de R$ 100 (R$ 100 em 31 de dezembro de 2019).

- Além disso, o Grupo é réu em ações coletivas movidas pela Federação dos Pescadores da Bahia que reivindicam indenização devido à suposta liberação de produtos químicos acima dos parâmetros permitidos pela legislação ambiental (Resolução Conama n° 357/2005) ocorrida em 2009, que resultou na interrupção de suas atividades pesqueiras no Estuário Rio São Paulo e na Baía de Todos os Santos. Com base nas opiniões de especialistas técnicos e assessores, a substância encontrada no rio São Paulo não pertence ao portfólio de produtos do Grupo. O processo é considerado como possível de perda, no montante de R$ 44.757 (R$ 28.857 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 3.127 em 31 de dezembro de 2018).

- Da mesma forma, o Grupo é réu, juntamente com outras 23 empresas, em outra ação civil pública de classe movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. O autor pede indenização por danos ambientais causados na Serra do Mar em função das atividades químicas dos réus na área. Em caso de condenação, o Grupo será responsável por 3,00% do valor da indenização, que equivale a R$ 2.000. Com base na opinião dos advogados, o Grupo estima as chances de perda como possíveis e não registrou nenhuma provisão.

- O Grupo também é réu em seis processos administrativos em andamento perante o INEMA, cujos objetos envolvem o cumprimento das condições previstas em licenças ambientais.

Depósitos judiciais
O Grupo registrou um valor de R$ 16.170 (R$ 16.172 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 24.983 em 31 de dezembro de 2018) em depósitos judiciais substancialmente vinculados aos processos tributários, registrados no ativo não circulante.

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 é de R$ 276.185, composto por 414.297.488 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b. Transações com acionistas

Refere-se a transações com os acionistas do Grupo como, por exemplo, transações envolvendo minoritários.

c. Reservas de lucros

A Reserva de Lucros incluem as seguintes reservas:

- Reserva Legal que é constituída anualmente por 5% do lucros líquidos do exercício até o limite de 20% do capital social da Companhia.
- Reserva de Lucros a Destinar que é composta pelos saldos de lucros remanescentes após a constituição de reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ainda não destinados para outros fins.

d. Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes incluem as seguintes reservas:

- A reserva de hedge abrange a parcela efetiva da variação líquida acumulada no valor justo dos instrumentos de hedge utilizados no hedge de fluxo de caixa cujo reconhecimento no resultado está pendente, conforme os fluxos de caixa ou itens protegidos afetam o resultado.
- Remensurações de passivo/ativo de benefício definido compreendem os efeitos de ganhos e perdas atuariais relacionados aos benefícios pós emprego.
- A reserva de conversão inclui todas as diferenças nas moedas estrangeiras como resultado da conversão das demonstrações financeiras em operações estrangeiras.
- Reserva de custo atribuído: no contexto da adoção das IFRSs pela primeira vez no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2010, o Grupo aplicou esta reavaliação de ativo imobilizado, a ser mensurado pelo seu valor justo na data de transição, e para que o valor justo seja utilizado como custo atribuído do item daqui para frente.

e. Dividendos

O estatuto social do Grupo determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Não ocorreu alteração na política de dividendos em virtude da adoção do custo atribuído.

Os dividendos foram calculados da seguinte forma:

	2020	2019
Lucro líquido (prejuízo) do ano	**(6.985)**	**27.261**
Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado	19.670	21.898
Formação da reserva legal (5% do lucro do ano)	(634)	(2.458)
Lucro líquido ajustado do ano(Base para dividendos mínimos obrigatórios)	**12.051**	**46.701**
Dividendos mínimos obrigatórios(25%):	(3.013)	(11.675)
Realização de transação com acionistas	-	88.676
Compensação de prejuízos acumulados	-	(19.432)
Saldos alocados na reservs de lucros a destinar	**9.038**	**104.270**

Na Assembléia Geral Ordinária, realizada em setembro de 2020 foram aprovadas a distribuição da totalidade do saldo de reservas de lucros a destinar, referentes a resultados de exercícios anteriores, no valor de R$ 104.270, como dividendos adicionais. Parte dstes dividendos foram

utilizados para compensar a totalidade de um débito que o o acionista tinha contra a Companhia, no valor de R$ 69.367, sendo o saldo remanescente alocado como dividendos a pagar, para quitação em 12 meses mediante disponibilidade de caixa.

20 Benefício pós emprego

Plano de benefícios pós emprego

A controlada Companhia Brasileira de Estireno reconhece provisão para benefício pós-emprego relacionada ao pagamento de 100% do plano de assistência médica concedidas a aposentados até o ano de 2010.

O passivo líquido de tal benefício registrado em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 39.285 (R$ 32.285 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 28.638 em 31 de dezembro de 2018) classificado no passivo não circulante.

Os valores relacionados a esses benefícios, inclusive as despesas líquidas geradas, foram apurados, para os exercícios de 2020, 2019 e 2018, em avaliações conduzidas por atuários independentes conforme demostrado abaixo:

	2020	**2019**	**2018**
Obrigação actuarial no início do exercício	32.285	28.638	26.130
Custo corrente do plano	2.865	3.150	31
Juros sobre a obrigação actuarial	2.134	1.024	2.756
Benefícios pagos no ano	(1.440)	-	(1.388)
Perda (ganho) na obrigação actuarial	3.441	(527)	1.109
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	39.285	32.285	28.638
Total	39.285	32.285	28.638

a. ***Premissas atuariais***

As premissas atuariais usadas na avaliação dos benefícios estão descritas abaixo:

Premissas atuariais econômicas	**2020**	**2019**	**2018**
Inflação esperada – a.a.	3,20%	3,00%	5,40%
Aumento dos custos medicos pela inflação – a.a.	3,75%	3,00%	3,00%
Aumento dos custos medicos pela idade	According to the age: - below 24 years old: 1,25% - between 25 and 54 years old: 2,75% - between 55 and 79 years old: 4,75% - above 80 years old: 2,25%	3,00%	3,00%

Premissas atuariais biométricas	**Todos os anos**
Mortalidade geral	AT- 2000
Mortalidade de inválidos	RP-2000 inválido quando disponível
Entrada de inválidos	Álvaro Vindas, quando disponível
Taxa de rotatividade	15% / (tempo de serviço + 1), para benefícios de assistência médica 0%, para os restante dos benefícios avaliados
Permanência no plano após a aposentadoria	25%, para os benefícios de subsidio indireto do plano
Elegibilidade à aposentadoria	BD 55 anos de idade e 10 anos de beneficiário de plano
Custo direto – Acordo coletivo	55 anos de idade e 10 anos de benefício de plano

Custo indireto	Ativo 100% casado com esposa 2 anos mais jovem
Composição familiar	Beneficiários - Composição real informada

Sensibilidade das premissas atuariais

Efeitos no passivo de obrigação atuarial	**2020**	**2019**	**2018**
Taxa de desconto - variação de (0.5%) na taxa nominal	2.467	4.232	749
Taxa de desconto - variação de 0.5% na taxa nominal	(2.218)	(3.754)	(687)

21 Receita líquida

21.1 Reconciliação entre receita bruta e receita líquida

	2020	**2019**	**2018**
Receita bruta			
Venda de mercadorias – mercado interno	2.626.891	2.637.836	2.524.679
Venda de mercadorias – mercado externo	1.037.315	1.166.983	1.253.886
	3.664.206	3.804.819	3.778.565
Deduções			
Devoluções e descontos	(14.522)	(76.514)	(42.479)
Impostos sobre vendas	(416.449)	(405.599)	(342.247)
	3.233.235	3.322.706	3.393.839

O Grupo não possui faturamento à clientes individualmente, que seja maior que 10% das vendas líquidas do ano.

21.2 Desagregação de receita de contratos com clientes

O Grupo gera receitas primariamente por vendas de produtos, tanto no segmento de estirênicos como no segmento de acrílicos.

Na tabela a seguir, as receitas de contratos com clientes são desagregadas primariamente por mercado geográfico, por segmento de mercado (estirênicos e acrílicos) e por competência de reconhecimento de receita (Veja nota 25).

	Estirênicos			Acrílicos			Total de segmentos reportados		
	2020	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**	**2020**	**2019**	**2018**
Brasil	1.470.387	1.588.473	1.480.924	726.904	589.199	683.163	2.197.291	2.177.672	2.164.087
Mexico	10.105	11.899	12.755	359.235	389.088	495.714	369.340	400.987	508.469
EUA e Canada	153.321	149.792	111.254	377.667	371.180	188.548	530.988	520.972	299.802
Asia	-	-	-	14.545	46.430	192.016	14.545	46.430	192.016
Europa	4.022	329	-	25.324	89.505	85.865	29.346	89.834	85.865
Oriente médio	1.405	0	-	25.802	1.536	806	27.207	1.536	806
América latina	26.950	43.586	81.732	24.410	39.337	59.377	51.360	82.923	141.109
Africa	6.719	1.914	444	6.439	438	1241	13.158	2.352	1.685
Receita líquida total	**1.672.909**	**1.795.993**	**1.687.109**	**1.560.326**	**1.526.713**	**1.706.730**	**3.233.235**	**3.322.706**	**3.393.839**
Momento de reconhecimento da receita									
Produtos transferidos em um momento específico no tempo	1.672.909	1.795.993	1.687.109	1.560.326	1.526.713	1.706.730	3.233.235	3.322.706	3.393.839
Receita líquida total	**1.672.909**	**1.795.993**	**1.687.109**	**1.560.326**	**1.526.713**	**1.706.730**	**3.233.235**	**3.322.706**	**3.393.839**

22 Despesas financeiras líquidas

Controladora	2020	2019	2018
Receitas financeiras			
Juros de ativos financeiros	278	-	-
	278	-	-
Despesas financeiras			
Despesas de juros	(2.375)	-	-
Juros de leasing	(677)	(663)	-
Impostos sobre receita financeira e despesas bancárias	(2,.64)	-	(2.874)
	(7.939)	(663)	(2.874)
	(7.661)	(663)	(2.874)

Consolidado	2020	2019	2018
Receitas financeiras			
Juros de ativos financeiros ao VJR	5.293	6.603	7.886
Juros sobre recebíveis	4.149	2.468	5.310
Descontos de fornecedores	339	523	814
Juros sobre créditos da Eletrobrás(1)	23.637	-	-
Ganhos na renegociação de dívidas (2)	-	-	35.915
Outros	9.242	3.637	5.995
	42.660	13.231	55.920
Despesas financeiras			
Despesas de juros	(257.774)	(161.899)	(160.926)
Derivativos – Ajuste a valor justo(3)	65.435	28.279	-
Descontos concedidos a clients	(27.891)	(30.822)	(25.225)
Juros de leasing	(33.543)	(32.721)	-
Impostos sobre receitas financeira e despesas bancárias	(16.172)	(18.887)	(9.234)
Despesas de renegociação de dívidas(4)	-	(10.333)	(8.283)
Juros de fornecedores	(10.360)	(2.444)	(24.884)
Variação cambial e atualização monetária(3)	(128.706)	(40.177)	(93.217)
Swap accrual(3)	5.216	(21.920)	(6.254)
Outros	(13.858)	(20.982)	(26.770)
	(417.653)	(311.906)	(354.793)
	(374.993)	(298.675)	(298.873)

(1) Em 2020, o Grupo registrou uma receita decorrente da atualização de créditos da Eletrobrás contabilizados após decisão judicial favorável. Mais detalhes na nota explicativa nº 23 – Outras (despesas) receitas, líquidas.

(2) Em 2018, o Grupo registrou uma receita do bônus de pré-pagamento pelo débito em aberto com o Banco BTG Pactual no valor de R$ 35.915.

(3) O resultado de derivativos é segregado entre: (i) variação cambial, apresentado na linha de variação cambial e atualização monetária, (ii) atualização de juros, apresentada na linha de swap accrual e (iii) ajuste ao valor justo, que corresponde a diferença entre o custo amortizado e o valor justo do derivativo, apresentado na linha derivativos – ajuste a valor justo.

(4) Despesas relacionadas a renegociação e pré-pagamento de dívidas no contexto do programa de desalavancagem do Grupo, descrito na nota 1 – Contexto operacional.

23 Outras (despesas) receitas, líquidas

	2020	2019	2018
Ganho no recebimento – Créditos Eletrobrás[1]	4.581	-	-
Sucatas	(71)	(1.035)	(1.820)
Ganho (perda) na venda de ativos[2]	(925)	16.512	(10.893)
Perda na venda de investimentos	-	-	(3.011)
Participação nos lucros	-	-	(61)
Multas fiscais	-	-	(2.035)
Parada de planta	(1.296)	(5.141)	(648)
Seguros recebidos	2.529	-	167
Outros	2.595	(1.779)	(860)
	7.413	8.557	(19.161)

(1) As controladas Proquigel e CBE possuíam valores a receber da Eletrobrás que estavam em discussão judicial sobre a metodologia de cálculo para atualização dos valores. O Grupo obteve decisão favorável no 1º trimestre de 2020. Desta forma, os valores corrigidos foram contabilizados sendo que as diferenças sobre as bases de cálculo foram consideradas em outras receitas e as diferenças de atualização dos valores foram consideradas no resultado financeiro. Os valores foram recebidos no 3º trimestre de 2020.

(2) Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possuía um ativo disponível para venda no valor de R$ 3.327. Este ativo já estava em vias de transferência para o comprador que havia efetuado um adiantamento para garantir a aquisição no valor de R$ 20.557. Durante o primeiro trimestre de 2019 o Grupo concluiu a venda deste ativo, gerando um resultado positivo na venda de R$ 17.230. Outras transações diversas no primeiro semestre de 2019 geraram um resultado negativo de R$ 1.646.

24 Despesas por natureza

	2020	2019	2018
Classificado por função:			
Custo dos produtos vendidos	(2.736.112)	(2.949.768)	(2.953.636)
Despesa de vendas	(39.334)	(31.006)	(31.985)
Despesas gerais e administrativas	(114.314)	(106.792)	(98.703)
	(2.889.760)	(3.087.566)	(3.084.324)
Classificado por natureza:			
Matérias-primas e materiais de uso e consumo[1]	(2.143.353)	(2.341.588)	(2.412.587)
Despesas de pessoal[1]	(210.045)	(171.116)	(181.235)
Reestruturação – Indenizações	(1.302)	(3.682)	(9.138)
Serviçoes de terceiros[1]	(81.557)	(68.712)	(57.924)
Provisões para contingências	(31.842)	(28.926)	(20.629)
Depreciação de ativos de direito de uso	(48.299)	(52.807)	-
Depreciação e amortização	(100.838)	(123.159)	(114.377)
Fretes e *demurrage*[1]	(235.656)	(243.095)	(249.644)
Outros[1]	(36.868)	(54.481)	(38.790)

(2.889.760)	(3.087.566)	(3.084.324)

(1) Em 2020 nossas operações foram fortemente impactadas pela pandemia do Covid-19, especialmente no segundo trimestre de 2020. Neste contexto, nós classificamos como "Despesas relacionadas a pandemia" todas as despesas relacionadas a modificações feitas em nossas plantas para prevenir contaminações, doações feitas para comunidades vulneráveis e hospitais públicos, assim como custos fixos relacionados a hibernação de plantas durante e devido a crise pandemica. Essas despesas foram classificadas como "Custo dos produtos vendidos" e "Despesas gerais e administrativas", e são detalhadas por natureza abaixo:

Matérias-primas e materiais de uso e consume	(26.928)
Despesa de pessoal	(8.723)
Serviços de terceiros	(4.853)
Fretes e *demurrage*	(298)
Outros	(9.346)
Despesas relacionadas a pandemia	(50.148)

Em 2019 o Grupo incorreu em despesas relacionadas a dois eventos pontuais: Em fevereiro, a subsidiária Proquigel Química S.A. sofreu um incêndio em dois tanques de armazenagem, Em outubro, a mesma subsidiária sofreu com a interrupção do fornecimento de amônia, uma importante matéria-prima para sua operação. Ambos os eventos forçaram a subsidiária a reduzir seus níveis operacionais e incorrer em despesas adicionais para acelerar o retorno da produção. A tabela abaixo detalha essas despesas por natureza as quais foram classificadas como "Custo dos produtos vendidos":

Matérias-primas e materiais de uso e consume	(4.559)
Despesa de pessoal	(1.749)
Serviços de terceiros	(639)
Outros	(2.906)
Despesas de parade de planta	(9.853)

25 Informação sobre segmentos

25.1 Base de segmentação

O Grupo é um produtor de químicos intermediários atuando na 2º geração da cadeia da indústria petroquímica. Em termos gerais, o Grupo adquire produtos petroquímicos básicos, processa-os e transforma-os em produtos químicos intermediários e finais os quais são fornecidos para produtores ou distribuidores.

O tomador de decisões operacionais avalia o desempenho dos seus negócios separadamente por suas divisões estratégicas (estirênicos e acrílicos). Estes segmentos são gerenciados separadamente pois requerem diferentes tecnologias e diferentes estratégias mercadológicas.

Até 2020 o Grupo considerou a localização geográfica dos seus negócios como base para segregação dos segmentos mas essa abordagem mudou em 2020, uma vez que o principal tomador de decisões agora analisa os negócios diretamente pelos seus produtos. A informação de anos anteriores foi ajustada para refletir a apresentação de 2020.

O seguinte resumo descreve as operações de cada segmento.

Acrílicos Compra, fabricação e distribuição de produtos da cadeia de acrílicos. As instalações industriais estão situadas no Brasil (nas cidades de Camaçari e Candeias, Estado da Bahia) e no México (cidades de San Luiz Potosi e Ocoyacac).

Os principais produtos do Grupo neste segmento são a acrilonitrila, os metacrilatos (MMA e EMA), resinas acrílicas (PMMA), chapas acrílicas extrudadas e moldadas, cianeto de sódio e o sulfato de amônio.
Os produtos são empregados em uma ampla variedade de aplicações, como nas indústria têxteis, náuticas, automotivas, de materiais de construção, produtos de saúde, comunicação visual e eletrônicos, entre outros.

Estirênicos Compra, fabricação e distribuição de produtos da cadeia dos estirênicos. As instalações industriais estão situadas no Brasil (nos estados da Bahia e São Paulo).

Os principais produtos do Grupo neste segmento são o monômero de estireno, etilbenzeno, tolueno, resina de poliestireno e latex.
Os produtos são utilizados em uma grande diversidade de aplicações, incluindo bens de consumo, eletrônicos, materiais de construção e eletrodomésticos, entre outros.

A Administração do Grupo revisa mensalmente os relatórios gerencias de cada segmento. A matriz corporativa exerce funções de tesouraria, jurídico, controladoria, tecnologia da informação e recursos humanos. A atividade da Matriz não é considerada um segmento por não ser um negócio gerador de receitas para o Grupo, porém o mesmo é incluso apenas para fins de divulgação.

A informação sobre segregação geográfica foi apresentada na nota 21 – Receita líquida.

25.2 Informações sobre segmentos reportados

As informações relacionadas a cada segmento reportado são apresentadas abaixo. O lucro do segmento antes de impostos é usado para medir o desempenho do negócio, uma vez que a administração acredita que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos em relação a outras entidades que operam na mesma cadeia produtiva. O tomador de decisões do Grupo, não analisa ativos líquidos por segmento para tomar decisões estratégicas.

	2020				
	Acrílicos	**Estirênicos**	**Segmentos reportáveis**	**Corporativo**	**Total**
Receita líquida	1.560.326	1.672.909	3.233.235	-	3.233.235
Custo dos produtos vendidos	(1.329.551)	(1.406.561)	(2.736.112)	-	(2.736.112)
Lucro bruto	**230.775**	**266.348**	**497.123**	**-**	**497.123**
Despesas gerais, com vendas e administrativas	(107.120)	(30.397)	(137.517)	(17.611)	(155.128)
Outras receitas (despesas), líquidas	9.505	(1.445)	8.060	(647)	7.413
Resultado operacional	**133.160**	**234.506**	**367.666**	**(18.258)**	**349.408**
Despesas financeiras líquidas	-	-	-	(374.993)	(374.993)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**133.160**	**234.506**	**367.666**	**(393.251)**	**(25.585)**

Vendas entre segmentos no valor de R$ 58.612 foram eliminadas no processo de consolidação.

	2019				
	Acrílicos	**Estirênicos**	**Segmentos reportáveis**	**Corporativo**	**Total**
Receita líquida	1.526.713	1.795.993	3.322.706	-	3.322.706
Custo dos produtos vendidos	(1.367.644)	(1.581.985)	(2.949.629)	(139)	(2.949.768)
Lucro bruto	**159.069**	**214.008**	**373.077**	**(139)**	**372.938**
Despesas gerais, com vendas e administrativas					
Despesas gerais, com vendas e administrativas	(88.316)	(32.672)	(120.988)	(13.525)	(134.513)
Outras receitas (despesas), líquidas	(4.734)	13.129	8.395	162	8.557
Resultado operacional	**66.019**	**194.465**	**260.484**	**(13.502)**	**246.982**
Despesas financeiras líquidas	-	-	-	(298.675)	(298.675)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**66.019**	**194.465**	**260.484**	**(312.177)**	**(51.693)**

Vendas entre segmentos no valor de R$ 22.682 foram eliminadas no processo de consolidação.

	2018				
	Acrílicos	**Estirênicos**	**Segmentos reportáveis**	**Corporativo**	**Total**
Receita líquida	1.706.730	1.687.109	3.393.839	-	3.393.839
Custo dos produtos vendidos	(1.481.456)	(1.472.180)	(2.953.636)	-	(2.953.636)
Lucro bruto	**225.274**	**214.929**	**440.203**	**-**	**440.203**
Despesas gerais, com vendas e administrativas	(85.778)	(34.574)	(120.352)	(17.802)	(138.154)
Outras receitas (despesas), líquidas	(4.268)	(15.282)	(19.550)	389	(19.161)
Resultado operacional	**135.228**	**165.073**	**300.301**	**(17.413)**	**282.888**
Despesas financeiras líquidas	-	-	-	(298.873)	(298.873)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**135.228**	**165.073**	**300.301**	**(316.286)**	**(15.985)**

Vendas entre segmentos no valor de R$ 13.908 foram eliminadas no processo de consolidação.

26 Instrumentos financeiros

26.1 Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Classificação contábil e valor justo

Controladora		**2020**		**2019**		**2018**	
	Nota	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos							
Custo amortizado							
Caixa e equivalents de caixa	7	120	120	12,445	12,445	88	88
Dividendos a receber	10	4.218	4.218	30.641	30.641	4.218	4.218
Partes relacionadas	10	1.449	1.449	77.227	77.227	87.376	87.376
Ativos financeiros totais		**5.667**	**5.667**	**107.868**	**107.868**	**92.080**	**92.080**
Passivos							
Custo amortizado							
Fornecedores	16	(2.052)	(2.052)	(1.478)	(1.478)	(858)	(858)
Empréstimos e financiamentos		(744)	(744)	(896)	(896)	-	-
Dividendos a Pagar	10	(19.938)	(19.938)	-	-	-	-
Partes relacionadas	10	(1.383.866)	(1.383.866)	(1.390.765)	(1.390.765)	(981.201)	(981.201)
Outros passivos		(192)	(192)	(498)	(498)	(2.780)	(2.780)
Passivos financeiros totais		**(1.406.792)**	**(1.406.792)**	**(1.393.637)**	**(1.393.637)**	**(984.839)**	**(984.839)**

		2020		2019		2018					
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia	Técnica de valorização	Inputs significativos não observáveis	Relação entre inputs significativos não observáveis e valor justo
Ativos											
VJR											
Investimentos de curto prazo	7	303.789	303.789	214.331	214.331	145.651	145.651	2	Fluxos de caixa-descontados: os fluxos de caixa futuros contratuais são estimados utilizando a taxa livre de risco brasileira no percentual do contrato e descontado pela mesma curva 100% ajustada pela risco de crédito da contraparte.	Desconto ajustado ao risco (individual por contraparte)	O valor justo estimado aumenta (diminui) se a taxa de desconto ajustada ao risco for menor (maior).
Derivativos[1]		48.628	48.628	-	-	25.530	25.530	2	Fluxos de caixa descontados: os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e moeda brasileira sem risco para moeda local)..	Desconto ajustado ao risco (individual por contraparte); Volatilidade implícita	O valor justo estimado aumenta (diminui) se a taxa de desconto ajustada ao risco for menor (maior). O valor justo aumenta ou diminui com a volatilidade, dependendo da natureza da opção (call ou put)
Derivativos embutidos		86.659	86.659	47.556	47.556	-	-	2	O Grupo calcula o valor justo das opções embutidas em swaps (barreiras) e contratos de dívida baseado no modelo Black & Scholes, considerando o prazo de exercício da opção, taxa de atualização (cost of carry), preço de strike, preço atual e volatilidade de mercado para o preço. A quantia resultante do modelo é convertida de Dólares para Reais utilizando a PTAX de fechamento da data-base da demonstração financeira	Desconto ajustado ao risco (individual por contraparte); Volatilidade implícita	O valor justo estimado aumenta (diminui) se a taxa de desconto ajustada ao risco for menor (maior). O valor justo aumenta ou diminui com a volatilidade, dependendo da natureza da opção (call ou put)
Outros recebíveis		7.086	7.086	18.106	18.106	18.106	18.106	2	Análise de terceiros sobre o valor recuperável da contraparte.	Valor recuperável	Quanto maior o valor recuperável maior o valor justo.
Custo amortizado											
Caixa e equivalents de caixa	7	320.250	320.250	167.921	167.921	93.864	93.864				
Contas a receber de clients	8	207.865	207.865	132.445	132.445	196.238	196.238				
Partes relacionadas	10	-	-	61.806	61.806	64.855	64.855				
Ativos financeiros totais		**974.277**	**974.277**	**669.846**	**669.846**	**555.815**	**555.815**				

2020	2019	2018

	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Hierarquia	Técnica de valorização	Inputs significativos não observáveis	Relação entre inputs significativos não observáveis e valor justo
Passivos VJR											
Derivativos[1]		-	-	(32.325)	(32.325)	(821)	(821)	2	Fluxos de caixa descontados: os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e moeda brasileira sem risco para moeda local)..	Desconto ajustado ao risco (individual por contraparte); Volatilidade implícita	O valor justo estimado aumenta (diminui) se a taxa de desconto ajustada ao risco for menor (maior). O valor justo aumenta ou diminui com a volatilidade, dependendo da natureza da opção (call ou put)
Custo amortizado											
Fornecedores	16	(362.066)	(362.066)	(252.618)	(252.618)	(290.989)	(290.989)				
Empréstimos e financiamentos[1]	15	(2.600.379)	(2.914.180)	(1.784.474)	(2.395.363)	(1.577.616)	(1.451.181)	2	Fluxos de caixa descontados: os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e moeda brasileira sem risco para moeda local)..	Desconto ajustado ao risco (individual por contraparte)	O valor justo estimado aumenta (diminui) se a taxa de desconto ajustada ao risco for menor (maior).
Dividendos a pagar	10	(19.938)	(19.938)	-	-	-	-				
Outros passivos		(17.158)	(17.158)	(26.525)	(26.525)	(67.400)	(67.400)				
Passivos financieros totais		**(2.999.541)**	**(3.313.342)**	**(2.095.943)**	**(2.706.832)**	**(1.936.826)**	**(1.810.391)**				

(1) Fluxos de caixa descontados: os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e moeda brasileira sem risco para moeda local).

26.2 Derivativos embutidos

a. Opções de recompra antecipada dos Bonds

Os *bonds* do Grupo possuem opções de recompra antecipada. O Grupo pode recomprar os bonds em sua totalidade ou em parte em determinados intervalos de tempo, pelos preços de recompra a seguir (expressos como um percentual do principal), acrescidos de juros apropriados e não pagos:

Periodo	Preço de recompra
2022	104,375%
2023	102,188%
2024	101,094%
2025 em diante	100,000%

Essas opções de recompra representam um direito de adquirir a dívida do Grupo por um preço pré-definido, são separáveis do contrato principal e são considerados derivativos embutidos.

Uma vez que essas opções são válidas por todo um período (por exemplo, de 2022 até 2023) o Grupo calculou o valor justo dessas opções como opções americanas tendo o preço de recompra como o preço de strike.

O valor justo desses derivativos embutidos é de R$ 86.659 em 31 de dezembro de 2020 e R$ 47.556 em 31 de dezembro de 2019. Em 2018 não haviam derivativos embutidos.

26.3 Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. Este Conselho estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. O Comitê reporta suas atividades regularmente ao Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, com o objetivo de definir limites de riscos e controles apropriados, e também para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira para o Grupo se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. Decorre principalmente dos recebíveis do Grupo e equivalentes de caixa.

O valor registrado dos ativos financeiros representa o máximo da exposição de crédito.

Caixa e equivalentes de caixa

Estes valores são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre B+ e

AA+, conforme as agências de rating Standard & Poors e Fitch (doravante denominadas agências de rating).

Derivativos
Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating AA+ das agências de rating.

b. Exposição de risco de crédito

	Nota	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	7	120	624.039
Contas a receber de clients	8	-	207.865
Outros recebíveis		-	33.385
		120	**865.289**

Exposição ao risco de crédito por segmento e mercado (nota 8):

	Acrílicos	Estirênicos	Contas a receber de clientes
Mercado interno	74.500	38.819	113.319
Partes relacionadas	-	6.067	6.067
Mercado externo	100.951	30.619	131.570
Total	**175.451**	**75.505**	**250.956**

b. Recebíveis

A exposição do Grupo ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. No entanto a administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes tais como o risco padrão associado à indústria e ao país em que os clientes operam.

O comitê de gerenciamento de risco estabeleceu limites de venda para cada cliente. Qualquer venda que exceda esses limites requer aprovação do comitê de gerenciamento de risco. O Grupo limita a exposição ao risco de crédito de contas a receber estabelecendo um período de pagamento máximo de um e três meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

Mais de 50% dos clientes negociam com o Grupo há mais de dez anos e nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida contra os mesmos. Ao monitorar o risco de crédito de clientes, os mesmos são agrupados de acordo com suas características de crédito, inclusive se eles são um indivíduo ou uma entidade jurídica, fabricante ou cliente individual, sua localização geográfica, histórico comercial com o Grupo e existência de antecedentes de dificuldades financeiras. Além destes procedimentos de verificação de crédito, não há clientes que representem mais do que 10% das receitas totais do Grupo.

Existem vendas sujeitas a garantias, de modo que, em caso de não pagamento, o Grupo pode ter um crédito garantido.

O Grupo estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa a estimativa das perdas incorridas em relação a contas a receber de clientes**.**

Faixas de apropriação de perda estimada de crédito, conforme aging, segmento e mercado

	A vencer	1-30	31-60	61-90
Acrílicos				
Mercado externo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mercado interno	1,14%	1,14%	1,37%	1,70%
Estirênicos				
Mercado externo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mercado interno	0,05%	0,06%	0,06%	0,06%

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco do Grupo ter dificuldade em cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados mediante entrega de caixa ou outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo é garantir, na medida do possível, que terá liquidez suficiente para atender às suas responsabilidades quando devidas, em condições normais e estressadas, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou arriscar danos à reputação do Grupo.

O Grupo pretende manter o nível de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente líquidos por um montante que exceda as saídas de caixa esperadas em passivos financeiros atuais. O Grupo também monitora o nível de entradas de caixa esperadas nas contas a receber de clientes, juntamente com as saídas de caixa esperadas de contas a pagar e outros.

d. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, os demais vencimentos contratuais dos passivos financeiros. Os valores são brutos e não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais:

	2020				
Passivos financeiros não derivativos	**Fluxo contratual**	**1-12 meses**	**13-24 meses**	**25-36 meses**	**Mais de 36 meses**
Empréstimos e financiamentos	3.628.034	571.249	223.536	391.261	2.441.988
Fornecedores	372.035	372.035	-	-	-
Leasing	599.004	80.762	78.273	55.628	384.341
Outras contas a pagar	17.158	16.799	359	-	-
Total	4.616.231	1.040.845	302.168	446.889	2.826.329

	2019				
Passivos financeiros não derivativos	**Fluxo contratual**	**1-12 meses**	**13-24 meses**	**25-36 meses**	**Mais de 36 meses**
Empréstimos e financiamentos	1.896.628	84.926	22.917	40.496	1.748.289
Fornecedores	252.618	252.618	-	-	-
Leasing	276.574	58.536	55.092	47.236	115.710
Outras contas a pagar	26.526	21.093	5.433	-	-
Total	2.452.346	417.173	83.442	87.732	1.863.999

	2018				
Passivos financeiros não derivativos	**Fluxo contratual**	**1-12 meses**	**13-24 meses**	**25-36 meses**	**Mais de 36 meses**
Empréstimos e financiamentos	2.395.895	108.223	95.217	91.305	2.101.150
Fornecedores	290.989	290.989	-	-	-
Outras contas a pagar	67.400	64.692	2.708	-	-
Total	2.754.284	463.904	97.925	91.305	2.101.150

Os pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos no quadro acima, refletem as taxas de juros de mercado, que estvam em vigor naquela data. E esses valores podem mudar à medida que as taxas de juros de mercado mudam.

Conforme o divulgado na nota explicativa nº 15 – "*Empréstimos e financiamentos*", o Grupo está sujeito à covenants financeiros, cujo não cumprimento pode exigir que o Grupo pague antecipadamente seus empréstimos indicados na tabela acima. A Administração do Grupo monitora regularmente os índices para garantir que os contratos estejam sendo cumpridos. O Grupo está em *compliance* com todos os covenants financeiros na data de emissão dessas demonstrações financeiras.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que as mudanças nos preços de mercado como, por exemplo, taxas de câmbio, taxas de juros e preços, afetarão o lucro do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis ao mesmo tempo em que otimiza os retornos.

f. Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial, na medida em que existe uma incompatibilidade entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos e financiamentos são denominadas em contrapartida às respectivas moedas funcionais das empresas do Grupo. A moeda funcional do Grupo é o Real.

Geralmente, os empréstimos e financiamentos são denominados em moedas que correspondam aos fluxos de caixa gerados pelas operações subjacentes do Grupo, principalmente dólares americanos e/ou reais. Além disso, os juros sobre empréstimos e financiamentos são denominados na moeda do empréstimo. Isso fornece uma cobertura econômica sem derivativos e contabilização de hedge (Veja Nota 26.4).

Para a operação de Bond, denominada em dólares americanos o Grupo utiliza swaps de fluxo de caixa com barreiras para a proteção de parte do risco cambial.

Em relação a outros ativos e passivos monetários, denominados em moedas estrangeiras, a política do Grupo é assegurar que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas pontuais, quando necessário, para solucionar desequilíbrios de curto prazo.

g. Exposição ao risco cambial

Os dados quantitativos resumidos sobre a exposição do Grupo ao risco cambial, reportados à

administração, estão convertidos para a última taxa de conversão do período reportada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), como segue:

		2018		
	Nota	**BRL**	**USD**	**MXN**
Taxas de câmbio		1	3,8748	0,1972
Aplicações financeiras – MXN	7	12.020	-	60.953
Caixa em dólares	7	85.872	22.162	-
Contas a receber – USD	8	107.920	27.852	-
Empréstimos e financiamentos - USD	15	(1.557.213)	(401.882)	-
Empréstimos e financiamentos - MXN	15	(20.059)	-	(101.719)
Derivativos – USD [(1)]		750.000	200.000	-
Fornecedores	16	(62.775)	(16.201)	-
Exposição líquida		(684.235)	(168.069)	(40.766)

(1) Swaps cambiais com barreiras entre R$ 4,15 e R$ 5,20

		2019		
	Nota	**BRL**	**USD**	**MXN**
Taxas de câmbio		1	4,0307	0,2134
Aplicações financeiras – MXN	7	28.098	-	131.668
Caixa em dólares	7	160.047	39.707	-
Contas a receber – USD	8	81.289	20.167	-
Empréstimos e financiamentos - USD	15	(1.777.833)	(441.073)	-
Empréstimos e financiamentos - MXN	15	(5.746)	-	(26.926)
Derivativos – USD [(1)]		830.000	200.000	-
Fornecedores	16	(90.161)	(22.369)	-
Exposição líquida		(774.306)	(203.568)	104.742

(1) Swaps cambiais com barreiras entre R$ 4,15 e R$ 5,60

		2020		
	Note	**BRL**	**USD**	**MXN**
Taxas de câmbio		1	5,1967	0,2610
Aplicações financeiras – MXN	7	21.826	-	83.625
Caixa em dólares	7	280.237	53.926	-
Contas a receber – USD	8	131.570	25.318	-
Empréstimos e financiamentos - USD	15	(2.338.208)	(449.941)	-
Empréstimos e financiamentos - MXN	15	(3.195)	-	(12.241)
Derivativos – USD [1]		1.039.340	200.000	-
Fornecedores	16	(154.448)	(29.720)	-
Exposição líquida		(1.022.878)	(200.417)	71.384

(1) Swaps cambiais com barreiras entre R$ 4,15 e R$ 5,60

h. Análise de sensibilidade

Uma apreciação (depreciação) razoável do dólar norte-americano e peso mexicano frente ao real em 31 de dezembro de 2020 teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e, consequentemente, afetado o patrimônio e resultado do Grupo pelos valores abaixo. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto das vendas e compras previstas.

Exposição líquida (USD)		**Cenários de apreciação do Dólar americano**	
		Possível + 25%	**Remoto + 50%**
Taxa do Dólar – R$ em 31/12/2020	5,1967	6,4959	7,7951
Exposição líquida - (US$ 200.417)	(1.041.507)	(1.301.889)	(1.562.271)
Efeito	-	(260.382)	(520.764)

Exposição líquida (MXN)		**Cenários de depreciação do Peso mexicano**	
		Possível -25%	**Remoto - 50%**
Taxa do Peso – R$ em 31/12/2020	0,2610	0,1958	0,1305
Exposição líquida - MXN 71.384	18.631	13.977	9.316
Efeito	-	(4.654)	(9.315)

i. Risco de taxa de juros

O Grupo adota uma política de garantir que parte de sua exposição ao risco de taxa de juros esteja em uma taxa fixa. Isto consegue-se, em parte, através da entrada em instrumentos de taxa

fixa e, em parte, por empréstimos e financiamentos a taxa flutuante.

j. Exposição ao risco de juros

O perfil das taxas de juros dos instrumentos financeiros com juros do Grupo, conforme relatado pela administração, é o seguinte:

	2020	2019	2018
Instrumentos a taxa fixa			
Passivos financeiros	(2.295.177)	(1.672.616)	(875.363)
Instrumentos a taxa variável			
Ativos fincanceiros	303.789	214.331	145.651
Passivos financeiros	(295.233)	(111.858)	(702.253)

k. Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, inclusive não derivativos, estão expostos a mudanças no valor justo como resultado da flutuação das taxas de juros. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às suas variáveis são apresentadas a seguir:

(i) Seleção de riscos

O Grupo selecionou dois riscos de mercado que podem afetar mais fortemente os valores dos instrumentos financeiros detidos, que seriam as mudanças na taxa Libor e CDI.

(ii) Seleção de cenários

Os possíveis cenários consideram mudanças de 25% para 50%, respectivamente, relacionadas à variável de risco relevante em relação à taxa base.

Análise de sensibilidade das variações de taxa:

Exposição líquida Libor		**Cenários de apreciação da Libor**	
		Possível +25%	**Remoto +50%**
Libor	0,34%	0,43%	0,51%
Efeito no balanço patrimonial	(148.945)	(149.079)	(149.199)
Efeito no resultado	(506)	(640)	(760)

Exposição líquida CDI		**Cenários de apreciação da CDI**	
		Possível +25%	**Remoto +50%**
CDI	2,75%	3,44%	4,13%
Efeito no balanço patrimonial	(95.824)	(99.118)	(99.777)
Efeito no resultado	(2.635)	(4.394)	3.953)

O montante de empréstimos e financiamentos de R$ 102.719 com taxas de juros fixadas não está exposto ao risco de variação cambial e de taxas de juros flutuantes.

26.4 Ativos e passivos designados a hedge de fluxo de caixa

O Grupo optou por manter o modelo de *hedge accounting* do CPC 38 / IAS 39

i) Hedge de fluxo de caixa - Variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira

A tabela seguinte indica os períodos nos quais o fluxo de caixa associado ao hedge de fluxo de caixa deve ocorrer e os respectivos saldos dos instrumentos de hedge.

		Fluxos de caixa esperados				
	Valor contábil	**Total**	**1-12 meses**	**13 - 24 meses**	**25 - 36 meses**	**Mais de 36 meses**
Ativos – contas a receber de clietntes	207.865	2.318.598	241.046	239.642	523.868	1.314.042
Passivos – empréstimos e financiamentos	(2.318.598)	(2.318.598)	(241.046)	(239.642)	(523.868)	(1.314.042)

ii) Hedge de fluxo de caixa - Bond e Swaps

O Grupo contratou instrumentos financeiros derivativos para a proteção de juros pré-fixados e variação cambial sobre sua emissão de Bonds no exterior. Ambos os instrumentos possuem o mesmo vencimento em 2026. A seguir demonstramos a reconciliação dos valores de accrual e o ajuste de marcação a mercado ("MtM") dos derivativos contratados registrados no balanço patrimonial do Grupo:

Derivativos	**2020**	**2019**	**2018**
Circulante			
Custo amortizado	3.320	(4.000)	(6.254)
Ajuste de MtM	45.308	(20.201)	30.963
Valor justo	**48.628**	**(24.201)**	**24.709**
Não circulante			
Custo amortizado	213.463	4.123	23.960
Ajuste de MtM	(213.463)	(4.123)	(23.960)
Valor justo	-	-	-
Total			
Custo amortizado	216.783	123	17.706
Ajuste de MtM	(168.155)	(24.324)	7.003
Valor justo	**48.628**	**(24.201)**	**24.709**

A relação do derivativo com o Bond é demonstrada abaixo:

Instrumentos	**Moeda**	**Principal/ Nocional (USD)**	**Principal/ Nocional (BRL)**	**Variação cambial**
Bond	USD	200.000	(1.120.000)	(209.340)
Swaps	USD	200.000	1.120.000	209.340
Bond + Swaps		**(200.000)**	**(830.000)**	**-**
Bond liquidado	**USD**	**(200.00)**	**(788.370)**	**(37.370)**
Swaps liquidados	USD	200.000	788.370	37.370
Total bond + swaps		**(200.000)**	**(751.000)**	**-**

Os fluxos de caixa de ambos os instrumentos financeiros possuem os mesmos vencimentos.

A Companhia designou um hedge de fluxo de caixa para esta operação tendo como instrumento de hedge os derivativos contratados e como objeto de hedge o bond emitido pela Companhia. Esta relação de hedge accounting estabelece a contabilização da parcela efetiva do ajuste de marcação a mercado não realizado do derivativo no resultado abrangente. Em 31 de dezembro de 2020, o valor contabilizado no patrimônio líquido era de R$ 167.956 líquido dos efeitos de impostos.

iii) Hedge de fluxo de caixa – Efeitos no resultado e em outros resultados abrangentes

Empréstimos e financiamentos – Variação cambial

	ORA	Resultado
Variação cambial de passivos	(224.624)	(70.047)
Impostos diferidos	36.318	-
	(188.306)	(70.047)

Bond and swap

	Note	ORA	Resultado
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	26.4	-	(209.340)
Variação cambial de swap	26.4	-	209.340
Juros de swap	22	-	5.216
Ajuste a valor justo de swap	26.4 e 22	(164.275)	(26.332)
Impostos diferidos		30.199	1.130
		(134.076)	(19.986)

26.5 Gerenciamento de capital

Resultados da escolha entre capital próprio (transferências de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, o Grupo e suas controladas monitoram permanentemente o endividamento com base no cálculo de Dívida Líquida / EBITDA (Lucro antes dos impostos ajustado pelo resultado financeiro e pela depreciação).

27 Subvenções e assistências governamentais

Incentivo fiscal estadual – Desenvolve

O Grupo recebe diversos benefícios fiscais no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, onde o mais longínquo permanecerão em vigor até abril de 2026. Estes incentivos fiscais estão associados à cadeia de produção de estireno e acrílicos. O Grupo se beneficia de um período de carência de até 72 (setenta e dois) meses para pagamento dos impostos. No caso de pagamentos antecipados, o Grupo é elegível a um desconto de até 81% (oitenta e um por cento) do saldo devedor mensal do ICMS.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo obteve um benefício de R$ 74.243 (R$ 94.300 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 105.788 em 31 de dezembro de 2018).

Incentivo fiscal federal - lucro da exploração

Conforme Laudos Constitutivos expedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Grupo goza do direito de redução de 75% do imposto de renda sobre os resultados das operações da Companhia Brasileira de Estireno (como sucessora por incorporação da Acrinor) localizadas em Camaçari/BA e da Proquigel até o exercício fiscal de 2027 e sobre os resultados da Unigel Plásticos S.A. até o exercício fiscal de 2020. O benefício da Unigel Plásticos S.A. está sendo renovado pela autoridade fiscal. A solicitação feita, quando aprovada, será retroativa para 1º de janeiro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, nenhuma empresa do Grupo utilizou o benefício por estarem apurando prejuízo (em 31 de dezembro de 2018 obteve um benefício de R$ 18.059).

REINTEGRA - Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras

O Grupo está contemplado na Lei 13.043/14 - Reintegra - a qual concede créditos tributários quando a Companhia realiza exportações de produtos fabricados internamente, que podem ser compensados com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos federais.

Em 31 de dezembro de 2020 o Grupo obteve um benefício de R$ 788 (R$ 2.801 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 29.835 em 31 de dezembro de 2018) através das empresas Acrinor, Proquigel, CBE e Unigel Plásticos.

A partir de maio de 2018 o governo federal reduziu a alíquota do benefício de 2,00% para 0,10%.

REIQ – Regime Especial da Indústria Química

O Regime Especial da Indústria Química foi instituído a partir de 2013 pelo Governo Federal do Brasil e tem como objetivo a recuperação e a manutenção da competitividade das indústrias petroquímicas nacionais de 1ª e 2ª geração. Neste contexto, o Grupo é beneficiado pela desoneração tributária de parte das alíquotas de PIS e COFINS na compra de determinadas matérias primas importadas ou fornecidas pela 1ª geração da indústria petroquímica brasileira.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo apurou um crédito de R$ 37.755 (R$ 48.181 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 53.273 em 31 de dezembro de 2018), que está lançado como redutor de custos na rubrica “custo dos produtos vendidos” da demonstração do resultado.

28 Garantias e avais

O Grupo possui bens dados em garantia de operações de crédito com terceiros no valor estimado de R$ 1.088.123 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 925.914 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 554.178 em 31 de dezembro de 2018), compostos substancialmente por imóveis. A redução do saldo é justificada principalmente pela mudança do perfil de empréstimos e financiamentos do Grupo de com garantia para sem garantia Adicionalmente a controladora é avalista de operações de outras empresas do Grupo. O total de avais da controladora é de R$ 406.522 em 31 de dezembro de 2020 (R$ 105.261 em 31 de dezembro de 2019 e R$ 620.020 em 31 de dezembro de 2018).

29 (Prejuízo) Lucro por ação

a. Básico

O lucro/(prejuízo) por ação básico foi calculado com base no resultado do período do Grupo para os períodos e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação nesses períodos, conforme o quadro a seguir:

	2020	2019	2018
(Prejuízo) lucro líquido	(6.985)	27.261	(31.759)
Quantidade ponderada média de ações ao final do exercício	414.297.488	414.297.488	414.297.488
(Prejuízo) Lucro por lote de mil quotas - R$	(0,017)	0,066	(0,077)

b. Diluído

O lucro/(prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possuí nenhum fator diluidor do seu lucro básico.

30 Bens de direito de uso e arrendamento mercantil

O Grupo arrenda vários tanques de armazenamento, máquinas, veículos, imóveis e plantas para realizar suas operações. Tais arrendamentos são negociados individualmente e contêm vários termos e condições.

Os pagamentos dos arrendamentos são descontados usando a taxa implícita nos mesmos.

Os ativos de direito de uso são mensurados pelo custo composto de:

- Valores inicialmente mensurados dos passivos de arrendamento;
- Qualquer pagamento feito até o início do contrato de locação;
- Qualquer custo direto inicial;
- Custos de restauração.

O direito de usar o ativo é derivado dos seguintes tipos de ativos:

Custo	**01/01/2020**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Variação cambial**	**31/12/2020**
Edificações, máquinas e equipamentos industriais	96.386	197.469	-	7.605	-	301.460
Tanques e armazéns	129.000	2.613	-	(7.605)	-	124.008
Outros	13.743	16.408	(759)	-	2.294	31.686
Custo total	**239.129**	**216.490**	**(759)**	**-**	**2.294**	**457.154**

	01/01/2020	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**Variação cambial**	**31/12/2020**
Depreciação						
Edificações, máquinas e equipamentos industriais	(18.776)	(9.225)	-	(983)	-	(28.984)
Tanques e armazéns	(30.263)	(28.743)	-	983	-	(58.023)
Outros	(3.768)	(10.331)	-	-	(55)	(14.154)
Depreciação total	**(52.807)**	**(48.299)**	**-**	**-**	**(55)**	**(101.161)**
Ativo de direito de uso	**186.322**	**168.191**	**(759)**	**-**	**2.239**	**355.993**

Custo	**01/01/2019**	**Adições**	**31/12/2019**
Edificações, máquinas e equipamentos industriais	94.920	1.466	96.386
Tanques e armazéns	107.148	21.852	129.000
Outros	2.198	11.545	13.743
Custo total	**204.266**	**34.863**	**239.129**

	01/01/2019	**Adições**	**31/12/2019**
Depreciação			
Edificações, máquinas e equipamentos industriais	-	(18.776)	(18.776)
Tanques e armazéns	-	(30.263)	(30.263)
Outros	-	(3.768)	(3.768)
Depreciação total	**-**	**(52.807)**	**(52.807)**
Ativo de direito de uso	**204.266**	**(17.944)**	**186.322**

A composição e movimentação da obrigação de direito de uso é conforme segue:

	01/01/2020	Adições	Juros	Pagamentos	Transferências	Variação cambial	31/12/2020
Parcelas							
Edificações, máquinas e equipamentos industriais	(91.848)	(197.469)	(26.196)	31.860	(9.389)	-	(293.042)
Tanques e armazéns	(107.106)	(2.613)	(6.611)	33.066	6.479	-	(76.785)
Outros	(15.053)	(16.408)	(736)	12.964	2.910	(2.376)	(18.699)
Total	**(214.007)**	**(216.490)**	**(33.543)**	**77.890**	**-**	**(2.376)**	**(388.526)**

	01/01/2019	Adições	Juros	Pagamentos	31/12/2019
Parcelas					
Edificações, máquinas e equipamentos industriais	(93.546)	(1.466)	(19.653)	22.817	(91.848)
Tanques e armazéns	(103.562)	(21.852)	(12.903)	31.211	(107.106)
Outros	(7.158)	(11.545)	(165)	3.815	(15.053)
Total	**(204.266)**	**(34.863)**	**(32.721)**	**57.843**	**(214.007)**

A abertura das parcelas em seu valor futuro por faixa de vencimento está disposta a seguir:

	Até 1 ano	de 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Edificações, máquinas e equipamentos industriais	40.589	156.515	306.923
Tanques e armazéns	35.239	49.859	-
Outros	4.933	4.927	-
Total	80.761	211.301	306.923

31 Eventos subsequentes

Retap do Bond 2026

Em 19 de janeiro de 2021 o Grupo concluiu sua oferta de USS$ 110 milhões adicionais a seu bond com vencimento em 2026. Esse valor adicional constituiu uma reabertura do bond original emitido em 1º de outubro de 2019 no valor de US$ 420 milhões, aumentando o valor principal total da emissão para US$ 530 milhões (R$ 2.337.000 sendo US$ 420 milhões a uma taxa de R$ 4,15 e US$ 110 milhões a uma taxa de R$ 5,40). A oferta foi conduzida de acordo com a Regra 144A e a Regulação S do U.S. Securities Act de 1933. A Unigel pretende utilizar os valores líquidos obtidos para pré-pagar algumas dívidas de curto prazo e o seu bond em aberto com vencimento em 2024, adequação do capital de giro e determinados investimentos para início das operações da Unigel Agro Sergipe e Bahia, além de outros propósitos gerais corporativos.

Fitch eleva outlook da Unigel de Estável para Positivo

Em 19 de janeiro de 2020, a Fitch Ratings publicou uma atualização do risco de crédito (rating) da Unigel, reafirmando a nota B+ em escala global, com revisão do outlook para 'Positivo', saindo de 'Estável'. O rating em escala nacional foi mantido em 'A- (bra)'.

Suprimento de gás natural

Em 29 de janeiro de 2021, em linha com a ativação das duas plantas de fertilizantes arrendadas da Petrobras (FAFEN-BA e FAFEN-SE) o Grupo concluiu um acordo com a Petrobras para a compra de gás natural, matéria-prima essencial para a produção de amônia, uréia e ARLA dessas duas plantas. O contrato é válido pelo período de um ano e com cláusula de renovação e renegociação dos termos contratuais.

Transporte de gás natural

A subsidiária Proquigel Química S.A. e a Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) assinaram, em 28 de janeiro de 2021, o primeiro contrato de transporte de gás interruptível do Brasil. O volume contratado é de 2,3 milhões de m^3 por dia sendo 1,1 milhão de m^3 para Unigel Agro Sergipe e 1,2 milhão de m^3 para Unigel Agro Bahia.

* * *

Roberto Noronha Santos
Presidente

Daniel Zilberknop
Vice-Presidente

Daniel Scarmeloti da Fonseca
Diretor de Controladoria - CRC 1SP 219.079/O-4

Marcio Scatigno
Gerente de Controladoria- CRC 1SP 218.247/O-7

Unigel Participações S.A.

ITR - informações trimestrais em 30 de junho de 2021

KPDS 881589

KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos
Conselheiros e Diretores da
Unigel Participações S.A.
São Paulo – SP

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Unigel Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021 7

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 12

Demonstração do Resultado 14

Demonstração do Resultado Abrangente 15

Demonstração do Fluxo de Caixa 16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021 17

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020 18

Demonstração do Valor Adicionado 19

Comentário do Desempenho 20

Notas Explicativas 42

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	414.297.488
Preferenciais	0
Total	414.297.488
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	2.226.885	1.590.262
1.01	Ativo Circulante	5.293	5.238
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	119	120
1.01.01.01	Caixa e Bancos em Reais	119	120
1.01.03	Contas a Receber	4	4
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4	4
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	4	4
1.01.06	Tributos a Recuperar	228	220
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	228	220
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	186	186
1.01.06.01.05	INSS	8	0
1.01.06.01.06	PIS	34	34
1.01.07	Despesas Antecipadas	300	324
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.642	4.570
1.01.08.03	Outros	4.642	4.570
1.01.08.03.01	Outros Ativos de Curto Prazo	334	215
1.01.08.03.02	Adiantamento de Fornecedores	90	137
1.01.08.03.04	Dividendos a Receber	4.218	4.218
1.02	Ativo Não Circulante	2.221.592	1.585.024
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	10.465	5.640
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	2.824	1.445
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	328	177
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	2.496	1.268
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	7.641	4.195
1.02.01.10.05	Outros Ativos	7.641	4.195
1.02.02	Investimentos	2.197.118	1.561.334
1.02.02.01	Participações Societárias	2.190.818	1.555.034
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.190.818	1.555.034
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	6.300	6.300
1.02.03	Imobilizado	11.888	15.023
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.549	1.635
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.285	7.524
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	7.054	5.864
1.02.04	Intangível	2.121	3.027
1.02.04.01	Intangíveis	2.121	3.027
1.02.04.01.02	Direito de Uso de Tecnologia, Software e Outros	2.121	3.027

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	2.226.885	1.590.262
2.01	Passivo Circulante	13.626	27.917
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	0	180
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	0	180
2.01.02	Fornecedores	1.215	2.052
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.155	2.052
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.131	2.052
2.01.02.01.02	Partes Relacionadas	24	0
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	60	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	158	89
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	124	56
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	24	9
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	100	47
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	32	32
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	1
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	180	170
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	180	170
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	180	170
2.01.05	Outras Obrigações	12.073	25.426
2.01.05.02	Outros	12.073	25.426
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.626	19.938
2.01.05.02.04	Obrigações de Direito de Uso	3.240	5.243
2.01.05.02.09	Partes Relacionadas	53	53
2.01.05.02.10	Outros Passivos	154	192
2.02	Passivo Não Circulante	1.532.730	1.504.862
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	482	574
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	482	574
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	482	574
2.02.02	Outras Obrigações	1.415.111	1.387.135
2.02.02.02	Outros	1.415.111	1.387.135
2.02.02.02.03	Passivo Leasing	2.005	3.322
2.02.02.02.05	Partes Relacionadas	1.413.106	1.383.813
2.02.03	Tributos Diferidos	117.137	117.137
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	117.137	117.137
2.02.04	Provisões	0	16
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	0	16
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	0	16
2.03	Patrimônio Líquido	680.529	57.483
2.03.01	Capital Social Realizado	276.185	276.185
2.03.04	Reservas de Lucros	3.092	12.130
2.03.04.01	Reserva Legal	3.092	3.092
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	9.038
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	713.252	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-312.000	-230.832

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	555.302	709.240	-96.327	-239.974
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.674	-3.283	-1.081	-2.157
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	109	99	175
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-195	0	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	557.171	712.414	-95.345	-237.992
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	555.302	709.240	-96.327	-239.974
3.06	Resultado Financeiro	-348	-526	-2.200	-4.224
3.06.01	Receitas Financeiras	0	0	138	138
3.06.02	Despesas Financeiras	-348	-526	-2.338	-4.362
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	554.954	708.714	-98.527	-244.198
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	554.954	708.714	-98.527	-244.198
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	554.954	708.714	-98.527	-244.198
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,33950	1,71060	0,23780	-0,58940
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,33950	1,71060	0,23780	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	554.954	708.714	-98.527	-244.198
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-191.476	-76.630	-65.228	-308.305
4.02.02	Conversão de Moeda Estrangeira de Controlada no Exterior	86.932	-29.663	29.995	134.242
4.02.03	Perda Atuaril do Plano de Benefício Definido	0	0	0	-442.547
4.02.04	Perdas a Realizar sobre Hedge Fluxo de Caixa	-278.408	-46.967	-95.223	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	363.478	632.084	-163.755	-552.503

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.903	294
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	7.397	-779
6.01.01.01	Lucro Liquido no Período	708.714	-244.198
6.01.01.02	Depreciação Amortização	3.280	5.068
6.01.01.03	Juros de Arrendamento	7.793	311
6.01.01.04	Provisões para Contingências	-16	0
6.01.01.09	Juros e Variação Cambial de Empréstimos	40	48
6.01.01.15	Equivalência Patrimonial	-712.414	237.992
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.494	1.073
6.01.02.03	Fornecedores	-837	-390
6.01.02.06	Impostos e Contribuições a Pagar	178	-38
6.01.02.07	Impostos e Contribuições a Recolher	0	-35
6.01.02.09	Juros pagos por Empréstimo	-6	0
6.01.02.11	Demais Ativos de Curto e Longo Prazo	-3.611	543
6.01.02.12	Demais Passivos de Curto e Longo Prazo	-218	993
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.576	-12.077
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	-1.197	-2.076
6.02.04	Empréstimos e Adiantamentos Realizados à Partes Relacionadas	-1.379	-10.001
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-328	-516
6.03.03	Pagamentos Arrendamento Mercantil	-9.155	-4.525
6.03.04	Pagamento de Empréstimos	-116	0
6.03.06	Empréstimos e Adiantamentos de Caixas tomados de Partes Relacionadas	8.943	4.009
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1	-12.299
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	120	12.445
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	119	146

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	276.185	0	12.130	0	-230.832	57.483
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	276.185	0	12.130	0	-230.832	57.483
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-9.038	0	0	-9.038
5.04.06	Dividendos	0	0	-9.038	0	0	-9.038
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	708.714	-76.630	632.084
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	708.714	0	708.714
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-76.630	-76.630
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-29.663	-29.663
5.05.02.07	Hedge Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-46.967	-46.967
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	4.538	-4.538	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	4.538	-4.538	0
5.07	Saldos Finais	276.185	0	3.092	713.252	-312.000	680.529

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	276.185	0	106.728	0	-16.194	366.719
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	276.185	0	106.728	0	-16.194	366.719
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-244.198	-308.305	-552.503
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-244.198	0	-244.198
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-308.305	-308.305
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	134.242	134.242
5.05.02.07	Hedge Fluxo Hedge	0	0	0	0	-442.547	-442.547
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	10.967	-10.967	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	10.967	-10.967	0
5.07	Saldos Finais	276.185	0	106.728	-233.231	-335.466	-185.784

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	109	0
7.01.02	Outras Receitas	109	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3	128
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	0	-47
7.02.04	Outros	-3	175
7.03	Valor Adicionado Bruto	106	128
7.04	Retenções	-3.280	-2.110
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-999	-662
7.04.02	Outras	-2.281	-1.448
7.04.02.01	Depreciação de ativos de direito de usos	-2.281	-1.448
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-3.174	-1.982
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	712.414	-237.854
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	712.414	-237.992
7.06.02	Receitas Financeiras	0	138
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	709.240	-239.836
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	709.240	-239.836
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	189	0
7.08.02.01	Federais	189	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	337	4.362
7.08.03.01	Juros	337	4.362
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	708.714	-244.198
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	708.714	-244.198

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	5.262.577	3.916.546
1.01	Ativo Circulante	2.208.233	1.459.161
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	672.851	624.039
1.01.01.01	Caixas e Bancos em Reais	34.919	40.013
1.01.01.02	Caixas e Bancos em Moeda Estrangeira	289.294	280.237
1.01.01.03	Aplicações Financeiras de Curto Prazo	325.978	281.963
1.01.01.04	Aplicações Financeiras de Curto Prazo em Moeda Estrangeira	22.660	21.826
1.01.03	Contas a Receber	497.002	207.865
1.01.03.01	Clientes	497.002	207.865
1.01.03.01.01	Mercado Interno	325.691	115.390
1.01.03.01.02	Mercado Externo	206.679	131.570
1.01.03.01.03	Partes Relacionadas	10.206	3.996
1.01.03.01.04	Perda de Crédito Estimada de Contas a Receber	-45.574	-43.091
1.01.04	Estoques	625.523	369.490
1.01.04.01	Produto Acabado	276.273	132.020
1.01.04.02	Produto Em Processo	8.636	5.230
1.01.04.03	Matérias Primas	107.929	107.660
1.01.04.04	Materiais Secundários	48.460	29.542
1.01.04.05	Almoxarifado	67.478	72.482
1.01.04.06	Esqoque em Trânsito	45.229	188
1.01.04.07	Estoque em Poder de Terceiros	71.518	22.368
1.01.06	Tributos a Recuperar	181.543	141.702
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	181.543	141.702
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	32.175	25.938
1.01.06.01.02	ICMS	29.045	21.143
1.01.06.01.03	ICMS sobre Imobilizado	3.908	2.616
1.01.06.01.04	IPI	4.963	5.414
1.01.06.01.05	INSS	7.488	4.851
1.01.06.01.06	PIS	11.898	8.025
1.01.06.01.07	COFINS	25.743	22.984
1.01.06.01.08	REINTEGRA	15.006	14.442
1.01.06.01.09	IVA a Compensar	33.610	31.352
1.01.06.01.10	Outros	17.707	4.937
1.01.07	Despesas Antecipadas	23.805	8.023
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	207.509	108.042
1.01.08.03	Outros	207.509	108.042
1.01.08.03.01	Outros Ativos de Curto Prazo	6.165	12.305
1.01.08.03.02	Adiantamento de Fornecedores	71.989	47.109
1.01.08.03.03	Derivativos	41.637	48.628
1.01.08.03.05	Créditos Contratuais	87.718	0
1.02	Ativo Não Circulante	3.054.344	2.457.385
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	887.385	733.740
1.02.01.07	Tributos Diferidos	726.880	608.032
1.02.01.07.01	CSLL Diferidos	124.456	155.222
1.02.01.07.02	IRPJ Diferidos	369.643	447.653

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1.02.01.07.03	Impostos a Receuperar	232.695	5.157
1.02.01.07.04	Imposto de Renda e Controbuição Social	86	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	160.505	125.708
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	16.209	16.170
1.02.01.10.04	Derivativos	115.989	86.659
1.02.01.10.05	Outros Ativos	24.948	19.520
1.02.01.10.06	Créditos Contratuais	3.359	3.359
1.02.02	Investimentos	10.300	10.300
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	10.300	10.300
1.02.03	Imobilizado	2.146.314	1.705.310
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.053.345	1.079.179
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	362.084	355.993
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	730.885	270.138
1.02.04	Intangível	10.345	8.035
1.02.04.01	Intangíveis	10.345	8.035
1.02.04.01.02	Direito de Uso de Tecnologia, Software e Outros	10.345	8.035

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	5.262.577	3.916.546
2.01	Passivo Circulante	1.394.700	1.093.294
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	41.357	34.111
2.01.01.01	Obrigações Sociais	235	1.852
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	41.122	32.259
2.01.02	Fornecedores	567.450	374.619
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	400.958	219.360
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	400.958	218.967
2.01.02.01.02	Partes Relacionadas	0	393
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	166.492	155.259
2.01.03	Obrigações Fiscais	47.481	37.877
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	31.366	17.547
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.494	1.197
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	24.872	16.350
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	14.671	17.900
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.444	2.430
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	365.364	402.667
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	365.364	402.667
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	329.582	332.854
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	35.782	69.813
2.01.05	Outras Obrigações	306.246	186.851
2.01.05.02	Outros	306.246	186.851
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	8.626	19.938
2.01.05.02.04	Obrigações de Direito de Uso	88.121	79.659
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	103.617	83.008
2.01.05.02.06	Derivativos	102.022	0
2.01.05.02.10	Outros Passivos	3.860	4.246
2.01.06	Provisões	66.802	57.169
2.01.06.02	Outras Provisões	66.802	57.169
2.01.06.02.04	Outras Provisões	66.802	57.169
2.02	Passivo Não Circulante	3.187.348	2.765.769
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.656.111	2.197.712
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.656.111	2.197.712
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	96.774	117.240
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.559.337	2.080.472
2.02.02	Outras Obrigações	404.398	438.932
2.02.02.02	Outros	404.398	438.932
2.02.02.02.03	Passivo Leasing	308.478	308.867
2.02.02.02.04	Impostos a Pagar	53.424	90.421
2.02.02.02.06	Benefícios Pós Emprego	42.140	39.285
2.02.02.02.07	Outros Passivos	356	359
2.02.03	Tributos Diferidos	117.137	117.137
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	117.137	117.137
2.02.04	Provisões	9.702	11.988
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.702	11.988
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	6.729	8.112

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.973	3.876
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	680.529	57.483
2.03.01	Capital Social Realizado	276.185	276.185
2.03.04	Reservas de Lucros	3.092	12.130
2.03.04.01	Reserva Legal	3.092	12.130
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	713.252	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-312.000	-230.832

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.923.178	3.260.481	516.589	1.207.798
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.432.007	-2.409.276	-482.896	-1.107.125
3.03	Resultado Bruto	491.171	851.205	33.693	100.673
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	193.205	154.550	-32.142	-66.942
3.04.01	Despesas com Vendas	-11.153	-20.642	-5.197	-11.947
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-33.012	-64.092	-24.518	-54.195
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-3.605	-3.606	551	564
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	240.975	242.890	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-2.978	-1.364
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	684.376	1.005.755	1.551	33.731
3.06	Resultado Financeiro	15.980	-107.252	-123.181	-293.705
3.06.01	Receitas Financeiras	16.100	18.567	1.082	26.982
3.06.02	Despesas Financeiras	-120	-125.819	-124.263	-320.687
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	700.356	898.503	-121.630	-259.974
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-145.402	-189.789	23.103	15.776
3.08.01	Corrente	-49.219	-83.905	6.080	-23.219
3.08.02	Diferido	-96.183	-105.884	17.023	38.995
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	554.954	708.714	-98.527	-244.198
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	554.954	708.714	-98.527	-244.198
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	554.954	708.714	-98.527	-244.198
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,33950	1,71060	-0,23780	0,58940
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,33950	1,71060	-0,23780	0,58940

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	554.954	708.714	-98.527	-244.198
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-191.476	-76.630	-65.228	-308.305
4.02.01	Operações no Exterior - Ajuste de Conversão	86.932	-29.663	29.995	134.242
4.02.02	Perdas não Realizadas de Hedge de fluxo de caixa (Líquido de impostos)	-278.408	-46.967	-95.223	-442.547
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	363.478	632.084	-163.755	-552.503
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	363.478	632.084	-163.755	-552.503

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	124.349	50.145
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	785.331	44.641
6.01.01.01	Lucro Liquido do Período	708.714	-244.198
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	96.671	92.855
6.01.01.03	Juros de Arrendamento	15.935	7.852
6.01.01.04	Povisão para Contigências	5.136	3.024
6.01.01.05	Provisão com Impairment de Ativos Financeiros	3.606	-564
6.01.01.06	Provisão de Perda e Obsolescência de Estoques	13.073	4.053
6.01.01.07	Impostos Diferidos	105.884	-38.995
6.01.01.08	Resultado de Derivativos	-30.424	-242.656
6.01.01.09	Juros e Variação Cambial de Empréstimos	115.731	486.463
6.01.01.10	Juros sobre Impostos	870	521
6.01.01.11	Resultado na Venda de Ativos	50	650
6.01.01.13	ICMS na Base PIS/COFINS	-240.325	0
6.01.01.14	Empréstimo Compulsório - Eletrobras	0	-28.041
6.01.01.16	Juros de Fornecedores	1.027	3.677
6.01.01.17	Atualização sobre Crédito de PIS/COFINS	-10.617	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-447.287	116.364
6.01.02.01	Contas a Receber	-306.660	-13.830
6.01.02.02	Estoques	-274.893	1.802
6.01.02.03	Fornecedores	184.348	101.263
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	-28.952	-18.443
6.01.02.05	Outros Créditos	58.915	3.103
6.01.02.06	Impostos e Contribuições a Pagar	48.155	37.864
6.01.02.10	Créditos Contratuais	-86.163	0
6.01.02.11	Demais Ativos de Curto e Longo Prazo	-42.037	4.605
6.01.03	Outros	-213.695	-110.860
6.01.03.01	Impostos Pagos Sobre o Lucro	-143.889	-110.860
6.01.03.02	Juros Pagos	-69.806	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-518.558	-75.944
6.02.01	Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	-500.468	-65.603
6.02.03	Recebimentos por Vendas de Ativo Imobilizado	2.260	98
6.02.04	Empréstimos e Adiantamentos Realizados à Partes Relacionadas	-20.350	-10.439
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	439.301	-42.086
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamento	827.937	54.921
6.03.02	Recebimento de Derivativos	-35.144	-6.347
6.03.03	Pagamentos Arrecadamento Mercantil	-48.972	-33.827
6.03.04	Pagamento de Empréstimos	-304.520	-56.833
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	3.720	45.427
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	48.812	-22.458
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	624.039	382.252
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	672.851	359.794

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	276.185	0	12.130	0	-230.832	57.483	0	57.483
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	276.185	0	12.130	0	-230.832	57.483	0	57.483
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-9.038	0	0	-9.038	0	-9.038
5.04.06	Dividendos	0	0	-9.038	0	0	-9.038	0	-9.038
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	708.714	-76.630	632.084	0	632.084
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	708.714	0	708.714	0	708.714
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-76.630	-76.630	0	-76.630
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-29.663	-29.663	0	-29.663
5.05.02.07	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-46.967	-46.967	0	-46.967
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	4.538	-4.538	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	4.538	-4.538	0	0	0
5.07	Saldos Finais	276.185	0	3.092	713.252	-312.000	680.529	0	680.529

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	276.185	0	106.728	0	-16.194	366.719	0	366.719
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	276.185	0	106.728	0	-16.194	366.719	0	366.719
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-244.198	-308.305	-552.503	0	-552.503
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-244.198	0	-244.198	0	-244.198
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-308.305	-308.305	0	-308.305
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	134.242	134.242	0	134.242
5.05.02.07	Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	-442.547	-442.547	0	-442.547
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	10.967	-10.967	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	10.967	-10.967	0	0	0
5.07	Saldos Finais	276.185	0	106.728	-233.231	-335.466	-185.784	0	-185.784

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	3.872.329	1.369.537
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.632.612	1.368.973
7.01.02	Outras Receitas	243.323	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-3.606	564
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.720.358	-1.154.878
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.496.780	-977.310
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-218.009	-146.696
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-50	-650
7.02.04	Outros	-5.519	-30.222
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.151.971	214.659
7.04	Retenções	-96.671	-92.855
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-62.449	-66.261
7.04.02	Outras	-34.222	-26.594
7.04.02.01	Depreciação de Passivo de Leasing	-34.222	-26.594
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.055.300	121.804
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	18.567	26.982
7.06.02	Receitas Financeiras	18.567	26.982
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.073.867	148.786
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.073.867	148.786
7.08.01	Pessoal	74.179	65.332
7.08.01.01	Remuneração Direta	41.907	32.702
7.08.01.02	Benefícios	21.545	15.160
7.08.01.04	Outros	10.727	17.470
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	172.204	15.973
7.08.02.01	Federais	188.679	15.776
7.08.02.02	Estaduais	-16.509	159
7.08.02.03	Municipais	34	38
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	118.770	311.679
7.08.03.01	Juros	118.770	311.679
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	708.714	-244.198
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	708.714	-244.198

Comentário do Desempenho

UNIGEL

Release de Resultados

2T21

COM RECEITA LÍQUIDA RECORDE DE MAIS DE R$ 3,2 BI, UNIGEL ALCANÇA EBITDA DE R$ 864 MILHÕES E LUCRO LÍQUIDO DE R$ 709 MILHÕES NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2021

São Paulo, 06 de agosto de 2021 – A Unigel Participações S.A. ("Unigel") anuncia hoje os resultados do segundo trimestre de 2021 (2T21). As informações operacionais e financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em reais, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, estando em acordo com os critérios do padrão contábil internacional (IFRS) em relação às informações relacionadas aos resultados do segundo trimestre de 2021 e devem ser lidas em conjunto com as informações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Adicionalmente, as informações operacionais e financeiras incluídas nesta divulgação de resultados estão sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que as precedem. Além disso, os valores destacados em dólares foram convertidos utilizando as taxas médias de cada mês para as informações de resultados e de fluxo de caixa e utilizando a taxa de fim do período para as informações do balanço patrimonial. As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o segundo trimestre de 2021 ("2T21"), o segundo trimestre de 2020 ("2T20") e o primeiro trimestre de 2021 ("1T21").

Segundo trimestre de 2021 (2T21)

Receita Líquida	EBITDA Ajustado	Resultado Líquido
R$ 1.923 Milhões	R$ 495 milhões	R$ 555 milhões
+272% a/a	+519% a/a	+661% a/a

Seis meses de 2021 (6M21)

Receita Líquida	EBITDA Ajustado	Resultado Líquido
R$ 3.260 milhões	R$ 864 milhões	R$ 709 milhões
+170% a/a	+424% a/a	+391% a/a

1. Comentários da Administração

Resultados recordes e o início das atividades da Unigel Agro são os principais destaques do primeiro semestre de 2021. A forte demanda pelos nossos principais produtos nos permitiu maximizar a produção em todas as nossas operações, o que levou a um aumento expressivo do volume de vendas na comparação com o mesmo período de 2020 – impactado por paralisações decorrentes da pandemia de Covid-19. Esse aumento de demanda, aliado a uma oferta limitada, resultou também no aumento expressivo nos *spreads* internacionais de alguns produtos. Nesse cenário, mantivemos nossa estratégia de focar em mercados com maiores margens, atingindo uma margem bruta de 26,1%.

Além disso, no segundo trimestre de 2021, iniciamos nossas operações nas duas plantas de fertilizantes nitrogenados que foram arrendadas da Petrobras. Em meados de abril, iniciamos o *ramp-up* da planta de Laranjeiras (SE), que atingiu estabilidade de produção no mês de maio. Depois, em junho, iniciamos o *ramp-up* da planta de Camaçari (BA), que passou a operar em estabilidade em julho.

Contexto Operacional

Recorde de resultados ancorado na forte demanda e no aumento dos spreads internacionais

No primeiro semestre de 2021, maximizamos nossas operações industriais visando atender a forte demanda pelos nossos principais produtos nos mercados local e internacional. Em nossa visão, esse aumento de demanda é explicado principalmente por novos hábitos de consumo por grande parte da população, que realocou despesas com experiências e lazer (viagens, restaurantes, shows, etc.) em bens de consumo industriais, que requerem nossas matérias-primas químicas. Esse movimento tem sido alavancado por um cenário macroeconômico global de juros baixos e de forte injeção de capital através de programas federais de incentivo à economia.

Se, por um lado, a demanda global por produtos químicos cresceu significativamente, a oferta global não acompanhou essa tendência – seja por conta de dificuldades de retomada de operação após paradas em função da pandemia, seja por eventos climáticos adversos como a tempestade de inverno que atingiu o estado do Texas nos EUA, um dos maiores hubs químicos globais. Como resultado, nota-se um aumento expressivo dos preços internacionais dos nossos principais produtos.

Com preços favoráveis e com todas as nossas unidades químicas em plena operação, conseguimos ampliar de forma significativa nossos volumes de vendas, refletidos no crescimento de 170% a/a na nossa receita líquida, atingindo R$ 3,3 bilhões no primeiro semestre de 2021. Ainda que os preços das nossas principais matérias-primas tenham aumentado ao longo do primeiro semestre, os preços dos nossos produtos aumentaram em maior intensidade, resultando em expressivo aumento das nossas margens, refletido na margem EBITDA ajustada de 26,5% nos 6M21, um crescimento de 12,8 p.p. a/a.

Neste contexto, no segundo trimestre de 2021 superamos o recorde de resultados que havia sido registrado no trimestre anterior, chegando agora a um EBITDA Ajustado de R$ 495 milhões, 34% superior ao 1T21. Com isso, o EBITDA ajustado dos seis primeiros meses do ano totalizou R$ 864 milhões, alta de 424% a/a.

Unigel Agro inicia suas operações de forma gradual

No segundo trimestre de 2021 iniciamos as operações das plantas de fertilizantes nitrogenados arrendadas da Petrobras ("Unigel Agro"). Em meados de abril, iniciamos a operação da planta de Sergipe ("Unigel Agro SE"), que começou a operar em estabilidade a partir de maio. Na sequência, no fim de junho, iniciamos a produção na planta da Bahia ("Unigel Agro BA"), que passou a operar em estabilidade a partir de julho.

Assim sendo, os resultados aqui apresentados para o segmento Agro ainda estão limitados a: (i) operação de sulfato de amônio extraído da cadeia produtiva do segmento de Acrílicos, e (ii) dois meses de operação da planta de Laranjeiras (SE), sem impacto relevante da operação da planta de Camaçari (BA). Dessa forma, apesar do expressivo crescimento, os resultados do segmento ainda não refletem todo o potencial de geração esperada para esta operação, que esperamos atingir ao longo do segundo semestre do ano.

Fortes investimentos em capital de giro e capex suportados por recordes de resultados e reabertura (retap) do bond 2026

No primeiro semestre de 2021 intensificamos investimentos em capital de giro e capex para suportar o crescimento da companhia no período, bem como garantir a expansão através do início da operação das plantas de fertilizantes arrendadas da Petrobras.

Em capital de giro, os crescimentos dos volumes, preços e câmbio naturalmente resultaram em maior necessidade de capital de giro para os segmentos Acrílicos e Estirênicos. Além disso, o início da operação da Unigel Agro também elevou a necessidade de capital de giro, através da constituição de estoques e contas a receber, principalmente.

Apesar de adotarmos uma estratégia de compras e vendas que nos garante certa flexibilidade na gestão de capital de giro, estamos constantemente monitorando o trade-off entre disponibilidade de caixa vs. custos financeiros. Neste contexto, ao longo de 2020 – ano fortemente impactado pela pandemia, adotamos importantes medidas visando liberação de capital de giro para garantia da liquidez da Companhia em um período bastante crítico. Apesar de eficientes, essas medidas acarretam custos financeiros. No 1T21, por outro lado, o forte resultado operacional e o reforço da posição de caixa, através de uma nova emissão de dívida, nos permitiram ampliar os investimentos em capital de giro, visando redução dos custos financeiros, mas sem prejudicar a liquidez da Companhia.

Em capex, investimos R$ 500 milhões nos 6M21, principalmente em função dos investimentos realizados nas plantas de fertilizantes. Esses gastos ficaram acima das nossas expectativas iniciais devido a dois principais fatores: (i) a necessidade de manutenção adicional em equipamentos mais deteriorados do que o previsto, e (ii) a alocação dos custos com uso de gás natural necessário para partida das plantas, mas não convertido em produto.

Perspectivas

No terceiro trimestre de 2021 estamos prevendo uma normalização da dinâmica dos mercados de Estirênicos e Acrílicos, após um período de spreads internacionais bastante elevados em função da combinação entre demanda muito aquecida e oferta limitada. Em compensação, a conclusão do ramp-up das unidades Agro e a operação em regime padrão ao longo do terceiro trimestre deverá elevar de forma significativa nossas receitas e resultados de forma recorrente.

Ambiental, Social e Governança (ESG)

No segundo trimestre, focamos no aprofundamento das ações relacionadas com aspectos ambientais, sociais e de governança (ESG) que incorporamos ao longo dos últimos anos e na ampliação do escopo de projetos promissores, como o Ecogel®. Todos os programas que estavam em etapa inicial em divulgações de resultado anteriores agora estão em fases mais avançadas de desenvolvimento e todas as ações sociais foram mantidas.

No âmbito da governança, o conselho de administração da Unigel ganha maior complementariedade, com a entrada de Marcello De Simone, executivo com experiência relevante na área financeira de Companhias de grande porte no Brasil.

Simultaneamente à divulgação dos resultados do segundo trimestre de 2021, também publicamos, paralelamente, a segunda edição do nosso Relatório Anual de Sustentabilidade, agora com dados de 2020.

Destaques

Conselho de Admnistração: Em 1º de junho de 2021, Marcello de Simone foi eleito como novo membro do conselho de administração da Unigel, em substituição a Ricardo Weiss. Essa substituição visa ampliar a complementariedade do nosso conselho, incluindo um membro com ampla experiência no setor financeiro de empresas de grande porte.

O Sr. De Simone já foi membro do conselho de administração de empresas brasileiras, como Refinaria de Petróleo Riograndense e ConectCar Mobilidade Eletrônica. Antes disso, o Sr. De Simone ocupou cargos de liderança nas empresas Ultrapar, Banco Pactual e Andersen Consulting, entre outras. Ele é formado em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e possui MBA executivo pelo PDG-EXEC. Além disso, o Sr. De Simone é Conselheiro Fiscal do Instituto Pró-Saber SP.

Ecogel®: No segundo trimestre, houve a ampliação das ações de testes junto a clientes-chave, assim como a expansão da linha de produtos Ecogel®, que agora conta com 3 grades de poliestireno (PS). Essas linhas de produtos seguem em fase de homologação com clientes diversos, com destaque para as aplicações em componentes internos de móveis e eletrodomésticos da linha branca. Ecogel® é a marca de produtos sustentáveis da Unigel, e o poliestireno agregado com até 30% de resina pós-consumo (PCR) é o primeiro produto da linha.

Agenda Executiva ESG (Programa de Sustentabilidade): No segundo trimestre, demos início ao desenvolvimento de uma agenda executiva ESG, buscando definir políticas, objetivos, metas e planos de ação para os temas materiais da Companhia. Conduzido com o apoio de uma renomada consultoria internacional especializada em ESG, o projeto deve ser concluído no início de 2022, com a divulgação dos objetivos e compromissos estratégicos da Unigel junto aos stakeholders.

Programa Pellet Zero®: Houve avanços significativos no programa que visa reduzir a perda de pellets (grãos de plástico) no processo produtivo. A fase 2 foi concluída com a entrega do relatório de diagnóstico que

mapeia os possíveis pontos de vulnerabilidade nas plantas de poliestireno do Guarujá (SP) e São José dos Campos (SP). O programa entrou na fase 3, que consiste no desenvolvimento do plano de ação, com previsão de conclusão em novembro desse ano.

Dessa forma, o andamento do programa apresenta o seguinte status:

- Assinatura do termo de compromisso: concluída
- Publicação do relatório de diagnóstico: concluída
- Definição do plano de ação: em andamento
- Implantação do plano de ação: a iniciar

Programa de Logística Reversa de Copos Descartáveis: A Unigel continua aderente à iniciativa, que atingiu o marco de 2 milhões de copos de poliestireno reciclados em 2021. O programa é uma realização da Braskem S.A. e Dinâmica Ambiental, e desde setembro de 2020, conta com o apoio da Unigel.

Patrocínio do Projeto "Isopor® Amigo": A Unigel formalizou sua adesão à segunda fase do projeto que promove a logística reversa de produtos plásticos produzidos com poliestireno expandido (mais conhecido como Isopor® no Brasil). Esta segunda fase prevê a ampliação da área de atuação do projeto para locais onde a ação seja economicamente viável e relevante para as partes interessadas.

2. Resultado Consolidado

Resultado consolidado	Trimestre					Acumulado		
R$ milhões	Δ (%) t/t	1T21	2T21	2T20	Δ (%) a/a	6M21	6M20	Δ (%) a/a
Receita líquida	**44%**	**1.337**	**1.923**	**517**	**272%**	**3.260**	**1.208**	**170%**
Custo do produto vendido	47%	(977)	(1.432)	(483)	196%	(2.409)	(1.107)	118%
Lucro Bruto	**36%**	**360**	**491**	**34**	**1344%**	**851**	**101**	**743%**
Margem Bruta	*-1,4p.p.*	*26,9%*	*25,5%*	*6,5%*	*19,0p.p.*	*26,1%*	*8,3%*	*17,8p.p.*
Despesas com vendas, gerais e adm. (SG&A)	17%	(41)	(48)	(29)	66%	(88)	(66)	33%
Outras receitas (despesas) operacionais	11950%	2	241	(3)	8133%	243	(1)	24400%
Lucro operacional	**113%**	**321**	**684**	**2**	**34100%**	**1.006**	**34**	**2859%**
Resultado financeiro	113%	(123)	16	(123)	113%	(107)	(294)	-64%
Imposto de renda e contribuição social	230%	(44)	(145)	23	-730%	(190)	16	-1288%
Resultado líquido	**260%**	**154**	**555**	**(99)**	**661%**	**709**	**(244)**	**391%**
Receita líquida (US$ milhões)	***48%***	***245***	***362***	***96***	***277%***	***607***	***254***	***139%***

Receita líquida

A receita líquida consolidada da Unigel totalizou R$ 3,26 bilhões nos 6M21, alta de 170% a/a, puxada principalmente por maiores volumes de vendas e pelo aumento de preços dos nossos principais produtos. Todos os segmentos apresentaram variações positivas em suas receitas, com aumentos de 141% a/a no segmento de Estirênicos, 187% a/a no segmento de Acrílicos e 531% a/a no segmento Agro.

Na comparação trimestral, a receita líquida totalizou R$ 1,92 bilhão no 2T21, crescimento de 272% na comparação com 2T20, quando parte das nossas operações foram paralisadas em meio à primeira onda da pandemia no Brasil. Na comparação com o 1T21, o crescimento consolidado foi de 44%, sendo +23% para Estirênicos, +49% para Acrílicos e +221% para Agro.

Custo do produto vendido (CPV) e margem bruta

O CPV consolidado da Unigel totalizou R$ 2,40 bilhões nos 6M21, alta de 118% a/a, ancorado principalmente no aumento do volume de vendas e nos preços das principais matérias primas. Com isso, o lucro bruto consolidado da Unigel totalizou R$ 851 milhões, alta de 743% a/a, em função de (i) aumento do volume de vendas, explicado principalmente pelas paradas de plantas no 2Q20 em meio a primeira onda da pandemia, e (ii) aumento dos spreads internacionais, com o crescimento dos preços dos nossos principais produtos superando o crescimento dos preços das matérias primas. Com isso, a margem bruta consolidada alcançou 26,1% no 6M21.

Na comparação trimestral o CPV totalizou R$ 1,43 bilhão no 2T21, representando crescimento de 196% na comparação com 2T20, explicado principalmente pelo aumento de volumes, e de 47% em relação ao 1T21, puxado principalmente pelo segmento de acrílicos. O lucro bruto atingiu R$ 491 milhões no 2T21, com uma margem bruta de 25,5%, apoiada principalmente no segmento de Estirênicos.

Despesas com vendas, gerais e administrativas ("SG&A")

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) totalizaram R$ 88 milhões nos 6M21, aumento de 33% a/a, explicado principalmente por (i) aumento de despesas das operações Mexicanas, devido a alta da taxa de câmbio, e (ii) retorno de despesas contingenciadas nos 6M20 em função da pandemia, principalmente no segmento de Estirênicos.

Na comparação trimestral o SG&A totalizou R$ 48 milhões, alta de 66% na comparação com 2T20, pelos mesmos motivos citados na comparação semestral, e alta de 17% na comparação com 1T21, explicado principalmente pela provisão para créditos de liquidação duvidosa realizada no 2T21, relacionado a apenas um cliente do segmento de Estirênicos.

O forte aumento das vendas, decorrente da excelência operacional e da forte demanda por nossos produtos, também colaborou para uma maior diluição das despesas SG&A em função da receita líquida. Nos 6M21, as despesas SG&A representaram 2,7% da receita líquida, queda de 2,7 p.p. a/a.

Outras receitas (despesas) operacionais

No 2T21, reportamos uma receita de R$ 243 milhões em outras receitas operacionais, que se referem principalmente a decisão judicial do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS. Mais detalhes sobre esta decisão estão apresentados na nota explicativa 11 das informações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2021.

EBITDA ajustado e Margem EBITDA

Cálculo do EBITDA	Trimestre					Acumulado		
R$ milhões	Δ (%) t/t	1T21	2T21	2T20	Δ (%) a/a	6M21	6M20	Δ (%) a/a
Resultado líquido	**260%**	**154**	**555**	**(99)**	**661%**	**709**	**(244)**	**391%**
Imposto de renda e contribuição social	230%	44	145	(23)	730%	190	(16)	1288%
Resultado financeiro	-113%	123	(16)	123	-113%	107	294	-64%
Depreciação e amortização	6%	47	50	48	4%	97	93	4%
EBITDA	**99%**	**368**	**734**	**50**	**1368%**	**1.102**	**127**	**768%**
Margem EBITDA	*10,7p.p.*	*27,5%*	*38,2%*	*9,6%*	*28,6p.p.*	*33,8%*	*10,5%*	*23,3p.p.*
(Perda) ganho na venda de ativos	-	(0)	0	1	-100%	0	1	-100%
Parada operacional de planta	-	1	1	29	-97%	2	37	-95%
Recuperação de ICMS na Base de PIS/ COFINS	-100%	-	(240)	-	-100%	(240)	-	-100%
Restruturação – indenizações	-	-	-	1	-100%	-	1	-100%
EBITDA Ajustado	**34%**	**369**	**495**	**80**	**519%**	**864**	**165**	**424%**
Margem EBITDA Ajustado	*-1,8p.p.*	*27,6%*	*25,7%*	*15,4%*	*10,3p.p.*	*26,5%*	*13,7%*	*12,8p.p.*
EBITDA Ajustado (US$ milhões)	***39%***	***67***	***93***	***15***	***520%***	***160***	***34***	***371%***

O EBITDA ajustado consolidado da Unigel totalizou R$ 864 milhões nos 6M21, +424% a/a, com crescimento relevante em todos os segmentos de negócio. Nesta comparação, os principais fatores de crescimento foram o aumento dos volumes de vendas e aumento dos spreads internacionais dos nossos principais produtos. Com isso, a margem EBITDA Ajustada consolidada ficou em 26,5% no 6M21, representando aumento de 12,8 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Na comparação trimestral, o EBITDA ajustado totalizou R$ 495 milhões no 2T21, batendo um novo recorde para o período de 3 meses, e representando uma alta de 519% em relação ao 2T20, quando tivemos que paralisar parte das nossas operações em função da pandemia de COVID-19, e crescimento de 34% na comparação com 1T21, puxado principalmente pelo segmento de Estirênicos e pelo início da operação Agro.

Resultado Financeiro

Resultado financeiro	Trimestre					Acumulado		
R$ milhões	Δ (%) QoQ	1T21	2T21	2T20	Δ (%) YoY	6M21	6M20	Δ (%) YoY
Receitas Financeiras	**700%**	**2**	**16**	**1**	**1500%**	**19**	**27**	**-30%**
Aplicações e juros ativos	150%	2	5	1	400%	7	2	250%
Atualização créditos Eletrobrás	0%	-	-	-	0%	-	23	-100%
Outras receitas financeiras	100%	0	11	0	100%	11	1	1000%
Despesas financeiras	**25%**	**(76)**	**(95)**	**(80)**	**19%**	**(171)**	**(188)**	**-9%**
Despesa de juros sobre empréstimos bancários	9%	(79)	(86)	(65)	32%	(164)	(123)	33%
Descontos concedidos à clientes	50%	(2)	(3)	(6)	-50%	(5)	(12)	-58%
Juros passivos de passivos de arrendamento	0%	(8)	(8)	(1)	700%	(16)	(8)	100%
Impostos sobre receitas financeiras e despesas bancárias	450%	(2)	(11)	(6)	83%	(13)	(13)	0%
Resultado das operações com derivativos	-21%	19	15	1	1400%	34	(23)	248%
Outras despesas	-50%	(4)	(2)	(2)	0%	(6)	(10)	-40%
Variação cambial líquida e atualização monetária	**290%**	**(50)**	**95**	**(45)**	**311%**	**46**	**(133)**	**135%**
Resultado Financeiro Líquido	**113%**	**(123)**	**16**	**(123)**	**113%**	**(107)**	**(294)**	**-64%**

O resultado financeiro líquido consolidado totalizou uma despesa de R$ 107 milhões nos 6M21, uma redução de 64%, ou R$ 186 milhões a/a, principalmente impactado pela variação positiva de R$ 178 milhões, na linha de variação cambial líquida e atualização monetária, saindo de uma despesa de R$ 133 milhões nos 6M20, explicado principalmente pelo aumento de 36% na taxa de câmbio no período, para uma receita de R$ 46 milhões nos 6M21, explicado principalmente pela redução de 4% na taxa de câmbio no período.

Na comparação trimestral o resultado financeiro líquido totalizou uma receita de R$ 16 milhões no 2T21, também impactado pelo resultado positivo da variação cambial, explicada pela redução de 12% na taxa de câmbio entre 31 de março de 2021 e 30 de junho de 2021.

3. Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa Operacional - Genrencial	Trimestre					Acumulado		
R$ milhões	Δ (%) t/t	1T21	2T21	2T20	Δ (%) a/a	6M21	6M20	Δ (%) a/a
EBITDA Ajustado	**34%**	**369**	**495**	**80**	**519%**	**864**	**165**	**424%**
Itens Não-Recorrentes e/ou Não-caixa	1800%	1	19	(32)	-159%	20	(32)	-163%
EBITDA "Caixa"	**39%**	**370**	**514**	**48**	**971%**	**884**	**134**	**560%**
Imposto de renda e contribuição social	230%	(44)	(145)	23	-730%	(190)	16	-1288%
Variação de capital de giro	-126%	(460)	118	52	117%	(341)	77	-542%
Resultado financeiro	-113%	(123)	16	(123)	-113%	(107)	(294)	-64%
Ajustes não caixa - Resultado financeiro	-105%	98	(5)	83	-106%	93	228	-59%
Geração de caixa operacional	**-413%**	**(159)**	**498**	**83**	**500%**	**338**	**161**	**110%**
Juros pagos por empréstimos	908%	(13)	(131)	(103)	27%	(144)	(111)	30%
Imposto de renda pago	92%	(24)	(46)	0	-100%	(70)	-	-100%
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**-263%**	**(196)**	**320**	**(20)**	**-1700%**	**124**	**50**	**148%**

Composição Caixa líquido da atividade operacional	Trimestre					Acumulado		
R$ milhões	Δ (%) t/t	1T21	2T21	2T20	Δ (%) a/a	6M21	6M20	Δ (%) a/a
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-263%	(196)	320	(20)	-1700%	124	50	148%
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	12%	(244)	(274)	(34)	706%	(519)	(76)	583%
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	-115%	519	(80)	(2)	3900%	439	(42)	-1145%
Ajuste de conversão (CTA)	-178%	18	(14)	5	-380%	4	45	-91%
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**-150%**	**96**	**(48)**	**(51)**	**-6%**	**49**	**(22)**	**-100%**

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

A geração de caixa operacional consolidada totalizou R$ 124 milhões nos 6M21, alta de 148% a/a, puxada principalmente pelo forte resultado operacional, refletido no aumento de 424% no EBITDA ajustado. Na contramão desse aumento estão principalmente (i) pagamento de impostos, explicado pelo aumento do lucro operacional, e (ii) investimentos em capital de giro, explicados por: (i) maximização das operações produtivas, com consequente aumento de volumes, (ii) aumento dos preços internacionais dos nossos principais produtos e matérias-primas, (iii) depreciação do Real frente ao Dólar, e (iv) início da operação Agro, com necessidade de constituição de estoques e contas a receber.

Caixa líquido usado nas atividades de investimentos

O fluxo de caixa das atividades de investimentos totalizou um desembolso de R$ 519 milhões, explicado pelos gastos com aquisições de imobilizado e intangível (Capex), em função principalmente dos investimentos necessários para o início das operações Agro em Sergipe e na Bahia. Esses gastos ficaram acima das nossas estimativas iniciais devido a: (i) manutenção adicional de equipamentos mais depreciados do que o previsto, e (ii) alocação do custo do uso do gás natural para partida das plantas, que não é convertido em produto.

Olhando adiante, entendemos que os investimentos mais críticos e mais custosos já foram concluídos, e acreditamos que o caixa líquido utilizado nas atividades de investimento deverá cair substancialmente nos próximos trimestres.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou uma entrada de R$ 439 milhões nos 6M21, principalmente explicada pela emissão de USD 110 milhões através da reabertura do bond 2026. Os recursos dessa emissão foram destinados para refinanciar dívidas de curto prazo, pré-pagar o saldo remanescente do bond 2024, e suportar os investimentos necessários para início das operações da Unigel Agro.

Ajustes de conversão

Efeito gerado pela conversão cambial das informações financeiras intermediárias da subsidiária do México e de Luxemburgo.

4. Endividamento e Alavancagem

Dívida líquida e Alavancagem	Em Milhoes de Reais			Em Milhoes de Dolares		
milhões R$ / US$	Jun-21	Dez-20	Δ (%)	Jun-21	Dez-20	Δ (%)
Circulante	365	403	-9%	73	77	-5%
Não Circulante	2.656	2.198	21%	531	423	26%
Dívida Bruta	**3.021**	**2.600**	**16%**	**604**	**500**	**21%**
(-) Caixa e Equivalentes	(673)	(624)	8%	(135)	(120)	13%
(-) Swap Accrual	(171)	(217)	-21%	(34)	(42)	-19%
Dívida Líquida	**2.178**	**1.760**	**24%**	**435**	**339**	**28%**
(/) EBITDA Ajustado (LTM)	**1.250**	**551**	**127%**	**232**	**106**	**119%**
(=) Alavancagem financeira	**1,74x**	**3,19x**	**-1,45x**	**1,88x**	**3,20x**	**-1,32x**

A dívida líquida da Unigel totalizou R$ 2,18 bilhões em 30 de junho de 2021, aumento de 24% na comparação com 31 de dezembro de 2020, explicado pela captação de USD 110 milhões através da reabertura do bond 2026, com parte dos recursos sendo direcionados para investimentos em capital de giro em capex, principalmente relacionados ao segmento Agro.

Em termos de alavancagem, o crescimento de 127% no EBITDA ajustado dos últimos 12 meses superou o aumento da dívida líquida, resultado na queda da alavancagem para 1,74x em junho de 2021.

Para mitigar o efeito da alta volatilidade do câmbio brasileiro, estendemos nossa estratégia de hedge cambial para proteção de 100% do bond 2026, apenas para o principal e no vencimento (2026), nos seguintes termos:

i. Contrato de USD 200 milhões, com limitador baixa em 4,15 R$/US$ e de alta 5,60 R$/US$, com custo financeiro de 100% do CDI menos 3,45%;
ii. Contrato de USD 110 milhões, com limitador baixa em 5,40 R$/US$ e de alta 8,00 R$/US$, com custo financeiro de 63% do CDI;
iii. Dois contratos no total de USD 220 milhões, com limitador baixa em 5,00 R$/US$ e de alta 7,50 R$/US$, com custo financeiro de 61% do CDI;

5. Segmento de Estirênicos

Tintas e Revestimentos (Monômero de Estireno)

Plásticos – ABS e SAN (Monômero de Estireno)

Produtos Descartáveis (Poliestireno)

Bens de Consumo Duráveis (Poliestireno)

Indústria de Celulose (Látex)

Estirênicos Volume de Vendas *em tons*	Trimestre					Acumulado		
	Δ (%) t/t	1T21	2T21	2T20	Δ (%) a/a	6M21	6M20	Δ (%) a/a
Brasil	**-17%**	**84.210**	**70.149**	**41.224**	**70%**	**154.359**	**109.600**	**41%**
Monômero de estireno	-9%	33.256	30.327	17.291	75%	63.583	45.110	41%
Poliestireno	-27%	41.294	30.270	17.553	72%	71.564	50.005	43%
Látex	-1%	9.660	9.552	6.380	50%	19.212	14.486	33%
Outros Países	**71%**	**8.338**	**14.289**	**7.410**	**93%**	**22.627**	**16.221**	**39%**
Monômero de estireno	-33%	489	329	-	100%	818	-	100%
Poliestireno	79%	7.615	13.660	7.247	88%	21.275	15.941	33%
Látex	28%	234	300	163	84%	534	280	91%
Total	**-9%**	**92.548**	**84.438**	**48.634**	**74%**	**176.986**	**125.822**	**41%**

Nota: Não inclui vendas entre empresas do grupo e não inclui monômero de estireno utilizado nas produções de poliestireno e látex

Referências Internacionais - Estirênicos *em (US$/t)*	Trimestre					Acumulado		
	Δ (%) t/t	1T21	2T21	2T20	Δ (%) a/a	6M21	6M20	Δ (%) a/a
Matérias Primas								
Benzeno [1]	50%	683	1.027	472	118%	855	609	40%
Eteno [2]	19%	1.046	1.241	825	50%	1.144	948	21%
Mix Matéria-prima [3]	40%	774	1.080	560	93%	927	694	34%
Produtos								
Estireno [4]	51%	1.030	1.560	534	192%	1.295	667	94%
Poliestireno [5]	8%	1.388	1.493	881	69%	1.441	980	47%
Spreads								
Estireno	87%	256	479	(26)	1942%	368	(27)	1463%
Poliestireno	-33%	614	413	321	29%	513	286	79%

(1) IHS - Benzene | Contract-Market Domestic | FOB US Gulf Coast | (n-1)

(2) IHS - Ethylene | Contract-Market Pipeline | Delivered W. Europe | (n-1)

(3) Mix Matéria-prima | 25% Ethylene + 75% Benzene

(4) IHS - Styrene | Spot | FOB US Gulf Coast | (n-1)

(5) IHS - Polystyrene (PS) | Spot | CFR Hong Kong | (n-1)

Comentário do Desempenho

UNIGEL

Release de Resultados

2T21

Resultado - Estirênicos	Trimestre					Acumulado		
R$ milhões	Δ (%) t/t	1T21	2T21	2T20	Δ (%) a/a	6M21	6M20	Δ (%) a/a
Receita líquida	23%	716	882	246	259%	1.598	664	141%
Custo do produto vendido	18%	(501)	(589)	(248)	138%	(1.090)	(625)	74%
Lucro Bruto	36%	215	293	(2)	14750%	508	39	1203%
Margem Bruta	*3,2p.p.*	*30,0%*	*33,2%*	*-0,8%*	*34,1p.p.*	*31,8%*	*5,9%*	*25,9p.p.*
Despesas com vendas, gerais e adm. (SG&A)	100%	(8)	(16)	(4)	300%	(24)	(12)	100%
Outras receitas (despesas) operacionais	100%	0	181	(1)	18200%	181	(1)	18200%
Lucro operacional	121%	207	458	(7)	6643%	665	26	2458%
Depreciação e amortização	7%	15	16	17	-6%	31	33	-6%
EBITDA	114%	222	474	10	4640%	696	60	1060%
(Perda) ganho na venda de ativos	-	-	0	1	-100%	0	1	-100%
Parada operacional de planta	-	0	0	14	-100%	1	14	-93%
Recuperação de ICMS na Base de PIS/ COFINS	-100%	-	(178)	-	-100%	(178)	-	-100%
Restruturação - indenizações	-	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA Ajustado	33%	223	296	25	1084%	519	74	601%
Margem EBITDA	*2,4p.p.*	*31,1%*	*33,5%*	*10,2%*	*23,4p.p.*	*32,5%*	*11,1%*	*21,3p.p.*
Receita líquida (US$ milhões)	***27%***	***131***	***166***	***46***	***261%***	***297***	***141***	***111%***
EBITDA Ajustado (US$ milhões)	***34%***	***41***	***55***	***5***	***1000%***	***96***	***16***	***500%***

Receita líquida

A receita líquida de Estirênicos totalizou R$ 1,60 bilhão nos 6M21, crescimento de 141% a/a, explicado principalmente por: (i) crescimento de 41% no total de toneladas vendidas do segmento, sendo 43% para estireno e 41% para poliestireno, e (ii) aumentos de 94% nos preços internacionais do estireno e de 47% no poliestireno. Aqui cabe ressaltar que, o 2T20 foi o mais impactado pela pandemia do Covid-19, quando precisamos fechar temporariamente parte de nossas operações.

Na comparação trimestral, a receita líquida totalizou R$ 882 milhões no 2T21, crescimento de 259% na comparação com 2T20, puxado por aumento de volumes preços, dada a abrupta queda de demanda no 2T20 em função da pandemia. Na comparação com 1T21 o crescimento foi de 23%, principalmente explicado pelos aumentos nos preços internacionais de 51% para estireno e 8% para poliestireno.

Custo do produto vendido (CPV) e margem bruta

O CPV do segmento de estirênicos totalizou R$ 1,09 bilhão nos 6M21, crescimento de 74% a/a, influenciado pelo aumento nos volumes de venda de SM e PS mencionados anteriormente combinado a aumentos de 40% e 21% nos preços do benzeno e eteno, respectivamente. Com isso, o lucro bruto do segmento de Estirênicos totalizou R$ 508 milhões nos 6M21, resultando em uma margem bruta de 31,8% - nos 6M20, o lucro bruto havia sido de R$ 39 milhões, com margem bruta de 5,9%.

Na comparação trimestral, o CPV totalizou R$ 589 milhões, crescimento de 138% a/a, mais uma vez explicado pelo aumento de volumes, dada a parada de parte das operações no 2T20 devido a pandemia. Na comparação com 1T21 o crescimento foi de 18%, explicado pelos aumentos de 50% e 19% nos preços

internacionais do benzeno e eteno, respectivamente. Com isso, o lucro bruto do período totalizou R$ 293 milhões, com margem bruta de 33,2%.

Despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A)

As despesas com vendas, gerais e administrativas do segmento de Estirênicos totalizaram R$ 24 milhões nos 6M21, crescimento de 100% a/a. Essa variação é explicada por eventos extraordinários no 2T20 relacionados a pandemia, tais como redução dos salários e carga horária dos colaboradores em regime de home-office, e adesão a programas do governo visando a manutenção de empregos, que permitiram reduzir os pagamentos realizados no período.

Na comparação trimestral o SG&A totalizou R$ 16 milhões, crescimento de 300% na comparação com 2T20, com a mesma explicação da comparação anual, e de 100% na comparação com 1T21, explicada principalmente pela provisão para crédito de liquidação duvidosa realizada no 2T21, referente a apenas um cliente.

EBITDA ajustado e Margem EBITDA

Em conclusão, o EBITDA ajustado de Estirênicos totalizou R$ 519 milhões nos 6M21, crescimento de 601% a/a, tendo dois principais fatores: (i) o aumento dos volumes de vendas, com todas as plantas operando em condições de mercado excelentes; e (ii) o aumento dos spreads internacionais dos principais produtos. Cabe ressaltar que o 2T20 foi fortemente impactado pela pandemia de Covid-19, com abrupta redução de preços de produtos e matérias primas e paralisação de parte das nossas operações.

Na comparação trimestral o EBITDA de Estirênicos totalizou R$ 296 milhões nos 6M21, alta de 1.084% na comparação com o 2T20, em função do impacto da pandemia citado anteriormente. Na comparação com 1T21 houve um crescimento de 33%, explicado principalmente pelo aumento dos spreads internacionais do estireno.

Comentário do Desempenho

UNIGEL

Release de Resultados

2T21

6. Segmento de Acrílicos

Fibra de Carbono (Acrilonitrila)

Fibra Acrílica (Acrilonitrila)

Acrilamida (Acrilonitrila)

Tintas e Revestimentos (MMA)

Chapas Acrílicas (MMA)

Fachadas em Acrílico (Chapas Acrílicas Cast)

Mineração (Cianeto de Sódio)

Galvanoplastia (Cianeto de Sódio)

Acrílicos Volume de Vendas *em tons*	Trimestre					Acumulado		
	Δ (%) t/t	1T21	2T21	2T20	Δ (%) a/a	6M21	6M20	Δ (%) a/a
Brasil	1%	**9.659**	**9.780**	**6.755**	45%	**19.438**	**15.111**	29%
Nitrilas (1)	-3%	2.434	2.369	1.974	20%	4.803	3.959	21%
Metacrilatos (2)	9%	3.619	3.950	1.985	99%	7.569	4.924	54%
Cianeto de Sódio (3)	-4%	3.606	3.461	2.797	24%	7.066	6.227	13%
Outros Países	64%	**22.966**	**37.649**	**13.876**	171%	**60.615**	**27.990**	117%
Nitrilas (1)	98%	13.399	26.483	2.789	850%	39.882	7.643	422%
Metacrilatos (2)	61%	3.764	6.054	4.607	31%	9.818	9.000	9%
Cianeto de Sódio (3)	-42%	1.380	800	1.580	-49%	2.180	2.540	-14%
Chapas Acrílicas (4)	-3%	4.424	4.311	4.900	-12%	8.735	8.807	-1%
Total	45%	**32.625**	**47.428**	**20.631**	130%	**80.053**	**43.101**	86%

Notas: Não considera vendas entre empresas do grupo.
(1) Contempla vendas de Acrilonitrila e Acetonitrila. Não considera vendas da operação brasileira para revenda pelo México.
(2) Contempla vendas de Metil Metacrilato, Etil Metacrilato e Ácido Metacrílico. Não considera vendas da operação brasileira para revenda pelo México.
(3) Contempla vendas de Cianeto de Sódio em base líquida e sólida.
(4) Contempla apenas operação de Chapas Acrílicas no México.

Referências Internacionais - Acrílicos *em (US$/t)*	Trimestre					Acumulado		
	Δ (%) t/t	1T21	2T21	2T20	Δ (%) a/a	6M21	6M20	Δ (%) a/a
Matérias Primas								
Propeno [1]	0%	1.451	1.448	588	146%	1.450	654	122%
Acetona [2]	18%	947	1.114	662	68%	1.031	644	60%
Produtos								
Acrilonitrila [4]	41%	1.889	2.655	1.056	151%	2.272	1.221	86%
MMA [5]	24%	2.114	2.614	1.358	92%	2.364	1.444	64%
Spreads								
Acrilonitrila	176%	438	1.207	468	158%	823	567	45%
MMA	29%	1.166	1.500	696	116%	1.333	800	67%

(1) Fonte: HIS - Propylene | Contract-Benchmark Stream Value | Delivered United States | (n-1)
(2) Fonte: HIS - Acetone | Spot| Northeast Asia CRF Asia/China MP | (n-1)
(4) Fonte: HIS - Acrylonitrile | Spot Import, Average (High; Low) | CFR Far East | (n)
(5) Fonte: IHS – MMA Spot - Average (Northeast Asia; West Europe) | (n)

Resultado – Acrílicos	Trimestre	Acumulado

Comentário do Desempenho

UNIGEL

Release de Resultados

2T21

R$ milhões	Δ (%) t/t	1T21	2T21	2T20	Δ (%) a/a	6M21	6M20	Δ (%) a/a
Receita líquida	49%	**562**	**839**	**252**	233%	**1.401**	**489**	187%
Custo do produto vendido	64%	(425)	(695)	(213)	226%	(1.119)	(424)	164%
Lucro Bruto	6%	**137**	**145**	**40**	263%	**282**	**65**	334%
Margem Bruta	*-7,2p.p.*	*24,4%*	*17,2%*	*15,7%*	*1,6p.p.*	*20,1%*	*13,3%*	*6,8p.p.*
Despesas com vendas, gerais e adm. (SG&A)	-24%	(29)	(22)	(20)	10%	(51)	(42)	21%
Outras receitas (despesas) operacionais	1060%	5	58	(2)	3000%	63	(0)	100%
Lucro operacional	60%	**113**	**181**	**18**	906%	**294**	**23**	1178%
Depreciação e amortização	9%	22	24	24	-	46	46	-
EBITDA	52%	**135**	**205**	**42**	388%	**340**	**69**	393%
(Perda) ganho na venda de ativos	-	0	0	0	-	0	0	-
Parada operacional de planta	-	0	0	15	-100%	1	24	-96%
Recuperação de ICMS na Base de PIS/ COFINS	-100%	-	(60)	-	-100%	(60)	-	-100%
Restruturação - indenizações	-	-	-	0	-	-	0	-
EBITDA Ajustado	7%	**135**	**145**	**57**	154%	**280**	**93**	201%
Margem EBITDA	*-6,7p.p.*	*24,0%*	*17,3%*	*22,7%*	*-5,4p.p.*	*20,0%*	*19,0%*	*1,0p.p.*
Receita líquida (US$ milhões)	***53%***	***103***	***158***	***47***	***236%***	***261***	***101***	***158%***
EBITDA Ajustado (US$ milhões)	***8%***	***25***	***27***	***11***	***145%***	***52***	***19***	***174%***

Receita líquida

A receita líquida do segmento de Acrílicos totalizou R$ 1,40 bilhão nos 6M21, alta de 187% a/a, em função principalmente (i) do aumento de 297% no volume de vendas de acrilonitrila, em virtude de maior tempo de operação, uma vez que foi a planta foi paralisada em março de 2020 em função da pandemia do COVID-19; (ii) do aumento nos preços internacionais dos nossos principais produtos; e (iii) das oportunidades comerciais de exportação em função do problema generalizado de oferta no mercado internacional, devido à tempestade de inverno ocorrida no Texas (EUA).

Na comparação trimestral a receita líquida de Acrílicos totalizou R$ 839 milhões, alta de 233% a/a, também explicado principalmente pelo aumento do volume de acrilonitrila e aumento dos preços internacionais. Na comparação com 1T21 o crescimento foi de 49%, em função principalmente do aumento de 45% no volume total de toneladas vendidas, explicado por uma maior eficiência operacional nas plantas da Bahia.

Custo do produto vendido (CPV) e margem bruta

O CPV do segmento de Acrílicos totalizou R$ 1,12 bilhão nos 6M21, alta de 164% a/a, puxado principalmente pelo aumento dos volumes de vendas, em especial da acrilonitrila, mas também influenciado pelo aumento dos preços internacionais das principais matérias-primas. Com isso, conseguimos ampliar nossa margem bruta para 20,1%, alta de 6,8 p.p. a/a, resultando em um lucro bruto de R$ 282 milhões, alta de 334% a/a.

Na comparação trimestral o CPV de Acrílicos totalizou R$ 695 milhões, alta de 226% a/a, também puxado principalmente pelo aumento do volume de acrilonitrila e aumento de preços internacionais. Na comparação com 1T21, o crescimento foi de 64%, principalmente relacionado ao aumento dos volumes vendidos. Com isso, o lucro bruto de Acrílicos totalizou R$ 145 milhões, alta de 263% a/a e 6% q/q.

Despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A)

As despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R$ 51 milhões no 6M21, representando aumento de 21% na comparação com 6M20, influenciado principalmente por dois fatores pontuais relacionados à nossas operações no México: (i) variação cambial sobre os gastos fixos dolarizados e (ii) realocação de gastos relacionados às plantas de metacrilatos e ácido sulfúrico, que foram hibernadas ao longo de 2020. Com isso, os gastos com manutenção básica das plantas, que antes ficavam no CPV, tiveram que ser realocados para despesas administrativas.

Na comparação trimestral os gastos com SG&A de Acrílicos totalizaram R$ 22 milhões, representando um crescimento de 10% na comparação com 2T20, pelos mesmos motivos da comparação semestral, e uma redução de 24% na comparação com 1T21, também influenciado pelas despesas das operações no México.

EBITDA ajustado e Margem EBITDA

Em conclusão, o EBITDA Ajustado do negócio de Acrílicos totalizou R$ 280 milhões nos 6M21, representando um aumento de 201% a/a, explicado principalmente pelo aumento dos volumes vendidos, dada maior eficiência das plantas localizadas na Bahia versus uma baixa performance do 2T20, quando precisamos paralisar parte das nossas operações em função da pandemia do Covid-19 no Brasil.

Na comparação trimestral, o EBITDA ajustado totalizou R$ 145 milhões no 2T21, representando crescimentos de 154% na comparação com 2T20, devida a maior eficiência das plantas mencionada na comparação semestral, e de 7% na comparação com 1T21, explicado principalmente pelo aumento do volume de vendas de acrilonitrila e MMA.

7. Agro

Fertilizantes

(Sulfato de amônio e Ureia)

Madeira compensada

(Ureia)

Agropecuária

(Ureia)

Curtume

(Sulfato de amônio)

Laboratório e Químicos

(Amônia e Sulfato de amônio)

Agro	Trimestre					Acumulado		
Volume de Vendas *em tons*	Δ (%) t/t	1T21	2T21	2T20	Δ (%) a/a	6M21	6M20	Δ (%) a/a
Brasil	201%	**39.353**	**118.538**	**18.418**	544%	**157.891**	**56.188**	181%
Ureia	100%	-	77.639	-	100%	77.639	-	100%
Sulfato de Amônio	-7%	36.200	33.604	18.418	82%	69.804	56.188	24%
Amônia	131%	3.152	7.295	-	100%	10.447	-	100%
ARLA-32	0%	-	-	-	0%	-	-	0%
Total	201%	**39.353**	**118.538**	**18.418**	544%	**157.891**	**56.188**	181%

Nota: Não considera vendas entre empresas do grupo.

Resultado – Agro	Trimestre					Acumulado		
R$ milhões	Δ (%) t/t	1T21	2T21	2T20	Δ (%) a/a	6M21	6M20	Δ (%) a/a
Receita líquida	221%	**81**	**260**	**19**	1268%	**341**	**54**	531%
Custo do produto vendido	184%	(73)	(207)	(23)	800%	(280)	(58)	383%
Lucro Bruto	563%	**8**	**53**	**(4)**	1425%	**61**	**(4)**	1625%
Margem Bruta	*11,0p.p.*	*9,5%*	*20,5%*	*-20,4%*	*40,9p.p.*	*17,9%*	*-6,7%*	*24,6p.p.*
Despesas com vendas, gerais e adm. (SG&A)	150%	(2)	(5)	(1)	400%	(6)	(4)	50%
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(0)	(0)	(0)	-	(0)	1	-100%
Lucro operacional	717%	**6**	**49**	**(5)**	1080%	**55**	**(7)**	886%
Depreciação e amortização	-	9	9	5	80%	17	10	70%
EBITDA	280%	**15**	**57**	**(1)**	5800%	**72**	**4**	1700%
(Perda) ganho na venda de ativos	-	-	-	-	-	-	-	-
Parada operacional de planta	-	-	-	-	-	-	-	-
Recuperação de ICMS na Base de PIS/ COFINS	-	-	-	-	-	-	-	-
Restruturação - indenizações	-	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA Ajustado	280%	**15**	**57**	**(1)**	5800%	**72**	**4**	1700%
Margem EBITDA	*4,2p.p.*	*17,9%*	*22,1%*	*-2,8%*	*24,9p.p.*	*21,1%*	*7,2%*	*13,9p.p.*
Receita líquida (US$ milhões)	***233%***	***15***	***50***	***3***	***1567%***	***65***	***11***	***491%***
EBITDA Ajustado (US$ milhões)	***267%***	***3***	***11***	***(0)***	***100%***	***14***	***1***	***1300%***

Receita líquida

Até 30 de junho de 2021, nossas operações Agro ainda estavam limitadas a (i) produção de sulfato de amônio extraído da cadeia produtiva do segmento de Acrílicos, e (ii) início das operações da planta de ureia de Laranjeiras (SE), que passaram a operar em estabilidade em maio deste ano. A planta de ureia de Camaçari (BA) foi partida apenas ao final de junho, ainda sem impacto relevante no 2T21. Dessa forma, apesar do expressivo crescimento, os resultados do segmento ainda não refletem todo o potencial de geração esperada para esta operação, que esperamos atingir ao longo do segundo semestre do ano.

Isto posto, a receita líquida do segmento Agro totalizou R$ 341 milhões nos 6M21, representando um crescimento de 531% a/a, explicado principalmente pelo início das operações da planta de ureia em Sergipe, com mais de 77 mil toneladas vendidas no 2T20.

Na comparação trimestral, a receita líquida de Agro totalizou R$ 260 milhões no 2T21, representando crescimentos de 1.268% e de 221% nas comparações com 2T20 e 1T21, respectivamente, também explicados principalmente pelo início da operação da planta de Sergipe.

Custo dos produtos vendidos (CPV) e margem bruta

O custo do produto vendido do segmento Agro totalizou R$ 280 milhões nos 6M21, alta de 383% a/a. Na comparação trimestral, o CPV totalizou R$ 207 milhões no 2T21, representando crescimentos de 800% a/a e 184% q/q. Em todas as comparações os crescimentos são explicados principalmente pelo início da operação da planta de Sergipe, em maio deste ano.

Mesmo que ainda parcial, o início dessa operação já contribui para o aumento da margem bruta do segmento, que ficou em 20,5% no 2T21, alta de 11,0 p.p. na comparação com 1T21, quando estávamos operando apenas o negócio de sulfato de amônio. Com isso, o lucro bruto do segmento totalizou R$ 53 milhões no 2T21, alta de 563% q/q.

Despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A)

As despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R$ 6 milhões nos 6M21, alta de 50% a/a, principalmente pelo reforço do nosso time comercial e maior alocação de despesas administrativas dado o crescimento da operação.

EBITDA ajustado e Margem EBITDA

O EBITDA Ajustado do segmento Agro totalizou R$ 72 milhões nos 6M21, alta de 1.700% a/a. Na comparação trimestral, o EBITDA ajustado totalizou R$ 57 milhões no 2T21, representando expressivos crescimentos nas comparações ano/ano e trimestre/trimestre.

Assim como no lucro bruto, todos os crescimentos estão principalmente relacionados ao início da operação da planta Sergipe que, além de proporcionar maiores volumes, elevou também a margem EBITDA do segmento para 22,1% no 2T21, representando aumento de 4,2 p.p. na comparação com 1T21.

ANEXO I
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Ativo *R$ milhões*	jun-21	dez-20	Δ (%) a/a
Caixa e equivalentes de caixa	673	624	8%
Contas a receber de clientes	497	208	139%
Estoques	626	369	70%
Impostos e contribuições a recuperar	182	142	28%
Adiantamentos a fornecedores	72	47	53%
Depósito em garantia	88	0	100%
Outros ativos de curto prazo	72	69	4%
Total Ativo Circulante	**2.208**	**1.459**	**51%**
Impostos diferidos	494	603	-18%
Depósitos judiciais	16	16	0%
Derivativos	116	87	33%
Outros ativos de longo prazo	261	26	904%
Bens de direito de uso	362	356	2%
Imobilizado e intangível	1.805	1.370	32%
Total Ativo Não Circulante	**3.054**	**2.457**	**24%**
TOTAL ATIVO	**5.263**	**3.917**	**34%**

Passivo *R$ milhões*	jun-21	dez-20	Δ (%) a/a
Empréstimos e financiamentos	365	403	-9%
Fornecedores	567	375	51%
Obrigações de direito de uso	88	80	10%
Impostos e contribuições a pagar	47	38	24%
Adiantamentos de clientes	104	83	25%
Derivativos e prêmios a pagar	102	0	100%
Outros passivos de curto prazo	121	115	-5%
Total Passivo Circulante	**1.395**	**1.093**	**28%**
Empréstimos e financiamentos	2.656	2.198	21%
Obrigações de direito de uso	308	309	0%
Impostos e contribuições a pagar	53	90	-41%
Impostos diferidos	117	117	0%
Benefícios pós-emprego	42	39	8%
Provisão para contingências	10	12	-17%
Outros passivos de longo prazo	0	0	0%
Total Passivo Não Circulante	**3.187**	**2.766**	**15%**
Capital social	276	276	0%
Outros resultados abrangentes	-312	-231	35%
Reservas de lucros	3	12	-75%
Lucros (prejuízos) acumulados	713	0	100%
Total Patrimônio Líquido	**681**	**57**	**1095%**
TOTAL PASSIVO	**5.263**	**3.917**	**34%**

ANEXO II
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO

Resultado consolidado	Trimestre					Acumulado		
R$ milhões	Δ (%) t/t	1T21	2T21	2T20	Δ (%) a/a	6M21	6M20	Δ (%) a/a
Receita líquida	**44%**	**1.337**	**1.923**	**517**	**272%**	**3.260**	**1.208**	**170%**
Custo do produto vendido	47%	(977)	(1.432)	(483)	196%	(2.409)	(1.107)	118%
Lucro Bruto	**36%**	**360**	**491**	**34**	**1344%**	**851**	**101**	**743%**
Margem Bruta	*-1,4p.p.*	*26,9%*	*25,5%*	*6,5%*	*19,0p.p.*	*26,1%*	*8,3%*	*17,8p.p.*
Despesas com vendas, gerais e adm. (SG&A)	17%	(41)	(48)	(29)	66%	(88)	(66)	33%
Outras receitas (despesas) operacionais	11950%	2	241	(3)	8133%	243	(1)	24400%
Lucro operacional	**113%**	**321**	**684**	**2**	**34100%**	**1.006**	**34**	**2859%**
Resultado financeiro	113%	(123)	16	(123)	113%	(107)	(294)	-64%
Imposto de renda e contribuição social	230%	(44)	(145)	23	-730%	(190)	16	-1288%
Resultado líquido	**260%**	**154**	**555**	**(99)**	**661%**	**709**	**(244)**	**391%**

ANEXO III
FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO

Fluxo de Caixa Consolidado	Trimestre					Acumulado		
R$ milhões	Δ (%) t/t	1T21	2T21	2T20	Δ (%) a/a	6M21	6M20	Δ (%) a/a
Lucro (prejuízo) líquido do período	**260%**	**154**	**555**	**(99)**	**661%**	**709**	**(244)**	**391%**
Ajustes para:	**-151%**	**156**	**(80)**	**113**	**-171%**	**77**	**289**	**-73%**
Depreciação e amortização	6%	47	50	48	4%	97	93	4%
Juros de arrendamentos	0%	8	8	1	700%	16	8	100%
Provisão para contingências	300%	1	4	(1)	500%	5	3	67%
Provisão para perda de crédito esperada	100%	-	4	(6)	167%	4	(1)	500%
Provisão de perda de estoques	1100%	1	12	4	200%	13	4	225%
Impostos diferidos	860%	10	96	(17)	665%	106	(39)	372%
Derivativos	177%	(133)	103	(56)	284%	(30)	(243)	-88%
Juros e variação cambial de empréstimos	-148%	222	(106)	134	-179%	116	486	-76%
Juros sobre impostos parcelados	0%	0	0	(0)	0%	1	1	0%
(Ganho) perda na venda de imobilizado	0%	(0)	0	1	-100%	0	1	-100%
ICMS na base de calculo do PIS/Cofins	-100%	-	(240)	-	-100%	(240)	-	-100%
Empréstimos compulsório - Eletrobras	0%	-	-	0	0%	-	(28)	-100%
Juros de fornecedores	100%	-	1	4	-75%	1	4	-75%
Atualização sobre crétido de PIS/COFINS	-100%	-	(11)	-	-100%	(11)	-	-100%
Lucro (prejuízo) ajustado	**53%**	**310**	**475**	**14**	**3292%**	**785**	**45**	**1644%**
Variações em ativos e passivos:	**-105%**	**(469)**	**22**	**69**	**-68%**	**(447)**	**116**	**-485%**
Contas a receber	-50%	(205)	(102)	9	-1233%	(307)	(14)	2093%
Estoques	-5%	(141)	(134)	74	-281%	(275)	2	-13850%
Fornecedores	1844%	9	175	(19)	1021%	184	101	82%
Impostos (Líquidos, a recuperar - a pagar)	1700%	1	18	(9)	300%	19	19	-53%
Créditos contratuais	-87%	(76)	(10)	-	-100%	(86)	-	-100%
Outros (líquido, ativos - passivos)	229%	(58)	75	15	400%	17	8	113%
Geração de caixa operacional	**413%**	**(159)**	**498**	**83**	**500%**	**338**	**161**	**110%**
Juros pagos por empréstimos	908%	(13)	(131)	(103)	27%	(144)	(111)	30%
Imposto de renda pago	92%	(24)	(46)	0	-100%	(70)	-	-100%
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**263%**	**(196)**	**320**	**(20)**	**1700%**	**124**	**50**	**148%**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**12%**	**(244)**	**(274)**	**(34)**	**706%**	**(519)**	**(76)**	**583%**
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	5%	(244)	(256)	(24)	967%	(500)	(66)	658%
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	-133%	3	(1)	0	-100%	2	0	100%
Transferência de contas correntes	-100%	-	(20)	(10)	100%	(20)	(10)	100%
Pagamento de prêmios	200%	(3)	3	-	100%	-	-	0%
Geração de caixa após atividades de investimentos	**110%**	**(440)**	**46**	**(54)**	**185%**	**(394)**	**(26)**	**1415%**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	**-115%**	**519**	**(80)**	**(2)**	**3900%**	**439**	**(42)**	**1145%**
Captações de empréstimos e financiamentos	-78%	677	151	26	481%	828	55	1405%
Derivativos	-3700%	1	(36)	(6)	500%	(35)	(6)	483%
Pagamentos direito de uso	4%	(24)	(25)	(18)	39%	(49)	(34)	44%
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	50%	(122)	(183)	(7)	2514%	(305)	(57)	435%
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	**-143%**	**79**	**(34)**	**(56)**	**-39%**	**45**	**(68)**	**166%**
Saldo de caixa no início do período	16%	624	721	411	75%	624	382	63%
Ajuste de conversão (CTA)	-178%	18	(14)	5	-380%	4	45	-91%
Saldo de caixa no encerramento do período	-7%	721	673	360	87%	673	360	87%

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Unigel Participações S.A., constituída em 24 de setembro de 2005, (a seguir denominada "Unigel", "Grupo" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, bairro Brooklin, na cidade e estado de São Paulo. Estas informações financeiras intermediárias contemplam a Companhia e suas controladas (a seguir denominados como "Grupo"), que são sociedades anônimas de capital fechado, com exceção da Unigel Distribuidora que é uma empresa limitada.

A Companhia atua como empresa "*holding*" sendo controladora de sociedades que se dedicam a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos químicos na cadeia de acrílicos, estirênicos e fertilizantes ("Agro"). Também assessora suas controladas na gestão das áreas de controladoria, finanças, jurídica, planejamento, gestão de pessoas e tecnologia da informação. É integrante do Grupo Unigel o qual foi constituído em 1964.

Em 30 de junho de 2021 o Grupo é formado pelas seguintes empresas controladas:

		% Participação		Produtos principais
Empresas	**País**	**30/06/2021**	**31/12/2020**	
Proquigel Química S.A.	Brasil	99,9%	99,9%	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio e potássio, sulfato de amônia, ácido metacrílio glacial, uréia e ARLA.
Unigel Distribuidora Ltda.	Brasil	99,9%	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo.
Unigel Luxembourg S.A.	Luxemburgo	99,9%	99,9%	Gestão de ativos financeiros em mercado de capitais.
Unigel Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Brasil	99,9%	99,9%	Comercialização de energia elétrica.
Unigel Plásticos S.A.	Brasil	99,9%	99,9%	Placas de acrílicos e resinas acrílicas.
Companhia Brasileira de Estireno e subsidiárias:	Brasil	99,9%	99,9%	Estireno, poliestireno, etilbenzeno, tolueno, acrilonitrila, ácido cianídrico e acetona cianídrica.
Unigel Inc.	EUA	99,9%	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo.
Plastiglás de México, S.A. de C.V.	México	99,9%	99,9%	Placas de acrílicos, resinas acrílicas e revenda de placas de policarbonatos.
Unigel Holdings, S.A. de C. V. e subsidiárias:	México	99,9%	99,9%	Holding intermediária.
Unigel Acrílicos, S.A. de C.V.	México	99,9%	99,9%	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio e potássio e sulfato de amônia.
Metacril, S.A. de C.V.	México	99,9%	99,9%	Prestação de serviços a terceiros.
Distribuidora de Productos Plastiglas, S.A. de C.V.	México	99,9%	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo.

1.1. Movimentações societárias

A composição societária do Grupo não sofreu alterações em relação a 31 de dezembro de 2020.

Impactos à pandemia da COVID-19

No início da pandemia da COVID-19 o Grupo tomou diversas ações para se adequar as mudanças de demanda no mercado e para preservar o caixa no curto prazo. Ainda em 2020, apesar da continuidade da pandemia, o Grupo voltou a sua atividade usual e os efeitos verificados não trouxeram riscos de continuidade nem de necessidade de ajustes de estimativas contábeis que produzissem efeitos significativos nos negócios do Grupo e consequentemente em sua posição patrimonial e financeira. Em 2021, as operações do Grupo não foram impactadas de forma relevante em relação à pandemia da COVID-19, com exceção dos efeitos de apreciação do dólar frente ao real brasileiro, ainda que não seja possível atribuir esta apreciação somente aos efeitos da pandemia. O segmento de atuação do Grupo é considerado essencial e, assim, não teve suas operações interrompidas e está seguindo as determinações das legislações municipais e/ou estaduais em todo seu parque fabril. Nas dependências administrativas foi suspenso temporariamente o acesso aos escritórios, adotando-se o regime de *Home Office*.

Os níveis de estoques do Grupo permanecem normais e capazes de manter a capacidade produtiva dentro da normalidade, não tendo sido observada interrupção no fornecimento de insumos. Em relação aos recebíveis do Grupo, o setor não sofre, no momento, um aumento da inadimplência. O contexto operacional e econômico de longo prazo ao qual o Grupo está inserido permanece assegurando a manutenção da recuperabilidade esperada de seus ativos não financeiros, sejam investimentos, imobilizado e créditos fiscais.

O Grupo está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação da COVID-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações do Grupo não tenham sido afetadas de forma relevante em 2021, a administração do Grupo não tem como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados à pandemia da COVID-19 que possam trazer reflexos para o Grupo, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas.

2. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional *IAS 34 – Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários Estão identificadas como “Controladora” e “Consolidado” respectivamente.

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 06 de agosto de 2021.

Todas as avaliações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração do Grupo definiu que sua moeda funcional é o Real, com exceção das suas subsidiárias no México, Luxemburgo e Estados Unidos da América, cuja moeda funcional é o dólar americano.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma continua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras intermendiárias estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6.1 -** Consolidação: determinar se o Grupo detém de fato o controle sobre as investidas;
- **Nota explicativa nº 6.15 –** Prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

4.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

Informações sobre premissas e estimativas incertas que possuem um risco significativo de ajuste material nas informações financeiras intermediárias estão descritos nos tópicos abaixo:

- **Nota explicativa nº 8 –** Contas a receber de clientes: mensuração da perda esperada de crédito com premissas de perda esperada.
- **Nota explicativa nº 9 -** Estoques: o Grupo avalia mensalmente o valor realizável dos estoques para identificar o impairment através de uma análise do custo de produção versus o valor de realização.
- **Nota explicativa nº 12 –** Impostos diferidos: O Grupo avalia anualmente a disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias podem ser utilizados.
- **Nota explicativa nº 14 -** Imobilizado: O Grupo avalia anualmente a vida útil do ativo imobilizado por meio de pessoal técnico interno.
- **Nota explicativa nº 19 –** Benefícios pós-emprego: principal premissa atuarial.
- **Nota explicativa nº 20 -** Contingências: reconhecimento e mensuração de provisões e contingências, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos.

4.3. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, com reporte diretamente ao Diretor de Controladoria.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar o valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1**: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2**: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3**: inputs para ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs inobserváveis).

Se os inputs usados para mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo estiverem em diferentes níveis da hierarquia de valor justo, então a mensuração do valor justo é classificada inteiramente no mesmo nível hierárquico do input de menor nível que é significativo para a mensuração como um todo.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das informações financeiras intermediárias em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros.

5. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo;
- O ativo ou passivo líquido de benefícios pós emprego definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

6. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo foram aplicadas consistentemente a todos os exercícios/períodos apresentados nestas informações financeiras intermediárias.

6.1. Base de consolidação

6.1.1. Subsidiárias

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras intermediárias de controladas são incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas informações financeiras intermediárias da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

6.1.2. Perda de controle

Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

6.1.3. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Unigel na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

6.2. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

6.2.1. Transações em moedas estrangeiras

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pela taxa histórica na moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças resultantes da conversão dos seguintes itens são reconhecidas em ORA – Outros Resultados Abrangentes: qualificação do hedge de fluxo de caixa na medida em que o hedge é efetivo.

6.2.2. Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real, às taxas médias mensais.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

6.3. Instrumentos financeiros

6.3.1. Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. O contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

6.3.2. Classificação e mensuração subsequente

(i) *Ativos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ou ao Valor Justo por meio do Resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas aos pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou

VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(ii) *Ativos financeiros - Avaliação por modelo de negócio*

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo**.**

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

(iii) *Ativos financeiros - avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros*

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo);
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Termos contratuais que possam ajustar a taxa de juros de um ativo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(iv) *Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(v) *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

6.3.3.Desreconhecimento

(i) *Ativos financeiros*

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

(ii) *Passivos financeiros*

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes,

caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

6.3.4. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.3.5. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção de determinados passivos financeiros não derivativos.

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.

6.3.6. Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedge*s de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não

financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedge*s de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

6.3.7. Derivativos embutidos

Derivativos embutidos são componentes de um contrato híbrido que inclui também um componente principal não derivativo fazendo com que a totalidade ou parte dos fluxos de caixa do contrato principal seja modificada. O Grupo avaliou a existência e a necessidade de separação de derivativos embutidos em todos os seus contratos e, quando necessária a separação, efetuou a mensuração destes derivativos utilizando as mesmas práticas adotas para outros derivativos que o Grupo possui.

6.4. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo ponderado médio. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui os custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

O valor realizável líquido é a estimativa entre o valor de venda usual no curso normal dos negócios, deduzido dos custos de fabricação e venda.

6.5. Imobilizado

6.5.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os custos de ativos construídos pelo Grupo incluem materiais e mão de obra direta, assim como quaisquer outros custos necessários para o transporte e operacionalização do ativo da maneira esperada pela administração.

Compras de software que são necessárias para a funcionalidade de um ativo imobilizado são capitalizadas como parte do ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

6.5.2. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

6.5.3. Depreciação

Depreciação de um ativo imobilizado é iniciada quando o item está pronto para uso, ou seja, quando está no lugar e em condições necessárias para ser capaz de operar da forma idealizada pela Administração.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Itens do imobilizado	% de depreciação
Edifícios	5,19% a.a.
Máquinas e equipamentos	7,21% a.a.
Instalações, ferramentas e instrumentos	6,64% a.a.
Materiais de reposição (i)	7,75% a.a.
Benfeitorias em bens próprios	3,95% a.a.

(i) Este item refere-se a materiais específicos feitos sob medida que mantêm linhas produtivas específicas e, portanto, sua depreciação tem a mesma taxa que as máquinas relacionadas.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.5.4. Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como avaliação de mercado dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes.

6.5.5. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

O Grupo reconhece provisões para perdas de crédito esperadas (PCE) sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

A perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento é aquela que resulta de todos os eventos de *default* que podem ocorrer em toda a vida do instrumento.

O período máximo considerado para estimar a perda de crédito esperada é o período contratual máximo sobre o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e avaliação de garantias.

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

O Grupo avalia contas a receber de forma agregada considerando as características gerais do mercado interno e externo e segmento. Quando o ativo está vencido a mais de 90 dias, o Grupo avalia o título de forma individualizada, considerando garantias e a avaliação de crédito interna apurada pelo Comitê de Crédito.

O Grupo considera o ativo financeiro como inadimplente quando: (i) é altamente provável que a contraparte não pague integralmente as obrigações para com o Grupo, sem o Grupo recorrer as garantias (se houver); ou (ii) o ativo financeiro estiver vencido a mais de 90 dias.

Mensuração das PCEs

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui ”problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de

expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, exceto propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado.

6.6. Benefícios a empregados

6.6.1. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

6.6.2. Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

6.6.3. Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as informações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Os ganhos e perdas resultantes dos planos de benefício definido são reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Patrimônio líquido.

6.7. Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado da Companhia no período que ocorrem e quando há suficiente segurança de que eles serão recebidos.

O Grupo reconhece os incentivos fiscais estaduais oriundos do DESENVOLVE (BA) e PSDI (SE) e os incentivos federais provenientes do REIQ, LUCRO DA EXPLORAÇÃO - SUDENE e REINTEGRA, conforme especificados na nota explicativa nº 28 – Subvenções e assistências governamentais.

6.8. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, receitas de juros sobre empréstimos e recebíveis, resultado de derivativos, descontos de fornecedores e outras receitas financeiras.

As despesas financeiras incluem despesas com juros, descontos concedidos a clientes, impostos sobre receitas financeiras, juros de fornecedores, despesas de indexação, resultado de derivativos e outras despesas financeiras.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros são reportadas em uma base líquida na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras, dependendo se a variação cambial líquida é um ganho ou uma perda.

6.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período e exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

6.9.1. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e exercício.

6.9.2. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de informações financeiras intermediárias e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.10. Provisões

Uma provisão é criada quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, que pode ser estimado de forma confiável e, é provável que uma saída de fundos seja necessária para liquidar a obrigação.

6.11. Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contrapartida especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle de um bem para um cliente.

As informações a seguir fornecem a natureza e o momento da satisfação das obrigações de desempenho no contrato com o cliente:

6.11.1. Receita de Estirênicos, Acrílicos e Agro

(i) *Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos*

Os clientes obtêm o controle dos produtos de Estirênicos, Acrílicos e Agro conforme apresentado no item 6.11.2 - Reconhecimento de receita de acordo com o CPC 47 / IFRS 15. Os prazos de pagamento de faturas são determinados com base em uma análise de crédito realizada para cada cliente individualmente.

Desconto comercial pode ser concedido aos clientes com base na negociação, e eles representam uma redução do preço padrão. A nota fiscal é emitida pelo preço padrão menos a quantia de desconto comercial. Além disso, o Grupo pode conceder descontos aos clientes como incentivos para os clientes que anteciparem o pagamento.

Alguns contratos permitem que o cliente devolva o produto antes da aceitação.

6.11.2. Reconhecimento de receita de acordo com o CPC 47/ IFRS 15

A receita é reconhecida quando as mercadorias são aceitas pelo cliente em suas instalações com base nos seguintes tipos de frete:

Canal	Tipo de frete	Natureza e tempo de satisfação das obrigações de performance	Reconhecimento de receita
Rodoviário	Frete pago pelo vendedor	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas em suas instalações.	Reconhecido quando as mercadorias foram entregues e aceitas nas dependências do cliente.
Rodoviário	Frete pago pelo comprador	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são despachadas do depósito do Grupo.	Reconhecido no despacho da mercadoria.
Marítimo	Custo seguro e frete (cost insurance and freight)	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias chegam ao porto de destino.	Reconhecido quando o navio de carga chega ao porto de destino.
Marítimo	Free on board e custo e frete (cost and freight)	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são embarcadas no navio de carga.	Reconhecido quando as mercadorias são embarcadas no navio de carga.

6.12. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolvem atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos

segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Administração; da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos corporativos (primariamente a sede e administração da Companhia), resultados financeiros, e imposto de renda e contribuição social.

6.13. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período e exercício atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias no respectivo período e exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, entretanto, o Grupo não possuí nenhum efeito diluidor nos períodos e exercícios apresentados.

6.14. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA") individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras intemediárias conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias abertas, enquanto para as IFRSs representam informação financeira adicional.

6.15. CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

6.15.1. Definição de arrendamento

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação do contrato a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para arrendamentos de imóveis nas quais é um arrendatário, o Grupo optou por não separar os componentes que não são de arrendamento e os contabilizará como um único componente de arrendamento.

Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1) / IAS 17

Os arrendamentos são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo no encerramento do último exercício contábil.

A taxa de desconto foi calculada construindo uma curva de taxa de juros baseada no Bond do Grupo e Bonds de empresas comparáveis como vencimentos no intervalo de 5 a 10 anos, sendo os Bonds das empresas comparáveis ajustadas pelo spread médio, diferenças de classificação de cenário e qualquer outro spread específico de risco identificado. Para o primeiro ponto (D + 1) da curva, a taxa média efetiva de empréstimos e financiamentos do Grupo foi utilizada sem

ajustes. Para os pontos além de 10 anos, os títulos do governo brasileiro foram utilizados ajustado pelo spread histórico do Bond do Grupo em relação aos Títulos do governo brasileiro com data de vencimento similar.

Esses pontos futuros foram exponencialmente interpolados para construir uma curva de taxa de desconto com taxas de referência para todas as datas de pagamento. Essa curva foi usada para descontar todos os fluxos de caixa projetados na base de contratos de arrendamento operacional.

Os ativos de direito de uso são mensurados inicialmente por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados.

O Grupo não identificou indícios de perda por redução ao valor recuperável em seus ativos de direito de uso.

6.16. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As emissões/ alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021 não tiveram impactos nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. O Grupo também não adotou antecipadamente essas alterações na preparação destas informações financeiras intermediárias e não espera que terão um impacto significativo nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Grupo:

6.16.1. Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25 / IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo determinou que todos os contratos existentes em 30 de junho de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

6.16.2. Reforma na taxa de juros de referência – Fase 2 (Alterações ao CPC 48 / IFRS 9, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 / IFRS 7, CPC 11 / IFRS 4 e CPC 06 / IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as informações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de *hedge* decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a: (i) mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e (ii) contabilidade de *hedge*.

(i) *Mudanças na base para determinação dos fluxos de caixa*

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Em 30 de junho de 2021, o Grupo tem R$ 150.858 (R$ 148.945 em 31 de dezembro de 2020), em empréstimos bancários em LIBOR que serão objeto da reforma do IBOR. O Grupo espera que a taxa de juros de referência para estes empréstimos seja alterada para SONIA em 2021 e que nenhum ganho ou perda significativa na modificação surja como resultado da aplicação das alterações.

(ii) *Contabilidade de hedge*

As alterações fornecem exceções aos requerimentos de contabilidade de *hedge* nas seguintes áreas:

- Permitir a alteração da designação de uma relação de hedge para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma.
- Quando um item objeto de hedge em um *hedge* de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças exigidas pela reforma, o valor acumulado na reserva de *hedge* de fluxo de caixa será considerado com base na taxa de referência alternativa na qual os fluxos de caixa futuros objeto de hedge estão determinados.
- Quando um grupo de itens é designado como um item objeto de hedge e um item do grupo é alterado para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma, os itens objeto de hedge são alocados a subgrupos com base nas taxas de referência que estão sendo objeto de hedge.
- Se uma entidade espera razoavelmente que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável dentro de um período de 24 meses, ela não está proibida de designar a taxa como um componente de risco não contratualmente especificado se não for separadamente identificável na data de designação.

Em 30 de junho de 2021 o Grupo não possuía *hedges* relacionados ao risco da LIBOR.

(iii) *Divulgação*

As alterações exigirão que o Grupo divulgue informações adicionais sobre a exposição da entidade a riscos decorrentes da reforma da taxa de juros de referência e atividades de gestão de risco relacionadas.

(iv) *Transição*

O Grupo ainda não foi notificado sobre alterações nos seus contratos vinculados a taxa LIBOR.

6.16.3. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).

- Referência à Estrutura Conceitual (Alteração ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alteração ao CPC 26/IAS 1).

7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa do Grupo consistem em CDBs para as empresas localizadas no Brasil e depósitos *overnight* para subsidiárias no México e Luxemburgo. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento sem alteração significativa de valor:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	**31/12/2020**	**30/06/2021**	**31/12/2020**
Caixa em bancos em Reais	119	120	34.919	40.013
Caixa em bancos em Dólares	-	-	289.294	280.237
Certificados de depósitos bancários(1)	-	-	325.978	281.963
Investimentos de curto prazo em moeda estrangeira (2)	-	-	22.660	21.826
	119	**120**	**672.851**	**624.039**

(1) Investimentos em certificados de depósitos bancários - CDB com liquidez diária e rentabilidade média de aproximadamente 99,50% (99% em 31 de dezembro de 2020) da CDI. Estes investimentos podem ser resgatados a qualquer momento sem prejuízo da remuneração já apropriada.

(2) Investimentos com liquidez diária em pesos mexicanos com taxas de 7,15% a.a. (7,15% a.a. em 31 de dezembro de 2020) em média.

A análise do risco de crédito e mercado dos bancos que mantém o caixa e equivalentes de caixa com o Grupo estão divulgados na nota explicativa nº 27.3 – Estrutura de gerenciamento de risco.

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Mercado interno	325.691	115.390
Mercado externo	206.679	131.570
Partes relacionadas (Nota 10)	10.206	3.996
	542.576	**250.956**
(-) Perda de crédito estimada	(45.574)	(43.091)
	497.002	**207.865**

Perda de crédito estimada de contas a receber: refere-se a perda estimada invidualizada para a vigência do contrato exceto se houver garantia ou se na visão do comitê de crédito do Grupo houver expectativa de recuperação do valor. O título é baixado de forma definitiva quando não há qualquer expectativa de recuperação.

Os vencimentos dos títulos a receber estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
A vencer	460.158	182.642
Vencidos:		
Entre 1 e 30 dias	30.004	15.315
Entre 31 e 60 dias	3.036	5.116
Entre 61 e 90 dias	1.229	706
Acima de 91 dias	48.149	47.177
	542.576	**250.956**

As movimentações da provisão para perda de crédito estimada estão descritas abaixo:

	Consolidado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Saldo em 1º de janeiro	(43.091)	(37.349)
Adições	(3.606)	(1.115)
Baixas	309	207
Reversões	-	551
Variação cambial	838	(5.024)
Ajustes de conversão – subsidirárias no exterior	(24)	(361)
Saldo final	**(45.574)**	**(43.091)**

A análise do risco de crédito e mercado dos clientes estão divulgados na nota explicativa nº 27.3 – Estrutura de gerenciamento de risco.

9. Estoques

	Consolidado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Produto acabado	276.273	132.020
Produto em processo	8.636	5.230
Matérias primas	107.929	107.660
Materiais secundários	48.460	29.542
Almoxarifado	67.478	72.482
Estoque em trânsito	45.229	188
Estoque em poder de terceiros	71.518	22.368
	625.523	**369.490**

Os itens de estoques são apresentados ao custo ou seu valor realizável líquido, dos dois, o menor, entretanto apenas os produtos acabados possuem provisão para valor realizável líquido. Durante o período encerrado em 30 de junho de 2021, o valor de R$ 15.582 (R$ 3.636 em 31 de dezembro de 2020) foi reconhecido como uma redução de estoques em contrapartida do resultado do período, em custo dos produtos vendidos.

A movimentação do valor realizável líquido de estoques está a seguir demonstrada:

	Consolidado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Saldo em 1º de janeiro	**(3.636)**	**(2.132)**
Adições	(13.073)	(4.053)
Baixas	1.282	2.684
Ajustes de conversão – subsidiárias no exterior	(155)	(135)
Saldo final	**(15.582)**	**(3.636)**

Nos períodos apresentados não haviam estoques dados em garantia para empréstimos e financiamentos.

Notas Explicativas

10.Partes relacionadas

10.1Saldos patrimoniais

	Controladora 30/06/2021						
	Ativo			Passivo			
	Circulante		Não circulante	Circulante			Não circulante
	Conta corrente [2]	Dividendos[1]	Conta corrente [2]	Conta corrrente [2]	Forcecedores	Dividendos[1]	Conta corrente[2]
Cigel Participações S.A.		-		-		(8.626)	-
Unigel Plásticos S.A.	-	4.218	2.496	-		-	-
Companhia Brasileira de Estireno	-	-	-	-		-	(1.036.858)
Proquigel Química S.A.	-	-	2	-		-	(341.106)
Unigel Distribuidora Ltda.	4	-	-	-		-	(35.142)
Plastiglas de Mexico S.A. de C.V.	-	-	326	-	(24)	-	-
Outras coligadas	-	-	-	(53)		-	-
	4	**4.218**	**2.824**	**(53)**	**(24)**	**(8.626)**	**(1.413.106)**

	Controladora 31/12/2020					
	Ativo			Passivo		
	Ciruclante		Não circulante	Circulante		Não circulante
	Conta corrente [2]	Dividendos[1]	Conta corrente [2]	Conta corrrente [2]	Dividendos[1]	Conta corrente [2]
Cigel Participações S.A.	-	-	-	-	(19.938)	-
Unigel Plásticos S.A.	-	4.218	1.268	-	-	-
Companhia Brasileira de Estireno	-	-	-	-	-	(1.007.021)
Proquigel Química S.A.	-	-	-	-	-	(340.281)
Unigel Distribuidora Ltda.	4	-	-	-	-	(36.511)
Outras coligadas	-	-	177	(53)	-	-
	4	**4.218**	**1.445**	**(53)**	**(19.938)**	**(1.383.813)**

	Consolidado						
	30/06/2021			31/12/2020			
	Ativo		Passivo	Ativo		Passivo	
	Contas a receber	Adiantamento a fornecedores	Dividendos (1)	Contas a receber	Adiantamento a fornecedores	Dividendos (1)	Fornecedores
Cigel Participações S.A.	-	-	(8.626)	-	-	(19.938)	-
CPE - Compostos Plásticos de Engenharia Ltda.	10.206	-	-	3.996	-	-	-
Ergotrans Participações Ltda.	-	27.571	-	-	13.794	-	(393)
	10.206	**27.571**	**(8.626)**	**3.996**	**13.794**	**(19.938)**	**(393)**

(1) Dividendos a serem pagos em 12 meses de acordo com a disponibilidade de caixa.

(2) Os valores classificados como conta corrente são referentes a transações de caixa entre as empresas do Grupo suportados por contratos com prazo de validade indeterminado, ou com renovação automática, e são denominados como "Contratos de Conta Corrente". Nestes contratos, as partes estabeleceram que não haverá cobrança de juros nem prazo para devolução dos montantes. Desta forma, por tratar-se de operações entre partes relacionadas, sem previsão de restituição ou quitação, o Grupo classificou estes montantes no longo prazo.

Os saldos demonstrados em contas a receber referem-se a vendas de produtos a partes relacionadas e os saldos estão referenciados na nota explicativa nº 8 – contas a receber, assim como, os montantes demonstrados em fornecedores são referentes à aquisições de serviços, também de partes relacionadas, estão destacados na nota explicativa nº 17.

10.2 Transações entre empresas do mesmo grupo econômico

A seguir demonstramos as transações entre empresas do mesmo grupo econômico. Dentro do contexto do Grupo Unigel, 100% das transações apresentadas abaixo são eliminadas no resultado e balanço consolidado.

	Consolidado			
	Montante transacionado			
	Vendas		Compras	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Companhia Brasileira de Estireno	442.329	93.364	(405.652)	(93.406)
Unigel Acrilicos S.A. de C.V	7.224	4.222	-	-
Unigel Distribuidora Ltda.	372.000	85.281	(331.607)	(62.193)
Unigel Plasticos S.A.	25.994	14.967	(15.682)	(5.624)
Proquigel Química S.A.	33.508	8.381	(128.114)	(44.992)
	881.055	**206.215**	**(881.055)**	**(206.215)**

A seguir demonstramos as transações entre empresas do mesmo grupo econômico. Dentro do contexto do Grupo Unigel, as transações apresentadas abaixo não são eliminadas no resultado e balanço consolidado por se tratarem de empresas relacionadas.

	Consolidado			
	Montante transacionado			
	Vendas		Compras	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
CPE - Compostos Plásticos de Engenharia Ltda.	35.569	19.664	(30.057)	(15.659)
Ergotrans Participações Ltda.	-	-	(16.992)	(863)
	35.569	**19.664**	**(47.049)**	**(16.522)**

Adicionalmente, a Companhia apropriou despesas de juros com empréstimos de partes relacionadas no valor de R$ 114.190 em 30 de junho de 2021 (R$ 96.367 em 30 de junho de 2020). Estes empréstimos de partes relacionadas foram realizados em condições semelhantes as de mercado para juros e prazos. A totalidade dos juros apropriados foram eliminados no processo de consolidação.

	Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020
Companhia Brasileira de Estireno S.A.	53.884	47.752
Proquigel Química S.A.	49.501	48.615
Unigel Plásticos S.A.	5.403	-
Unigel Distribuidora S.A.	5.402	-
	114.190	**96.367**

10.3 Transações com pessoal-chave da administração

O valor agregado das transações com o pessoal-chave da administração está descrita abaixo:

	Consolidado	
	Período de 6 meses findo em:	
	30/06/2021	**30/06/2020**
Proventos e encargos sociais	8.442	4.281
Gratificações e encargos	577	187
Benefícios de curto prazo	**9.019**	**4.468**
Benefícios pós emprego	238	143
	9.257	**4.611**

O Grupo considerou como pessoal-chave da administração: (i) Diretores estatutários e (ii) Membros do Conselho de Administração.

11. Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
PIS/COFINS exclusão do ICMS a recuperar(1)	225.782	-
ICMS(2)	29.045	21.143
ICMS sobre imobilizado(3)	10.319	7.238
IPI	4.963	5.414
INSS	7.488	4.851
PIS(4)	11.911	8.038
COFINS(4)	26.147	23.052
Programa REINTEGRA	15.006	14.442
VAT a recuperar	33.610	31.352
Outros	17.792	5.391
	382.063	**120.921**
Circulante	149.368	115.764
Não circulante(1)(3)	232.695	5.157

(1) Em 14 de maio 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do julgamento de embargos de declaração interposto pela União, fixou o entendimento de que o ICMS a ser excluído da Base de cálculo do PIS e da COFINS é o valor destacado na nota fiscal. Além disso, ficou decidido também, quanto a modulação dos efeitos desta decisão com repercussão geral a partir de 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais ou administrativas protocoladas até esta data. Em resumo, os contribuintes que não pleitearam a devolução dos valores até o momento, terão direito a calcular e receber os créditos a partir da data da modulação, ou seja, 15 de março de 2017. Já os contribuintes que questionaram judicialmente a referida exclusão terão direito à devolução dos 5 últimos anos contados a partir da data de protocolo da ação. O Grupo ingressou com ação judicial em 07 de março de 2017, e obteve liminar autorizando a citada exclusão em de 05 de maio de 2017 com base no valor do ICMS destacado nas notas fiscais. A administração optou por exercer o seu direito de maneira prospectiva, ou seja, a partir da data da liminar concedida até o julgamento final dos pontos em discussão. Com a decisão do STF, ora estabelecida, a Companhia confirmou o entendimento adotado na exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS referentes aos valores destacados nas notas fiscais e que não há, portanto, nenhum ajuste a ser reconhecimento nas informações financeiras emitidas até então, porém ficou assegurado o direito à devolução dos valores referentes aos 5 anos anteriores ao protocolo da ação judicial, ou seja, créditos de abril de 2012 a março de 2017, que estão contabilizados na referida rúbrica. Os valores reconhecidos como pagamento indevido a maior foram atualizados pela SELIC no momento do reconhecimento.

(2) Os créditos acumulados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS são decorrentes da compra de matérias primas. O Grupo espera utilizar esses créditos considerando várias possibilidades, tais como: transações intercompany com base em diferentes alíquotas de ICMS (entre diferentes Estados da União), compra de matérias-primas com isenção por meio de *drawback* e monetização dos créditos através da negociação com terceiros.

(3) Os créditos de imobilizado são utilizados ao longo de um período que pode variar de 48 a 60 meses e, são classificados em circulante e não circulante conforme o caso.

(4) Os créditos de PIS e COFINS das empresas do Grupo advêm, basicamente, das operações de exportações, ou seja, a empresa adquire matérias-primas com impostos (crédito) e tem uma parcela relevante de suas vendas destinadas a exportação sem incidência desses impostos (débito), gerando desta forma saldos credores. A equipe jurídica do Grupo vem implementando ações judiciais que permitem a monetização desse créditos. O Grupo monetizou R$ 1.755 em 2021 (R$ 3.376 em 31 de dezembro de 2020) em créditos de PIS e COFINS com base na portaria 348/2010 ("Linha Rápida"). Os assessores jurídicos do Grupo avaliam que este recurso continuará a ter sucesso. Além disso, as subsidiárias da Companhia calculam créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS desde 2017. O Grupo reconheceu os créditos após a decisão final e irrevogável do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral. As subsidiárias da Companhia continuaram registrando esses créditos mensalmente usando a mesma metodologia de cálculo discutida na ação que teve decisão favorável no tribunal, ou seja, os créditos são calculados com base no valor do ICMS destacado nas notas fiscais.

12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil e também os saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social.

A movimentação do imposto de renda e a contribuição social diferidos é apresentado conforme segue:

Notas Explicativas

Unigel Participações S.A.
Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
de 30 de junho de 2021

	Consolidado						
	30/06/2021	**DRE**	**ORA**	**31/12/2020**	**DRE**	**ORA**	**01/01/2020**
Ativo							
Valores reconhecidos em ORA							
Benefício pós-emprego	3.436	-	-	3.436	-	-	3.436
Hedge accounting - variação cambial	45.821	-	-	45.821	163	45.658	-
Hedge accounting - marcação a mercado	29.069	-	-	29.069	(1.130)	30.199	-
Valores reconhecidos no resultado							
Perda de crédito estimada	10.188	-	-	10.188	-	-	10.188
Provisão para contingências	11.243	-	-	11.243	1	-	11.242
Provisão para perdas em investimentos	443	-	-	443	-	-	443
Variação cambial não realizada	83.250	-	-	83.250	64.318	-	18.932
Prejuízos fiscais acumulados	441.780	(52.680)	-	494.460	10.768	(9.340)	493.032
Provisão para perda estimada de estoques	287	-	-	287	-	-	287
Ganhos não realizados nos estoques	132	-	-	132	94	-	38
Fretes	4.805	-	-	4.805	30	-	4.775
Derivativos	(44.197)	-	-	(44.197)	(49.034)	-	4.837
Operações no exterior	24.726	7.447	-	17.279	10.188	1.669	5.422
Outras provisões	18.787	10.535	(2.892)	11.144	1.415	-	9.729
	629.770	**(34.698)**	**(2.892)**	**667.360**	**36.813**	**68.186**	**562.361**
Passivos							
Valores reconhecidos em ORA							
Custo atribuído	(59.623)	4.412	-	(64.035)	12.505	-	(76.540)
Valores reconhecidos em DRE				-	-	-	-
Outras provisões	2.114	450	-	1.664	(542)	-	2.206
PIS/COFINS exclusão do ICMS	(76.048)	(76.048)	-	-	-	-	-
Valor justo – propriedades para investimentos	(2.087)	-	-	(2.087)	-	-	(2.087)
Ganho em transações societárias	(117.164)	-	-	(117.164)	-	-	(117.164)
	(252.808)	(71.186)		(181.622)	11.963	-	(193.585)
Ativo diferido líquido	**376.962**	**(105.884)**	**(2.892)**	**485.738**	**48.776**	**68.186**	**368.776**
Ativo fiscal diferido	494.099			602.875			484.645
Passivo fiscal diferido	(117.137)			(117.137)			(115.869)
Ativo diferido líquido	**376.962**			**485.738**			**368.776**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social contabilizadas no resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	30/06/2021	**30/06/2020**
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**898.503**	**(259.974)**
Aliquota combinada	34%	34%
Imposto de renda e contibuição social pela alíquota combinada	**(305.491)**	**88.391**
Adições:		
Despesas não dedutíveis		
Hedge accounting – realização de variação cambial	(6.288)	-
Juros não dedutíveis – Subcapitalização	(14.233)	-
Tributação em bases universais – empresas no exterior	-	(26.237)
Outras adições permanentes	-	(4.201)
Exclusões:		
Reintegra (Nota 28)	325	99
Tributação em bases universais – empresas no exterior	25.951	-
Benefícios fiscais - Desenvolve (Nota 28)	27.686	10.306
Outras exclusões permanentes	3.052	-
Total	**(268.998)**	**68.358**
Alíquota efetiva	**30%**	**26%**
Outros ajustes:		
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativas não reconhecidos(1)	-	(22.703)
Diferenças temporárias não reconhecidas	39.864	(29.879)
Incentivo fiscal – SUDENE (Nota 28.2)	39.345	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	**(189.789)**	**15.776**
Corrente	(83.905)	(23.219)
Diferido	(105.884)	38.995

(1) Esses saldos estão relacionados aos prejuízos fiscais históricos de empresas do Grupo que pelas projeções atuais, no momento não indicam geração lucros tributáveis suficientes para compensar os prejuízos fiscais não reconhecidos em um horizonte de médio prazo. O saldo total de prejuízos fiscais, base de cálculo negativas e diferenças temporárias não reconhecidos até 30 de junho de 2021 está apresentado abaixo:

	Consolidado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Prejuízo fiscal	125.622	123.202
Adições e (exclusões) temporárias	32.026	201.236
	157.648	**324.438**

12.1 Reconhecimento de prejuízos fiscais de períodos anteriores

Prejuízos fiscais de períodos anteriores são reconhecidos quando há evidencia convincente que o Grupo terá meios de compensar esses prejuízos fiscais.

Abaixo demonstramos a expectativa de realização dos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais ano a ano, para a totalidade do período razoável de realização:

2021	61.303
2022	73.969
2023	68.912
2024	80.912
2025	46.642
2026	43.217
Acima de 2027	66.825
	441.780

13.Investimentos

13.1 Movimentação dos investimentos

	Companhia Brasileira de Estireno	Proquigel Química S.A.	Unigel Luxemburgo S.A.	Unigel Distribuidora Ltda.	Unigel Plásticos S.A.	Unigel Comercializadora de Energia S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	**1.335.947**	**286.839**	**44.017**	**52.017**	**23.695**	**-**	**1.742.515**
Resultado de equivalência patrimonial	(128.856)	(54.846)	(46.013)	(3.197)	(5.080)	-	(237.992)
Hedge de fluxo de caixa	(257.118)	(186.050)	-	-	621	-	(442.547)
Ajuste acumulado de conversão	131.561	-	2.681	-	-	-	134.242
Saldo em 30 de junho de 2020	**1.081.534**	**45.943**	**685**	**48.820**	**19.236**	**-**	**1.196.218**

	Companhia Brasileira de Estireno	Proquigel Química S.A.	Unigel Luxemburgo S.A.	Unigel Distribuidora Ltda.	Unigel Plásticos S.A.	Unigel Comercializadora de Energia S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**1.314.854**	**90.142**	**87.310**	**46.098**	**15.630**	**1.000**	**1.555.034**
Resultado de equivalência patrimonial	636.600	60.724	29.542	(300)	(14.154)	2	712.414
Hedge de fluxo de caixa	(55.371)	(10.386)	-	8.985	9.805	-	(46.967)
Ajuste acumulado de conversão	(29.774)	-	112	-	-	(1)	(29.663)
Saldo em 30 de junho de 2021	**1.866.309**	**140.480**	**116.964**	**54.783**	**11.281**	**1.001**	**2.190.818**

Notas Explicativas

Unigel Participações S.A.
Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
de 30 de junho de 2021

13.2 Composição do capital

	Companhia Brasileira de Estireno		Proquigel Química S.A.		Unigel Luxemburgo S.A.		Unigel Distribuidora Ltda.		Unigel Plásticos S.A.		Unigel Comercializadora de Energia S.A.	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Capital social	456.841	456.841	459.636	459.636	121	121	62.372	62.372	98.831	98.831	1.000	1.000
Patrimônio líquido	1.874.780	1.314.854	140.480	90.142	116.964	87.310	54.783	46.098	11.198	15.749	998	1.000
Participação no capital social, no final do exercício - %	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Lucros nos estoques	(8.471)	-	-	-	-	-	-	-	83	(119)	3	-
Total do patrimônio líquido ajustado	1.866.309	1.314.854	140.480	90.142	116.964	87.310	54.783	46.098	11.281	15.630	1.001	1.000
Lucros nos estoques	(8.402)	-	5	-	3	-	-	-	(97)	(119)	4	-
Resultado do período	645.002	45.823	60.719	(63.888)	29.539	39.766	(300)	(5.919)	(14.057)	(9.176)	(2)	-
Participação no capital social, no final do período - %	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Resultado de equivalência patrimonial	636.600	45.823	60.724	(63.888)	29.542	39.766	(300)	(5.919)	(14.154)	(9.295)	2	-

Notas Explicativas

14.Imobilizado

	Consolidado					
	31/12/2020	30/06/2021				
Custo	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências[1]**	**Efeito de conversão**	**Saldo final**
Edifícios	224.547	-	(463)	-	(1.645)	222.439
Máquinas e equipamentos	1.421.326	554	(1)	37.488	(10.017)	1.449.350
Instalações, ferramentas e instrumentos	864.657	-	-	3.095	(117)	867.635
Terrenos	114.308	-	-	2	(398)	113.912
Equipamentos de TI	30.825	-	-	-	(102)	30.723
Adiantamentos para fornecedores	4.001	8.114	-	(8.570)	-	3.545
Imobilizado em andamento	269.900	497.995	(1.809)	(32.734)	(2.837)	730.515
Veículos	2.614	-	(723)	-	(344)	1.547
Móveis e utensílios	16.678	-	-	374	(44)	17.008
Benfeitorias	34.608	-	-	345	-	34.953
Materiais de reposição	2.491	-	-	-	-	2.491
	2.985.955	506.663	(2.996)	-	(15.504)	3.474.118
Depreciação acumulada[2]						
Edifícios	(141.010)	(4.214)	-	195	1.003	(144.026)
Máquinas e equipamentos	(954.717)	(30.433)	-	(220)	3.617	(981.753)
Instalações, ferramentas e instrumentos	(505.245)	(23.818)	-	18	1.120	(527.925)
Equipamentos de TI	(17.476)	(518)	-	-	234	(17.760)
Veículos	(2.132)	(111)	686	-	235	(1.322)
Móveis e utensílios	(8.698)	(489)	-	28	21	(9.138)
Benfeitorias	(4.987)	(557)	-	(21)	-	(5.565)
Materiais de reposição	(2.373)	(26)	-	-	-	(2.399)
	(1.636.638)	(60.166)	686	-	6.230	(1.689.888)
Imobilizado líquido total	**1.349.317**					**1.784.230**

Notas Explicativas

	Consolidado					
	31/12/2019	31/12/2020				
Custo	**Saldo inicial**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências[1]**	**Efeito de conversão**	**Saldo final**
Edifícios	213.728	-	(60)	-	10.879	224.547
Máquinas e equipamentos	1.251.402	808	(316)	110.295	59.137	1.421.326
Instalações, ferramentas e instrumentos	844.992	-	(301)	19.285	681	864.657
Terrenos	111.923	-	-	-	2.385	114.308
Equipamentos de TI	22.803	-	-	6.125	1.897	30.825
Adiantamentos para fornecedores	4.881	1.279	-	(2.159)	-	4.001
Imobilizado em andamento	193.802	220.785	(5.548)	(146.917)	7.778	269.900
Veículos	2.349	284	(287)	149	119	2.614
Móveis e utensílios	10.461	-	(1)	5.963	255	16.678
Benfeitorias	28.326	-	-	6.282	-	34.608
Materiais de reposição	2.491	-	-	-	-	2.491
	2.687.158	223.156	(6.513)	(977)	83.131	2.985.955
Depreciação acumulada[2]						
Edifícios	(126.555)	(8.783)	58	-	(5.730)	(141.010)
Máquinas e equipamentos	(878.258)	(48.463)	290	(2.606)	(25.680)	(954.717)
Instalações, ferramentas e instrumentos	(470.999)	(35.717)	38	1.640	(207)	(505.245)
Equipamentos de TI	(16.839)	(313)	-	1.010	(1.334)	(17.476)
Veículos	(1.870)	(206)	-	-	(56)	(2.132)
Móveis e utensílios	(8.105)	(300)	1	(167)	(127)	(8.698)
Benfeitorias	(5.105)	(5)	-	123	-	(4.987)
Materiais de reposição	(2.317)	(56)	-	-	-	(2.373)
	(1.510.048)	(93.843)	387	-	(33.134)	(1.636.638)
Imobilizado líquido total	**1.177.110**					**1.349.317**

(1) O saldo remanescente em transferências está relacionado a transferência para intangíveis e a compensação de adiantamentos de fornecedores e fornecedores

(2) Veja taxas utilizadas na nota explicativa nº 6.5.3 – Depreciação.

14.1 Teste de impairment

Em 2021 o Grupo avaliou, baseado em fontes de informação internas e externas, se unidades geradoras de caixa poderiam ter perdas de impariment e baseado nessa avaliação concluiu que não tem indicativos de perda de valor.

Em 2020, a planta de chapas extrudadas da Unigel Plásticos, localizadas em Candeias (BA), que estava com sua produção paralisada, foi reativada.

Parte do imobilizado do Grupo está dado em garantia de operações de empréstimos. Para mais informações veja a nota 29 – Garantias e Avais

15. Direito de uso e passivos de arrendamento

A Companhia arrenda plantas industriais, tanques de armazenamento, máquinas, veículos, edifícios e terrenos para realizar suas operações. Tais arrendamentos são negociados individualmente e contêm distintos termos e condições.

Os pagamentos dos arrendamentos são descontados usando a taxa implícita. Se essa taxa não puder ser determinada, considera-se os procedimentos descritos na nota explicativa n° 6.15.

Os ativos de direito de uso são mensurados pelo custo composto de:

• Valor inicialmente mensurado do passivo de arrendamento;

• Qualquer pagamento feito até o início do contrato de locação;

• Qualquer custo direto inicial;

• Custos de restauração.

15.1 Direito de uso

O direito de usar o ativo reconhecido na data da aplicação é derivado dos seguintes tipos de ativos:

	Consolidado			
	Plantas industriais	**Tanques e armazéns**	**Outros**	**Total**
Saldo em 1 de janeiro de 2020	**77.610**	**98.737**	**9.975**	**186.322**
Adições[1]	197.469	2.613	16.408	216.490
Baixas	-	-	(759)	(759)
Transferências	6.622	(6.622)	-	-
Variação cambial	-	-	2.239	2.239
Depreciação	(9.225)	(28.743)	(10.331)	(48.299)
Saldo em 31 de dezembro 2020	**272.476**	**65.985**	**17.532**	**355.993**
Adições	23.905	3.527	14.112	41.544
Transferências	73	(33)	(40)	-
Variação cambial	-	-	(1.231)	(1.231)
Depreciação	(13.096)	(15.004)	(6.122)	(34.222)
Saldo em 30 de junho 2021	**283.358**	**54.475**	**24.251**	**362.084**

(1) As adições devem-se pelas renovações contratuais das plantas de São José dos Campos e latex.

15.2 Passivos de arrendamento

A composição e movimentação da obrigação de direito de uso é conforme segue:

	Consolidado			
	Plantas industriais	**Tanques e armazéns**	**Outros**	**Total**
Saldo em 1 de janeiro de 2020	**(91.848)**	**(107.106)**	**(15.053)**	**(214.007)**
Adições[1]	(197.469)	(2.613)	(16.408)	(216.490)
Juros	(26.196)	(6.611)	(736)	(33.543)
Transferências	(9.389)	6.479	2.910	-
Variação cambial	-	-	(2.376)	(2.376)
Pagamentos	31.860	33.066	12.964	77.890
Saldo em 31 de dezembro 2020	**(293.042)**	**(76.785)**	**(18.699)**	**(388.526)**
Adições	(23.905)	(3.527)	(14.112)	(41.544)
Juros	(12.676)	(2.917)	(342)	(15.935)
Transferências	2.045	158	(2.203)	-
Variação cambial	-	-	434	434
Pagamentos	23.585	18.593	6.794	48.972
Saldo em 30 de junho de 2021	**(303.993)**	**(64.478)**	**(28.128)**	**(396.599)**

(1) As adições devem-se pelas renovações contratuais das plantas de São José dos Campos e latex.

	Consolidado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Passivo de arrendamento		
Circulante	(88.121)	(79.659)
Não circulante	(308.478)	(308.867)
	(396.599)	**(388.526)**

15.3 Contraprestações futuras

A abertura das parcelas em seu valor futuro por faixa de vencimento está disposta a seguir:

	30/06/2021			
	Plantas industriais	**Tanques e armazéns**	**Outros**	**Total**
Até 1 ano	43.218	37.467	4.234	84.919
de 2 a 5 anos	256.942	32.657	4.325	293.924
Acima de 5 anos	209.312	-	-	209.312
	509.472	**70.124**	**8.559**	**588.155**

	31/12/2020			
	Plantas industriais	**Tanques e armazéns**	**Outros**	**Total**
Até 1 ano	40.589	35.239	4.933	80.761
de 2 a 5 anos	156.515	49.859	4.927	211.301
Acima de 5 anos	306.923	-	-	306.923
	504.027	**85.098**	**9.860**	**598.985**

16. Empréstimos e financiamentos

			Consolidado			
			30/06/2021		31/12/2020	
Moeda	**Tipo**	**Taxa**	**Valor**	**Taxa média ao ano**	**Valor**	**Taxa média ao ano**
BRL	Financiamento	IPCA	51.487	3,61%	50.464	4,16%
		Pré-fixado	662	11,55%	1.925	4,46%
	Capital de giro	Pré-fixado	111.550	12,68%	110.763	12,00%
		CDI	96.010	10,15%	95.824	7,90%
Total BRL			**259.709**		**258.976**	
USD	Financiamento	Pré-fixado	2.595.119	8,75%	2.101.822	8,77%
	Capital de giro	Pré-fixado	15.789	3,90%	87.441	3,91%
		Libor	150.858	2,95%	148.945	3,31%
Total USD			**2.761.766**		**2.338.208**	
Peso	Capital de giro	Pré-fixado	-	-	3.195	8,45%
			3.021.475	**8,54%**	**2.600.379**	**8,29%**
	Circulante		365.364		402.667	
	Não circulante		2.656.111		2.197.712	

16.1 Movimentação dos empréstimos

	Consolidado	
	Período de 6 meses findo em:	
	30/06/2021	30/06/2020
Saldo em 1º de janeiro	**2.600.379**	**1.784.474**
Captação de empréstimos e financiamentos(1)	827.937	54.921
Despesas de juros	149.235	109.671
Ganho (perda) por variação cambial no DRE	(86.642)	363.419
Ganho (perda) por variação cambial no ORA	(33.084)	268.497
Pagamento de principal	(304.520)	(56.833)
Juros pagos	(143.889)	(110.860)
Custos de transação	15.211	13.373
Ajustes de conversão - subsidiárias no exterior	(3.152)	9.727
Saldo final	**3.021.475**	**2.436.389**

(1) No primeiro trimestre de 2021 o Grupo concluiu o *retap* do bond de 2026 no valor de U$ 110 milhões. O *retap* foi concluído por uma taxa de 7,329% a.a., e os valores captados foram utilizados para refinanciar débitos de curto prazo e para fins corporativos gerais.

16.2 Cronograma de desembolsos

	30/06/2021			31/12/2020		
Ano	Desembolsos	Custos de transação	Valor total	Desembolsos	Custos de transação	Valor total
2022	26.800	(21.569)	5.231	33.448	(27.091)	6.357
2023	67.991	(21.569)	46.422	70.626	(27.091)	43.535
2024	12.680	(21.628)	(8.948)	39.799	(27.165)	12.634
2025	-	(21.569)	(21.569)	-	(27.091)	(27.091)
A partir de 2026	2.651.166	(16.191)	2.634.975	2.182.614	(20.337)	2.162.277
	2.758.637	**(102.526)**	**2.656.111**	**2.326.487**	**(128.775)**	**2.197.712**

16.3 Garantias

Como forma de garantia para os financiamentos, o Grupo disponibilizou parte de seu imobilizado, conforme divulgado na nota explicativa nº 29 – Garantias e avais.

16.4 Covenants

A Controladora e algumas controladas, durante a vigência dos contratos de financiamento deverão manter alguns indicadores financeiros.

A Administração do Grupo acompanha periodicamente se as clásulas de *covenants* estão sendo cumpridas.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	**31/12/2020**	**30/06/2021**	**31/12/2020**
Materias primas e serviços	1.131	2.052	379.228	207.226
Imobilizado	-	-	21.730	11.741
Mercado interno	1.131	2.052	400.958	218.967
Materias primas e serviços	60	-	165.315	154.448
Imobilizado	-	-	1.177	811
Mercado externo	60		166.492	155.259
Partes relacionadas (nota 10)	24	-	-	393
	1.215	**2.052**	**567.450**	**374.619**

18. Impostos e contribuições a pagar

	Consolidado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
ICMS	7.935	8.106
IPI	22	12.491
CSLL, PIS e COFINS	9.673	16.586
REFIS - Lei No. 11.941/09 (1)	9.820	13.409
REFIS - Lei No. 13.043/14 (2)	8.105	10.314
Parcelamentos tributários - PRT e PERT(3)	30.039	33.190
Parcelamentos estaduais PEP(4)	14.971	18.724
Parcelamentos municipais	279	1.116
Parcelamentos federais	9.263	5.574
Impostos em subsidiárias no exterior	-	3.097
Outros	4.304	4.494
	94.411	**127.101**
Circulante	40.987	36.680
Não circulante	53.424	90.421

(1) Em novembro de 2009, a Administração aprovou a adesão ao Programa de Regularização Tributária em conformidade com a Lei nº 11.941/09.

(2) Em novembro de 2014, o Grupo aderiu ao programa de redução e reparcelamento de débitos federais de acordo com a Lei n. 13.043/14 (Refis da Copa).

(3) Em 2017, o Grupo aderiu ao Programa de Regularização Tributária - PRT e ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT. Estes programas foram criados conforme Medidas Provisórias 766, 780 e 783 de 2017, respectivamente, que possibilitaram a liquidação de determinados débitos tributários federais, tanto no âmbito administrativos quanto judicial, através da utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social.

(4) Em abril de 2017, o Grupo aderiu ao Programa de Regularização Tributária Estadual do Estado de São Paulo ("PEP"). O PEP foi um programa criado por lei que permitiu o parcelamento dos impostos (ICMS) em discussão ou atrasados com redução de multa e juros. O valor do passivo fiscal foi de R$ 20.522 e o impacto da adesão no resultado do Grupo foi uma despesa de R$ 4.737.

19. Benefício pós emprego

a) Benefício diretos de curto e longo prazo

O Grupo reconhece uma obrigação de férias e bônus anuais no final dos exercícios de cada ano.

b) Benefícios pós-emprego

A Companhia Brasileira de Estireno reconhece provisão para benefício pós-emprego relacionada ao pagamento de 100% do plano de assistência médica concedidas a aposentados até o ano de 2010, férias e bônus anuais. Os benefícios são ajustados aos anos na Companhia e a remuneração dos funcionários.

Os valores relacionados a esses benefícios, inclusive as despesas líquidas geradas, foram apurados em avaliações conduzidas por atuários independentes conforme demostrado abaixo:

	Consolidado	
	30/06/2021	**31/12/2020**
Saldo em 1º de janeiro	39.285	32.285
Custo corrente do plano	-	2.865
Juros sobre a obrigação atuarial	-	2.134
Variação cambial	2.855	-
Benefícios pagos no ano	-	(1.440)
Perda nas obrigações atuariais	-	3.441
	42.140	**39.285**

19.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais usadas na avaliação dos benefícios no ano de 2020 estão descritas abaixo:

Premissas atuariais econômicas	
Inflação esperada – a.a.	3,20%
Aumento dos custos medicos pela inflação – a.a.	3,75%
Aumento dos custos medicos pela idade	De acordo com a idade: - abaixo de 24 anos: 1,25% - entre 25 e 54 anos: 2,75% - entre 55 e 79 anos: 4,75% - acima de 80 anos: 2,25%

Premissas atuariais biométricas	
Mortalidade geral	AT- 2000
Mortalidade de inválidos	RP-2000 inválido quando disponível
Entrada de inválidos	Álvaro Vindas, quando disponível
Taxa de rotatividade	15% / (tempo de serviço + 1), para benefícios de assistência médica 0%, para os restante dos benefícios avaliados
Permanência no plano após a aposentadoria	25%, para os benefícios de subsidio indireto do plano
Elegibilidade à aposentadoria	BD 55 anos de idade e 10 anos de beneficiário de plano
Custo direto – Acordo coletivo	55 anos de idade e 10 anos de benefício de plano
Custo indireto	Ativo 100% casado com esposa 2 anos mais jovem
Composição familiar	Beneficiários - Composição real informada

19.2 Sensibilidade das premissas atuariais

	31/12/2020
Efeitos no passivo de obrigação atuarial	
Taxa de desconto - variação de -0,5% na taxa nominal	2.467
Taxa de desconto - variação de +0,5% na taxa nominal	(2.218)

20. Depósitos judiciais e provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos provável esperada.

20.1 Depósitos judiciais

Movimentação dos depósitos judiciais do grupo:

O Grupo registrou um valor de R$ 16.209 (R$ 16.170 em 31 de dezembro de 2020) em depósitos judiciais substancialmente vinculados aos processos tributários.

20.2 Provisão para contingências

Movimentação das provisões para contingências do grupo:

Em 2021, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R$ 9.702 (R$ 11.988 em 31 de dezembro 2020), estão detalhadas abaixo:

	Consolidado		
	Processos trabalhistas (i)	**Processos tributários (ii)**	**Total**
Saldo 1 de janeiro de 2020	**1.723**	**6.152**	**7.875**
Adições de novos processos	2.841	29.001	31.842
Baixa por pagamentos	(688)	(27.041)	(27.729)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**3.876**	**8.112**	**11.988**
Adições de novos processos	1.097	4.039	5.136
Baixa por pagamentos	(1.700)	(5.722)	(7.422)
Saldo em 30 de junho de 2021	**3.273**	**6.429**	**9.702**

(i) Processos trabalhistas

Os processos trabalhistas representam reclamatórias trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade e periculosidade, e verbas rescisórias) e que se encontram em fases processuais distintas.

(ii) Processos tributários

As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à ICMS, IPI, contribuições previdenciárias, compensação de créditos de PIS e COFINS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas.

20.3 Saldos avaliados com o risco de perda possível

O Grupo é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. A natureza dos principais passivos contingentes são:

	Consolidado				
	Processos trabalhistas (i)	**Processos tributários (ii)**	**Processos ambientais (iii)**	**Processos cíveis (iv)**	**Total**
Saldo 31 de dezembro de 2020	16.889	977.788	24.579	29.818	1.049.074
Adições	915	12.571	9.774	2.812	26.072
Reversões e reavaliações	8.942	(23.293)	14.798	138	585
Saldo em 30 de junho de 2021	**26.746**	**967.066**	**49.151**	**32.768**	**1.075.731**

(i) Processos trabalhistas

Em 30 de junho de 2021, o Grupo era réu em aproximadamente 276 (289 em 31 de dezembro de 2020) processos trabalhistas. O Grupo não registrou provisão para casos nos quais, o risco de perda foi classificado como possível envolvendo um valor estimado de R$ 26.746 (R$ 16.889 em 31 de dezembro de 2020). Em termos gerais, as reclamações trabalhistas referem-se a disputas de horas extras, verbas rescisórias, passivos envolvendo prestadores de serviços terceirizados e determinadas disputas sindicais quanto à implementação das regras coletivas no local de trabalho, entre outras.

Entre esses processos, estão disputas trabalhistas envolvendo sindicatos. No processo sindical mais importante do Grupo, juntamente com outras empresas petroquímicas da Bahia, o Grupo é interveniente em uma disputa entre o SINDIQUÍMICA (um sindicato dos empregados do setor petroquímico) e o SINPEQ (uma associação de empresas petroquímicas).

(ii) Processos de ações tributárias

O Grupo é réu em processos fiscais movidos pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ SP. Tais autuações visam desconsiderar determinados créditos fiscais de ICMS exigidos sobre as transações de bens e serviços provenientes de operações interestaduais entre estabelecimentos localizados nos estados da Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco. O Estado de São Paulo argumentava que esses Estados concederam benefícios fiscais sem firmar acordos com a CONFAZ e, portanto, eles eram inconstitucionais. Todavia, foram aprovadas a Lei Complementar 160/2017 e o Convênio ICMS 190/2017, que autorizou e regulamentou, respectivamente, a remissão dos créditos tributários em questão. Em cumprimento a exigência prevista na Lei Complementar e no Convênio ICMS, o Estado de São Paulo publicou a Resolução Conjunta nº 01/2019, disciplinando os procedimentos para reconhecimento da remissão dos mencionados créditos. Desta forma, a contingência, no valor de R$ 562.966, foi classificada como possível (R$ 443.175 em 31 de dezembro de 2020).

Além dos processos supramencionados, o Grupo faz parte de outros processos tributários classificados como possíveis pelos seus assessores jurídicos de acordo com julgamentos anteriores de Tribunais de Justiças, e entendem que os resultados serão favoráveis em decorrência da jurisprudência vigente, sendo que as ações mais relevantes envolvem:

- Benefícios fiscais considerados subsídios para investimentos concedidos pelo Estado da Bahia, deduzidos da base de cálculo do IRPJ/CSLL - R$ 77.125 (R$ 73.525 em 31 de dezembro de 2020);
- Cobrança de PIS e COFINS sobre descontos aplicados a clientes - R$ 30.587 (R$ 30.877 em 31 de dezembro de 2020);
- Discussão sobre créditos fiscais de IRPJ e CSLL, PIS e COFINS utilizados para compensar valores de tributos devidos à União Federal - R$ 95.319 (R$ 95.865 em 31 de dezembro de 2020);
- Cobrança da incidência do ICMS sobre drawback - R$ 17.236 (R$ 19.075 em 31 de dezembro de 2020);
- Auto de infração de ICMS por creditamento indevido nas seguintes situações i) escrituração de documentos fiscais referentes a operações não tributadas, relativas ao recebimento de mercadorias para o fim específico de exportação; e ii) operações não comprovadas, de retorno de mercadorias remetidas para acondicionamento e multa em razão da emissão de notas fiscais que não correspondem a saída de mercadorias do estabelecimento - R$ 63.308 (R$ 60.573 em 31 de dezembro de 2020);
- Pedidos de restituição de saldo negativo de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL apurados e compensados com diversos débitos – R$ 15.743 (R$ 54.103 em 31 de dezembro de 2020);
- Autos de infração lavrados após procedimento de fiscalização, realizado para análise dos pedidos de ressarcimento de créditos da contribuição do PIS e da COFINS, apurados em decorrência da sistemática de não-cumulatividade – R$ 5.000 (R$ 3.287 em 31 de dezembro de 2020) e,
- Outras contingências de natureza diversas com valores pulverizados no montante a R$ 99.782 (R$193.308 em dezembro de 2020).

(iii) Processos ambientais

Em 30 de junho de 2021, o Grupo era réu em aproximadamente 45 (28 em 31 de dezembro de 2020) processos ambientais. O Grupo não constituiu provisões para os casos nos quais o risco de perda foi classificado como possível envolvendo R$ 49.151 (R$ 47.584 em 31 de dezembro de 2020). Os casos mais representativos são apresentados abaixo:

- Juntamente com aproximadamente 200 outras empresas, o Grupo é corréu em uma ação coletiva movida pela Associação dos Moradores dos bairros Jardim Cristal e Jardim Marambaia. Os autores alegam que uma empresa chamada Recobem foi contratada para reciclar coprodutos da indústria de tintas e, em vez disso, descartou os materiais ilegalmente no Estado do Paraná. O Grupo foi nomeado corréu porque um dos barris que supostamente foram descartados ilegalmente tinha um dos seus logotipos. A Companhia vem contestando essa alegação, uma vez que o barril não tinha nenhum material que o Grupo utiliza ou produz. O Tribunal de Primeira Instância acolheu parcialmente a moção e ordenou que determinados réus, incluindo a Proquigel, indenizassem o autor no valor de R$ 2.805, tal que o valor envolvido para a Proquigel é de R$ 1.200 (R$ 100 em 31 de dezembro de 2020).

- Além disso, o Grupo é réu em ações coletivas movidas pela Federação dos Pescadores da Bahia que reivindicam indenização devido à suposta liberação de produtos químicos acima dos parâmetros permitidos pela legislação ambiental (Resolução Conama n° 357/2005)

ocorrida em 2009, que resultou na interrupção de suas atividades pesqueiras no Estuário Rio São Paulo e na Baía de Todos os Santos. Com base nas opiniões de especialistas técnicos e assessores, a substância encontrada no rio São Paulo não pertence ao portfólio de produtos do Grupo. O processo é considerado como possível de perda, no montante de R$ 46.922 (R$ 44.757 em 31 de dezembro de 2020).

- O Grupo é réu, juntamente com outras 23 empresas, em outra ação civil pública de classe movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. O autor pede indenização por danos ambientais causados na Serra do Mar em função das atividades químicas dos réus na área. Em 18 de março de 2021, foi realizado acordo sobre o caso, sendo o Grupo responsável por 3,17% do valor da indenização, que equivale R$ 4.456. Em junho de 2021, o Grupo foi reembolsados pela Bayer em 50% desde valor, totalizando o valor de R$ 2.228 a sua quota-parte de fato. Atualmente aguarda-se extinção do processo.

- O Grupo também é réu em processos administrativos em andamento perante o INEMA, cujos objetos envolvem o cumprimento das condições previstas em licenças ambientais.

(iv) Processos cíveis

Em 30 de junho de 2021, o Grupo era réu em aproximadamente 13 (5 em 31 de dezembro de 2020) processos cíveis, representando um total de perda estimada de R$ 32.768 (R$ 7.893 em 31 de dezembro de 2020).

- No processo mais representativo, o Grupo é réu em ação movida pela N.C. S/C Ltda., um ex-acionista minoritário da Polo. O autor pretende que, por retirar-se da Polo, deveria receber uma indenização devido ao fato de que os acionistas majoritários da empresa - incluindo a Unigel - alegadamente tentaram impor a mudança do seu tipo societário para se tornar uma corporação com capital autorizado e o destituíram da administração da Polo, fatos estes que, de acordo com a N.C. S/C, incitou sua intenção de descontinuar seu investimento na Polo. O Grupo saiu parcialmente derrotado no tribunal de primeira instância, e o recurso ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo também foi parcialmente derrubado. O Grupo está sendo condenado a pagar danos ao autor, no entanto, o Grupo está contestando o valor dos danos devidos.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social em 30 de junho de 2021 é de R$ 276.185 (R$ 276.185 em 31 de dezembro de 2020), composto por 414.297.488 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

21.2 Reservas de lucros

A Reserva de lucros incluem as seguintes reservas:

- Reserva legal que é constituída anualmente por 5% do lucros líquidos do exercício até o limite de 20% do capital social da Companhia.

- Reserva de lucros a realizar que é composta pelos saldos de lucros remanescentes após a constituição de reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ainda não destinados para outros fins.

21.3 Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes incluem as seguintes reservas:

- A reserva de hedge abrange a parcela efetiva da variação líquida acumulada no valor justo dos instrumentos de hedge utilizados no hedge de fluxo de caixa cujo reconhecimento no resultado está pendente, conforme os fluxos de caixa ou itens protegidos afetam o resultado.
- Remensurações de passivo/ativo de benefício definido compreendem os efeitos de ganhos e perdas atuariais relacionados aos benefícios pós emprego.
- A reserva de conversão inclui todas as diferenças nas moedas estrangeiras como resultado da conversão das informações financeiras em operações estrangeiras.
- Reserva de custo atribuído: no contexto da adoção das IFRSs pela primeira vez no Brasil a partir de 1º de janeiro de 2010, o Grupo aplicou esta reavaliação de ativo imobilizado, a ser mensurado pelo seu valor justo na data de transição, e para que o valor justo seja utilizado como custo atribuído do item daqui para frente.

21.4 Dividendos

O estatuto social do Grupo determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Não ocorreu alteração na política de dividendos em virtude da adoção do custo atribuído.

Os dividendos do período de foram calculados da seguinte forma:

Prejuízo em 31/12/2020	**(6.985)**
Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado	19.670
Formação da reserva legal (5% do lucro do ano)	(634)
Lucro líquido ajustado do ano (base para dividendos mínimos obrigatórios)	**12.051**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(3.013)
Dividendos adicionais a pagar	**(9.038)**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada no dia 25 de junho de 2021, foram aprovados distribuição de dividendos adicionais no montante de R$ 9.038, em conformidade com que está apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

22. Receita líquida

22.1 Reconciliação entre receita bruta e receita líquida

	Consolidado			
	Período de 3 meses findo em:		Período de 6 meses findo em:	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receita bruta				
Venda de produtos	676.772	265.120	1.662.037	777.459
Partes relacionadas (Nota 10)	801.070	107.676	909.400	221.657
Venda de produtos no mercado interno total	**1.477.842**	**372.796**	**2.571.437**	**999.116**
Venda de produtos	636.993	202.189	1.070.432	373.978
Partes relacionadas (Nota 10)	7.224	4.222	7.224	4.222
Venda de produtos no mercado externo	**644.217**	**206.411**	**1.077.656**	**378.200**
Receita bruta total	**2.122.059**	**579.207**	**3.649.093**	**1.377.316**
Deduções sobre a receita bruta				
Impostos sobre vendas	(188.337)	(58.746)	(372.131)	(161.175)
Devoluções e descontos	(10.544)	(3.872)	(16.481)	(8.343)
	(198.881)	**(62.618)**	**(388.612)**	**(169.518)**
Receita líquida total	**1.923.178**	**516.589**	**3.260.481**	**1.207.798**

O Grupo não possui faturamento à clientes individualmente, que seja maior que 10% das vendas líquidas do ano.

22.2 Desagregação de receita de contratos com clientes

O Grupo gera receitas primariamente por vendas de produtos, no segmento de estirênicos, no segmento de acrílicos e no segmento agro.

Na tabela a seguir, as receitas de contratos com clientes são desagregadas primariamente por mercado geográfico e por segmento de mercado (Nota explicativa nº 26.2 - Informações sobre segmentos reportados).

Notas Explicativas

22.3 Abertura geográfica

	Consolidado									
	Período de 3 meses findo em:									
	Acrílicos		Estirênicos		Agro		Eliminações		Total	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Brasil	166.372	71.392	724.511	203.142	259.807	18.762	(58.197)	-	1.092.493	293.296
México	356.373	71.276	2.122	2.739	-	-	-	-	358.495	74.015
EUA e Canada	126.711	81.546	21.336	18.568	-	-	-	-	148.047	100.114
Asia	5.499	3.758	-	-	-	-	-	-	5.499	3.758
Europa	80.675	3.646	4.597	536	-	-	-	-	85.272	4.182
Oriente Médio	61.726	-	534	-	-	-	-	-	62.260	-
América Latina	39.831	10.915	106.906	17.516	-	-	-	-	146.737	28.431
África	2.121	9.735	22.254	3.058	-	-	-	-	24.375	12.793
Receita líquida total	**839.308**	**252.268**	**882.260**	**245.559**	**259.807**	**18.762**	**(58.197)**	**-**	**1.923.178**	**516.589**

	Consolidado									
	Período de 6 meses findo em:									
	Acrílicos		Estirênicos		Agro		Eliminações		Total	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Brasil	303.908	154.129	1.373.630	574.481	341.012	54.205	(80.272)	-	1.938.278	782.815
México	509.553	130.516	4.854	3.987	-	-	-	-	514.407	134.503
EUA e Canada	314.161	132.228	28.080	30.870	-	-	-	-	342.241	163.098
Asia	10.424	19.165	-	-	-	-	-	-	10.424	19.165
Europa	122.342	10.573	4.597	536	-	-	-	-	126.939	11.109
Oriente Médio	64.374	145	534	-	-	-	-	-	64.908	145
América Latina	66.419	26.907	159.602	50.567	-	-	-	-	226.021	77.474
África	10.182	15.631	27.081	3.858	-	-	-	-	37.263	19.489
Receita líquida total	**1.401.363**	**489.294**	**1.598.378**	**664.299**	**341.012**	**54.205**	**(80.272)**	**-**	**3.260.481**	**1.207.798**

A totalidade das receitas do Grupo são reconhecidas em um momento específico do tempo.

23. Despesas por natureza

	Consolidado			
	Período de 3 meses findo em:		Período de 6 meses findo em:	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Classificados por função:				
Custo dos produtos vendidos	(1.432.007)	(482.896)	(2.409.276)	(1.107.125)
Com vendas	(11.153)	(5.197)	(20.642)	(11.947)
Administrativas e gerais	(33.012)	(24.518)	(64.092)	(54.195)
	(1.476.172)	**(512.611)**	**(2.494.010)**	**(1.173.267)**
Classificados por natureza:				
Matérias-primas e materiais de uso e consumo[1]	(1.204.077)	(331.513)	(2.001.063)	(813.132)
Despesa com pessoal	(60.542)	(34.325)	(101.925)	(65.332)
Serviços de terceiros	(44.639)	(22.890)	(67.009)	(31.403)
Reestruturação - indenizações	-	-	-	(564)
Provisões para contingências	(3.723)	1.393	(5.136)	(3.024)
Depreciação ativo de direito de uso	(17.915)	(11.903)	(34.222)	(26.594)
Depreciação e amortização	(32.046)	(36.203)	(62.449)	(66.261)
Fretes e *demurrage*	(84.384)	(50.657)	(151.000)	(109.112)
Outras despesas	(28.846)	(26.513)	(71.206)	(57.845)
	(1.476.172)	**(512.611)**	**(2.494.010)**	**(1.173.267)**

(1) Desde o ínicio de 2020 o Grupo vem tendo gastos adicionais devido à pandemia da COVID-19, em especial, nos 2º e 3º trimestres de 2020 onde algumas plantas tiveram que ser paralisadas temporariamente. Neste contexto, a Companhia classificou como "Despesas relacionadas a pandemia" todos os gastos relacionados a modificações feitas em nossas plantas para prevenir contaminações, assim como custos fixos relacionados a hibernação temporária de plantas durante o início da crise pandêmica. Essas despesas foram classificadas como "Custo dos produtos vendidos" no valor de R$ 1.815 (R$ 32.666 em 30 de junho de 2020).

24. Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado			
	Período de 3 meses findo em:		Período de 6 meses findo em:	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
PIS/COFINS exclusão do ICMS[1] (Nota 11)	240.325	-	240.325	-
Sucata	136	(16)	153	(177)
Indenização de seguros[3]	-	-	2.222	-
Eletrobras[4]	-	-	-	4.581
Ganho (perda) na venda de ativos	(234)	(633)	(50)	(650)
Parada de planta	(193)	(201)	(383)	(362)
Paralisação temporária de plantas e gastos excepcionais[2]	-	(2.210)	-	(4.822)
Outras receitas operacionais	941	82	623	66
	240.975	**(2.978)**	**242.890**	**(1.364)**

(1) Em 14 de maio 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), através do julgamento de embargos de declaração interposto pela União, fixou o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS é o valor destacado na nota fiscal. Além disso, ficou decidido também, quanto a modulação dos efeitos desta decisão com repercussão geral a partir de 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais ou administrativas protocoladas até esta data. Em resumo, os contribuintes que não pleitearam a devolução dos valores até o momento, terão direito a calcular e receber os créditos a partir da data da modulação, ou seja, 15 de março de 2017. Já os contribuintes que questionaram judicialmente a referida exclusão terão direito à devolução dos 5 últimos anos contados a partir da data de protocolo da ação. A Companhia ingressou com ação judicial em 15 de março de 2017, e obteve liminar autorizando a citada exclusão em 05 de maio de 2017 com base no valor do ICMS destacado nas notas fiscais. A administração optou por exercer o seu direito de maneira prospectiva, ou seja, a partir da data da liminar concedida até o julgamento final dos pontos em discussão. Com a decisão do STF, ora estabelecida, a Companhia confirmou o entendimento adotado na exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS referentes aos valores destacados nas notas fiscais.

(2) Devido aos efeitos da pandemia da COVID-19, o Grupo Unigel iniciou em março de 2020 processo de redução da produção no México como forma de compensar a retração mundial da demanda além das dificuldades de distribuição interna e externa. Estes processos de redução apresentam despesas diversas para o Grupo que estão apresentadas nas rubricas destacadas como "Paralisação temporária de planta e gastos excepcionais" onde foram classificados as despesas de paralização de determinadas plantas e custos e despesas voltados para gastos gerais e administrativos.

(3) Valores de prêmios de seguros recebidos em 2021 decorrentes de sinistro na planta da Proquigel ocorrido em 2019.

(4) As controladas Proquigel e CBE possuíam valores a receber da Eletrobrás que estavam em discussão judicial sobre a metodologia de cálculo para atualização dos valores. O Grupo obteve decisão favorável no 1º trimestre de 2020. Desta forma, os valores corrigidos foram contabilizados sendo que as diferenças sobre as bases de cálculo foram consideradas nesta rubrica(outras receitas operacionais) e as diferenças de atualização dos valores foram consideradas no resultado financeiro. Os valores foram recebidos, efetivamente, no 3º trimestre de 2020.

25. Resultado financeiro

	Consolidado			
	Período de 3 meses findo em:		Período de 6 meses findo em:	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Aplicações financeiras sobre ativos mensurados a VJR	5.168	1.070	7.146	2.193
Receita de juros sobre empréstimos e recebíveis	10.677	12	225	298
Descontos obtidos de fornecedores	180	-	444	284
Atualização créditos Eletrobrás(1)	-	-	-	23.460
Atualização sobre crédito de PIS/COFINS	-	-	10.617	-
Outras receitas	75	-	135	747
Total das receitas financeiras	**16.100**	**1.082**	**18.567**	**26.982**
Despesas de juros sobre empréstimos bancários	(85.580)	(69.211)	(164.446)	(123.044)
Descontos concedidos a clientes	(3.205)	(1.600)	(5.241)	(11.861)
Juros sobre passivos de arrendamento	(7.793)	(1.173)	(15.935)	(7.852)
Impostos sobre receitas financeiras e despesas bancárias	(10.896)	(6.245)	(12.847)	(13.014)
Juros pagos a fornecedores	(421)	(3.344)	(1.027)	(3.677)
MtM de derivativos	12.398	983	30.424	(21.224)
Variações cambiais e monetárias	95.081	(44.681)	45.564	(133.034)
Swap accrual	2.262	1.008	3.151	(1.320)
Outras despesas	(1.966)	-	(5.462)	(5.661)
Total das despesas financeiras	**(120)**	**(124.263)**	**(125.819)**	**(320.687)**
Resultado financeiro	**15.980**	**(123.181)**	**(107.252)**	**(293.705)**

(1) Em 2020, o Grupo registrou uma receita decorrente da atualização de créditos da Eletrobrás contabilizados após decisão judicial favorável. Mais detalhes na nota explicativa nº 24 – Outras receitas (despesas) operacionais.

26. Informação sobre segmentos

26.1Base de segmentação

O Grupo é, preponderantemente, um produtor de químicos intermediários atuando na 2º geração da cadeia da indústria petroquímica. Em termos gerais, o Grupo adquire produtos petroquímicos básicos, processa-os e transforma-os em produtos químicos intermediários e finais os quais são fornecidos para produtores ou distribuidores. O negócio de produtos químicos intermediários e finais estão classificados em dois segmentos denominados acrílicos e estirênicos.

Até 31 de dezembro de 2020, o segmento de Acrílicos agregava também uma operação de fertilizantes, que consistia principalmente na produção e venda do Sulfato de Amônio obtido como coproduto da cadeia produtiva de Acrílicos. A partir de janeiro de 2021 essa operação é reportada junto a um novo segmento, denominado Agro, conforme detalhado a seguir.

A partir de 2021, o Grupo passou a ser também um representativo produtor de fertilizantes nitrogenados no Brasil devido ao início das produção das plantas arrendadas da Petrobras (antigas FAFENs) em Sergipe e na Bahia, Este novo segmento foi denominado como "Agro". Em resumo, o Grupo adquire determinadas matérias primas básicas, em especial, gás natural e converte-os em sulfato de amônio, uréia e ARLA, além da compra e revenda de amônia.

A Diretoria Executiva (principal gestor das operações) avalia o desempenho dos negócios separadamente por suas divisões estratégicas (estirênicos, acrílicos e agro). Estes segmentos são gerenciados separadamente pois requerem diferentes tecnologias e diferentes estratégias mercadológicas.

O seguinte resumo descreve as operações de cada segmento:

- Acrílicos: Nosso negócio de Acrílicos consiste principalmente na produção e venda de acrilonitrila, metacrilatos (MMA, EMA e GMAA), chapas e resinas acrílicas e cianeto de sódio. Nossos produtos acrílicos são vendidos principalmente para fabricantes e conversores de produtos químicos de diversos setores da economia, com destaque para construção civil, automotivo, mineração, eletroeletrônicos, têxtil, entre outros.

- Estirênicos: O segmento de Estirênicos consiste principalmente na produção e venda de estireno, poliestireno, látex e tolueno, que são utilizados principalmente na produção de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, materiais de construção e embalagens e descartáveis plásticos. Nossos produtos estirênicos também são vendidos a fabricantes e conversores de produtos químicos.

- Agro: Esse segmento consiste principalmente na produção e venda de sulfato de amônio, ureia e ARLA e compra e revenda de amônia,, que são direcionados, preponderantemente a ao mercado de agronegócios, e, em menor escala, para fabricantes e conversores de produtos químicos.

A Administração do Grupo revisa mensalmente os relatórios gerencias de cada segmento. A matriz corporativa exerce funções de tesouraria, jurídico, controladoria, tecnologia da informação e recursos humanos. A atividade da Matriz não é considerada um segmento por não ser um negócio gerador de receitas para o Grupo, porém o mesmo é incluso apenas para fins de divulgação.

A informação sobre segregação geográfica foi apresentada na nota explicativa nº 22 – Receita líquida.

26.2 Informações sobre segmentos reportados

As informações relacionadas a cada segmento reportado são apresentadas abaixo. O lucro do segmento antes de impostos é usado para medir o desempenho do negócio, uma vez que a administração acredita que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos em relação a outras entidades que operam na mesma cadeia produtiva. O tomador de decisões do Grupo, não analisa ativos líquidos por segmento para tomar decisões estratégicas.

Notas Explicativas

Unigel Participações S.A.
Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
de 30 de junho de 2021

	Consolidado											
	Período de 3 meses findo em:											
	Acrílicos		Estirênicos		Agro[1]		Unidade corporativa		Eliminações		Total	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receita líquida	839.308	252.268	882.260	245.559	259.807	18.762	-	-	(58.197)	-	1.923.178	516.589
Custo dos produtos vendidos	(694.601)	(212.760)	(588.981)	(247.546)	(206.622)	(22.590)	-	-	58.197	-	(1.432.007)	(482.896)
Lucro bruto	**144.707**	**39.508**	**293.279**	**(1.987)**	**53.185**	**(3.828)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**491.171**	**33.693**
Despesas com vendas, administrativas e gerias	(21.900)	(20.128)	(16.085)	(4.000)	(4.640)	(1.489)	(5.145)	(3.547)	-	-	(47.770)	(29.164)
Outras receitas (despesas) operacionais	58.383	(1.868)	180.676	(863)	(3)	(4)	1.919	(243)	-	-	240.975	(2.978)
Resultado antes do resultado financeiros e impostos	**181.190**	**17.512**	**457.870**	**(6.850)**	**48.542**	**(5.321)**	**(3.226)**	**(3.790)**	**-**	**-**	**684.376**	**1.551**
Resultado financeiro	-	-	-	-	-	-	**15.980**	**(123.181)**	-	-	**15.980**	**(123.181)**
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**181.190**	**17.512**	**457.870**	**(6.850)**	**48.542**	**(5.321)**	**12.754**	**(126.971)**	**-**	**-**	**700.356**	**(121.630)**

Notas Explicativas

Unigel Participações S.A.
Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
de 30 de junho de 2021

	Consolidado											
	Período de 6 meses findo em:											
	Acrílicos		Estirênicos		Agro[1]		Unidade corporativa		Eliminações		Total	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receita líquida	1.401.363	489.294	1.598.378	664.299	341.012	54.205	-	-	(80.272)	-	3.260.481	1.207.798
Custo dos produtos vendidos	(1.119.268)	(424.244)	(1.090.160)	(625.024)	(280.120)	(57.857)	-	-	80.272	-	(2.409.276)	(1.107.125)
Lucro bruto	**282.095**	**65.050**	**508.218**	**39.275**	**60.892**	**(3.652)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**851.205**	**100.673**
Despesas com vendas, administrativas e gerias	(51.211)	(41.710)	(23.643)	(11.860)	(6.308)	(3.657)	(7.178)	(8.351)	-	-	(88.340)	(65.578)
Outras receitas (despesas) operacionais	62.984	(436)	180.722	(1.388)	(6)	752	(810)	(292)	-	-	242.890	(1.364)
Resultado antes do resultado financeiros e impostos	**293.868**	**22.904**	**665.297**	**26.027**	**54.578**	**(6.557)**	**(7.988)**	**(8.643)**	**-**	**-**	**1.005.755**	**33.731**
Resultado financeiro	-						**(107.252)**	**(293.705)**	**-**	**-**	**(107.252)**	**(293.705)**
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	**293.868**	**22.904**	**665.297**	**26.027**	**54.578**	**(6.557)**	**(115.240)**	**(302.348)**	**-**	**-**	**898.503**	**(259.974)**

(2) Com o resultado do início das operações de arrendamento das plantas FAFEN em 2020 no período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2021 (veja nota explicativa 15), o Grupo mudou a sua organização interna e a composição de seus segmentos, o que resultou em uma mudança nos segmentos reportáveis. Dessa forma, o Grupo reapresentou as informações dos segmentos anteriormente reportados para o período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2020.

321

27. Instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		Controladora				Consolidado			
		30/06/2021		31/12/2020		30/06/2021		31/12/2020	
	Nota	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos									
Valor justo por meio do resultado (VJR)									
Investimentos de curto prazo	7	-	-	-	-	348.638	348.638	303.789	303.789
Derivativos[1]	31	-	-	-	-	41.637	41.637	48.628	48.628
Derivativos embutidos	31	-	-	-	-	115.989	115.989	86.659	86.659
Créditos contratuais	27.2	-	-	-	-	91.077	91.077	4.914	4.914
Outros recebíveis		-	-	-	-	7.666	7.666	7.087	7.087
		-	-	-	-	605.007	605.007	451.077	451.077
Custo amortizado									
Contas a receber de clientes	8	-	-	-	-	497.002	497.002	207.865	207.865
Dividendos a receber	10	4.218	4.218	4.218	4.218	-	-	-	-
Partes relacionadas	10	2.828	2.828	1.449	1.449	-	-	-	-
		7.046	7.046	5.667	5.667	497.002	497.002	207.865	207.865
Ativos financeiros totais		**7.046**	**7.046**	**5.667**	**5.667**	**1.102.009**	**1.102.009**	**658.942**	**658.942**

(1) Fluxos de caixa descontados: os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e moeda brasileira sem risco para moeda local).

Notas Explicativas

		Controladora				Consolidado			
		30/06/2021		31/12/2020		30/06/2021		31/12/2020	
	Nota	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Passivos									
Valor justo por meio do resultado (VJR)								-	-
Derivativos[1]	31	-	-	-	-	(102.022)	(102.022)	-	-
		-	-	-	-	(102.022)	(102.022)	-	-
Custo amortizado									
Fornecedores	17	(1.215)	(1.215)	(2.052)	(2.052)	(567.450)	(567.450)	(374.619)	(374.619)
Empréstimos e financiamentos	16	(662)	(662)	(744)	(744)	(3.021.475)	(3.485.410)	(2.600.379)	(2.914.180)
Dividendos a pagar	10	(8.626)	(8.626)	(19.938)	(19.938)	(8.626)	(8.626)	(19.938)	(19.938)
Partes relacionadas	10	(1.413.159)	(1.413.159)	(1.383.866)	(1.383.866)	-	-	-	-
Outros passivos		(154)	(154)	(192)	(192)	(4.215)	(4.215)	(4.605)	(4.605)
		(1.423.816)	(1.423.816)	(1.406.792)	(1.406.792)	(3.601.766)	(4.065.701)	(2.999.541)	(3.313.342)
Passivos financeiros totais		**(1.423.816)**	**(1.423.816)**	**(1.406.792)**	**(1.406.792)**	**(3.703.788)**	**(4.167.723)**	**(2.999.541)**	**(3.313.342)**

(1) Fluxos de caixa descontados: os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e moeda brasileira sem risco para moeda local).

27.1 Cálculo do valor justo

27.1.1 Investimentos de curto prazo

(i) *Hierarquia do valor justo*

Nível 2: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

(ii) *Técnica de valorização*

Os investimentos de curto prazo tem seu valor justo calculado pelos fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e CDIxPré livre de risco para moeda local).

(iii) *Inputs significativos não observáveis e sua relação com o valor justo*

O valor justo estimado aumenta (diminui) se a taxa de desconto ajustada ao risco for menor (maior).

27.1.2 Derivativos e derivativos embutidos

(i) *Hierarquia do valor justo*

Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

(ii) *Técnica de valorização*

Os derivativos e derivativos embutidos tem seu valor justo calculado pelos fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e moeda brasileira sem risco para moeda local). O Grupo calcula o valor justo das opções embutidas em swaps (barreiras) e contratos de dívida baseado no modelo Black & Scholes, considerando o prazo de exercício da opção, taxa de atualização (cost of carry), preço de strike, preço atual e volatilidade de mercado para o preço. A quantia resultante do modelo é convertida de Dólares para Reais utilizando a PTAX de fechamento da data-base da demonstração financeira

(iii) *Inputs significativos não observáveis e sua relação com o valor justo*

O valor justo estimado aumenta (diminui) se a taxa de desconto ajustada ao risco for menor (maior). O valor justo aumenta ou diminui com a volatilidade, dependendo da natureza da opção (*call* ou *put*)

27.1.3 Empréstimos e financiamentos

(i) *Hierarquia do valor justo*

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, e

Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

(ii) *Técnica de valorização*

Para a dívida que possui cotação em mercado ativo, como é o caso dos bonds emitidos pelo Grupo, obtem-se os preços cotados. Para as demais dívidas utilizamos o método dos fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e moeda brasileira sem risco para moeda local).

(iii) *Inputs significativos não observáveis e sua relação com o valor justo*

O valor justo estimado aumenta (diminui) se a taxa de desconto ajustada ao risco for menor (maior).

27.1.4 Outros recebíveis

(iv) *Hierarquia do valor justo*

Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

(v) *Técnica de valorização*

Análise de terceiros sobre o valor recuperável da contraparte.

(vi) *Inputs significativos não observáveis e sua relação com o valor justo*

Quanto maior o valor recuperável maior o valor justo.

27.2 Créditos contratuais

Eventualmente o Grupo precisa realizar depósitos vinculados em garantia de operações de fornecimento de mercadorias e serviços. Estes depósitos são feitos em espécie e sofrem atualização durante o prazo da operação eventualmente retornando para as empresas do Grupo com a totalidade da sua atualização vertida para o caixa. A classificação desses créditos contratuais é feita fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa pois o seu resgate depende de outros fatores para ocorrer e, portanto, não é imediato. O Grupo atualiza o valor tempestivamente contra resultado conforme as taxas contratuais. Os valores reconhecidos são R$ 91.077 (R$ 4.914 em 31 de dezembro de 2020).

27.3 Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. Este Conselho estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. O Comitê reporta suas atividades regularmente ao Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, com o objetivo de definir limites de riscos e controles apropriados, e também para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

27.3.1 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira para o Grupo se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. Decorre principalmente dos recebíveis do Grupo e equivalentes de caixa.

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**30/06/2021**	**31/12/2020**	**30/06/2021**	**31/12/2020**
Caixa e equivalentes de caixa	7	119	120	672.851	624.039
Contas a receber de clientes	8	-	-	542.576	250.956
Operações com derivativos	31	-	-	157.626	135.287
Créditos contratuais	27.2	-	-	91.077	4.914
Outros ativos		7.975	4.410	31.113	30.270
		8.094	**4.530**	**1.495.243**	**1.045.466**

O valor registrado dos ativos financeiros representa o máximo da exposição de crédito.

(i) *Caixa e equivalentes de caixa*

Estes valores são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre B+ e AA+, conforme as agências de *rating Standard & Poors* e *Fitch* (doravante denominadas agências de *rating*).

(ii) *Derivativos*

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating AA+ das agências de *rating*.

(iii) *Contas a receber*

A exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. No entanto a Administração também considera

outros fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes tais como o risco padrão associado à indústria e ao país em que os clientes operam.

O comitê de gerenciamento de risco estabeleceu limites de venda para cada cliente. Qualquer venda que exceda esses limites requer aprovação do comitê de gerenciamento de risco. O Grupo limita a exposição ao risco de crédito de contas a receber estabelecendo um período de pagamento máximo de um e três meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

Mais de 50% dos clientes negociam com o Grupo há mais de dez anos e nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida contra os mesmos. Ao monitorar o risco de crédito de clientes, os mesmos são agrupados de acordo com suas características de crédito, inclusive se eles são um indivíduo ou uma entidade jurídica, fabricante ou cliente individual, sua localização geográfica, histórico comercial com o Grupo e existência de antecedentes de dificuldades financeiras. Além destes procedimentos de verificação de crédito, não há clientes que representem mais do que 10% das receitas totais do Grupo.

Existem vendas sujeitas a garantias, de modo que, em caso de não pagamento, o Grupo pode ter um crédito garantido.

Exposição ao risco de crédito do contas a receber por segmento e mercado (Nota explicativa nº 8):

	Consolidado							
	Acrílicos		Estirênicos		Agro		Total	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Mercado interno	107.659	49.652	148.814	40.620	69.219	23.047	325.692	113.319
Mercado externo	104.149	95.813	102.529	35.757	-	-	206.678	131.570
Partes relacionadas (Nota 10)	-	-	10.206	6.067	-	-	10.206	6.067
	211.808	**145.465**	**261.549**	**82.444**	**69.219**	**23.047**	**542.576**	**250.956**

O Grupo estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa a estimativa das perdas incorridas em relação a contas a receber de clientes**.**

Faixas de apropriação de perda estimada de crédito, conforme aging, segmento e mercado

	A vencer	1-30	31-60	61-90
Acrílicos	**0,57%**	**0,57%**	**0,69%**	**0,85%**
Mercado externo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mercado interno	1,14%	1,14%	1,37%	1,70%
Estirênicos	**0,03%**	**0,03%**	**0,03%**	**0,03%**
Mercado externo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mercado interno	0,05%	0,06%	0,06%	0,06%
Agro	**0,57%**	**0,57%**	**0,69%**	**0,85%**
Mercado externo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Marcado interno	1,14%	1,14%	1,37%	1,70%

As faixas de apropriação de perda estimada de crédito do segmento Agro seguem atualmente as estimativas do segmento de acrílicos.

27.3.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco do Grupo ter dificuldade em cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados mediante entrega de caixa ou outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo é garantir, na medida do possível, que terá liquidez suficiente para atender às suas responsabilidades quando devidas, em condições normais e estressadas, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou arriscar danos à reputação do Grupo.

O Grupo pretende manter o nível de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente líquidos por um montante que exceda as saídas de caixa esperadas em passivos financeiros atuais. O Grupo também monitora o nível de entradas de caixa esperadas nas contas a receber de clientes, juntamente com as saídas de caixa esperadas de contas a pagar e outros.

A seguir, os demais vencimentos contratuais dos passivos financeiros. Os valores são brutos e não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais:

	30/06/2021				
Passivos financeiros não derivativos	**01 a 12 meses**	**13 a 24 meses**	**25 a 36 meses**	**Acima de 36 meses**	**Total valor futuro**
Empréstimos e financiamentos	505.468	540.269	482.905	6.216.540	7.745.182
Fornecedores	567.450	-	-	-	567.450
Outras contas a pagar	3.859	356	-	-	4.215
	1.076.777	**540.625**	**482.905**	**6.216.540**	**8.316.847**

	31/12/2020				
Passivos financeiros não derivativos	**01 a 12 meses**	**13 a 24 meses**	**25 a 36 meses**	**Acima de 36 meses**	**Total valor futuro**
Empréstimos e financiamentos	571.249	223.536	391.261	2.441.988	3.628.034
Fornecedores	374.619	-	-	-	374.619
Outras contas a pagar	4.246	359	-	-	4.605
	950.114	**223.895**	**391.261**	**2.441.988**	**4.007.258**

Os pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos no quadro acima, refletem as taxas de juros de mercado, que estvam em vigor naquela data. E esses valores podem mudar à medida que as taxas de juros de mercado mudam.

Conforme o divulgado na nota explicativa nº 16 – Empréstimos e financiamentos, o Grupo está sujeito à covenants financeiros, cujo não cumprimento pode exigir que o pagamento antecipado dos seus empréstimos indicados na tabela acima. A Administração do Grupo monitora regularmente estes índices para garantir que os contratos estejam sendo cumpridos. O Grupo está em *compliance* com todos os covenants financeiros na data de emissão dessas informações financeiras.

27.3.3 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado tais como, taxas de câmbio, taxas de juros e preços, afetarão o lucro do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis ao mesmo tempo em que otimiza os retornos.

27.3.4 Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial, na medida em que existe uma incompatibilidade entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos e financiamentos são denominadas em contrapartida às respectivas moedas funcionais das empresas do Grupo. A moeda funcional do Grupo é o Real.

Geralmente, os empréstimos e financiamentos são denominados em moedas que correspondam aos fluxos de caixa gerados pelas operações subjacentes do Grupo, principalmente dólares americanos e/ou reais. Além disso, os juros sobre empréstimos e financiamentos são denominados na moeda do empréstimo. Isso fornece uma cobertura econômica sem derivativos e contabilização de hedge (Nota explicativa nº 27.4).

Para a operação de Bond, denominada em dólares americanos o Grupo utiliza *swaps* de fluxo de caixa com barreiras para a proteção de parte do risco cambial.

Em relação a outros ativos e passivos monetários, denominados em moedas estrangeiras, a política do Grupo é assegurar que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas pontuais, quando necessário, para solucionar desequilíbrios de curto prazo.

Os dados quantitativos resumidos sobre a exposição do Grupo ao risco cambial, reportados à administração, estão convertidos pela última taxa de conversão do período reportada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), como segue:

		30/06/2021			31/12/2020		
	Nota	**BRL**	**USD**	**MXM**	**BRL**	**USD**	**MXM**
Taxa de conversão		1,0000	5,0022	0,2511	1,0000	5,1967	0,2610
Aplicações financeiras - MXM	7	22.660	-	90.243	21.826	-	83.625
Caixa em bancos em dólares - USD	7	289.294	57.833	-	280.237	53.926	-
Contas a receber - USD	8	206.679	41.318	-	131.570	25.318	-
Empréstimos e financiamentos - USD	16	(2.761.766)	(552.110)	-	(2.338.208)	(449.941)	-
Empréstimos e financiamentos - MXM	16	-	-	-	(3.195)	-	(12.241)
Derivativos – USD(1)		1.000.440	200.000	-	1.039.340	200.000	-
Derivativos – USD(2)		594.000	110.000	-	-	-	-
Derivativos – USD(3)		550.242	110.000	-	-	-	-
Fornecedores	17	(166.492)	(33.284)	-	(154.448)	(29.720)	-
Exposição líquida		**(264.943)**	**(66.243)**	**90.243**	**(1.022.878)**	**(200.417)**	**71.384**

(1) S*waps* cambiais com valor nocional de U$ 200 milhões com barreiras entre R$ 4,15 e R$ 5,60;

(2) *Swaps* cambiais com valor nocional de U$ 110 milhões com barreiras entre R$ 5,40 e R$ 8,00;

(3) *Swaps* cambiais com valor nocional de U$ 110 milhões com barreiras entre R$ 5,00 e R$ 7,50.

(i) *Análise de sensibilidade*

Uma apreciação (depreciação) razoável do dólar norte-americano e peso mexicano frente ao real em 30 de junho de 2021 teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e, consequentemente, afetado o patrimônio e resultado do Grupo pelos valores abaixo. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto das vendas e compras previstas.

	Consolidado			
	30/06/2021			
	Cenários em USD		Cenários em MXM	
Taxa de conversão	1,0000	5,0022	1,0000	0,2511
Exposição líquida	(264.943)	(66.243)	22.660	90.243
	Possível +25%	**Remoto +50%**	**Possível -25%**	**Remoto -50%**
	6,2528	7,5033	0,1883	0,1256
Exposição líquida (cenários)	(544.764)	(878.064)	16.995	11.330
Efeitos	(279.821)	(613.121)	(5.665)	(11.330)

	Consolidado			
	31/12/2020			
	Cenários em USD		Cenários em MXM	
	BRL	USD	BRL	USD
Taxa de conversão	1,0000	5,1967	1,0000	0,2610
Exposição líquida	(1.041.507)	(200.417)	18.631	71.384
	Possível +25%	**Remoto +50%**	**Possível -25%**	**Remoto -50%**
	6,4959	7,7951	0,1958	0,1305
Exposição líquida (cenários)	(1.301.889)	(1.562.271)	13.977	9.316
Efeitos	(260.382)	(520.764)	(4.654)	(9.315)

27.3.5 Risco de taxa de juros

O Grupo adota uma política de garantir que parte de sua exposição ao risco de taxa de juros esteja em uma taxa fixa.

O perfil das taxas de juros dos instrumentos financeiros com juros do Grupo, conforme relatado pela administração, é o seguinte:

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Instrumentos a taxa fixa		
Passivos financeiros	(2.723.120)	(2.295.177)
Instrumentos a taxa variável		
Ativos fincanceiros	348.638	303.789
Passivos financeiros	(298.355)	(295.233)

(i) *Análise de sensibilidade*

Os instrumentos financeiros, inclusive não derivativos, estão expostos a mudanças no valor justo como resultado da flutuação das taxas de juros. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às suas variáveis são apresentadas a seguir:

O Grupo selecionou dois riscos de mercado que podem afetar mais fortemente os valores dos instrumentos financeiros detidos, que seriam as mudanças na taxa Libor e CDI.

Os possíveis cenários consideram mudanças de 25% para 50%, respectivamente, relacionadas à variável de risco relevante em relação à taxa base.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade das variações de taxa:

	Consolidado				**Consolidado**			
	30/06/2021				**31/12/2020**			
	Cenários em Libor		**Cenários em CDI**		**Cenários em Libor**		**Cenários em CDI**	
	Libor		CDI		Libor		CDI	
Taxa de conversão	0,0400%		2,2764%		0,3400%		2,7500%	
Passivos financeiros	(150.858)		(96.010)		(148.945)		(95.824)	
Efeitos na demonstração do resultado	(60)		(2.186)		(506)		(2.635)	
	Possível +25%	**Remoto +50%**	**Possível +25%**	**Remoto +50%**	**Possível +25%**	**Remoto +50%**	**Possível +25%**	**Remoto +50%**
	0,0500%	0,0600%	2,8455%	3,4146%	0,4250%	0,5100%	3,4375%	4,1250%
Empréstimos e financiamentos (efeitos no balanço patrimonial)	(150.933)	(150.949)	(98.742)	(99.288)	(149.079)	(149.199)	(99.118)	(99.777)
Efeitos na demonstração do resultado	(75)	(91)	(2.732)	(3.278)	(640)	(760)	(4.394)	(3.953)

27.4 Ativos e passivos designados a *hedge* de fluxo de caixa

O Grupo optou por manter o modelo de *hedge accounting* do CPC 38 / IAS 39

27.4.1 Hedge de fluxo de caixa - Variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira

A tabela seguinte indica os períodos nos quais o fluxo de caixa associado ao *hedge* de fluxo de caixa deve ocorrer e os respectivos saldos dos instrumentos de *hedge*.

	30/06/2021		31/12/2020	
	Ativos - contas a receber de clientes	**Passivos - empréstimos e financiamentos**	**Ativos - contas a receber de clientes**	**Passivos - empréstimos e financiamentos**
Saldo contábil	**497.002**	**(465.871)**	**207.865**	**(2.318.598)**
1-12 meses	51.736	(51.736)	241.046	(241.046)
13-24 meses	58.672	(58.672)	239.642	(239.642)
25-26 meses	108.077	(108.077)	523.868	(523.868)
Acima de 36 meses	247.386	(247.386)	1.314.042	(1.314.042)
	465.871	**(465.871)**	**2.318.598**	**(2.318.598)**

27.4.2 Hedge de fluxo de caixa - Bond e Swaps

O Grupo contratou instrumentos financeiros derivativos para a proteção de juros pré-fixados e variação cambial sobre sua emissão de Bonds no exterior. Ambos os instrumentos possuem vencimento em 2026. A seguir demonstramos a reconciliação dos valores de *accrual* e o ajuste de marcação a mercado ("MtM") dos derivativos contratados registrados no balanço patrimonial do Grupo:

	30/06/2021			31/12/2020		
	Accrual	**Ajuste de MtM**	**Valor justo**	***Accrual***	**Ajuste de MtM**	**Valor justo**
Swap	(3.956)	(103.068)	(107.024)	3.320	45.308	48.628
Total circulante	**(3.956)**	**(103.068)**	**(107.024)**	**3.320**	**45.308**	**48.628**
Swap	175.047	(175.047)	-	213.463	(213.463)	-
Total não circulante	**175.047**	**(175.047)**	**-**	**213.463**	**(213.463)**	**-**
Total das operações com derivativos	**171.091**	**(278.115)**	**(107.024)**	**216.783**	**(168.155)**	**48.628**

A relação do derivativo com o Bond é demonstrada abaixo:

Instrumento	Moeda	Indexador	Principal/ Nocional (USD)	Principal/ Nocional (BRL)	Variação cambial
Empréstimo	USD		(420.000)	(1.894.000)	(206.924)
Swaps ponta ativa	USD		420.000	2.144.682	170.682
Swaps ponta passiva	BRL	CDI	(420.000)	(1.974.000)	-
Empréstimo + *Swaps* correntes			**(420.000)**	**(1.894.000)**	**(36.242)**
Swaps liquidados	USD		200.000	830.000	80.000
Empréstimo + *Swaps* total			**(420.000)**	**(1.894.000)**	**43.758**

Os fluxos de caixa de ambos os instrumentos financeiros possuem os mesmos vencimentos.

A Companhia designou um hedge de fluxo de caixa para esta operação tendo como instrumento de *hedge* os derivativos contratados e como objeto de *hedge* o bond emitido pela Companhia. Esta relação de *hedge accounting* estabelece a contabilização da parcela efetiva do ajuste de marcação a mercado não realizado do derivativo no resultado abrangente. Em 30 de junho de 2021, o valor contabilizado no patrimônio líquido era de R$ 277.916 (R$ 167.956 em 31 de dezembro de 2020) líquido dos efeitos de impostos.

27.4.3 Hedge de fluxo de caixa – Opções de Brent

O Grupo contratou instrumentos financeiros derivativos para a proteção das compras projetadas de Gás Natural do segmento Agro que tem seu preço em dólares atrelado ao preço em dólares do barril de petróleo *Brent*. O objeto do *hedge* são as transações altamente prováveis de compra de Gás Natural e o instrumento de *hedge* são opções de compra de *Brent* mês a mês de acordo com a projeção de compras. Esta estratégia faz com que quase a totalidade das compras de Gás Natural esteja protegida de aumentos no preço do barril de *Brent*. Pelos instrumentos de proteção serem opções, se houver queda do preço em dólares do barril de *Brent* o Grupo se beneficia da redução, se houver alta no preço o Grupo está protegido.

Os prêmios das opções contratadas são em reais e possuem vencimento próximo a data de exercício das opções e desta forma foram classificados na rubrica "Prêmios de opções a pagar". No entanto o Grupo acredita que para um maior equilíbrio das suas operações e exposições a moeda estrangeira o prêmio deveria ser em dólares. Para ter o efeito equivalente de uma operação em dólares americanos o Grupo contratou derivativos de termo de moeda (*Non-deliverable forward* ou NDF) no mesmo volume dos prêmios a serem pagos.

As duas estruturas de *hedge*, portanto, visam a proteção dos custos com Gás Natural e o equilíbrio das exposições cambiais do Grupo, no entanto, possuem uma fonte de assimetria contábil, uma vez que as projeções de transações altamente prováveis de compras só são contabilizadas quando ocorrem efetivamente e os prêmios de opções a pagar estão contabilizados pelo custo amortizado, enquanto os derivativos instrumento de *hedge* são contabilizados pelo valor justo. Desta forma, e para eliminar a assimetria contábil dos ajustes a

valor justo dos derivativos de instrumento de *hedge*, o Grupo optou por estabelecer uma estrutura de *hedge* de fluxo de caixa para a estratégia. Sendo assim, os ajutes a valor justo dos derivativos, na medida em que há efetividade da estrutura de *hedge*, são contabilizados nas contas patrimoniais em contra-partida de contas do patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

Abaixo demonstramos os fluxos protegidos:

Mês	Volume Brent Protegido
Julho/2021	210.000
Agosto/2021	210.000
Setembro/2021	210.000
Outubro/2021	210.000
Novembro/2021	210.000
Dezembro/2021	210.000

27.4.4 Hedge de fluxo de caixa – Efeitos no resultado e em outros resultados abrangentes

(i) *Empréstimos e financiamentos – Variação cambial*

	30/06/2021		31/12/2020	
	DRA	DRE	DRA	DRE
Variação cambial de passivos	26.434	86.643	(224.624)	(70.047)
Impostos diferidos	-	-	36.318	-
	26.434	**86.643**	**(188.306)**	**(70.047)**

(ii) *Bond e swap*

		30/06/2021		31/12/2020	
	Nota	DRA	DRE	DRA	DRE
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	27.4	-	(38.416)	-	(209.340)
Variação cambial de *swap*	27.4	-	38.416	-	209.340
Juros de *swap*	25	-	(2.341)	-	5.216
Ajustes a valor justo de *swap*	27.4 e 25	(109.960)	-	(164.275)	(26.332)
Impostos diferidos	27.4	-	-	30.199	1.130
		(109.960)	**(2.341)**	**(134.076)**	**(19.986)**

(iii) *Opções de brent*

	30/06/2021	
	DRA	**DRE**
Variação cambial de NDF (USD)	-	5.492
Ajuste de valor justo NDF	(1.584)	-
Ajuste de valor justo opções	38.143	-
	36.559	**5.492**

27.5 Gerenciamento de capital

A Compnahia mantém uma política de gestão de capital visando o equilíbrio entre o capital próprio (transferências de capital e retenção de lucros) e o capital de terceiros que o Grupo capta para financiar suas operações. Para mitigar eventuais riscos de liquidez e manter o custo médio ponderado do capital em níveis adequador, o Grupo monitora, permanentemente, os resultados gerados por essa escolha através do seu grau de endividamento com base no cálculo de Dívida Líquida / EBITDA (Lucro antes dos impostos ajustado pelo resultado financeiro e pela depreciação).

28. Subvenções e assistências governamentais

28.1 Incentivo fiscal estadual – Desenvolve - Bahia

O Grupo recebe diversos benefícios fiscais no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, onde o incentivo mais longínquo permanecerá em vigor até abril de 2026. Estes incentivos fiscais estão associados à cadeia de produção de estireno e acrílicos. O Grupo se beneficia de um período de carência de até 72 (setenta e dois) meses para pagamento dos impostos. No caso de pagamentos antecipados, o Grupo é elegível a um desconto de até 81% (oitenta e um por cento) do saldo devedor mensal do ICMS.

Em 30 de junho de 2021, o Grupo obteve um benefício de R$ 113.352 (R$ 50.332 em 30 de junho de 2020).

28.2 Incentivo fiscal estadual PSDI – Programa Sergipano de Desinvolvimento Industrial

A Proquigel tem direito ao benefício fiscal no âmbito do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI até abril de 2030, associado à cadeia de produção de fertilizantes (segmento agro). A Companhia se beneficia de diferimento nas importações de matérias-primas e bens para o ativo imobilizado, assim como, a isenção no recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS em aquisições interestaduais de bens de capital novos. Além disso, o benefício possibilita que a Companhia recolha o percentual equivalente a 6,2% do ICMS devido no mês. Em 30 de junho de 2021, o Grupo ainda não iniciou a utilização deste benefício.

28.3 Incentivo fiscal federal - lucro da exploração

Conforme Laudos Constitutivos expedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Grupo goza do direito de redução de 75% do imposto de renda sobre os resultados das operações da Companhia Brasileira de Estireno (como sucessora por incorporação da Acrinor) localizadas em Camaçari/BA e da Proquigel até o exercício fiscal de 2027 e sobre os resultados da Unigel Plásticos S.A. até o exercício fiscal de 2020. O benefício da Unigel Plásticos S.A. está sendo renovado pela autoridade fiscal. A solicitação feita, quando aprovada, será retroativa à 1º de janeiro de 2021.

Em 30 de junho de 2021 a subsidiária Companhia Brasileira de Estireno teve um benefício de R$ 39.345 (Em 30 de junho de 2020, nenhuma empresa do Grupo utilizou o benefício por estarem apurando prejuízo).

28.4 REINTEGRA - Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras

O Grupo está contemplado na Lei 13.043/14 - Reintegra - a qual concede créditos tributários quando a Companhia realiza exportações de produtos fabricados internamente, que podem ser compensados com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos federais.

Em 30 de junho de 2021 o Grupo obteve um benefício de R$ 957 (R$ 2.303 em 30 de junho de 2020) através das empresas Acrinor, Proquigel, CBE e Unigel Plásticos.

28.5 REIQ – Regime Especial da Indústria Química

O Regime Especial da Indústria Química foi instituído a partir de 2013 pelo Governo Federal do Brasil e tem como objetivo a recuperação e a manutenção da competitividade das indústrias petroquímicas nacionais de 1ª e 2ª geração. Neste contexto, o Grupo é beneficiado até dezembro de 2024 pela desoneração tributária de parte das alíquotas de PIS e COFINS na compra de determinadas matérias primas importadas ou fornecidas pela 1ª geração da indústria petroquímica brasileira.

No período findo em 30 de junho de 2021, o Grupo apurou um crédito de R$ 44.118 (R$ 24.664 em 30 de junho de 2020), que está lançado como redutor de custos na rubrica “custo dos produtos vendidos” da demonstração do resultado.

29. Garantias e avais

O Grupo possui bens dados em garantia de operações de crédito com terceiros no valor estimado de R$ 261.830 em 30 de junho de 2021, valor este reduzido em decorrência da liquidação da operação do BOND 2024 e, consequente liberação de garantias (R$ 1.088.123 em 31 de dezembro de 2020), compostos substancialmente por imóveis. Adicionalmente, a controladora é avalista de operações de outras empresas do Grupo. A controladora não possui avais em 30 de de junho de 2021 (R$ 406.522 em 31 de dezembro de 2020).

30. Lucro (Prejuízo) por ação

30.1 Básico

O lucro (prejuízo) por ação básico foi calculado com base no resultado acumuladodos períodos e na respectiva quantidade média de ações em circulação nestes mesmos exercícios, conforme o quadro a seguir:

	Consolidado			
	Período de 3 meses findo em:		Período de 6 meses findo em:	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido (prejuízo) do período	554.954	(98.527)	708.714	(244.198)
Quantidade ponderada média de ações ao final do exercício	414.297.488	414.297.488	414.297.488	414.297.488
Lucro (prejuízo) por lote de mil quotas - R$	**1,3395**	**(0,2378)**	**1,7106**	**(0,5894)**

30.2 Diluído

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possuí nenhum fator diluidor do seu lucro básico.

31. Operações com derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

	Consolidado		
	30/06/2021		31/12/2020
	Ativo	Passivo	Ativo
Swaps	-	(107.024)	48.628
Opções	41.637	-	-
NDFs	-	5.002	-
Derivativos embutidos – Opções	115.989	-	86.659
	157.626	**(102.022)**	**135.287**

Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

31.1 Derivativos embutidos

31.1.1 Opções de recompra antecipada dos Bonds

Os *bonds* do Grupo possuem opções de recompra antecipada. O Grupo pode recomprar os *bonds* em sua totalidade ou em parte em determinados intervalos de tempo, pelos preços de recompra a seguir (expressos como um percentual do principal), acrescidos de juros apropriados e não pagos:

Periodo	Preço de recompra
2022	104,375%
2023	102,188%
2024	101,094%
2025 em diante	100,000%

Essas opções de recompra representam um direito de adquirir a dívida do Grupo por um preço pré-definido, são separáveis do contrato principal e são considerados derivativos embutidos.

Uma vez que essas opções são válidas por todo um período (por exemplo: de 2022 até 2023) o Grupo calculou o valor justo dessas opções como opções americanas tendo o preço de recompra como o preço de *strike*.

O valor justo desses derivativos embutidos é de R$ 115.989 (R$ 86.659 em 31 de dezembro de 2020).

32. Transações não envolvendo caixa

Em 30 de junho de 2021, as principais transações que não envolveram caixa no Fluxo de Caixa Consolidado foram:

(i) Variações de fornecedores de imobilizado no valor de R$ 10.355 (R$ 0 em 30 de junho de 2020);

(ii) Adições de ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no valor de R$ 41.544 (R$ 4.974 em 30 de junho de 2020).

33. Eventos subsequentes

Em 15 de julho de 2021, o Grupo retomou o valor de caixa depositado de R$ 86.752, que representava garantia contratual referente a contrato de compra de gás natural, sendo que em substituição, o Grupo apresentou nova garantia por meio de carta fiança.

ANEXO II ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

UNIGEL PARTICIPAÇÕES S/A

CNPJ/ME nº 05.303.439/0001-07

NIRE nº 35.300.192.087

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º. A **UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia") é uma sociedade por ações com prazo de duração indeterminado, regida por este Estatuto Social, pelas disposições legais brasileiras aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pelo Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Primeiro – Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo – Em caso de conflito entre as regras deste Estatuto Social e as regras do Regulamento do Novo Mercado, prevalecerão as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105 - 11° andar - Sala Unigel Participações, Bairro Cidade Monções - CEP 04571-010.

Parágrafo Único - A Companhia, por deliberação de sua Diretoria, poderá abrir e manter filiais, armazéns, lojas, escritórios ou outras instalações em qualquer parte do País ou no exterior.

Artigo 3º. A Companhia tem como objeto social: (a) participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, quotista ou acionista; (b) prestação de serviços de organização, planejamento, consultoria financeira ou administrativa às Companhias em que participe; (c) prestação de serviços comerciais e industriais para indústrias químicas e de transformação de resinas, preparação de misturas químicas, assistência técnica à indústria química e semelhantes; (d) administração de bens próprios e de terceiros; e (e) representação geral por conta própria e de terceiros.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 4º. O capital da Companhia é de R$ **276.185.469,00** (duzentos e setenta e seis milhões, cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em **414.297.488** (quatrocentos e quatorze milhões, duzentos e noventa e sete mil, quatrocentas e oitenta e oito) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada uma das ações ordinárias da Companhia confere ao seu titular direito a 01 (um) voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Segundo - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.

Artigo 5º. O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, mediante a emissão de até **210.000.000 (duzentas e dez milhões) de ações ordinárias**.

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração fixará o número, preço, prazo e forma de integralização e as demais condições da emissão das ações, exceção feita à integralização em bens, que dependerá da aprovação da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo – A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado. Nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição destinadas à subscrição pública ou particular, a Companhia, mediante aviso divulgado na forma da "*Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Unigel Participações S.A.*", comunicará aos acionistas a deliberação do Conselho de Administração em aumentar o capital social, informando todas as características e condições da emissão e o prazo para o exercício do direito de preferência, o qual poderá ser excluído nos aumentos por subscrição pública, nos termos do Parágrafo Terceiro abaixo, mas não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias nos aumentos por subscrição particular.

Parágrafo Terceiro - A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4°, da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, , ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, dentro do limite do capital autorizado.

Parágrafo Quarto - O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações.

Parágrafo Quinto - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III - DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 6º. A Assembleia Geral Ordinária será realizada dentro dos 04 (quatro) primeiros meses subsequentes ao encerramento do exercício social da Companhia e a Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que houver interesse da Companhia.

Parágrafo Único - Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador, acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento que represente os cotistas, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

Artigo 7º. Sem prejuízo das demais disposições normativas aplicáveis, compete exclusivamente à Assembleia Geral:

(i) alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições deste Estatuto;

(ii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações, observado que não serão bonificadas as ações que eventualmente estiverem em tesouraria;

(iii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração, bem como definir seu número de cargos dentro do estabelecido neste Estatuto Social, e, quando houver, do Conselho Fiscal;

(iv) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

(v) autorizar a emissão de valores mobiliários, bônus, debêntures e outros títulos conversíveis em ações, em valor superior ao capital autorizado da Companhia;

(vi) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

(vii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

(viii) fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;

(ix) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado;

(x) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e julgar-lhes as contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

(xi) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; e

(xii) aprovar planos de opções de ações (*stock option*) ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações de emissão da Companhia ou das subsidiárias, ou utilização de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias.

Artigo 8º. As Assembleias Gerais serão convocadas, conforme disposto nos artigos 123 e 124 da Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria ou pelos próprios acionistas, sendo instaladas e presididas pelo Diretor de Relações com Investidores ou pelo Diretor Jurídico e secretariadas por qualquer profissional indicado para tanto.

Artigo 9º. As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) das ações emitidas com direito a voto, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas presentes, nos termos do artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Primeiro - As deliberações das Assembleias Gerais de acionistas, ressalvados os casos previstos em disposição de lei, serão todas tomadas pela maioria dos acionistas titulares de ações com direito a voto presentes nas Assembleias, não se computando os votos em branco. Todo acionista poderá participar e votar à distância em Assembleia Geral, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e regulamentação da CVM.

Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral que tiver por objeto a reforma deste estatuto se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do capital social com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica.

Parágrafo Quarto - Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

CAPÍTULO IV - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 10. A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, respeitadas as competências e atribuições, legais, regulamentares, e estatutárias, de cada um dos órgãos e com o Acordo de Acionistas, conforme aplicável, arquivado em sua sede, se houver.

Parágrafo Único - A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 30.

SEÇÃO I - DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 11. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 07 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - Dos membros do Conselho de Administração, um deverá ser Presidente e outro Vice-Presidente, designados pela Assembleia Geral que eleger o órgão.

Parágrafo Segundo - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Terceiro – Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido, no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Quarto - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Parágrafo Quinto - Além do disposto neste Estatuto Social, o funcionamento do Conselho de Administração também deverá observar o disposto em seu Regimento Interno.

Artigo 12. Em suas ausências e impedimentos temporários, o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente no exercício de suas funções. Na falta de ambos, caberá à Reunião do Conselho de Administração a indicação do substituto dentre os membros do Conselho.

Parágrafo Primeiro - Em caso de vacância de qualquer cargo no Conselho de Administração, inclusive o de Presidente e de Vice-Presidente, se remanescer número inferior a 03 (três) membros, a Assembleia Geral será convocada para eleger o seu substituto, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data da vacância.

Parágrafo Segundo - Vagando o cargo de Presidente, assumirá as suas funções o Vice-Presidente, até a realização da Assembleia Geral a que alude o Parágrafo Primeiro desse Artigo.

Artigo 13. O Conselho de Administração reunir-se-á forma ordinária preferencialmente uma vez ao mês e no mínimo 10 (dez) vezes ao ano e, extraordinariamente, sempre que convocado **(i)** pelo Presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração, **(ii)** por 03 (três) conselheiros, no mínimo, ou **(iii)** por solicitação da Diretoria, aprovada em reunião desta.

Parágrafo Primeiro - O Presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração, no caso de ausência do Presidente, convocará reunião extraordinária do Conselho quando solicitado pela Diretoria, para apreciação de matéria que não possa aguardar a realização da próxima reunião ordinária, conforme disposto no *caput* acima.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas, mediante aviso escrito, admitido meio eletrônico, enviado com antecedência de 05 (cinco) dias para a primeira convocação e 03 (três) dias para a segunda convocação, contendo a pauta das matérias a serem tratadas, podendo, entretanto, ser dispensada a convocação e sendo considerada regular a reunião a que estejam presentes todos os seus membros. Ficam ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho.

Parágrafo Terceiro - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia, mas serão também admitidas reuniões (i) em quaisquer filiais da Companhia, desde que previamente comunicado no aviso de convocação e/ou (ii) por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios similares de comunicação.

Parágrafo Quarto - As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos Conselheiros, dentre eles, necessariamente, o Presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração, e, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, e serão dirigidas pelo Presidente ou Vice-Presidente, e secretariadas por 01 (um) secretário nomeado pelo Presidente ou seu substituto. Será considerado presente à reunião o Conselheiro que possa dela participar à distância, pelo meio de comunicação adequado, incluindo, mas a tanto não se limitando, por meio de áudio ou videoconferência, tudo sem qualquer prejuízo à validade das decisões tomadas, manifestando seu voto.

Parágrafo Quinto - Observadas as regras de convocação e instalação, as deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria de votos dos presentes, cabendo a cada conselheiro 01 (um) voto nas deliberações do órgão, sendo que o Presidente ou, na sua ausência, o Vice-Presidente, além de seu voto próprio, também terá o voto de qualidade, no caso de empate.

Artigo 14. Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto Social:

(i) definir estratégias de negócios, considerando os impactos das atividades da Companhia na sociedade e no meio ambiente, visando a perenidade da Companhia e a criação de valor no longo prazo;

(ii) avaliar periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade e conformidade *(compliance)* e aprovar uma política de gestão de riscos compatível com as estratégias de negócios;

(iii) definir os valores e princípios éticos da Companhia e zelar pela manutenção da transparência da Companhia no relacionamento com todas as partes interessadas;

(iv) rever anualmente o sistema de governança corporativa, visando a aprimorá-lo;

(v) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral;

(vi) rever e aprovar as alterações do Código de Ética e Conduta da Companhia;

(vii) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou sobre a emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do limite do capital autorizado e a fixação do respectivo preço de emissão;

(viii) deliberar e aprovar sobre transações e quaisquer negócios jurídicos, tais como mas não se limitando a acordos, contratação de empréstimos, financiamentos, emissão de títulos de qualquer natureza, assunção de dívidas, outorga de avais, fianças, constituição de ônus reais e a concessão de garantias de qualquer natureza, pela Companhia e/ou suas subsidiárias e controladas que, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses, importem em obrigação igual ou superior a **R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais),** excetuadas as atividades regulares de aquisição de matérias primas e insumos e venda de produtos;

(ix) autorizar a alienação, por qualquer forma, de bens móveis e imóveis do ativo não circulante em montante igual ou superior a **R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais),** pela Companhia ou suas subsidiárias e controladas;

(x) eleger, destituir e/ou substituir os Diretores da Companhia;

(xi) fixar as atribuições da Diretoria, supletivas das conferidas neste Estatuto Social;

(xii) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia;

(xiii) solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vista de celebração e de quaisquer outros atos;

(xiv) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do Art. 132 da Lei das Sociedades por Ações;

(xv) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(xvi) escolher, contratar e destituir os auditores independentes;

(xvii) estabelecer a remuneração individual dos administradores, quando a Assembleia Geral a tiver fixado globalmente, bem como aprovar plano de cargos e salários da Companhia, observado as demais disposições deste Estatuto Social;

(xviii) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como examinar e deliberar sobre os balanços semestrais, ou sobre balanços levantados em períodos menores, e o pagamento de dividendos decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

(xix) submeter à Assembleia Geral propostas objetivando o aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações e reforma do Estatuto Social;

(xx) apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias ou controladas instaladas no País ou no exterior;

(xxi) autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias pela Companhia ou suas subsidiárias e controladas, bem como autorizar a constituição de *joint ventures* ou realização de alianças estratégicas com terceiros;

(xxii) deliberar sobre a emissão pública ou privada de *bonds*, debêntures não conversíveis em ações, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;

(xxiii) aprovar a implementação e alocação de planos de outorga de opções de compra de ações (*stock option*) ou instrumentos similares já aprovados pela Assembleia Geral que envolvam a emissão de ações da Companhia ou das subsidiárias da Companhia a qualquer administrador ou empregado da Companhia, desde que dentro do limite aprovado pela Assembleia Geral;

(xxiv) manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: **(i)** a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; **(ii)** os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; **(iii)** as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; **(iv)** outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

(xxv) aprovar a saída da Companhia do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações de sua emissão sejam negociadas;

(xxvi) aprovar as políticas e regimentos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável;

(xxvii) definir a política de expansão dos negócios da Companhia, diante da situação financeira e perspectivas de rentabilidade;

(xxviii) aprovar negociações e contratos que não façam parte do andamento normal das atividades da Companhia, bem como aprovar a celebração de negócios ou contratos com administradores, acionistas ou partes relacionadas, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia em valores superiores a **R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)**;

(xxix) aprovar o plano anual de negócios e previsão orçamentária da Companhia e subsidiárias, incluindo estimativa de aquisição de matérias-primas e outros insumos;

(xxx) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Primeiro abaixo;

(xxxi) aprovar as atribuições da área de auditoria interna; e

(xxxii) deliberar e aprovar projetos e operações que lhe sejam submetidos pela Diretoria e que estejam em linha com os negócios da Companhia.

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo, remuneração e funcionamento.

Parágrafo Segundo - Os Conselheiros deverão abster-se de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações

SEÇÃO II - DIRETORIA

Artigo 15. A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 09 (nove) membros, acionistas ou não, residentes e domiciliados no País, sendo 01 (um) Diretor-Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor de Relações com Investidores, 01 (um) Diretor Jurídico, 01 (um) Diretor de Recursos Humanos, 01 (um) Diretor de Controladoria e 01 (um) Diretor de Tecnologia da Informação, sendo que os demais membros eleitos, até o limite máximo estabelecido, serão designados como "Diretores Estatutários sem

designação específica", de forma que todos terão mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - A investidura dos Diretores far-se-á por subscrição dos mesmos no competente Termo de Posse, lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria, sendo que finda a gestão, os Diretores permanecerão em seus cargos até a eleição e posse dos novos Diretores.

Parágrafo Segundo - Os Diretores poderão cumular as funções e atribuições de outro Diretor, em conformidade com seus cargos e áreas de atuação, desde que expressamente consignado no respectivo termo de posse.

Parágrafo Terceiro - Das reuniões de Diretoria serão lavradas atas no livro societário pertinente, que serão assinadas pelos Diretores presentes, ficando arquivados na sede da Companhia.

Artigo 16. A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, bem como os planos de negócios, orçamentos operacionais e previsão orçamentária aprovados pelo Conselho de Administração. Compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

(i) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e os Acordos de Acionistas, se houver, arquivados na sede da Companhia;

(ii) organizar a estrutura administrativa da Companhia;

(iii) preparar os planos de negócios e orçamentos anuais da Companhia, bem como o relatório anual das atividades, das contas e das demonstrações financeiras e submetê-los à Assembleia Geral;

(iv) preparar os relatórios a serem entregues aos acionistas, ou que sejam exigidos pelo Conselho de Administração ou por órgãos fiscais ou outras autoridades e órgãos governamentais;

(v) analisar, elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de expansão da Companhia;

(vi) implementar e manter mecanismos, processos e programas eficazes de monitoramento e divulgação do desempenho financeiro e operacional e dos impactos das atividades da Companhia na sociedade e no meio ambiente;

(vii) deliberar sobre a abertura e manutenção de filiais, armazéns, lojas, escritórios ou outras instalações;

(viii) praticar todos os atos de comércio e de obtenção e concessão de crédito, como comprar, vender, dar em penhor e caucionar bens móveis, veículos, mercadorias e títulos, assinando os respectivos termos e documentos;

(ix) alienar, onerar e adquirir bens imóveis, assinando os respectivos contratos e escrituras públicas, com valores inferiores a **R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);**

(x) contrair empréstimos e assumir obrigações, emitir, aceitar e endossar cambiais, notas promissórias e duplicatas, conceder avais e fianças, sacar e aceitar letras de câmbio, emitir, sacar e endossar cheques, borderôs e ordens de pagamento, confessar dívidas, movimentar contas bancárias, podendo requisitar e retirar talões de cheques; receber valores e dar quitação, disputar, renunciar ou transigir direito, firmar compromissos, acordos de qualquer natureza, contratos e outros documentos assemelhados que envolvam responsabilidade social, em nome da Companhia e de suas coligadas, controladas e subsidiárias, em valores inferiores a **R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais),** de acordo com as atividades regulares da Companhia;

(xi) representar a Companhia em todos os atos necessários perante todas as repartições públicas federais, estaduais e municipais, suas delegacias e postos fiscais, bem como junto a autarquias, inclusive Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas dos Estados, Delegacia Regional do Trabalho e Departamento de Trânsito;

(xii) admitir, demitir e transferir funcionários, assinar suas carteiras de trabalho, contratos, termos de rescisão e demais documentos decorrentes da legislação do trabalho e da seguridade social;

(xiii) constituir em nome da Companhia Procuradores *"ad negotia"* e *"ad judicia",* determinando poderes e prazos de vigência do instrumento de mandato;

(xiv) representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações; e

(xv) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria.

Parágrafo Único - Os Diretores serão eleitos, reeleitos, substituídos e/ou destituídos pelo Conselho de Administração.

Artigo 17. Sem prejuízo das atribuições gerais da Diretoria previstas no Artigo 16 supra, compete especificamente:

(A) ao Diretor-Presidente:

(i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades da Diretoria;

(ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

(iii) coordenar a elaboração e submeter à aprovação do Conselho de Administração: (a) dos planos de cargos e salários; (b) dos planos de trabalho; (c) dos orçamentos anuais; (d) dos planos de investimento; (e) do plano de metas da Companhia e seu respectivo orçamento; (f) políticas e internas da Companhia; (g) dos novos programas de expansão da Companhia e de suas empresas controladas, promovendo a execução destes nos termos aprovados;

(iv) executar as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, com base na orientação do Conselho de Administração;

(v) estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais Diretores;

(vi) supervisionar a elaboração dos relatórios de atividades da Companhia, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração e dos acionistas, em conjunto com o Diretor Financeiro;

(vii) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;

(viii) manter atualizado o registro, formulários, cadastros e demais documentações societárias da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável dos órgãos governamentais e/ou reguladores; e

(ix) promover a melhoria das políticas de responsabilidade social e de sustentabilidade da Companhia.

(B) ao Diretor Vice-Presidente:

(i) substituir o Diretor-Presidente sempre que demandado para tanto;

(ii) cumprir com o disposto no Artigo 16 e outras atividades que lhe sejam incumbidas pelo Conselho de Administração; e

(iii) executar as atividades de responsabilidade deste que lhe forem delegadas.

(C) ao Diretor Financeiro:

(i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia e suas controladas;

(ii) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, realizando estudos de viabilidade de investimentos em novos negócios e submetê-los à aprovação do Conselho de Administração;

(iii) negociar com instituições financeiras, visando captar recursos ao menor custo possível, ou obter as melhores taxas de remuneração para as aplicações financeiras e menor custo das tarifas bancárias;

(iv) administrar e aplicar os recursos financeiros, a receita operacional e não operacional da Companhia;

(v) zelar pela movimentação das contas correntes bancárias e das aplicações financeiras, observando os planos aprovados pela Diretoria;

(vi) responder pelo controle e gestão orçamentária da Companhia, acompanhando indicadores e analisando relatórios para consolidação do orçamento, visando garantir o alcance das metas de orçamento e prover informações gerenciais de qualidade;

(vii) responder pelo controle do fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos, visando maximizar o resultado financeiro, dentro dos níveis de risco previamente estabelecidos pela Companhia;

(viii) assegurar a correta gestão dos recursos financeiros da Companhia, assim como a relação entre ativos e passivos, através da análise do risco de variação do custo do passivo, a fim de garantir a saúde financeira da Companhia;

(ix) gerir os resultados das diversas áreas da Companhia e de suas controladas;

(x) preparar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, responsabilizando-se pelo seu conteúdo e submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração e dos acionistas, em conjunto com o Diretor-Presidente;

(xi) gerenciar as áreas de tesouraria da Companhia, supervisionando os procedimentos de gestão e exigências legais no que se refere aos registros contábeis, visando assegurar a disponibilidade de informações contábeis e gerenciais fidedignas para dar adequado suporte ao processo decisório em todas as áreas;

(xii) assegurar a eficiência no controle do pagamento de tributos e supervisão dos procedimentos;

(xiii) coordenar a relação da Companhia com instituições financeiras, de crédito e seguradoras;

(xiv) manter os ativos da Companhia devidamente segurados; e

(xv) manter o planejamento e controle financeiro e tributário da Companhia.

(D) ao Diretor de Relações com Investidores:

(i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a

B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

(ii) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de *rating* quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;

(iii) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3; e

(iv) representar a Companhia perante acionistas, investidores, clientes, imprensa, terceiros e órgãos legais empresariais, resguardando os interesses da Companhia e zelando pela sua imagem.

(E) ao Diretor Jurídico:

(i) formular, coordenar e executar ações e procedimentos jurídicos corporativos da Companhia e controladas;

(ii) acompanhar as matérias relacionadas às normas aplicáveis à companhia aberta;

(iii) coordenar e supervisionar os aspectos jurídicos dos contratos e/ou negócios estratégicos das unidades de negócios da Companhia e controladas;

(iv) acompanhar na condição de secretário as reuniões do Conselho de Administração da Companhia, salvo quando o Conselho de Administração dispuser de maneira diferente;

(v) coordenar, planejar e supervisionar os aspectos jurídicos dos projetos corporativos, estruturas de governança corporativa e operações societárias; e

(vi) Avaliar e dar parecer sobre questões de *compliance* que lhe sejam submetidas, bem como participar de grupos e ou comitês relacionados aos temas de *compliance* e governança corporativa.

(F) ao Diretor de Recursos Humanos:

(i) definir as escalas de trabalho dos colaboradores;

(ii) definir os requisitos de seleção e recrutamento de colaboradores;

(iii) apurar e pagar os salários e benefícios dos colaboradores e dos encargos sociais;

(iv) coordenar as relações com os sindicatos que representam os colaboradores e a Companhia;

(v) promover o bem estar dos colaboradores, buscando atendê-los de acordo com as melhores práticas do mercado, respeitando os interesses da Companhia, bem como as estratégias de negócio traçadas; e

(vi) apoiar as demais áreas com as grades de treinamentos e avaliação dos colaboradores.

(G) ao Diretor de Controladoria:

(i) planejar, definir, coordenar e controlar as operações, atividades e projetos de contabilidade da Companhia, incluindo a preparação das demonstrações financeiras, o atendimento a auditoria externa e interna, a gestão de tributos e das obrigações fiscais em atendimento as determinações legais;

(ii) planejar, definir, coordenar e controlar as operações, atividades e projetos da controladoria da Companhia, incluindo a preparação do orçamento anual, seu acompanhamento e suas revisões periódicas, preparação do orçamento de capital e a análise de resultados; e

(iii) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente e Vice-Presidente.

(H) ao Diretor de Tecnologia da Informação:

(i) analisar soluções de tecnologia da informação para controle e aperfeiçoamento dos negócios da Companhia, buscando o aprimoramento das ferramentas tecnológicas existentes, bem como novas soluções disponíveis no mercado, de acordo com o plano de expansão e estratégias determinados pela Companhia; e

(ii) coordenar as atividades relacionada a sistemas, infraestrutura, suporte e telecomunicações.

Artigo 18. As procurações a serem outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 02 (dois) Diretores, independentemente de suas funções.

Parágrafo Primeiro - Salvo os Procuradores com poderes *"ad judicia"* de prazo indeterminado, os mandatários da Companhia serão sempre constituídos com mandato por prazo certo, não superior a 24 (vinte e quatro) meses e com poderes específicos.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá nomear agente de garantia ou agente de processo, no Brasil e/ou no exterior, para representar a Companhia ou sociedades integrantes do mesmo grupo da Companhia, sendo que em tal caso os respectivos mandatos poderão ser outorgados por prazo correspondente ao das respectivas obrigações assumidas.

Artigo 19. Os Diretores não poderão conceder avais, fianças ou quaisquer outras garantias em nome da Companhia em valores superiores a **R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais),** a menos que sob expressa autorização do Conselho de Administração.

Parágrafo Único - A concessão de garantias reais ou pessoais de qualquer natureza pela Companhia em operações estranhas ao objeto social, para garantir obrigações de terceiros ou de seus acionistas é expressamente proibida e será nula de pleno direito, com exceção daquelas outorgadas em benefício de sociedades controladas, coligadas pela Companhia.

Artigo 20. Nos casos de vacância, falta ou impedimento do Diretor-Presidente, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, o Diretor Vice-Presidente o substituirá em todas as suas funções e atividades; caso a vacância, falta ou impedimento se dê por prazo superior a 60 (sessenta) dias, o Diretor Vice-Presidente informará ao Conselho de Administração, o qual deverá convocar reunião para eleição de novo Diretor Presidente.

Parágrafo Primeiro - Nos casos de vaga, falta ou impedimento do Diretor Vice-Presidente, o Diretor Presidente informará ao Conselho de Administração, que convocará reunião para eleição de novo Diretor Vice-Presidente.

Parágrafo Segundo – Nos casos de vacância no cargo dos demais Diretores, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a eventual substituição dos vacantes, observado o disposto acima e o *caput* do artigo 15 deste Estatuto Social.

SEÇÃO III - CONSELHO FISCAL

Artigo 21. A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, conforme previsto em lei.

Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral a pedido dos acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das ações com direito a voto, e cada período do seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

Parágrafo Segundo - O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida a reeleição, em caso de reinstalação. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de Presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Parágrafo Terceiro - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos.

CAPÍTULO V- DA REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 22. A Companhia somente se vinculará mediante a assinatura de: (a) 02 (dois) Diretores em conjunto; ou, (b) 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) Procurador nomeado com poderes

específicos; ou, (c) 02 (dois) Procuradores nomeados com poderes específicos; desde que observados os Artigos 14, inciso VIII, e Artigo 16, inciso XI, e os limites ora estabelecidos:

(i) nos atos, acordos, contratos, documentos ou instrumentos que gerem para a Companhia obrigações iguais ou superiores a **R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)** serão obrigatórias as assinaturas do Diretor-Presidente, em conjunto com o Diretor Vice-Presidente ou, alternativamente, pelo Diretor-Presidente ou Diretor Vice-Presidente em conjunto com 01 (um) Diretor, cuja competência pela matéria ou assunto lhe tenha sido atribuído de acordo com o presente Estatuto Social.

(ii) nos atos, acordos, contratos, documentos ou instrumentos que gerem para a Companhia obrigações iguais ou superiores a **R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)** e inferiores a **R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)** serão obrigatórias as assinaturas de 02 (dois) Diretores conjuntamente, sendo que, 01 (um) deles deverá ser competente pela matéria ou assunto que lhe seja atribuído de acordo com o presente Estatuto Social.

(iii) os atos, acordos, contratos, documentos ou instrumentos que gerem para a Companhia obrigações inferiores a **R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)** ou superiores a **R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)** poderão ser firmados por 02 (dois) Diretores conjuntamente, sendo que, 01 (um) deles deverá ser competente pela matéria ou assunto que lhe seja atribuído de acordo com o presente Estatuto Social ou alternativamente por 01 (um) Diretor cuja competência pela matéria ou assunto lhe tenha sido atribuído de acordo com o presente Estatuto Social em conjunto com 01 (um) procurador; e

(iv) os atos, acordos, contratos, documentos ou instrumentos que gerem para a Companhia obrigações iguais ou inferiores a **R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)**, poderão ser firmados por quaisquer 02 (dois) Diretores ou 01 (um) deles em conjunto com 01 (um) Procurador com poderes específicos ou ainda por 02 (dois) Procuradores com poderes específicos.

Artigo 23. Os atos destinados à implementação de pagamento de obrigações firmadas nos termos deste Artigo, a exemplo de assinaturas de cheques, emissão de ordens de pagamentos ou análogos, poderão ser feitos por Procuradores munidos de poderes de atuação na área financeira, sempre em conjunto de dois, independentemente dos valores envolvidos.

Artigo 24. A Companhia poderá ser representada por um único Diretor ou Procurador na prática dos seguintes atos: (a) assinatura de correspondências e demais expedientes que não criem obrigações para a Companhia; (b) representação da Companhia em processos judiciais, administrativos e arbitrais, ou para a prestação de depoimento pessoal, preposto ou testemunha; (c) perante os Sindicatos, Associações de Classe e Justiça do Trabalho, para a admissão ou demissão

de empregados e para acordos trabalhistas; (d) assinatura de Perfil Profissiográfico Previdenciário e anotações na carteira de trabalho; (e) representação da Companhia para o recebimento de garantias; (f) representação da Companhia em Assembleias Gerais e reuniões de sócios de sociedades da qual participe como sócia ou acionista; (g) representação da Companhia em atividades relacionadas com o despacho aduaneiro; (h) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos, repartições e entidades públicas, federais, estaduais ou municipais, Receita Federal do Brasil em todas as regiões fiscais, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - FGTS, Juntas Comerciais Estaduais, Serviço Notarial de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, e outras da mesma natureza.

CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 25. O exercício social da Companhia terá duração de 01 (um) ano iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em dia 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 26. As demonstrações financeiras elaboradas ao final de cada exercício social, deverão refletir a situação financeira, os resultados e operações da Companhia relativos ao exercício findo, e deverão ser auditadas por uma empresa de auditores independentes, devidamente habilitada a funcionar no país, escolhida pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro - Do resultado apurado em cada exercício social, após a dedução dos prejuízos acumulados e da provisão para o imposto de renda, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o montante de 20% (vinte por cento) do capital social, e do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão distribuídos como dividendo obrigatório aos acionistas. O saldo restante, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - Fica facultado à Companhia, por deliberação prévia do Conselho de Administração e observadas as disposições legais vigentes, levantar balanço semestral, trimestral e/ou mensal, podendo declarar dividendos intermediários, ou o pagamento de juros sobre o capital próprio.

Parágrafo Terceiro - Os dividendos ou os juros sobre o capital próprio não serão remunerados e nem renderão juros após a sua distribuição, exceto se, reclamados pelos acionistas, não forem pagos na forma e no prazo previamente estabelecidos. Os dividendos ou os juros sobre o capital próprio que não forem reclamados até 03 (três) anos após a sua distribuição prescreverão em favor da Companhia.

Artigo 27. Todos os livros e contabilidade serão elaborados e escriturados em conformidade

com práticas e princípios contábeis normalmente aceitos, aplicados consistentemente.

Parágrafo Único - Todos os livros, a contabilidade e balanços da Companhia serão mantidos e arquivados nos escritórios centrais de sua sede ou filial.

CAPÍTULO VII - DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 28. A Companhia será liquidada nas hipóteses previstas em lei e, nessa situação, a Assembleia Geral determinará a forma de liquidação, nomeará o liquidante e, caso assim decidido, os membros do Conselho Fiscal, o qual operará durante o período de liquidação, observadas as disposições legais.

Artigo 29. Nas hipóteses de retirada, falência, falecimento, declaração de incapacidade civil ou outro motivo que afaste definitivamente qualquer dos acionistas a Companhia não se dissolverá, prosseguindo nela os acionistas remanescentes, nos dois primeiros casos, e os herdeiros e sucessores no caso de falecimento, a não ser que estes, de comum acordo com os acionistas remanescentes, resolvam liquidá-la. O acionista declarado incapaz permanecerá na sociedade, representado por seu curador.

CAPÍTULO VIII – DA CLÁUSULA ARBITRAL

Artigo 30. A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO IX – DA ALIENAÇÃO DE CONTROLE, DO CANCELAMENTO DE REGISTRO E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 31. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Artigo 32. Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

Parágrafo Único. A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 33. Os casos omissos relativos à interpretação deste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Regulamento do Novo Mercado, conforme aplicável.

Artigo 34. As disposições contidas no Artigo 1º, Parágrafo Primeiro; Artigo 11, Parágrafos Segundo e Terceiro; Artigo 14, incisos (xxiv), (xxv), (xxvi) e (xxxi); Artigo 30; Artigo 31; e Artigo 32 somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser celebrado entre a Companhia e a B3.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO III ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA COMPANHIA QUE AUTORIZOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DocuSign Envelope ID: A2B46B84-0817-4D30-91B0-6B167C0729DD

UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 05.303.439/0001-07
NIRE 35.300.192.087

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2021

1. DATA, HORA E LOCAL: No dia 10 de agosto de 2021, às 08:00 horas, na sede social da Unigel Participações S.A. ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, bairro Cidade Monções, CEP 04571-010.

2. PRESENÇAS: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas.

3. CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, §4°, da Lei n° 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**").

4. MESA: Verificado o quórum para instalação da Assembleia, a mesa foi composta pelo Sr. Daniel Zilberknop – Presidente; e pelo Sr. Murilo Cruz Garcia – Secretário.

5. ORDEM DO DIA: examinar, discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a autorização para a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"); **(ii)** a autorização para a administração da Companhia realizar o pedido de adesão da Companhia ao segmento de listagem Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão ("**B3**"); **(iii)** a reforma e consolidação o Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo I** à presente ata, a fim de, dentre outras alterações, (a) refletir as deliberações (i) e (ii) acima; (b) criar o cargo de Diretor com Relações com Investidores; e (c) criar o capital autorizado da Companhia; **(iv)** a reeleição dos atuais membros do Conselho de Administração; **(v)** a realização de oferta pública de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser registrada junto à CVM ("**Oferta**"); **(vi)** autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias à (a) obtenção do registro como emissor de valores mobiliários categoria "A" e do registro da Oferta, ambos perante a CVM, e da autorização pela B3 para aderir ao Novo Mercado, e (b) aprovação de todos os termos e condições da Oferta aplicáveis à Companhia, incluindo a celebração de todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta; e **(vii)** a criação do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia.

6. DELIBERAÇÕES: Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas:

6.1. Autorizar a administração da Companhia a realizar a abertura de capital da Companhia, com a consequente a submissão do pedido de registro de emissor de valores mobiliários, categoria "A", perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 480, de 29 de dezembro de 2009;

6.2. Autorizar a administração da Companhia a realizar o pedido de admissão à negociação e listagem da Companhia ao segmento do Novo Mercado da B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação no Novo Mercado, ficando a administração da Companhia autorizada a tomar

DocuSign Envelope ID: A2B46B84-0817-4D30-91B0-6B167C0729DD

todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado e ao cumprimento de todas as regras previstas no Regulamento do Novo Mercado;

6.3. Reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, nos termos do **Anexo I** à presente ata, a fim de, dentre outras alterações, (a) refletir as deliberações 6.1 e 6.2 acima, observadas as disposições transitórias descritas em seu artigo 34; (b) criar o cargo de Diretor com Relações com Investidores; e (c) criar o capital autorizado da Companhia.

6.4. Reeleger os atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, fixando, portanto, que o Conselho de Administração será composto de 5 (cinco) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos ou até a Assembleia Geral Ordinária de 2023 que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2022, o que ocorrer primeiro, a fim de compatibilizar os prazos de realização obrigatória de assembleia geral ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sendo permitida a reeleição, de acordo com as disposições do Estatuto Social aprovado conforme item 6.3 acima. Diante disso, foram eleitos os seguintes membros do Conselho de Administração:

(i) o Sr**. Henri Armand Slezynger**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade nº 3.306.284-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 003.076.538-20, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, bairro Cidade Monções, CEP 04571-010, para o cargo de **Presidente do Conselho de Administração**;

(ii) o Sr. **Marc Buckingham Szlezynger**, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da cédula de identidade nº 18.632.444-3 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 136.707.478-93, com endereço comercial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Pais de Araújo, nº 29, 15º andar, bairro Itaim Bibi, CEP 04531-940, para o cargo de **Vice-Presidente do Conselho de Administração**;

(iii) o Sr. **Marcello De Simone**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade n° 37.518.871-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o n° 795.413.307-97, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Jerônimo da Veiga, n° 249, apartamento 21, bairro Jardim Europa, CEP 04.536-001, para o cargo de **Membro Efetivo do Conselho de Administração**;

(iv) o Sr. **José Borges Matias**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade nº 7.610.015 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 006.020.678-04, com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua João Lourenço, nº 683, cj. 52, bairro Vila Nova Conceição, CEP 04508-031, para o cargo de **Membro Efetivo do Conselho de Administração**; e

(v) o Sr. **Weber Ferreira Porto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade nº 6.079.849-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 025.341.608-69, com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Rua Barão de Santa Eulália, nº 350, apto. 30L, bairro Real Park, CEP 05685-090, para o cargo de **Membro Efetivo do Conselho de Administração**.

6.4.1. Os Conselheiros ora eleitos foram imediatamente empossados em seu cargo, mediante assinatura do respectivo termo de posse, constantes nos **Anexos II, III, IV, V** e **VI** à presente ata

DocuSign Envelope ID: A2B46B84-0817-4D30-91B0-6B167C0729DD

e devidamente arquivados na sede da Companhia, tendo declarado, sob as penas da lei que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou condenados à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e na Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002, bem como que estarão sujeitos à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social da Companhia, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado.

6.4.2. Os acionistas aprovaram, ainda, a designação dos Srs. **Marcello De Simone**, **José Borges Matias** e **Weber Ferreira Porto** como membros independentes do Conselho de Administração da Companhia, tendo em vista que, após a análise de seus currículos e histórico profissional, restou verificado o enquadramento de ambos aos critérios de independência estabelecidos no regulamento de listagem do Novo Mercado da B3, e atestada por eles mediante declaração previamente encaminhada à Companhia.

6.5. Aprovar a realização da Oferta, que compreenderá a distribuição pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia a ser realizada no Brasil, nos termos da Instrução da CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003 ("**Instrução CVM 400**"), e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das ações no exterior, de acordo com certas isenções de registro sob o *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América. A exclusivo critério dos acionistas, a Oferta poderá contar, ainda, com parcela de distribuição secundária de ações de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas;

6.5.1. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do anúncio de início da Oferta, a quantidade inicial de ações poderá, a critério da Companhia e dos acionistas vendedores, se for o caso, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações originais.

6.5.2. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade inicial de ações poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), nas mesmas condições e pelo mesmo preço das demais ações da Oferta, conforme opção a ser outorgada pela Companhia e pelos acionistas vendedores, as quais serão destinadas à estabilização de preço das Ações.

6.5.3. Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não haverá direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta.

6.5.4. No âmbito da Oferta, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida a distribuição parcial.

6.6. Autorizar a administração da Companhia a tomar todas as medidas necessárias à implementação das matérias aprovadas nos itens acima, e à aprovação de todos os termos e condições da Oferta aplicáveis à Companhia, podendo negociar, aprovar e celebrar todos os contratos, documentos e atos relacionados à Oferta em nome da Companhia, incluindo escolher e contratar as instituições intermediárias da Oferta, autorizar os prospectos preliminar e definitivo e os *offering*

DocuSign Envelope ID: A2B46B84-0817-4D30-91B0-6B167C0729DD

memoranda, bem como representar a Companhia perante a CVM, B3, agente escriturador e quaisquer outros nos assuntos relacionados à Oferta.

6.7. Aprovar a criação do Plano de Opções de Compra de Ações da Companhia, conforme redação constante do **Anexo VII** à presente ata. Aprovaram, ainda, que a eficácia do referido plano estará condicionada à ocorrência da Oferta.

7. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo autorizada a lavratura da presente ata, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

8. ASSINATURAS: Mesa: Daniel Zilberknop (Presidente) e Murilo Cruz Garcia (Secretário). Acionistas Presentes: Henri Armand Slezynger e Cigel Participações S.A.

São Paulo, 10 de agosto de 2021.

DocuSigned by:
Daniel Zilberknop
Assinado por: DANIEL ZILBERKNOP:45895597068
CPF: 45895597068
Data/Hora da Assinatura: 11/08/2021 | 11:23:59 PDT
ICP Brasil
ED6B166722DA4C11866BB7C33FBECC18

Daniel Zilberknop
Presidente da mesa

DocuSigned by:
Murilo Cruz Garcia
Assinado por: MURILO CRUZ GARCIA:17412928830
CPF: 17412928830
Data/Hora da Assinatura: 11/08/2021 | 11:28:07 PDT
ICP Brasil
F4494E69A89A43F8BA3A8F9D010AB419

Murilo Cruz Garcia
Secretário

DocuSigned by:
Henri Armand Slezynger
E9BA2354688F401...

Cigel Participações S.A.
Acionista

Por Henri Armand Slezynger

DocuSigned by:
Henri Armand Slezynger
E9BA2354688F401...

Henri Armand Slezynger
Acionista

ANEXO IV ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DO ACIONISTA VENDEDOR QUE AUTORIZOU SUA PARTICIPAÇÃO NA OFERTA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DocuSign Envelope ID: D9BD9501-A3E8-4D54-A57F-15824C2C7AAB

CIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME 50.145.564/0001-90
NIRE 3530050148-9

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS
REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: 10 de agosto de 2021, às 10:00 horas, na sede da Cigel Participações S.A. ("Sociedade"), na Rua Pais de Araújo, nº 29, 15º andar, conjunto 153, Sala Cigel, Itaim Bibi, CEP 04531-940, São Paulo, SP, reuniram-se os acionistas da Sociedade.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensadas as formalidades de convocação nos termos do Artigo 124 § 4° da Lei n° 6 404/76 em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Sr. Henri Armand Slezynger; Secretário: Sr. Marc Buckingham Szlezynger.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: **(i)** a alienação de participação societária detida pela Sociedade na Unigel Participações S.A. ("Unigel"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias ("Ações") de emissão da Unigel, a ser realizada no Brasil, nos termos da Instrução da CVM n° 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400") e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das ações no exterior, de acordo com certas isenções de registro sob o Securities Act of 1933 dos Estados Unidos da América ("Oferta"); **(ii)** o empréstimo de ações de emissão da Unigel e de titularidade da Sociedade no contexto da Oferta; **(iii)** a autorização para a Diretoria da Sociedade e da Unigel tomar as providências e praticar todos os eventuais atos necessários à realização da alienação de participação societária no âmbito da Oferta; e **(iv)** a ratificação dos atos que a Diretoria da Sociedade e da Unigel já tenha praticado, única e exclusivamente, com vistas à realização da alienação de participação societária no âmbito da Oferta.

Deliberações: Colocadas as matérias em discussão e posterior votação, restaram aprovadas as seguintes matérias, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições:

(i) a alienação de participação societária detida pela Sociedade na Unigel, no âmbito da Oferta.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do anúncio de início da Oferta, a quantidade inicial de ações poderá, a critério da Unigel e da Sociedade, se for o caso, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20% (vinte por cento), nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações originais.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade inicial de ações poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% (quinze por cento), nas mesmas condições e pelo mesmo preço das demais ações da Oferta, conforme opção a ser

DocuSign Envelope ID: D9BD9501-A3E8-4D54-A57F-15824C2C7AAB

outorgada pela Unigel e pela Sociedade, as quais serão destinadas à estabilização de preço das Ações.

No âmbito da Oferta, nos termos dos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não será admitida a distribuição parcial.

Por fim, fica desde já aprovado que o preço por Ação no âmbito da Oferta será aprovado em reunião do Conselho de Administração da Unigel, a ser realizada após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.

(ii) o empréstimo de ações ordinárias de emissão da Unigel e de titularidade da Sociedade em montante necessário para fazer frente ao processo de estabilização das Ações no âmbito da Oferta, com observância do artigo 24 da Instrução CVM 400 e da regulamentação aplicável, por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das ações de emissão da Unigel na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

(iii) a autorização para a Diretoria da Sociedade e da Unigel tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da alienação de participação societária no âmbito da Oferta, incluindo a celebração de todos os documentos e contratos relacionados, conforme se faça necessário.

(iv) a ratificação dos atos que a Diretoria da Sociedade e da Unigel já tenha praticado, única e exclusivamente, com vistas à realização da alienação de participação societária no âmbito da Oferta.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou deu por encerrados os trabalhos dos quais se lavrou a presente ata que lida e achada conforme foi aprovada e assinada conforme autorização de todos os acionistas presentes. Confere com a original lavrada em livro próprio (Assinaturas Henri Armand Slezynger - Presidente da Mesa; Marc Buckingham Szlezynger - Secretário da Mesa).

São Paulo, 10 de agosto de 2021.

DocuSigned by:
Henri Armand Slezynger
Assinado por: HENRI ARMAND SZLEZYNGER:00307653820
CPF: 00307653820
Data/Hora da Assinatura: 11/08/2021 | 11:24:53 PDT
ICP Brasil
E9BA2354688F4018B5D5B197A9B5FAF0

Henri Armand Slezynger
Presidente da Mesa

DocuSigned by:
Marc Buckingham Szlezynger
Assinado por: MARC BUCKINGHAM SZLEZYNGER:13670747893
CPF: 13670747893
Data/Hora da Assinatura: 11/08/2021 | 11:27:37 PDT
ICP Brasil
E9BA2354688F4018B5D5B197A9B5FAF0

Marc Buckingham Szlezynger
Secretário

ANEXO V MINUTA DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO QUE APROVARÁ O PREÇO POR AÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 05.303.439/0001-07
NIRE 35.300.192.087

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM [●] DE [●] DE 2021

DATA, HORA E LOCAL: Realizada em [•] de [•] de 2021, às [18:00] horas, na sede social da Unigel Participações S.A. ("Companhia"), na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, sala Unigel Participações, Cidade Monções, São Paulo/SP, CEP 04571-010, reuniram-se os conselheiros da Companhia.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, com participação da totalidade dos membros do Conselho, participando, ainda, como secretário autorizado o Sr. Murilo Cruz Garcia.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente da Mesa: Henri Armand Slezynger e Secretário da Mesa: Sr. Murilo Cruz Garcia.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a **(i)** a fixação e justificativa do preço de emissão por ação ordinária de emissão da Companhia ("Ações"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de Ações de emissão da Companhia ("Oferta"), a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação de Ações no exterior; **(ii)** a aprovação do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e no artigo 5º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** a homologação do aumento de capital social da Companhia; **(iv)** a aprovação, *ad referendum* da próxima Assembleia Geral da Companhia, da reforma do *caput* do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia; **(v)** a aprovação do prospecto definitivo e do *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta; **(vi)** a autorização para a Diretoria da Companhia celebrar todos os documentos relacionados à Oferta; e **(vii)** a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à realização da Oferta e implementação das deliberações aqui consubstanciadas.

DELIBERAÇÕES: Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a Reunião do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração presentes, [de forma unânime], tomaram as seguintes deliberações:

(i) aprovaram, no âmbito da Oferta, a fixação do preço de emissão de R$[●] por Ação objeto da Oferta ("Preço por Ação"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*") conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários junto a investidores institucionais, em conformidade com o disposto no artigo 44 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 400,

de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, justificando-se a escolha do critério de determinação do Preço por Ação, de acordo com o inciso III, §1º do artigo 170 da Lei da Sociedade por Ações, tendo em vista que tal preço não promoverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia e que o valor de mercado das Ações a serem subscritas e/ou adquiridas foi aferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas ordens de subscrição de Ações no contexto da Oferta;

(ii) aprovaram, em decorrência da deliberação tomada no item (i) acima, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R$[●], o qual passará de R$ **276.185.469,00** (duzentos e setenta e seis milhões, cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais) para R$[●], mediante a emissão de [●] novas ações ordinárias, cada uma no valor de R$[●], que serão objeto da Oferta, passando o capital social da Companhia de **414.297.488** (quatrocentos e quatorze milhões, duzentos e noventa e sete mil, quatrocentas e oitenta e oito) ações ordinárias para [●] ([●]) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e nos termos do artigo 5º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia.

Aprovaram, ainda, que as novas ações emitidas, nos termos da deliberação tomada no item (ii) acima, terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta;

(iii) homologaram, em razão da deliberação tomada no item (ii) acima, o aumento do capital da Companhia no montante de R$[●], mediante a emissão de [●] novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;

(iv) face à homologação do aumento de capital objeto da deliberação dos itens (ii) e (v) acima, aprovaram, ad referendum da próxima Assembleia Geral da Companhia, a reforma do *caput* do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:

> *"Artigo 4º. O capital social da Companhia é de R$ [●] ([●] de reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em [●] ([●]) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal."*

(v) aprovaram o prospecto definitivo e o *final offering memorandum* a serem utilizados na Oferta;

(vi) autorizaram a Diretoria da Companhia a celebrar todos os documentos relacionados à Oferta, incluindo, mas não se limitando a: (i) o Contrato de Coordenação, Distribuição das Ações e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da Unigel Participações S.A.; (ii) o Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Ordinárias de Emissão da Unigel Participações S.A.; (iii) o *Placement Facilitation Agreement*; e (iv) o Contrato de Prestação de

Serviços da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que serão devidamente arquivados na sede social da Companhia, bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos;

(vii) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à realização da Oferta e ao cumprimento das deliberações tomadas nesta reunião do conselho de administração.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa franqueou a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, deu por encerrados os trabalhos dos quais se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme foi aprovada, e assinada por todos os conselheiros presentes. Confere com a original lavrada em livro próprio. (Assinaturas: Presidente da Mesa – Henri Armand Slezynger; Secretário da Mesa – Murilo Cruz Garcia; Conselheiros Presentes – Henri Armand Slezynger, Marc Burckingham Slezynger, Marcello de Simone, José Borges Matias e Weber Ferreira Porto).

A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, [•] de [•] de 2021

Mesa:

Henri Armand Slezynger	**Murilo Cruz Garcia**
Presidente	Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VI DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DA COMPANHIA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, Sala Unigel Participações, Cidade Monções, CEP: 04.571-010, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 05.303.439/0001-07, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações") e de titularidade da Cigel Participações S.A. ("Acionista Vendedor"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), coordenada pelo Banco Morgan Stanley S.A. ("Coordenador Líder"), pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America"), pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A**.** ("XP"), pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e pelo Banco Safra S.A. ("Banco Safra" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, a XP e o BTG Pactual, os "Coordenadores da Oferta"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, na qualidade de emissora e ofertante na Oferta, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias relevantes, iniciada em junho de 2021 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Unigel Participações S.A. ("Prospecto Definitivo" e, quando em conjunto com o Prospecto Preliminar, "Prospectos");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação de procedimentos previstos nos termos do Comunicado Técnico 01/2015 emitido pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e da Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23, de 15 de maio de 2015, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência aos Prospectos, com as demonstrações

financeiras consolidadas da Companhia relativa aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e com as informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Vendedor os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação dos Prospectos;

(E) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e ao Acionista Vendedor documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado;

(F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmam ter disponibilizado para análise dos Coordenadores e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Coordenadores e seus assessores legais, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Unigel Participações S.A. ("Prospecto Preliminar" e, em conjunto com o Prospecto Definitivo, "Prospectos") e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

A Companhia **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas e a serem prestadas por ela por ocasião do registro da Oferta, nos Prospectos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VII DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO ACIONISTA VENDEDOR PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

CIGEL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima fechada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pais de Araújo, nº 29, 15º andar, Conjunto 153, Sala Cigel, Itaim Bibi, CEP: 04531-940, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 50.145.564/0001-90 ("Acionista Vendedor"), identificado como acionista vendedor no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Unigel Participações S.A. ("Prospecto Preliminar") no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A**., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, Sala Unigel Participações, Cidade Monções, CEP: 04.571-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.303.439/0001-07 ("Companhia" e "Ações", respectivamente), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), coordenada pelo Banco Morgan Stanley S.A. ("Coordenador Líder"), pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America"), pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A**.** ("XP"), pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e pelo Banco Safra S.A. ("Banco Safra" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, a XP e o BTG Pactual, os "Coordenadores da Oferta"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, expor e declarar o quanto segue.

CONSIDERANDO QUE:

(A) a Companhia, o Acionista Vendedor e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias relevantes, iniciada em junho de 2021 e que prosseguirá até a data de divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Unigel Participações S.A. ("Prospecto Definitivo" e, quando em conjunto com o Prospecto Preliminar, "Prospectos");

(C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação de procedimentos previstos nos termos do Comunicado

Técnico 01/2015 emitido pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e da Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23, de 15 de maio de 2015, de modo a verificar a consistência de determinadas informações contábeis e financeiras, incluídas ou incorporadas por referência aos Prospectos, com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e com as informações financeiras trimestrais consolidadas da Companhia relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021;

(D) foram disponibilizados pela Companhia e pelo Acionista Vendedor os documentos que estes consideraram materialmente relevantes para a Oferta, inclusive para preparação dos Prospectos;

(E) além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelos Coordenadores da Oferta à Companhia e ao Acionista Vendedor documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado;

(F) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado para análise dos Coordenadores e de seus assessores legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Coordenadores e de seus assessores legais, com o fim de permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(G) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente ou por meio de seus respectivos consultores legais.

O Acionista Vendedor **DECLARA**, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 e em atendimento ao item 2.4 do anexo III da Instrução CVM 400, que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) as informações prestadas por ele por ocasião do registro da Oferta, nos Prospectos, nas datas de suas respectivas divulgações, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante todo o período da Oferta, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e

(iv) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas divulgações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como do Acionista Vendedor, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

_____

CIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO VIII DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

BANCO MORGAN STANLEY S.A., instituição financeira integrante do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 6º e 8º andar, CEP 04538-132, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o n.º 02.801.938/0001-36, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Coordenador Líder"), no âmbito da oferta pública de distribuição pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da **UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A**., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, Sala Unigel Participações, Cidade Monções, CEP: 04.571-010, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 05.303.439/0001-07 ("Companhia"), nominativas, escriturais e sem valor nominal, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames de emissão da Companhia ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, e em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob a coordenação do Coordenador Líder, do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Bank of America"), da XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A**.** ("XP"), do Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e do Banco Safra S.A. ("Banco Safra" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Bank of America, a XP e o BTG Pactual, os "Coordenadores da Oferta"), autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro e credenciadas junto à B3, incluindo, ainda, esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"), vem pela presente, apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400:

CONSIDERANDO QUE:

(i) a Companhia, Cigel Participações S.A, na qualidade de acionista vendedor ("Acionista Vendedor") e os Coordenadores da Oferta constituíram seus respectivos consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta ("Assessores Legais");

(ii) tendo em vista a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas subsidiárias, iniciada em junho de 2021, a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Unigel Participações S.A. ("Prospecto Definitivo");

(iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou seus auditores independentes para aplicação de procedimentos previstos nos termos do Comunicado Técnico 01/2015 emitido pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e da Norma Brasileira de Contabilidade - CTA 23, de 15 de maio de 2015, com relação ao Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias da Unigel Participações S.A. ("Prospecto Preliminar") e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos, dentre eles a emissão de carta conforto para os Coordenadores da Oferta;

(iv) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus Assessores Legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta;

(v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelos Assessores Legais, em nome dos Coordenadores da Oferta, documentos e informações adicionais relativos à Companhia e ao Acionista Vendedor, os quais a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado;

(vi) a Companhia e o Acionista Vendedor confirmam ter disponibilizado para análise do Coordenador Líder e de seus Assessores Legais, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(vii) a Companhia e o Acionista Vendedor, em conjunto com os Coordenadores da Oferta e Assessores Legais participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus respectivos Assessores Legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

(i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que:

(a) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor (incluindo, mas não se limitando, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo), nas datas de suas respectivas disponibilizações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações prestadas ao mercado durante todo o prazo

da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas disponibilizações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas disponibilizações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e o Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor, editado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.

São Paulo, [•] de [•] de 2021.

BANCO MORGAN STANLEY S.A.

_____

Nome:
Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO IX FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA, ELABORADO NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 4
2.3 - Outras Informações Relevantes 5

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 6
3.2 - Medições Não Contábeis 7
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 12
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 13
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 14
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 15
3.7 - Nível de Endividamento 16
3.8 - Obrigações 17
3.9 - Outras Informações Relevantes 18

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 19
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 63
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 66
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 83
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 84
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 85
4.7 - Outras Contingências Relevantes 86
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 88

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 89

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 97

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 99

5.4 - Programa de Integridade 103

5.5 - Alterações significativas 106

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 107

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 108

6.3 - Breve Histórico 109

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 111

6.6 - Outras Informações Relevantes 112

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 113

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 132

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 133

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 135

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 174

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 175

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 192

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 194

7.8 - Políticas Socioambientais 196

7.9 - Outras Informações Relevantes 199

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 205

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 206

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 207

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 208

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 209

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 210

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 211

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 233

9.2 - Outras Informações Relevantes 234

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 235

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 257

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 264

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 267

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 268

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 270

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 271

10.8 - Plano de Negócios 272

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 274

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 277

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 278

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 279

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 292

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 295

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 297

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 298

12.7/8 - Composição Dos Comitês 302

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 306

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 307

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 310

12.12 - Outras informações relevantes 311

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 315

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 319

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 323

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 326

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 330

13.6 - Opções em Aberto 331

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 332

13.8 - Precificação Das Ações/opções 333

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 334

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 335

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 336

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 337

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 338

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 339

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 340

13.16 - Outras Informações Relevantes 342

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 343

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 346

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 347

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 348

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 349

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 350

15.3 - Distribuição de Capital 355

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 356

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 357

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 358

15.7 - Principais Operações Societárias 359

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 361

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 362

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 364

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 366

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 368

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 369

17.2 - Aumentos do Capital Social 370

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 371

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 372

17.5 - Outras Informações Relevantes 373

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 374

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 375

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 376

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 377

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 378

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 379

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 380

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 381

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 382

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 383

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 384

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 385

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 386

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 387

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 388

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 389

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 390

20.2 - Outras Informações Relevantes 392

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 393

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 395

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 399

21.4 - Outras Informações Relevantes 400

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Roberto Noronha Santos**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Luiz Felipe Setten Fustaino**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

1.1 – Declaração do Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ROBERTO NORONHA SANTOS, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 6.015.590-5 SSP/SP e inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 838.562.428-72, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, na qualidade de Diretor Presidente da UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 05.303.439/0001-07 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

ROBERTO NORONHA SANTOS:83856242872 Assinado de forma digital por ROBERTO NORONHA SANTOS:83856242872 Dados: 2021.08.05 17:44:39 -03'00'

ROBERTO NORONHA SANTOS
Diretor Presidente

6

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ITEM 1 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

LUIZ FELIPE SETTEN FUSTAINO, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 43.479.047-3 (SSP-SP), inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Economia (CPF/ME) sob o nº 310.253.838-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 05.303.439/0001-07 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

LUIZ FELIPE SETTEN FUSTAINO:31025383800

Assinado de forma digital por LUIZ FELIPE SETTEN FUSTAINO:31025383800
Dados: 2021.08.04 15:35:36 -03'00'

LUIZ FELIPE SETTEN FUSTAINO
Diretor de Relações com Investidores

7

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes SS
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	22/08/2017
Descrição do serviço contratado	Serviços relacionados: (i) à auditoria das demonstrações financeiras da Unigel Participações S.A. (“Companhia” ou “Grupo”) individuais e consolidadas, relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB); (ii) revisão das informações trimestrais (ITR) individuais e consolidadas da Companhia para o período de três meses findo em 31 de março de 2021 e para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, preparadas de acordo o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis à preparação de Informações Trimestrais (ITR); (iii) procedimentos previamente acordados, no âmbito da oferta pública inicial de ações da Companhia; e (iv) serviços de assessoria referente a auxílio à Companhia, na identificação dos requerimentos regulatórios para o registro na CVM e oferta pública de ações.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	Os honorários totais gastos com auditoria independentes corresponderam a R$824.000,00, para a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o ano de 2020.
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Wagner Petelin	22/08/2017	041.417.758-43	Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º. Andar – Torre A, Chacara Sto. Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (011) 39401500, Fax (011) 39401501, e-mail: wpetelin@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

Para toda contratação de serviços a serem prestados pelos auditores independentes, é feita uma análise interna para avaliar a natureza dos trabalhos e possíveis impactos que possam afetar os trabalhos de auditoria, incluindo conflito de interesse, objetividade e transferências relevantes de serviços ou recursos entre os auditores e partes relacionadas da Companhia, entre outros fatores que possam inviabilizar a aceitação dos trabalhos a serem prestados, de acordo com as normas aplicáveis.

Além do ponto tratado acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação à seção 2 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/06/2021)	Exercício social (31/12/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)
Patrimônio Líquido	680.529.810,49	57.483.904,89	366.718.483,36	374.310.807,24
Ativo Total	5.262.576.245,58	3.916.545.726,47	3.105.992.307,22	2.771.219.480,18
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	3.260.481.122,28	3.233.234.670,32	3.322.706.170,14	3.393.838.513,50
Resultado Bruto	858.249.645,40	497.122.373,75	372.938.210,10	440.202.836,11
Resultado Líquido	708.711.621,42	-6.985.530,04	27.260.815,93	-31.759.150,24
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	414.297.488	414.297.488	414.297.488	414.297.488
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	1,642610	0,138750	0,885157	0,903483
Resultado Básico por Ação	1,710630	-0,016860	0,065800	-0,076700
Resultado Diluído por Ação	1,71	-0,02	0,07	-0,08

3.2 - Medições Não Contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 as seguintes medições não contábeis (detalhadas no subitem (c)):

	Período de seis meses findo em	Período de doze meses findo em	Exercício social encerrado em		
(Em milhões de reais, exceto % e x)	30/06/2021	30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
EBITDA	1.102,5	1.474,4	498,5	423,0	397,3
EBITDA Ajustado	864,1	1.249,5	550,8	420,1	420,3
Margem EBITDA Ajustado	26,50%	23,64%	17,04%	12,64%	13,00%
Dívida Líquida	2.348,6	2.348,6	1.976,4	1.402,2	1.338,1
Dívida Líquida (com hedge)	2.177,5	2.177,5	1.759,6	1.402,2	1.320,4
Dívida Líquida/ EBITDA	n/a	1,59x	3,96x	3,31x	3,37x
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	n/a	1,88x	3,59x	3,34x	3,18x
Dívida Líquida (com hedge) / EBITDA Ajustado	n/a	1,74x	3,19x	3,34x	3,14x
ROIC	n/a	30,5%	12,7%	9,2%	11,0%
ROIC pre-tax	n/a	46,2%	19,2%	14,0%	16,7%

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, EBTIDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

	Período de 6 meses findos em		Período de 12 meses findos em	Exercício social encerrado em		
(Em milhões de reais, exceto %)	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021[1]	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
(Prejuízo) Lucro líquido do período	708,7	(244,2)	945,9	**(7,0)**	**27,3**	**(31,8)**
Despesas financeiras líquidas	107,3	293,7	188,6	375,0	298,7	298,9
Impostos de renda e de contribuição social	189,8	(15,8)	187,0	(18,6)	(79,0)	15,8
Depreciação e amortização	96,7	92,9	152,9	149,1	176,0	114,4
EBITDA	**1.102,5**	**126,6**	**1.474,4**	**498,5**	**423,0**	**397,3**
Ganho (perda) na venda de ativos	0,1	0,7	0,3	0,9	(16,5)	10,9

3.2 - Medições Não Contábeis

Perda na alienação de investimentos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0
Reestruturação - indenizações	0,0	0,6	0,7	1,3	3,7	9,1
Despesas com plantas paradas durante a pandemia	1,8	37,5	14,4	50,1	0	0
Despesas com parada de planta	0,0	0,0	0,0	0	9,9	0
ICMS exclusão do PIS/ COFINS	(240,3)	0,0	(240,3)	0	0	0
EBITDA Ajustado	**864,1**	**165,4**	**1.249,5**	**550,8**	**420,1**	**420,3**
Receita Líquida	**3.260,5**	**1.207,8**	**5.285,9**	**3.233,2**	**3.322,7**	**3.393,8**
Margem EBITDA Ajustado	**26,50%**	**13,69%**	**23,64%**	**17,04%**	**12,64%**	**12,38%**

(1) *As métricas referentes ao período de doze meses findo em 30 de junho de 2021 foram calculadas considerando as métricas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, adicionando as métricas do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e subtraindo as métricas do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.*

Dívida Líquida, Dívida Líquida (com hedge), Dívida Líquida/EBITDA, Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Dívida Líquida (com hedge)/EBITDA Ajustado

	Posição em	Exercício social encerrado em		
(Em milhões de reais, exceto %)	**30/06/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Empréstimos e financiamentos (circulantes)	365,4	402,7	103,0	135,9
Empréstimos e financiamentos (não circulantes)	2.656,1	2.197,7	1.681,5	1.441,7
Total empréstimos e financiamentos	**3.021,5**	**2.600,4**	**1.784,5**	**1.577,6**
Caixa e equivalentes de caixa	(672,9)	(624,0)	(382,3)	(239,5)
Dívida Líquida	**2.348,6**	**1.976,4**	**1.402,2**	**1.338,1**
Valor intrínseco do swap	(171,1)	(216,8)	0,0	(17,7)
Dívida Líquida (com hedge)	**2.177,5**	**1.759,6**	**1.402,2**	**1.320,4**
EBITDA para o período de doze meses	1.474,4	498,5	423,0	397,3
Dívida Líquida/ EBITDA	**2,13x**	**3,96x**	**3,31x**	**3,37x**
EBITDA Ajustado para o período de doze meses	1.249,5	550,8	420,1	420,3
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado para o período de doze meses	**1,88x**	**3,59x**	**3,34x**	**3,18x**
Dívida Líquida (com hedge)/EBITDA Ajustado para o período de doze meses	**1,74x**	**3,19x**	**3,34x**	**3,14x**

3.2 - Medições Não Contábeis

ROIC, Capital Investido e ROIC (pre-tax)

	Período de doze meses findo	Exercício social encerrado em		
(Em milhões de reais, exceto %)	**30/06/2021**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Resultado Operacional	**1.321,5**	**349,4**	**247,0**	**282,9**
Imposto de renda e contribuição social teórico (34%)	(449,3)	-118,8	-84,0	-96,2
Retorno *(NOPAT)*	**872,2**	**230,6**	**163,0**	**186,7**
Dívida Líquida (com hedge)	2.177,5	1.759,6	1.402,1	1.320,4
Patrimônio Líquido	680,5	57,5	366,7	374,3
Capital Investido	**2.858,0**	**1.817,0**	**1.768,8**	**1.694,7**
NOPAT/ Capital Investido (ROIC)	30,5%	12,7%	9,2%	11,0%
NOPAT/ Capital Investido (ROIC pre tax)	46,2%	19,2%	14,0%	16,7%

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12.

O EBITDA e o EBITDA Ajustado indicam a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. O cálculo do EBITDA consiste no lucro (prejuízo) líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.

Calculamos o EBITDA Ajustado a partir do EBITDA, realizando ajustes que visam melhorar a comparabilidade de sua performance ao longo do tempo, eliminando os seguintes efeitos: (a) ganho (perda) na venda de ativos; (b) perda na alienação de investimentos; (c) reestruturação – indenizações; (d) despesas com plantas paradas durante a pandemia (gastos relacionados a modificações feitas em nossas plantas para prevenir contaminações, assim como custos fixos relacionados à hibernação temporária de plantas durante o início da crise pandêmica); (d) despesas de parada de planta (paradas em 2019, relacionadas à falta de matérias-primas); e (e) ganho decorrente do reconhecimento de créditos de ICMS na base do PIS/COFINS dos 5 anos anteriores à decisão do STF sobre o assunto (modulação de efeitos). A margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida do respectivo período.

O EBITDA Ajustado não tem um significado padrão e pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado ou medidas com títulos semelhantes divulgados por outras companhias. Além disso, o EBITDA Ajustado tem limitações como indicador de lucratividade, uma vez que o EBITDA Ajustado não considera certos custos relacionados ao nosso negócio, que podem afetar adversamente nossos lucros, tais como nossos resultados financeiros, impostos, depreciação e amortização, entre outros itens registrados em nossa

3.2 - Medições Não Contábeis

demonstração do resultado e descritos acima. A margem EBITDA Ajustado é calculada pela divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA, o EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM nº 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM nº 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM nº 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM nº 527/12.

Apesar de apresentar limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, a Companhia utiliza o EBITDA e o EBITDA Ajustado internamente como medida para avaliar produtividade e eficiência, que tem se mostrado útil para a avaliação do desempenho econômico-financeiro da Companhia. A Companhia acredita que o EBITDA e o EBITDA Ajustado oferecem aos investidores uma boa compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

Dívida Líquida, Dívida Líquida (com hedge), Dívida Líquida/EBITDA, Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e Dívida Líquida (com hedge)/EBITDA Ajustado

A Dívida Líquida corresponde ao saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), deduzidos do saldo do caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida (com hedge) corresponde a Dívida Líquida ajustada pelo Valor intrínseco do swap, que reflete o valor imediato do derivativo em relação ao preço do ativo objeto, nesse caso o dólar americano. Adicionalmente, a Dívida Líquida/EBITDA corresponde à divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado corresponde à divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA Ajustado e a Dívida Líquida (com hedge)/EBITDA Ajustado corresponde à divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que a Companhia utiliza essas medições não contábeis para monitorar seu endividamento total.

A Dívida Líquida, Dívida Líquida (com hedge) a Dívida Líquida/EBITDA, a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e a Dívida Líquida (com hedge)/EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão.

Outras empresas podem calcular a Dívida Líquida, Dívida Líquida (com hedge) a Dívida Líquida/EBITDA, a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado e a Dívida Líquida (com hedge)/EBITDA Ajustado de maneira diferente da Companhia. A Administração da Companhia entende que a medição de ambos são uteis na avaliação do grau de alavancagem financeira em relação ao fluxo de caixa operacional.

ROIC, Capital Investido e ROIC (pre-tax)

O ROIC (*Return On Invested Capital*) ou Retorno sobre Capital Investido é uma medida não contábil divulgada pela Companhia e calculado pela divisão do Retorno, ou *"NOPAT" (Net Operating Profit After Tax*), pelo Capital Investido. O Retorno *(NOPAT)* é calculado a partir do resultado operacional dos últimos 12 meses, deduzido do imposto de renda teórico, que é calculado pela multiplicação do resultado operacional pela alíquota teórica de 34%. O Capital Investido é calculado pela Companhia através da soma da dívida líquida (com hedge) com o Patrimônio Líquido total. O ROIC (pre-tax) é uma variação

3.2 - Medições Não Contábeis

da ROIC que exclui o efeito do imposto de renda teórico, sendo calculado pela divisão do resultado operacional pelo capital investido.

O ROIC, o Capital Investido e ROIC (pre-tax) não são medidas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"). A Companhia utiliza o ROIC, o Capital Investido e ROIC (pre-tax) como medidas de performance para efeito gerencial. O ROIC, o Capital Investido e ROIC (pre-tax) não têm um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas semelhantes divulgadas por outras companhias.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Constam das informações financeiras trimestrais da Companhia relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, o seguinte evento subsequente:

Em 15 de julho de 2021, o Grupo retomou o valor de caixa depositado de R$ 86.752 mil, que representava garantia contratual referente a contrato de compra de gás natural, sendo que em substituição, o Grupo apresentou nova garantia por meio de carta fiança.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2020	2019	2018
Regras sobre retenção de lucros	O estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido ajustado do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.	O estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido ajustado do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.	O estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido ajustado do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.
Valores das retenções de lucros	Reserva legal: R$ 634.268,55	Reserva legal: R$ 2.458.065,78.	Não foram realizadas retenções de lucros nesse exercício social, haja vista que a Companhia não auferiu lucro no referido exercício.
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva legal: 5%	Reserva legal: 5%	-
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Ainda, os acionistas, mediante AGE, podem autorizar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Ainda, os acionistas, mediante AGE, podem autorizar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual. Ainda, os acionistas, mediante AGE, podem autorizar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.
Restrições à distribuição de dividendos	Além do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia está sujeita, no âmbito de seus Contratos Financeiros, a covenants que a impedem de distribuir dividendos acima do valor mínimo legalmente exigido previsto pela lei aplicável ou realizar outros pagamentos, conforme descrito na seção 10.1 (f), "iv".	Além do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia está sujeita, no âmbito de seus Contratos Financeiros, a covenants que a impedem de distribuir dividendos acima do valor mínimo legalmente exigido previsto pela lei aplicável ou realizar outros pagamentos, conforme descrito na seção 10.1 (f), "iv".	Além do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia está sujeita, no âmbito de seus Contratos Financeiros, a covenants que a impedem de distribuir dividendos acima do valor mínimo legalmente exigido previsto pela lei aplicável ou realizar outros pagamentos, conforme descrito na seção 10.1 (f), "iv".
Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.	Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. Inf. Contábil	Exercício social 31/12/2020	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018
Lucro líquido ajustado	601.823.627,06	12.051.102,47	46.700.750,10	-9.831.571,11
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	100,000000	55,470000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	104,950000	20,960000	7,430000	-2,630000
Dividendo distribuído total	0,00	12.051.102,47	27.268.578,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	19.432.172,10	0,00
Data da aprovação da retenção		31/12/2020		

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
	0,00						0,00	
Ordinária			3.012.775,62	31/12/2020	11.674.956,03	31/12/2019		

418

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos nem reservas constituídas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

O montante de dividendos declarados no exercício social findo em 2019 foi de R$ 116 milhões, dos quais foram declarados à conta de lucro retidos.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 não foram declarados pela Companhia dividendos à conta de lucros retidos nem reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/06/2021	4.580.834.846,75	Índice de Endividamento	6,73305763	
31/12/2020	3.859.062.821,58	Índice de Endividamento	67,13291014	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/06/2021)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		179.552,97	422.275,49	59.679,03	0,00	661.507,49
Empréstimo	Garantia Real		180.161.905,68	71.281.350,00	0,00	0,00	251.443.255,68
Títulos de dívida	Quirografárias		35.781.262,32	-43.196.318,71	-43.137.226,62	2.645.670.435,51	2.595.118.152,50
Empréstimo	Quirografárias		149.240.694,28	25.011.000,00	0,00	0,00	174.251.694,28
Total			365.363.415,25	53.518.306,78	-43.077.547,59	2.645.670.435,51	3.021.474.609,95

Observação

As informações referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O montante da dívida com garantia real tem ativos reais como garantia. O restante da dívida não possui qualquer tipo de garantia. Dívidas sem garantia real ou flutuante, independente do fato de possuírem garantia fidejussória, foram classificadas como dívidas quirografárias. As dívidas garantidas com bens de terceiros, por não onerarem bens da Companhia, foram consideradas como dívidas quirografárias e classificadas como tal. Custos de transação relacionados à emissão do Bond 2026 foram alocados junto a títulos de dívida.

Exercício social (31/12/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Garantia Real		1.227.341,45	0,00	26.633.087,50	0,00	27.860.428,95
Financiamento	Garantia Real		4.545.996,82	399.617,44	174.174,26	0,00	5.119.788,52
Empréstimo	Garantia Real		178.503.900,02	77.690.665,00	12.991.750,00	0,00	269.186.315,02
Títulos de dívida	Quirografárias		20.123.185,54	-54.181.998,50	-54.256.220,41	2.162.277.195,08	2.073.962.161,71
Empréstimo	Quirografárias		198.266.643,05	25.983.500,00	0,00	0,00	224.250.143,05
Total			402.667.066,88	49.891.783,94	-14.457.208,65	2.162.277.195,08	2.600.378.837,25

Observação

As informações referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O montante da dívida com garantia real tem ativos reais como garantia. O restante da dívida não possui qualquer tipo de garantia. Dívidas sem garantia real ou flutuante, independente do fato de possuírem garantia fidejussória, foram classificadas como dívidas quirografárias. As dívidas garantidas com bens de terceiros, por não onerarem bens da Companhia, foram consideradas como dívidas quirografárias e classificadas como tal. Custos de transação relacionados à emissão do Bond 2026 foram alocados junto a títulos de dívida

3.9 - Outras Informações Relevantes

Contratos Financeiros

A Companhia possui contratos financeiros que preveem hipóteses de vencimento antecipado as quais incluem, dentre outras, *cross-default* e *cross-acceleration*. Para mais informações acerca do endividamento da Companhia, vide item 10.1, "f" deste Formulário de Referência.

Além do ponto elencado acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido divulgadas em outras seções deste Formulário de Referência.

Pandemia de COVID-19

Para informações a respeito dos impactos da pandemia de COVID-19 nas atividades da Companhia, vide itens 10.1 (h) e 10.9 deste Formulário de Referência.

Política de Destinação de Resultados e Distribuição de Dividendos

Em 10 de agosto de 2021, a Companhia aprovou uma política de destinação de resultados e distribuição de dividendos, com o objetivo de garantir a adequada remuneração dos acionistas e a estabilidade financeira Companhia, em observância às exigências legais e às necessidades de geração de caixa e de realização de investimentos para a persecução adequada do seu objeto social. A política poderá ser consultada no site da Companhia (invest.unigel.com.br).

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras, informações trimestrais e respectivas notas explicativas da Companhia. Os negócios da Companhia, situação financeira, resultado operacional, fluxo de caixa, liquidez, negócios futuros e/ou sua reputação poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir, inclusive, mas não limitado aos impactos da pandemia relacionada à pandemia do novo coronavírus ("COVID-19") nos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira da Companhia e à análise posterior feita pela administração e/ou por nossos auditores independentes dos nossos resultados operacionais e posição financeira relacionados às informações referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, ou a meses específicos desses períodos, apresentadas no item 10.9 deste Formulário de Referência, e da finalização das informações financeiras trimestrais completas e revisadas por um auditor independente referente a este período. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar adversamente e de forma relevante os seus negócios. Além disso, deve-se ressaltar que, riscos adicionais não conhecidos atualmente ou considerados irrelevantes também poderão afetar adversamente a Companhia.

Para os fins desta seção "4. Fatores de Risco", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim indicar, a menção a um risco, incerteza ou problema que poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "impacto negativo" para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na participação de mercado, reputação, negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas investidas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção "4. Fatores de Risco" devem ser compreendidas neste contexto.

Adicionalmente, não obstante a subdivisão prevista neste item, feita em observância à regulamentação aplicável, determinados fatores de risco elencados abaixo poderão também ser aplicáveis a outros subitens.

(a) Riscos Relacionados à Companhia

O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação da COVID-19, provocou e pode continuar provocando um efeito adverso em nossas operações, inclusive podendo paralisar integral ou parcialmente as operações de nossas plantas, os nossos canais de venda e o fornecimento de insumos que utilizamos. A extensão da pandemia da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas nossas operações. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como as provocadas pelo zika vírus, pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS), afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram.

Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a pandemia da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Na prática, a declaração significou o reconhecimento pela OMS de que, desde então, o vírus se disseminou por diversos continentes com transmissão sustentada entre as pessoas.

A declaração da pandemia da COVID-19 desencadeou severas medidas restritivas por parte de autoridades governamentais no mundo todo, a fim de tentar controlar o surto, resultando em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas, incluindo quarentena e *lockdown*, restrições a viagens e uso de transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio de uma maneira geral. No Brasil, alguns estados e municípios, incluindo das localidades em que a Companhia possui empreendimentos, seguiram essas providências, adotando medidas para impedir ou retardar a propagação da doença, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento de *shoppings*, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Além disso, essas medidas influenciaram o comportamento da população em geral, resultando na acentuada queda ou até mesmo na paralisação das atividades de companhias de diversos setores, incluindo parte de nossos clientes, bem como na redução drástica de consumo. Este contexto influenciou em nossa decisão de paralisar parte de nossas fábricas durante o pico da pandemia. No México, estados e municípios, incluindo os locais em que operamos, adotaram diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde mexicano para controlar a propagação da pandemia da COVID-19, tais como a restrição para operar (total ou parcialmente) negócios considerados como "não-essenciais", o que resultou no fechamento e restrições operacionais em lojas, restaurantes, hotéis, shopping centers, áreas lotadas, parques e outros espaços públicos. Não podemos garantir que nossas instalações não serão fechadas devido à pandemia da COVID-19, ou que a circulação de pessoas retornará e/ou retornará aos níveis pré-COVID-19, o que pode afetar significativamente nossas receitas.

A disseminação da pandemia COVID-19 nos fez mudar nossas práticas comerciais (incluindo práticas de higiene adicionais para locais de trabalho e funcionários, além de cancelar reuniões presenciais, eventos e conferências) e reduzir nossas operações durante a pandemia. Podemos tomar ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou determinado pela gerência, considerando os melhores interesses de nossos funcionários, clientes e parceiros comerciais. Também decidimos interromper temporariamente a produção em algumas de nossas fábricas. Em nosso segmento de Estirênicos, (i) a planta localizada em Cubatão, no Estado de São Paulo, foi fechada no início de abril de 2020 e retomou as operações logo em seguida, em meados de junho de 2020, (ii) a planta localizada em Camaçari, no Estado da Bahia, foi paralisada apenas durante o mês de maio de 2020 e (iii) a planta localizada em São José dos Campos, no Estado de São Paulo, também foi paralisada durante o mês de maio de 2020. Em nosso segmento de acrílicos, nossa planta de produção de acrilonitrilo localizada em Camaçari, no Estado da Bahia, foi temporariamente paralisada na segunda quinzena de março de 2020 e permaneceu ociosa durante todo o segundo trimestre de 2020, retomando as operações no final de julho de 2020. Desde julho de 2020, estamos operando todas as fábricas normalmente. As plantas da Companhia poderão ser paralisadas ou seus centros administrativos fechados em razão da pandemia da COVID-19, incluindo em razão de uma nova onda de casos. Caso ocorra, a Companhia sofrerá um efeito negativo em seus negócios e poderá ser obrigada a adotar medidas adicionais em razão da mencionada pandemia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A medida em que a pandemia da COVID-19 afetará nossos negócios, condição financeira, resultados de operações ou fluxo de caixa dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis. Estes desenvolvimentos incluem, entre outros, a duração e distribuição geográfica da pandemia, sua gravidade, ações para conter o vírus ou minimizar seu impacto, e quão rapidamente e até que ponto as condições econômicas e operacionais normais podem ser retomadas. Mesmo após conter o surto de COVID-19, nossos negócios podem continuar a sofrer impactos adversos e materiais devido ao impacto econômico global ou brasileiro e/ou mexicano, incluindo recessão, desaceleração econômica ou aumento dos níveis de desemprego, o que pode afetar o poder de compra dos clientes.

Outros surtos regionais e/ou globais poderão ocorrer. Além disso, novas ondas da pandemia da COVID-19 já começaram a surgir em algumas regiões. Não podemos garantir que seremos capazes de tomar as medidas necessárias para evitar um impacto adverso em nossos negócios de dimensão igual ou maior que o impacto causado pela pandemia da COVID-19, no caso de novos surtos regionais e/ou globais ou novas ondas de grande escala da COVID-19, e não podemos garantir que não precisaremos paralisar nossas operações em fábricas localizadas em regiões focos de novos surtos da COVID-19.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento humano ou que exija políticas públicas para restringir a circulação de pessoas e/ou contato social pode ter um impacto adverso em nossos negócios, assim como nas economias brasileira e/ou mexicana. Os surtos de doenças também podem impossibilitar que nossos funcionários e clientes se dirijam às nossas instalações (inclusive por razões preventivas ou para evitar a contaminação em larga escala), o que afetaria adversamente o desenvolvimento de nossos negócios.

A pandemia da COVID-19 e a decretação do estado de calamidade pública também podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no País e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia, podendo tais medidas afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

Adicionalmente, uma recessão e/ou desaceleração econômica global, notadamente no Brasil e México, incluindo aumento do desemprego, pode resultar em (i) menor atividade comercial e de consumo, durante a pandemia da COVID-19 e continuar depois que o surto diminuir, (ii) receio dos consumidores de adoecerem, causando redução de consumo, e (iii) aumento do inadimplemento dos clientes. Todos esses fatores podem impactar adversamente o setor de químicos e fertilizantes, diminuir a demanda pelos produtos da Companhia e consequentemente afetar seus resultados.

Além do risco de maior inadimplemento mencionado acima, as medidas de restrições à circulação impostas a lojas, bancos, lotéricas, como a restrição de horário de funcionamento, por exemplo, podem dificultar ou atrasar a realização dos pagamentos devidos por nossos clientes.

A pandemia da COVID-19 também pode impactar significativamente a cadeia de suprimentos da Companhia, se as fábricas que produzem os produtos utilizados pela Companhia, ou as operações dos prestadores de serviços de logística da Companhia forem interrompidas, encerradas temporariamente, enfrentarem falta de funcionários ou sofrerem os efeitos de um agravamento ou uma nova onda de disseminação da COVID-19. Também pode haver interrupções ou atrasos em entregas e impactos negativos na precificação de determinados produtos essenciais para as atividades da Companhia.

A Companhia pode, também, enfrentar dificuldades para obtenção de novos financiamentos junto a instituições financeiras ou eventuais outras restrições de caixa, o que pode comprometer e/ou dificultar a manutenção dos índices financeiros da Companhia. Uma eventual restrição de caixa poderá também

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

afetar as operações da Companhia e o cumprimento de suas obrigações com terceiros, inclusive fornecedores.

A extensão dos impactos da pandemia dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, dentre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais usuais podem ser retomadas.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento das pessoas ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos nossos negócios, bem como na economia brasileira. Surtos de doenças também podem impossibilitar que nossos funcionários se dirijam aos seus locais de trabalho (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala de nossos colaboradores), o que prejudicaria o regular desenvolvimento dos nossos negócios.

A Companhia e suas controladas poderão continuar a ter impactos materialmente adversos em seus negócios como resultado do impacto econômico nacional e global, incluindo qualquer recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego no Brasil, que já ocorreram ou possam vir a ocorrer mesmo após a diminuição da pandemia da COVID-19, já que há o desenvolvimento de uma segunda onda de contaminação no Brasil e no mundo. Não temos conhecimento de eventos comparáveis que possam nos fornecer uma orientação quanto ao efeito da disseminação da COVID-19 e de uma pandemia global e, como resultado, o impacto final da pandemia da COVID-19 é altamente incerto.

Os impactos da pandemia da COVID-19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos informados neste Formulário de Referência.

Por fim, o Brasil e México têm enfrentado o surgimento de novas variantes da COVID-19, que tem ocasionado o aumento significativo no número de infectados, fato que pode prolongar a pandemia no Brasil, no México e no mundo, com novos períodos de quarentena e lockdown, restrições a viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução generalizada de consumo. Ademais, os planos de vacinação que vêm sendo adotado pelos governos federal e estaduais do Brasil e do México podem ser interrompidos ou seguirem em ritmo lento e com baixo número absoluto de pessoas vacinadas se comparado aos demais países.

Novas variantes dos vírus, a incapacidade de vacinação em massa contra a COVID-19 pelo Governo Federal (brasileiro e mexicano) e o aumento no número de casos pode causar efeitos adversos no mercado, provocando oscilações no preço de mercado dos nossos valores mobiliários.

Para maiores informações sobre os impactos da pandemia da COVID-19 sobre os nossos negócios, vide item 10.3 e 10.9 deste Formulário de Referência. Ainda, os efeitos provocados pela pandemia ocorreram e podem se prolongar após a emissão de nossas informações financeiras trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Até a data deste Formulário de Referência, não há informações adicionais disponíveis para que pudéssemos realizar uma avaliação a respeito do impacto da pandemia da COVID-19 em nossos negócios, além daquelas apresentadas neste item 4.1 e nos itens 7.1, 10.1, 10.3 e 10.9 deste Formulário de Referência. Na data deste Formulário de Referência, não é possível assegurar se, futuramente, tal avaliação será prejudicada ou a extensão de tais prejuízos, tampouco é possível assegurar que não haverá incertezas materiais na capacidade da Companhia continuar operando nossos negócios. Não conseguimos garantir que outros surtos regionais e/ou globais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

não acontecerão. E, caso aconteçam, não conseguimos garantir que seremos capazes de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo nos nossos negócios.

A Companhia pode enfrentar a concorrência de produtores de substitutos para nossos produtos como resultado de evolução tecnológica, tendências e preferências do consumidor e da indústria e mudanças regulatórias

A Companhia fornece produtos químicos intermediários para os mais diversos setores da economia e, em cada aplicação dos nossos produtos, existem matérias-primas alternativas que podem ser adotadas pelos nossos clientes. Os produtos comercializados pela Companhia podem ser favorecidos ou prejudicados pelas preferências das empresas e dos consumidores por determinados materiais. As preferências podem ser influenciadas por inúmeros fatores, tais como preço, propriedades do produto, aspectos socioambientais referentes aos substitutos, entre outros. No segmento de estirênicos, nota-se que a utilização de poliestireno em embalagens descartáveis tem sido gradualmente substituída globalmente por outros materiais, como papel ou outros plásticos, entre outros. Não podemos garantir que nossos esforços de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos de produção serão capazes de atender as preferências das empresas e dos consumidores, inclusive no que diz respeito a preço, propriedades do produto, aspectos socioambientais e outros fatores, e, consequentemente, nossas operações e seus resultados poderão ser negativamente impactados.

A Companhia pode não conseguir renovar ou manter os contratos de locação ou arrendamento das suas unidades alugadas de terceiros em termos aceitáveis e, talvez, tenha que pagar multas contratuais em caso de rescisão de contratos de locação ou arrendamento de unidades que decida fechar.

As unidades da Companhia Brasileira de Estireno ("CBE"), controlada da Companhia, de Guarujá, CBE São José dos Campos, CBE Trinseo e a sede administrativa da Companhia, descritas na seção 9.1(a) deste Formulário de Referência estão instaladas em imóveis que a Companhia aluga de terceiros. A localização estratégica desses imóveis é fundamental para o desenvolvimento da sua estratégia de negócios e, como resultado, a Companhia pode ser afetada adversamente, caso: (i) estes contratos de locação ou arrendamento sejam rescindidos, ou não sejam renovados em termos aceitáveis ou independentemente dos termos, ou (ii) tais contratos de locação não estejam devidamente registrados e averbados nas matrículas junto aos cartórios de registro de imóveis competentes, pois as respectivas locações ou arrendamentos não serão oponíveis contra terceiros que vierem a adquirir os imóveis, os quais, por consequência, poderão exigir a desocupação em 90 dias sem qualquer penalidade, ficando ainda a Companhia impossibilitada de adjudicar o imóvel caso o seu direito de preferência não seja respeitado.

Além disso, de acordo com a legislação aplicável (Lei Nº 8.245/1991 - *Lei do Inquilinato)*, qualquer uma das partes pode pedir a revisão do valor do aluguel após três anos do início da locação ou da última renegociação. Um aumento significativo no valor dos aluguéis dos imóveis pode afetar adversamente a posição financeira da Companhia e o seu resultado operacional.

A Companhia pode não chegar a acordos com os locadores em relação à renovação dos prazos locatícios. Nos termos da legislação brasileira, a locatária pode exigir judicialmente a renovação de um contrato de locação com prazo determinado superior ou igual a 5 anos, por um prazo adicional de 5 anos, desde que esteja explorando seu comércio no mesmo ramo pelo prazo mínimo e ininterrupto de 3 anos, sendo necessário o ajuizamento da ação renovatória no prazo de, no mínimo, 6 meses, e, no máximo, 1 ano de antecedência em relação à data de término do prazo do contrato, sob pena de decadência. Assim, para os casos em que a renovação compulsória por meio de ação renovatória não esteja garantida, como, por exemplo, caso seja entendido que não há ponto comercial a ser protegido, a Companhia pode não ser capaz de renovar os contratos de locação desses imóveis se não entrar em

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

acordo com os locadores. Ademais, a Lei afasta o direito à ação renovatória na hipótese de o imóvel locado vir a ser utilizado pelo próprio locador ou para transferência de fundo de comércio existente há mais de 1 ano, cuja maioria do capital seja de titularidade do locador, de seu cônjuge, de seu ascendente ou descendente. Alternativamente, a Companhia pode não conseguir renovar as locações se não apresentar a ação renovatória no prazo legal ou se não forem cumpridos os requisitos legais. A perda de qualquer uma das unidades da Companhia pode afetar negativamente seus resultados operacionais e condição financeira.

Além disso, alguns dos contratos de arrendamento/locação não garantem à Companhia o direito de renovar compulsoriamente o arrendamento/locação mediante a interposição de uma ação renovatória, uma vez que já passaram os respectivos termos contratuais e estão atualmente em vigor por tempo indeterminado. Caso a Companhia não consiga negociar com os locadores a renovação dos contratos e tais contratos sejam rescindidos, a Companhia terá que buscar novas instalações, o que acarretará custos de transição e poderá resultar na interrupção das atividades da unidade. Além disso, se o valor de aluguel desses novos imóveis for superior ao valor pago anteriormente, a rentabilidade das plantas poderá ser reduzida e afetar negativamente os resultados das operações da Companhia.

Na mesma linha, se a Companhia decidir fechar qualquer uma das suas unidades, localizadas em imóveis alugados ou arrendados de terceiros antes do fim do prazo contratual da locação, a Companhia pode ser obrigada a pagar uma multa contratual ao proprietário, como consequência da rescisão antecipada do contrato de locação. O valor total da multa poderá afetar adversamente a Companhia, principalmente se a decisão de fechamento se aplicar a mais de uma unidade ou se o valor do aluguel for muito relevante.

Em vista da pandemia da COVID-19, várias entidades governamentais impuseram políticas de isolamento que levaram a Companhia a reduzir ou até paralisar suas operações em algumas unidades, não sendo possível garantir que algumas plantas ou centros administrativos da Companhia não poderão vir a ser fechados em razão da pandemia da COVID-19, incluindo em razão de uma nova onda de casos, o que poderia negativamente afetar nossas atividades nestas unidades. Caso não sejamos capazes de pagar nossos respectivos aluguéis, e se tentarmos negociar com os respectivos proprietários dos imóveis uma redução no valor do aluguel mensal ou uma forma diferente de pagamento nesse período e não tivermos sucesso na negociação, é possível que o não pagamento dos valores de aluguel contratualmente estabelecido seja considerado uma inadimplência contratual, levando à rescisão antecipada do contrato e à necessidade de desocupação imóvel em questão, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia.

Nossos produtos e os processos de produção se sujeitam ao risco de incêndio, dano ambiental, explosões e outros riscos.

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos inerentes às suas atividades, tais como incêndios, explosões, vazamentos, e outros acidentes associados à produção, manuseio, armazenamento e transporte de materiais e produtos petroquímicos. Em fevereiro de 2019, houve um incêndio na unidade de Candeias, Estado da Bahia, que, embora não tenha comprometido a planta de produção, danificou 2 (dois) tanques de armazenamento de Metil metacrilato ("MMA"). Esse evento fez com que paralisássemos as operações nessa unidade por 7 (sete) dias para investigar as causas e avaliar os danos envolvidos.

Outro acidente ocorrido em 2017 envolveu o tombamento de uma carreta-tanque que transportava etilbenzeno, resultando no vazamento desse produto químico no solo de propriedade de terceiro, no munícipio de Cândido Sales, também no Estado da Bahia.

A depender da dimensão do acidente, pode ser necessária a suspensão temporária de uma parte significativa das operações, podendo resultar em atrasos na produção e em custos de remediação

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

significativos e perda de receita, bem como a responsabilização por danos ambientais e à saúde de trabalhadores e de terceiros. Não podemos garantir ao investidor que nosso seguro será adequado para cobrir integralmente todos os riscos em potencial do nosso negócio. Qualquer dano ambiental ocorrido em nossas instalações pode também resultar em danos a nossa reputação e a nossos relacionamentos com nossos clientes, além da obrigação de indenizar danos, bem como enfrentar eventuais questionamentos no âmbito administrativo e judicial, com a possibilidade de arbitramento de multas e embargos, e de penalização criminal. A ocorrência de qualquer dos eventos acima pode reduzir significativamente a produtividade e a rentabilidade de uma unidade de produção específica e nos afetar adversamente. Caso um ou mais acidentes envolvendo os produtos e os processos de produção da Companhia, não podemos garantir que não haja efeitos adversos em nossos resultados financeiros e operacionais.

Ajustes nos tributos incidentes em produtos importados que sejam concorrentes dos nossos produtos podem nos forçar a reduzir nossos preços para permanecermos competitivos.

O governo brasileiro impõe determinados tributos sobre produtos importados que não incidem sobre os produtos que produzimos no Brasil, o que nos permite cobrar preços com maiores margens no mercado nacional para alguns de nossos produtos (como acrilonitrila, metacrilato, estireno e poliestireno), pois não incluem tributos incidentes em produtos importados comparáveis a esses produtos (tributos esses que atualmente variam entre 10% a 14%, dependendo do produto). Entretanto, o governo brasileiro alterou alíquotas dos tributos de importação e exportação para efetivar políticas econômicas, e consequentemente as alíquotas podem ser alteradas novamente no futuro. Os ajustes nas alíquotas dos tributos de importação podem levar a uma concorrência maior com os produtos importados e nos forçar a reduzir nossos preços internos para permanecermos competitivos, o que provavelmente resultaria na redução da nossa receita líquida e poderia afetar negativamente nosso desempenho financeiro como um todo. Adicionalmente, os produtos que exportamos também estão sujeitos a tarifas que variam em cada jurisdição, de acordo com a tributação de cada país, zonas de comércio e acordos comerciais. Quaisquer ajustes futuros nessas estruturas tarifárias podem impactar negativamente nossas vendas para essas jurisdições. Atualmente, os principais países para os quais exportamos nossos produtos são Estados Unidos, Turquia e Índia. Acordos comerciais futuros assinados pelo Brasil, México ou Estados Unidos e/ou União Europeia também podem causar a um aumento na concorrência com produtos importados e reduzir os preços internos.

Alguns contratos da Companhia estão atrelados aos índices de inflação IGP-DI e IGP-M, que estão apresentando variações bastante superiores à inflação oficial brasileira (IPCA) nos anos de 2020 e 2021, o que poderá impactar negativamente seu resultado.

Os contratos de arrendamento da Unigel Agro nos estados da Bahia e de Sergipe, com duração de 10 anos e prorrogáveis por mais 10 anos, preveem a correção anual do arrendamento pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE-FGV). As locações da sede administrativa da Companhia e da CBE em São José dos Campos, por outro lado, preveem a correção anual dos aluguéis pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) também divulgado pelo IBRE-FGV. Devido a fatores macroeconômicos diversos, o IGP-DI e o IGP-M têm sofrido nos anos de 2020 e 2021 uma alta significativa, superior aos patamares de inflação do índice oficial brasileiro (IPCA), resultando em aumento proporcionalmente significativo dos valores dos aluguéis mensais indexados pelos referidos índices. Caso a Companhia seja afetada pela majoração dos aluguéis destes imóveis e não consiga alcançar uma negociação com os locadores de termos mais favoráveis ou caso a Companhia não consiga obter êxito em ação judicial visando ao reequilíbrio econômico-financeiro desses contratos, a Companhia poderá sofrer com um efeito adverso relevante em seus resultados financeiros.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia enfrenta riscos relacionados aos registros, autorizações, licenças e alvarás para a regular operação de suas unidades.

A Companhia depende de vários registros, autorizações, licenças e alvarás federais, estaduais e municipais, além de Autos de Vistoria do Corpo de Bombeiros, relacionados à operação e à localização das suas unidades. Tais documentos, como, por exemplo, as licenças de funcionamento das prefeituras, as licenças ambientais de operação, as autorizações para uso de produtos controlados, entre outros, possuem prazos de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. Devido à burocracia para obter e renovar registro, licenças, alvarás e autorizações, incluindo o tempo que a Companhia precisa para implementar planos corretivos de ações para cumprir com as novas regulamentações e/ou exigências das autoridades competentes, juntamente com o tempo de resposta de determinados órgãos públicos, a Companhia pode não conseguir obter, em tempo hábil, todos os registros, licenças, alvarás e autorizações necessárias ou renovar tais registros, licenças, alvarás e autorizações para o funcionamento das unidades. Além disso, em alguns casos, incluindo duas plantas de fertilizantes nitrogenados recentemente arrendadas da Petrobras pela Companhia, localizadas nos estados da Bahia e de Sergipe ("FAFEN-BA" e "FAFEN-SE", respectivamente e, em conjunto "FAFEN's"), a Companhia não possui ou ainda está no processo de renovação de alguns desses registros, licenças, alvarás e autorizações.

A Companhia pode não conseguir tempestivamente obter, renovar ou manter em vigor tais licenças para todos os estabelecimentos em que mantém operações. Além disso, o cenário de pandemia da COVID-19 pode ter efeitos nos prazos e procedimentos para renovação das licenças.

A realização das atividades da Companhia sem a obtenção ou renovação das licenças e autorizações necessárias poderá: (i) resultar em autos de infração (com a imposição de multas e/ou outras sanções administrativas, (ii) impedir a Companhia de abrir e operar as unidades, (iii) resultar no fechamento das unidades e (iv) resultar em sanções criminais, no caso de ausência de instalar ou operar atividades sem licenças/autorizações ambientais válidas ou em desacordo com as mesmas. Ademais, a não obtenção ou a não renovação tempestiva das licenças em algumas das unidades poderá expor a Companhia a riscos adicionais em caso de um acidente ou de um evento similar que possa afetar essa unidade enquanto a licença estiver pendente.

A estratégia de negócio da Companhia poderá ser substancialmente e adversamente afetada se tiver que suspender ou fechar algumas das suas unidades, em consequência da sua incapacidade de obter ou renovar os registros, autorizações, licenças e alvarás ou se um acidente afetar adversamente uma unidade enquanto essa estiver com uma licença pendente.

Resultados desfavoráveis em ações judiciais e processos administrativos e arbitrais em curso ou futuros podem reduzir nossa liquidez e afetar negativamente nosso desempenho financeiro e situação financeira.

Nós estamos, e estaremos no futuro, envolvidos em processos judiciais, administrativos, regulatórios ou inquéritos e investigações relacionados a questões cíveis, trabalhistas, administrativas e, especialmente, tributárias, entre outras.

Não podemos garantir ou prever em que momento as ações judiciais, inquéritos e processos administrativos e outros processos legais atuais ou potenciais serão concluídos e se as decisões neles proferidas serão favoráveis. Para alguns desses processos, não fizemos qualquer provisão em nosso balanço patrimonial ou fizemos provisões apenas para parte dos valores das causas. Apenas constituímos provisões em relação aos processos em que a probabilidade de perda foi classificada pelos nossos advogados externos e departamento jurídico como provável. Caso ações que envolvam um valor substancial e em relação às quais não temos nenhuma provisão ou tem provisão significativamente inferior ao montante da perda em questão, sejam decididas, em definitivo, de forma desfavorável, poderemos sofrer um efeito adverso relevante sobre nossos negócios.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nós não podemos garantir que esses processos judiciais serão decididos em nosso favor. Ainda, não podemos garantir que as nossas provisões constituídas, quando existentes, serão corretas e suficientes para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos administrativos ou judiciais. Caso ações que envolvam um valor substancial e em relação às quais não temos nenhuma provisão ou temos provisão significativamente inferior ao montante da perda efetiva, sejam decididas, em definitivo, de forma desfavorável, podemos sofrer um efeito adverso relevante sobre nossos negócios e situação financeira.

Da mesma forma, nossos administradores e/ou os acionistas podem vir a ser partes ou serem mencionados e/ou chamados a depor em processos administrativos, judiciais, regulatórios, arbitrais ou inquéritos e investigações de natureza cíveis, trabalhistas, administrativas, tributárias, criminais, entre outras, inclusive em relação a posições ocupadas em outras sociedades, cuja instauração e/ ou resultados podem afetá-los negativamente, especialmente caso sejam indiciados e/ou condenados e se forem processos de natureza criminal, eventualmente, impossibilitando o exercício de suas funções na Companhia.

Decisões contrárias aos nossos interesses e de nossos administradores poderão causar um efeito adverso em nossa reputação, negócios, situação financeira, e resultados operacionais, e, consequentemente, afetar material e adversamente nossa condição financeira e resultados operacionais.

Para mais informações sobre nossos processos judiciais, vide itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência. Se decisões desfavoráveis forem proferidas em um ou mais desses processos, poderemos ter que pagar valores substanciais.

Greves, paralisações ou distúrbios trabalhistas envolvendo nossos colaboradores ou os colaboradores dos nossos fornecedores e parceiros comerciais podem afetar substancialmente e adversamente nossos resultados operacionais, negócios e situação financeira.

As empresas no setor de produtos químicos intermediários se sujeitam à ameaça de graves ou paralisações de trabalho. Não podemos garantir que não sofreremos uma greve ou paralisação de trabalho no futuro. Movimentos trabalhistas em qualquer de nossas fábricas podem nos causar um efeito adverso relevante.

Em maio de 2018, houve uma greve de caminhoneiros em todo o Brasil, que foi principalmente relacionada a aumentos nos preços da gasolina e paralisou o transporte em grande parte do Brasil. Não podemos garantir que greves, paralisações ou distúrbios trabalhistas não ocorrerão no futuro. Quaisquer greves, paralisações no trabalho ou outras formas de agitação trabalhista envolvendo nossa rede de transporte ou qualquer um de nossos fornecedores, contratados ou suas instalações podem afetar de forma adversa e substancial nossos resultados operacionais, negócios e situação financeira.

Estamos sujeitos a leis e regulamentos anticorrupção, antissuborno, de combate à lavagem de dinheiro, de sanções e econômicos. Se nós violarmos qualquer dessas leis ou regulamentos, poderá haver um efeito adverso material em nossa reputação, no resultado de nossas operações e em nossa situação financeira.

Somos obrigados a cumprir as leis e regulamentos aplicáveis do Brasil e do México, e podemos ficar sujeitos a tais leis e regulamentos em outras jurisdições. Em particular, estamos sujeitos à legislação anticorrupção brasileira e à legislação com foco similar de outros países onde temos filiais e operações, bem como a outras leis anticorrupção e regimes regulatórios com alcance transnacional. Essas leis visam impedir que qualquer pessoa agindo em nosso nome possa oferecer uma vantagem inadequada a um agente público, a fim de obter benefícios de qualquer tipo. A legislação transnacional aplicável, como o "*US Foreign Corrupt Practices Act of 1977*" e o "*UK Bribery Act, 2010*", bem como a legislação brasileira aplicável (principalmente a Lei Nº 12.846/2013 - *Lei Anticorrupção Brasileira*), nos exigem, entre outras

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

coisas, a manutenção de políticas e procedimentos destinados a prevenir quaisquer atividades ilegais ou impróprias relacionadas à corrupção envolvendo entidades e autoridades governamentais, a fim de garantir qualquer vantagem comercial, e nos exigem a manutenção de livros precisos e um sistema de controles internos para garantir a exatidão de nossos livros e prevenir atividades ilegais. Também somos obrigados a cumprir com as leis e regulamentos aplicáveis contra lavagem de dinheiro, antiterrorismo e outras leis e regulamentos nas jurisdições em que operamos. Essas leis e regulamentos se tornaram cada vez mais complexos e detalhados, exigindo sistemas aprimorados, exigindo pessoal sofisticado de monitoramento e conformidade e tornando-se objeto de uma supervisão regulatória aprimorada.

Não podemos garantir que nossas políticas e procedimentos internos serão suficientes para prevenir ou detectar quaisquer práticas inadequadas, fraudes ou violações da lei por parte de nossas afiliadas, funcionários, diretores, executivos, parceiros, agentes, fornecedores e prestadores de serviços, nem que tais pessoas não tomarão medidas que violem nossas políticas e procedimentos. Quaisquer violações por nós ou qualquer uma de nossas afiliadas, funcionários, diretores, diretores, executivos, parceiros, agentes, fornecedores e prestadores de serviços das leis antissuborno e anticorrupção ou regulamentos de sanções podem ter um efeito adverso material em nossos negócios, reputação, resultados de operações e condição financeira.

Nossa cultura tem contribuído para o nosso sucesso e, se não conseguirmos manter essa cultura à medida que crescemos, podemos perder o alto engajamento dos colaboradores promovido por nossa cultura, o que pode prejudicar nossas operações.

Acreditamos que um componente crítico de nosso sucesso tem sido nossa cultura. Investimos tempo e recursos substanciais na construção de nossa equipe com ênfase em valores compartilhados e um compromisso com a diversidade e inclusão. À medida que continuamos a crescer e desenvolver a infraestrutura associada a ser uma empresa de capital aberto, precisaremos manter nossa cultura entre um número maior de funcionários espalhados em várias regiões geográficas. Qualquer falha em preservar nossa cultura pode afetar negativamente nosso sucesso futuro, incluindo, mas se limitando a, nossa capacidade de reter e recrutar pessoal.

Qualquer perda ou incapacidade de manter funcionários importantes pode afetar adversamente nossos negócios.

Nosso sucesso depende, em grande medida, das habilidades, experiência e esforços dos membros da administração e outros funcionários importantes. A perda dos serviços de um ou mais membros de nossa administração ou de empregados com habilidades importantes pode ter um efeito negativo em nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais. Nós podemos ter dificuldades em atrair e manter os empregados qualificados para substituir empregados perdidos/desligados e, consequentemente, aumentar nossos negócios. Se não conseguirmos atrair ou manter administradores com senioridade adequada às funções ou outros empregados importantes altamente qualificados, talentosos e dedicados, esse fato pode afetar adversamente nossa capacidade de implementar integralmente nossos objetivos estratégicos.

Além disso, destacamos que o nosso fundador, o Sr. Henri A. Slezynger é o atual presidente do nosso conselho de administração e também nosso acionista controlador, por meio da Cigel Participações S.A.. Até maio de 2015, o Sr. Henri A. Slezynger participava ativamente da condução e direcionamento estratégico dos nossos negócios, sendo também diretor presidente da Companhia. Desde então, temos trabalhado na transição gradual da gestão a uma nova equipe de profissionais, incluindo seu filho que ocupa, hoje, o cargo de vice-presidente do Conselho de Administração. Não podemos garantir que seremos capazes de realizar uma transferência efetiva de conhecimento e implementar uma transição bem sucedida envolvendo o Sr. Henri, os acionistas e a administração atual da Companhia. Adicionalmente, não podemos garantir que eventual ausência do sr. Henri do Conselho de Administração não causará um efeito adverso material nos negócios, reputação, resultados de operações e condição financeira da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia possui cláusulas restritivas à capacidade de endividamento ("Covenants") em seus contratos de dívidas. O não cumprimento desses Covenants pode causar o vencimento antecipado dessas dívidas.

A Companhia está sujeita a determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) existentes em seus contratos de dívidas, com base em determinados índices financeiros e aspectos não financeiros (obrigações). Os aspectos financeiros estão relacionados com os níveis de alavancagem da Companhia, com verificações usualmente trimestrais. Dentre os covenants aos quais a Companhia está sujeita, nos termos de seus Contratos Financeiros, está a manutenção de índice de cobertura de dívida de pelo menos 1,2x, índice de alavancagem igual ou inferior a 3,0x e ativos tangíveis de pelo menos US$ 30 milhões, bem como demais obrigações, descritas no item 10.1 (f) "iv" deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não ser capaz de atender referidos *covenants* em virtude de condições adversas de seu ambiente de negócios, como a retração do mercado em que atua, o que pode ocasionar o vencimento antecipado de suas dívidas, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) de outras obrigações da Companhia, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos e financiamentos existentes. O vencimento antecipado de qualquer de seus contratos financeiros pode afetar a sua capacidade em honrar seus compromissos e acarretar um impacto adverso relevante nos negócios da Companhia e em sua situação financeira.

Foram identificadas deficiências significativas nos controles internos sobre relatórios financeiros da Companhia e, se a Companhia deixar de implementar e manter controles internos eficazes sobre relatórios financeiros, poderá ser incapaz de relatar com precisão seus resultados operacionais, cumprir suas obrigações de reporte ou evitar fraudes.

No processo de preparação das demonstrações financeiras, foram identificadas deficiências significativas nos controles internos da Companhia. Especificamente, as deficiências significativas identificadas estão relacionadas principalmente (i) à ausência de revisão sobre lançamentos manuais; e (ii) à ausência de revisão e aprovação da análise de realização dos impostos diferidos. Dessa forma, na preparação das nossas demonstrações financeiras, poderemos estar sujeitos a erros em decorrência do desconhecimento ou interpretação inadequadas de normas, bem como da falta de procedimentos internos específicos sobre o assunto.

Não há garantias de que a Companhia conseguirá remediar essas deficiências em tempo hábil ou de qualquer maneira. Durante o curso de documentação e teste de seus procedimentos de controles internos, a Companhia poderá identificar outras fraquezas e deficiências em seus controles internos sobre relatórios financeiros. Se a Companhia não for capaz de gerenciar com eficácia seus controles internos, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de práticas inapropriadas, erros ou fraudes. Falhas ou ineficiências nos controles internos da Companhia podem ter um efeito adverso relevante em seus negócios, impedir de reportar tempestivamente seus resultados operacionais e afetar a confiança dos investidores na Companhia, o que pode impactar o preço de negociação de suas ações. Para mais informações, vide itens 5.3 (d) e (e) deste Formulário de Referência.

Flutuações da taxa de câmbio em relação ao dólar Norte-Americano no Brasil e no México, e variações significativas nas taxas de juros poderiam afetar de forma negativa nossos resultados operacionais.

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito negativo significativo sobre as economias que operamos e nossos resultados operacionais. Por exemplo, a moeda brasileira durante as últimas décadas experimentou variações frequentes e significativas em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em 30 de junho de 2021 a taxa de câmbio era R$5,0016 para US$1,00. Nossas receitas são em grande parte denominadas em reais. A desvalorização da moeda local do Brasil em relação ao dólar norte-americano poderia criar pressões inflacionárias nesses países e causar aumentos nas taxas de juros, as quais poderiam afetar negativamente o crescimento dessas economias como um todo e prejudicar a nossa condição financeira e resultados operacionais. Por outro lado, a valorização da moeda local do Brasil e do México em relação ao dólar norte-americano e a outras moedas estrangeiras poderia prejudicar o crescimento desses países impulsionados por exportações.

Caso qualquer dessas hipóteses venha a ocorrer, poderemos ter nossos resultados financeiros adversamente impactados.

Podemos ser prejudicados se não formos capazes de proteger e fazer valer nossos direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral ou se nossos parceiros ou fornecedores utilizarem propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros sem autorização.

O sucesso da Companhia depende significativamente da capacidade de proteger e preservar os seus direitos de propriedade intelectual, incluindo marcas registradas, patentes, segredos comerciais e *know-how*. A Companhia acredita que os ativos de propriedade intelectual detidos por ela e suas controladas são valiosos e importantes para seu sucesso e que problemas relacionados a propriedade intelectual podem afetá-la significativamente. Desse modo, com relação à proteção de nossa propriedade intelectual e reputação de nossas marcas (*branding*), nos preocupamos em registrar, sempre que permitido ou exigido pela legislação aplicável, nossa propriedade intelectual, industrial ou autoral como marcas e patentes.

Não podemos garantir que as medidas aplicadas para proteger os nossos direitos de propriedade intelectual serão suficientes para a prevenção de apropriação de nossa propriedade intelectual, industrial ou autoral, causando o uso inadequado de nossos produtos ou serviços ou fazendo com que tenhamos que utilizar processos legais ou administrativos para protegê-las, os quais poderão ser demorados e custosos, desviando os recursos e a atenção de nossa administração e equipes operacionais, administrativas ou tecnológicas.

Os registros e pedidos de registro de marca detidos e/ou utilizados pela Companhia poderão enfrentar dificuldades em seu processo de manutenção/obtenção dos registros, tais como oposições, sobrestamentos, processos administrativos de nulidade e indeferimento. Caso não obtenha êxito na obtenção e/ou manutenção do registro de suas marcas, a Companhia poderá enfrentar dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Há ainda a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de marcas de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais marcas, sem prejuízo do pagamento de indenizações. A Companhia não pode quantificar o impacto em caso de perda dos direitos sobre as suas marcas, porém, na hipótese de perda de alguma marca considerada estratégica, poderá sofrer perda substancial de ativos.

Eventos como o indeferimento definitivo de eventuais pedidos de registro de marca depositados perante o INPI, bem como o uso sem autorização ou outra apropriação indevida das marcas registradas da Companhia podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou de suas controladas ou sua reputação, de modo que a Companhia poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais.

Além disso, não podemos assegurar também que nossos parceiros e fornecedores sempre utilizem propriedade intelectual, industrial ou autoral de suas respectivas propriedades ou de terceiros

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

devidamente autorizadas, quando estiverem trabalhando conosco, oferecendo nossos produtos e serviços ou nos fornecendo algum tipo de produto ou serviço.

Desse modo, não podemos garantir que as medidas aplicadas para proteger os nossos direitos de propriedade intelectual serão suficientes, ou que terceiros não infringirão ou se apropriarão indevidamente dos nossos direitos de propriedade intelectual. O uso inadequado de nossos produtos ou serviços ou as medidas tomadas para proteger nossa propriedade intelectual, industrial ou autoral ou ainda a utilização de propriedade intelectual de terceiros por nossos parceiros ou fornecedores sem autorização, podem resultar em custos significativos e desviar os recursos e a atenção de nossa administração e equipes operacionais, administrativas ou tecnológicas para que se procedam as devidas proteções, correções ou alterações para suas corretas utilizações, podendo afetar adversamente em nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

O uso de propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros de forma irregular pode nos impedir de usar a tecnologia necessária para desenvolver ou fornecer nossos produtos ou serviços ou nos sujeitar a litígios de propriedade intelectual.

Estamos sujeitos ao risco de processos baseados em alegações de quebra dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros, devido, em parte, ao recente aumento do número de patentes registradas por empresas da indústria química. Nossos concorrentes, assim como quaisquer outras empresas ou indivíduos podem ser atual ou futuramente titulares de direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros relativos a tecnologias, produtos ou serviços semelhantes aos que oferecemos ou planejamos oferecer. Não podemos assegurar que temos ciência de todos os direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral detidos por nossos concorrentes ou terceiros, e nem que seremos bem-sucedidos em processos judiciais em que tenhamos que defender nossos direitos sobre a propriedade intelectual, industrial ou autoral de tecnologias, produtos e serviços que oferecemos.

Caso uma ordem judicial ou arbitral constate que usamos em nossos produtos ou serviços uma tecnologia que seja irregular por infringir qualquer direito de propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros que não estejam dispostos a conceder uma licença em termos aceitáveis para nós, podemos ser impedidos por esta ordem judicial ou arbitral de usar tal tecnologia afetando nossos produtos ou serviços, bem como, provavelmente, seremos obrigados a pagar quantias significativas de indenização, royalties ou licenciamento pelo uso desta propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros. Nesses casos, podemos ser forçados a revisar ou descontinuar, total ou parcialmente, produtos ou serviços que tenham infringido tais direitos. A propositura de uma ordem judicial ou arbitral ou a alteração ou suspensão de oferta de um produto ou serviços que se encontra em violação dos direitos de propriedade intelectual, industrial ou autoral de terceiros poderá afetar adversamente nossa reputação, nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira e o valor de nossos valores mobiliários.

Qualquer interrupção ou destruição ou perda de dados em nossos sistemas de tecnologia da informação devido a mau funcionamento técnico ou operacional, perda dos direitos de uso, ou ciberataques pode ter um efeito adverso material sobre nós.

Nossas operações são dependentes do funcionamento eficiente e ininterrupto dos nossos sistemas de tecnologia da informação e dos nossos sistemas e serviços de comunicação. Dependemos de sistemas de tecnologia de informação para processar, transmitir e proteger informações eletrônicas. Caso estes sistemas tenham seu funcionamento interrompido por falhas próprias, falhas na prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis ou

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

do término, suspensão ou rescisão das respectivas licenças, pode haver a interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser afetados direta ou indiretamente por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente as operações da Companhia e, consequentemente, seus resultados, bem como impactar negativamente sua reputação e as interações com concorrentes e terceiros.

Não podemos garantir que seremos capazes de manter ou renovar as licenças dos softwares por nós utilizados, nas mesmas condições hoje existentes ou mesmo em condições favoráveis, visto que tais contratos poderão ser suspensos ou rescindidos em razão de descumprimentos contratuais praticados por nós (incluindo atrasos no pagamento) ou mesmo de forma imotivada ou em função de fatores alheios à nossa decisão. Caso não sejamos capazes de renovar ou manter alguma licença de software, ficaremos impedidos de continuar utilizando referido software. Não podemos assegurar que seremos capazes de substituir tais softwares em tempo hábil e sem grandes impactos às nossas operações, de modo que a o término ou rescisão de algum contrato de licenciamento de software, ainda que por fatores alheios à nossa vontade, poderá resultar em impactos adversos relevantes em nossas atividades e em nossos resultados operacionais e financeiros.

Adicionalmente, estamos sujeitos a uma variedade de riscos da tecnologia da informação e do sistema como parte de nosso curso normal de operações, incluindo possíveis avarias, invasões, vírus, ataques cibernéticos, fraudes cibernéticas, quebra de segurança e destruição ou interrupção de nossos sistemas de tecnologia da informação por terceiros ou por nosso próprio pessoal. Uma violação de nossas medidas de segurança ou perda de informações pode ocorrer e resultar na perda de informações materiais e confidenciais, violação das leis de privacidade e interrupção de suas atividades comerciais, podendo também causar um impacto adverso sobre nós, incluindo nossos negócios, nossa reputação, nosso relacionamento com as partes interessadas e agentes externos (governo, órgãos reguladores, parceiros, fornecedores e outros), nosso posicionamento estratégico em relação aos nossos concorrentes e nossos resultados. De acordo com a Lei n° 13.709/2018 ("LGPD") e com a Lei Federal de proteção de dados pessoais Na Posse de Pessoas (*Ley Federal de Protección de Datos Personales en Posesión de Particulares*) em vigor no México, estamos sujeitos a penalidades em casos de divulgação ou uso indevido de informações pessoais.

Além disso, os sistemas de informação podem ser danificados ou interrompidos por desastres naturais, eventos de força maior, falhas de telecomunicações, perda de energia, atos de guerra ou terrorismo, vírus de computador, código malicioso, violações de segurança física ou eletrônica, uso ou erro intencional ou inadvertido do usuário, ou eventos ou interrupções similares. Qualquer um destes ou outros eventos pode causar interrupções, atrasos, perda de dados críticos ou sensíveis ou efeitos similares, que podem ter um impacto material adverso sobre nós, inclusive na proteção da propriedade intelectual, informações confidenciais e proprietárias.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

Em 14 de agosto de 2018, foi sancionada a LGPD que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, por meio de um conjunto de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020 quanto à maior parte de suas disposições, com exceção das suas sanções administrativas (art. 52, 53 e 54) cuja entrada em vigor ocorreu em agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Nesse sentido, necessário esclarecer que, em virtude da pandemia da COVID-19, foi aprovada a Lei nº 14.010/2020, que, dentre outras medidas, adiou a aplicabilidade das sanções administrativas previstas na LGPD para 1º de agosto de 2021.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais e a transferência e compartilhamento de dados, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa. A lei, ainda, autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento das disposições da LGPD.

A LGPD se aplica a pessoas físicas ou jurídicas, entidades privadas ou governamentais, que processam dados pessoais no Brasil ou coletam dados pessoais no Brasil ou, ainda, quando as atividades de processamento têm a finalidade de oferecer ou fornecer bens ou serviços aos sujeitos dos dados localizados no Brasil. A LGPD estabelece regras detalhadas para o processamento de dados pessoais, que incluem a coleta, uso, transferência e armazenamento de dados pessoais, e afetará todos os setores econômicos, incluindo o relacionamento entre clientes e fornecedores de bens e serviços, empregados e empregadores e outros relacionamentos nos quais dados pessoais são coletados, seja em ambiente digital ou físico.

Desde que o LGPD entrou em vigor, todos os agentes de processamento/entidades legais são obrigados a adaptar suas atividades de processamento de dados para cumprir com este novo ambiente. Podemos enfrentar dificuldades de adaptação à nova regulamentação, levando em conta o número e a complexidade dessas novas obrigações.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos a partir da sua entrada em vigor: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente, como o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet; e (ii) a aplicação das penalidades previstas na legislação esparsa, mesmo antes da entrada em vigor das sanções previstas pela LGPD e a estruturação eficaz da ANPD, especialmente nos casos de incidentes de segurança que resultem em acesso indevido a dados pessoais. Além disso, podemos ser responsabilizados por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós ou por nossas subsidiárias devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD ou por legislação específica.

Com a entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, a Companhia e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração. Em caso de reincidência, a Companhia poderá ter o funcionamento de seus bancos de dados ou atividade de tratamento suspensas ou proibidas. Além disso, a Companhia pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pela Companhia e/ou suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Assim, falhas de segurança e quaisquer outras falhas na proteção dos dados pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, pagamento de indenizações, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades, o que poderá afetar negativamente a reputação e os

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

resultados da Companhia e, consequentemente, o valor de suas ações. Qualquer violação às leis ou regulamentos de privacidade promulgados ou aprovados no Brasil ou em outras jurisdições em que operamos poderia prejudicar seriamente nossos negócios, condição financeira ou resultados de operações. De acordo com a LGPD, os incidentes de segurança que possam resultar em risco ou dano significativo aos titulares de dados envolvidos devem ser comunicados à ANPD, o órgão regulador de proteção de dados, dentro de um período de tempo razoável. A notificação para a ANPD deve incluir: (a) uma descrição da natureza dos dados pessoais afetados pela infração; (b) as pessoas afetadas; (c) as medidas técnicas e de segurança adotadas; (d) os riscos relacionados à infração; (e) as razões de quaisquer atrasos na comunicação da infração, se aplicável; e (f) as medidas adotadas para contornar os efeitos dos danos causados pela infração. Além disso, a ANPD poderia estabelecer outras obrigações relacionadas à proteção de dados que não estão descritas acima.

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia está em processo de adequação de suas atividades, mas ainda não adotou totalmente as disposições da LGPD. Portanto, teremos que continuar a adaptar nossas práticas às disposições da LGPD para proteger adequadamente os dados pessoais por nós processados. Como mencionado acima, a não adoção da legislação aplicável, inclusive em relação a incidentes e segurança cibernética, pode resultar em altas multas, divulgação do incidente ao mercado, exclusão de dados pessoais de nosso banco de dados, a suspensão de nossas atividades de processamento de dados pessoais. Isto pode nos impedir de conduzir regularmente nossas atividades e, portanto, afetar adversa e materialmente nossa reputação e nossos resultados e, consequentemente, o valor de nossos títulos.

De acordo com a LGPD, os controladores de dados têm a obrigação de nomear um Encarregado de Proteção de Dados (Encarregado), ou DPO, que será o canal de comunicação com os titulares dos dados e a ANPD. O DPO pode ser um indivíduo ou uma pessoa jurídica.

A Companhia pode ser afetada adversamente se suas operações de transporte, armazenamento e distribuição forem interrompidas ou forem mais custosas do que o previsto.

A Companhia utiliza diversos modais de transporte em seu processo produtivo e de comercialização – em especial são utilizadas as estruturas de dutos (pipelines), rodovias e transporte marítimo. As principais matérias-primas consumidas pela Companhia são produzidas no mercado doméstico e dependem da infraestrutura nacional de logística e distribuição. Algumas matérias-primas podem ser importadas e, com isso, sofrer impactos por custo de frete marítimo e pela capacidade de estocagem portuária em seu processo produtivo. As vendas de produtos dos segmentos de estirênicos e agro são majoritariamente voltados para o mercado doméstico e dependem principalmente das condições da malha rodoviária para garantir a devida distribuição.

Além disso, condições climáticas extremas, greves e protestos são alguns fatores que podem restringir o acesso de navios e caminhões aos portos e terminais intermodais. Estas situações podem ocasionar a redução do volume de cargas transportadas, o aumento de custos de armazenagem e de transporte, entre outros desdobramentos, o que poderia afetar de forma adversa e substancial nossos resultados operacionais, negócios e situação financeira.

A Companhia, por meio de sua controlada Proquigel, estará sujeita a certos riscos operacionais nos terminais portuários subarrendados, que podem afetar o desempenho dos compromissos contratuais da Companhia, podendo resultar em perda de receita, que por sua vez, pode ter um efeito adverso relevante em seus resultados operacionais ou em sua condição financeira.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As operações da controlada Proquigel estarão sujeitas a riscos operacionais que afetam as instalações portuárias a serem subarrendadas no Porto de Aratu-Candeias. Esses riscos incluem, mas não estão limitados a, falhas mecânicas e elétricas, acidentes, perda ou roubo de cargas, danos, incêndios, explosões, interrupções de atividades, condições políticas e hostilidades, greves de trabalho, condições climáticas adversas como inundações, desastres naturais, acidentes em terminais de carga ou descarga, incluindo acidentes ambientais e colisões, os quais podem resultar em danos, multas, indenizações ou custos exigidos por terceiros e outras reclamações contra a controlada Proquigel.

Nem todos os riscos podem estar adequadamente segurados, certas reclamações específicas podem não ser pagas e certas indenizações pagas em decorrência de um sinistro podem não ser suficientes para compensar integralmente os danos sofridos pela controlada Proquigel. Nesse sentido, pode ocorrer um efeito material adverso nos negócios controlada Proquigel, caso ocorram acidentes decorrentes de eventos não segurados ou interrupção de trabalho. Além disso, o uso de qualquer cobertura securitária está sujeito a franquias e, tendo em vista que é possível que um grande número de reclamações seja feito, o valor agregado dessas franquias pode ser material.

Além disso, a controlada Proquigel não pode garantir que conseguirá manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Adicionalmente, a Companhia poderá ser responsabilizada judicialmente pelo pagamento de indenização a terceiros em decorrência de um eventual sinistro.

Alguns dos equipamentos usados nos terminais portuários e operações logísticas correm o risco de sofrer danos ou perda em virtude de eventos, tais como falhas mecânicas, encalhe, incêndio, explosões e colisões, desastres marítimos e erro humano. Todos esses riscos podem resultar em morte ou ferimento de pessoas, danos materiais, danos ambientais, atrasos ou reformulação de rota.

Caso quaisquer desses fatores venha a ocorrer, os negócios e resultados financeiros e operacionais controlada Proquigel podem ser adversamente afetados.

A Companhia pode não conseguir acessar novos financiamentos ou emitir valores mobiliários no mercado de capitais, em todos os casos, em condições favoráveis, o que poderá afetar de maneira significativamente negativa sua condição financeira e resultados operacionais e financeiros.

A capacidade da Companhia para captar recursos, inclusive por meio de financiamento junto aos bancos de desenvolvimento, emissão de títulos (incluindo valores mobiliários) no mercado de capitais ou o refinanciamento de empréstimos existentes, é fundamental para suas operações e para a implementação da sua estratégia de crescimento. A Companhia poderá não conseguir contratar financiamentos ou emitir títulos no mercado de capitais em termos favoráveis para atender às suas necessidades ou obrigações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia poderá captar recursos por meio de novas emissões públicas e privadas de ações, o que poderá causar a diluição imediata dos atuais acionistas da Companhia, caso haja exclusão do direito de preferência e/ou caso tais acionistas, por qualquer motivo, não exerçam em sua integralidade o seu direito de preferência.

Os mercados de dívida local e de capitais foram recentemente impactados pelo custo do crédito, por fatores político-econômicos e pela pandemia da COVID-19, entre outros acontecimentos. Esses eventos afetaram negativamente as condições econômicas no Brasil. Além disso, em decorrência das preocupações com a estabilidade geral dos mercados financeiros no Brasil e com a solvência das contrapartes, o custo de financiamentos aumentou, haja vista que muitos credores elevaram as taxas de juros, adotaram padrões mais rígidos para a concessão de crédito, reduziram seu volume de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

empréstimos e, em certos casos, interromperam a oferta de financiamentos em condições comerciais razoáveis.

Na hipótese de a Companhia não conseguir obter financiamentos, emitir títulos nos mercados de capitais ou refinanciar seu endividamento quando necessário, não conseguir obter ou renovar garantias bancárias ou de seguro, ou se tais atividades estiverem disponíveis apenas em termos desfavoráveis, a Companhia pode não conseguir atender às suas necessidades de capital e obrigações financeiras ou aproveitar as oportunidades de negócios, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre seus negócios, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Ainda, mesmo que a Companhia consiga obter financiamentos, poderá estar sujeita ao cumprimento de covenants e/ou obrigações restritivas que, caso descumpridos, poderão sujeitar a Companhia ao vencimento antecipado de tal financiamento, além de desencadear o vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (*cross-default* e *cross-acceleration*) dos demais contratos financeiros que vier a possuir, podendo afetar adversamente sua situação financeira. Para mais informações sobre os covenants aos quais a Companhia está sujeita, no âmbito de seus contratos financeiros vigentes, vide fator de risco "*A Companhia possui cláusulas restritivas à capacidade de endividamento ("Covenants") em seus contratos de dívidas. O não cumprimento desses Covenants pode causar o vencimento antecipado dessas dívidas*" e o item 10.1 "f" deste Formulário de Referência.

Os acionistas podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio, o que pode afetar adversamente o preço de suas ações.

De acordo com o estatuto social da Companhia, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e de seu estatuto social, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações, e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a sua situação financeira. O não recebimento de dividendos pode frustrar expectativas de retorno de caixa por parte dos investidores da Companhia, podendo levar a perda no valor das ações da Companhia no mercado.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente no pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos pela Companhia, poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, reduzindo o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em transações com partes relacionadas.

A Companhia possui receitas, custos e despesas decorrentes de transações com partes relacionadas, notadamente aquelas informadas no item 16.2 deste Formulário de Referência. Contratações com partes relacionadas representam potencial conflito de interesses entre as partes, as quais podem se revelar difíceis ou complexas para a análise da Companhia quanto a todos os potenciais conflitos de interesse envolvidos. A Companhia não pode assegurar que os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações sejam eficazes ou que as transações com partes relacionadas foram ou serão realizadas em estrita observância às boas práticas de governança e/ou normas existentes, o que pode impactar negativamente seu negócios, podendo vir a causar um impacto adverso em suas atividades, situação financeira e resultados, bem como de seus acionistas. Para informações adicionais a respeito de operações entre partes relacionadas, vide item 16 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Nossos acionistas majoritários têm a capacidade de determinar o resultado de atos ou decisões corporativas, e pode haver um conflito entre os seus interesses e os interesses dos acionistas minoritários.

A Família Slezynger, acionistas que, indiretamente, possuem o controle do nosso capital social, têm a capacidade de determinar o resultado da maioria dos atos ou decisões corporativas que exigem a aprovação de nossos acionistas, como a nomeação da Diretoria e dos membros do Conselho de Administração. Pode haver um conflito entre os interesses do nosso acionista majoritário e os acionistas minoritários egressos da oferta pública inicial de ações da Companhia. Para mais informações, vide item 15.1/2 deste Formulário de Referência.

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

Não há riscos relevantes envolvendo a Companhia cuja fonte seja seus acionistas.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

Eventual processo de liquidação da Companhia ou de qualquer das sociedades nas quais detém participação pode ser conduzido em bases consolidadas.

O judiciário brasileiro ou os próprios credores da Companhia e/ou de empresas de seu grupo econômico podem determinar a condução de eventual processo de liquidação da Companhia e/ou de qualquer das sociedades nas quais detém participação como se fossem uma única sociedade (Teoria da Consolidação Substancial). Caso isso ocorra, os acionistas da Companhia poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores das sociedades nas quais detém participação.

Os resultados da Companhia dependem dos recursos disponibilizados por suas subsidiárias, e não podemos assegurar que estes recursos nos serão disponibilizados.

A Companhia controla ou participa do capital de diversas outras sociedades do setor químico. Nossa capacidade de cumprirmos com nossas obrigações financeiras e de pagarmos dividendos aos nossos acionistas depende do fluxo de caixa e dos lucros das nossas subsidiárias, bem como da distribuição desses lucros a nós. Não há garantia de que tais recursos nos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o cumprimento das nossas obrigações financeiras e o pagamento de dividendos aos nossos acionistas.

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

Nossas operações dependem da disponibilidade e custo de matéria prima, e podemos ser afetados por eventos que impactem a oferta de tais produtos.

Nossas operações dependem da disponibilidade e do custo de nossa matéria-prima e das fontes de energia (incluindo petróleo, gás natural e eletricidade) e nós dependemos de fontes limitadas para algumas matérias-primas essenciais (incluindo propeno, acetona, benzeno, metanol, eteno, ácido sulfúrico e enxofre) e fontes de energia. O não recebimento de qualquer dessas matérias-primas em tempo poderá resultar em vendas diferidas ou perdidas, interrupção em nossas operações e reclamações e litígios com clientes. Além disso, não podemos garantir que os preços atualmente

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

praticados para aquisição de matéria-prima não serão majorados no futuro. Estamos em negociações para com fornecedores para viabilizar o suprimento de gás natural na planta da Unigel Agro da Bahia, descrita no item 9.1.a deste Formulário de Referência. Um custo maior do que o esperado para a aquisição da molécula de gás pode impactar o preço final dos nossos produtos de uma forma que os torne menos atrativos aos nossos clientes.

Qualquer interrupção, descontinuidade ou outra ruptura prolongada no fornecimento de matéria-prima ou energia ou qualquer aumento substancial em seu custo poderá ter um efeito adverso relevante nos nossos resultados operacionais. A disponibilidade e os preços da matéria-prima e da energia podem ser afetados negativamente por uma variedade de fatores, incluindo interrupções na produção dos fornecedores; acidentes ou outros eventos semelhantes nas instalações dos fornecedores ou ao longo da cadeia de fornecimento; alocações de matéria-prima pelos fornecedores para outros compradores; guerras, desastres naturais ou outros eventos semelhantes; mudanças na taxa de câmbio; o poder de barganha dos fornecedores; oscilações de preço no mercado internacional; e a disponibilidade e o custo do transporte. Se nós formos forçados a buscar fornecedores alternativos ou a importar a nossa matéria-prima, poderemos sofrer atrasos na produção, preços aumentados e margens reduzidas. Por exemplo, no Brasil, a Petrobras, um de nossos principais fornecedores, interrompeu o fornecimento de amônia para nossa unidade de acrilonitrila em outubro de 2019 devido a atrasos nos embarques (a Petrobras importa amônia desde sua decisão de encerrar suas unidades de fertilizantes nitrogenados no início de 2019) e baixo nível de estoques em seus tanques de armazenamento. Como resultado, decidimos comprar amônia de fornecedores locais na região sudeste do Brasil, a custos significativamente mais altos.

Além disso, nós dependemos bastante de determinados fornecedores em relação a matérias-primas essenciais e outros materiais, alguns dos quais estão disponíveis em um número limitado de fontes, em virtude de uma concentração significativa dentro do nosso setor entre os fornecedores. Por exemplo, a Braskem e a Bahiagás forneceram uma parcela significativa da matéria-prima e dos serviços adquiridos por nós no Brasil em 2020, 2019 e 2018. Em decorrência disso, a perda de qualquer fornecedor, a interrupção de suas atividades ou a não satisfação de nossas necessidades de produtos tempestivamente pode causar interrupções na nossa produção e nos forçar a encontrar uma fonte alternativa adequada. Não há qualquer garantia de que na hipótese de perda de qualquer fornecedor, interrupção em seu negócio ou a não satisfação de nossas necessidades de produtos, nós seremos capazes de substituir imediatamente qualquer desses fornecedores e impedir uma interrupção não programada de nossa produção.

Podemos tentar importar determinadas matérias-primas na hipótese de sofrermos uma interrupção no mercado interno de fornecimento. Entretanto, as importações dessas matérias-primas podem ser demoradas e mais caras do que a compra desses materiais no mercado local. Além disso, uma vez que o custo de armazenamento e transporte de nossas matérias-primas é substancial e que não há uma infraestrutura adequada no Brasil para a importação de grandes quantidades desses produtos, dependemos especificamente de fornecedores que estejam próximos a nossas fábricas. Por esses motivos, talvez não possamos garantir uma fonte alternativa de matérias-primas imediatamente com um preço competitivo na hipótese de uma interrupção no fornecimento interno. Nossa dependência de fornecedores específicos de matéria-prima significa que interrupções ou paralizações em relação a esses fornecedores pode afetar nossas operações adversamente até que acordos sejam feitos com fornecedores alternativos, na medida em que fornecedores alternativos aceitáveis para nós existam. Se qualquer de nossos fornecedores não fosse capaz ou se recusasse a entregar materiais para nós por um período maior de tempo, ou se não fôssemos capazes de negociar termos aceitáveis para o fornecimento de materiais com esses ou com fornecedores alternativos, nosso negócio sofreria e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

poderíamos interromper as operações de alguns de nossos clientes, o que potencialmente causaria ações de clientes.

Além disso, dependemos da capacidade de nossos fornecedores de fornecer materiais que satisfaçam as especificações, normas de qualidade, outros critérios aplicáveis e cronogramas de entrega. O fato de nossos fornecedores não fornecerem a matéria-prima esperada que satisfaça esses critérios poderá afetar adversamente os cronogramas de produção e nossa rentabilidade. Podemos não conseguir encontrar alternativas aceitáveis, e quaisquer dessas alternativas podem resultar em custos maiores para nós e possíveis atrasos na produção, o que pode nos afetar adversamente.

Os preços do petróleo, do gás natural e de nossas principais matérias-primas estão vinculados ao mercado internacional, oscilaram no passado e espera-se que oscilarão no futuro. O real brasileiro e o *peso* mexicano podem se desvalorizar em relação ao dólar norte-americano e outras moedas no futuro, efetivamente aumentando os nossos custos de matéria-prima. Agitações sociais e mudanças em regimes governamentais no Oriente Médio tiveram e continuam a ter efeitos negativos sobre a produção de petróleo e volatilidade de preços, consequentemente aumentando os preços do setor petroquímico em todo o mundo. A volatilidade dos preços do setor petroquímico e a tendência de alta do preço do petróleo e de outras matérias-primas afetam a competitividade do preço de nossos produtos.

Em períodos de alta volatilidade no preço em dólares norte-americanos de nossas matérias-primas ou na taxa de câmbio real brasileiro/dólar norte-americano, há um lapso entre o momento em que o preço em dólares norte-americanos de nossas matérias-primas aumenta ou em que o real se desvaloriza em relação ao dólar norte-americano e o momento em que podemos efetivamente repassar esses custos aumentados em reais para nossos clientes no Brasil. Consequentemente, se o preço em dólares norte-americanos de nossa matéria-prima aumenta drasticamente, ou se o real se desvaloriza drasticamente em relação ao dólar norte-americano, não podemos imediatamente repassar todos os aumentos correspondentes nos custos da nossa matéria-prima para nossos clientes no Brasil. Resultados semelhantes podem ocorrer no caso de valorização ou desvalorização do peso mexicano em relação ao dólar norte-americano.

Nossas margens foram impactadas pelos aumentos nos preços da matéria-prima e da energia no passado e podem ser impactados da mesma forma no futuro se não pudermos repassar esses aumentos de preços para nossos clientes, o que pode nos afetar adversamente.

Os preços do petróleo, do gás natural e de nossas principais matérias-primas oscilaram no passado e espera-se que oscilem no futuro.

O real brasileiro ou o *peso* mexicano podem depreciar-se em relação ao dólar norte-americano e outras moedas no futuro, aumentando efetivamente nossos custos de matéria-prima. A agitação social e as mudanças nos regimes governamentais no Oriente Médio tiveram e continuam a ter efeitos negativos na produção de petróleo e na volatilidade dos preços, aumentando consequentemente os preços no setor petroquímico mundial. A volatilidade dos preços no setor petroquímico e a tendência de alta dos preços do petróleo e de outras matérias-primas afetam a competitividade dos preços de nossos produtos. Os preços do petróleo e do gás natural têm historicamente flutuado significativamente. De 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2020, os preços à vista do Petróleo Brent variaram de um mínimo de US$ 9,12 por barril a um máximo de US$ 115,19 por barril, sendo que em 31 de dezembro de 2020, o preço à vista do barril de Petróleo Brent foi de US$ 63,54. Além disso, os preços do petróleo e do gás natural não flutuam necessariamente em relação direta um ao outro.

Desde dezembro de 2020, o preço do barril do petróleo tipo Brent vem tendo uma forte alta - subiu quase 35%, superando os US$ 60 por barril. Desde 2016, a Petrobras adota política de preços na qual

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

a variação do preço do barril nos mercados internacionais se reflete no preço praticado no mercado de combustíveis brasileiro, uma vez que a capacidade do país de refinar combustíveis não atende toda a demanda interna. Nesse contexto, em 2021 a Petrobras fez sucessivos reajustes de preços de combustíveis, que impactam diretamente apenas as compras de gás natural destinados para as operações de estirênicos e acrílicos. As operações da Unigel utilizam matérias-primas petroquímicas que não estão sujeitas à política de reajustes de combustíveis da Petrobras.

Embora tentemos repassar os aumentos nos preços de nossas matérias-primas através de preços mais altos para nossos produtos, em períodos de alta volatilidade no preço de nossas matérias-primas ou na taxa de câmbio do real em relação ao dólar norte-americano, pode haver uma lacuna entre o momento em que o preço em dólares norte-americanos de nossas matérias-primas aumenta ou quando o real desvaloriza em relação ao dólar norte-americano e o momento em que podemos efetivamente repassar esses custos aumentados em reais para nossos clientes no Brasil. Consequentemente, caso o preço em dólares norte-americanos de nossa matéria-prima aumente drasticamente, ou se o real brasileiro se depreciar drasticamente em relação ao dólar norte-americano, não poderemos repassar imediatamente todos os aumentos correspondentes nos custos de nossa matéria-prima a nossos clientes no Brasil, o que poderia afetar de forma adversa e substancial nossos resultados operacionais, negócios e situação financeira. Custos similares podem ser incorridos com a valorização ou desvalorização do peso mexicano em relação ao dólar norte-americano.

A Companhia vale-se de mão-de-obra terceirizada para desenvolver suas atividades e com isso pode ser compelida a assumir obrigações imprevistas de natureza trabalhista e previdenciária.

A Companhia e suas subsidiárias se valem de mão-de-obra terceirizada para desenvolver suas atividades, em especial da contratação de empresas para a manutenção das plantas; com isso, na condição de tomadoras de serviços de terceiros, podem ser obrigadas a assumir contingências de natureza trabalhista e previdenciária, bem como a responsabilidade pelos débitos trabalhistas e previdenciários dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando estas deixarem de cumprir com suas respectivas obrigações. A Companhia pode, por sua vez, vir a responder pelas eventuais contingências trabalhistas e previdenciárias relativas às suas subsidiárias. Tais contingências são de difícil previsão e quantificação, e caso ocorram poderão afetar adversamente a situação financeira e os resultados da Companhia.

A Companhia pode figurar como responsável solidária pelos danos ambientais causados por seus fornecedores e parceiros/sócios.

Na esfera cível, a responsabilidade pela remediação de danos ambientais é objetiva e solidária. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação poderá afetar a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a ocorrência do dano ambiental (incluindo nossos parceiros e/ou sócios), independentemente da comprovação de culpa dos agentes, o que poderá afetar adversamente os resultados e atividades da Companhia. Ainda, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nos empreendimentos e atividades da Companhia, tais como, gerenciamento de áreas contaminadas, supressão de vegetação, construções ou disposição final de resíduos, não exime a responsabilidade da Companhia por eventuais danos ambientais causados por terceiros contratados. A responsabilização por eventuais danos causados por terceiros pode representar em altos custos de indenização (ainda que seja possível ajuizar ação de regresso contra os causadores diretos do dano), o que poderia afetar de forma adversa nossos resultados operacionais, negócios e situação financeira.

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Aumentos nos preços de commodities ou em outros custos operacionais poderiam prejudicar nossos resultados operacionais.

Nossos resultados das operações dependem significativamente da nossa capacidade de antecipar e reagir às mudanças no preço e na disponibilidade de Gás Natural, Propeno, Eteno, Benzeno e outros custos relacionados sobre os quais talvez possamos ter pouco controle.

Entre outras commodities, dependemos de barril do petróleo, acetona, metanol, entre outros insumos. O custo dessas commodities depende de vários fatores, inclusive, mas não se limitando a oferta e demanda global, condições climáticas, flutuações nos custos da energia e incentivos fiscais, que nos tornam suscetíveis a flutuações de preço e câmbio significativas. Não podemos prever se poderemos antecipar e reagir a mudanças nos custos dessas *commodities*, ajustando nossas práticas de compra e preços dos nossos produtos, e uma falha em fazer isso pode afetar negativamente nossos resultados operacionais. Estamos também sujeitos aos riscos gerais de inflação.

As margens operacionais das nossas plantas operacionais também são afetadas por flutuações no preço de serviços públicos, como eletricidade e gás natural, seja em decorrência da inflação ou de outra forma, nos quais as plantas dependem para o seu fornecimento de energia. Além disso, as interrupções da disponibilidade de gás, eletricidade, água ou outras utilidades, seja devido ao envelhecimento da infraestrutura, condições climáticas, incêndio, danos nos animais, árvores, acidentes de escavação ou outros motivos, em grande parte fora de nosso controle, podem afetar adversamente nossas operações. Nossa incapacidade de antecipar e responder efetivamente a uma mudança adversa em qualquer desses fatores pode ter um efeito adverso significativo em nossas vendas e resultados de operações.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

O setor petroquímico é cíclico e sensível a fatores macroeconômicos globais, e pode ser afetado adversamente por eventos e condições fora de nosso controle.

O setor petroquímico no Brasil é cíclico e sensível a mudanças na oferta e procura em nível global. Desacelerações nos negócios em geral e na atividade econômica podem causar a diminuição da procura por nossos produtos e do seu preço. Em decorrência disso, nossas vendas líquidas e nossas margens podem sofrer um impacto negativo. Se, por outro lado, previrmos que a atividade econômica pode se intensificar e decidirmos expandir nossas fábricas ou construir novas fábricas, poderemos fazê-lo com base em uma estimativa de procura futura e níveis de preços que nunca se materializem ou que se materializem em níveis menores do que o previsto.

No nosso setor, a capacidade é geralmente adicionada em incrementos substanciais na medida em que instalações de larga escala são construídas. Historicamente, os mercados petroquímicos internacional têm alternado entre períodos de oferta limitada, o que fez com que os preços e as margens aumentassem, seguidos de períodos de expansão de capacidade de produção, resultando em um excesso de oferta e em preços e margens reduzidas. Por exemplo, em março de 2019, a Innova Videolar concluiu a expansão de sua produção de monômero de estireno no complexo Triunfo no Rio Grande do Sul de 256.000 toneladas por ano para 420.000 toneladas por ano. A expansão atual da capacidade no nosso setor poderá causar a redução do preço de nossos produtos, o que nos afetaria adversamente.

Nós estabelecemos os preços de nossos produtos com base nos valores de mercado internacionais. O nosso negócio também poderá ser afetado por outros eventos ou condições fora do nosso controle, incluindo mudanças ou acontecimentos nos mercados econômicos internos ou estrangeiros, mudanças nas práticas de determinação de preços do setor, aumento no preço do petróleo, gás natural ou outras fontes de energia ou o custo ou a disponibilidade de matéria-prima, concorrência com outros produtores

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

petroquímicos, mudanças na disponibilidade ou oferta de produtos petroquímicos de forma geral e tempo ocioso não previsto nas fábricas. Esses fatores externos podem causar variações na procura por nossos produtos e variações em nossos preços ou margens, o que pode nos afetar adversamente.

Nossa capacidade de exportar para outros países é uma função do nível de crescimento econômico desses países e de outras condições econômicas, incluindo a inflação prevalecente e as taxas de câmbio. O crescimento lento da economia global, juntamente com o aumento da capacidade global da indústria petroquímica, pode levar à redução dos preços de nossos produtos no mercado internacional e, consequentemente, aos preços internos reduzidos de nossos produtos, o que afetaria adversamente nossos resultados operacionais.

Nossas operações dependem da disponibilidade e do custo de nossas matérias-primas e fontes de energia e dependemos de fontes limitadas para algumas matérias-primas essenciais. O não recebimento oportuno de qualquer um desses materiais poderia resultar em vendas diferidas ou perdidas, interrupção em nossas operações e reclamações de clientes.

Nossas operações dependem substancialmente da disponibilidade e do custo de nossas matérias-primas primárias (incluindo propeno, acetona, benzeno, metanol, eteno, ácido sulfúrico e enxofre) e fontes de energia (incluindo petróleo, gás natural e eletricidade). A compra de propeno, benzeno e eteno representaram, juntos, 44,8% de nosso custo consolidado de produtos vendidos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, sendo que nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 representaram 33,7%, 39,9% e 44,0% de nosso custo consolidado de produtos vendidos, respectivamente. Embora desfrutemos de condições de preços favoráveis de certos fornecedores, não podemos garantir que poderemos manter tais condições de preços no futuro. Estamos em negociações com fornecedores para possibilitar o fornecimento de gás natural das fábricas de fertilizantes nitrogenados arrendadas da Petrobras nos estados da Bahia e Sergipe. Os termos e condições do contrato de fornecimento de gás natural podem impactar nosso lucro bruto em nosso segmento Agro.

Qualquer interrupção prolongada, interrupção ou outra interrupção no fornecimento de matérias-primas ou energia, ou aumentos substanciais em seus custos, pode ter um efeito adverso material em nossos resultados operacionais. A disponibilidade e os preços de matérias-primas e energia podem ser afetados negativamente por uma variedade de fatores, incluindo interrupções na produção pelos fornecedores; acidentes ou outros eventos similares nas instalações dos fornecedores ou ao longo da cadeia de fornecimento; alocações de matérias-primas pelos fornecedores a outros compradores; guerras, desastres naturais ou outros eventos similares; mudanças nas taxas de câmbio; o poder de barganha dos fornecedores; flutuações de preços mundiais; e a disponibilidade e o custo de transporte. Se formos forçados a buscar fornecedores alternativos ou importar nossas matérias-primas, poderemos enfrentar atrasos na produção, aumento de preços e redução das margens. Por exemplo, decidimos comprar amônia de fornecedores locais na região sudeste do Brasil, a custos significativamente mais altos, após interrupção do fornecimento pela Petrobras, conforme descrito no Fator de Risco "*Nossas operações dependem da disponibilidade e custo de matéria prima, e podemos ser afetados por eventos que impactem a oferta de tais produtos"* acima. Os preços do petróleo, do gás natural e de nossas matérias-primas primárias estão ligados ao mercado internacional, têm flutuado no passado e espera-se que flutuem no futuro. Em particular, o real brasileiro ou o peso mexicano podem depreciar-se em relação ao dólar norte-americano e outras moedas no futuro, aumentando efetivamente nossos custos de matéria-prima. A agitação social e as mudanças nos regimes de governo no Oriente Médio tiveram e podem continuar a ter efeitos negativos sobre a produção de petróleo e a volatilidade dos preços, consequentemente, levando os preços da petroquímica a subir em todo o mundo. A volatilidade dos preços da petroquímica e a tendência de alta dos preços do petróleo e de outras matérias-primas afetam a competitividade dos preços de nossos produtos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nossas margens foram afetadas por aumentos de preços de matéria-prima e energia no passado e podem ser afetadas de forma semelhante no futuro se não conseguirmos repassar tais aumentos de preços a nossos clientes, o que pode nos afetar negativamente.

Além disso, somos altamente dependentes de certos fornecedores com relação a matérias-primas essenciais e outros materiais, alguns dos quais estão disponíveis apenas em um número limitado de fontes, devido à concentração significativa dentro de nossa indústria entre os fornecedores. Por exemplo, Braskem, Petrobras e Bahiagas forneceram uma parcela significativa das matérias-primas e serviços consumidos por nós no Brasil em 2020, 2019 e 2018. Como resultado, a perda de qualquer fornecedor, uma interrupção em seus negócios ou uma falha em atender às necessidades de nossos produtos em tempo hábil poderia levar a interrupções em nossa produção e nos obrigar a encontrar uma fonte alternativa adequada. Um exemplo recente foi a interrupção do fornecimento pela Petrobras da amônia que usamos para produzir acrilonitrila e HCN. Historicamente adquirimos amônia da Petrobras no mercado spot. Porém, em 31 de julho de 2019 a Petrobras cessou suas operações de fertilizantes nitrogenados, onde produzia, entre outros, amônia. Desde então, a Petrobras continuou sendo nossa principal fornecedora de amônia, importando o produto no mercado internacional. O arrendamento das unidades de fertilizantes nitrogenados da Petrobras, agora contemplados no nosso segmento Agro, irá reduzir a dependência de amônia importada, uma vez que promove uma integração vertical na cadeia de valor de acrílicos, isto é, a Unigel deixa de depender da compra de amônia, produzida no Brasil apenas pela Unigel e pela Yara, e passa a depender do gás natural, produto abundante no Brasil e que deve passar por um ciclo de expansão de oferta no país nos próximos anos, como matéria-prima. Podemos procurar importar determinadas matérias-primas caso haja uma interrupção no mercado interno de abastecimento. Entretanto, a importação de matérias primas pode ser demorada e mais cara do que a compra de tais materiais no mercado local. A Rhodia Poliamida e Especialidades S.A., ou Rhodia, produz no Brasil acetona, uma das principais matérias-primas na fabricação do MMA na cadeia dos Acrílicos. Entretanto, nos últimos anos a empresa tem reduzido os volumes de produção no Brasil, o que levou a Unigel a diversificar sua base de fornecedores globais, trazendo acetona importada como matéria-prima, tanto adquirindo volumes no mercado *spot* quanto firmando contratos de curto prazo com fornecedores internacionais. As importações de acetona são competitivas quanto comparadas ao preço de compra da Rhodia, mas não pode haver garantia de que poderemos continuar a importar a preços competitivos. Além disso, como o custo de armazenamento e transporte de nossas matérias-primas é substancial e há infra-estrutura inadequada no Brasil para a importação de grandes quantidades destes produtos, somos particularmente dependentes de fornecedores que estão localizados perto de nossas fábricas. Por estas razões, podemos não ser capazes de assegurar imediatamente uma fonte alternativa de matéria-prima a um custo competitivo no caso de uma interrupção no fornecimento doméstico. Nossa dependência de determinados fornecedores de matérias-primas significa que interrupções ou paradas com relação a tais fornecedores poderiam afetar adversamente nossas operações até que acordos com fornecedores alternativos, na medida em que existam fornecedores alternativos aceitáveis para nós, pudessem ser feitos. Se algum de nossos fornecedores não pudesse ou se recusasse a nos entregar materiais por um longo período de tempo, ou se não pudéssemos negociar termos aceitáveis para o fornecimento de materiais com estes ou fornecedores alternativos, nossos negócios poderiam sofrer e poderíamos interromper as operações de alguns de nossos clientes, levando a possíveis reclamações.

Além disso, dependemos da capacidade de nossos fornecedores de fornecer materiais que atendam às especificações, padrões de qualidade, outros critérios aplicáveis e cronogramas de entrega. A falha de nossos fornecedores em fornecer matérias-primas que atendam a tais critérios poderia afetar negativamente os cronogramas de produção e nossa lucratividade. Podemos não ser capazes de encontrar alternativas aceitáveis, e quaisquer dessas alternativas poderiam resultar em aumento de custos para nós e possíveis atrasos na produção, o que poderia nos afetar negativamente.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Nosso setor é muito competitivo, e o aumento na concorrência pode afetar adversamente nossas margens e participação no mercado.

O setor global de produtos químicos intermediários é muito competitivo. Nossos concorrentes existentes e em potencial incluem algumas das maiores empresas petroquímicas do mundo e os departamentos químicos das principais empresas de petróleo internacionais que têm seus próprios recursos de matérias-primas. Atualmente enfrentamos, ou podemos enfrentar no futuro, concorrência no Brasil e no México de produtores nacionais e estrangeiros de acrílicos e produtos de estireno. Algumas dessas empresas podem conseguir produzir a um custo menor do que o nosso. Por exemplo, alguns de nossos concorrentes nacionais e internacionais podem se beneficiar de incentivos fiscais, conferindo a eles vantagens competitivas em comparação a nós. Além disso, alguns de nossos concorrentes são maiores do que nós e podem ter mais recursos financeiros e técnicos, o que pode permitir que eles invistam um capital significativo em seus negócios, incluindo despesas com pesquisa e desenvolvimento. Se um concorrente atual ou futuro desenvolver alguma tecnologia de propriedade exclusiva que os permite produzir a um custo significativamente menor, nossa tecnologia pode se tornar não econômica ou obsoleta. Uma maior concorrência pode nos forçar a reduzir os preços de nossos produtos, o que pode resultar em margens reduzidas e perda de participação de mercado e ter um efeito adverso sobre nós.

Nossos produtos são derivados de matérias-primas majoritariamente não-renováveis, originadas da extração de petróleo e/ou gás. Preocupações de* stakeholders *com relação ao impacto ambiental das cadeias de valor petroquímicas podem restringir acesso a clientes e mercado de capitais.

A Companhia é uma empresa que pertence à cadeia de valor petroquímica, consumindo matérias-primas majoritariamente não-renováveis, originadas da extração de petróleo e/ou gás. Assim, o processo produtivo visto de forma integrada tende a resultar em emissão de gases de efeito estufa. Eventuais preocupações de *stakeholders* com relação ao impacto ambiental das cadeias de valor petroquímicas podem restringir acesso a clientes e mercado de capitais e, consequentemente, impactar negativamente nossos resultados operacionais.

Nosso portfólio contempla, entre outros produtos, resinas termoplásticas como o poliestireno. Iniciativas relacionadas à redução da utilização de plásticos em diversas aplicações do poliestireno pode impactar a demanda por nossos produtos.

A Companhia produz resinas termoplásticas como o poliestireno. Essas resinas são utilizadas em aplicações duráveis e não-duráveis, entre as quais estão as embalagens e os recipientes descartáveis de uso geral. Culturalmente, o descarte dos plásticos no Brasil ainda é precário e gera preocupações ambientais relacionadas, sobretudo, a aspectos relacionados à vida em ambientes aquáticos e ao aumento da produção de lixo depositado em aterros sanitários. A Companhia participa de diversas iniciativas relacionadas ao destino dado aos plásticos após o seu uso. Além de apoiar campanhas de reciclagem promovidas em âmbito nacional, a Companhia desenvolveu uma linha de produtos chamada Ecogel para a produção de poliestireno com utilização de plásticos pós-consumo em sua composição, o que faz com que a Companhia fomente a economia circular e a reciclagem do poliestireno pós-consumo. Apesar das ações tomadas pela Companhia e das expectativas com relação ao desenvolvimento de um novo produto como o Ecogel, iniciativas relacionadas à redução da utilização de plásticos em diversas aplicações do poliestireno pode impactar a demanda por nossos produtos.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia Atue

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Exigências emanadas de órgãos reguladores e de controle podem onerar a Companhia ou afetar adversamente nossas operações.

Nós dependemos da emissão de permissões, licenças e/ou autorizações de agências reguladoras, que incluem, mas não se limitam a Prefeituras e outros órgãos municipais, Corpo dos Bombeiros, MMA e autoridades ambientais (federais, estaduais e/ou municipais), Exército Brasileiro, Polícia Federal, Policias Civis Estaduais, MAPA e ANVISA, conselhos profissionais (especialmente o CRQ), MME e ANP, ANEEL, ONS e CCEE, MInfra e ANTAQ, CODEBA, Marinha e suas Organizações Militares, CONPORTOS e CESPORTOS, para realizar algumas de nossas atividades. O cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis pode ser oneroso para a Companhia e a incapacidade da Companhia de cumprir com tais leis e regulamentos pode aumentar a exposição da Companhia a litígios, inquéritos ou processos governamentais.

As entidades reguladoras e outros órgãos governamentais, podem impor penalidades à Companhia por descumprimento de disposições contratuais, regulatórias ou legais. Dependendo da gravidade do inadimplemento, tais penalidades podem incluir advertências, multas, embargo à construção de novas instalações ou equipamentos, restrições à operação das instalações e equipamentos existentes, suspensão ou revogação de autorizações ou alvarás necessários para nossas operações. Qualquer uma das penalidades descritas anteriormente poderia ter um efeito relevante e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na situação financeira da Companhia.

O início das operações dos terminais marítimos no Porto de Aratu a serem subarrendados pela controlada Proquigel depende de aprovações pela administração pública, da obtenção ou transferência de licenças e autorizações obrigatórias

Em 26/05/2021, foi celebrado o Aditivo do Contrato de Arrendamento Portuário nº 031/2001, com o subarrendamento do Terminal de Amônia ("TMA") e do Terminal de Ureia ("TMU") do Porto Organizado de Candeias, pela Petrobras para a controlada Proquigel.

Em 01/07/2021, foi celebrada a Ata de Transmissão de Posse entre a Petrobras e a Proquigel formalizando a assunção do TMA e TMU pela Proquigel desta data em diante.

O início das operações do TMA e TMU estão condicionados a realização e conclusão de uma série de medidas e procedimentos pela controlada Proquigel para (i) contratação de prestadores de serviços e fornecedores de materiais e insumos; (ii) contratação de profissionais e mão de obra para as operações nos terminais marítimos; (iii) manutenção de equipamentos e adequação física para a regular operação do porto; e, principalmente, para (iv) obtenção de autorizações em nome da Proquigel ou transferência de autorizações da Petrobras para a Proquigel, conforme aplicável.

Tais procedimentos já foram iniciados e estão em curso. Processos de obtenção de registro e autorizações perante autoridades governamentais podem ser burocráticos e morosos, incluindo o eventual tempo dispendido pelo requerente para implementar planos corretivos de ações para cumprir com as novas regulamentações e/ou exigências das autoridades competentes, juntamente com o tempo de resposta de determinados órgãos públicos. Desse modo, a controlada Proquigel pode não conseguir obter, em tempo hábil, todos os registros e autorizações necessárias para a condução das atividades no TMA e TMU, o que poderia afetar de forma adversa nossos resultados operacionais, negócios e situação financeira.

Os terminais marítimos a serem subarrendados pela Proquigel ainda não possuem atualmente as condições de segurança portuária necessárias para o início das operações

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Conforme informado e detalhado no subitem "Operações em Terminais Marítimos Públicos - Aspectos críticos sobre as condições do TMA e TMU com relação a segurança pública portuária" no item 7.5 – "Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades (a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações", o TMA e o TCU, a serem subarrendados pela Proquigel não possuem condições de segurança portuária para início das suas operações.

Em auditoria realizada no início de 2020, a Companhia identificou pontos críticos considerados como não conformidades. Além disso, o Estudo de Avaliação de Riscos ("EAR") e o Plano de Segurança Portuária ("PSP") dos terminais elaborados pela Companhia, que precisam ser aprovados pela CESPORTOS-BA e homologados pela CONPORTOS, para que seja emitido o Certificado de Cumprimento das instalações portuárias, nos termos da Resolução CONPORTOS nº 53, de 4 de setembro de 2020, estão em processo para aprovação pela CESPORTOS-BA e homologação pela CONPORTOS.

Havendo exigências pela CESPORTOS-BA e CONPORTOS, novas intervenções e adequações poderão ser necessárias, o que poderá gerar atrasos no início da operação dos terminais. A operação de terminais portuários em desconformidade com as normas de segurança do Código ISPS e as determinações da ANTAQ, da autoridade portuária, da CONPORTOS e do poder concedente constitui uma conduta infracional de natureza gravíssima nos termos das resoluções da ANTAQ, sujeita a aplicação das seguintes penalidades pela ANTAQ: multa de até R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), suspensão das atividades por até 180 dias, cassação da concessão ou declaração de inidoneidade (que impossibilita a participação licitação de ativos portuários público ou outorga de autorização de ativos portuários privados, por um período de cinco anos). A aplicação de tais penalidades poderá efeito relevante e adverso na condução dos negócios, nos resultados operacionais e na situação financeira da Proquigel.

Mudanças em leis tributárias, incentivos e benefícios fiscais ou interpretações diferentes de leis tributárias poderão afetar adversamente os resultados operacionais.

As autoridades tributárias brasileiras frequentemente implementaram mudanças nos regimes fiscais que podem nos afetar, bem como a procura de nossos clientes pelos produtos que vendemos. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas de impostos e criação de tributos, tanto temporários como permanentes.

Algumas dessas mudanças podem aumentar nossa carga tributária, o que pode aumentar os preços que cobramos pelos produtos que vendemos, restringir nossa capacidade de fazer negócios em nossos mercados e, dessa forma, afetar adversamente nossa rentabilidade. Não podemos garantir que conseguiremos manter nosso fluxo de caixa e rentabilidade estimados após quaisquer aumentos nos tributos brasileiros que se apliquem a nós e a nossas operações.

Além disso, atualmente temos alguns benefícios fiscais. Não podemos garantir que esses benefícios serão mantidos ou renovados. Além disso, considerando-se o ambiente político e econômico brasileiro, não podemos garantir que os benefícios fiscais que recebemos não serão contestados judicialmente como inconstitucionais. Se não conseguirmos renovar nossos benefícios fiscais, esses benefícios poderão ser modificados, limitados, suspensos ou revogados, o que poderá nos afetar adversamente.

Além disso, algumas leis tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades tributárias. Na hipótese de as autoridades tributárias interpretarem as leis tributárias de forma inconsistente com nossas interpretações, poderemos ser afetados adversamente.

Atualmente, o Congresso brasileiro está analisando propostas para a implementação de uma reforma tributária. Essas propostas incluem o imposto sobre o consumo potencial, eliminando os tributos federais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

IPI, PIS e COFINS, o imposto estadual ICMS e o imposto municipal ISS, para criar um novo imposto único, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a ser cobrado sobre o consumo.

A pandemia da COVID-19 e o decreto do estado de calamidade pública podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda na receita tributária do país e um aumento na demanda por gastos públicos em setores-chave. Neste cenário, os governos federal, estaduais e municipais podem promover mudanças legislativas para impor, mesmo que temporariamente, um tratamento tributário mais oneroso a nossas atividades, o que pode afetar adversamente nossos negócios e os resultados das nossas operações.

Não podemos garantir que o governo brasileiro não implementará uma reforma tributária ou mudanças nas leis e regulamentos aplicáveis, alterando o sistema tributário ao qual estamos atualmente sujeitos, bem como que quaisquer incentivos fiscais serão mantidos ou renovados sob condições favoráveis para nós. Se essas mudanças, direta ou indiretamente, aumentarem a carga tributária devida por nós, nossa margem bruta poderá diminuir e, consequentemente, impactar negativamente nossos negócios e resultados operacionais.

Além disso, diante do cenário brasileiro quanto à concessão de benefícios fiscais, especialmente no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", pode haver risco de questionamento quanto à constitucionalidade dos benefícios fiscais relativos ao ICMS, caso não aprovados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), por meio do ajuizamento de ações diretas de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal (STF), o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

No mais, eventual alteração na legislação tributária ou declaração de inconstitucionalidade da legislação concessiva de benefícios fiscais poderá afetar não somente as atividades da Companhia, mas o setor como um todo.

Ainda no que se refere à "Guerra Fiscal entre os Estados", foi publicada a Lei Complementar 160/2017 e o Convênio CONFAZ ICMS nº 190/2017, que objetivam a convalidação dos benefícios fiscais concedidos pelos Estados, diminuição dos riscos de declaração de inconstitucionalidade dos benefícios fiscais já concedidos, extinção da possibilidade de criação de novos benefícios, bem como estabelecem prazo máximo de duração aos incentivos já concedidos, que varia a depender do setor de atuação: De acordo com as informações públicas disponíveis, até o momento, o estado no qual a Companhia possui benefício fiscal de ICMS têm cumprido as regras para convalidação do benefício usufruído. Caso as regras de convalidação não sejam cumpridas pelo estado, não se pode descartar a possibilidade de a Fazenda Estadual vir a exigir valores de ICMS da Companhia. A Companhia não pode assegurar que o estado continuará a cumprir as regras para convalidação do benefício usufruído, o que pode impactar os resultados da Companhia. Para mais informações sobre os Benefícios Fiscais gozados pela Companhia, vide item 7.3 (c) "Benefícios fiscais ou Subsídios " deste Formulário de Referência.

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia Atue

O governo federal mexicano exerceu e continua a exercer uma influência significativa na economia mexicana.

O governo federal mexicano exerceu e continua a exercer uma influência significativa na economia mexicana. Consequentemente, as ações e políticas do governo federal nas estatais, financiadas ou

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

influenciada pelo governo, podem ter um impacto significativo nas entidades do setor privado em geral e sobre nós especificamente, e nas condições de mercado, preços e retornos sobre os valores mobiliários emitidos ou garantidos pelas empresas mexicanas. No passado, o governo mexicano interveio na economia mexicana e ocasionalmente efetuou modificações significantes nas políticas e regulamentos; isso pode ocorrer novamente no futuro. Essas ações para controlar a inflação e outros regulamentos e políticas envolveram, entre outras medidas, aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preços, desvalorizações da moeda, controles de capital, limites nas importações e outras ações. Uma desvalorização ou valorização severa do peso também pode resultar em uma intervenção do governo, como ocorreu em outros países, ou a interrupção de mercados cambiais internacionais. Enquanto o governo federal atualmente não restringe, e por muitos anos não o fez, o direito ou a capacidade das pessoas ou entidades mexicanas ou estrangeiras de converter pesos em dólares norte-americanos ou de transferir outras moedas para fora do México, o governo federal pode instituir políticas de controle restritivo de câmbio no futuro. Restrições semelhantes, se impostas no futuro, podem prejudicar ou impedir a conversão de pagamentos de pesos para dólares norte-americanos e a remissão de dólares norte-americanos para o estrangeiro.

Em julho de 2018, foram realizadas no México eleições gerais para presidente, senadores e deputados federais e estaduais. Andrés Manuel López Obrador, candidato do partido de esquerda Morena, venceu as eleições presidenciais, tendo sido uma figura polarizadora durante sua campanha. A maioria dos assentos no senado e nas câmaras federal e estaduais também foi obtida por candidatos do partido Morena. Isso permitiu ao presidente aprovar novas leis e reformar ou revogar leis existentes, inclusive em nível constitucional. Em abril de 2021, o congresso aprovou diversas modificações à legislação trabalhista federal a fim de proibir quase por completo a subcontratação (terceirização) de pessoal, tanto para com terceiros quanto dentro de um mesmo grupo econômico. Os atos necessários para formalização da referida reforma legal estão sendo realizados.

Em 6 de junho de 2021, foram realizadas eleições intermediárias a nível federal, estadual e municipal em vários estados do México. Nas referidas eleições, a composição da câmara dos deputados federal foi modificada. O resultado obtido pelo Morena (partido do presidente eleito) e seus partidos aliados nestas eleições permite que sejam realizadas reformas no direito infraconstitucional, mas não são suficientes para levar a cabo reformas constitucionais sem o apoio dos partidos de oposição ao longo do restante do mandato do presidente (ou seja, pelos próximos 3 anos). Não podemos prever as políticas ou a regulamentação que o Presidente do México buscará adotar ou modificar durante os 3 anos restantes em seu mandato. Não obstante, o Presidente do México anunciou que buscará realizar uma reforma constitucional no setor de energia, a fim de devolver à Pemex e à Comissão Federal de Eletricidade (CFE) um papel relevante. Não podemos prever o resultado dessa proposta de reforma constitucional.

A busca do presidente e de seu partido por reformas constitucionais em questões de energia vem em resposta à judicialização das reformas à Lei do Setor Elétrico (Ley de la Industria Eléctrica) recentemente aprovadas pelo congresso. Tais reformas à Lei do Setor Elétrico modificam, entre outras coisas, o mecanismo de despacho das usinas geradoras de energia elétrica para priorizar a energia produzida pelo CFE em detrimento da energia produzida por particulares.

Em julho de 2019, o governo federal publicou o Plano Nacional de Desenvolvimento do México para o atual mandato presidencial. O setor energético é considerado uma área estratégica para o governo federal e será desenvolvido através do apoio econômico à Pemex e à Comissão Federal Elétrica Mexicana, ou CFE, através da modernização das refinarias de petróleo e gás e usinas de energia existentes e da construção de uma nova refinaria em Dos Bocas, Tabasco. Embora nenhuma modificação no setor petroquímico tenha sido mencionada pelo governo federal, não podemos prever se o governo federal prevê modificar o quadro legal aplicável. Por exemplo, durante os primeiros 100

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dias do mandato presidencial de Andrés Manuel López Obrador, o novo governo (i) cancelou a construção do novo aeroporto em Texcoco, bem como o quarto leilão para aquisição de energia a longo prazo do CFE e as duas licitações para linhas de transmissão de corrente contínua de alta tensão; e (ii) declarou sua intenção de construir o projeto de trem maia no sudeste do México, bem como uma nova refinaria de petróleo no estado de Tabasco.

Não podemos prever as medidas que o governo federal mexicano tomará devido às crescentes pressões macroeconômicas ou de outra forma. As decisões econômicas e políticas do governo podem levar a uma percepção negativa da economia mexicana e causar maior volatilidade nos mercados de capitais mexicanos e nos títulos emitidos por empresas com operação principalmente no México, o que também pode nos afetar negativamente. Pendente da aprovação no Congresso é um projeto de lei para modificar a regulamentação do Banco Central Mexicano. A discussão de tal iniciativa também foi adiada para este período legislativo. Entretanto, não podemos prever o resultado de tal iniciativa, sua aprovação pode ter um impacto negativo sobre a economia mexicana e sobre nós.

O PIB mexicano registrado em 2019 diminuiu em 0,1% e as previsões em relação ao PIB para 2020 são de que diminuirá em aproximadamente 8,9%. Não podemos garantir que o PIB do México aumentará ou se estabilizará no futuro. A pandemia da COVID-19, bem como os futuros desenvolvimentos da economia mexicana, pode afetar as taxas de crescimento e emprego do México, bem como a disponibilidade de crédito e salários médios no México e, consequentemente, a demanda por nossos produtos e serviços. Como resultado, quaisquer desenvolvimentos negativos nessas métricas podem prejudicar nossas estratégias comerciais, resultados de operações ou condição financeira.

Os acontecimentos econômicos, políticos e sociais no México podem afetar adversamente os nossos negócios.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, 12,7% de nossa receita líquida foi decorrente de nossas operações no México, sendo que nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, este número foi de 16,6%, 12,5% e 10,6% (respectivamente). Dessa forma, nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa dependem, em uma medida considerável, das condições econômicas e políticas no México. Acontecimentos futuros na economia e nas políticas mexicanas podem afetar adversamente os nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa e podem prejudicar nossa capacidade de continuar o nosso plano estratégico de negócios.

O governo do México exerceu, e continua a exercer, influência sobre o setor petroquímico mexicano e a economia mexicana em geral. Políticas recentes implementadas pelo governo mexicano no setor de energia através de regulamentação favoreceram a Pemex e a CFE, de propriedade do governo, em detrimento de empresas privadas. As ações do governo do México relativas à economia e às estatais podem ter um impacto nas entidades do setor privado do México, incluindo nós.

Não podemos prever o impacto que as condições políticas terão na economia mexicana. Além disso, nossos negócios, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados por oscilações cambiais, instabilidade de preços, inflação, taxas de câmbio, regulação, tributação, instabilidade social e outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos no México ou que afetem o México, sobre os quais não temos controle. A política fiscal e monetária continuada do governo do México não forneceu a flexibilidade necessária para apoiar a melhoria econômica continuada do México. Consequentemente, novos investimentos e crescimento no poder de compra total têm sido marginais. Vários fatores podem afetar o crescimento da economia e do setor industrial do México. Esses fatores incluem a medida do crescimento econômico nos Estados Unidos e a participação do setor industrial do México nesse crescimento. Além disso, a aprovação e implementação de reformas fiscais e outras reformas estruturais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pelo governo do México, como a evolução dos preços da energia, especialmente o gás natural, e o ambiente político atual podem afetar o crescimento da economia e do setor industrial do México.

Os políticos mexicanos estão atualmente concentrados em determinadas tensões regionais políticas e sociais. Além disso, o México sofreu períodos de violência no passado em virtude de atividades de grupos de guerrilheiros e de cartéis de drogas. Em resposta, o governo do México implementou várias medidas de segurança, como a criação de uma guarda nacional, uma nova força policial militar. Apesar desses esforços, o crime relacionado ao tráfico e as atividades dos guerrilheiros ainda existem no México. Além disso, grupos radicais continuamente bloqueiam estradas e ferrovias prejudicando o transporte de produtos. Essas atividades, o seu possível aumento e a violência associada a elas podem ter um impacto negativo na economia mexicana ou em nossas operações no futuro. Não podemos garantir que os acontecimentos futuros no ambiente econômico, político ou social do México, sobre o qual não temos controle, não terão um efeito adverso relevante sobre nós.

Por fim, em janeiro de 2021, Joe Biden tomou posse como presidente dos Estados Unidos. Não é possível prever os efeitos do mandato de Joe Biden ou de suas políticas exteriores que afetarão o México. Não podemos garantir que o novo governo adotará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal e o investimento doméstico e estrangeiro, o que pode ter um efeito adverso significativo nos mercados financeiros e nas empresas mexicanas, incluindo nossas operações no México.

Os acontecimentos econômicos, políticos e regulatórios nos Estados Unidos podem afetar adversamente a economia no México e nossas operações no México.

As mudanças nas condições econômicas, políticas e regulatórias nos Estados Unidos ou em leis e políticas que regular o comércio exterior podem criar incertezas nos mercados internacionais e podem ter um impacto negativo na economia mexicana. As condições econômicas no México são intimamente ligadas às condições econômicas nos Estados Unidos. Essa ligação se deve em parte ao alto nível de atividade econômica entre os dois países em geral, incluindo o comércio facilidade pelo Tratado Norte-Americano de Livre Comércio, ou NAFTA, bem como à proximidade física.

Em 30 de novembro de 2018, os Estados Unidos, México e Canadá assinaram um acordo comercial de substituição para o NAFTA, conhecido como Acordo Estados Unidos-México-Canadá ("USMCA"). Como a economia mexicana é fortemente influenciada pela economia americana, a implementação do USMCA, a retirada do USMCA e/ou outras políticas do governo americano que possam ser adotadas pela administração americana podem afetar negativamente as condições econômicas no México. Devido aos impactos da pandemia relacionada à pandemia COVID-19, as fronteiras entre os três países signatários permanecem parcialmente fechadas e suas economias em recessão. Estes desenvolvimentos podem, por sua vez, ter um efeito adverso sobre nossa condição financeira, resultados de operações e capacidade de pagar nossa dívida.

O México pode sofrer altos índices de inflação no futuro, o que pode afetar adversamente nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais.

O México tem um histórico de altos índices de inflação e pode sofrer uma inflação alta no futuro. Historicamente, a inflação no México levou ao aumento nas taxas de juros, à desvalorização do peso e à imposição de controles governamentais substanciais sobre as taxas de câmbio e os preços, o que às vezes afetou adversamente nossas receitas operacionais e margens. O índice anual de inflação dos últimos três anos, medido pelas variações do Índice Nacional de Preços ao Consumidor *(Índice Nacional de Precios al Consumidor)*, divulgado pelo *Banco de México*, foi 3,15% em 2020, 2,8% em 2019 e 4,83% em 2018. Historicamente, o risco de inflação alta e de desvalorização do peso mexicano aumenta

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

no início e/ou no final de cada mandato presidencial. Não podemos garantir que o México não sofrerá uma alta inflação no futuro. Além disso, a inflação pode afetar desproporcionalmente algumas de nossas matérias-primas, como eletricidade e produtos petroquímicos. Um aumento significativo no índice de inflação do México pode afetar adversamente o poder de compra do consumidor, impactando negativamente a procura por nossos produtos, e pode ter o efeito de aumentar alguns de nossos custos, o que pode afetar adversamente nossa situação financeira e os nossos resultados operacionais.

Mudanças no valor relativo do peso mexicano em relação ao dólar norte-americano e ao real podem ter um efeito adverso sobre nós.

As taxas de câmbio do peso mexicano/dólar norte-americano e do peso mexicano/real são fatores importantes para nós devido ao seu efeito sobre os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira. Em geral, conforme descrito abaixo, uma desvalorização do peso mexicano em relação ao real provavelmente resultará em uma diminuição das nossas margens operacionais e uma valorização do peso mexicano em relação ao real provavelmente resultará em um aumento de nossas margens operacionais. Além disso, uma vez que parte dos nossos custos de bens vendidos, incluindo custos trabalhistas, e outras despesas operacionais são faturadas em pesos mexicanos e não são diretamente afetadas pelo valor relativo do peso mexicano em relação ao dólar norte-americano, a valorização do real ou a desvalorização do peso mexicano em relação ao dólar norte-americano pode ter um efeito em nossas margens operacionais.

Atualmente, a taxa de câmbio peso-dólar norte-americano é determinada com base na oscilação do livre mercado e publicada pelo *Banco de México*. Não podemos garantir que o *Banco de México* manterá o regime cambial atual. Qualquer mudança no regime ou na própria taxa de câmbio, em decorrência de condições de mercado sobre as quais não temos controle, pode ter um impacto considerável, positivo ou negativo, nos nossos resultados operacionais e na nossa situação financeira.

Além disso, os preços da maior parte da matéria-prima utilizada em nossas operações no México são expressos em ou vinculados ao dólar norte-americano. Quando o peso mexicano se desvaloriza em relação ao dólar norte-americano, o custo em pesos mexicanos da nossa matéria-prima vinculada ao dólar norte-americano aumenta, e nossa receita operacional em pesos mexicanos diminui na medida em que não conseguimos repassar esses aumentos de custos para nossos clientes.

No futuro, podemos executar transações financeiras derivativas no curso de nossas atividades para proteger nossa exposição a oscilações cambiais. Entretanto, não podemos garantir que esses instrumentos estarão disponíveis para nós em termos favoráveis, se estiverem disponíveis, ou que eles protegerão integralmente a nossa exposição.

As condições políticas e econômicas afetam diretamente nossos negócios e podem resultar em um efeito adverso relevante para nós. As políticas macroeconômicas impostas pelo governo mexicano podem ter um impacto significativo nas empresas mexicanas, inclusive sobre nós, bem como as condições de mercado e os preços dos valores mobiliários no México. Estes desenvolvimentos podem, por sua vez, ter um efeito adverso sobre nossa condição financeira, resultados de operações e capacidade de pagar nossa dívida.

Se controles e restrições cambiais forem impostos no México, pode haver um efeito adverso relevante em nossos negócios e situação financeira.

No passado, a economia mexicana sofreu déficits no balanço de pagamentos, reduções nas reservas cambiais e outros problemas que afetaram a disponibilidade de moeda estrangeira no México. O governo do México atualmente não restringe ou regula a capacidade das pessoas ou entidades de converter

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pesos mexicanos em dólares norte-americanos. Entretanto, isso já foi feito no passado e pode ser feito novamente no futuro. Não podemos garantir que o governo mexicano não instituirá uma política de controle cambial restritiva no futuro. Essa política de controle cambial restritiva pode impedir ou restringir o acesso ao dólar norte-americano e limitar nossa capacidade de pagar o serviço da dívida expressa em dólares norte-americanos. Isso pode ter um efeito adverso relevante em nossos negócios e situação financeira.

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

A Companhia, assim como outros produtores de produtos químicos intermediários, está sujeita a leis e regulamentos ambientais federais, estaduais e municipais rigorosos em relação à saúde humana e ao meio ambiente (mais especificamente com relação ao manuseio e descarte de rejeitos sólidos e nocivos e descargas de poluentes no ar e na água), conforme descrito no item 7.5 deste Formulário de Referência.

A operação de qualquer unidade de produção e a distribuição de produtos químicos implicam riscos ambientais, muitos dos quais podem resultar em multas ou mesmo sanções criminais em virtude de descumprimentos da legislação, além da obrigação de recompor quaisquer danos ambientais, podendo, ainda, impactar a imagem e reputação da Companhia. Nossas operações no México também se sujeitam a leis e regulamentos mexicanos extensos relacionados à poluição, à proteção ambiental e à geração, armazenamento, transporte, tratamento, descarte e remediação de substâncias nocivas e rejeitos. Os custos e as despesas de capital relacionados às questões ambientais, de saúde ou de segurança se sujeitam a requisitos regulatórios em evolução e dependem da promulgação e execução de normas específicas que impõem requisitos aplicáveis. Além disso, mudanças nos regulamentos ambientais podem inibir ou interromper nossas operações, ou exigir modificações em nossas instalações. Dessa forma, questões regulatórias, ambientais, de saúde ou de segurança podem resultar em custos ou obrigações não esperados e significativos, podendo afetar de maneira adversa nossa condição financeira e resultados de operações

As leis e regulamentos ambientais e de saúde podem exigir dispêndios maiores do que aqueles em que a Companhia atualmente incorre para seu cumprimento; o descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em penalidades civis, criminais e administrativas.

A Companhia está sujeita à legislação federal, estadual e municipal, bem como regulamentos, autorizações e licenças, relativos à proteção da saúde e do meio ambiente. Qualquer descumprimento dessas leis, regulamentos, licenças e autorizações, ou falha na sua obtenção ou renovação, podem resultar na aplicação de penalidades nas esferas cível (reparação/indenização dos danos ambientais), criminal (imposição de sanções penais) e administrativa (e.g.: imposição de multas, suspensão ou cancelamento de licenças / autorizações), visto que são independentes entre si, podendo ser aplicadas simultaneamente. Outro resultado negativo em caso de descumprimento de normas regulatórias e ambientais é a publicidade negativa da Companhia . A Companhia já incorreu e continuará a incorrer em dispêndios de capital para o efetivo cumprimento dessas leis e regulamentos. Devido à possibilidade de novos regulamentos ou outros eventos não previstos, especialmente considerando que as leis ambientais podem se tornar mais rigorosas no Brasil, o montante e prazo necessários para futuros gastos para manutenção da conformidade com os regulamentos pode aumentar e afetar de forma adversa e causar um aumento nos custos e despesas da Companhia, resultando, consequentemente, em lucros menores.

Em complemento, seus negócios e operações dependem de alvarás e licenças, sendo que os procedimentos para obtenção, manutenção ou renovação desses alvarás e licenças poderão se tornar

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

mais dificultosos, sendo certo que a Companhia estar sujeita a atrasos na emissão dessas autorizações pelos órgãos governamentais, podendo afetar a Companhia de modo adverso e relevante. Poderá haver a necessidade de novas autorizações aplicáveis às nossas atividades, em razão de eventual mudança na legislação. A Companhia está sujeita, ainda, à fiscalização ou inspeção dessas entidades para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

Em razão de atrasos e morosidade de alguns órgãos administrativos, a Companhia pode demorar para obter, não conseguir obter ou renovar determinadas autorizações para seus todos os estabelecimentos operacionais. Além disso, o cenário da COVID-19 pode ter efeitos nos prazos e procedimentos para obtenção e/ou renovação das autorizações e licenças.

Conforme já esclarecido nos itens anteriores, a operação de atividades sem as autorizações exigidas por lei ou com elas foram da validade, pode acarretar sanções administrativas e criminais e, conforme o caso, levar ao fechamento do respectivo estabelecimento, afetando negativamente nossas atividades, negócios e resultado financeiro.

(k) Riscos Macroeconômicos

O governo brasileiro historicamente exerceu, e continua a exercer, uma influência significativa na economia brasileira. As condições políticas e econômicas brasileiras podem nos afetar adversamente.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, 87,3% de nossa receita líquida foi decorrente de nossas operações no Brasil, sendo que nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, este número foi 83,4%, 87,5% e 89,4%, respectivamente. Dessa forma, nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa dependem, em uma medida considerável, das condições econômicas e políticas no Brasil.

As condições políticas e econômicas afetam diretamente nossos negócios e podem resultar em um efeito adverso relevante para nós. As políticas macroeconômicas impostas pelo governo brasileiro podem ter um impacto significativo nas empresas brasileiras, inclusive sobre nós, bem como as condições de mercado e os preços dos valores mobiliários no Brasil.

A economia brasileira tem sido caracterizada por intervenções frequentes e eventualmente significativas pelo governo brasileiro e por ciclos econômicas instáveis. O governo brasileiro tem frequentemente modificado políticas monetárias, tributárias, de crédito, e outras políticas, além de, recentemente, ter intervindo nas políticas de preço de combustíveis e na administração de companhias estatais para influenciar o curso da economia brasileira. As ações do governo brasileiro para controlar a inflação por vezes envolveu controles de salários e de preços, bloqueio de acesso a contas bancárias, imposição de controles de câmbio, controles de entrada e saída de capital e limites de importações e exportações.

Nós não podemos controlar ou prever se o governo brasileiro atual implementará mudanças nas políticas existentes ou o impacto que essas mudanças possam ter em nossos negócios. Nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira e perspectivas, bem como o valor de mercado de nossos valores mobiliários, podem ser afetados adversamente por mudanças em políticas públicas, sejam federais, estaduais ou municipais, que impactam:

- a inflação;
- oscilações nas taxas de câmbio;

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

- controles e restrições de câmbio em remessas para o exterior, como as impostas em 1989 e no início de 1990;
- taxas de juros e políticas monetárias;
- controles de importação e exportação;
- liquidez de capital nacional, crédito e mercados financeiros;
- expansão ou contração da economia brasileira, medida por taxas de crescimento do produto interno bruto, ou PIB;
- aumento na taxa de desemprego;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- modificação nos critérios de definição de preços e tarifas praticados;
- políticas sanitárias decorrentes de pandemias, como a atual decorrente da COVID-19;
- racionamento de energia;
- políticas fiscais; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o Brasil.

Políticas e medidas públicas para combater a inflação, juntamente com a especulação pública sobre essas políticas e medidas, muitas vezes tiveram efeitos adversos na economia brasileira, contribuíram para a incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade nos mercados de capitais. As ações do governo brasileiro para controlar a inflação muitas vezes envolveram controles de preços e salários, desvalorizações da moeda, limites de capital, limites sobre importações e outras ações. Por exemplo, a deterioração dos resultados fiscais a nível federal, estadual e municipal em anos recentes levou à um aumento sem precedente da dívida bruta assim como da razão entre a dívida bruta e o PIB, que fez com que o Brasil perdesse o seu grau de investimento concedido por agências de *rating*, diminuindo o influxo de capital estrangeiro e contribuindo para um menor nível de atividade econômica. Nesse ambiente, o governo pode ter dificuldade em honrar seus compromissos de transferir a nós parcelas de crédito deduzidas dos salários de funcionários, o que aumentaria nosso provisionamento para crédito no geral.

A incerteza sobre a implementação pelo governo federal de mudanças na política ou na regulamentação que afeta esses ou outros fatores no futuro pode afetar o desempenho econômico e contribuir para a incerteza econômica no Brasil, o que pode ter um efeito adverso para nós. Não podemos prever as medidas que o governo federal brasileiro adotará em virtude de pressões macroeconômicas crescentes ou por outro motivo. A instabilidade econômica e política recente levou a uma percepção negativa da economia brasileira e a uma maior volatilidade nos mercados de capitais brasileiros e os valores mobiliários emitidos pelas empresas com operações principalmente no Brasil, o que também poderá nos afetar adversamente. Esses fatores são compostos na medida em que o Brasil emerge de uma recessão prolongada após um período de lenta recuperação, com apenas um pequeno crescimento no PIB em 2018 e 2017.

A inflação e os esforços do governo brasileiro para combater a inflação poderão contribuir significativamente com a incerteza econômica no Brasil e poderão ter um efeito adverso para nós.

O Brasil historicamente enfrentou períodos com altas taxas de inflação. A inflação, bem como as medidas governamentais para combater a inflação, tem causado um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira. As medidas tomadas para controlar a inflação, juntamente com a especulação pública sobre

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

possíveis ações governamentais futuras, no passado contribuíram para a incerteza econômica no Brasil e para uma alta volatilidade no mercado de capitais brasileiro. A inflação no Brasil, refletida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou IPCA, publicado pelo IBGE, foi 4,52% em 2020, 4,31% em 2019 e 3,75% em 2018.

Em decorrência de pressões inflacionárias e da instabilidade macroeconômica, o governo brasileiro historicamente adotou políticas monetárias que fizeram que as taxas de juros no Brasil ficassem entre as maiores do mundo. O Banco Central estabelece a taxa de juros básica disponível de forma geral para o sistema bancário brasileiro, com base na expansão ou retração da economia brasileira, nos índices de inflação e em outros indicadores econômicos. Nos últimos anos, tem havido uma volatilidade significativa na taxa básica oficial de juros brasileira (*Sistema Especial de Liquidação e Custódia*, ou taxa SELIC, estabelecida pelo Banco Central, que variou de 14,25%, em 31 de dezembro de 2015, a 4,50% em 31 de dezembro de 2019. A partir de 18 de janeiro de 2021, a taxa SELIC passou a ser de 2,00%. As taxas de juros brasileiras permanecem altas e qualquer aumento nas taxas de juros poderia afetar negativamente nossa rentabilidade e os resultados das operações e aumentaria os custos associados ao financiamento de nossas operações.

A inflação e as medidas do governo para combater a inflação, juntamente com a especulação sobre medidas futuras possíveis do governo, tiveram e provavelmente continuarão a ter efeitos negativos significativos na economia brasileira, incluindo a alta volatilidade do mercado de capitais brasileiro. Além disso, as medidas para controlar a inflação frequentemente incluíram a manutenção de uma política monetária rigorosa com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e limitando o crescimento da economia. Por outro lado, essas políticas podem não ser capazes de impedir o crescimento da inflação. Além disso, a ausência dessas políticas poderá causar aumentos da inflação e dessa forma afetar adversamente a estabilidade econômica. Na hipótese de um aumento da inflação, poderemos não conseguir ajustar os preços que cobramos dos nossos clientes para compensar os efeitos da inflação na nossa estrutura de custo, o que pode nos afetar adversamente.

Temos exposição a risco de mercado a mudanças nas taxas de juros. Em 30 de junho de 2021, 6,9% do total de nossos empréstimos e financiamentos estavam ligados à *London Interbank Offered Rate* ("LIBOR") ou às taxas de juros flutuantes do CDI. Em 30 de junho de 2021, um saldo de empréstimos em moeda estrangeira no valor de R$ 113,2 milhões foi indexado à LIBOR. Benchmarks como a LIBOR são objeto de reforma regulatória nacional e internacional em andamento. Após a implementação de tais reformas potenciais, a forma de administração dos benchmarks pode mudar, com o resultado de que eles podem ter um desempenho diferente do passado, ou os benchmarks podem ser totalmente eliminados, ou pode haver outras consequências que não podem ser previstas. Por exemplo, a FCA anunciou que depois de 2021 não mais persuadirá ou obrigará os bancos a submeter taxas para o cálculo da LIBOR e que a continuação da LIBOR na base atual não pode e não será garantida depois de 2021 pela FCA. Como resultado, parece altamente provável que a LIBOR seja descontinuada ou modificada em 2021. Além disso, a ICE Benchmark Administration, ou IBA, que compila e supervisiona a LIBOR, anunciou sua iminente consulta sobre o que é efetivamente uma extensão proposta da maioria dos tenores da LIBOR em dólares norte-americanos até 30 de junho de 2023. Os investidores devem consultar seus próprios consultores independentes e fazer sua própria avaliação sobre os riscos potenciais impostos por qualquer uma das reformas internacionais ou nacionais e a possível aplicação das disposições de substituição de benchmark das Notas na tomada de qualquer decisão de investimento. Além disso, as obrigações fiscais a pagar estão sujeitas à SELIC e à TJLP. Há um risco inerente a esses passivos, pois aumentos nas taxas de juros resultariam em aumentos em nossas despesas financeiras e obrigações de serviço da dívida associadas a nossos empréstimos e financiamentos a taxa flutuante. Estes desenvolvimentos podem, por sua vez, ter um efeito adverso sobre nossa condição financeira, resultados de operações e capacidade de pagar nossa dívida.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Operação Lava Jato ou investigações semelhantes e a instabilidade política dela resultante podem afetar adversamente nossos negócios e os resultados operacionais. Além disso, essas investigações podem resultar em riscos à nossa reputação.

Historicamente, o ambiente político do Brasil influenciou e continua a influenciar o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam a afetar a confiança dos investidores e do público em geral, o que historicamente resultou em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos e outros valores mobiliários emitidos por empresas com operações principalmente no Brasil.

A recente instabilidade política no Brasil contribuiu para uma queda na confiança do mercado na economia brasileira. Várias investigações atualmente em andamento sobre alegações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pelo Ministério Público Federal brasileiro, incluindo a maior dessas investigações, conhecida como "Operação Lava Jato", afetaram negativamente a economia e o ambiente político brasileiro.

Vários políticos de alto escalão, incluindo membros atuais e ex-membros do Congresso e do Poder Executivo, e altos executivos de grandes corporações e empresas estatais no Brasil foram presos, condenados por vários crimes relacionadas à corrupção, entraram em acordos de alegação com o Ministério Público Federal e/ou renunciaram ou foram removidos de seus cargos como resultado dessas investigações da Lava Jato. Esses indivíduos são acusados de terem aceito subornos por meio de propinas em contratos concedidos pelo governo a várias empresas de infraestrutura, petróleo e gás e construção civil. Os lucros dessas propinas supostamente financiaram as campanhas políticas dos partidos políticos que formaram a coalizão do governo anterior, liderada pela ex-presidente Dilma Rousseff, cujos fundos não foram contabilizados ou não foram divulgados publicamente. Esses fundos também foram supostamente direcionados para o enriquecimento pessoal de certos indivíduos. Os efeitos da Lava Jato, bem como outras investigações em andamento relacionadas à corrupção resultaram em um impacto adverso sobre a imagem e reputação das empresas que foram implicadas, bem como sobre a percepção geral do mercado da economia brasileira, do ambiente político e do mercado de capitais brasileiro. Não temos controle sobre, e não podemos prever, se tais investigações ou alegações levarão a mais instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo surgirão no futuro.

Em meio a este cenário de recente incerteza política, em 28 de outubro de 2018, Jair Bolsonaro, ex-membro do exército e congressista de três décadas, foi eleito presidente do Brasil e tomou posse em 1º de janeiro de 2019. Durante sua campanha presidencial, o Sr. Bolsonaro foi relatado para favorecer a privatização de empresas estatais, a liberalização econômica, a previdência social e as reformas fiscais. Entretanto, não há garantia de que o Sr. Bolsonaro será bem sucedido na execução de suas promessas de campanha ou na aprovação total ou total de certas reformas, particularmente quando confrontado com um Congresso dividido. Além disso, seu atual ministro da economia, Paulo Guedes, propôs durante a campanha presidencial a revogação da isenção do imposto de renda no pagamento de dividendos, o que, se promulgado, aumentaria as despesas fiscais associadas a qualquer dividendo ou distribuição por empresas brasileiras, o que poderia afetar nossa capacidade de receber futuros dividendos em dinheiro ou distribuições líquidas de impostos de nossas subsidiárias. Além disso, o Sr. Bolsonaro foi geralmente uma figura polarizadora durante sua campanha para a presidência, e tem o sido em seu atual mandato, particularmente em relação a algumas de suas visões comportamentais, e não podemos prever as formas pelas quais um eleitorado dividido pode continuar a impactar sua presidência e sua capacidade de implementar políticas e reformas, tudo isso poderia ter um impacto negativo em nossos negócios e no preço de nossos títulos.

Espera-se que o atual governo federal brasileiro possa propor os termos gerais da reforma fiscal para estimular a economia e reduzir o déficit orçamentário previsto para 2019 e anos seguintes, mas é incerto

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

se o governo brasileiro será capaz de reunir o apoio necessário no Congresso brasileiro para aprovar reformas adicionais específicas. Em fevereiro de 2019, o governo federal brasileiro apresentou ao Congresso um projeto de lei propondo uma grande e abrangente mudança no sistema público de previdência social do Brasil. Se algumas ou todas essas despesas públicas forem mantidas e as reformas necessárias não forem aprovadas, o Brasil continuará a ter um déficit orçamentário para 2019 e para os anos seguintes.

Além disso, durante o mês de abril de 2020, o Sr. Bolsonaro envolveu-se em discussões políticas que culminaram com a demissão do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, e o pedido de exoneração do então Ministro da Justiça, Sergio Moro. Os ex-ministros mencionados foram considerados nomes fortes no atual governo brasileiro, e as ocasiões em que ocorreram mudanças ministeriais causaram ainda mais instabilidade na economia brasileira e nos mercados de capitais. Não podemos garantir que o desenvolvimento desses eventos causará impactos adversos adicionais à situação política e econômica no Brasil. Além disso, não podemos garantir que outros eventos políticos não causarão mais instabilidade na economia brasileira, no mercado de capitais e no preço de nossas ações.

Na data deste Formulário de Referência, o Presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo *Supremo Tribunal Federal* pela suposta prática de atos impróprios, alegada pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sérgio Moro. De acordo com o ex-ministro, o presidente teria pedido uma nomeação indevida de funcionários da polícia federal brasileira. Se o Presidente cometeu tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo uma possível abertura do processo de impeachment, poderiam ter efeitos adversos significativos sobre o ambiente político e econômico no Brasil, bem como sobre as empresas que operam no Brasil, incluindo nossos negócios.

Além disso, qualquer dificuldade do governo brasileiro em obter uma maioria no Congresso Nacional poderia resultar em impasse, agitação política e manifestações maciças e/ou greves que poderiam afetar negativamente nossas operações. Incertezas quanto à implementação pelo governo de mudanças relacionadas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como a legislação relevante, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem o poder de determinar políticas e emitir atos governamentais relacionados à condução da economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo nós. Não é possível prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso sobre nós ou sobre a economia brasileira. A incerteza política e econômica, e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais, podem ter um efeito adverso material em nossos negócios, resultados de operações, condição financeira e perspectivas. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças em políticas ou regulamentos que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras, incluindo nós.

Além disso, nossos resultados de operações dependem substancialmente das condições macroeconômicas no Brasil. A economia brasileira experimentou uma forte retração nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo brasileiro anterior e à queda global nos preços das commodities. As taxas de crescimento do PIB foram de 1,9%, 3,0% e 0,5% em 2012, 2013 e 2014, respectivamente, mas o PIB experimentou uma contração de 3,8% e 3,6% em 2015 e 2016, respectivamente. Para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, o PIB diminuiu 4,2% e cresceu 1,1% e 1,1%, respectivamente. Não temos controle sobre se o PIB do Brasil aumentará ou estabilizará no futuro. Os futuros desenvolvimentos da economia brasileira podem afetar as taxas de crescimento, as taxas de emprego, a disponibilidade de crédito e salários

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

médios no Brasil e, consequentemente, a demanda por nossos produtos e serviços. Como resultado, quaisquer desenvolvimentos negativos nessas métricas podem prejudicar nossas estratégias comerciais, resultados de operações ou condição financeira.

Somos vulneráveis a perturbações e volatilidade nos mercados financeiros globais, bem como a ações governamentais destinadas a aliviar os efeitos de qualquer crise financeira desse tipo.

Nossas operações nos levam a interagir com um grupo diversificado de contrapartes, clientes e outras entidades localizadas em múltiplas jurisdições. Assim, como participantes da economia global, somos suscetíveis a interrupções e desafios decorrentes de interrupções e instabilidade nos mercados financeiros globais.

As condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo os Estados Unidos, o Reino Unido, países da União Europeia e mercados emergentes, podem afetar a disponibilidade de crédito e o volume de investimentos estrangeiros no Brasil e nos países em que fazemos negócios, em diferentes graus. A pandemia da COVID-19 acrescentou uma nova fonte de incerteza à atividade econômica global. Dada a falta de definição quanto ao escopo e ao tempo de contágio da COVID-19, bem como a imposição (ou relaxamento periódico) de medidas de proteção pelos governos em várias geografias, um surto e os efeitos resultantes em uma jurisdição podem causar impacto negativo em todo o sistema financeiro global, apesar da relativa contenção em outras jurisdições.

Outro exemplo é a crise de crédito e liquidez de 2008, causando uma série de grandes instituições financeiras, incluindo alguns dos maiores bancos comerciais globais, bancos de investimento, financiadores de hipotecas, fiadores de hipotecas e companhias de seguros, que experimentaram dificuldades significativas. Em particular, os bancos em muitos mercados, incluindo o Brasil, enfrentaram uma diminuição da liquidez ou uma completa falta de liquidez, uma rápida deterioração dos ativos financeiros em seus balanços patrimoniais e consequentes diminuições em suas disponibilidades de capital que restringiram severamente sua capacidade de se engajar em mais atividades de empréstimo.

Além disso, em junho de 2016, o Reino Unido realizou um referendo no qual os eleitores aprovaram uma saída da União Europeia, comumente chamada de "Brexit". O anúncio da Brexit e a retirada do Reino Unido da União Europeia tiveram e podem continuar tendo um efeito adverso material nas condições econômicas globais e na estabilidade dos mercados financeiros globais, e podem reduzir significativamente a liquidez do mercado global e restringir a capacidade dos principais participantes do mercado de operar em determinados mercados financeiros. Qualquer um desses efeitos da Brexit, entre outros, inclusive quando considerados em perspectiva os impactos no cenário econômico e financeiro após a pandemia COVID-19, pode afetar adversamente nossos negócios, nossos resultados de operações, nossa liquidez e nossa condição financeira.

Nós possuímos contratos com instituições financeiras como contrapartes em vários, bem como corretoras de valores mobiliários, bancos comerciais, bancos de investimento, fundos mútuos e de hedge e outros clientes institucionais, conforme descrito no item 10.1 (f) "iv" deste Formulário de Referência. Se essas contrapartes relevantes tiverem problemas de liquidez ou o setor de serviços financeiros em geral não conseguir se recuperar totalmente dos efeitos de uma crise financeira, isso pode ter um efeito adverso sobre nós.

Uma maior perturbação e volatilidade nos mercados financeiros globais poderia ter mais efeitos negativos sobre o ambiente financeiro e econômico e sobre nós. Além disso, uma prolongada retração econômica resultaria em uma redução geral na atividade comercial e uma consequente perda de renda, o que poderia ter um efeito adverso sobre nós.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Oscilações na taxa de câmbio podem nos afetar adversamente.

A instabilidade da taxa de câmbio pode ter um efeito negativo significativo nas economias em que operamos e pode nos afetar adversamente. Por exemplo, a moeda brasileira historicamente é volátil e tem sido frequentemente desvalorizada nas últimas décadas. Desde 1999, o Banco Central do Brasil permite que a taxa de câmbio do real/dólar norte-americano oscile livremente e durante esse período, a taxa de câmbio do real/dólar norte-americano sofreu variações frequentes e substanciais em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. Nesse período, o governo do Brasil implementou vários planos econômicos e adotou várias políticas de taxa de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diariamente para mensalmente), controles de câmbio, mercados de câmbio duplos e um sistema de câmbio flutuante.

Apesar de que a desvalorização a longo prazo do real geralmente é vinculada à inflação no Brasil, a desvalorização do real em curtos períodos de tempo resultou em oscilações significativas na taxa de câmbio entre o real, o dólar norte-americano e outras moedas. Não podemos prever se o Banco Central do Brasil ou se o governo do Brasil continuará a deixar o real oscilar livremente ou se haverá intervenção no mercado de câmbio com o retorno ao sistema de banda cambial ou outro. O real poderá se desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar norte-americano e outras moedas. Além disso, a legislação brasileira dispõe que, sempre que houver um desequilíbrio grave no saldo de pagamentos do Brasil ou motivos substanciais para prever um desequilíbrio grave, restrições temporárias podem ser impostas nas remessas de capital estrangeiro para o exterior. Não podemos garantir que essas medidas não serão tomadas pelo governo do Brasil no futuro, ou que medidas semelhantes não serão tomadas pelos governos de outros países onde atuamos.

Em 31 de dezembro de 2019, a taxa de câmbio do real em relação ao dólar norte-americano era de R$ 4,0307 por dólar norte-americano, refletindo uma depreciação de 4,0% do *real* em relação ao dólar norte-americano, em comparação com 31 de dezembro de 2018, quando a taxa era de R$ 3,8748. Recentemente, devido à pandemia da COVID-19 e à instabilidade econômica e política, o *real* desvalorizou 47,2% em relação ao dólar norte-americano desde 31 de dezembro de 2019, e atingiu R$5,937 por US$1,00 em 14 de maio de 2020, seu nível mais baixo desde a introdução da moeda em 1994. A taxa de câmbio informada pelo Banco Central foi de R$5,1961 por US$1,00 em 31 de dezembro de 2020, e em 30 de junho de 2021 a taxa de câmbio do real em relação ao dólar norte-americano era de R$ 5,0016 por dólar norte-americano. Não pode haver garantia de que não haverá volatilidade adicional do *real* em relação ao dólar norte-americano ou outras moedas no futuro.

Estamos expostos a riscos cambiais decorrentes da exposição a oscilações da taxa de câmbio entre o real, a moeda funcional para a apresentação de nossas demonstrações financeiras, e as moedas dos países estrangeiros onde atuamos. A desvalorização do real em relação a moedas estrangeiras relevantes, especialmente o dólar norte-americano, geralmente leva a um aumento nas nossas vendas líquidas consolidadas, apesar de esse aumento geralmente ser seguido de um aumento semelhante dos custos de aquisição de matéria-prima, uma vez que ela é na maioria das vezes vinculada aos preços em dólares norte-americanos. Além disso, quando o real se desvaloriza, nós temos ganhos em nossos ativos monetários expressos ou indexados pela moeda estrangeira, como o dólar norte-americano. Por outro lado, uma valorização do real em relação às moedas estrangeiras relevantes geralmente leva a uma diminuição das nossas vendas líquidas consolidadas e prejuízos em nossos ativos monetários expressos ou indexados pela moeda estrangeira. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, nossa receita líquida derivadas de nossas operações fora do Brasil (México) corresponderam a 12,7% de nossas vendas líquidas totais (comparadas a 16,6%, 12,5% e 10,6% para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente).

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Em 30 de junho de 2021, aproximadamente 91,7% de nossos empréstimos e financiamentos estavam expressos em moeda estrangeira, o que nos expõe a riscos associados a modificações na taxa de câmbio do real e do dólar norte-americano. Uma desvalorização significativa do real em relação ao dólar norte-americano ou outras moedas pode aumentar as nossas despesas financeiras em decorrência de perdas cambiais que devemos contabilizar e pode reduzir nossa capacidade de satisfazer os requisitos de serviço da dívida de nossas obrigações expressas em moeda estrangeira. Para mais informações sobre as medidas utilizadas pela Companhia para proteção frente às variações cambiais entre o real e o dólar norte-americano, checar o item 5.2. (ii) deste Formulário de Referência.

Além disso, os preços da maior parte da matéria-prima utilizada em nossas operações no Brasil são expressos em ou vinculados ao dólar norte-americano. Quando o real desvaloriza em relação ao dólar norte-americano, o custo em reais de nossa matéria-prima vinculada ao dólar norte-americano aumenta, e se não formos capazes de repassar esses aumentos de custo para nossos clientes, nossa renda operacional em reais pode ser impactada adversamente.

Durante o curso de nossas atividades, podemos decidir executar operações financeiras de derivativos no futuro para proteger nossa exposição a oscilações cambiais. Entretanto, não podemos garantir que esses instrumentos estarão disponíveis para nós em termos favoráveis, se estiverem disponíveis, ou que eles protegerão integralmente a nossa exposição.

Uma desvalorização de moedas locais em relação ao dólar norte-americano também pode criar pressões inflacionárias nas economias locais e levar ao aumento das taxas de juros, o que pode afetar adversamente o crescimento dessas economias como um todo, e debilitar nossa situação financeira e os resultados operacionais. Por outro lado, a valorização da moeda local em relação ao dólar norte-americano pode debilitar o crescimento da economia causado pelas exportações nesses países.

Por causa do grau de volatilidade e da incerteza dos fatores que impactam a taxa de câmbio do real, é difícil prever taxas de câmbio futuras. Além disso, o governo do Brasil poderá mudar a sua política cambial, e qualquer interferência governamental na taxa de câmbio, ou a implementação de mecanismos de controle de câmbio, pode influenciar a taxa de câmbio do real. Em vista do disposto acima, não podemos garantir que conseguiremos nos proteger dos efeitos de oscilações adversas do real em relação ao dólar norte-americano, o que poderia, por sua vez, ter um efeito adverso sobre nossa condição financeira, resultados de operações e capacidade de pagar nossa dívida.

Qualquer outro rebaixamento na classificação de crédito do Brasil poderia afetar adversamente a Companhia.

As classificações de crédito afetam as percepções dos investidores em relação ao risco e, dessa forma, o valor de negociação e a rentabilidade requerida para a emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. As agências de classificação de risco de crédito regularmente avaliam o Brasil e suas classificações de risco soberano, com base em uma série de fatores como tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métrica de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

Em janeiro de 2018, Standard & Poor's Financial Services LLC ("S&P") rebaixou a sua classificação de longo prazo para o crédito soberano de BB para BB-, com uma perspectiva estável, citando as criações de políticas de reformas menos temporâneas e efetivas. Em fevereiro de 2018, a Fitch Ratings Inc. ("Fitch") rebaixou a sua classificação de longo prazo para o crédito soberano do Brasil de "BB" para "BB-", com uma perspectiva estável. Em maio de 2020, a Fitch manteve a nota de crédito para o Brasil em "BB-", mas revisou a perspectiva para negativa. Como resultado, o Brasil perdeu o seu grau de investimento em todas as três principais agências de classificação de risco e consequentemente os

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

preços de negociação dos valores mobiliários dos mercados de dívidas e de capital do Brasil foram negativamente afetados. Um prolongamento da incapacidade do governo federal brasileiro de conseguir o apoio necessário no Congresso Nacional para aprovar reformas específicas adicionais, juntamente com mais uma recessão econômica, pode levar a mais rebaixamentos das classificações.

Qualquer novo rebaixamento na classificação de risco de crédito soberano poderá aumentar a percepção de risco pelos investidores e, dessa forma, aumentar o custo futuro de emissão de dívidas.

Além disso, a nova administração que tomou posse da presidência dos Estados Unidos em janeiro de 2021 pode gerar um clima de incerteza política e econômica globalmente, bem como nos Estados Unidos e no Brasil. Além disso, o Presidente dos Estados Unidos tem um poder considerável na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito adverso relevante sobre a economia global e a estabilidade política mundial. Não podemos assegurar que o novo governo irá manter políticas projetadas para promover a estabilidade macroeconômica, disciplina fiscal e investimento doméstico e estrangeiro, o que poderá ter um efeito adverso relevante nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e sobre valores mobiliários emitidos por emissores brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Além disso, o mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive Estados Unidos, países da União Europeia e países de economias emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, em especial, aqueles negociados em bolsas de valores. Crises nos Estados Unidos, na União Europeia ou em países emergentes podem reduzir o interesse de investidores nos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários de nossa emissão.

Os preços das ações na B3 – Bolsa, Brasil, Balcão, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações norte-americanos. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente o nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes, bem como conflitos referentes a relacionamentos comerciais entre países, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos acionistas de venderem ações da Companhia pelo preço e no momento desejados poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação das ações da Companhia. Adicionalmente,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações da Companhia poderão prejudicar o valor de negociação das ações da Companhia.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo nos Estados Unidos e em países de economia emergente, podem prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

Não apenas a economia brasileira, mas também a de outros países, pode em geral ser afetada pela variação das condições econômicas no mercado internacional e, principalmente, pela situação econômica dos Estados Unidos, da China e da União Europeia. Além disso, possíveis reduções na oferta de crédito e a deterioração das condições econômicas em outros países, incluindo a crise da dívida que afeta alguns países da União Europeia, podem, até certo ponto, prejudicar os preços de mercado dos valores mobiliários brasileiros em geral, incluindo as ações emitidas por nós. Além disso, o risco de inadimplência dos países em crise financeira, dependendo das circunstâncias, pode reduzir a confiança investidores internacionais e trazer volatilidade aos mercados.

A pandemia da COVID-19 adicionou uma nova fonte de incerteza à atividade econômica global. Autoridades em todo o mundo, tomaram medidas para tentar conter a propagação da doença, uma vez que o vírus se espalhou globalmente. As restrições provavelmente permanecerão vigentes, suprimindo a atividade caso o contágio não diminua. A materialização desses riscos afetou o crescimento global e pode diminuir o interesse dos investidores em ativos do Brasil e de outros países em que operamos, afetando adversamente o preço de mercado de nossos valores mobiliários, o que possivelmente dificulta o nosso acesso ao mercado de capitais e, como consequência, ao financiamento das nossas operações no futuro.

Em relação a fatos macroeconômicos relevantes que podem impactar nossos negócios, destacamos a retirada do Reino Unido da União Europeia (o chamado "Brexit"), que pode afetar adversamente as condições da economia e do mercado na Europa e no mundo todo, e podem contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais. Além disso, o Brexit pode levar a incertezas jurídicas e fomentar a produção de leis e regulamentos nacionais potencialmente divergentes à medida que o Reino Unido determina quais leis da União Europeia substituirá ou replicará. Os efeitos do Brexit, e outros que não podemos prever, podem ter um efeito adverso em nossos negócios, bem como nos nossos resultados operacionais ou em nossa posição financeira.

Além disso, em 7 de novembro de 2020, Joe Biden venceu a eleição presidencial nos Estados Unidos e tomou posse como presidente dos Estados Unidos em 20 de janeiro de 2021. Não temos controle e não podemos prever o efeito da administração Biden ou de suas políticas. Esses acontecimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política decorrentes deles ou qualquer outro acontecimento imprevisto, podem nos afetar adversamente e afetar o valor de mercado de nossas ações ordinárias. O Presidente dos Estados Unidos tem considerável poder na determinação de políticas e ações governamentais que podem ter um efeito material adverso na economia global e na estabilidade política global. A Companhia não pode garantir que o novo governo manterá políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina fiscal e o investimento doméstico e estrangeiro, o que pode ter um efeito adverso significativo nos mercados financeiros e de valores mobiliários no Brasil, em empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e nos títulos de emissores brasileiros.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

O risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - afetem a receita da Companhia e de suas controladas ("Grupo") ou o valor a que está exposta no âmbito de seus instrumentos financeiros.

Os riscos de mercado aos quais o Grupo está exposto são: (i) Risco de Câmbio; e (ii) Risco de Juros:

(i) Risco de Câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial na medida em que existe um descasamento entre as moedas em que as vendas, compras e empréstimos e financiamentos são denominados e as respectivas moedas funcionais das empresas do grupo da Companhia. A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (BRL).

Geralmente, os empréstimos e financiamentos são denominados em moedas que correspondem aos fluxos de caixa gerados pelas operações subjacentes do Grupo - principalmente dólares norte-americanos, mas também reais brasileiros. Além disso, os juros sobre empréstimos e financiamentos são denominados na moeda do empréstimo.

Exposição ao risco cambial

Apresentamos abaixo os dados quantitativos resumidos sobre a exposição do Grupo ao risco cambial, conforme informado pelo Banco Central do Brasil (BACEN) (valores em milhares de reais):

	30/06/2021		
	BRL	**USD**	**MXM**
Taxa de conversão	1,0000	5,0022	0,2511
Aplicações financeiras - MXM	22.660	-	90.243
Caixa em bancos em dólares - USD	289.294	57.833	-
Contas a receber - USD	206.679	41.318	-
Empréstimos e financiamentos - USD	(2.761.766)	(552.110)	-
Empréstimos e financiamentos - MXM	-	-	-
Derivativos – USD(1)	1.000.440	200.000	-
Derivativos – USD(2)	594.000	110.000	-
Derivativos – USD(3)	550.242	110.000	-
Fornecedores	(166.492)	(33.284)	-
Exposição líquida	**(264.943)**	**(66.243)**	**90.243**

(1) S*waps* cambiais com valor nocional de U$ 200 milhões com barreiras entre R$ 4,15 e R$ 5,60;
(2) *Swaps* cambiais com valor nocional de U$ 110 milhões com barreiras entre R$ 5,40 e R$ 8,00;
(3) Swaps cambiais com valor nocional de U$ 110 milhões com barreiras entre R$ 5,00 e R$ 7,50.

Análise de sensibilidade

Uma apreciação (depreciação) razoável do dólar norte-americano e peso mexicano frente ao real em 30 de junho de 2021 teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e, consequentemente, afetado o patrimônio e resultado do Grupo pelos valores abaixo. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto das vendas e compras previstas.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

	Consolidado 30/06/2021			
	Cenários em USD		Cenários em MXM	
Taxa de conversão	1,0000	5,0022	1,0000	0,2511
Exposição líquida	(264.943)	(66.243)	22.660	90.243
	Possível +25%	**Remoto +50%**	**Possível -25%**	**Remoto -50%**
	6,2528	7,5033	0,1883	0,1256
Exposição líquida (cenários)	(544.764)	(878.064)	16.995	11.330
Efeitos	(279.821)	(613.121)	(5.665)	(11.330)

Risco de Juros

O Grupo, em decorrência de suas obrigações financeiras, está sujeito à variação dos juros remuneratórios incidentes sobre o saldo devedor. O perfil das taxas de juros dos instrumentos financeiros com juros do Grupo, conforme relatado pela administração, é o seguinte:

	Consolidado 30/06/2021
Instrumentos a taxa fixa	
Passivos financeiros	(2.723.120)
Instrumentos a taxa variável	
Ativos fincanceiros	348.638
Passivos financeiros	(298.355)

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, inclusive não derivativos, estão expostos a mudanças no valor justo como resultado da flutuação das taxas de juros. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às suas variáveis são apresentadas a seguir:

Seleção de riscos

O Grupo selecionou dois riscos de mercado que podem afetar mais fortemente os valores dos instrumentos financeiros detidos, que seriam as mudanças na taxa Libor e CDI.

Seleção de cenários

Os possíveis cenários consideram mudanças de 25% para 50%, respectivamente, relacionadas à variável de risco relevante em relação à taxa base.

Análise de sensibilidade das variações de taxas:

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

	Consolidado			
	30/06/2021			
	Cenários em Libor		Cenários em CDI	
	Libor		CDI	
Taxa de conversão	0,0400%		2,2764%	
Passivos financeiros	(150.858)		(96.010)	
Efeitos na demonstração do resultado	(60)		(2.186)	
	Possível +25%	**Remoto +50%**	**Possível +25%**	**Remoto +50%**
	0,0500%	0,0600%	2,8455%	3,4146%
Empréstimos e financiamentos (efeitos no balanço patrimonial)	(150.933)	(150.949)	(98.742)	(99.288)
Efeitos na demonstração do resultado	(75)	(91)	(2.732)	(3.278)

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. As provisões da Companhia são registradas conforme os regramentos contábeis, com base na análise individual de cada processo por seus advogados internos e externos, sendo constituídas provisões para processos avaliados pela Companhia e por seus consultores jurídicos como processos com chance de perda provável.

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

Descrevemos a seguir os principais processos judiciais e administrativos individualmente relevantes a que a Companhia estava sujeita em 30 de junho de 2021, segregados conforme sua natureza, cujo valor provisionado, conjuntamente com outras demandas de menor valor somava R$11.243 mil naquela data.

Contingências Cíveis:

Processo n. 0051691-45.2003.8.26.0100 (000.03.051691-9)	
a. Juízo	10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP
b. Instância	Superior Tribunal de Justiça - STJ
c. Data de instauração	08/05/2003
d. Partes no processo	NC S/C Ltda. vs. Unigel Participações Serviços Industriais e Representação Ltda., Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S.A. e Polo Indústria e Comércio Ltda.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor atualizado da condenação é de R$ 20.862.067,94 (junho/2021). Contudo, estão pendentes recursos perante os Tribunais Superiores que, após julgamento, dependendo do resultado do julgamento do recurso da NC, poderá ter variação significativa na condenação.
f. Principais fatos	A ação foi ajuizada em 8 de maio de 2003 pela NC S/C Ltda. ("NC"), acionista minoritário da Polo Indústria e Comércio Ltda. ("Polo"), contra a referida sociedade e as acionistas majoritárias Unigel Participações Serviços Industriais e Representação Ltda. ("Unigel") e Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S.A. ("Acrinor") para que fosse decretada a dissolução total da sociedade ou, subsidiariamente, a dissolução parcial, retirando-se da sociedade a NC S/C Ltda., com a consequente apuração e pagamento da sua parte na sociedade. Em 17 de maio de 2004, foi proferida sentença determinando a dissolução parcial da Polo e a posterior apuração dos valores devidos à NC por meio de perícia para avaliação do efetivo patrimônio da sociedade. A Unigel, Acrinor e Polo interpuseram recurso apenas contra o capítulo da sentença que determinou a apuração dos valores devidos por meio de perícia, defendendo que a apuração deveria ser baseada no último balanço aprovado da Polo. O recurso teve seu provimento negado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 31 de agosto de 2006, sendo mantido o modo de apuração determinado na sentença. Foram interpostos recursos especial e extraordinário contra o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não foram conhecidos. Em 10 de junho de 2009, a NC requereu o início da fase de liquidação da sentença para apuração dos valores devidos. O laudo pericial foi apresentado em 03 de agosto de 2011, considerando quatro cenários de apuração dos valores da participação da NC: **(i)** hipótese considerando o patrimônio líquido da Polo (R$ 8.429.489,01 em julho/2011); **(ii)** hipótese considerando o patrimônio líquido e o valor imaterial do fundo de comércio (R$ 12.993.044, 75 em julho/2011); **(iii)** hipótese considerando os incentivos fiscais (R$ 54.273.095,80 em julho/2011) e **(iv)** hipótese considerando a participação da NC em apenas uma unidade da Polo (R$ 48.256.784,27 em julho/2011). Em 13 de fevereiro de 2013, foi proferida decisão reconhecendo como correta a hipótese (i) apresentada pelo perito e determinando o pagamento de R$ 8.429.489,01 pela Polo à NC. A Polo realizou o pagamento integral da quantia devida em 11 de maio de 2013 e a NC interpôs recurso contra a decisão, requerendo fosse reconhecida como correta a hipótese (iii) apresentada pelo perito.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n. 0051691-45.2003.8.26.0100 (000.03.051691-9)	
	Em 13 de agosto de 2013, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento ao recurso da NC, mas o acórdão foi revertido em embargos infringentes opostos pela Polo, Unigel e Acrinor, reconhecendo como devido o valor apurado no cenário (ii) (superior ao cenário (i) reconhecido pela sentença). As partes interpuseram recursos aos Tribunais Superiores, que ainda estão pendentes de julgamento. Em junho de 2021 aguardamos ainda o julgamento dos recursos.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	A retirada da sócia minoritária da Polo Indústria e Comércio Ltda. já foi decretada e efetuada, de modo que eventual impacto será apenas patrimonial. Unigel, Polo e Acrinor deverão pagar à NC condenação no montante de aproximadamente R$ 20.862.067,94 (junho/2021) caso seus recursos aos Tribunais Superiores não sejam providos. Caso os recursos da NC sejam providos, a condenação poderá ser majorada para valor atualizado superior a R$ 155 milhões.

Processo n. 0011341-32.2008.8.21.0018	
a. Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Montenegro/RS
b. Instância	2ª instância (após anulação do acórdão pelo STJ)
c. Data de instauração	10/04/2008
d. Partes no processo	For Ship Engenharia Ltda. vs. Polo Indústria e Comércio S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor atualizado da condenação é de R$ 6.512.912,16 (junho/2021). Contudo, está pendente julgamento de recurso que, se provido, aumentará a condenação para um valor de cerca de R$ 41.872.806,59 (novembro/2020).
f. Principais fatos	Em 10 de abril de 2008, a ação foi ajuizada pela For Ship Engenharia Ltda. ("For Ship") contra a Polo Indústria e Comércio S/A ("Polo") para obter indenização por descumprimento contratual decorrente da implantação e montagem da linha Tenter III, argumentando que a Polo não teria realizado o pagamento de valores relativos a serviços realizados pela For Ship, bem como deveria ressarcir a For Ship por materiais, serviços e custos adicionais em geral incorridos pela For Ship para atender solicitações adicionais da Polo, não previstas inicialmente no contrato celebrado entre as partes. A Polo apresentou contestação e reconvenção, por meio da qual requereu fosse a For Ship condenada a ressarcir materiais em excesso comprados pela Polo por solicitação da For Ship, bem como custos incorridos em razão de serviços prestados de forma inadequada pela For Ship. Em 17 de abril de 2017, foi proferida sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos da For Ship e parcialmente procedentes os pedidos da Polo, condenando a Polo ao pagamento de R$ 684.324,43 à For Ship (resultado da compensação entre o valor de R$ 716.911,15 que se entendeu devido à For Ship após perícia e o valor de R$ 32.666,32 que se entendeu devido pela For Ship à Polo). A sentença foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul em julgamento realizado em 30 de agosto de 2018. Contra o acórdão, foram interpostos recursos ao Superior Tribunal de Justiça. Os recursos foram providos para anular o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul em razão da omissão quanto à análise da possibilidade de compensação entre valores das condenações na ação e na reconvenção. Os autos retornaram ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e aguarda-se novo julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	O impacto é patrimonial. O valor atualizado da condenação é de R$ 6.512.912,16 (junho/2021). Contudo, está pendente julgamento de recurso que, se provido, aumentará a condenação para um valor de cerca de R$ 41.872.806,59 (novembro/2020).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Contingências tributárias:

Processo nº 4.030.448-6	
a. Juízo	Administrativo Estadual - SÉTIMA CÂMARA JULGADORA DO TIT/SP
b. Instância	Especial
c. Data de instauração	08/10/2013
d. Partes no processo	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo vs Companhia Brasileira de Estireno
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 432.815.120,87 (junho/2021).
f. Principais fatos	Guerra Fiscal - Trata-se de auto de infração que objetiva a cobrança de ICMS decorrente da glosa de créditos referentes a operações interestaduais de compra e venda com a empresa EDN-ESTIRENO DO NORDESTE (antiga UNIGEL ESTIRENO), na Bahia. Pelo entendimento da Fiscalização, os créditos são indevidos uma vez que os remetentes usufruem de benefício fiscal sem aprovação do CONFAZ. Decisões de 1ª e 2ª instâncias desfavoráveis, mantendo a autuação fiscal. Interposto Recurso Especial pendente de julgamento. **Nos termos da Lei Complementar 160/2017 e Convênio CONFAZ 190/17 a Companhia protocolou requerimento de remissão dos créditos em discussão perante a Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo, tendo em vista que os benefícios fiscais que ensejaram a autuação foram convalidados perante o CONFAZ, razão pela qual a Companhia aguarda homologação do referido requerimento, extinção e arquivamento deste processo.** .
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores em discussão devidamente atualizados

Processo n. 10314.721064/2016-33	
a. Juízo	Administrativo federal – 4ª Câmara/1ª Seção de Julgamento do CARF
b. Instância	2ª Instancia
c. Data de instauração	03/06/2016
d. Partes no processo	União Federal vs Companhia Brasileira de Estireno na condição de sucessora de Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 77.125.079,74 (junho/2021).
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração exigindo IRPJ e CSLL decorrentes de glosas relativas a: i) suposta redução indevida da receita bruta; ii) suposta exclusão indevida do lucro líquido na apuração do lucro real; iii) suposta não comprovação do reconhecimento do benefício à redução do IRPJ (Sudene); iv) multa isolada por falta de recolhimento do IRPJ e CSLL sobre a base estimada Período autuado janeiro a dezembro/2011 (incorporação da EDN). Decisão de 1ª instância improcedente, mantendo a autuação fiscal. Interposto Recurso Voluntário. Aguarda julgamento. Processo distribuído no CARF. Convertido o julgamento do recurso voluntário em diligência para encaminhar os autos à Delegacia de origem para que a Cia. seja intimado a comprovar a adoção, pelo Estado da Bahia, das providências estabelecidas no convênio ICMS Nº 190/17. Recurso voluntário provido em parte, com a redução substancial do valor de R$ 174.261.160,39 para R$ 77.125.079,74. Opostos Embargos Declaratórios e rejeitados. Apresentado RESP, admitido em parte. Interposto AIDDRESP. Aguardando julgamento.
g. Chance de perda	Possível

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n. 10314.721064/2016-33	
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores em discussão devidamente atualizados

Processo n. 4.001.617-1	
a. Juízo	Administrativo estadual – QUINTA CÂMARA JULGADORA DO TIT/SP
b. Instância	2ª Instancia
c. Data de instauração	27/03/2012
d. Partes no processo	Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo vs Companhia Brasileira de Estireno na condição de sucessora de Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S/A, sucessora, por sua vez, de Polo Industria e Comercio S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 63.307.578,58 (junho/2021).
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração em razão do suposto cometimento de 14 infrações. Mantida discussão sobre as infrações: 4 e 5 creditamento indevido do ICMS por meio de escrituração de documentos fiscais referentes a operações não tributadas, relativas ao recebimento de mercadorias para o fim específico de exportação; 9 e 12 - creditamento indevido do ICMS, em operações não comprovadas, de retorno de mercadorias remetidas para acondicionamento e multa em razão da emissão de notas fiscais que não correspondem a saída de mercadorias do estabelecimento. Decisão de 1ª instância mantendo a autuação fiscal em sua integralidade, Realizado o recolhimento das infrações descritas nos itens 3, 6, 7, 13 e 14. Parcelado os itens 8, 10, 11. Interposto Recurso Ordinário. Julgamento convertido em diligência tão somente quanto aos itens 4 e 5. Incluído em pauta de julgamento de 25.08. Retirado de pauta. A Cia. decidiu por incluir os itens 1 e 2 no PEP do ICMS/2017. Julgamento convertido em diligência para validação da inclusão dos itens 1 e 2 no PEP/2017, e para que a representação fiscal se manifeste sobre os memoriais e documentos juntados posteriormente a interposição do recurso ordinário. Na sessão de julgamento realizada em 23/08/18, o Juiz Presidente César Eduardo Temer Zalaf proferiu seu voto vista no sentido de dar provimento ao recurso para anular a decisão de primeira instância para que outra seja proferida, tendo em vista que deixou de examinar argumentos e provas trazidas pela Sociedade. Após os debates, o Juiz Relator reformulou seu voto para acompanhar o Presidente quanto à nulidade, no que foi acompanhado pelos demais Juízes integrantes da 2ª Câmara Julgadora. Tivemos conhecimento da nova decisão de primeira instância, que, assim como a primeira, julgou parcialmente procedente o AIIM para cancelar integralmente os itens 4.30 a 4.34 e parcialmente os itens 4.1 a 4.29 e 5.1 e 5.2, resultando em uma redução substancial de R$101.396.663,09 para R$ 63.307.578,58. Interposto Recurso Ordinário. Aguarda julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores em discussão devidamente atualizados

Processo n. 0067137-89.2012.8.26.0224	
a. Juízo	Judicial Estadual – 1ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos, SP
b. Instância	1ª Instância
c. Data de instauração	04/10/2012
d. Partes no processo	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo vs Companhia Brasileira de Estireno na condição de sucessora de Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S/A, sucessora, por sua vez, de Polo Industria e Comercio S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 82.894.173,64 (junho/2021).
f. Principais fatos	Guerra Fiscal - Trata-se de Execução Fiscal que objetiva a cobrança de créditos oriundos do AIIM nº 3.135.384-8 (CDA 1.064.948.508), referente à glosa de créditos de ICMS relativo a operações de transferência com a filial situada em Montenegro/RS (CNPJ nº 29.510.765/0005-87), no período de mai/06 a jun/08. Pelo entendimento

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n. 0067137-89.2012.8.26.0224	
	da Fiscalização, os créditos são indevidos uma vez que os remetentes usufruem de benefício fiscal sem aprovação do CONFAZ. Edital de citação publicado em 29.03.2019. Exceção de pré-executividade apresentada. **Nos termos da Lei Complementar 160/2017 e Convênio CONFAZ 190/17 a Companhia protocolou requerimento de remissão dos créditos em discussão perante a Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo, tendo em vista que os benefícios fiscais que ensejaram a autuação foram convalidados perante o CONFAZ, razão pela qual a Companhia aguarda homologação do referido requerimento, extinção e arquivamento deste processo.**
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores em discussão devidamente atualizados

Processo n. 1501017-32.2015.8.26.0564	
a. Juízo	Judicial estadual – 2ª Vara da Fazenda Pública de São Bernardo do Campo, SP
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	27/10/2015
d. Partes no processo	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo vs Companhia Brasileira de Estireno na condição de sucessora de Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S/A, sucessora, de Polo Industria e Comercio S/A, que por sua vez, sucessora de Unigel Comercial S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 80.056.543,58 (junho/2021).
f. Principais fatos	Guerra Fiscal - Trata-se de Execução Fiscal que objetiva a cobrança dos débitos oriundos do AIIM nº 3.135.936-0 (CDA 1.183.644.531), referente à glosa de créditos de ICMS decorrentes de operações de transferência realizadas no período de maio/08 a dezembro/09, com estabelecimento situado no Rio Grande do Sul. Pelo entendimento da Fiscalização, os créditos são indevidos uma vez que os remetentes usufruem de benefício fiscal sem aprovação do CONFAZ. Exceção de pré-executividade acolhida parcialmente somente para afastar a cobrança de juros de mora no que exceder o índice federal estabelecido para os débitos da União, devendo a excepta proceder a retificação da CDA. Retificação de CDA procedida. Embargos de declaração providos para fixar os honorários sucumbenciais em 10% do valor da diferença apurada entre o valor inicial e o valor retificado. Protocolada nova exceção de pré-executividade, alegando o depósito dos atos normativas e concessivos pelo estado do RS. Processo sobrestado por conta do tema 490, do STF. **Nos termos da Lei Complementar 160/2017 e Convênio CONFAZ 190/17 a Companhia protocolou requerimento de remissão dos créditos em discussão perante a Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo, tendo em vista que os benefícios fiscais que ensejaram a autuação foram convalidados perante o CONFAZ, razão pela qual a Companhia aguarda homologação do referido requerimento, extinção e arquivamento deste processo**
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores em discussão devidamente atualizados

Processo n. 10314.721067/2016-77	
a. Juízo	Administrativo federal – 4ª Câmara/1ª Seção de Julgamento do CARF
b. Instância	2ª Instancia
c. Data de instauração	03/06/2016
d. Partes no processo	União Federal vs Companhia Brasileira de Estireno na condição de sucessora de Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S/A

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n. 10314.721067/2016-77	
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 25.130.951,30 (junho/2021).
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração exigindo COFINS relativamente a glosas em razão de descontos incondicionais concedidos pela extinta EDN. Período autuado janeiro à dezembro/2011. Decisão de 1ª instância mantendo a autuação fiscal. Interposto recurso voluntário. Processo sobrestado a fim de aguardar o julgamento do PA nº 10314.721064/2016-33, conforme art. 6º, § 5º, do RICARF.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores em discussão devidamente atualizados

Processo n. 13502.721598/2015-50	
a. Juízo	Administrativo federal – 4ª Câmara/3ª Seção de Julgamento do CARF
b. Instância	Especial
c. Data de instauração	18/12/2015
d. Partes no processo	União Federal vs Companhia Brasileira de Estireno na condição de sucessora de Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 3.310.130,19 (junho/2021).
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado após procedimento de fiscalização, realizado para análise dos Pedidos de Ressarcimento de créditos da contribuição ao PIS e da COFINS, transmitidos pela Cia. em março/2011, relativos ao 4º Trimestre de 2010 até o 4º Trimestre de 2011, apurados em decorrência da sistemática da não-cumulatividade. Decisão de 1ª instância improcedente, mantendo a autuação fiscal. Recurso voluntário parcialmente procedente (a) por unanimidade de votos, para reverter as glosas em relação a nitrogênio (gasoso e líquido) e peróxido de hidrogênio; e (b) por maioria de votos, para manter o lançamento em relação aos demais itens. Embargos declaratórios desprovidos. Interposto Recurso Especial. Aguarda julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores em discussão devidamente atualizados

Processo n. 1500725-81.2014.8.26.0564	
a. Juízo	Judicial estadual – 1ª Vara da Fazenda Pública de São Bernardo do Campo, SP
b. Instância	1ª Instancia
c. Data de instauração	02/12/2014
d. Partes no processo	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo vs Unigel Plásticos S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 5.861.785,12 (junho/2021).
f. Principais fatos	Guerra Fiscal - Trata-se de Execução Fiscal que objetiva a cobrança dos débitos oriundos do AIIM 3.125.187 (CDA 1.157.703.947), referente à glosa de crédito de ICMS relativo a operações de transferência de mercadorias, realizadas no período de jan/05 a dez/06, recebidos do estabelecimento matriz, situado na Bahia. Pelo entendimento da Fiscalização, os créditos são indevidos uma vez que os remetentes usufruem de benefício fiscal sem aprovação do CONFAZ. Edital de citação publicado em 19.06.2018. Acolhida parcialmente a exceção de pre-executividade. Embargos de declaração acolhidos em parte, no tocante a ilegalidade da incidência dos juros sobre a multa. Será apresentada nova exceção de pré-executividade suscitando, desta vez, a superveniência da Lei Complementar nº 160 e o Convênio nº 190/17. Agravo de Instrumento desprovido. Embargos de declaração rejeitados. FESP requereu a suspensão da Execução em virtude do pedido administrativo de reconhecimento de

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n. 1500725-81.2014.8.26.0564	
	créditos de ICMS formulado pela executada. **Nos termos da Lei Complementar 160/2017 e Convênio CONFAZ 190/17 a Companhia protocolou requerimento de remissão dos créditos em discussão perante a Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo, tendo em vista que os benefícios fiscais que ensejaram a autuação foram convalidados perante o CONFAZ, razão pela qual a Companhia aguarda homologação do referido requerimento, extinção e arquivamento deste processo**
g. Chance de perda	Possível**.**
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores em discussão devidamente atualizados

Processo nº 3002832-58.2013.8.26.0564	
a. Juízo	Judicial estadual – 1ª Vara da Fazenda Pública de São Bernardo do Campo, SP
b. Instância	Primeira Instância
c. Data de instauração	29/07/2013
d. Partes no processo	Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo vs Unigel Plásticos S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 20.796.752,24 (junho/2021).
f. Principais fatos	Guerra Fiscal - Trata-se de Execução Fiscal que objetiva a cobrança dos débitos oriundos do AIIM nº 3.125.178-0 (CDA 1.093.747.804), referente à glosa de créditos de ICMS relativo a operações de transferência de mercadorias, realizadas no período de jan/05 a dez/06, com o estabelecimento matriz, situado na Bahia. Pelo entendimento da Fiscalização, os créditos são indevidos uma vez que os remetentes usufruem de benefício fiscal sem aprovação do CONFAZ. Imóvel oferecido não aceito. Determinada a penhora via bacenjud. Agravo de instrumento improvido. Opostos embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Retornou certidão informando que consta na consulta o nome de Unigel Plásticos. O juiz determinou a intimação da Exequente para se manifestar sobre a certidão. A FESP requereu sobrestamento do feito por 360 dias (requerida em abril/2018). Aguarda-se regularização da garantia ofertada posteriormente. Embargos à Execução opostos. **Nos termos da Lei Complementar 160/2017 e Convênio CONFAZ 190/17 a Companhia protocolou requerimento de remissão dos créditos em discussão perante a Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo, tendo em vista que os benefícios fiscais que ensejaram a autuação foram convalidados perante o CONFAZ, razão pela qual a Companhia aguarda homologação do referido requerimento, extinção e arquivamento deste processo**
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores em discussão devidamente atualizados

Processo nº 0500850-74.2014.8.05.0039	
a. Juízo	Judicial estadual – 1ª Vara da Fazenda Pública de Camaçari, BA
b. Instância	Primeira Instância
c. Data de instauração	06/06/2014
d. Partes no processo	Secretaria da Fazenda do estado da Bahia vs Proquigel Química S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 17.236.133,10 (junho/2021).
f. Principais fatos	Trata-se de execução Fiscal visando à cobrança de valores decorrentes de suposta infração referente a falta de recolhimento do ICMS devido na importação de mercadorias amparada sob regime de drawback, na modalidade suspensão, pela não comprovação das respectivas exportações efetuadas por terceiros Originário do Auto de Infração nº 206857.0104/12-2. Execução fiscal garantida. Decisão que aceitava o imóvel foi cassada pelo TJ/BA. Embargos de declaração rejeitados. Protocolada nova petição reforçando o pedido de manutenção do imóvel como garantia. Ofertado

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 0500850-74.2014.8.05.0039	
	seguro garantia para caucionar a Execução. Nomeado o contabilista Alexandre Campelo para realização de perícia contábil na execução fiscal. Laudo pericial favorável. Aguarda julgamento.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores em discussão devidamente atualizados

Processo nº 4.030.527-2	
a. Juízo	Administrativo Estadual – 12ª CÂMARA JULGADORA DO TIT/SP
b. Instância	Especial
c. Data de instauração	08/10/2013
d. Partes no processo	Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo vs Cia Brasileira de Estireno
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 16.859.705,78 (junho/2021).
f. Principais fatos	Guerra Fiscal - Trata-se de auto de infração que objetiva a cobrança de ICMS decorrente da glosa de créditos referentes a operações interestaduais de compra e venda com as empresas EDN-ESTIRENO DO NORDESTE (antiga UNIGEL ESTIRENO), na Bahia, e LANXESS ELASTOMEROS DO BRASIL, no Pernambuco. Pelo entendimento da Fiscalização, os créditos são indevidos uma vez que os remetentes usufruem de benefício fiscal sem aprovação do CONFAZ. Decisões de 1ª e 2ª instâncias mantendo a autuação fiscal. Interposto Recurso Especial. **Nos termos da Lei Complementar 160/2017 e Convênio CONFAZ 190/17 a Companhia protocolou requerimento de remissão dos créditos em discussão perante a Secretária da Fazenda do Estado de São Paulo, tendo em vista que os benefícios fiscais que ensejaram a autuação foram convalidados perante o CONFAZ, razão pela qual a Companhia aguarda homologação do referido requerimento, extinção e arquivamento deste processo**
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores em discussão devidamente atualizados

Processo nº 13502.000356/2003-95	
a. Juízo	Administrativo Federal
b. Instância	2ª. Instância administrativa
c. Data de instauração	31/03/2003
d. Partes no processo	Companhia Brasileira de Estireno, sucessora por incorporação de Acrinor Acrilonitrila do Nordeste S/A e Delegacia da Receita Federal em Camaçari
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 11.911.773,41 (junho/2021).
f. Principais fatos	Trata-se de pedido de compensação para utilização de saldo negativo de IRPJ e CSLL não homologado pela Receita Federal do Brasil. A Companhia protocolou manifestação de inconformidade, que foi julgada em primeira instância administrativa como parcialmente procedente. Foi interposto Recurso Voluntário. O julgamento foi convertido em diligência, encaminhando os autos para Unidade Preparadora onde aguardam a decisão definitiva na instância administrativa dos processos nº 13502.000067/200213, nº 13502.000569/200236 e nº 13502.000617/200296, bem como acostar aos Autos as decisões definitivas dos processos nº 13502.000067/200213, nº 13502.000569/200236 e nº 13502.000617/200296. Em 01/2020 foi protocolada petição acerca do Parecer Cosit nº 2/2018, que ratifica a impossibilidade de glosa das estimativas do saldo negativo.
g. Chance de perda	Remota

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 13502.000356/2003-95	
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores em discussão devidamente atualizados

Processo nº 13502.721089/2014-46	
a. Juízo	Administrativo Federal – 3ª Câmara/3ª Seção de Julgamento do CARF
b. Instância	Segunda Instância
c. Data de instauração	24/09/2014
d. Partes no processo	União Federal vs Proquigel Química
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 10.555.134,37 (junho/2021).
f. Principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para exigência das contribuições sociais ao PIS e a COFINS supostamente devidas no ano-calendário de 2010, com base nas seguintes acusações: A) Omissão de receita sujeita à tributação das contribuições ao PIS e à COFINS – Subvenção proveniente do Programa DESENVOLVE Neste item, segundo o TVF, o montante recebido com o Programa Desenvolve, independentemente deste programa ser configurado subvenção para custeio ou para investimento, deve compor a base de cálculo das contribuições B) Créditos descontados indevidamente na apuração das contribuições (Outras Operações com direito a crédito) Neste item, segundo o TVF, no DACON, na linha Outras Operações com Direito a Crédito, teriam sido declarados valores correspondentes a acertos financeiros efetuados por meio de Notas de Crédito (NC) referentes a faturamentos efetuados a maior em fornecimentos realizados à CBE – Cia Brasileira de Estireno, o que não gera direito a credito das contribuições Isto porque seriam descontos concedidos posteriormente à operação de venda, por conta de ajustes de preço a valores de mercado, razão pela qual não seriam considerados descontos incondicionais e não geram créditos no regime da não cumulatividade, bem como não podem ser excluídos da base de cálculo das contribuições. Decisão de 1ª mantendo a autuação fiscal. Interposto Recurso Voluntário pela Cia. Em junho/2018 apresentada petição informando acerca da decisão favorável definitiva prolatada nos autos do Processo Administrativo nº 13502.721088/2014-00. Processo distribuído à SECAM - 3ª Câmara -3ª Seção - CARF - MF - DF, desde 08.05.2017.
g. Chance de perda	Remota
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores em discussão devidamente atualizados

Processo n° 0500987-22-2015.8.05.0039	
a. Juízo	Judicial estadual – 1ª Vara da Fazenda Pública de Camaçari, BA
b. Instância	Primeira Instância
c. Data de instauração	08/05/2015
d. Partes no processo	Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo vs Cia Brasileira de Estireno
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R$ 10.169.818,17 (junho/2021).
f. Principais fatos	Execução Fiscal visando à cobrança de valores a título de ICMS em razão de registro de operação tributada como não tributada, nas saídas de mercadorias acobertadas por notas fiscais com fim específico de exportação, sem comprovação da efetiva saída do país Certidão de Dívida Ativa nº 01091-61-1700-14 Auto de Infração nº 147323.0072/12-3 Competências de 12/2010 e 12/2011. Execução fiscal garantida. Opostos embargos à execução fiscal. Nomeado o contabilista Alexandre Campelo para realização de perícia contábil. Laudo pericial apresentado. Aguarda manifestação da Fazenda.
g. Chance de perda	Possível

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo n° 0500987-22-2015.8.05.0039	
h. Impacto em caso de perda do processo	Pagamento dos valores em discussão devidamente atualizados

Contingências trabalhistas:

A Companhia não possui contingências trabalhistas consideradas individualmente relevantes, conforme detalhado acima, em 30 de junho de 2021.

Contingências Ambientais:

Processo Judicial n. 0005585-05.2003.8.16.0035 (Ação Coletiva)	
a. Juízo	2ª Vara Cível da Comarca de São José dos Pinhais do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
b. Instância	1ª instância
c. Data de instauração	24/02/2003
d. Partes no processo	Associação de Moradores do Jardim Cristal e do Jardim Marambaia (Autor) e Proquigel Química S/A e outros (Réus)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa atualizado é de R$ 890.581,97 (junho/2021), mas lidamos com um risco de condenação de até R$ 1.200.000,00, valor que aparece nos nossos relatórios.
f. Principais fatos	Ação Coletiva ajuizada em razão de suposta poluição ocasionada pelos produtos tóxicos em tambores encontrados no estabelecimento da empresa Recobem Indústria e Comércio de Tintas e Vernizes. Em 04/03/2010, foi prolatada sentença condenando a Proquigel e cerca de outros 200 réus ao ressarcimento de danos ocasionados às localidades e aos moradores de Jardim Cristal (Guatupê), Jardim Marambaia (Xingu) e Barro Preto, limitados à importância de R$ 200.000,00. Em 27/09/2010, interposta apelação pela Proquigel. Em 17/04/2012, o Tribunal deu provimento à apelação da Proquigel para anular a sentença que havia julgado pela procedência parcial do pleito autoral, condenando-se diversas requeridas - dentre elas a Proquigel -, ao pagamento de indenização a ser calculada proporcionalmente ao número de tambores com as respectivas logomarcas encontrados no local do dano (a Proquigel teve um único tambor encontrado). Em 25/10/2019, a Proquigel peticionou requerendo a designação de audiência de conciliação a fim de buscar a autocomposição judicial com a Associação de Moradores do Jardim Marambaia e Jardim Cristal. Na mesma data, VOLVO e outros opuseram embargos de declaração para que: (i) seja observado que as partes já especificaram as provas que pretendem produzir, de modo que deverá ser dado prosseguimento ao feito, inclusive, com a produção da prova pericial determinada, sob os custos do Ministério Público do Paraná, consoante disposto no despacho proferido pelo Juízo em 17/09/2004; e (ii) a determinação judicial de abstenção de intervenção - sob pena de multa diária de R$ 10.000,00 (dez mil Reais) –, objeto das decisões ora recorridas, seja aplicada, restritivamente, apenas à empresa Recobem Comércio de Produtos Químicos Ltda. – até porque a posse não é, nem nunca foi, das embargantes, não havendo sentido na imposição de punições em seu desfavor – com a ressalva de que todas as requeridas poderão ingressar no imóvel para o devido acompanhamento da prova pericial a ser realizada. Em 12/08/2020, os embargos de declaração mencionados acima foram rejeitados. Em 21/04/2021, após ter sido certificado nos autos a baixa definitiva dos autos pelo STJ, foi determinado à parte autora que se manifestasse no prazo de 5 dias. Em 07/05/2021, a Associação de Moradores do Jardim Cristal e do Jardim Marambaia se manifestou, requerendo a inversão do ônus da prova na prova pericial e, sucessivamente, a produção de prova testemunhal e pericial. Cumpre esclarecer que, como o processo é movido em face de um número relevante de empresas rés, dentre elas, a Proquigel Química, conforme acima indicado, apesar do valor atribuído a ação, a cota parte de responsabilidade da Proquigel Química para todos os fins é um percentual diminuto do todo. Atualizado até junho de 2021.
g. Chance de perda	Possível

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Judicial n. 0005585-05.2003.8.16.0035 (Ação Coletiva)	
h. Impacto em caso de perda do processo	Financeiro, dentro dos valores informados.

Processo Judicial n. 0030030-20.2011.8.05.0001	
a. Juízo	22ª Vara Cível da Comarca de Salvador - BA
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	01/04/2011
d. Partes no processo	Pescadores - (Abel Santiago, Adriano Damião - 378) (Autor) e Proquigel Química S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa atualizado é de R$ 4.357.564,94 (junho/2021)
f. Principais fatos	Ação de indenização por danos morais e materiais, em razão da alegada degradação ambiental no estuário do Rio São Paulo. **Em 31/07/2019 - Publicada a Sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pelos pescadores em razão da fragilidade das provas da responsabilidade da Proquigel pelo evento.** Em 06/08/2019, apresentados Embargos de Declaração pelos autores, devidamente contrarrazoado pela Proquigel. Em 12/09/2019 - Publicada decisão negando provimento aos Embargos de Declaração. Em 30/09/2019, expedida certidão de remessa dos autos à SECODI, para que seja redistribuído para uma das Varas Cíveis desta Comarca de Salvador. Em 02/10/2019, os autores protocolaram apelação. Em 11/10/2019, processo redistribuído para 7ª Vara Cível. Não há depósito judicial. Em 07/12/2019, a Proquigel apresenta contrarrazões à apelação. Em 18/12/2019, enviado ofício pelo Diretor da Vara ao Setor de Distribuição do TJ/BA para remessa da apelação ao Gabinete do Des. Ivanilton Santos da Silva em razão da prevenção gerada pelo Proc. 0030281-72.2010.805.0001. Em 14/02/2020, apelação distribuída por prevenção ao Des. Ivanilton Santos da Silva, membro da Terceira Câmara Cível do TJ/Ba. Atualizado final de março de 2020. Em 13.05.2020 autos remetidos à Procuradoria de Justiça. Em 20.08.2020 os autos foram recebidos pelo Relator.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Financeiro

Processo Judicial n. 0315658-90.2011.8.05.0001	
a. Juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Salvador - BA
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	22/11/2011
d. Partes no processo	Pescadores - de Santo Amaro, Saubara e Cachoeira (Adailton Barbosa - 356) (Autor) e Proquigel Química S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa atualizado é de R$3.994.899,14 (junho/2021).
f. Principais fatos	Ação de Indenização por danos morais e materiais distribuída por dependência à 3ª Vara dos Feitos Cíveis, em razão da alegada degradação ambiental. Estuário Rio São Paulo. **Em 31/07/2019 - Publicada a Sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pelos pescadores em razão da fragilidade das provas da responsabilidade da Proquigel pelo evento.** Em 06/08/2019, apresentados Embargos de Declaração pelos autores, devidamente contrarrazoado pela Proquigel.

81

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Judicial n. 0315658-90.2011.8.05.0001	
	Em 12/09/2019 - Publicada decisão negando provimento aos Embargos de Declaração. Em 01/10/2019, expedida certidão de remessa dos autos à SECODI, para que seja redistribuído para uma das Varas Cíveis desta Comarca de Salvador. Em 02/10/2019, os autores protocolaram apelação. Em 11/10/2019, processo redistribuído para 7ª Vara Cível Não há depósito judicial. Em 07/12/2019, a Proquigel apresenta contrarrazões à apelação. Em 18/12/2019, enviado ofício pelo Diretor da Vara ao Setor de Distribuição do TJ/BA para remessa da apelação ao Gabinete do Des. Ivanilton Santos da Silva em razão da prevenção gerada pelo Proc. 0030281-72.2010.805.0001. Em 03/03/2020, apelação distribuída por prevenção ao Des. Ivanilton Santos da Silva, membro da Terceira Câmara Cível do TJ/Ba. Estamos diligenciando (Landeiro) para que os autos sejam, com brevidade, remetidos à Procuradoria de Justiça. Atualizado até final de junho de 2020. Em 31.08.2020 os autos foram remetidos para a Procuradoria Geral de Justiça. Em 12/11/2020, os autos foram devolvidos pelo Ministério Público e foi expedida certidão concluindo-os ao relator.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Financeiro

Processo Judicial n. 0032974-29.2010.8.5.0001	
a. Juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Salvador - BA
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	12/04/2010
d. Partes no processo	Pescadores - (Adailza da Encarnação - 128) da Ilha de Maré (Autor) e Proquigel Química S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa atualizado é de R$ 3.137.268,45 (junho/2021).
f. Principais fatos	Ação de indenização por danos morais e materiais ajuizada por 128 pescadores da Ilha de Maré em função da alegada degradação ambiental do Rio São Paulo. **Em 02/08/2019 - Publicada a Sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pelos pescadores em razão da fragilidade das provas da responsabilidade da Proquigel pelo evento.** Em 06/08/2019, apresentados Embargos de Declaração pelos autores, devidamente contrarrazoado pela Proquigel. Em 12/09/2019 - Publicada decisão negando provimento aos Embargos de Declaração. Em 30/09/2019, expedida certidão de remessa dos autos à SECODI, para que seja redistribuído para uma das Varas Cíveis desta Comarca de Salvador. Em 02/10/2019, os autores protocolaram apelação. Em 10/10/2019, processo redistribuído para 7ª Vara Cível. Não há depósito judicial. Em 07/12/2019, Proquigel apresentou contrarrazões à apelação Em 18/12/2019, enviado ofício pelo Diretor da Vara ao Setor de Distribuição do TJ/BA para remessa da apelação ao Gabinete do Des. Ivanilton Santos da Silva em razão da prevenção gerada pelo Proc. 0030281-72.2010.805.0001. Em 19/02/2020, apelação distribuída por prevenção ao Des. Ivanilton Santos da Silva, membro da Terceira Câmara Cível do TJ/Ba. Atualizado até final de março de 2020. Em 13.05.2020 autos remetidos à Procuradoria de Justiça. Em 20.08.2020 os autos foram recebidos pelo Relator.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Financeiro

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Judicial n. 0315655-38.2011.8.05.0001	
a. Juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Salvador - BA
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	22/11/2011
d. Partes no processo	Pescadores - de Santo Amaro, Saubara e Cachoeira (Bartolomeu Conceição de Souza - 261) (Autor) e Proquigel Química S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa atualizado é de R$ 3.342.644,65 (junho/2021).
f. Principais fatos	Ação de indenização por danos morais e materiais distribuída por dependência à 3ª Vara dos Feitos Cíveis, em razão da alegada degradação ambiental no estuário do Rio São Paulo. Em 31/07/2019 - Publicada a Sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pelos pescadores em razão da fragilidade das provas da responsabilidade da Proquigel pelo evento. Em 06/08/2019 - Apresentados Embargos pelos Autores. Em 12/09/2019 - Publicada decisão negando provimento aos Embargos. Em 01/10/2019, expedida certidão de remessa dos autos à SECODI, para que seja redistribuído para uma das Varas Cíveis desta Comarca de Salvador. Em 02/10/2019, os autores protocolaram apelação. Em 11/10/2019, processo redistribuído para 7ª Vara Cível. Não há depósito judicial. Em 07/12/2019, a Proquigel apresenta contrarrazões à apelação. Em 18/12/2019, enviado ofício pelo Diretor da Vara ao Setor de Distribuição do TJ/BA para remessa da apelação ao Gabinete do Des. Ivanilton Santos da Silva em razão da prevenção gerada pelo Proc. 0030281-72.2010.805.0001. Em 17/01/2020, apelação distribuída por prevenção ao Des. Ivanilton Santos da Silva, membro da Terceira Câmara Cível do TJ/Ba. Em 13.05.2020 autos remetidos à Procuradoria de Justiça. Em 20.08.2020 os autos foram recebidos pelo Relator.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Financeiro

Processo Judicial n. 0101026-43.2011.8.05.0001	
a. Juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Salvador - BA
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	03/09/2011
d. Partes no processo	Pescadores - Salinas da Margarida, Santo Amaro e Maragogipe (Edcarlos Barbosa Ferreira - 251) (Autor) e Proquigel Química S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa atualizado é de R$ 2.838.356,92 (junho/2021).
f. Principais fatos	Ação de indenização por danos morais e materiais em função da alegação de degradação ambiental no estuário do Rio São Paulo. **Em 02/08/2019 - Publicada a Sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pelos pescadores em razão da** **fragilidade das provas da responsabilidade da Proquigel pelo evento.** Em 08/08/2019, apresentados Embargos de Declaração pelos autores, devidamente contrarrazoado pela Proquigel. Em 12/09/2019 - Publicada decisão negando provimento aos Embargos de Declaração. Em 01/10/2019, expedida certidão de remessa dos autos à SECODI, para que seja redistribuído para uma das Varas Cíveis desta Comarca de Salvador. Em 02/10/2019, os autores protocolaram apelação. Em 10/10/2019, processo redistribuído para 7ª Vara Cível. Não há depósito judicial.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Judicial n. 0101026-43.2011.8.05.0001	
	Em 07/12/2019, a Proquigel apresenta contrarrazões à apelação. Em 18/12/2019, enviado ofício pelo Diretor da Vara ao Setor de Distribuição do TJ/BA para remessa da apelação ao Gabinete do Des. Ivanilton Santos da Silva em razão da prevenção gerada pelo Proc. 0030281-72.2010.805.0001. Em 24/01/2020, apelação distribuída por prevenção ao Des. Ivanilton Santos da Silva, membro da Terceira Câmara Cível do TJ/Ba. Em 13.05.2020 autos remetidos à Procuradoria de Justiça. Em 20.08.2020 os autos foram recebidos pelo Relator.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Financeiro

Processo Judicial n. 0315652-83.2011.8.05.0001	
a. Juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Salvador - BA
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	22/11/2011
d. Partes no processo	Pescadores - Adailton Carlos Batista e outros (213 pescadores) (Autor) e Proquigel Química S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa atualizado é de R$ 2.727.905,41 (junho/2021).
f. Principais fatos	Ação de Indenização por danos morais e materiais, distribuída por dependência à 3ª Vara dos Feitos Cíveis, em função de degradação ambiental observada no estuário do Rio São Paulo e atribuída à Proquigel. **Em 31/07/2019 - Publicada a Sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pelos pescadores em razão da fragilidade das provas da responsabilidade da Proquigel pelo evento**. Em 06/08/2019, apresentados Embargos de Declaração pelos autores, devidamente contrarrazoado pela Proquigel. Em 12/09/2019 - Publicada decisão negando provimento aos Embargos de Declaração. Em 01/10/2019, expedida certidão de remessa dos autos à SECODI, para que seja redistribuído para uma das Varas Cíveis desta Comarca de Salvador. Em 02/10/2019, os autores protocolaram apelação. Em 11/10/2019, processo redistribuído para 7ª Vara Cível. Não há depósito judicial. Em 07/12/2019, a Proquigel apresenta contrarrazões à apelação. Em 19/12/2019, enviado ofício pelo Diretor da Vara ao Setor de Distribuição do TJ/BA para remessa da apelação ao Gabinete do Des. Ivanilton Santos da Silva em razão da prevenção gerada pelo Proc. 0030281-72.2010.805.0001. Em 19/02/2020, apelação distribuída por prevenção ao Des. Ivanilton Santos da Silva, membro da Terceira Câmara Cível do TJ/Ba. Em 13.05.2020 autos remetidos à Procuradoria de Justiça. Em 20.08.2020 os autos foram recebidos pelo Relator.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Financeiro

Processo Judicial n. 0001274-03.2010.8.05.0044	
a. Juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Salvador - BA
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	04/02/2010
d. Partes no processo	Pescadores - Madre de Deus e Salvador (Adailton dos Santos Ferreira - 216) (Autor) e Proquigel Química S/A

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Judicial n. 0001274-03.2010.8.05.0044	
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa atualizado é de R$ 2.684.525,50 (junho/2021).
f. Principais fatos	Ação de indenização por danos morais e materiais ajuizada em razão da alegada degradação ambiental na Baía de Todos os Santos. **Em 31/08/2019 - Publicada a Sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pelos pescadores em razão da** **fragilidade das provas da responsabilidade da Proquigel pelo evento.** Em 06/08/2019, apresentados Embargos de Declaração pelos autores, devidamente contrarrazoado pela Proquigel. Em 12/09/2019 - Publicada decisão negando provimento aos Embargos de Declaração. Em 01/10/2019, expedida certidão de remessa dos autos à SECODI, para que seja redistribuído para uma das Varas Cíveis desta Comarca de Salvador. Em 02/10/2019, os autores protocolaram apelação. Em 11/10/2019, processo redistribuído para 7ª Vara Cível Não há depósito judicial. Em 07/12/2019, a Proquigel apresenta contrarrazões à apelação. Em 18/03/2020, apelação distribuída por prevenção ao Des. Ivanilton Santos da Silva, membro da Terceira Câmara Cível do TJ/Ba. Não há depósito judicial. Estamos diligenciando (Landeiro) para que os autos, com brevidade, sejam remetidos à Procuradoria de Justiça. Atualizado até final de junho de 2020. Em 31.08.2020 os autos foram remetidos à Procuradoria Geral de Justiça. Em 08/10/020, os autos foram devolvidos pelo Ministério Público. Em 09/10/2020, os autos foram recebidos pelo relator.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Financeiro

Processo Judicial n. 0315653-68.2011.8.05.0001	
a. Juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Salvador - BA
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	22/11/2011
d. Partes no processo	Pescadores - de Salinas da Margarida (Jaciara Conceição Cardoso - 191) (Autor) e Proquigel Química S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa atualizado é de R$ 2.446.149,92 (junho/2021).
f. Principais fatos	Ação de indenização por danos morais e materiais, em razão da alegada degradação ambiental no estuário do Rio São Paulo. **Em 31/07/2019 - Publicada a Sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pelos pescadores em razão da** **fragilidade das provas da responsabilidade da Proquigel pelo evento.** Em 06/08/2019, apresentados Embargos de Declaração pelos autores, devidamente contrarrazoado pela Proquigel. Em 12/09/2019 - Publicada decisão negando provimento aos Embargos de Declaração. Em 29/09/2019, proferido despacho, a 1ª Vara Empresarial declina da competência para uma das varas cíveis em observância à redefinição de competência oriunda da Resolução 01/2018, alterada pela resolução 22/2018, pelo que determinou a remessa dos autos à distribuição para redirecionamento. Em 02/10/2019, os autores protocolaram apelação. Em 11/10/2019, processo redistribuído para 7ª Vara Cível Em 07/12/2019, a Proquigel apresenta contrarrazões à apelação. Em 18/12/2019, enviado ofício pelo Diretor da Vara ao Setor de Distribuição do TJ/BA para remessa da apelação ao Gabinete do Des. Ivanilton Santos da Silva em razão da prevenção gerada pelo Proc. 0030281-72.2010.805.0001. Em 17/01/2020, apelação distribuída por prevenção ao Des. Ivanilton Santos da Silva, membro da Terceira Câmara Cível

85

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Judicial n. 0315653-68.2011.8.05.0001	
	do TJ/Ba. Não há depósito judicial. Em 13.05.2020 autos remetidos à Procuradoria de Justiça. Atualizado até final de junho de 2020. Em 20.08.2020 autos recebidos pelo Relator.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Financeiro

Processo Judicial n. 0101029-95.2011.8.05.0001	
a. Juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Salvador - BA
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	30/09/2011
d. Partes no processo	Pescadores - Salinas da Margarida e Jaguaripe (Madair de Jesus Santos - 186) (Autor) e Proquigel Química S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa atualizado é de R$ 2.400.491,16 (junho/2021).
f. Principais fatos	Ação de indenização por danos morais e materiais, distribuída por dependência à 3ª Vara dos Feitos Cíveis, em razão da alegada degradação ambiental no estuário do Rio São Paulo. **Em 31/07/2019 - Publicada a Sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pelos pescadores em razão da fragilidade das provas da responsabilidade da Proquigel pelo evento**. Em 06/08/2019, apresentados Embargos de Declaração pelos autores, devidamente contrarrazoado pela Proquigel. Em 12/09/2019 - Publicada decisão negando provimento aos Embargos de Declaração. Em 01/10/2019, expedida certidão de remessa dos autos à SECODI, para que seja redistribuído para uma das Varas Cíveis desta Comarca de Salvador. Em 02/10/2019, autores protocolaram apelação. Em 09/10/2019, processo redistribuído para 7ª Vara Cível. Não há depósito judicial. Em 07/12/2019, a Proquigel apresenta contrarrazões à apelação. Em 18/12/2019, enviado ofício pelo Diretor da Vara ao Setor de Distribuição do TJ/BA para remessa da apelação ao Gabinete do Des. Ivanilton Santos da Silva em razão da prevenção gerada pelo Proc. 0030281-72.2010.805.0001. Em 17/01/2020, apelação distribuída por prevenção ao Des. Ivanilton Santos da Silva, membro da Terceira Câmara Cível do TJ/Ba. Em 13.05.2020 autos remetidos à Procuradoria de Justiça. Em 20.08.2020 os autos foram recebidos pelo Relator.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Financeiro

Processo Judicial n. 0313859-12.2011.8.05.0001	
a. Juízo	3ª Vara Cível da Comarca de Salvador - BA
b. Instância	2ª instância
c. Data de instauração	16/11/2011
d. Partes no processo	Pescadores - de Santo Amaro (Benedita dos Santos Silveira - 171) (Autor) e Proquigel Química S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa atualizado é de R$ 2.190.008,57 (junho/2021).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo Judicial n. 0313859-12.2011.8.05.0001	
f. Principais fatos	Ação de Indenização por danos morais e materiais, distribuída por dependência à 3ª Vara dos Feitos Cíveis, em razão da alegada degradação ambiental no Estuário do Rio São Paulo. **Em 31/07/2019 - Publicada a Sentença julgando improcedentes os pedidos formulados pelos pescadores em razão da fragilidade das provas da responsabilidade da Proquigel pelo evento**. Em 06/08/2019, apresentados Embargos de Declaração pelos autores, devidamente contrarrazoado pela Proquigel. Em 12/09/2019 - Publicada decisão negando provimento aos Embargos de Declaração. Em 26/09/2019, proferido despacho, a 1ª Vara Empresarial declina da competência para uma das varas cíveis em observância à redefinição de competência oriunda da Resolução 01/2018, alterada pela resolução 22/2018, pelo que determinou a remessa dos autos à distribuição para redirecionamento. Em 02/10/2019, os autores protocolaram apelação. Em 11/10/2019, processo redistribuído para 7ª Vara Cível. Não há depósito judicial. Em 07/12/2019, a Proquigel apresenta contrarrazões à apelação. Em 18/12/2019, enviado ofício pelo Diretor da Vara ao Setor de Distribuição do TJ/BA para remessa da apelação ao Gabinete do Des. Ivanilton Santos da Silva em razão da prevenção gerada pelo Proc. 0030281-72.2010.805.0001. Em 31/01/2020, apelação distribuída por prevenção ao Des. Ivanilton Santos da Silva, membro da Terceira Câmara Cível do TJ/Ba. Em 13.05.2020 autos remetidos à Procuradoria de Justiça. Em 20.08.2020 os autos foram recebidos pelo Relator.
g. Chance de perda	Possível
h. Impacto em caso de perda do processo	Financeiro

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam seus administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, ou seus investidores ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Na data deste Formulário, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia ou suas Controladas sejam parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Na data deste Formulário, a Companhia e suas controladas não são partes em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Questões Ambientais

Com base na legislação vigente, caso a Companhia e suas subsidiárias causem ou de outra forma sejam consideradas responsáveis por algum dano ou infração ambiental, podem ser responsabilizadas em três esferas distintas e independentes: civil, criminal e administrativa. Tais esferas são assim consideradas, porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais, existindo também a obrigação de reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de dolo ou culpa. A ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente de responsabilidade nas demais.

A CBE assinou, em 17 de dezembro de 2014, um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público do estado de São Paulo ("MPSP") e a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo ("Cetesb") para encerrar os Inquéritos Civis nºs 42/1996 e 08/1998, que tratavam da investigação de passivo ambiental decorrente de contaminação de solo e de águas subterrâneas por produtos químicos. O objetivo desse TAC é promover a recuperação ambiental das áreas contaminadas situadas na planta industrial da CBE.

Além desse TAC, a CBE também é signatária do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental ("TCRA") nº 017592/2016 firmado com a Cetesb, em 26 de fevereiro de 2016 para o plantio de mudas em uma área de 1,56 ha e monitoramento até 2023, como compensação de uma intervenção realizada em área de preservação permanente.

Por possuir natureza de título executivo extrajudicial, se verificado o descumprimento – total ou parcial – dos termos convencionados nesses tipos de acordo, a Companhia poderá estar sujeita a riscos e penalidades, tais como o pagamento de multas, execução judicial do título e, ainda, judicialização de eventuais divergências.

Guerra Fiscal

Conforme descrito no item 4.3 deste Formulário de Referência, somos réus em algumas reclamações fiscais apresentadas pelas autoridades fiscais do Estado de São Paulo para desconsiderar certos créditos fiscais de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre as transações de bens e serviços derivados de transações interestaduais de estabelecimentos nos Estados da Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco. O Estado de São Paulo argumenta que estes Estados concederam benefícios fiscais sem executar acordos com o CONFAZ (como definido abaixo) e, portanto, são inconstitucionais. Este tipo de ação é o resultado da disputa política entre os Estados brasileiros para atrair investidores, e o governo federal brasileiro promulgou a Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, concedendo benefícios a todos os contribuintes no Brasil sujeitos a tais reivindicações fiscais. Além disso, a autoridade tributária responsável pela implementação das regras relativas a benefícios fiscais (Conselho Nacional de Política Fazendária, ou CONFAZ) adotou o Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017, estabelecendo requisitos e prazos para que cada Estado atenda a determinadas condições e determine quais créditos tributários estarão sujeitos a benefícios. Como resultado, os créditos tributários de ICMS serão anulados pelos tribunais brasileiros. Em resposta à Lei Complementar nº 160 e ao Convênio ICMS nº 190, o Estado de São Paulo adotou a Resolução Conjunta nº 1/2019, estabelecendo um processo para o reconhecimento da anulação dos créditos tributários. Como resultado, com base na avaliação do advogado, reclassificamos o risco de perda para estes créditos como remoto em março de 2019. Para mais informações, vide item 4.3 e o fator de risco: "Mudanças em leis tributárias, incentivos e benefícios fiscais ou interpretações diferentes de leis tributárias poderão afetar adversamente os resultados operacionais".

Inquéritos policiais

A Companhia, atualmente, é parte de 2 (dois) inquéritos criminais (Inquérito Policial n° 198/14 e Inquérito Policial n° 93/15) para apuração de suposta prática de crime contra a ordem tributária em virtude de autos de infração, lavrados para cobrança de ICMS, no montante de R$3.603.674,10 e

4.7 - Outras Contingências Relevantes

R$ 3.693.598,48, respectivamente, decorrentes de operações de transferência de mercadoria realizada com a matriz sediada no estado da Bahia. A chance de perda dos inquéritos é remota.

92

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

Em reunião realizada em 10 de agosto de 2021, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram pela aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos ("Política de Gerenciamento de Riscos"), sendo aplicável à Companhia e suas subsidiárias, sendo obrigatória sua observância por seus colaboradores e administradores.

A Política de Gerenciamento de Riscos foi elaborada de acordo com (i) as diretrizes de governança corporativa do estatuto social da Companhia; (ii) o Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ; (iii) as diretrizes e princípios descritos no Código de Conduta da Companhia e (iv) no modelo do COSO-ERM - *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission* ("COSO-ERM").

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos tem como objetivo descrever todas as diretrizes da Companhia para o gerenciamento de risco do negócio, de modo a estabelecer as responsabilidades no processo de gestão de riscos, e possibilitar a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos inerentes às atividades da Companhia.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca obter proteção para todos os riscos identificados no item 4.1 deste Formulário de Referência, sendo certo que os riscos aos quais a Companhia está exposta são analisados sob a ótica de causas e consequências de eventos e classificados em riscos: (i) estratégicos; (ii) de compliance/regulatório; (iii) financeiros; (iv) para as demonstrações financeiras e; (v) operacionais, os quais, de forma conjunta, representam os riscos da Companhia.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

O processo de gestão de risco passa por análise de risco que deve levar em consideração as pessoas, estrutura organizacional, atividades atuais e sistemas de informação que norteiam e suportam todo o processo da Companhia.

A área de Gestão de Riscos e Controles Internos, que se reporta ao Comitê de Auditoria, avalia de forma contínua todos os riscos inerentes e mapeados para a Companhia a fim de analisar qual impacto e probabilidade de ocorrência dentro da Companhia, assim como identificar quais atividades de controle existem para mitigar ou reduzir a possibilidade de materialização dos riscos.

Para a análise, a Companhia define em reunião do Conselho de Administração qual o nível de impacto e probabilidade será trabalhado, estabelecendo regras internas para a definição da proporção de alto, médio e baixo risco que será aplicada, respeitando os seguintes critérios:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

1. Impacto: A Companhia avaliará uma proporção anual do valor monetário que o risco pode ou não provocar, para que facilite a classificação entre alto, médio e baixo. Para isso, o valor material definido em reunião do Conselho de Administração será aplicado com a seguinte premissa:

Projeção do impacto (risco)	Classificação
Até 20% do valor definido pelo conselho	Baixo
Entre 20,1% a 100% do valor definido pelo conselho	Médio
Acima do valor definido pelo conselho	Alto

2. Probabilidade: A Companhia avaliará uma proporção anual da quantidade de incidência da materialização do risco por ano para que facilite a classificação entre alto, médio e baixo. Para isso, a quantidade definida em reunião do Conselho de Administração será aplicada com a seguinte premissa:

Métrica	Referência	Significado
Alto	Evento de risco ocorre uma ou mais de uma vez nos últimos 12 meses, ou seja, é algo recorrente e conhecido da organização.	Provável
Médio	Evento de risco que ocorreu há mais de 1 ano ou há menos de 3 anos	Possível
Baixo	A organização não tem conhecimento da ocorrência ou ocorreu há mais de 3 anos.	Remota

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

3. Nível do risco: Aplicando uma proporção entre as duas variáveis acima detalhadas (Impacto x Probabilidade), a Companhia definirá o grau de priorização da gestão dos riscos, considerando a respectiva estrutura de matriz:

Adicionalmente, o nível de priorização da matriz acima detalhada deverá direcionar a tomada de decisão da Companhia, conforme os seguintes critérios:

Nível do risco	Descrição do nível de risco
Riscos em vermelho	Riscos com maior priorização no plano estratégico e de ação da Companhia. Para orçamento, desembolso de verbas e atuação das áreas afins, deverão ser tratados com maior urgência, priorizando aqueles com maior impacto e probabilidade.
Riscos no amarelo	Riscos com média priorização no plano estratégico e de ação da Companhia. Para orçamento, desembolso de verbas e atuação das áreas afins, deverão ser tratados com atenção, sendo acompanhados mensalmente para avaliar qualquer mudança no nível de risco e priorizando aqueles com maior impacto e probabilidade.
Riscos no verde	Riscos com menor priorização no plano estratégico e de ação da Companhia. Para orçamento, desembolso de verbas e atuação das áreas afins, deverão ser tratados com menor nível de investimento, porém devem ser acompanhados mensalmente a fim de avaliar qualquer mudança de nível de risco, priorizando aqueles com maior impacto e probabilidade.

Combinações a serem aplicadas na classificação do nível de risco:

Impacto	***Probabilidade***	***Classificação***
Baixo	*Baixo*	***Baixo***

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Baixo	*Médio*	***Baixo***
Baixo	*Alto*	***Médio***
Médio	*Baixo*	***Baixo***
Médio	*Médio*	***Médio***
Médio	*Alto*	***Alto***
Alto	*Baixo*	***Médio***
Alto	*Médio*	***Alto***
Alto	*Alto*	***Alto***

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A estrutura de gestão de riscos da Companhia considera a atuação conjunta de todos os membros da Companhia, em seus respectivos níveis hierárquicos. Nesse sentido, diferentes departamentos e áreas da Companhia, de acordo com suas atribuições e funções, são responsáveis por identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos, em conformidade com a Política de Gerenciamento de Riscos. A estrutura de gestão de riscos da Companhia é baseada no COSO-ERM, que recomenda a gestão de riscos por meio do modelo das três linhas de defesa:

(i) 1ª Linha de Defesa: a primeira linha de defesa está associada à linha de frente dos negócios da Companhia e inclui todos diretamente competentes para a execução dos controles e implementação das respostas aos Riscos. Tratam-se dos Diretores, Gestores e Líderes.

(ii) 2ª Linha de Defesa: a segunda linha de defesa refere-se aos responsáveis pelos controles da Companhia, com atribuições para fixar as diretrizes de gestão de riscos e supervisionar o cumprimento destas diretrizes. Nesta categoria estão a Área de Gestão de Riscos e Controles Internos e a área de Compliance, responsáveis pelas funções de riscos corporativos, controles internos e compliance. A Área de Gestão de Riscos e Controles Internos se reporta ao Comitê de Auditoria em relação às atividades relacionadas a gestão de riscos e controles internos, e a área de Compliance reporta ao Comitê de Auditoria, em relação ao programa de integridade. Os membros da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos e da área de Compliance não acumulam atividades operacionais.

(iii) 3ª Linha de Defesa: a terceira linha de defesa refere-se à área de Auditoria Interna, a quem compete avaliar, testar e supervisionar a aderência, conformidade e eficácia do processo de gestão de riscos da Companhia, bem como aferir a qualidade e a efetividade dos controles internos e governança. A área de Auditoria Interna se reporta ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria.

As áreas que compõem a estrutura de gerenciamento de risco estão ilustradas na imagem abaixo:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem competência para monitorar o funcionamento do processo de gestão, acompanhar o perfil de riscos da Companhia e os planos de ação definidos em resposta aos riscos. As competências do Conselho de Administração envolvem:

- Definir o apetite a risco e os objetivos estratégicos a serem aplicados pela Companhia (Regras para definição dos níveis de impacto e probabilidade);
- Estabelece as diretrizes necessárias para atual gestão dos riscos da Companhia;
- Aprovar políticas, diretrizes, limites de exposição e impactos propostos e, em segunda avaliação, o plano e orçamento da área de Auditoria Interna, do Comitê de Auditoria. da área de Compliance e da área de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a Riscos que a Companhia está exposta e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados
- Monitorar a condução das atividades de gerenciamento de riscos e acompanhar os riscos mais significativos com intuito de preservar o valor da organização;
- Avaliar em pauta prévia, mudanças ou atualizações de cada risco, cujos limites já tenham sido aprovados;
- Assegurar, ao Comitê de Auditoria, autonomia operacional e orçamento próprio e suficiente para cobrir despesas com seu funcionamento; e
- Receber, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da Auditoria Interna e da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos, em relação às atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos da Companhia.

Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê de Auditoria da Companhia, órgão autônomo de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Acompanhar e monitorar as atividades desempenhadas pela área de Auditoria Interna, pela área de Compliance e pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos, reportando-as ao Conselho de Administração;
- Avaliar e monitorar, em última instância, as exposições a riscos da Companhia, definindo os parâmetros necessários para monitoramento da Política de Gerenciamento de Riscos e as metas necessárias para a Companhia;
- Avaliar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração planos de ação, a inclusão, avaliação e priorização de riscos, e a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia;
- Aprovar, em primeira avaliação, o plano e orçamento da área de Auditoria Interna para o ano;
- Opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- Avaliar, anualmente, se a estrutura da área de Auditoria Interna e seu orçamento são suficientes ao desempenho de suas funções;
- Monitorar o cumprimento da Política de Gerenciamento de Riscos e avaliar a performance frente aos limites de Risco aprovados; e
- Avaliar a efetividade do modelo de gestão de Riscos e sugerir aprimoramentos no processo, apontando as causas e responsabilidades.

Diretores, Gerentes e Líderes

Como primeira linha de defesa, as Diretores, Gerentes e Líderes têm a atribuição de implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles, além de informar eventuais modificações destes processos, cabendo-lhes:

- Definir as ações a serem tomadas no ambiente funcional a partir da estrutura e filosofia de risco da Companhia;
- Acompanhar o processo de avaliação dos riscos e controles da sua área;
- Monitorar os indicadores de riscos e estratégias para mitigá-los;
- Comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas; e
- Dar cumprimento aos planos de ação.

Área de Gestão de Riscos e Controles Internos

Como parte da segunda linha de defesa, a Área de Gestão de Riscos e Controles Internos exerce as funções de riscos corporativos e controles internos. Os membros da Área de Gestão de Riscos e Controles Internos não exercem atividades operacionais. A Área de Gestão de Riscos e Controles Internos tem competência para:

- Planejar as ações de gerenciamento de riscos necessárias para implementação da Política de Gerenciamento de Riscos;
- Auxiliar as áreas na definição dos impactos dos riscos mapeados e nas ações a serem efetuadas, como também executar o acompanhamento;
- Elaborar parecer sobre a probabilidade de materialização ou não de riscos que podem ocorrer a partir de uma nova ação a ser tomada por um respectivo setor, reportando ao Comitê de Auditoria e, indiretamente, ao Conselho de Administração;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Avaliar de forma contínua, com reporte ao Comitê de Auditoria, todos os riscos inerentes e mapeados para a Companhia a fim de analisar qual impacto e probabilidade de ocorrência dentro da Companhia;
- Receber e avaliar os reportes que lhe tenham sido direcionados sobre transações com partes relacionadas, compartilhando as suas considerações com o Comitê de Auditoria;
- Avaliar, de forma contínua, a estrutura de governança e gerenciamento de riscos da Companhia;
- Implementar e monitorar a estrutura aprovada pelo Conselho de Administração por meio de participações em reuniões táticas e estratégicas, formalização de procedimentos e divulgação de relatórios;
- Implementar e monitorar a estrutura de gerenciamento de riscos com acompanhamento tempestivo das ações que impossibilitem sua materialização;
- Avaliar e definir os controles internos que mitiguem riscos existentes para o negócio, auxiliando a administração no processo de implementação;
- Participar e implementar as demandas solicitadas pelo Comitê de Auditoria; e
- Reportar inconsistência ou desatualização de desenhos de fluxos de processos, normas e procedimentos cujas alterações podem agravar o ambiente de controles.

Área de Compliance

Ainda como parte da segunda linha de defesa, a Área de Compliance é responsável pela implementação e monitoramento do programa de integridade, exercendo funções de compliance. Os membros da Área de Compliance não exercem atividades operacionais. A Área de Compliance tem competência para:

- Implementar políticas, procedimentos e diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Comitê de Auditoria;
- Implementar medidas preventivas e corretivas determinadas pelo Conselho de Administração e/ou pelo Comitê de Auditoria;
- Monitorar e controlar processos internos de conformidades;
- Controlar risco reputacional, due diligence de fornecedores, colaboradores, sócios e clientes;
- Engajar o plano anual de treinamento dos colaboradores da Companhia;
- Gerir o canal de denúncias;
- Realizar treinamentos periódicos sobre integridade para os colaboradores e administradores; e
- Reportar ao Comitê de Auditoria sobre denúncias de violação dos normativos internos da Companhia e leis e regulamentos aplicáveis.

Auditoria Interna

Como terceira linha de defesa, a Auditoria Interna é responsável pela auditoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles e governança. A Auditoria Interna se reporta ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, e provê avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle. Cabe à Auditoria Interna, dentre outras atribuições:

- Aferir a qualidade e efetividade dos processos de gestão de riscos, controles internos e governança, por meio de um acompanhamento mensal da estrutura de risco da Companhia, enviando relatórios mensais para o Comitê de Auditoria;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- Acompanhar o status atual dos riscos da Companhia, assim como, efetuar procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles ou ações desempenhadas para mitigá-los;
- Fornecer relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir que o processo e estrutura de gerenciamento de Riscos esteja sendo devidamente cumprido; e
- Realizar investigações internas.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Nossa administração e diversos órgãos monitoram e avaliam, por meios que consideramos adequados, se as operações que efetuamos estão de acordo com as políticas por nós adotadas e se representam exposição a riscos que comprometam o atendimento dos nossos objetivos.

Em vista de nosso porte, riscos correspondentes e volume de nossas interações com entes públicos e agentes do governo, entendemos que nossa estrutura operacional atual para verificação da efetividade de nossas atividades de gerenciamento de riscos é adequada.

Possuímos Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, destinado a cobrir despesas com seu funcionamento. Ademais, a Companhia deve divulgar, anualmente, relatório resumido do Comitê de Auditoria contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê ao Conselho de Administração.

Além disso, possuímos área de Gestão de Riscos e Controles Internos, responsável por exercer as funções de controles internos e riscos corporativos, auxiliando o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria. Também possuímos área de Auditoria Interna, responsável pela auditoria dos processos de gerenciamento de Riscos, controles e governança da Companhia.

Por tais motivos, entendemos que a estrutura operacional e de controle internos é adequada para verificar a efetividade da Política de Gerenciamento de Riscos e sempre que necessário revisamos nossos códigos e políticas internas para adequá-los e atualizá-los.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

(a) Política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

Conforme descrito no item 5.1, a Companhia adota uma política de gerenciamentos de riscos, com o objetivo de controlar ou mitigar riscos operacionais, estratégicos e regulatórios. Essa política foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia e sua aplicação é monitorada pela área de Gestão de Riscos e Compliance.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

O objetivo da Política de Gerenciamento de Riscos é formalizar e divulgar as diretrizes e responsabilidades a serem observadas para identificação, análise, controle, monitoramento e mitigação dos riscos aos quais a Companhia está exposta.

O processo de gestão de riscos da Companhia é pautado em metodologias internacionais, tais como as orientações do COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management Framework*) e no processo de gestão de riscos sugerido pela norma ISO 31000:2018.

(i) riscos de mercado para os quais se busca proteção

Os riscos de mercado mais relevantes para a Companhia são:

- Risco de Crédito;
- Risco Referente a Contas a Receber de Clientes;
- Risco de Liquidez;
- Risco de Cambial; e
- Risco de Taxa de Juros.

Estes riscos são constantemente monitorados, avaliando-se mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia.

(ii) estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Desde a nossa emissão de bonds em 2018 e em 2019, nosso endividamento é substancialmente em dólar norte-americano. Em decorrência disso, para nos proteger contra a alta volatilidade no mercado da taxa de câmbio, decidimos proteger parte desse endividamento contra a variação da taxa de câmbio, por meio da celebração de contratos de swap cambial, conforme descrito no item (iii) abaixo.

(iii) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Firmamos contratos de *swap*, sendo um no valor de US$200 milhões para dar cobertura à nossa posição principal com relação aos bonds de 2019 com limitadores de taxa de câmbio, com base na taxa de venda de US$ em R$ conforme informado pelo Banco Central (PTAX), para proteger nossa posição principal com relação aos bonds, conforme a seguir:

- **PTAX > R$5,60/US$1,00 (limite alto):** Estamos protegidos até o preço de exercício de R$5,60/US$1,00, a diferença entre o PTAX real acima de R$5,60 e R$5,60 representa um risco cambial para nós.
- **R$4,15/1,00US$ (limite baixo)< PTAX < 5,60 R$/US$ (limite alto):** Estamos totalmente protegidos a R$4,15/US$1,00,
- **PTAX < 4,15 R$/US$ (limite baixo):** Recebemos o benefício da valorização do real entre a PTAX e R$4,15/US$1,00, reduzindo o endividamento em dólar norte-americano.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Ainda, para mitigar o efeito da alta volatilidade do câmbio brasileiro, estruturamos nossa estratégia de hedge cambial para proteção de 100% do Bond com vencimento em 2026, apenas para o principal e no vencimento (2026), nos seguintes termos:

i. Contrato de USD 200 milhões, com limitador baixa em 4,15 R$/US$ e de alta 5,60 R$/US$, com custo financeiro de 100% do CDI menos 3,45%;

ii. Contrato de USD 110 milhões, com limitador baixa em 5,40 R$/US$ e de alta 8,00 R$/US$, com custo financeiro de 63% do CDI;

iii. Dois contratos no total de USD 220 milhões, com limitador baixa em 5,00 R$/US$ e de alta 7,50 R$/US$, com custo financeiro de 61% do CDI;

Exceto pela descrito acima, não éramos, em 30 de junho de 2021, parte de nenhuma transação de derivativos.

(iv) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Estamos expostos aos riscos de mercado oriundos das nossas atividades normais de negócio. Estamos ainda expostos a outros riscos de mercado, que estão além do nosso controle, tais como a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros ou taxas de câmbio venham afetar adversamente o valor dos nossos ativos e passivos financeiros ou fluxos de caixa futuros e ganhos. O risco de mercado é o prejuízo em potencial resultante de mudanças adversas nas taxas e preços de mercado.

Nossa política é a de avaliar o impacto consolidado e potencial dos riscos de mercado e mitigar os riscos avaliados em conformidade como nossa política de gestão de risco. Nossas políticas de gestão de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos que enfrentamos, para definir os limites e controles do próprio risco e monitorar os riscos e estar em conformidade com os limites.

As políticas e sistemas de gestão de risco são revisados com frequência para refletir as mudanças nas condições do mercado e nas nossas atividades. Através das nossas normas e procedimentos de treinamento e administração, buscamos desenvolver um ambiente de controle construtivo e disciplinado, em que os empregados entendam seu papel e obrigações.

(v) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

(vi) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de risco que, por meio dos agentes de Governança, fornece as diretrizes e suporte necessário a área de "Auditoria Interna" e a área de " Gestão de Riscos e Compliance" para o melhor desempenho das suas atividades. Para mais informações vide item 5.1 (b) deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia entende que a atual estrutura operacional, os controles internos e a política para gerenciamento de riscos são adequados e suficientes na atual conjuntura. No entanto, a estrutura, os controles e a política podem aumentar e/ou ficar mais rígidos, se a administração da Companhia julgar necessário.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui uma área de Gestão de Riscos e Controles Internos que realiza o mapeamento dos riscos da Companhia e estabelece com os setores responsáveis as melhorias necessárias para as devidas mitigações.

Este processo é desempenhado via reuniões mensais, acompanhamento dos processos realizados e análise do sistema para garantir que os controles desenhados são efetivos para mitigar os riscos da Companhia.

A Companhia também possui uma estrutura de processos operacionais e financeiros atrelados ao sistema ERP "DataSul" que garante que os registros e informações possuam a integridade devida para as tomadas de decisões dos gestores.

Para garantir que os controles internos mapeados estão aderentes às boas práticas de gerenciamento de riscos, a organização também estrutura um plano de teste elaborado pela área de Auditoria Interna e que deve ser alinhado anualmente com o Comitê de Auditoria para assegurar a efetividades dos controles dentro da organização.

A Companhia possui procedimentos assertivos de fechamento contábil com datas previamente divulgadas, contemplando os seguintes aspectos:

- Bloqueio de lançamentos no sistema para o período avaliado com data previamente divulgada para todos os setores;
- Revisão de lançamentos manuais com critérios previamente estabelecidos e por usuários com alçadas competentes;
- Conciliação de contas patrimoniais e de resultados para avaliar se o registro contábil está condizente com relatores auxiliares e de sistemas;
- Análise de variação de contas para identificar possíveis inconsistências com o padrão da organização; e
- Devida apuração fiscal atreladas as rotinas de contabilidade.

Adicionalmente, como riscos de compliance, a Companhia possui dois sistemas de gestão como a linha de "Canal Aberto" terceirizada pela "Contato Seguro", assim como o software ACL para realização de testes contínuos via relatórios de sistema e análise de dados.

As ações avaliadas sob a perspectiva de compliance são deliberadas pela área de Compliance que responde ao Comitê de Auditoria e é sujeita ao processo de auditoria interna para avaliação da sua eficácia.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia trabalha com as três linhas de defesa para mitigação dos riscos operacionais e financeiros. Para a 1ª linha, existe o trabalho cotidiano das áreas via sistema ERP para assegurar o fluxo correto das informações nos processos de tomada de decisão.

Adicionalmente, para a 2ª e 3ª linha, são estabelecidas as seguintes funcionalidades para o devido gerenciamentos dos Controles Internos:

Função	Descrição das responsabilidades

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Conselho de Administração	1) Define o apetite a risco a ser aplicado pela Companhia (Regras para definição dos níveis de impacto e probabilidade); 2) Estabelece as diretrizes necessárias para atual gestão dos riscos da Companhia; e 3) Aprova políticas, diretrizes, e, em segunda avaliação, o plano e orçamento da área de Auditoria Interna.
Diretores, Gerentes e Líderes	Além de outras atribuições: 1) Define as ações a serem tomadas no ambiente funcional a partir da estrutura e filosofia de risco da Companhia; 2) Acompanha o processo de avaliação dos riscos e controles da sua área; e 3) Monitora os indicadores de riscos e estratégias para mitigá-los.
Comitê de Auditoria	1) Acompanha e monitora as atividades desempenhadas pela área de Auditoria Interna, pela área de Compliance e pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos; 2) Avalia e monitora, em última instância, as exposições a risco da Companhia, definindo os parâmetros necessários para monitoramento da Política e as metas necessárias para a Companhia; 3) Avalia, monitora e recomenda ao Conselho de Administração planos de ação, a inclusão, avaliação e priorização de riscos, e a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia; 4) Aprova, em primeira avaliação, o plano e orçamento da área de Auditoria Interna para o ano; 5) Opina na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; e 6) Avalia as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras.
Área de Gestão de Riscos e Controles Internos	Além de outras atribuições: 1) Planeja as ações necessárias para implementação da Política de Gerenciamento de Riscos; 2) Auxilia as áreas na definição dos impactos dos riscos mapeados e nas ações a serem efetuadas, como também executa o acompanhamento; 3) Elabora parecer sobre a probabilidade de materialização ou não de riscos que podem ocorrer a partir de uma nova ação a ser tomada por um respectivo setor; e 4) Avalia de forma contínua, com reporte ao Comitê de Auditoria, todos os riscos inerentes e mapeados para a Companhia a fim de analisar qual impacto e probabilidade de ocorrência dentro da Companhia.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

Auditoria Interna	1) Afere a qualidade e efetividade dos processos de gestão de riscos, controle e governança, por meio de um acompanhamento mensal da estrutura de risco da Companhia, enviando relatórios mensais para o Comitê de Auditoria; e 2) Acompanha o status atual dos riscos da companhia, assim como, efetua procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles ou ações desempenhadas para mitigá-los.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Conforme mencionado no item "b" acima, a Companhia possui as respectivas áreas divididas entre a 1º, 2º e 3º linha de defesa:

1ª Linha: Diretores, Gerentes e Líderes das Áreas de Negócio que atuam na gestão dos processos e fluxos de informações através do sistema ERP ou controles manuais.

2ª Linha: Área de Gestão de Riscos e Controles Internos que responde diretamente ao Comitê de Auditoria, realizando o mapeamento dos riscos e revisão dos desenhos dos controles.

3ª Linha: Área de Auditoria Interna que responde diretamente o Comitê de Auditoria, elaborando e desempenhando o plano de teste anual para assegurar a efetividade dos controles internos.

As áreas da 2ª e 3ª linha mencionadas acima respondem diretamente ao Comitê de Auditoria, que se reporta ao Conselho de Administração.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os auditores independentes emitiram um relatório de recomendações sobre os controles internos da Companhia. Os procedimentos efetuados pelos auditores independentes foram limitados a obtenção do entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e planejamento dos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de opinar sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. As deficiências classificadas como significativas pelos auditores externos foram:

Situação observada	Recomendação
Ausência de revisão sobre lançamentos manuais: "*durante os trabalhos da auditoria na data base de 31 de dezembro de 2020, notamos que as alterações/ajustes manuais sem a devida justificativa não possuem evidência de revisão sobre os lançamentos registrados*".	Recomendou-se que a Companhia obtenha evidência de revisão sobre quaisquer lançamentos originados de forma manual no sistema, assegurando maior confiabilidade nos registros contábeis.
Ausência de revisão e aprovação da análise de realização dos impostos diferidos: "*durante os trabalhos na data base de 31 de dezembro de 2020, verificamos que a Companhia realiza os*	Apesar de a Companhia possui processo de revisão interna das projeções futuras através de e-mails, recomendou-se que essas aprovações sigam um fluxo der aprovação formal, através de

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

estudos sobre a recuperabilidade dos impostos diferidos, considerando além dos orçamentos/budgets mas também premissas externas à empresa, com base no atual cenário do mercado. Identificamos que a análise de recuperabilidade dos impostos diferidos advindo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL não possui evidência de revisão e aprovação da administração sobre o planejamento apresentado, bem como sobre premissas utilizadas para análise".	uma reunião interna e/ou outro método adotado pela Companhia, a fim de assegurar a revisão e aprovação da Administração sobre tais informações.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Situação observada	Comentários da administração
Ausência de revisão sobre lançamentos manuais	Existe uma revisão dos principais lançamentos manuais pela administração mensal em reunião para fechamento de balanço com a diretoria. Esta revisão, no entanto, não era formalizada para fins de auditoria. No primeiro trimestre de 2021, a administração implementou um processo de formalização da revisão dos principais lançamentos manuais seguindo critérios objetivos com uma hierarquia de aprovação para cada intervalo de valor definido em política.
Ausência de revisão e aprovação da análise de realização dos impostos diferidos	A base das projeções de longo prazo é o orçamento do ano seguinte e suas premissas, ambos aprovados formalmente pela alta administração e pelo Conselho da Unigel. Em relação à projeção de longo prazo, esta é aprovada pelo diretor de controladoria e pelo vice-presidente de finanças via e-mail com a área de planejamento, consequentemente, após esta etapa as informações são liberadas para a auditoria.

5.4 - Programa de Integridade

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui uma Área de Compliance que elabora e operacionaliza o programa de integridade da Companhia. Para a garantia da organização que os seus processos apresentam a conformidade adequada, a Companhia possui as seguintes práticas:

1) Gerenciamento do mapa de riscos via reunião mensal com as áreas com a análise de riscos de conformidades;
2) Acompanhamento de todos os relatos do Canal Aberto de forma independente, atuando com o protocolo de atendimento aprovado pelo Conselho de Administração;
3) Para os relatos existentes, a área de Compliance delibera as ações e as reporta ao Comitê de Auditoria;
4) Para evitar conflitos de funções sobre os relatos, as denúncias são direcionadas por grau de independência. Todos os temas devem ser discutidos com a área de Compliance com exceção de pontos referentes a pares ou pessoas com cargos acima dos seus membros. Estes relatos serão discutidos com membros do comitê com maior hierarquia.

   Adicionalmente, pontos referentes aos membros com maior hierarquia, serão debatidos com o Conselho de Administração via membro representante para assuntos de Ética e Compliance;
5) As políticas e procedimentos de Integridade, assim como o código de conduta, são comunicados e treinados anualmente sob responsabilidade da área de Compliance.

Visando estabelecer o devido grau de independência da área de Compliance, esta se reporta ao Comitê de Auditoria, órgão independente e de assessoramento ao Conselho de Administração.

A Companhia também possui Código de Ética e Conduta, que norteia as diretrizes para as ações do cotidiano da Companhia.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Atualmente, a área de Compliance atua, conforme atribuições descritas no item 5.1(b)(iii), com reuniões mensais nas quais são discutidos os encaminhamentos adotados para os relatos do Canal Aberto ou outros temas atrelados a riscos de conformidade. A área de Compliance se reporta ao Comitê de Auditoria.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Sim, a Companhia possui um Código de Ética e Conduta.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

5.4 - Programa de Integridade

O Código de Ética e Conduta se aplica a todos os colaboradores da Companhia, incluindo estagiários, aprendizes, acionistas, conselheiros, diretores, clientes, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos governamentais com interação com a nossa organização.

O objetivo do Código é servir como Guia Prático de Conduta Profissional, a ser utilizado nas relações internas e externas da Unigel, e uma das suas principais finalidades é promover os princípios éticos da organização, bem como a sua cultura organizacional. O cumprimento das boas práticas eleva o nível de confiança e, como consequência, o valor de dois dos principais ativos intangíveis da Companhia: reputação e imagem. No código, é possível observar os princípios da organização, que devem sempre ser aplicados no dia a dia, por todos os seus colaboradores. São eles:

I. Valorizar a Companhia, sua marca e imagem, em todas as ações e iniciativas;

II. Combater fortemente a corrupção e ser referência na proteção da confidencialidade e na defesa de quaisquer outros princípios firmados no Código;

III. Respeitar e proteger os direitos humanos e ser referência no combate à discriminação;

IV. Atuar de forma proativa para a erradicação do trabalho infantil e do trabalho forçado;

V. Posicionar-se de forma ética e honesta, pois cada um é responsável pelos seus atos e estes impactam de forma positiva ou negativa toda a organização;

VI. Incentivar a colaboração e a transparência em todos os processos internos e a confiança mútua nas interações dentro da organização;

VII. Valorizar a iniciativa, o foco no resultado, a interação construtiva e objetiva entre colaboradores, setores, fornecedores, clientes, comunidade e governo, de forma ética e efetiva ao desenvolvimento da sociedade;

VIII. Proporcionar um ambiente sadio ao aprimoramento profissional de forma contínua e a todos que estejam envolvidos com a organização;

IX. Ter responsabilidade, integridade e pensamento de prevenção na execução de ações com impacto socioambientais;

X. Ter abordagens consistentes e obstinadas ao alcance da excelência em segurança do trabalho e segurança de processo.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

A Companhia realiza, por meio da área de Compliance, treinamentos anuais para os seus colaboradores, incluindo administradores, sobre a aplicação das disposições do presente Código de Ética e Conduta. Além dos treinamentos anuais, a Companhia também divulga o código de forma digital no seu site no link: https://www.unigel.com.br/wp-content/uploads/2018/02/unigel_codigo_etica_conduta.pdf.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Ética e Conduta da Companhia prevê que os colaboradores deverão respeitar não apenas o Código, mas também as leis, as políticas da Companhia e legislação aplicável, sendo que as violações aos princípios éticos, ao Código e às leis aplicáveis sujeitarão os infratores à aplicação de medidas disciplinares, como advertência, suspensão ou demissão e, ainda, todas as medidas legais cabíveis para o caso. As sanções serão determinadas pela área de Compliance, mediante consulta e reporte ao Comitê de Auditoria.

5.4 - Programa de Integridade

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética e Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de agosto de 2021, e está disponível em https://www.unigel.com.br/wp-content/uploads/2018/02/unigel_codigo_etica_conduta.pdf.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal de ética, que é operado por empresa terceirizada, sendo possível acesso via https://www.contatoseguro.com.br/unigel, pelo aplicativo Canal Aberto em tablets ou por meio do telefone 0800 601 8651.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

Por meio deste canal, nomeado como Canal Aberto, todos os colaboradores, clientes e fornecedores e outras partes interessadas poderão expor suas denúncias, sugestões, reclamações e elogios.

O canal está disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana no número 0800 601 8651, sendo a ligação gratuita de telefone fixo ou celular.

O contato também pode ser feito pelo site https://www.contatoseguro.com.br/unigel ou pelo aplicativo Canal Aberto em tablets e smartphones. Todas as condutas inadequadas ao ambiente de trabalho serão imediatamente investigadas.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

O Código de Ética e Conduta da Companhia garante o anonimato e a não retaliação aos denunciantes de boa-fé.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A área de Compliance é responsável pela apuração e tratamento de denúncias recebidas, nos termos do Código de Ética e Conduta, por meio dos canais de denúncia disponíveis, reportando-as ao Comitê de Auditoria.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia não possui procedimentos formalizados para identificação de vulnerabilidades em processos de fusão, aquisição e reestruturação societária, mas tem como premissa sempre a realização de Due Diligence para qualquer processo de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.5 - Alterações significativas

Não há alterações significativas nos principais riscos acompanhados pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia aprovou em 10 de agosto de 2021, a Política de Gerenciamento de Riscos descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência. Na mesma data, o Conselho de Administração da Companhia reformou seu Código de Ética e Conduta para incluir as disposições obrigatórias do Novo Mercado, conforme disposto no item 5.4 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes com relação a este item 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	19/08/2002
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

A Proquigel Química Ltda., primeira empresa do nosso grupo, foi fundada em São Paulo em 1966. Seguindo o padrão das maiores companhias de produtos químicos globais, nosso pilar fundamental foi o desenvolvimento da nossa própria tecnologia de propriedade exclusiva para a polimerização de suspensão, nossa produção pioneira de resinas de PMMA e nossa produção de poliestireno.

Inicialmente, produzimos resinas de PMMA[1] e SAN[2] em uma pequena instalação em São Paulo. Em 1973, começamos a produzir poliestireno e transferimos nossas operações para uma instalação industrial em São Bernardo do Campo, em São Paulo. Em 1979, expandimos nossas operações para a Bahia, onde produzimos um vasto portfólio de resinas termoplásticas e intermediários dos produtos químicos. Após décadas de desenvolvimento dos produtos e da tecnologia, começamos a integrar nossas cadeias de produção de acrílicos e estirênicos por meio de diversas aquisições: a Companhia Brasileira de Estireno, em 1984, para a produção de estireno; a Metacril S.A., em 1992, para a produção de MMA e chapas acrílicas; e a Acrinolonitrila do Nordeste S.A., ou Acrinor (a qual foi cindida em 1º de novembro de 2019, sendo incorporada pela Unigel e CBE), em 1997, para a produção de acrilonitrila. Em 1997, começamos a operar uma planta de resina de PMMA no nosso complexo de acrílicos na Bahia, e vendemos todas as nossas operações de resinas de ABS e SAN, na Bahia, para a Bayer. Em 2002, a Companhia foi constituída.

Após uma consolidação bem-sucedida dos nossos negócios de estirênicos e acrílicos, expandimos nosso negócio de acrílicos internacionalmente através da aquisição, em 2006, da Plastiglas, no México, onde atualmente produzimos chapas acrílicas *cell cast*. Em 2007, também adquirimos nossas plantas de MMA e ácido sulfúrico no México, arrendamos uma planta de sulfato de amônio e nos associamos à Pemex para reativar a sua planta de acrilonitrila e produzir o HCN necessário para suprir nossa unidade de produção de MMA. Em 2008, adquirimos uma planta de estireno da Dow Chemical em Camaçari, Bahia.

Em 2009, adquirimos uma planta de poliestireno em São José dos Campos, São Paulo. Em 2010, concluímos nosso projeto de expansão da capacidade de acrílicos, aumentando a produção de metacrilatos e de sulfato de amônio. Em dezembro de 2010, também adquirimos uma planta de poliestireno situada no complexo petroquímico da Dow Chemical, na cidade do Guarujá, estado de São Paulo.

Após nossos investimentos em crescimento orgânico e a compra de instalações de produção relacionadas, começamos a revisar nosso posicionamento estratégico no ano de 2010, o que resultou no fechamento de algumas de nossas fábricas e desinvestimentos de nossas operações não centrais motivados por oportunidades de baixo custo para promover nossa integração vertical nos anos que sucederam.

Em 2016, concluímos a expansão da nossa planta de cianeto de sódio na Bahia. Em outubro de 2016, paramos nossa produção de MMA no México e começamos a usar o MMA importado das nossas instalações no Brasil nas nossas unidades operacionais mexicanas para a produção de chapas acrílicas. Em 2017, arrendamos e começamos a operar uma planta de látex situada na unidade de petroquímicos da Dow Chemical na cidade do Guarujá, estado de São Paulo. Como parte da nossa redução de dívida, em 2017, paramos de investir na nossa Atividade de Embalagem, tendo descontinuado as atividades de tal segmento após a venda de participação na Polo Indústria e Comércio Ltda.

Em 2018, concluímos um projeto de eliminação de gargalos que aumentou a nossa capacidade de estireno em 30.000 toneladas. Em 2019, convertemos com sucesso nossa planta de MMA no México para produzir EMA.

[1] Poli(metacrilato de metila) - Acrílico
[2] Estireno Acrilonitrilo

6.3 - Breve Histórico

Em 2019, após lograr-se vencedora do certame licitatório nº 001/2019 da Petrobras, a Companhia, por meio de sua controlada Proquigel, realizou o arrendamento industrial de duas plantas de fertilizantes nitrogenados da Petrobras, localizadas no estado da Bahia e de Sergipe, as FAFEN-BA e FAFEN-SE, o que corresponde a uma capacidade anual instalada de 2,6 milhões de toneladas de produtos nitrogenados (ureia, amônia, sulfato de amônio e ARLA). As plantas são de propriedade da Petrobras e foram arrendadas pela controlada Proquigel por 10 anos, contados a partir da transferência da posse das referidas unidades industriais da Petrobras para Proquigel, que ocorreu em agosto de 2020.

O contrato de arrendamento industrial de FAFEN-BA contém uma cláusula de promessa de subarrendamento do Terminal Marítimo de Amônia ("TMA") e do Terminal Marítimo de Ureia ("TMU"), que compõe o Terminal de Granéis Sólidos ("TGS") no Porto Organizado de Aratu-Candeia, em Candeias - BA, cuja posse, operação e exploração são garantidos a Petrobras por meio do Contrato de Arrendamento nº 031/2001[3]. Apesar de não ser essencial para as atividades da Companhia e da controlada Proquigel, o subarrendamento do TGS trata-se de uma estratégia comercial para captação de matéria prima, pois essas instalações portuárias serviram de suporte logístico à produção do complexo industrial, para armazenamento e escoamento da amônia e areia – fertilizantes da FAFEN-BA.

O processo para subarrendamento dos terminais marítimos iniciou em outubro de 2019 e a Companhia das Docas do Estado da Bahia ("CODEBA"), a Coordenação-Geral de Contratos I da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários e a Consultoria Jurídica do Ministério da Infraestrutura ("CONJUR-Minfra") opinaram favoravelmente ao pleito do subarrendamento. Com base nas recomendações do CONJUR-MINFRA, as partes prepararam a minuta de Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 031/2001, objetivando o subarrendamento do TMU e TMA. Em 26 de maio de 2021 o Termo Aditivo foi celebrado entra a União, por intermédio do MInfra, a Petrobras e a controlada Proquigel, com a interveniênciada ANTAQ e da CODEBA. O subarrendamento terá a mesma vigência Contrato de Arrendamento Portuário nº 031/2001 (até dezembro de 2026, prorrogável por um novo período de 25 anos) ou o dia de encerramento do contrato de arrendamento industrial da FAFEN-BA (agosto de 2030, prorrogável por um período de até 10 anos), o que ocorrer primeiro. Tendo em vista que o Contrato de Arrendamento nº 031/2001, firmado entre a Petrobras e a CODEBA em dezembro de 2001, possui seu termo final em 2026, ou seja, data anterior ao término da vigência inicial do contrato de arrendamento industrial de FAFEN-BA, a partir de 28 de dezembro de 2026, a vigência do subarrendamento ficará condicionada ao deferimento de prorrogação do Contrato de Arrendamento nº 031/2001 pelo Poder Concedente (MInfra).

Também em 2020, expandimos nossa unidade de produção de Ocoyacac no México, com uma nova planta de chapas acrílicas por extrusão com capacidade de produção de 5.000 toneladas / ano. O equipamento desta planta foi adquirido em 2008, mas não foi instalado até 2020. Em dezembro de 2020, iniciamos a produção em escala piloto nesta planta e pretendemos tê-la integralmente operacional em 2021.

Em janeiro de 2021, a Companhia retomou as atividades da planta de fertilizantes localizada na cidade de Laranjeiras em Sergipe e a partida da planta localizada na cidade de Camaçari na Bahia, em abril deste mesmo ano.

[3] O objeto do Contrato de Arrendamento nº 031/2001, assinado em 28 de dezembro de 2001, é a exploração de instalações portuárias constituídas de uma área de 45 mil m² no Porto Organizado de Aratu-Candeia, destinada à armazenagem e à movimentação de granéis sólidos, líquidos e liquefeitos, especialmente, amônia e ureia. O prazo de arrendamento foi definido em 25 anos, com possibilidade expressa de prorrogação contratual por até igual período desde que solicitado com, pelo menos, 12 meses antes do término da vigência contratual.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

VISÃO GERAL

Somos uma indústria brasileira com portfólio diversificado de produtos químicos intermediários, com posição de liderança em produção e comercialização de estirênicos e acrílicos na América Latina, com base em dados da IHS Markit ("IHS"). Além disso, nos tornamos em 2021 o único produtor em atividade com capacidade instalada para fabricar e distribuir ureia, importante fertilizante nitrogenado, em escala industrial no Brasil, com a operação de duas fábricas arrendadas para nós pela Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras").

Nosso histórico operacional começou em 1966, quando iniciamos a produção de resinas termoplásticas com tecnologia proprietária no estado de São Paulo, Brasil. Ao longo de mais de cinco décadas, evoluímos nosso modelo de negócio e expandimos nossas capacidades e competências operacionais e comerciais. Atualmente, nossas operações são verticalmente integradas, com diversas instalações industriais no Brasil e no México.

Em 30 de junho de 2021, tínhamos a segunda maior capacidade nominal de produção de estireno e poliestireno na América Latina, com base em dados da IHS, consultoria de renome na indústria petroquímica. Também em 30 de junho de 2021, de acordo com a IHS, éramos o único produtor de acrilonitrila e MMA na América Latina. Além disso, com a operação das duas fábricas de fertilizantes nitrogenados arrendadas para nós localizadas na Bahia e em Sergipe, somos o maior produtor de amônia e o único produtor de ureia no Brasil com base em dados da IHS, e esperamos nos tornar líderes de venda neste segmento de mercado ao longo dos próximos anos.

Operamos diversas fábricas de produtos químicos no Brasil (localizadas nos estados da Bahia, Sergipe e São Paulo) e no México (localizadas nos estados do México, San Luis Potosi e Veracruz), estrategicamente posicionadas perto (i) dos complexos petroquímicos, de onde recebemos nossas principais matérias-primas, (ii) de nossos principais mercados consumidores e (iii) de terminais marítimos que facilitam tanto a exportação dos nossos principais produtos como a importação de algumas das nossas matérias-primas. Com um portfólio bastante diversificado, oferecemos produtos essenciais a clientes de uma ampla gama de indústrias, incluindo construção civil, automotiva, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, agricultura, têxtil, mineração, embalagens e a indústria de cuidados com a saúde.

Nas últimas cinco décadas, desenvolvemos relacionamentos sólidos com aqueles que acreditamos serem os maiores fornecedores e clientes finais da indústria petroquímica na América Latina, construímos instalações modernas com tecnologia avançada, e desenvolvemos tecnologia de propriedade exclusiva para fornecer aos nossos clientes soluções e produtos inovadores.

Implementamos, ainda, o Centro de Inovação e Tecnologia Unigel ("CITU"). Este centro possui laboratórios e plantas-piloto para apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de novos processos e produtos e a melhoria dos já existentes, buscando sempre o desenvolvimento sustentável. Nossos esforços de inovação nos permitiram desenvolver novos produtos e soluções como, por exemplo, os plásticos Ecogel, os fertilizantes Aquagel e o ácido metacrílico glacial (GMAA). O Ecogel® foi lançado em outubro de 2020 com o objetivo de englobar os produtos do nosso portfólio que utilizam materiais reciclados pós-consumo como matéria-prima. Acreditamos que este é um passo estratégico e importante para nos posicionarmos como um fornecedor de soluções sustentáveis para várias indústrias, contribuindo para o desenvolvimento da economia circular nos nossos segmentos de atuação. O Aquagel é um fertilizante desenvolvido a partir de resíduos gerados na cadeia produtiva do segmento de Acrílicos, que se tornou um produto após diversos testes que provaram sua eficácia agronômica.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Com o nosso desenvolvimento tecnológico, acreditamos ser o único produtor de ácido metacrílico glacial (GMAA) na América Latina. O produto complementa o portfólio de soluções para o mercado de revestimentos e acreditamos que nos posicionará para substituir as importações do produto pelas indústrias consumidoras no Brasil. A inovação desenvolvida pela Unigel no CITU é orientada para soluções ecologicamente corretas, mantém o parque industrial da Companhia tecnologicamente atualizado e permite o desenvolvimento de produtos adequados à demanda da indústria brasileira.

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, nossa receita líquida consolidada foi de R$ 3.260,5 milhões e R$ 1.207,8 milhões, respectivamente, e o resultado líquido dos mesmos períodos foram de lucro líquido de R$ 597,3 milhões e prejuízo líquido de R$ 244,2 milhões, respectivamente, enquanto nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a receita líquida consolidada foi de R$ 3.233,2 milhões, R$ 3.322,7 milhões e R$ 3.393,8 milhões, respectivamente, e o resultado do exercício foi de prejuízo líquido de R$ 7,0 milhões, lucro líquido de R$ 27,3 milhões e prejuízo líquido de R$ 31,8 milhões, respectivamente. Ainda, nosso EBITDA Ajustado foi de R$ 864,1 milhões e R$ 165,4 milhões, respectivamente, nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020 e de R$ 550,8 milhões, R$ 420,1 milhões e R$ 420,3 milhões, respectivamente, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

De forma simplificada, nossos três segmentos de negócios são: Estirênicos, Acrílicos e Agro.

Segmento de Estirênicos ("Estirênicos")

O segmento de estirênicos, voltado primordialmente ao mercado doméstico, consiste na produção e venda de estireno, poliestireno e látex, utilizados principalmente na produção de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, materiais utilizados na construção civil, em embalagens e em descartáveis plásticos. Nossos produtos estirênicos também são vendidos a fabricantes e conversores de produtos químicos. No período de seis meses findos em 30 de junho de 2021, a receita líquida proveniente do segmento de Estirênicos totalizou R$ 1.598,4 milhões, representando 49,0% da nossa receita líquida consolidada. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 a receita líquida proveniente do segmento de Estirênicos totalizou R$ 1.672,9 milhões, R$ 1.796,0 milhões e R$ 1.687,1 milhões, representando, respectivamente, 51,7%, 54,1% e 49,7% da nossa receita líquida consolidada, respectivamente.

Fabricamos nossos produtos estirênicos nos complexos de produção situados no Brasil (nos estados da Bahia e São Paulo):

- ***Bahia:*** Operamos uma unidade de produção em Camaçari, onde fabricamos etilbenzeno e estireno. Em 2018, concluímos investimentos que aumentaram nossa capacidade de produção anual de estireno em 30.000 toneladas. Com isso, em 30 de junho de 2021, nossas unidades produtivas de Estirênicos localizadas na Bahia contavam com uma capacidade de produção nominal combinada anual de 330.000 toneladas de etilbenzeno e 190.000 toneladas de estireno. O etilbenzeno é produzido e utilizado como matéria-prima nas plantas de estireno da Unigel, localizadas em Camaçari (BA) e Cubatão (SP). Parte do estireno produzido em Camaçari é utilizada como matéria-prima nas nossas plantas de poliestireno e látex, situadas no estado de São Paulo.
- ***São Paulo*:** Operamos instalações industriais situadas em três diferentes municípios no estado de São Paulo: Cubatão, São José dos Campos e Guarujá. Fabricamos estireno em nossa instalação industrial situada no complexo petroquímico de Cubatão, próximo ao porto de Santos, um dos principais portos da América Latina. Em São José dos Campos, operamos uma planta de poliestireno localizada no parque industrial da Bayer. Também operamos uma planta de poliestireno e uma planta de látex situadas na unidade de petroquímicos da Dow Chemical em Guarujá, próxima ao porto de Santos.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Em 30 de junho de 2021, nossas unidades industriais localizadas em São Paulo apresentavam uma capacidade de produção nominal combinada anual de 120.000 toneladas de estireno, 310.000 toneladas de poliestireno (incluindo 70.000 toneladas da planta de São José dos Campos que encontram-se ociosas na data deste Formulário de Referência) e 42.000 toneladas de látex.

Segmento de Acrílicos ("Acrílicos")

Nosso negócio de acrílicos, voltado primordialmente a mercados internacionais, contempla quatro subdivisões:

- ***Nitrilas:*** baseado na cadeia de produção da acrilonitrila, consiste principalmente na produção e venda de acrilonitrila e acetonitrila.
- ***Metacrilatos:*** consiste principalmente na produção e venda de metil-metacrilato (MMA), etil-metacrilato (EMA) e ácido metacrílico (GMAA).
- ***Chapas Acrílicas:*** concentra as principais operações mexicanas, com a produção e venda de chapas acrílicas *cast*.
- ***Cianeto de sódio***: Consiste na produção e venda de cianeto de sódio, utilizado principalmente na indústria de mineração de ouro e prata como uma alternativa mais segura ao mercúrio. Temos capacidade para produção de cianeto de sódio em base líquida (solução) e em base sólida.

Até 31 de dezembro de 2020, o segmento de Acrílicos incluía, também, uma subdivisão de fertilizantes, que consistia principalmente na produção e venda do sulfato de amônio obtido como coproduto da cadeia produtiva de acrílicos na nossa planta localizada em Candeias. Desde 1º de janeiro de 2021, os resultados relacionados a esta subdivisão passaram a ser reportados no segmento Agro (conforme definido abaixo), em função da maior representatividade do negócio de fertilizantes na Unigel, conforme detalhado mais adiante.

Nossos produtos acrílicos são vendidos principalmente para fabricantes e conversores de produtos químicos. No período de seis meses findos em 30 de junho de 2021, já desconsiderando a operação de fertilizantes, a receita líquida proveniente do segmento de Acrílicos totalizou R$ 1.401,4 milhões, representando 43,0% da nossa receita líquida consolidada. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, quando a operação de fertilizantes ainda integrava este segmento, a receita líquida proveniente do segmento de Acrílicos totalizou R$ 1.560,3 milhões, R$ 1.526,7 milhões e R$ 1.706,7 milhões, representando 48,3%, 45,9% e 50,3% da nossa receita líquida consolidada, respectivamente.

Fabricamos nossos produtos acrílicos nos complexos de produção situados no Brasil (estado da Bahia) e no México (estados do México e San Luis Potosí):

- ***Brasil:*** Operamos unidades de produção localizadas em dois municípios – Camaçari e Candeias – produzindo nitrilas (acrilonitrila e acetonitrila), metacrilatos (MMA, EMA e GMAA), chapas e resinas acrílicas, e cianeto de sódio, bem como produtos intermediários que são exclusivamente utilizados nos nossos processos de produção, tais como ACH e HCN. Além disso, produzimos sulfato de amônio, utilizado como fertilizante e apresentado a partir de 1º de janeiro de 2021 no segmento Agro, no complexo de Candeias. Devido à localização estratégica das nossas instalações e ao nosso modelo de negócio verticalmente integrado, nossas unidades de produção na Bahia fornecem MMA para nossa produção mexicana de chapas acrílicas. Em 30 de junho de 2021, nossas unidades de produção na Bahia apresentaram uma capacidade de produção nominal combinada anual de 100.000 toneladas de acrilonitrila, 95.000

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

toneladas de metacrilatos e 36.000 toneladas de cianeto de sódio (considerando apenas solução).

- ***México:*** Operamos duas plantas de chapas acrílicas no México, situadas em Ocoyoacac, no estado do México e em San Luis Potosí, no estado de San Luis Potosí, e uma fábrica de chapas acrílicas extrudadas localizada em Ocoyoacac. Em 30 de junho de 2021, nossas unidades mexicanas de produção apresentavam uma capacidade de produção nominal combinada anual de 18.000 toneladas de chapas acrílicas *cell cast* e 5.000 toneladas para chapas acrílicas extrudadas. Também temos uma planta de ACH em Coatzacoalcos, estado de Veracruz, uma planta de metacrilatos (MMA e EMA) localizada em Cosoleacaque, estado de Veracruz e uma planta de ácido sulfúrico também em Cosoleacaque, estado de Veracruz, todas atualmente ociosas.

Segmento Agro ("Agro")

Desde janeiro de 2021, dada a relevância do segmento de fertilizantes em relação ao grupo consolidado, criamos um novo segmento de negócios, denominado "Agro", que consolida os resultados da nossa operação já existente de fertilizantes, junto com as operações das plantas de fertilizantes nitrogenados arrendadas da Petrobras, ampliando as sinergias operacionais entre os segmentos.

Produzimos nossos produtos Agro nos complexos de produção de fertilizantes nitrogenados situados no Brasil, nas cidades de Laranjeiras, estado de Sergipe, e de Camaçari e Candeias, estado da Bahia.

- ***Laranjeiras (Sergipe):*** Operamos unidades de produção localizadas em Laranjeiras, produzindo amônia, ureia e sulfato de amônio. Em 30 de junho de 2021, nossas unidades de produção de Agro localizadas na Bahia apresentaram uma capacidade de produção nominal combinada anual de 450.000 toneladas de amônia, 650.000 toneladas de ureia e 320.000 toneladas de sulfato de amônio.
- ***Camaçari (Bahia)***: Operamos unidades de produção localizadas em Camaçari, produzindo amônia, ureia e Agente Redutor de Líquido Automotivo (ARLA). Em 30 de junho de 2021, nossas unidades de produção de Agro localizadas na Bahia apresentaram uma capacidade de produção nominal combinada anual de 475.000 toneladas de amônia, 475.000 toneladas de ureia e 220.000 toneladas de ARLA.
- ***Candeias (Bahia)*****:** No complexo de acrílicos em Candeias, utilizamos resíduos da cadeia produtiva do segmento de Acrílicos para produção de sulfato de amônio, utilizado como fertilizante. Em 30 de junho de 2021, nossa capacidade de produção nominal anual de sulfato de amônio (considerando apenas sulfato granulado) em Candeias foi de 350.000 toneladas.

O mapa abaixo apresenta a localização e a capacidade de produção nominal anual (em toneladas por exercício) dos principais produtos nas nossas unidades de produção em 30 de junho de 2021:

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Principais indicadores operacionais e financeiros

As tabelas a seguir apresentam o resumo das nossas principais informações financeiras e operacionais consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e para os períodos de seis e doze meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020. Para informações mais detalhadas sobre as demonstrações contábeis, vide seção 10 deste Formulário de Referência.

	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Período de 12 meses findo em 30 de junho de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Informações Financeiras	**2021**	**2020**	**2021(1)**	**2020**	**2019**	**2018**
	(em milhões de reais, exceto %)					
Receita líquida						
Estirênicos	1.598,4	664,3	2.607,0	1.672,9	1.796,0	1.687,1
Acrílicos	1.401,4	489,3	2.472,4	1.560,3	1.526,7	1.706,7
Agro	341,0	54,2	286,8	-(7)	-(7)	-(7)
Eliminações	-80,3	0,0	-80,3	0	0	0
Total da Receita Líquida	**3.260,5**	**1.207,8**	**5.285,9**	**3.233,2**	**3.322,7**	**3.393,8**
Lucro bruto	851,2	100,7	1.254,7	**497,1**	372,9	440,2
Lucro (prejuízo) líquido do período	708,7	(244,1)	834,5	**(7,0)**	27,3	(31,8)
EBITDA(2)	1.102,4	126,6	1.315,4	498,5	423,0	397,3
EBITDA Ajustado(3)	864,1	165,3	1.249,6	550,8	420,0	420,3
Margem EBITDA Ajustado(4)	26,5%	13,7%	23,6%	17,0%	12,6%	12,4%
Dívida Líquida (com hedge)(5)	2.177,5	1.865,9	2.177,5	1.749,6	1.402,1	1.320,4
Dívida Líquida (com hedge) /EBITDA Ajustado(6)	n.a.	n.a.	1,74x	3,19x	3,34x	3,14x

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

(1) As métricas referente ao período de doze meses findo em 30 de junho de 2021 foram calculadas considerando as métricas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, adicionando as métricas do período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e subtraindo as métricas do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

(2) Calculamos o EBITDA como lucro (prejuízo) líquido do período ajustado pelas despesas financeiras líquidas, impostos de renda e de contribuição social e depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado é um indicador não contábil e não é um indicador reconhecido pelas IFRS. O EBITDA não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, um indicador do desempenho operacional ou uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador da nossa liquidez. Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(3) Calculamos o EBITDA Ajustado como nosso lucro (prejuízo) líquido do período ajustado pelas despesas financeiras líquidas, impostos de renda e de contribuição social e depreciação e amortização, ajustado pelos seguintes itens registrados na nossa demonstração de lucros e perdas: lucro do período de operações descontinuadas, líquido de impostos; ganhos (perdas) na venda de ativos, e ativos mantidos para venda; perdas na venda de investimentos; despesas de reestruturação - indenizações; despesas com parada operacional, despesas relacionadas à hibernação de plantas e despesas relacionadas à parada de plantas durante a pandemia. O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e não deve ser considerado como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, um indicador do nosso desempenho operacional ou uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador da nossa liquidez. Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(4) A Margem EBITDA Ajustado é computada dividindo o EBITDA Ajustado pelas vendas líquidas. A Margem EBITDA Ajustado é um indicador não contábil e não é um indicador reconhecido pelas IFRS. A Margem EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e não deve ser considerada como uma alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, um indicador do nosso desempenho operacional ou uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador da liquidez. Para mais informações, vide item 3.2 do Formulário de Referência.

(5) A Dívida Líquida (com hedge) é calculada somando nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, mais o valor intrínseco dos nossos derivativos, menos nosso caixa e disponibilidades. A Dívida Líquida é um indicador não contábil e não é um indicador reconhecido pelas IFRS. Nossa definição de Dívida Líquida não pode ser comparável à dívida líquida usada pelas outras empresas e não é um indicador de fluxo de caixa, liquidez ou de recursos disponíveis para serviço da dívida. Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(6) Calculamos a Dívida Líquida/EBITDA Ajustado como a Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado para o exercício pertinente. Para mais informações, vide item 3.2 deste Formulário de Referência.

(7) Até 2020, os resultados do negócio de fertilizantes foram reportados junto com o resultado de Acrílicos. A partir de 1º de janeiro de 2021, essas informações passaram a ser reportadas em um segmento específico (Agro). Para fins de comparabilidade, as informações de 30 de junho de 2020 também refletem esse segmento.

As tabelas abaixo apresentam informações acerca da nossa capacidade de produção nominal anual, volume de produção, taxa de utilização de capacidade e volume de vendas das nossas principais linhas de produtos para os exercícios e períodos indicados:

	Período de doze meses findo em 30 de junho de		**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2021	**2020**	**2020**	**2019**	**2018**
	(em toneladas)				
Capacidade de produção nominal					
Estirênicos					
Estireno	310.000	310.000	310.000	310.000	295.000
Poliestireno	310.000	310.000	310.000	310.000	310.000
Látex	42.000	42.000	42.000	42.000	42.000
Acrílicos					
Nitrilas (1)	104.000	104.000	104.000	104.000	104.000
Metacrilatos (2)	95.000	95.000	95.000	95.000	95.000
Chapas acrílicas (3)	18.000	18.000	18.000	18.000	18.000
Mineração (4)	36.000	36.000	36.000	36.000	36.000

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Agro

Amônia	925.000	-	-	-	-
Ureia	1.125.000	-	-	-	-
Sulfato de Amônio - Laranjeiras (SE)	320.000	-	-	-	-
Sulfato de Amônio – Candeias (BA) [5]	350.000	350.000	350.000	350.000	350.000
Arla	220.000	-	-	-	-

[1] Considera capacidade de produção de acrilonitrila e acetonitrila, produzidas no Brasil.
[2] Considera capacidade de produção MMA, EMA e GMAA produzidos no Brasil. Não considera capacidade de produção nominal anual de 25.000 toneladas de MMA, atualmente em hibernação.
[3] Considera apenas capacidade de produção de Chapas Acrílicas Cast produzidas no México. Não considera capacidade de produção nominal anual de 5.000 toneladas de chapas extrudadas no México e de 6.000 toneladas de chapas acrílicas e de 10.000 toneladas de chapas acrílicas extrudadas no Brasil.
[4] Considera apenas capacidade de produção de cianeto de sódio em solução, uma vez que a produção de cianeto sólido utiliza cianeto solução como matéria-prima.
[5] Considera apenas capacidade de produção de sulfato de amônio granulado, uma vez que a produção de sulfato de amônio compactado utiliza o granulado como matéria-prima.

	Período de doze meses findo em 30 de junho de		**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
	2021	**2020**	**2020**	**2019**	**2018**
	(em toneladas)				
Produção					
Estirênicos					
Estireno	288.168	214.075	236.361	264.043	233.498
Poliestireno	197.446	158.886	169.915	180.397	170.895
Látex	38.828	31.747	32.645	34.873	37.193
Acrílicos					
Nitrilas [1]	83.314	58.991	51.289	92.225	90.740
Metacrilatos [2]	42.031	35.132	37.327	38.696	51.633
Chapas acrílicas [3]	19.257	16.883	18.924	16.602	16.470
Mineração [4]	19.752	16.715	19.206	17.470	15.102
Agro					
Amônia	78.707	-	-	-	-

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Ureia	80.500	-	-	-	-
Sulfato de Amônio – Laranjeiras (SE)	-	-	-	-	-
Sulfato de Amônio – Candeias (BA) [5]	141.243	104.077	124.629	107.696	182.428
Arla	-	-	-	-	-

[1] Considera produção de acrilonitrila e acetonitrila, produzidas no Brasil.
[2] Considera MMA, EMA e GMAA produzidos no Brasil.
[3] Considera Chapas Acrílicas Cast e Extrudadas produzidas no México. Não considera chapas acrílicas produzidas no Brasil e chapas acrílica extrudada produzida no México.
[4] Considera apenas produção de cianeto de sódio em solução, uma vez que a produção de cianeto sólido utiliza cianeto solução como matéria-prima.
[5] Considera apenas capacidade de produção de sulfato de amônio granulado, uma vez que a produção de sulfato de amônio compactado utiliza o granulado como matéria-prima.

	Período de doze meses findo em 30 de junho de		**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de**		
Taxa de utilização de capacidade	**2021**	**2020**	**2020**	**2019**	**2018**
Estirênicos					
Estireno	93,0%	69,1%	76,2%	85,2%	75,3%
Poliestireno	63,7%	51,3%	54,8%	58,2%	55,1%
Látex	92,4%	75,6%	77,7%	83,0%	88,6%
Acrílicos					
Nitrilas [1]	80,1%	56,7%	49,3%	88,7%	87,3%
Metacrilatos [2]	44,2%	37,0%	39,3%	40,7%	54,4%
Chapas acrílicas [3]	107,0%	93,8%	105,1%	92,2%	91,5%
Mineração [4]	54,9%	46,4%	53,3%	48,5%	42,0%
Agro					
Amônia	8,5%	-	-	-	-
Ureia	7,2%	-	-	-	-
Sulfato de Amônio – Laranjeiras (SE)	-	-	-	-	-
Sulfato de Amônio – Candeias (BA)[5]	40,4%	29,7%	35,6%	30,8%	52,1%
Arla	-	-	-	-	-

[1] Considera produção de acrilonitrila e acetonitrila, produzidas no Brasil.
[2] Considera MMA, EMA e GMAA produzidos no Brasil.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

(3) Considera Chapas Acrílicas Cast produzidas no México. Não considera chapas acrílicas produzidas no Brasil e chapas extrudadas produzidas no México.
(4) Considera apenas produção de cianeto de sódio em solução, uma vez que a produção de cianeto sólido utiliza cianeto solução como matéria-prima.
(5) Considera apenas capacidade de produção de sulfato de amônio granulado, uma vez que a produção de sulfato de amônio compactado utiliza o granulado como matéria-prima.

	Período de seis meses findo em 30 de junho de		Últimos doze meses findos em 30 de junho de(8)		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2021	2020	2020	2019	2018
			(em toneladas)				
Vendas(1)							
Estirênicos							
Estireno (2)	64.401	45.110	132.140	115.786	112.848	135.356	97.350
Poliestireno	92.839	65.947	185.899	149.384	159.007	167.634	155.244
Látex	19.746	14.765	37.841	31.472	32.861	34.760	37.211
Acrílicos							
Nitrilas (3)	44.685	11.602	83.699	60.293	50.616	93.694	90.557
Metacrilatos (4)	17.387	13.925	33.882	30.862	30.419	33.136	43.914
Chapas acrílicas (5)	8.449	8.807	18.095	16.656	18.453	16.150	15.915
Mineração (6)	9.246	8.767	18.832	16.733	18.354	17.204	14.914
Agro							
Amônia	10.447	-	10.915	-	468	-	-
Ureia	77.639	-	77.639	-	-	-	-
Sulfato de Amônio – Laranjeiras (SE) (7)	-	-	-	-	-	-	-
Sulfato de Amônio – Candeias (BA) (7)	69.804	56.188	141.052	108.266	127.436	104.401	206.364
Arla	0	0	0	-	-	-	-

(1) Não considera vendas entre companhias consolidadas pelo Grupo.
(2) Não inclui o monômero de estireno consumido na produção de poliestireno e látex.
(3) Considera vendas de acrilonitrila e acetonitrila, produzidas no Brasil. Não considera revenda de acrilonitrila pela operação mexicana.
(4) Considera venda de MMA, EMA e GMAA produzidos no Brasil. Não considera revenda de MMA pela operação mexicana.
(5) Considera venda de Chapas Acrílicas Cast produzidas no México. Não considera venda de chapas acrílicas produzidas no Brasil e chapas extrudadas do México.
(6) Considera vendas de cianeto de sódio solução e sólido. Não considera cianeto solução consumido na produção de cianeto sólido.
(7) Considera vendas de sulfato granulado e compactado. Não considera sulfato granulado consumido na produção de sulfato compactado.
(8) As métricas dos últimos doze meses são calculadas considerando as métricas do exercício social anterior, adicionando as métricas do período de seis meses findo em 30 de junho do exercício em questão e subtraindo as métricas do período de seis meses findo em 30 de junho do exercício social anterior.

VANTAGENS COMPETITIVAS

Acreditamos que nossas principais vantagens competitivas são:

Ocupamos uma posição de liderança na produção de estirênicos e acrílicos em um mercado amplo e em expansão na América Latina

Em 30 de junho de 2021, tínhamos a segunda maior capacidade nominal de produção de estireno e poliestireno na América Latina (com base em dados da IHS). Com base nos mesmos dados, éramos o único produtor de acrilonitrila e MMA na América Latina. Na mesma data, também estávamos posicionados como o maior produtor de amônia e ureia do Brasil em termos de capacidade instalada (com base nos dados da IHS), e esperamos nos tornar líderes de venda neste segmento de mercado ao longo dos próximos anos.

Nossa expectativa é que os resultados de nossos segmentos cresçam à medida em que (i) aumentamos nossa presença e penetração no mercado doméstico, principalmente através da substituição de importações; (ii) um câmbio depreciado e reformas estruturais aumentem a competitividade dos nossos produtos no cenário internacional; e (iii) as economias nacionais em que temos operações ou vendas

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

retomem seus crescimentos. Com isso, acreditamos estar bem posicionados para aumentar nosso volume de vendas e penetração no mercado, inicialmente sem necessidade de dispêndio de capital adicional significativo, utilizando, por exemplo, capacidades ociosas e investimentos marginais para alavancar a eficiência operacional.

Por fim, temos diversos projetos estratégicos de crescimento, em todos os segmentos em que atuamos, com o objetivo de adicionar capacidade produtiva e ampliar a integração da cadeia, aumentando a competitividade dos nossos produtos.

Somos o único produtor em atividade com capacidade instalada para fabricar e distribuir ureia, importante fertilizante nitrogenado, em escala industrial no Brasil, e, consequentemente, temos potencial para substituir importações brasileiras de ureia e amônia

Apesar da relevância do agronegócio para a economia brasileira, a cadeia de valor do segmento de nutrição vegetal ainda possui deficiências relevantes. Dentre elas, cabe destacar a forte dependência do Brasil em relação às importações de ureia e amônia, produtos essenciais para a produção de fertilizantes nitrogenados.

Segundo dados oficiais da balança comercial brasileira[4], em 2020, o Brasil importou um volume total de 7,1 milhões de toneladas de ureia. Acreditamos que não houve produção de ureia no Brasil em 2020. No mesmo período, o Brasil importou um volume total de 0,4 milhão de toneladas de amônia. Também acreditamos que não houve produção de amônia no Brasil em 2020.

Diante deste cenário, somos o único produtor de ureia em atividade no Brasil e somos líderes na produção de amônia no Brasil, com capacidade e potencial para substituir parte das importações destes produtos químicos no país, e assumir a liderança no setor no Brasil, tendo em vista: (i) nossa escala industrial, com capacidade nominal para produzir aproximadamente 2,9 milhões de toneladas de fertilizantes nitrogenados; (ii) nossa expertise operacional para extrair o máximo de produtividades de nossa base de ativos; (iii) nossa tecnologia de nível global aplicada aos processos da cadeia produtiva; (iv) nossa cadeia de suprimentos bem estruturada por contratos de fornecimento de gás natural em condições competitivas; (v) nossa capacidade de acessar o mercado local por meio de relacionamentos já existentes com clientes; e (iv) sinergias operacionais derivadas da integração industrial de nossas operações do segmento Agro com operações do segmento de Acrílicos. Com isso, pretendemos substituir uma parcela relevante dos volumes atualmente importados, de forma competitiva e com maior rentabilidade.

Nosso modelo de negócio é verticalmente integrado e flexível, o que reduz nossa exposição à volatilidade e aos ciclos petroquímicos

Ao longo de nossas cinco décadas de operação, conseguimos construir um modelo de negócios verticalmente integrado e flexível, que nos permite otimizar o consumo de matérias-primas na nossa cadeia produtiva, uma vez que conseguimos utilizar produtos e coprodutos resultantes de um processo de produção como insumo para outros processos químicos em outras linhas de produção. Essa integração pode ocorrer entre diferentes segmentos de negócios ou dentro de um mesmo segmento.

Alguns exemplos de integração entre diferentes segmentos são: (i) parte da acrilonitrila produzida no segmento de Acrílicos é direcionada para a produção de látex (Estirênicos); e (ii) toda a demanda de amônia do segmento de Acrílicos será suprida pelo segmento Agro, eliminando a necessidade de compra deste insumo de terceiros.

[4] Disponibilizados pela Secretária do Comércio Exterior no portal COMEX STAT.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Alguns exemplos de integração dentro de um mesmo segmento são: (i) o HCN, gerado como coproduto da produção de acrilonitrila, é um insumo essencial tanto para a produção de metacrilatos quanto para a produção de cianeto de sódio; (ii) o MMA produzido no Brasil serve de matéria-prima para a produção de chapas acrílicas no México; e (iii) o estireno produzido em Camaçari e Cubatão é a principal matéria-prima usada pelas nossas plantas de São José dos Campos e Guarujá na produção de poliestireno e látex.

Por meio da integração de nossas unidades produtivas e linhas de negócio, conseguimos extrair maior potencial de sinergias operacionais, aumentar nossa capacidade de controle de custos ao longo da cadeia produtiva, além de reduzir a dependência de insumos fornecidos por terceiros.

O quadro abaixo ilustra, de forma simplificada, a integração da nossa cadeia produtiva:

Além da integração em nível de insumo, nossas operações ainda contam com tecnologia flexível que nos permite alterar nosso foco produtivo sem maiores custos incrementais para privilegiar produtos que ofereçam maior margem e rentabilidade, com base nas condições existentes de mercado. A capacidade de alterar nosso "mix" de produtos nos permite adaptar nossa estratégia comercial às diferentes condições de mercado, trazendo resiliência na geração de resultados.

Por exemplo, durante a pandemia de COVID-19, notamos que a demanda de MMA diminuiu de maneira relevante, enquanto a demanda de cianeto de sódio aumentou. Neste contexto, decidimos direcionar mais ácido cianídrico (HCN) para nossa produção de cianeto de sódio, em detrimento da produção de MMA, a fim de aproveitar as condições mais favoráveis de mercado para cianeto de sódio naquele período, aproveitando a vantagem de sermos o único produtor de cianeto de sódio no Brasil.

Por fim, cabe notar que nossas plantas estão em localizações privilegiadas e estratégicas, próximas aos complexos petroquímicos brasileiros na Bahia e São Paulo, o que nos permite receber nossas principais matérias-primas de forma eficiente via *"pipeline"*. O posicionamento das nossas plantas também nos permite desenvolver uma logística compartilhada com nossos principais fornecedores e clientes, que na prática se traduz em maior eficiência operacional.

Estamos em posição privilegiada em mercados com altas barreiras de entrada

Todos os segmentos em que atuamos apresentam altas barreiras de entrada para novos players de mercado, sejam produtores locais ou importadores.

Por esse motivo, acreditamos que (i) nossa base de ativos com tecnologias e processos industriais modernos e com escala industrial; aliada à (ii) nossa expertise operacional para desenhar e organizar processos produtivos, e gerir nossas atividades de forma eficiente, nos confere competitividade e

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

desestimula concorrentes menos eficientes ou de menor escala que, de outra forma, necessitariam de investimentos relevantes para competir efetivamente conosco.

Nossa cadeia de suprimentos e insumos foi cuidadosamente estruturada ao longo de anos, e é garantida por contratos de longo prazo com fornecedores-chave, conforme ilustrado a seguir:

Um novo *player* no mercado, além de necessitar de escala para negociar melhores preços e condições, estaria mais exposto a um risco de disrupção de fornecimento se for incapaz de estabelecer relacionamento saudável e de longo prazo com fornecedores.

Além disso, nosso relacionamento com os principais clientes dos nossos mercados-alvo se traduz em maior facilidade para acessar o mercado. Novos entrantes, além de estruturar uma rede logística robusta, possivelmente necessitariam de tempo para construir uma rede de relacionamentos de porte similar à nossa, desenvolvida ao longo de mais de cinco décadas de operação.

Por fim, em relação aos produtos, a regulação existente e os padrões de qualidade de nível mundial demandado por clientes, requereriam de um novo competidor ajustes e adaptações operacionais para cumprir com as demandas regulatórias e requisitos de clientes para homologação dos produtos.

Dessa forma, tendo em vista as significativas exigências de capital, operacional e de logística que já foram atendidas por nós, entendemos estar bem posicionados em mercados com altas barreiras de entrada.

Portfólio diversificado de produtos direcionados para múltiplas aplicações em diversos segmentos da economia

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Em razão de nosso amplo portfólio de produtos, que acreditamos ser essenciais para diversas indústrias, conseguimos explorar vendas em múltiplos segmentos de negócio nos mercados locais e internacionais.

Como referência, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as vendas no Brasil corresponderam, a 59,4% e 61,5% de nossa receita líquida consolidada, respectivamente, enquanto as vendas no mercado internacional corresponderam a 40,6% e 38,5%, respectivamente.

No que diz respeito às exportações, nosso segmento de Acrílicos possui a maior exposição: Acrilonitrila e metacrilatos, nossos principais produtos acrílicos, foram exportados para mais de 25 países em 2020. Desta forma, exportações representaram, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, respectivamente, 89,3% e 81,8% do nosso volume de vendas de nitrilas e 56,5% e 59,6% de metacrilatos, respectivamente.

Por outro lado, o segmento de Estirênicos possui maior exposição ao mercado brasileiro. Neste sentido, no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, as vendas no mercado local representaram 98,7% e 100,0% do volume total de vendas de estireno e 77,1% e 77,7% do volume total de venda de poliestireno, respectivamente.

A entrada no segmento Agro amplia ainda mais a diversificação de mercados finais para a Unigel com um crescimento da participação do agronegócio no "mix" de clientes da Unigel. A entrada no Agro é estratégica, por representar um dos segmentos da economia que mais tem se destacado no Brasil nas últimas décadas.

Desta forma, entendemos que temos (i) um mix balanceado de vendas domésticas e exportações; (ii) um portfólio de produtos diversificados, com dinâmicas de preços que podem ser anticíclicas entre si; e (iii) exposição a múltiplas indústrias que passam por construção civil, , bens de consumo e vestuário, mineração, automotivo, entre outros, com esperado crescimento na exposição ao segmento agropecuário no Brasil. Essas alavancas nos permitiram construir um modelo de negócios flexível do ponto de vista de produtos, e resiliente na medida em que é capaz de navegar e gerar resultados positivos mesmo em condições macroeconômicas adversas.

Por exemplo, um de nossos produtos, o cianeto de sódio, é tipicamente anticíclico. Durante a pandemia de COVID-19, com o colapso das condições econômicas globais e a priorização de investimentos com

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

menor perfil de risco, como o ouro, notamos que, enquanto a demanda por MMA diminuiu de maneira relevante, a demanda de cianeto de sódio aumentou, uma vez que é usado principalmente no processo de mineração dessa commodity metálica. Outro produto de nosso portfólio, as chapas acrílicas, também apresentou aumento da demanda neste período em função do seu uso para produção de barreiras acrílicas comumente adotadas por estabelecimentos comerciais e pessoas físicas como aliado no distanciamento social durante a pandemia de COVID-19. Dessa forma, a performance positiva desses dois produtos compensou substancialmente as perdas de outros produtos, beneficiando nosso EBITDA e geração de fluxo de caixa durante a pandemia.

Por fim, dada a natureza de nossos produtos, com preços referenciados globalmente em dólares americanos, independente da concentração de vendas no mercado doméstico ou internacional, nossas receitas estão menos expostas a flutuações de taxa de câmbio do que outras indústrias, cujas precificações de produtos dependem da dinâmica doméstica dos respectivos mercados.

Perfil financeiro robusto com operações que geram fluxos de caixa consistente, e foco na disciplina financeira

Ao longo de nossa história conseguimos construir um modelo de negócios verticalmente integrado, com escala industrial, operações eficientes e exposição a diversos segmentos de mercado. A combinação destas competências operacionais se traduz, em termos de resultado, em um perfil financeiro robusto e com consistente geração de fluxos de caixa, conforme apresentado no quadro de indicadores financeiros acima.

Além disso, temos apresentado retornos sobre o capital investido (ROIC) superiores à média da indústria química global. De acordo com relatório publicado pela McKinsey&Company em 2020, a indústria química global entregou, em média, retornos de 9% ao ano entre 2001 e 2019, sendo que, nos últimos anos, entregou 8,4% em 2019 e 7% em 2020 (neste caso, com base em informações disponíveis até 15 de outubro de 2020). Já a Unigel entregou retornos sobre o capital investido de 27,9% no período de 12 meses findos em 30 de junho de 2021 e de 12,7%, 9,2% e 11,0% nos exercícios sociais de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

Não obstante, seguindo nosso compromisso de sólida disciplina financeira, nos últimos anos tomamos uma série de iniciativas para reestruturar nossa dívida e colocar nossa empresa em uma estrutura de capital mais eficiente. Esse programa de redução de dívida incluiu o pagamento antecipado de uma parcela da nossa dívida com os recursos da venda do nosso negócio de embalagem, em novembro de 2017, por R$ 585,0 milhões, visando ao alongamento do perfil da nossa dívida. Além disso, em maio de 2018 realizamos nossa primeira emissão de títulos de dívida no mercado internacional, com vencimento para 2024 ("Bond 2024"), no valor de USD 200 milhões. Os recursos dessa emissão foram utilizados para pré-pagamento de dívidas de curto prazo bem como iniciativas de capital de giro, visando mais uma vez ao alongamento do perfil da dívida em conjunto com redução da carga de custos financeiros.

Em outubro de 2019, acessamos novamente o mercado de capitais internacional por meio de nossa segunda emissão de título de dívida, no valor de USD 420 milhões e vencimento para 2026 ("Bond 2026"). Os recursos desta nova emissão foram utilizados para pré-pagar dívidas mais caras e/ou com maturidade mais curta, além de reforçar nossa posição de caixa. Essa estratégia foi fundamental para que entrássemos em 2020 com uma forte posição de caixa e sem pressão de amortizações de dívidas no curto e médio prazo, garantindo uma liquidez adequada durante a pandemia de Covid-19.

Mais recentemente, em janeiro de 2021, acessamos novamente o mercado de capitais internacional por meio de nossa terceira emissão de títulos de dívida, na forma da reabertura do Bond 2026 ("*Retap Bond 2026*"), reforçando a nossa estratégia de manter uma gestão ativa de dívida, a fim de garantir nossa liquidez e evitar riscos de refinanciamento.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Com isso, por meio dessas operações, conseguimos (i) prolongar o prazo médio da nossa dívida para 5,9 anos em 31 de dezembro de 2020 comparado a 4,7 anos em 31 de dezembro de 2018; e (ii) reduzir as despesas de juros e custos efetivos de nosso endividamento para uma taxa média ponderada de 8,29% a.a. em 31 de dezembro de 2020, contra 10,76% a.a. em 31 de dezembro de 2017.

Como consequência, em junho de 2021, a agência de rating S&P Global Ratings elevou a nota de crédito da Unigel Participações de 'B+' para 'BB-'. Além disso, em janeiro de 2021, a agência de rating Fitch Ratings reafirmou a nota de crédito da Unigel Participações em 'B+', atualizando a perspectiva da nota de crédito de 'Estável' para 'Positiva', tendo em vista uma confortável posição de liquidez e o potencial do nosso novo negócio de fertilizantes.

Relacionamento duradouro com fornecedores e clientes

Construímos sólidos relacionamentos com os principais fornecedores latino-americanos das nossas matérias-primas. A grande maioria das matérias-primas que usamos em nosso processo produtivo são adquiridos de companhias com quem nossas plantas estão interligadas por "pipeline", com base em contratos de longo prazo.

Pelo lado da demanda, construímos um sólido portfólio de clientes composto de companhias relevantes em diversas indústrias, convertendo em mais fontes de receitas diversificadas. Por exemplo, para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2021, nossos dez principais clientes representaram apenas 27,9% das nossas vendas brutas, com o maior cliente representando apenas 5,6% do total. Na qualidade de fornecedor qualificado e de confiança, também gozamos de uma sólida reputação junto aos nossos principais clientes. Entregamos produtos de alta qualidade e prestamos atendimento otimizado ao cliente, além de oferecer suporte logístico e tecnológico diferenciado e de confiança; não obstante, também estamos em conformidade com a estrutura regulatória e com os padrões de classe mundial de nossos clientes. Nos últimos anos, fomos reconhecidos como um fornecedor de alta qualidade pelas empresas globais no mercado de aparelhos elétricos, como a Whirlpool, Electrolux e Panasonic, além de clientes relevantes de outras indústrias como Klabin, DowDupont, Clariant, BASF, Suzano e Beadell. Para mais informações sobre os relacionamentos com nossos clientes, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

Executivos experientes, apoiados por um conselho de administração com profundo conhecimento de mercado, orientação de longo prazo e comprometido com os mais elevados padrões de governança

Nosso time de executivos é composto por profissionais altamente treinados e experientes, muitos deles com mais de 30 anos de experiência na indústria petroquímica. Com profundo conhecimento sobre nossos mercados de atuação e nossas operações, nosso time é focado na administração eficiente de nosso negócio, no constante desenvolvimento e aperfeiçoamento de nossas operações e processos, além de um rígido controle de custos que nos garante eficiência operacional.

Dando suporte a este time de executivos, cabe mencionar o importante papel do nosso Conselho de Administração, presidido pelo nosso acionista controlador – Henri Slezynger – que fundou a Companhia na década de 1960 com uma visão de longo prazo que nos alçou ao patamar atual. Juntam-se a ele no Conselho outros 4 membros, quais sejam: seu filho Marc Buckingham Slezynger, na posição de vice-presidente do Conselho como parte do planejamento sucessório familiar, e 3 membros independentes, todos com profundo conhecimento de nossos mercados, vasta experiência na gestão de grandes empresas, visão estratégica para orientar nosso time de executivos, além de um compromisso firme com a adoção dos mais elevados padrões de governança, em linha com as melhores práticas de mercado e requisitos do segmento de listagem denominado "Novo Mercado" da B3.

Pesquisa e desenvolvimento de produtos sustentáveis e inovadores em um negócio socialmente responsável

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Buscamos adotar fortes práticas de sustentabilidade em nosso processo de produção e desenvolver soluções sustentáveis e inovadoras. Nesse contexto, temos um centro de inovação localizado no estado da Bahia, onde pesquisamos e desenvolvemos novos produtos e processos de produção, o que nos permitiu desenvolver produtos e soluções ecologicamente corretos como os plásticos Ecogel e os fertilizantes Aquagel.

O Ecogel® é uma nova linha de produtos sustentáveis que utiliza materiais reciclados pós-consumo em sua composição. Neste contexto, o primeiro produto lançado foi o poliestireno Ecogel, que utiliza em sua composição até 30% de matérias recicladas pós-consumo. Inicialmente esse produto será direcionado principalmente para produção de componentes de eletrodomésticos, mas estamos continuamente trabalhando com vários clientes para desenvolver outros produtos ecológicos que possam atender às suas necessidades. Já o Aquagel é um produto que foi desenvolvido a partir dos resíduos gerados na cadeia de produção de Acrílicos. Anteriormente, esses resíduos eram tratados e/ou incinerados, o que gerava custos adicionais para a operação. Por meio de pesquisas realizada pelo nosso setor de P&D, comprovamos a eficácia desse produto como um fertilizante de baixo custo e começamos a comercializá-los, evitando assim o custo adicional de tratamento.

Além disso, em 2020, recebemos a Medalha de Ouro EcoVadis, concedida para as empresas mais bem classificadas na Escala de Sustentabilidade EcoVadis. O reconhecimento é uma consequência do aprimoramento contínuo das nossas práticas ESG desde o início da nossa avaliação pela EcoVadis em 2014. Também em 2020, publicamos nosso primeiro Relatório Anual de Sustentabilidade, utilizando as normas publicadas pelo Global Reporting Initiative - GRI e com base em uma matriz de materialidade desenvolvida com a assessoria da Fundação Dom Cabral, após vários workshops com nossa equipe de gestão.

Mantemos, ainda, um programa ativo de treinamento para jovens universitários e patrocinamos uma escola de ensino fundamental no estado da Bahia. Durante a pandemia da COVID-19, tomamos diversas medidas para apoiar essas comunidades, tais como doações de: (a) 14 toneladas de produtos de necessidade básica para famílias de comunidades localizadas próximas às nossas fábricas; (b) 2 ventiladores mecânicos de respiração para hospitais públicos na Bahia; e (c) mais de 45 toneladas de produtos para a fabricação de 6.000 cúpulas de entubação de acrílicos, 500 mil litros de saneantes de gel e milhões de descartáveis e embalagens para atender à população vulnerável. Estes esforços foram reconhecidos pelo Prêmio Ética nos Negócios 2020, em sua categoria Responsabilidade Social.

NOSSA ESTRATÉGIA

Buscamos manter uma plataforma comercial competitiva nas indústrias química intermediária e de fertilizantes nitrogenados, bem como influenciar nossas vantagens competitivas para melhorar nossa rentabilidade. Os componentes essenciais da nossa estratégia incluem o seguinte:

Fortalecer nossa posição de liderança nos mercados selecionados, reduzindo a exposição à ciclicidade petroquímica com uma ampla gama de soluções químicas

Pretendemos continuar a solidificar nossa posição de liderança na América Latina nos produtos selecionados dos nossos portfólios de Estirênicos e Acrílicos, bem como nos tornar um líder de mercado no segmento Agro, maximizando o uso de nossa capacidade de produção para continuar a aumentar as vendas nos mercados brasileiro e mexicano, bem como nos demais mercados internacionais.

Ainda, planejamos fortalecer nossa reputação de fornecedor qualificado e de confiança, com capacidade para entregar produtos de alta qualidade e prestar atendimento otimizado, ampliando as relações de longo prazo com nossos clientes oferecendo um suporte logístico e tecnológico diferenciado e de confiança. Acreditamos que a combinação de liderança de mercado e portfólio diversificado de produtos nos proporciona escala e reduz nossa exposição à ciclicidade petroquímica, gerando fluxos de caixa mais estáveis e previsíveis.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Maximizar nossa eficiência operacional por meio do nosso modelo de negócio verticalmente integrado e flexível

Com nosso modelo de negócios verticalmente integrado e portfólio diversificado de produtos químicos, pretendemos aumentar a taxa de utilização da nossa capacidade instalada para capturar o crescimento de mercado nos próximos anos. Já integramos nossos segmentos de Estirênicos e Acrílicos, maximizando as economias de escala, diminuindo os custos de matérias-primas e alcançando maior eficiência de custos em nossas operações.

Nosso segmento Agro, lançado em 2021, também visa a melhorar nossa integração vertical à medida que nos tornamos grandes produtores de amônia, em vez de depender das importações realizadas pela Petrobras para fornecimento dessa matéria-prima chave para nosso segmento de Acrílicos. Também estamos constantemente monitorando oportunidades, como o arrendamento de unidades adicionais, tais como fábricas de fertilizantes nitrogenados, para melhorar ainda mais nosso segmento Agro.

Explorar as múltiplas avenidas de crescimento orgânico identificadas em nossos segmentos de atuação por meio de projetos estratégicos que ofereçam elevados níveis de retorno

Na data deste Formulário de Referência, temos um robusto *pipeline* de projetos estratégicos já mapeados para cada um de nossos segmentos de operação. Em linhas gerais, todos os projetos visam a aumentar a capacidade ou a eficiência de nossas operações por meio de investimentos que nos ofereçam elevados níveis de retorno. Dessa forma, buscaremos nos próximos anos desenvolver esses projetos estratégicos, nos consolidando, organicamente, como um dos principais players em todos os mercados em que atuamos.

Entre os projetos mapeados, podemos destacar:

- Em Estirênicos, (i) a expansão da capacidade de estireno em mais 70.000 toneladas anuais, que ampliará a integração vertical para as produções de poliestireno e látex; e (ii) a expansão da capacidade de látex em mais 40.000 toneladas anuais, permitindo o aumento da participação da Unigel em um mercado crescente e no qual já estamos operando no limite da nossa capacidade atual;

- Em Acrílicos, (i) a remontagem de uma planta de cianeto de sódio no México, aumentando em aproximadamente 23.000 toneladas anuais a capacidade produtiva deste produto e atendendo à crescente indústria de mineração no continente; e (ii) o investimento em uma planta de purificação de acetonitrila no Brasil, que irá melhorar a qualidade deste produto, permitindo a venda para mercados de maior valor agregado, com expectativa de preços mais elevados; e

- Em Agro, (i) o investimento na expansão de nossas capacidades produtivas de ácido sulfúrico em mais de 547.000 toneladas anuais, que deve trazer mais confiabilidade de suprimento desta matéria-prima no Brasil, e potencializar a integração da Unigel na cadeia de valor, além de trazer vantagens de custo com o aumento da produção própria de utilidades como o vapor; (ii) a modernização das plantas produtivas de fertilizantes nitrogenados, que pode aumentar ainda mais a competitividade da Unigel no segmento; e (iii) o desenvolvimento e implementação de tecnologias pioneiras de produção de amônia verde – obtida por meio da eletrólise do hidrogênio em substituição ao processo convencional que utiliza gás natural -, trazendo soluções inovadoras para atender à crescente demanda global por produtos com maior apelo ambiental.

Consolidar nossa disciplina financeira para suportar novo ciclo de estratégia operacional, mantendo estrutura de capital adequada

Entendemos que o sucesso desta Oferta avança o atual ciclo de adequação da nossa estrutura de capital, iniciado em 2017 com a venda do ativo de embalagens, para uma etapa mais próxima de sua

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

completude e marca o início de um novo ciclo voltado para expansão da Companhia através do aumento de escala de produção e ganho de eficiência operacional. Para suportar essa estratégia, continuamos comprometidos com uma forte disciplina financeira e ativa gestão de passivos para manutenção de uma estrutura de capital adequada.

EVENTOS RECENTES

Pandemia da COVID-19

A pandemia da COVID-19 e as medidas de distanciamento social tomadas a partir de março de 2020 em todo o território nacional como forma de conter a disseminação da COVID-19 afetaram e continuam a afetar os nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e os nossos fluxos de caixa. Como forma de diminuir os impactos da pandemia da COVID-19 em nossas operações, adotamos uma série de medidas administrativas e operacionais envolvendo nossos colaboradores, clientes e fornecedores. Para mais informações sobre essas medidas, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

Arrendamento de plantas de fertilizantes nitrogenados

Em abril de 2021, iniciamos as operações da planta de fertilizantes nitrogenados de Sergipe, que passaram a operar de maneira contínua ao longo do mês de maio. Depois, no final de junho de 2021, iniciamos as operações da planta da Bahia, que passaram a operar de maneira contínua ao longo do mês de julho. Juntas, as referidas unidades terão uma capacidade anual de produção de 1.125.000 toneladas de ureia, 925.000 toneladas de amônia, 320.000 toneladas de sulfato de amônio (além das atuais 350.000 toneladas de capacidade de produção em Candeias, na Bahia) e 220.000 toneladas de ARLA. Por esse motivo, acreditamos que seremos o maior produtor de fertilizantes nitrogenados do Brasil ainda no ano de 2021.

	Capacidade Esperada (mil toneladas/ano)	Principais Usos	Informações de Mercado
Ureia.....	1.125	Agricultura (fertilizante) e Pecuária (suplemento animal)	Em 2020, o Brasil importou 7,1 milhões de toneladas de ureia, de acordo com o COMEX STAT[5]
Amônia.....	925	Agricultura (insumos para fertilizantes) e Química (insumos essenciais em nossa produção de Acrílicos)	A maior parte da produção será para nosso próprio consumo (na produção de acrílicos e de fertilizantes como ureia e sulfato de amônio), com o excedente vendido no mercado interno
Sulfato de amônio.....	320	Agricultura (fertilizante)	Em 2020, o Brasil importou 3,0 milhões de toneladas de sulfato de amônio, de acordo com o COMEX STAT
ARLA.....	220	Agente Redutor de Óxido de Nitrogênio Líquido Automotivo. Agente misturado com diesel para reduzir a emissão de gases poluentes.	Demanda diretamente ligada ao consumo de óleo diesel, em uma proporção aproximada entre 3% e 5%

Aprovação de Plano de Opções de compra de ações

Em 10 de agosto de 2021, nossos acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária o Plano de Opções de Compra de Ações, com o objetivo de outorgar opções a participantes selecionados pelo

[5] Sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Conselho de Administração, com vista a: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos participantes; e (b) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e participantes. Para mais informações, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

(a) Produtos e serviços comercializados

As atividades da Companhia são exercidas por meio dos seguintes segmentos operacionais, conforme divulgados em suas demonstrações financeiras:

- Estirênicos: O segmento de Estirênicos consiste principalmente na produção e venda de estireno, poliestireno e látex, que são utilizados principalmente na produção de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, materiais de construção e para o segmento de embalagens e descartáveis plásticos. Nossos produtos estirênicos também são vendidos a fabricantes e conversores de produtos químicos.

- Acrílicos: Nosso negócio de Acrílicos consiste principalmente na produção e venda de acrilonitrila, metacrilatos (MMA, EMA e GMAA), chapas e resinas acrílicas e cianeto de sódio. Nossos produtos acrílicos são vendidos principalmente para fabricantes e conversores de produtos químicos de diversos setores da economia, com destaque para construção civil, automotivo, mineração, eletroeletrônicos, têxtil, entre outros. Até 31 de dezembro de 2020, o segmento de Acrílicos agregava também uma operação de fertilizantes, que consistia principalmente na produção e venda do Sulfato de Amônio obtido como coproduto da cadeia produtiva de Acrílicos. A partir de janeiro de 2021 essa operação será reportada junto com segmento Agro, dadas as características do produto e mercados atendidos.

- Agro: A partir de janeiro de 2021, inauguramos um novo segmento de negócios, denominado "Agro", que agrega os resultados da nossa operação já existente de fertilizantes, junto com as operações das plantas de fertilizantes nitrogenados arrendadas da Petrobras, ampliando as sinergias operacionais entre os segmentos de atuação da Companhia. Esse segmento consiste principalmente na produção e venda de amônia, ureia e sulfato de amônio, que são direcionados principalmente o setor de agricultura, e para outros fabricantes e conversores de produtos químicos.

(b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

	Período de seis meses findo em		Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	30/06/2021		2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Estirênicos	1.598.378	49,02%	1.672.910	51,70%	1.795.994	54,10%	1.687.108	49,70%
Acrílicos	1.401.363	42,98%	1.560.325	48,30%	1.526.712	45,90%	1.706.730	50,30%
Agro	341.012	10,46%	0	0	0	0	0	0
Eliminações (1)	(80.272)	(2,46%)	0	0	0	0	0	0
Receita líquida	3.260.481	**100%**	3.233.235	100%	3.322.706	100%	3.393.839	100%

(1)Eliminações das vendas realizadas entre os segmentos Agro e Acrílicos, principalmente relacionada à amônia.

(c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

As nossas informações financeiras são segregadas por segmento até a linha de resultado operacional. Despesas financeiras líquidas e despesas com imposto de renda e contribuição social são alocadas na linha de Unidades Corporativas, uma vez que nossas operações são integradas e adotamos uma gestão de dívida e de caixa centralizada e consolidada.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

	Período de seis meses findo em		Exercício social findo em 31 de dezembro de					
	30/06/2021		2020		2019		2018	
(em R$ milhares, exceto %)	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total	R$	% do total
Lucro (Prejuízo) líquido do período	597.287	**100%**	(6.985)	100%	27.261	100%	(31.759)	100%

139

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

(a) Características do Processo de Produção

Um dos diferenciais competitivos da Companhia no setor químico é a integração da cadeia de valor, presente nos três segmentos em que atua e que garante confiabilidade de suprimento de matéria-prima e flexibilidade na escolha do mix de produtos a serem disponibilizados a mercado, permitindo estratégias que maximizem as margens operacionais da Companhia.

No segmento de estirênicos, a Companhia produz principalmente estireno, poliestireno e látex; o estireno é a principal matéria-prima para a produção de poliestireno, mas também é matéria-prima para diversos outros produtos químicos. No segmento de acrílicos, a Companhia produz nitrilas, metacrilatos e derivados, e cianeto de sódio para mineração; a produção das nitrilas dá origem a matérias-primas que serão utilizadas na cadeia de metacrilatos e derivados. No segmento Agro (fertilizantes), a Companhia produz ureia, amônia, sulfato de amônio e ARLA; a amônia produzida nas unidades agro é uma das principais matérias-primas da produção de nitrilas (em acrílicos).

A imagem abaixo ilustra o potencial da integração na cadeia de valor para o modelo de negócios da Companhia:

A diversidade de produtos químicos produzidos pela Companhia, permite que ela atenda diversos mercados, como os de construção, automotivo, eletrodomésticos, fertilizantes e mineração, entre outros. Os estirênicos e os fertilizantes são destinados predominantemente para o mercado brasileiro; já os acrílicos costumam ser exportados para diversos mercados, dentre os quais, América do Norte, Europa e Ásia.

As unidades produtivas da Companhia estão localizadas no Brasil (nos Estados da Bahia, de Sergipe e de São Paulo) e no México (nos Estados de Veracruz, San Luis Potosí e de Estado do México). A capacidade de produção das unidades da Companhia está descrita no mapa abaixo:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

ESTIRÊNICOS

O segmento de Estirênicos contempla, principalmente, três produtos: estireno, poliestireno e látex. A integração da cadeia produtiva da Companhia neste segmento é iniciada pela produção do etilbenzeno a partir das matérias-primas eteno e benzeno. O etilbenzeno é totalmente utilizado na produção do estireno, que por sua vez pode (i) ser comercializado, com foco no mercado brasileiro; (ii) ser utilizado na produção do poliestireno; ou (iii) ser utilizado na produção do látex. A decisão de produção vai depender principalmente das condições de mercado no momento, uma vez que a integração na cadeia de valor e o rigoroso processo de planejamento de produção e vendas garantem à Companhia essa flexibilidade para alterar a rota de produção com relativa facilidade.

Estireno, poliestireno e látex são direcionados, principalmente, para a produção de bens de consumo duráveis e para os segmentos de embalagens, alimentos e bebidas, construção civil, produção de papel, entre outros.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O fluxo de produção da Companhia em Estirênicos está representado abaixo:

Estireno

O estireno é um composto orgânico destinado a produção de resinas plásticas e outros co-polímeros. Trata-se de um líquido incolor transparente produzido a partir do etilbenzeno, intermediário químico produzido com o uso de benzeno e eteno como principais matérias-primas.

É empregado como matéria-prima na produção de poliestireno (PS) e de diversos outros co-polímeros, tais como resinas ABS (acrilonitrila-butadieno-estireno), látexes SA (estireno-acrilato) e SB (estireno-butadieno), borrachas SBR (estireno-butadieno), entre outros.

A Companhia produz estireno nas seguintes unidades de produção:

- Camaçari (BA), com capacidade nominal de produção de 190 kt/ano, e
- Cubatão (SP), com capacidade nominal de produção de 120 kt/ano

Em 2020, a Companhia comercializou 112.848 toneladas de estireno, sendo 100% no mercado brasileiro.

Poliestireno

O poliestireno é uma resina termoplástica resultante da polimerização do estireno. É comercializado pela Companhia em duas principais formas: como poliestireno de uso geral (GPPS, do inglês *general purpose polystyrene*) e como poliestireno de alto impacto (HIPS, do inglês *high impact polystyrene*). Trata-se de um produto 100% reciclável.

O poliestireno é utilizado na produção de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e eletrônicos, e em outros produtos do dia-a-dia, como recipientes para alimentos e bebidas.

A Companhia produz poliestireno nas seguintes unidades de produção:

- São José dos Campos (SP), com capacidade nominal de produção de 190 kt/ano
- Guarujá (SP), com capacidade nominal de produção de 120 kt/ano

Nesse segmento, em 2020, a Companhia lançou a marca Ecogel®. O Ecogel foi lançado em outubro de 2020 e é nossa linha de segmentos de produtos feitos com plásticos reciclados pós-consumo. Inicialmente, a Ecogel é uma das formas de ingressarmos no mercado resinas de poliestireno compostas por até 30% de materiais reciclados. Neste estágio inicial, os produtos Ecogel são direcionados

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

principalmente para componentes de eletrodomésticos, mas estamos continuamente trabalhando com vários clientes para desenvolver outros produtos ecológicos para atender às suas necessidades.

Látex

O látex é uma dispersão aquosa de polímeros, que pode ser encontrado na natureza ou sintetizado. Os látices sintéticos são fabricados pela polimerização de monômeros, como o estireno. A Companhia produz dois tipos de látices sintéticos: látex SA (estireno-acrilato de butila) e látex SB (estireno-butadieno).

A Companhia produz látex na unidade de Guarujá (SP), com capacidade nominal de produção de 42 kt/ano.

Em 2020, a Companhia comercializou 32.861 tons de látex, sendo 32.324 tons no mercado brasileiro (ou 98,4% do total comercializado).

ACRÍLICOS

O segmento de Acrílicos contempla três produtos: (i) nitrilas, (ii) metacrilatos e derivados e (iii) mineração. A integração da cadeia produtiva da Companhia neste segmento pode ser destacada em dois principais momentos:

- A produção de amônia pelo segmento de Agro, conforme detalhada abaixo, garante acesso a uma das principais matérias-primas na produção de acrilonitrila;
- A produção de acrilonitrila é uma das principais rotas de produção de ácido cianídrico (HCN), produto que permite outras quatro rotas diferentes a jusante, sendo elas: (i) produção e venda de cianeto de sódio; (ii) produção e venda de EMA; (iii) produção e venda de MMA; ou (iv) produção de MMA para produção e venda de chapas acrílicas

A Companhia é a única produtora brasileira da maior parte dos produtos deste segmento. Além disso, a maior parte dos volumes de vendas deste segmento é direcionada para o mercado internacional.

O fluxo de produção da Companhia em Acrílicos está representado abaixo:

(1) O metanol pode ser substituído pelo etanol em uma das nossas plantas, onde, nesse caso, nós produzimos EMA.

Nitrilas

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Acrilonitrila

A acrilonitrila é um composto orgânico líquido incolor produzido por meio da amoxidação catalítica do propeno, utilizando propeno e amônia como matérias-primas. A Companhia produz amônia em unidades de produção do segmento de Agro.

É utilizada na fabricação de fibras acrílicas, resinas plásticas ABS e SAN, borrachas nitrílicas e produtos químicos para purificação da água, entre outras aplicações.

A Companhia produz acrilonitrila na unidade de Camaçari (BA), com capacidade nominal de produção de 100 kt/ano.

Em 2020, a Companhia comercializou 48.515 tons de acrilonitrila.

Metacrilatos e Derivados

MMA (Metil metacrilato)

O MMA (metil metacrilato ou metacrilato de metila) é um monômero utilizado na produção das resinas termoplásticas de PMMA, além de outros copolímeros tais como ácido metacrílico (MAA). É produzido pela Companhia por meio da rota de produção da acetona cianidrina, principal rota de produção global de MMA, utilizando metanol e acetona cianidrina como matérias-primas.

A Companhia tem unidades de produção de MMA nas seguintes localidades:

- Candeias (BA), com capacidade nominal de produção de 90 kt/ano, e
- Cosoleacaque (México), com capacidade nominal de 25 kt/ano

A unidade de produção de Cosoleacaque não está em operação desde janeiro de 2020 – devido à escassez de matéria-prima local e à desvantagem econômica atual de operar a unidade com matéria-prima importada. Com isso, o MMA utilizado como matéria-prima nas nossas plantas de chapas acrílicas no México é proveniente da nossa produção de MMA em Candeias (BA). A retomada da produção de MMA no México é um dos projetos da Companhia para os próximos anos e depende da retomada de acordos comerciais para a aquisição de matéria-prima, da contratação de profissionais habilitados para operar a unidade de metacrilatos no México e de investimentos nos ativos e em capital de giro para a retomada.

Em 2020, a Companhia comercializou 24.481 tons de MMA.

EMA (Etilmetacrilato)

O EMA (etilmetacrilato ou metacrilato de etila), assim como o MMA, é produzido pela Companhia pela rota da acetona cianidrina, porém utilizando etanol em substituição ao metanol como matéria-prima. A utilização de etanol altera as propriedades físicas do monômero e, portanto, os usos e mercados do EMA são distintos dos do MMA. O EMA pode ser utilizado na composição de tintas, vernizes e borrachas, em próteses médicas e dentárias, entre outros usos.

A Companhia produz EMA na unidade de Candeiras (BA), com capacidade nominal de produção de 90 kt/ano.

Em 2020, a Companhia comercializou 4.085 kt de EMA.

Chapas acrílicas

As chapas acrílicas são produtos de uso final, produzidos a partir do MMA (metil metacrilato). De forma geral, existem dois tipos de chapas acrílicas: as chapas *cast* (fundidas) e as chapas extrudadas.

As chapas acrílicas possuem diversas aplicações. Em substituição ao vidro e a outros materiais, são utilizadas em soluções arquitetônicas, mobiliários e artigos de decoração. Em função da pandemia de COVID-19, houve um crescimento da utilização de chapas acrílicas em escritórios, restaurantes,

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

supermercados e demais situações de interação social, por oferecer uma barreira de proteção transparente.

A Companhia produz chapas acrílicas nas seguintes localidades:

- Ocoyoacac (México), com capacidade nominal de produção de 17 kt/ano
- San Luís Potosí (México), com capacidade nominal de produção de 6 kt/ano
- Candeias (Brasil), com capacidade nominal de produção de 16 kt/ano

No México, a Companhia atua no mercado de chapas acrílicas utilizando o nome comercial Plastiglas. Em 2020, a Companhia comercializou 19.717 kt de chapas acrílicas (agregando Brasil e México).

Mineração

Cianeto de sódio

É um composto inorgânico produzido a partir do ácido cianídrico (HCN) e do hidróxido de sódio (soda cáustica) e de importante aplicação na indústria de mineração, já que serve como insumo para compostos químicos. Engloba, também, a galvanoplastia e as indústrias agroquímica e farmacêutica. O cianeto de sódio é produzido em Candeias e em Camaçari, na Bahia. A capacidade nominal de produção de ambas as unidades é 18 kt por ano.

AGRO

O segmento de Agro contempla quatro principais produtos: (i) ureia, (ii) amônia, (iii) sulfato de amônio e (iv) ARLA. A integração da cadeia produtiva da Companhia neste segmento pode ser destacada em dois principais momentos:

- A produção de amônia pelo segmento de Agro garante acesso a uma das principais matérias-primas na produção de acrilonitrila;
- A amônia é matéria-prima para a produção de ureia e de sulfato de amônio, os principais fertilizantes produzidos no segmento. Além disso, utilizamos parte da ureia produzida na unidade da Bahia para produção de ARLA, um agente redutor de emissão de gases poluentes utilizados em automóveis à diesel.

A Companhia acredita ser a maior produtora brasileira da maior parte dos produtos deste segmento. A retomada da produção de fertilizantes nitrogenados no Brasil deve substituir parte das importações brasileiras.

Ureia

A ureia possui cor branca, é um produto seco e pode ser encontrado em forma de pó ou granulado. A elevação de seu consumo está diretamente relacionada ao crescimento da agricultura. O arrendamento de duas fábricas (localizadas nos estados da Bahia e de Sergipe) previamente pertencentes à Petrobras, tornará possível a produção de 1.125 kt por ano desse produto, o qual terá potencial para se tornar o principal produto da Companhia.

A Companhia é, atualmente, a única produtora de ureia no Brasil, com escala que acredita ser suficiente para substituir importações. Os principais mercados para a ureia são os fertilizantes, resina para MDF e compensado, alimentação de gado e agente redutor líquido automotivo (ARLA).

Amônia

A Companhia é a única produtora de amônia no Brasil, com 2,5 milhões de toneladas de capacidade instalada. O arrendamento de duas plantas que eram pertencentes a Petrobras (na Bahia e em Sergipe) possibilitará uma capacidade combinada para produção de 925 kt por ano.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Suas principais aplicações são: farmacêutica, fertilizantes de nitrogênio, explosivos, coloração de tecidos e alimentos. Ainda, pode ser vendido, utilizado como matéria prima para acrílicos, ou convertida em fertilizante.

Sulfato de amônio

O sulfato de amônio é um composto inorgânico, que tende a ser usado como fertilizante na agricultura, ao passo que gera nitrogênio e enxofre para o solo – elementos essenciais para o desenvolvimento de diversas lavouras e para a adubação nitrogenada das culturas de algodão, milho, café, cana de açúcar e hortaliças.

É considerado uma fonte estável de nitrogênio, que desenvolve a vegetação e enxofre, e é essencial para o processo de fotossíntese. Além disso, é reconhecido por obter a menor perda por volatilização e a melhor absorção pelas plantas, contando ainda com efeito sinérgico entre nitrogênio e enxofre.

A produção de fertilizantes está diretamente ligada à produção agrícola, e à disponibilidade de Matérias-Primas Básicas produzidas a custos economicamente viáveis. Os fertilizantes são classificados quanto à natureza da sua composição, à quantidade de nutrientes que o compõem e quanto ao tipo de macronutriente primário que o caracteriza.

O setor de fertilizantes é um dos setores de maior crescimento mundial, e, no Brasil, superou de maneira consistente o crescimento nos demais países do mundo nos últimos anos, conforme dados da IFA (*International Fertilizer Association*).

Os principais fatores que influenciam o crescimento da demanda por fertilizantes são: (i) Crescimento populacional e disponibilidade limitada de terras agricultáveis; (ii) Crescimento do PIB per capita em países em desenvolvimento; (iii) Potencial de terras exploráveis; (iv) Economia Agrícola; (v) Energia renovável por meio de biocombustíveis, por exemplo.

A Companhia produz sulfato de amônio no Brasil, em duas localidades:

- Candeias, BA, com capacidade nominal de produção de 350 kt/ano
- Laranjeiras, SE, com capacidade nominal de produção de 320 kt/ano

ARLA

ARLA (Agente Redutor Liquido de Óxido de Nitrogênio Automotivo) é um reagente composto por 32,5% de ureia de alta pureza em água desmineralizada, transparente, não inflamável e não tóxico, utilizado juntamente com o sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR) para reduzir quimicamente a emissão de óxido de nitrogênio nos gases de escape dos veículos movidos a diesel. O reagente não é um combustível, nem aditivo de combustível e por isso é classificado como um produto de categoria de risco mínimo no transporte de fluidos.

Age convertendo as partículas de óxido de nitrogênio (NOx) em nitrogênio e água. Essa reação reduz em até 98% as emissões de óxido de nitrogênio, que além de altamente poluente, é nocivo à saúde e responsável por diversos males de respiração. Além disso, promove a economia de combustível, fazendo compensar ainda mais o investimento.

A Companhia produz ARLA no Brasil em Camaçari (BA), com capacidade nominal de produção de 220 kt/ano.

(b) Características do processo de distribuição

O processo logístico da Companhia envolve, em linhas gerais, o transporte das matérias-primas até as unidades produtivas e o escoamento dos produtos para os clientes ou para os *traders* que representam a Companhia em determinadas vendas.

Para ilustrar, apresentamos abaixo as características dos processos de distribuição da Companhia, conforme cada segmento de atuação:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

ESTIRÊNICOS

A Companhia produz etilbenzeno em sua unidade de estirênicos em Camaçari, no estado da Bahia, onde está localizado o Polo Petroquímico de Camaçari. A Braskem opera o *cracker* petroquímico do Polo e produz as principais matérias-primas – eteno e benzeno – para a produção de etilbenzeno. O Etilbenzeno é um produto intermediário utilizado exclusivamente para a produção de estireno. A Companhia possui duas unidades de produção de estireno – uma em Camaçari (BA), outra em Cubatão (SP). A partir da produção de estireno, a Companhia também produz poliestireno – em São José dos Campos (SP) e em Guarujá (SP) – e latex – em Guarujá (SP). Abaixo, são apresentados mais detalhes sobre o processo produtivo em cada unidade:

Camaçari (BA)

A unidade de Camaçari está situada:

- a 27 quilômetros do porto de Aratu (Terminais Tequimar e Vopak), na cidade de Candeias, Bahia;
- a 50 quilômetros do porto de Salvador, na cidade de Salvador, Bahia; e
- no Polo Petroquímico de Camaçari, mesmo complexo petroquímico em que estão estabelecidas Braskem, Petrobras, entre outras empresas.

Em Camaçari, a Companhia produz etilbenzeno e estireno a partir das matérias-primas eteno e benzeno, produzidas pela Braskem no Polo Petroquímico de Camaçari. O eteno é transportado por meio de dutos (*pipeline*) e o benzeno é transportado por via rodoviária.

A Companhia transporta etilbenzeno e estireno produzidos na unidade de Camaçari para as unidades localizadas no estado de São Paulo (São José dos Campos, Cubatão e Guarujá) pelas vias rodoviária e marítima. Além disso, parte do volume de estireno produzido na Bahia pode ser comercializado para empresas localizadas no Nordeste, sendo também transportados por vias rodoviárias.

Cubatão (SP)

A unidade de Cubatão está situada:

- a 20 quilômetros do porto de Santos, na cidade de Santos, São Paulo, que é o maior porto público do Brasil; e
- a 65 quilômetros da cidade de São Paulo, localizada em São Paulo; e
- a, aproxidamente, 2.000 quilômetros da nossa unidade de Camaçari, localizada na Bahia.

Em Cubatão, a Companhia produz estireno a partir da matéria-prima etilbenzeno, produzida na unidade de Camaçari (BA) e transportado pelo modal rodoviário. Para maior eficiência, pretendemos usar o porto de Santos para descarregar o etilbenzeno, de onde pode ser transportado por via rodoviária para a unidade de Cubatão.

Grande parte do estireno produzido em Cubatão é utilizada como matéria-prima na produção de poliestireno em São José dos Campos e Guarujá e de látex em Guarujá, para onde é transportado pelo modal rodoviário. Além de suprir as unidades de poliestireno e látex da Companhia, outros clientes de estireno estão localizados principalmente na região Sudeste do Brasil.

São José dos Campos (SP)

A unidade de São José dos Campos está localizada:

- a 155 quilômetros do porto de Santos, na cidade de Santos, São Paulo;
- a 90 quilômetros da cidade de São Paulo, localizada em São Paulo;

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- a, aproximadamente, 2.000 quilômetros da nossa unidade de Camaçari, na Bahia; e
- a 150 quilômetros da nossa unidade de Cubatão, em São Paulo.

Em São José dos Campos, a Companhia produz poliestireno a partir do estireno produzido na unidade de Cubatão (SP) e transportado pelo modal rodoviário. A maior parte dos clientes de poliestireno está localizada nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Guarujá (SP)

A unidade de Guarujá está situada:

- a 10 quilômetros do porto de Santos, na cidade de Santos, São Paulo; e
- a 100 quilômetros da cidade de São Paulo, localizada em São Paulo.

Em Guarujá, a Companhia produz, principalmente, poliestireno e o látex. O terminal da Dow Chemical dentro da unidade de Guarujá é utilizado para descarregar o estireno (a principal matéria-prima utilizada na unidade de Guarujá) produzido em nossa unidade de Camaçari. A partir desse ponto, o transporte até a nossa planta de poliestireno é feito por dutos. O estireno também é recebido por rodovias da nossa unidade de Camaçari. Para a nossa produção de látex, recebemos butadieno e acrilonitrila por transporte rodoviário. Grande parte dos clientes domésticos estão situados na região sudeste do Brasil.

Normalmente exportamos o poliestireno da nossa unidade do Guarujá, dada a sua proximidade do porto de Santos.

ACRÍLICOS

A Companhia produz Acrilonitrila em Camaçari, no estado da Bahia, onde está localizado o Polo Petroquímico de Camaçari. As principais matérias-primas – propeno e amônia – são produzidas no Polo, pela Braskem (propeno) e, a partir de 2021, serão produzidos pela própria Companhia (amônia). A Companhia possui diversas plantas dos segmentos de acrílicos em Camaçari e em Candeias, também no estado da Bahia. Em Candeias, a Companhia produz, entre outros, os metacrilatos (MMA e EMA). Parte do MMA produzida no Brasil é direcionada para as unidades de chapas acrílicas no México. Abaixo, são apresentados mais detalhes sobre o processo produtivo em cada unidade:

Brasil

Unidades de Camaçari e Candeias (BA)

As unidades de Camaçari e Candeias estão situadas:

- a 27 quilômetros (Camaçari) e a oito quilômetros (Candeias) do porto de Aratu (Terminais Tequimar e Vopak), na cidade de Candeias, Bahia;
- a 50 quilômetros (Camaçari e Candeias) do porto de Salvador, na cidade de Salvador, Bahia; e
- no mesmo complexo petroquímico em que estão estabelecidas a Braskem e a Petrobras (o complexo petroquímico de Camaçari na Bahia).

Acrilonitrila e cianeto de sódio são os nossos principais produtos acrílicos nas nossas unidades de Camaçari na Bahia. Dutos efetuam o transporte da acrilonitrila produzida na nossa unidade de Camaçari para o Terminal Tequimar no porto de Aratu. Todos os outros produtos produzidos em Camaçari são transportados ao porto de Aratu por rodovias.

Ainda, dutos promovem o acesso das principais matérias-primas à essa instalação, tais como amônia, propeno e gás natural. O acesso de outras matérias-primas como benzeno, acetona e ácido sulfúrico, é feito por rodovias.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em Candeias, produzimos acrílicos, metacrilatos (MMA e EMA), cianeto de sódio e sulfato de amônio. Todos os produtos que exportamos a partir de Candeias são transferidos por via rodoviária ao porto de Aratu ou Salvador. A unidade recebe seus suprimentos de acetona, metanol, etanol, soda cáustica e ácido sulfúrico, entre outras matérias-primas, por via rodoviária, enquanto a amônia e o gás natural são supridos por meio de dutos. Nossos principais clientes de cianeto de sódio e sulfato de amônio se situam nas regiões mineradoras e agrícolas do Brasil, como os estados de Minas Gerais e Goiás. A distância de Candeias a Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, é de aproximadamente 1.400 quilômetros, e para Goiânia, a capital de Goiás, é de aproximadamente 1.800 quilômetros.

México

Ocoyoacac e San Luis Potosí

A unidade de Ocoyoacac está localizada no Estado do México:

- a 40 quilômetros da Cidade do México, capital do México, onde vendemos grande parte das nossas chapas acrílicas; e
- a 548 quilômetros de Terminal de Vopak Altamira, Estado de Tamaulipas, local onde armazenamos o MMA utilizado na produção das chapas acrílicas.

A unidade de San Luis Potosí está localizada no Estado de San Luis Potosí:

- a 420 quilômetros da Cidade do México, capital do México;
- a 730 quilômetros de Laredo, Texas, fronteira com os Estados Unidos, um dos nossos principais mercados para as chapas acrílicas; e
- a 474 quilômetros de Terminal de Vopak Altamira, Estado de Tamaulipas, local em que armazenamos o MMA utilizado na produção das chapas acrílicas.

Todo o MMA utilizado em nossas unidades de Ocoyoacac e San Luis Potosí é transportado por carros-tanque dos terminais de armazenagem em Altamira, México. Mantemos um contrato de armazenagem de MMA até dezembro de 2023 com o terminal de VOPAK em Altamira, Tamaulipas, usando um tanque de armazenagem de 5.690 toneladas, onde o MMA é recebido por hidrovias que o ligam às nossas unidades brasileiras. Daquele ponto em diante, o MMA é transferido para nossos clientes mexicanos e de exportação por transporte rodoviário ou fluvial.

Nossas chapas acrílicas produzidas nas duas unidades são transportadas por rodovias aos centros de distribuição e para armazéns próprios em cidades como Cidade do México, Guadalajara, Monterrey, Leon, Aguascalientes e Culiacán. Além desses locais, os produtos são armazenados em Hebron, Kentucky, facilitando nossa distribuição nos Estados Unidos.

Também mantemos um contrato de armazenagem de acrilonitrila até março de 2023 com o terminal OTM em Altamira, Estado de Tamaulipas, usando um tanque de armazenagem de 3.500 toneladas, onde recebemos acrilonitrila por via marítima das nossas unidades brasileiras. A partir desse terminal, a acrilonitrila é enviada para nossos clientes mexicanos e de exportação por via rodoviária ou fluvial.

Cosoleacaque

A unidade de Cosoleacaque está situada no Estado de Veracruz:

- a 590 quilômetros de Cidade do México, capital do México;
- a 627 quilômetros de Ocoyoacac, Estado do México; e
- a 985 quilômetros de San Luis Potosí, Estado de San Luis Potosí.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Em Cosoleacaque produzimos ácido sulfúrico. Em Cosoleacaque, Estado de Veracruz, também temos uma planta de MMA que foi inativada em 2018 e reativada em 2019, com a devida conversão para produção de EMA.

Agro

Bahia

Complexo de Camaçari – Unigel Agro

O Complexo de Camaçari está localizado no polo petroquímico de Camaçari, no estado da Bahia, onde a Braskem produz eteno, propeno e benzeno e onde a Companhia começará a produzir amônia em plantas de fertilizantes nitrogenados.

Em Camaçari, no segmento de Agro, produziremos amônia, ureia e ARLA. Receberemos gás natural (a principal matéria-prima utilizada em nossa produção de amônia) por gasoduto. A maior parte da amônia produzida em Camaçari será utilizada para produzir ureia no mesmo local, para abastecer nossa planta de acrilonitrila na unidade de Acrílicos de Camaçari, para abastecer nossa planta de HCN na unidade de Acrílicos de Candeias ou para outros mercados, principalmente em usos industriais no Polo Petroquímico de Camaçari. Transportaremos amônia para nossa fábrica de acrilonitrilo por ”pipeline”. Também transportaremos amônia para nossa planta de HCN por ”pipeline”. As plantas industriais de outras empresas localizadas no Polo Petroquímico de Camaçari também estão conectadas à planta de amônia de Camaçari por ”pipeline”. A ureia é um fertilizante e o ARLA é um produto utilizado em automóveis, e ambos devem ser transportados nacionalmente por rodovia.

Sergipe

Complexo de Laranjeiras

O complexo de Laranjeiras está localizado:

(i) a 294 quilômetros de nossa fábrica de acrilonitrila em Camaçari, no estado da Bahia, e a 305 quilômetros de nossa fábrica de HCN em Candeias, também no estado da Bahia; e

(ii) a 314 quilômetros do porto de Aratu, em Candeias, estado da Bahia.

Em Laranjeiras, produzimos amônia, ureia e sulfato de amônio. Recebemos gás natural (a principal matéria-prima utilizada em nossa produção de amônia) por gasoduto. A maior parte da amônia produzida em Laranjeiras será utilizada para produzir ureia e sulfato de amônio no mesmo local. Também receberemos ácido sulfúrico, uma matéria-prima para produzir sulfato de amônia, por rodovia ou por transporte marítimo, utilizando o porto de Sergipe. A ureia e o sulfato de amônio são fertilizantes e serão direcionados para a indústria de fertilizantes por rodovia.

Em casos específicos, poderemos transportar amônia para abastecer nossa fábrica de acrilonitrila em Camaçari ou para abastecer nossa fábrica de HCN em Candeias por rodovia.

(c) Características dos mercados de atuação

Indústria Química

Brasil

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O Brasil ocupa a sexta colocação entre as indústrias químicas globais, em termos de receitas, de acordo com dados compilados pela ABIQUIM para o ano de 2019.

Fonte: ABIQUIM

A indústria química brasileira também apresentou um crescimento atraente nos últimos oito anos, e tem crescido a cada ano – inclusive em 2015 e 2016, durante a mais forte desaceleração econômica vivida no país. Conforme ilustram os gráficos abaixo, estima-se que a indústria química brasileira tenha crescido a uma taxa composta de crescimento anual, ou CAGR, de 7,8% entre 2012 e 2020.

Fonte: ABIQUIM

Os produtos da Companhia podem ser classificados, principalmente, como "produtos químicos de uso industrial" e "fertilizantes". Somadas, as duas categorias representam 52% do faturamento líquido da indústria química brasileira em 2020, de acordo com a Abiquim, como se pode observar no gráfico abaixo. A indústria de "produtos químicos de uso industrial" cresceu a uma taxa anual de 6,6% entre 2012 e 2020, como também mostra o gráfico abaixo.

151

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: ABIQUIM

COVID-19

Uma vez que a indústria química global tem como foco oferecer matérias-primas para diversos setores – é chamada a "indústria das indústrias" –, a pandemia da COVID-19 atingiu de maneira relevante a demanda por produtos químicos nos meses em que diversas economias adotaram medidas de isolamento e *lockdowns* como medidas de contenção da proliferação do vírus Sars-CoV-2. Entretanto, a pandemia alterou os padrões de consumo das famílias, que passaram a direcionar seus gastos para reformas dos lares ou aquisição de eletrodomésticos em detrimento de lazer, viagens e consumo fora de casa. Com isso, a indústria química apresentou recuperação rápida puxada por segmentos como construção e eletrodomésticos.

Segundo a ABIQUIM, no acumulado do segundo trimestre de 2020, na comparação com igual período do ano passado, o CAN teve um crescimento expressivo de 9,6%, apesar da pandemia de COVID-19. Com a diminuição do número de casos e melhora geral da pandemia, os doze meses seguintes, contados a partir de julho de 2020, expandiram ainda mais o crescimento do setor. Comparando o segundo trimestre de 2021 com segundo trimestre de 2020, o CAN apresentou um crescimento de 18,8%, o índice de produção subiu 20,3%, o de vendas internas cresceu 20,1%, enquanto as importações tiveram alta de 16,0%, retornando às médias de crescimento históricas anteriores à pandemia.

Durante a pandemia da COVID-19, como notamos que a demanda de MMA diminuiu de maneira relevante, mas a demanda de cianeto de sódio aumentou, decidimos direcionar mais ácido cianídrico (HCN) para nossa produção de cianeto de sódio do que para nossa produção de MMA, a fim de aproveitar as condições mais favoráveis do mercado de cianeto de sódio durante o período, nos estabelecendo como o único produtor de cianeto de sódio no Brasil.

Ainda, também durante a pandemia da COVID-19, tomamos diversas medidas para apoiar as comunidades em nosso entorno, tais como doações de: (a) 14 toneladas de produtos de necessidade básica para famílias de comunidades localizadas próximas às nossas fábricas; (b) 2 ventiladores mecânicos de respiração para hospitais públicos na Bahia; e (c) mais de 45 toneladas de produtos para a fabricação de 6.000 cúpulas de entubação de acrílicos, 500 mil litros de saneantes de gel e milhões de descartáveis e embalagens para atender à população vulnerável. Estes esforços foram reconhecidos pelo Prêmio Ética nos Negócios 2020, concedido pelo Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios, em sua categoria Responsabilidade Social.

Como forma de diminuir os impactos da COVID-19 em nossas operações, adotamos uma série de medidas administrativas e operacionais envolvendo nossos colaboradores, clientes e fornecedores. Para mais informações sobre essas medidas, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

Negócios da Companhia

A Companhia está focada na produção de químicos intermediários em três principais segmentos de atuação: estirênicos, acrílicos e agro (fertilizantes). Na cadeia petroquímica, as atividades da Companhia são concentradas na segunda geração, utilizando químicos básicos (tais como eteno, propeno, benzeno, entre outros) como matérias-primas para produção e comercialização de um amplo portfólio de produtos químicos para indústrias diversas como agricultura, automotivo, construção civil, eletrodomésticos, entre outros.

Figura – Representação simplificada da cadeia de valor

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

ESTIRÊNICOS

Os produtos do segmento de Estirênicos são empregados principalmente na produção de eletrodomésticos, bens de consumo, produtos eletroeletrônicos, materiais de construção e para o segmento de embalagens e descartáveis plásticos. Também são vendidos a fabricantes de produtos químicos e conversores de produtos químicos. Os principais produtos da cadeia dos estirênicos são o estireno e poliestireno.

Estireno

O Estireno, ou Monômero de Estireno, é um composto orgânico utilizado na fabricação de resinas, borrachas e plásticos, inclusive o poliestireno. Em 2020, o consumo global do estireno, estimado pela IHS, foi de aproximadamente 29 milhões de toneladas. Os principais mercados para o estireno são o poliestireno, que responde por cerca de 35% do consumo global de estireno, seguido pelo poliestireno expansível (22%) e pelas resinas de engenharia (20%).

A região com maior consumo de estireno em 2020 foi a Ásia-Pacífico, respondendo por 64% do consumo global, seguido pela Europa, que respondeu por 14% e pela América do Norte que contribuíram com 12%.

153

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: IHS

Em suas projeções de consumo para 2024, o IHS estima um aumento de 7% na demanda global, para aproximadamente 32 milhões de toneladas, com uma dinâmica muito parecida da atual para as principais aplicações.

A precificação do estireno vendido pela Companhia tende a seguir a referência internacional do preço, assim como as principais matérias-primas (benzeno e eteno). Comparando estes preços, temos um referencial de "spread" que costuma basear nossas decisões de vendas.

O mercado de estirênicos passou por uma reestruturação significativa nos últimos anos e a lucratividade do mercado melhorou consideravelmente, após um longo período de condições desafiadoras da indústria. Espera-se que o mercado continue apresentando uma tendência positiva devido a melhores fundamentos de mercado.

Do lado da oferta, a indústria se beneficiou da estagnação da capacidade instalada nos últimos anos como parte de uma reestruturação da indústria que ajudou a elevar a lucratividade dos produtores. Junto com o encerramento de capacidades, houve uma consolidação significativa, incluindo a combinação dos segmentos de estirênicos da BP, INEOS, NOVA e BASF para formar a Styrolution. No entanto, a IHS prevê um aumento na capacidade instalada de estireno de 2020 a 2023, principalmente na China, devido aos investimentos em novas fábricas de monômero de estireno de óxido de propeno (POSM). Acreditamos que a maior parte dessa capacidade esperada não entrará em operação, já que as principais empresas de óxido de propeno desenvolveram tecnologias que não produzem estireno como subproduto. O gráfico abaixo ilustra o balanço global de oferta e demanda de estireno para o período de 2015 a 2025, de acordo com o IHS:

Com base nos dados do IHS, a indústria de produção de estireno na América do Sul está concentrada, com apenas três produtores (Unigel, Innova e Pampa Energia). Somos o segundo maior produtor de estireno da América Latina, com 310.000 toneladas por ano de capacidade instalada em 2020, ou 38,0% da capacidade total da região. De acordo com a IHS, a América do Sul representa 2,3% da capacidade global. A tabela abaixo apresenta a capacidade instalada mundial de produção de estireno em 2020:

Região	Capacidade de Produção Instalada (2020)
	(milhares de toneladas por ano)
Nordeste Asiático	18,306
Sudeste Asiático	2,040
América do Norte	5,872
Europa Ocidental	5,190
África / Oriente Médio	3,140

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Região	Capacidade de Produção Instalada (2020)
	(milhares de toneladas por ano)
Europa Central / Oriental	1,030
América do Sul	856
Total	**36,434**

Fonte: IHS

Os preços do estireno são geralmente baseados nos preços de mercado dos EUA, conforme publicado por grupos de consultoria do setor, como IHS, Argus Media e ICIS-LOR. A maior influência sobre os preços do estireno, além da utilização da capacidade e interrupções não planejadas, tem sido o custo do benzeno. O preço efetivamente pago pelos clientes está sujeito a negociação e pode incluir um desconto ou prêmio sobre os preços de referência publicados. Os *spreads* de estireno refletem a margem que os produtores geram e tendem a ser uma função das condições de oferta e demanda prevalecentes no mercado e da capacidade dos produtores de repassar as mudanças de preços de insumos aos clientes.

O gráfico abaixo mostra os preços de referência para o estireno nos Estados Unidos de 2018 a 2025, conforme publicado e projetado pela IHS, bem como spreads de estireno versus principais matérias-primas (benzeno e eteno, assumindo um peso de 75% benzeno e 25% eteno). Um período prolongado de lucratividade para a indústria global de estireno foi apoiado, em particular, pela reorganização da indústria e uma oferta mais racional. Apesar do aumento dos custos do benzeno nas Américas (devido à redução na produção de benzeno como co-produto nos *crackers* petroquímicos), os custos das matérias-primas foram aliviados devido aos menores preços do eteno e custos de serviços públicos na região.

De acordo com as previsões do IHS, os *spreads* deverão permanecer em um nível mais baixo no período entre 2021 e 2025, como resultado de capacidades adicionais principalmente na China. Acreditamos que a maior parte dessa capacidade esperada não entrará em operação e que as margens permanecerão atraentes durante o período de previsão. Se os spreads diminuírem conforme esperado pela IHS, estaremos em uma posição privilegiada, pois somos produtores de estireno e poliestireno e podemos mudar da venda de estireno para mercados finais para usar o estireno para produzir poliestireno adicional.

Preços de Estireno e Spread (US$ / ton)

Fonte: IHS.
Nota: Preço do estireno baseado na referência "North America, Spot, FOB US Gulf Coast". Preço do eteno baseado na referência "West Europe, Contract-Market Pipeline, Delivered W. Europe". Preço do benzeno baseado na referência "North America, Contract-Market Domestic, FOB US Gulf Coast". Spread calculado com base na diferença entre os preços do estireno e de uma ponderação de benzeno (ponderado a 75%) e eteno (ponderado a 25%).

Poliestireno

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O poliestireno é uma resina termoplástica produzida pela polimerização do estireno. É um dos plásticos mais utilizados no mundo, em uma vasta gama de artigos.

A IHS estima que o consumo de poliestireno global tenha sido de cerca de 11 milhões de toneladas em 2020. Os principais mercados do poliestireno são o mercado de embalagens, respondendo por cerca de 36% do consumo global, seguido pelo de eletrônicos / eletrodomésticos (34%) e bens de consumo (13%).

Assim como o estireno, a região Ásia-pacífico correspondeu pelo maior consumo de poliestireno em 2020, com 4,5 milhões de toneladas, seguido pela América do Norte, com 1,9 milhão de toneladas, e Europa Ocidental responsável por 1,3 milhão de toneladas.

Fonte: IHS.

A demanda no mercado de poliestireno é projetada pela IHS para crescer a 1,4% CAGR de 2020-2025. O crescimento da demanda por poliestireno deve ser impulsionado pela China, como uma das regiões de crescimento mais rápido globalmente. O crescimento da demanda na China será impulsionado pelo consumo doméstico de eletrônicos e eletrodomésticos. No longo prazo, a China continuará sendo o maior consumidor de poliestireno, uma vez que continua atendendo a demanda de manufatura doméstica para as crescentes classes média e média alta. Enquanto isso, os principais fabricantes de produtos eletrônicos e eletrodomésticos do país devem penetrar em novos mercados adicionais com as aquisições de vários concorrentes globais nos últimos anos.

Do lado da oferta, a capacidade diminuiu ligeiramente de 2017-2020, e é projetada pela IHS para ser essencialmente estável de 2020-2025. Assim como no caso das capacidades de estireno, houve uma diminuição da capacidade produtiva nos últimos anos como parte de uma reestruturação da indústria, em especial em mercados maduros, como América do Norte e Europa Ocidental, o que levou a uma maior lucratividade no mercado. Durante o período de previsão, são esperadas mais iniciativas como esta na Europa e na Ásia, enquanto as adições de capacidade devem desacelerar. O gráfico abaixo apresenta o balanço global histórico (2015-2020) e previsto (2021-2025) da oferta e demanda global

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

de poliestireno e ilustra a melhora nas taxas operacionais projetadas devido à demanda crescente, apesar da capacidade permanecer relativamente constante durante o período de previsão.

Fonte: IHS.

De acordo com a IHS, o consumo global de poliestireno per capita em 2020 é estimado em 1,4 kg por pessoa, e deve permanecer no mesmo nível até 2030. O consumo nas regiões desenvolvidas deve diminuir, já que a demanda de poliestireno por embalagens deverá diminuir. Por outro lado, o consumo nas regiões em desenvolvimento deve aumentar, impulsionado principalmente pelo segmento de eletrônicos. Somos o segundo maior produtor de poliestireno da América Latina, com 310.000 toneladas por ano de capacidade instalada, ou 36,6% da capacidade total da região.

A tabela abaixo apresenta a capacidade instalada mundial de produção de poliestireno em 2020:

Região	Capacidade de Produção Instalada (2020)
	(milhares de toneladas por ano)
Ásia Pacifico	8,372
América do Norte	2,518
Europa Ocidental	1,802
África / Oriente Médio	755
América do Sul	847
Europa Central / Oriental	583
Total	**14,877**

Fonte: IHS.

Os preços praticados pela Companhia tendem a seguir a referência internacional do preço spot CFR Hong Kong. Como o principal insumo de sua produção é o estireno, o qual é produzido e consumido internamente, utilizamos a mesma métrica de custo do estireno, ou seja, uma ponderação entre o preço de contrato doméstico do benzeno nos Estados Unidos (ponderado a 75%) e o preço de contrato doméstico do eteno na Europa (ponderado a 25%).

Os preços do poliestireno acompanham os custos do estireno. O preço efetivamente pago por um cliente, entretanto, está sujeito à negociação e pode incluir um desconto ou prêmio em relação ao custo de importação de poliestireno. Os spreads de poliestireno refletem a margem que os produtores geram e tendem a ser uma função das condições de oferta e demanda prevalecentes no mercado e da capacidade dos produtores de repassar as mudanças de preços de insumos aos clientes.

O gráfico a seguir mostra os preços de referência de poliestireno em Hong Kong entre 2018 e 2025, conforme publicado e projetado pela IHS, bem como o spread entre o poliestireno e o mix de matérias-

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

primas benzeno e eteno. Os spreads aumentaram nos últimos anos como resultado da racionalização da capacidade e, no período 2020-2025, espera-se que permaneçam altos, já que as capacidades adicionais deverão ser marginais, enquanto a demanda deve crescer especialmente em países em desenvolvimento, puxada pelo segmento de eletroeletrônicos:

Preços de Poliestireno e Spread (US$ / ton)

Fonte: IHS.
Nota: Preço do poliestireno baseado na referência "General Purpose Northeast Asia, Spot, CFR Hong Kong". Preço do eteno baseado na referência "West Europe, Contract-Market Pipeline, Delivered W. Europe". Preço do benzeno baseado na referência "North America, Contract-Market Domestic, FOB US Gulf Coast". Spread calculado com base na diferença entre os preços do poliestireno e de uma ponderação de benzeno (ponderado a 75%) e eteno (ponderado a 25%).

ACRÍLICOS

O segmento de Acrílicos da Companhia é caracterizado por uma cadeia de produção bastante integrada, com um extenso portfólio de produtos paras as mais diversas aplicações e indústrias. Os principais produtos deste segmento são a acrilonitrila, os monômeros, as chapas acrílicas e o cianeto de sódio. Dentre os principais mercados atendidos, destacam-se os setores têxtil, automotivo, construção e de mineração de ouro e prata.

Acrilonitrila

A acrilonitrila é um composto químico que atua como importante monômero na fabricação de fibras acrílicas, resinas plásticas ABS e SAN, borrachas nitrílicas e produtos químicos para purificação da água.

Para 2020, a IHS estima que o consumo de acrilonitrila global tenha sido de aproximadamente 5,5 milhões de toneladas. As resinas ABS e SAN são a maior aplicação em volume da acrilonitrila, respondendo por cerca de 40% do consumo de acrilonitrila global, seguidas pela acrilamida (18%) e pelas fibras acrílicas (17%). O noroeste asiático foi a maior região consumidora de acrilonitrila em 2020, respondendo por 58% do consumo global, seguido pelo América do Norte, que respondeu por 17%, e pela Europa Ocidental que responde por 11,8%.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: IHS.

Atualmente, há uma mudança de paradigma em andamento no mercado de acrilonitrila, e o mercado é alavancado por tendências atraentes de oferta e demanda que devem suportar fundamentos de mercado favoráveis aos produtores. A demanda é projetada pela IHS para crescer 5,4% CAGR de 2020-2025, com crescimento positivo da demanda esperado em todas as geografias. Os principais impulsionadores do crescimento da demanda devem ser o crescimento do mercado de ABS / SAN, acrilamida e fibra de carbono. ABS / SAN são usados em plásticos de alto desempenho e de engenharia em aplicações que deverão se beneficiar de um maior uso, uma vez que reduzem o peso de materiais nas indústrias de transporte e construção, bem como em eletrodomésticos e eletrônicos. Espera-se que os mercados de acrilamida cresçam nos próximos cinco anos, apoiados em particular por um aumento do uso em aplicações de energia, dada a recuperação do mercado e uso de poliacrilamida em aplicações de fraturamento (para extração de "shale gas"). Por fim, espera-se que a demanda por fibra de carbono cresça de forma atraente, apoiada pela maior adoção e tendências de redução do peso em automóveis, vasos de pressão, energia eólica, energia não-eólica e aeroespacial.

Do lado da oferta, a capacidade é projetada pela IHS para crescer 4,2% CAGR de 2020-2025. Nos últimos anos, os produtores de acrilonitrila têm se tornado cada vez mais disciplinados em torno de nova capacidade e o mercado se estreitou, com taxas de operação chegando a 90,0% em 2019. O gráfico abaixo apresenta o balanço global histórico (2015-2020) e projetado (2021-2025) de oferta e demanda global para acrilonitrila. De acordo com a IHS, as taxas operacionais diminuirão de 90,0% em 2019 para 75,9% em 2025 devido ao aumento da oferta, já que a capacidade de produção nominal global deverá crescer 320.000 toneladas por ano, principalmente na China. Acreditamos que as taxas de operação permanecerão acima de 80% nos próximos anos, dado que, de acordo com os números da IHS, (i) nenhuma empresa anunciou novas capacidades fora da China, (ii) a INEOS encerrou uma fábrica de 300.000 toneladas por ano no Reino Unido e (iii) parte da capacidade adicional projetada no curto prazo (de 2021 a 2023) são capacidades hipotéticas baseadas no aumento da demanda, e não em anúncios da Companhia. Dito isso, acreditamos que a demanda continuará a crescer em um ritmo forte com base em aplicações inovadoras (ABS / SAN, fibra de carbono, acrilamida) e, como a China não fornece o crescimento previsto da oferta, capacidade adicional em outros países se torna uma oportunidade.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: IHS.

De acordo com o IHS, na América do Sul, a demanda por acrilonitrila é projetada para crescer 29,0% CAGR de 2020-2025, impulsionada em particular pelo crescimento da produção de acrilamida com a empresa SNF Floerger buscando iniciar uma nova instalação de acrilamida de 25.000 toneladas métricas no Brasil. A capacidade na América do Sul é projetada pela IHS para permanecer constante de 2020-2025.

Os preços da acrilonitrila são geralmente estabelecidos pelo mercado com base nos custos das principais matérias-primas (propeno e amônia). Os preços da acrilonitrila na América do Norte publicados pela IHS servem de referência para este mercado. No entanto, os preços finais pagos estão sujeitos a negociação e podem variar das referências publicadas. Os *spreads* de acrilonitrila são um *proxy* para a margem que os produtores geram em termos de sua principal matéria-prima e tendem a ser não apenas uma função das condições de oferta e demanda prevalecentes no mercado, mas também refletem a capacidade dos produtores de repassar as mudanças de preços de insumos para clientes.

Em 2018 e 2019, os preços da acrilonitrila se recuperaram de quedas nos anos anteriores dado que houve um momento de racionalização da oferta, ou seja, produtores pontuais menos eficientes interromperam suas produções por tempo indeterminado. Porém, dado que a demanda global por acrilonitrila tem crescido em função de aplicações inovadoras, conforme mencionado nos parágrafos acima, a tendência é que os *spreads* permaneçam em patamares similares ao dos anos de 2018 e 2019 no período até 2025, como mostra a projeção da IHS abaixo.

O gráfico a seguir mostra os preços de referência da América do Norte para acrilonitrila de 2018 a 2025, conforme publicado e projetado pela IHS, bem como spreads de acrilonitrila versus propeno:

Preço de Acrilonitrila e Spread (US$ / ton)

Fonte: IHS.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Nota: Preço da acrilonitrila baseado na média das referências "Northeast Asia, Spot Import, Low, CFR Far East" e "Northeast Asia, Spot Import, High, CFR Far East". Preço do propeno baseado na referência "Polymer Grade North America, Contract-Benchmark Stream Value, Delivered United States".

MMA

Metil-metacrilato, ou metacrilato de metila, ou ainda apenas MMA, é um composto orgânico utilizado principalmente na produção do PMMA, precursor das chapas acrílicas, material alternativo ao vidro, amplamente utilizado para formulações de revestimento em geral, tais como revestimentos automotivos e tintas para a construção civil. Durante a pandemia de COVID-19, diversos estabelecimentos recorreram às chapas acrílicas como forma de aumentar o distanciamento entre funcionários e o público em geral – como no caso dos supermercados, dos escritórios, das repartições públicas, entre outros.

O consumo global de MMA foi de aproximadamente 3,4 milhões de toneladas em 2020 de acordo com o IHS. O PMMA é a maior aplicação em volume do MMA, respondendo por aproximadamente 63,4% do consumo global, seguida pelo revestimento de superfícies 18,6% e modificadores de impacto 9,4%.

O noroeste asiático foi a maior região consumidora de MMA em 2020, respondendo por 46,8% do consumo global, seguido pela América do Norte, que respondeu por 21,3%, e pela Europa Ocidental que respondeu por 15,7%.

Fonte: IHS.

Os preços do MMA geralmente são definidos com base em uma margem sobre o custo da acetona. No entanto, o preço real pago por um cliente está sujeito a negociação. Os spreads de MMA refletem a margem que os produtores geram e tendem a ser uma função das condições de oferta e demanda prevalecentes no mercado e da capacidade dos produtores de repassar as mudanças de preços de insumos aos clientes.

O gráfico a seguir mostra os preços de referência de MMA no mercado internacional de 2018 a 2025, conforme publicado e projetado pela IHS, bem como *spreads* de MMA versus acetona, a matéria-prima chave. Os preços e *spreads* do MMA aumentaram em 2018 principalmente devido a interrupções no fornecimento causadas por interrupções não planejadas de vários produtores. Os preços do MMA se acomodaram em um novo patamar desde então à medida em que uma nova instalação inaugurada pela Saudi Methacrylates (SAMAC) na Arábia Saudita foi colocada online. Os *spreads* devem permanecer atrativos durante o período de previsão:

Preço de MMA e Spread (US$ / ton)

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: IHS.
Nota: Preço do MMA baseado na média das referências "Northeast Asia, Spot, Average, Delivered China" e "West Europe, Contract-Market, Average, DDP W. Europe". Preço da acetona baseado na referência "Northeast Asia, Spot, CFR NE Asia/China MP".

Cianeto de Sódio

Composto inorgânico produzido a partir do ácido cianídrico (HCN) e do hidróxido de sódio (soda cáustica) e de importante aplicação na indústria de mineração, já que serve como um substituto mais seguro em relação ao mercúrio. Pode também ser utilizado nas indústrias de galvanoplastia, agroquímica e farmacêutica. Por ser um insumo predominantemente utilizado na mineração de ouro, seu preço varia de acordo com o preço do ouro – valor dolarizado e comoditizado.

AGRO (FERTILIZANTES)

A indústria de fertilizantes está focada no desenvolvimento, produção e comercialização de substâncias que complementam a disponibilidade natural de nutrientes do solo, com a finalidade de satisfazer a demanda das culturas que apresentam um alto potencial de produtividade e de levar a produções economicamente viáveis. Os fertilizantes também compensam a perda de nutrientes decorrentes da remoção das culturas, por lixiviação ou perdas gasosas. Nitrogênio (N), Fósforo (P) e Potássio (K) são os 3 principais macronutrientes primários da indústria de fertilizantes:

- Nitrogênio (N): Relacionado à fotossíntese, crescimento da raiz e absorção de nutrientes. É apresentado em fertilizantes como amônia ou compostos de nitrogênio à base de amônia, como ureia e sulfato de amônio. A produção industrial de amônia usa gás natural como principal matéria-prima (algumas plantas de produção de amônia, especialmente na China, são baseadas no carvão).
- Fósforo (P): Importante para a criação de ligações para transferir energia dentro da planta. Também é um nutriente necessário para os núcleos celulares. É proveniente principalmente da mineração de rocha fosfática.
- Potássio (K): Relacionado à absorção e manutenção de água e ativação de enzimas. Tem como principal fonte a extração mineral.

Além disso, vale destacar que Enxofre (S), Magnésio (Mg) e Cálcio (Ca) são os 3 principais macronutrientes secundários da indústria de fertilizantes.

Em termos de processo de produção, apresentamos a seguir um fluxograma elaborado por Dias e Fernandes (2006), extraído do relatório do BNDES "A indústria química e o setor de Fertilizantes", de autoria de Letícia Magalhães da Costa e Martim Francisco de Oliveira e Silva, explicando o processo de produção de fertilizantes NPK desde a extração de matérias-primas básicas até os produtos finais:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: BNDES, citando Dias e Fernandes (2006).

Considerando que estamos focados nos fertilizantes nitrogenados, voltados majoritariamente para o consumo interno no Brasil, apresentamos a seguir informações mais específicas.

Mercado brasileiro de fertilizantes – demanda

Segundo a ANDA, do total de fertilizantes entregues ao mercado brasileiro em 2020, o nitrogênio foi responsável por 29% do total em termos de participação de nutrientes. O fósforo representou 33% e o potássio, 37%. O perfil de demanda de nutrientes reflete a variedade de culturas brasileiras e as características nutricionais dos solos brasileiros, uma vez que as culturas têm diferentes necessidades de nutrientes e os solos diferem na concentração natural dos mesmos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A entrega total de fertilizantes no Brasil, em termos de NPK, cresceu 5,9% (CAGR) de 2010 a 2020. Na abertura por nutriente, o nitrogênio contido nos fertilizantes cresceu 6,3% (CAGR) para o período observado.

Fonte: ANDA.

O crescimento da demanda de nitrogênio (N) ligeiramente abaixo da média do NPK no período está relacionado ao aumento da participação da soja no volume geral da produção agrícola. A soja, que foi a cultura de crescimento mais rápido da década e aumentou sua participação na agroprodução total de 27% para 35%, é menos dependente de fertilizantes nutritivos do que outras culturas, como milho, arroz e trigo. O IFA estima que, em média, o nitrogênio represente apenas 5% da demanda de fertilizantes para soja, enquanto para o milho e trigo, 47%.

Fonte: ANDA.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Do ponto de vista regional, os estados com maior produção agrícola são os que demandam a maior parte do volume de fertilizantes. Contabilizando o mix de safras, de acordo com a ANDA, o MT, estado brasileiro com maior produção de soja e milho, representou 18% da demanda de fertilizantes nitrogenados em 2020, seguido por SP (15%), MG (14%) e RS (13%).

Fonte: ANDA.

A demanda de fertilizantes está diretamente relacionada à produção de grãos. De 2011 a 2020, conforme a demanda por fertilizantes cresceu a um CAGR de 5,0%, a produção de grãos cresceu a um CAGR de 5,4%. A área plantada, no entanto, cresceu apenas a um CAGR de 3,5%, o que demonstra que parte importante do aumento da produção deveu-se a ganhos de produtividade, que estão, entre outros fatores, associados à crescente adoção de fertilizantes pelos agricultores. O gráfico a seguir ilustra o comportamento da produção total de grãos e do aumento da produtividade na última década, no Brasil.

Fonte: ANDA.

Os drivers que moldaram o crescimento do mercado brasileiro de fertilizantes na última década também devem ser os principais responsáveis pelas tendências positivas de crescimento nos próximos anos:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- **Crescimento da área plantada:** Segundo o USDA, o Brasil ainda tem grande disponibilidade de terras agrícolas, com expectativa de crescimento de +11 Mha, principalmente para soja e milho, até 2030.

- **Produtividade da colheita:** Segundo o USDA, o Brasil ainda tem espaço para melhorar a produtividade. O aumento de produtividade esperado até 2030 no Brasil, para soja, por exemplo, é 3x maior do que o estimado para os EUA e 6x maior do que o estimado para a China.

- **Mix de culturas:** Por outro lado, a tendência de aumento da participação da soja em relação às outras culturas pode desacelerar o crescimento da demanda por nitrogênio, em comparação com potássio e fosfato.

Mercado brasileiro de fertilizantes – oferta

De acordo com a ANDA, em 2020, 96% do nitrogênio contido em produtos intermediários para fins fertilizantes que foram entregues no Brasil foram provenientes de importação, sendo que a produção nacional representou apenas 4%. A ureia, em particular, teve 100% de seu volume de abastecimento proveniente de importações.

Fonte: ANDA.

Na cadeia de valor dos fertilizantes no Brasil, os fertilizantes podem ser produzidos nacionalmente ou importados; das fábricas ou dos portos, os fertilizantes são direcionados aos misturadores ("blenders"), transportados principalmente por rodovias e, em alguns estados, por ferrovia ou hidrovia. Os "blenders", então, misturam e embalam os fertilizantes simples em misturas ensacadas prontas para uso que são enviadas aos distribuidores ou diretamente aos maiores produtores rurais.

Na última década, a produção nacional de fertilizantes nitrogenados foi administrada em grande parte pela Petrobras – a Unigel já era uma produtora de sulfato de amônio e a Yara, de nitrato de amônio. Após a decisão da Petrobras de reduzir a produção e hibernar suas instalações para produção de amônia e ureia, a Unigel assumiu a produção das instalações em Sergipe e na Bahia.

Para os próximos anos, o cenário para a produção nacional é percebido como bastante positivo. Em primeiro lugar, os preços e spreads da amônia aumentaram em 2021, em comparação com os valores do período de 2016 a 2020. De acordo com a consultoria Argus, os preços e spreads devem permanecer em um nível mais elevado, em comparação com a segunda metade da década passada. Em segundo lugar, para o gás natural, principal matéria-prima da amônia, responsável por aproximadamente 80% do custo de produção da amônia, há uma perspectiva promissora de maior competitividade de mercado no Brasil, levando ao aumento do acesso ao fornecimento a custos mais baixos. Segundo o BNDES, o novo mercado competitivo de gás natural permitirá o fortalecimento dos setores industriais brasileiros que vêm sendo impactados pelos elevados preços do gás natural nos últimos anos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Entre outras, duas barreiras à entrada de novos entrantes na produção nacional de nitrogenados merecem destaque neste mercado: (i) acesso ao gás natural; e (ii) acesso aos mercados finais.

- **Acesso ao Gás Natural:** devido ao alto consumo de volumes de gás natural envolvidos nos processos de produção de amônia, matéria-prima na produção de ureia, as fábricas de fertilizantes à base de nitrogênio precisaram se concentrar nas regiões costeiras próximas aos principais campos de produção de petróleo e gás, a fim de acessar suprimentos de gás confiáveis e acessíveis;

- **Acesso aos Mercados Finais:** a distância geográfica dos mercados finais aumenta significativamente os custos de transporte, exigindo que os participantes (i) construam escala industrial relevante para diluir custos, a fim de oferecer preços competitivos; e (ii) desenvolvam redes de distribuição robustas para alcançar os clientes finais

Dessa forma, a indústria brasileira deve se concentrar nos players que possuem escala, know-how, acesso ao abastecimento e acesso ao mercado para competir com as importações.

Amônia

A amônia é um composto de nitrogênio e hidrogênio com a fórmula NH3. Em temperatura natural, a amônia é um gás incolor com cheiro característico. A amônia tem aplicações como produto final em si, mas a maior parte de sua produção é usada como precursor de compostos à base de nitrogênio, como ureia, sulfato de amônio e nitratos. O fertilizante é o principal mercado final para amônia e produtos à base de amônia, mas também existem alguns usos industriais, como insumo em processos de fabricação de produtos químicos e ingredientes de produtos de limpeza doméstica.

A capacidade global de produção de amônia é estimada pela IFA em aproximadamente 223 milhões de toneladas em 2020. Ásia-Pacífico e Oriente Médio são as maiores regiões produtoras de amônia, respondendo por 56,0% da capacidade global, seguida pela Europa Central / Oriental e Ásia Central, que respondem por 17,4%, e a América do Norte, que responde por 10,1%. As Américas do Sul e Central respondem por 4,9% da capacidade global, a maior parte em Trinidad e Tobago.

O consumo global de amônia é estimado pela IHS em aproximadamente 186 milhões de toneladas em 2020. A produção de ureia é a aplicação de maior volume de amônia, sendo responsável por aproximadamente 61,7% do consumo global de amônia, seguido pela produção de nitratos (15,0%) e produção de NPK (8,1%). A Ásia Pacífico foi a maior região consumidora de amônia em 2020, respondendo por 51,9% do consumo global, seguida pela África / Oriente Médio, que respondeu por 13,7%, e pela América do Norte, que respondeu por 11,6%. Os gráficos abaixo ilustram a divisão do consumo global de amônia por aplicação e geografia em 2020:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Fonte: IHS

Do lado da oferta, a capacidade é projetada pela IHS para crescer a 1,8% CAGR de 2020-2025. Para os próximos anos, a IHS projeta que alguns projetos que estavam atrasados nos últimos anos, quando os preços de mercado da amônia caíram para um patamar inferior, vão ativar sua capacidade de produção. A maioria dos projetos que se espera concretizar não são para a comercialização de amônia, mas sim capacidades integradas a outras plantas, como, por exemplo, para produção de ureia e nitratos. Espera-se que a capacidade geral seja adicionada principalmente na África, Oriente Médio e Índia. A IHS também reconhece que alguns dos projetos adiados, atualmente alocados em 2024, podem não ter continuidade, reduzindo a adição de capacidade para o período previsto. O gráfico abaixo apresenta o balanço global histórico (2017-2020) e previsto (2021-2025) da oferta e demanda global por amônia.

Fonte: IHS.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Com base nos dados do IHS, a indústria de produção de amônia no Brasil está concentrada, com apenas três produtores (Unigel, Petrobras e Yara). Mantemos a liderança em capacidade produtiva, com 931 mil toneladas por ano da capacidade instalada uma vez que as unidades de Camaçari e Laranjeiras forem totalmente reativadas. A fábrica da Petrobras em Araucária-PR está com a capacidade ociosa desde o início de 2020 e a empresa já declarou intenção de desinvestir, mas não houve qualquer negociação antecipada divulgada ao mercado.

A tabela abaixo apresenta a capacidade instalada de produção de amônia no Brasil

	Produtores	**Capacidade Instalada de Produção em 2021**	
		(milhares de toneladas por ano, a não ser que indicado de outra forma)	
1	Unigel	925	59,5%
2	Petrobras	438	28,2%
3	Yara	191	12,3%
	Total	**1.554**	**100,0%**

Fonte:IHS, Unigel.

Globalmente, os principais produtores de amônia são: Yara, Nutrien, CF Industries, IFFCO and Chambal.

O gráfico abaixo mostra os preços de referência da amônia de 2018 a 2025, conforme publicado pela Argus, bem como o preço do petróleo Brent, balizador do preço do gás natural adquirido pela Companhia para o ano de 2021. De acordo com as projeções, após um período de 3 anos de preços de mercado baixos, causados por excesso de oferta na produção global, o preço da amônia deverá atingir a partir de 2021 patamares mais elevados do que nos três anos anteriores (2018 a 2020) dado que a relação entre oferta e demanda no mercado comercial de amônia deve ser mais equilibrada na próxima década, com menos adições de capacidade e demanda crescente que possa absorver uma parte do excesso de oferta. Prevê-se também que os *spreads* aumentem, com ligeira redução a partir de 2026 devido aos aumentos nos preços do gás natural.

Preço de Amônia (US$/ton) e Preço do Petróleo (US$ / bbl)

Fonte: Argus.
Nota: Preço da amônia baseado na referência "United States, Tampa, CFR" (Argus). Preço do petróleo baseado na referência "North Sea Dated, Northwest Europe, FOB" (Argus).

Ureia

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

A ureia é um composto orgânico com a fórmula CO(NH2)2. Sua principal matéria-prima é a amônia, que reage com o dióxido de carbono para se transformar em ureia. A ureia é produzida inicialmente na forma líquida e depois é geralmente solidificada por granulação ou por *prilling*. Possui 46% de nitrogênio por peso, que é a maior quantidade em todos os fertilizantes sólidos, o que faz da ureia uma das soluções mais econômicas para uso de fertilizantes em solos com alta demanda de nitrogênio. Além do uso de fertilizantes, a ureia também tem outras aplicações para uso industrial, como, por exemplo, sendo matéria-prima para a produção de ARLA, aditivo utilizado em veículos com motor a diesel, e como matéria-prima na produção de resinas e colas.

A capacidade global de produção de ureia é estimada pela IFA em aproximadamente 216 milhões de toneladas em 2020. As grandes regiões produtoras de amônia também são as grandes regiões produtoras de ureia: Ásia-Pacífico e Oriente Médio respondem por 67,4% da capacidade global, seguida pela Europa Central / Leste e Ásia Central, com 10,9%, e América do Norte, com 7,8%. As Américas do Sul e Central respondem por apenas 3,3% da capacidade global, concentradas em Trinidad e Tobago, México, Argentina, Brasil, Venezuela e Bolívia. No Brasil, as únicas capacidades de produção que estarão ativas em 2021 serão as da Unigel.

O consumo global de amônia é estimado pela IHS em aproximadamente 178 milhões de toneladas em 2020. O uso de fertilizantes é o maior volume de aplicação de ureia, sendo responsável por aproximadamente 78,9% do consumo global de ureia, seguido pelo uso industrial (16,6%) e produção de UAN (4,5%), que também tem fertilizante como uso final. A Ásia Pacífico foi a maior região consumidora de ureia em 2020, respondendo por 63,9% do consumo global, seguida pela América do Norte, que respondeu por 10,7%. A América do Sul / Central foi a terceira maior região consumidora de ureia, representando 7,8% da demanda global. Os gráficos abaixo ilustram a divisão do consumo global de ureia por aplicação e geografia em 2020:

Fonte: IHS.

Mesmo com a COVID-19, 2020 teve um aumento de 1,1% na demanda global de ureia em comparação com o ano anterior. As perspectivas de consumo de ureia são positivas para os próximos 5 anos. A IHS prevê que a demanda geral cresça a 1,3% CAGR de 2020-2025, principalmente impulsionada por um aumento na produção global de grãos. A demanda deve crescer em todas as regiões, com Ásia, Europa e América do Sul projetadas como responsáveis pelos maiores aumentos de volume, e África e América do Sul, regiões com maior potencial para expandir a área plantada e aumentar o uso de fertilizantes por área, com previsão de registrar a maior taxa de crescimento.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Do lado da oferta, a capacidade é projetada pela IHS para crescer 2,4% CAGR de 2020-2025. Para a próxima meia década, a IHS projeta grandes aumentos de capacidade na Nigéria, Rússia, Irã e China. A Índia, um dos maiores importadores mundiais, deve iniciar as atividades em 6 novas instalações de ureia, reduzindo sua dependência do comércio internacional. As novas instalações da Rússia, com previsão de início das operações em 2021 e 2022, podem aumentar a capacidade de produção de ureia do país, de acordo com a IHS, em aproximadamente 30%. O gráfico abaixo apresenta o balanço global histórico (2017-2020) e previsto (2021-2025) da oferta e demanda global por ureia.

Fonte: IHS.

Com base nos dados da IHS, a produção de ureia no Brasil está concentrada nas plantas da Unigel e na planta inativa da Petrobras. Somos o único produtor com produção prevista para o ano de 2021, com 1.125.000 toneladas por ano de capacidade instalada. A capacidade da planta da Petrobras em Araucária-PR está ociosa desde o início de 2020, mas operou com 652 mil de capacidade total nos últimos anos. Como a produção de amônia e ureia está integrada, a situação é a mesma descrita no capítulo de amônia: a Petrobras anunciou interesse em vender a unidade e a produção foi interrompida.

A tabela a seguir apresenta a capacidade instalada de produção de ureia no Brasil:

(milhares de toneladas por ano, a não ser que indicado de forma diferente)		
Produtores	**Capacidade de Produção Instalada**	
Unigel	1.125	63,3%
Petrobras	652	36,7%

Fonte: IHS, Unigel.

Globalmente, os principais produtores de ureia são os mesmos de amônia: Yara, Nutrien, CF Industries, IFFCO and Chambal.

O gráfico abaixo mostra os preços de referência da ureia no Brasil de 2018 a 2025, conforme publicado e projetado pela Argus, bem como os spreads de ureia versus amônia. Os preços da ureia estão correlacionados aos preços da amônia - portanto, os baixos preços praticados no mercado de amônia nos últimos 3 anos também foram uma realidade para o mercado de ureia - com isso, assim como no

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

caso da amônia, a expectativa é que o preço da ureia para os próximos anos se mantenha em patamar superior ao dos últimos 3 anos (2018 a 2020).

Preço de Ureia e Spread (US$ / ton)

Fonte: Argus
Nota: Preço da ureia baseado na referência "Brazil, CFR" (Argus). Preço da amônia baseado na referência "United States, Tampa, CFR" (Argus). Spread calculado com base na diferença entre os preços da ureia e da amônia (preço da amônia corrigido por um coeficiente teórico de 58% de conversão de amônia em ureia)

(i) Participação em cada um dos mercados

Acreditamos que uma das principais vantagens competitivas da Companhia está atrelada à sua posição de liderança no Brasil e América Latina, sendo a única produtora da região para diversos dos seus produtos e ocupando posições de liderança em vendas para os demais.

A Companhia atua em três grandes mercados:

Estirênicos: Em 30 de junho de 2021, tínhamos a segunda maior capacidade nominal de produção de estireno e poliestireno na América Latina (com base em dados da IHS Markit ("IHS"), consultoria de renome na indústria petroquímica) e uma das maiores capacidades de produção de látex no Brasil.

Acrílicos: Somos o único produtor de Acrilonitrila e MMA na América Latina, de acordo com o IHS.

Agro (Fertilizantes): Com a retomada das unidades de fertilizantes nitrogenados na Bahia e em Sergipe, seremos o maior produtor de amônia e o único produtor de ureia no Brasil, de acordo com o IHS.

(ii) Condições de competição nos mercados

A Companhia é considerada líder na produção de acrílicos e estirênicos no Brasil e na América Latina, um mercado com alto potencial de expansão e com significativos obstáculos para a entrada de novos players. O principal motor de lucratividade está atrelado à lei da oferta e da procura dominantes na indústria, e dado que há pouca expansão de oferta projetadas, é esperado que as condições de mercado permaneçam favoráveis à Companhia. Outrossim, a Companhia possui um modelo de segmentos verticalizado, e ao mesmo tempo flexível, dado que conta com uma exposição mista entre exportações e vendas domésticas.

Dentro da indústria mineradora, que é uma grande consumidora de cianureto de sódio, a Companhia acredita ser a única produtora deste na América Latina, que o comercializa em sua forma primária líquida (em solução, concentrado a 35% aproximadamente), em pó e briquetes. Os polos de atuação desse segmento são: Argentina, Bolívia, Chile, China, Coréia, Espanha, Estados Unidos, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Quando se trata do mercado de fertilizantes nitrogenados, as concorrentes são a Petrobras e os produtos importados no Brasil. A forte dependência por produtos importados nesse segmento, assim como suas matérias primas, representa uma fragilidade da cadeia do agronegócio no Brasil, ao mesmo

tempo em que traz uma perspectiva de crescimento. É importante ressaltar que, segundo a ANDA (Associação Nacional para Difusão de Adubos), o Brasil é o quarto maior consumidor mundial de nutrientes para produzir fertilizantes, mercado esse em que a Companhia possui foco no ramo de fertilizantes agrícolas. Por fim, há a disponibilização de diversas linhas de crédito para a aquisição de insumos pelos agricultores, que representa um importante motor para esse mercado.

Outros fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia

Benefícios fiscais ou Subsídios

A Companhia possui benefícios fiscais do programa "DESENVOLVE". Por meio dele, reduz o saldo devedor de ICMS mensal em 73%, possui o Regime Especial da Indústria Química – REIQ que concede crédito de 3,65% nas aquisições de matérias primas para Acrilonitrila e Monômero de Estireno e possui Redução do IRPJ oriundo dos resultados auferidos por estabelecimentos industriais situados na área da SUDENE.

Situações de monopólio ou oligopólio

A linha de segmento de Estirênicos tem como concorrente a Innova-Videolar, BASF, Dow e importações. Para a linha de acrílicos e agro existe concorrência com material importado.

Custo de matéria prima e outras despesas

A aquisição das principais matérias primas para a produção de Acrilonitrila, Monômero de Estireno e Látex ocorre através do fornecedor Braskem, única central petroquímica no país que, portanto, detém o monopólio desses produtos internamente. Os preços de compras são regulados por contratos e seguem referência de preços internacionais.

(d) Eventual sazonalidade

ESTIRÊNICOS

Poliestireno, que apresenta redução de demanda nos meses de maio a julho. Esta sazonalidade reduz o faturamento da companhia em 8% na média destes meses. Em contrapartida, nos meses de agosto a novembro o faturamento sobe 10%.

ACRÍLICOS

Não se aplica.

AGRO (FERTILIZANTES)

Há um padrão sazonal que concentra as vendas de fertilizantes no segundo semestre do ano, mais especificamente a partir de maio, devido ao período da entressafra que vai de abril a agosto. Em 2017, por exemplo, aproximadamente 62% das entregas foram relativas a esse período, de acordo com dados do Instituto de Economia Agrícola.

(e) Principais insumos e matérias primas

(i) Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As unidades de negócio da Companhia utilizam derivados da cadeia do petróleo e do gás como principais matérias-primas, fornecidas majoritariamente por empresas localizadas nas imediações das fábricas da Companhia. Grande parte dos contratos de fornecimento de matérias-primas são de longa duração e baseados em *benchmarks* internacionais na formação dos preços.

Abaixo, estão descritas as relações mantidas com fornecedores das principais matérias-primas utilizadas pela Companhia em cada uma das unidades de negócio:

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

ESTIRÊNICOS

Nos estirênicos, as principais matérias-primas utilizadas são:

(iii) Eteno e benzeno, que dão início à produção de estireno e poliestireno;

(iv) Borracha de polibutadieno, utilizada na produção de poliestireno de alto impacto (HIPS); e

(v) Butadieno e acrilato de butila, utilizados na produção de látex.

Matéria-prima	**Modalidade do Contrato de Fornecimento**	**Fornecedor**
Eteno	Contrato de longo prazo	Braskem
Benzeno	Contrato de longo prazo	Braskem
Borracha de polibutadieno	Mercado à vista (compras *spot*)	Versalis, Arlanxeo, Synthos
Butadieno	Contrato de longo prazo	Braskem
Acrilato de butila	Mercado à vista (compras *spot*)	BASF, Importações
Utilidades	Contratos de longo prazo	Braskem, Petrocoque, Dow Chemical, Bayer, Bahiagás, Comgás

(vi) Eteno

O eteno é utilizado na produção de etilbenzeno, intermediário destinado exclusivamente para a produção de estireno. Todo o eteno consumido pela Companhia é fornecido pela Braskem, por meio de dutos (*pipeline*) que interligam as plantas da Braskem e da Companhia no Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia.

O contrato de fornecimento vigente com a Braskem para o fornecimento de eteno foi firmado em julho de 2011 com duração de dez anos, expirando no final de junho de 2021. O contrato é renovável sucessivamente por prazos de cinco anos, podendo ser rescindido mediante a entrega de notificação com antecedência de 36 meses. O contrato prevê um consumo mínimo de eteno a cada trimestre, mas permite ajustes das quantidades mínimas em circunstâncias tais como paralisação planejada para fins de manutenção. O preço da matéria-prima está vinculado ao *benchmark* do mercado de contratos europeu, informação publicada pela consultoria IHS Markit. O mesmo contrato de fornecimento também regra, com características similares, o fornecimento de benzeno.

(vii)Benzeno

O benzeno também é utilizado na produção de etilbenzeno, intermediário destinado exclusivamente para a produção de estireno. Todo o benzeno consumido pela Companhia também é fornecido pela Braskem, por meio de dutos (*pipeline*) que interligam as unidades petroquímicas da Braskem e da Companhia no Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia.

O mesmo contrato de fornecimento vigente com a Braskem para o fornecimento de eteno rege o fornecimento de benzeno. Firmado em julho de 2011 com duração de dez anos, expirando no final de junho de 2021, o contrato é renovável sucessivamente por prazos de cinco anos, podendo ser rescindido mediante a entrega de notificação com antecedência de 36 meses. O contrato prevê um consumo mínimo de benzeno a cada trimestre, mas permite ajustes das quantidades mínimas em circunstâncias tais como paralisação planejada para fins de manutenção. O preço da matéria-prima está vinculado ao *benchmark* do mercado de contratos nos EUA, informação publicada pela consultoria IHS Markit.

Borracha de polibutadieno

A borracha de polibutadieno (PBR) é utilizada na produção de poliestireno de alto impacto. O produto é fornecido, principalmente, pelas empresas Versalis, Arlanxeo e Synthos. Tipicamente, as empresas fornecem para a Companhia produto trazido de suas unidades produtivas globais, não necessariamente de unidades produtivas localizadas no Brasil.

Butadieno

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O butadieno é utilizado na produção de látex SB, material composto tipicamente com 59% de estireno e 41% de butadieno. A Braskem fornece butadieno para a Companhia, com preços baseados no *benchmark* internacional do produto, conforme divulgado pela consultoria IHS Markit. O contrato de fornecimento de butadieno foi renovado em 1º de janeiro de 2021, com vigência de três anos salvo se rescindido expressamente por qualquer uma das partes mediante a entrega de uma parte à outra de notificação rescisória com antecedência mínima de 12 meses da data de expiração. O contrato tem renovação automática a cada três anos.

(viii) Acrilato de butila

O acrilato de butila é utilizado na produção de látex SA, material composto tipicamente com 46% de estireno e 54% de acrilato. O acrilato de butila pode ser comprado da BASF, que fabrica o produto em Camaçari (BA), ou importado. O preço do acrilato de butila também está diretamente relacionado a *benchmarks* internacionais.

Utilidades

As fábricas de estirênicos consomem diversas utilidades, tais como vapor, água, ar, nitrogênio, entre outras. A Braskem é a principal fornecedora de utilidades para as operações de estirênicos em Camaçari (BA). A Dow Chemical fornece utilidades para as operações de poliestireno e látex localizadas em Guarujá (SP). A Bayer fornece utilidades para as operações de poliestireno em São José dos Campos (SP). O fornecimento de gás natural com o objetivo de geração de vapor como utilidade para as unidades localizadas nos estados da Bahia e de São Paulo é garantido por contratos firmados com a Bahiagás e com a Comgás, respectivamente.

ACRÍLICOS

Nos acrílicos, as principais matérias-primas utilizadas são:

(ix) Propeno e amônia, utilizados na produção das nitrilas;

(x) Gás natural, utilizado na produção dos metacrilatos e derivados, e do cianeto de sódio;

(xi) Acetona, metanol e ácido sulfúrico, utilizados na produção dos metacrilatos e derivados; e

(xii) Soda cáustica, utilizada na produção do cianeto de sódio.

Matéria-prima	**Modalidade do Contrato de Fornecimento**	**Fornecedor**
Propeno	Contrato de longo prazo	Braskem
Amônia	Mercado à vista (compras *spot*)	Petrobras
Gás Natural	Contratos de longo prazo e mercado à vista (compras *spot*)	Bahiagás
Acetona	Contratos de longo prazo e mercado à vista (compras *spot*)	Rhodia, Kolmar
Metanol	Contrato de longo prazo	Methanex
Etanol	Mercado à vista (compras *spot*)	Raízen, Álcool Ferreira
Ácido sulfúrico	Contratos de longo prazo e mercado à vista (compras *spot*)	Unigel, Paranapanema, Elekeiroz, Tricon, Trammo
Soda cáustica	Mercado à vista (compras *spot*)	Tricon, Univar, Unipar
Utilidades	Contratos de longo prazo	Braskem, Coelba, NC Energia
ACH	Matéria-prima produzida pela Unigel	Unigel
MMA	Matéria-prima produzida pela Unigel	Unigel

(xiii) Propeno

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

O propeno é utilizado na produção de acrilonitrila. Todo o propeno consumido pela Companhia é fornecido pela Braskem, por meio de dutos (*pipeline*) que interligam as unidades petroquímicas da Braskem e da Companhia no Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia.

O contrato de fornecimento com a Braskem foi renovado em janeiro de 2021, com duração de 5 anos, expirando em dezembro de 2025. O contrato prevê um consumo mínimo de propeno a cada trimestre, mas permite ajustes das quantidades mínimas em circunstâncias tais como paralisação planejada para fins de manutenção. O preço da matéria-prima está diretamente vinculado ao *benchmark* do mercado de contrato de propeno grau polímero nos EUA.

Amônia

A amônia é utilizada na produção de acrilonitrila e HCN.

Até o mês de fevereiro de 2019, a Petrobras fornecia amônia produzida nas unidades de fertilizantes nitrogenados localizadas na Bahia e em Sergipe. Com a interrupção das atividades operacionais das unidades, a Petrobras continuou sendo a fornecedora de amônia para a Companhia, comercializando produto importado, por meio do seu Terminal Marítimo de Amônia e Ureia localizado no Porto de Aratu. O preço da amônia adquirida da Petrobras leva em conta o *benchmark* internacional de preços da amônia e as despesas de importação.

Esse terminal marítimo está incluído no escopo dos contratos de leasing da Petrobras, e esperamos começar a operá-lo no primeiro trimestre de 2021, trazendo maior competitividade na aquisição de amônia importada, uma vez que todo o processo passará a ser conduzido pela Companhia, sem que a Petrobras seja intermediária.

Também em 2021, a Companhia retomou as operações das unidades de fertilizantes nitrogenados da Bahia e de Sergipe, arrendadas da Petrobras. A produção nacional de amônia também deve incrementar a competitividade da Companhia na produção de acrílicos.

Gás Natural

O gás natural é utilizado na produção de HCN, intermediário empregado na produção de MMA e de cianeto de sódio. Todo o gás natural consumido nas nossas unidades de Acrílicos é fornecido pela Bahiagás, empresa responsável pela distribuição de gás na Bahia.

Acetona

A acetona é utilizada na produção de Metacrilatos (MMA).

Parte da acetona consumida pela Companhia é adquirida no mercado doméstico, por meio de contrato de longo prazo com a Rhodia Poliamida e Especialidades S.A., ou Rhodia, e no mercado à vista (*spot*) internacional, por intermédio de *traders*. Com o objetivo de reduzir a exposição da Companhia aos *traders* e incrementar a competitividade, a Companhia está negociando um contrato de longo prazo com grande produtor global de acetona, nos mesmos moldes do contrato de metanol (ver Acrílicos – Metanol).

A Rhodia fornece acetona para a Companhia com base em contrato de longo prazo celebrado em setembro de 2015, com validade de 24 meses. Após esse período esse contrato já foi renovado por três vezes, sendo a última em junho de 2021, com validade até agosto de 2023. Nos termos desse contrato, a Rhodia fornece acetona para as unidades produtivas de Camaçari (BA) e Candeias (BA) e a Companhia concorda em comprar quantidades mínimas de acetona anuais, trimestrais e mensais. Os preços da acetona estão atrelados à referência do preço da acetona no contrato de MMA publicada pela ICIS-LOR. Esse contrato é renovado automaticamente e sucessivamente por períodos de 24 meses, a menos que uma parte transmita uma notificação rescisória à outra com antecedência de 60 dias. As partes podem rescindir o contrato a qualquer momento mediante a entrega de uma notificação com antecedência de 90 dias.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Na compra intermediada por *traders*, os maiores volumes de acetona são fornecidos pela Itochu Chemical Frontier Corporation.

Metanol

O metanol é utilizado na produção de MMA. Todo o metanol utilizado pela Companhia é importado e fornecido pela Methanex. O preço do metanol importado é diretamente relacionado aos *benchmarks* internacionais do preço de contrato no mercado dos EUA.

Em 1º de outubro de 2013, celebramos um contrato de fornecimento com a Methanex para o fornecimento de metanol. Esse contrato foi renovado em outubro de 2021 e expira em abril de 2023. Os preços do metanol nos termos desse contrato são informados pela Methanex mensalmente, e se baseiam nos preços do metanol no mercado da Costa do Golfo dos Estados Unidos. Esse contrato será renovado automaticamente por prazos sucessivos de um ano-calendário cada, salvo em caso de rescisão por uma das partes ao final de cada prazo, mediante a entrega de uma parte à outra de uma notificação rescisória com antecedência mínima de 180 dias-calendário antes da expiração desse prazo.

Etanol

O etanol é utilizado na produção de EMA. Todo o etanol utilizado pela Companhia é comprado no mercado doméstico, cujos preços são de amplo conhecimento dada a utilização do etanol como um dos principais combustíveis no país.

Em 2020, os principais fornecedores de etanol para a Companhia foram Raízen Energia S.A e Álcool Ferreira S/A.

Ácido sulfúrico

O ácido sulfúrico é utilizado como catalisador na produção de acrilonitrila, HCN e MMA, e também para a produção de sulfato de amônio. É adquirido no mercado à vista, de origem nacional ou importada. Entre os produtores nacionais estão a Paranapanema e a Elekeiroz. *Traders* como Trammo e Tricon complementam os volumes de ácido sulfúrico necessários para as operações.

Soda cáustica

A soda cáustica é utilizada na produção de cianeto de sódio. A maior parte da soda cáustica utilizada pela Companhia é importada, fornecida principalmente pela Tricon Energy Ltd, empresa que vende em condições semelhantes ao mercado à vista (compras *spot*). Geralmente, o preço praticado está diretamente relacionado ao *benchmark* do mercado à vista (*spot*) nos EUA, conforme publicado pela consultoria ICIS.

A soda cáustica é produzida junto com o cloro, como resultado da eletrólise do cloreto de sódio. Assim, o preço e a disponibilidade da soda cáustica são influenciados diretamente pelo preço do cloro.

Utilidades

As fábricas de Acrílicos consomem diversas utilidades, tais como vapor, água, ar, nitrogênio, entre outras. Braskem, Coelba e NC Energia são os principais fornecedores de utilidades para as operações de Acrílicos estirênicos em Camaçari (BA).

AGRO (FERTILIZANTES)

No agro, as principais matérias-primas utilizadas são:

(i) Gás natural, para a produção de amônia

(ii) Ácido sulfúrico, para a produção de sulfato de amônio

Matéria-prima	Modalidade do Contrato de Fornecimento	Fornecedor
Gás natural	Contrato de curto prazo	Petrobras

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Gás natural	Contrato de longo prazo (2022 a 2026)	CH4 Energia (New Fortress Energy)
Ácido sulfúrico	Contratos de longo prazo e mercado à vista (compras *spot*)	Unigel, Paranapanema, Elekeiroz, Tricon, Trammo

(iii) Gás natural

O gás natural é utilizado na produção de amônia. Em janeiro de 2021, a Companhia celebrou contrato de fornecimento de gás natural com a Petrobras para o fornecimento de gás natural para as duas unidades de fertilizantes (Bahia e Sergipe) durante o ano de 2021. Em agosto de 2021, a Companhia celebrou contrato de fornecimento de gás natural com a CH4 Energia, empresa do Grupo New Fortress Energy, para os anos de 2022 a 2026 para as duas unidades de fertilizantes (Bahia e Sergipe), permitindo à Companhia acompanhar os avanços esperados no Brasil com relação à Nova Lei do Gás e ao aumento da competitividade do gás no mercado doméstico. Os contratos de gás natural firmados entre a Companhia e a Petrobras, bem como entre a Companhia e a CH4, preveem fórmulas de preços baseadas em *benchmarks* internacionais.

Ácido sulfúrico

O ácido sulfúrico é utilizado na produção de sulfato de amônio. Para mais detalhes, ver Acrílicos – Ácido Sulfúrico.

(ii) Eventual dependência de poucos fornecedores

Há dependência de fornecedores, pelo fato de haver um número limitado de fontes – concentração significativa dentro do setor, que precisa ainda satisfazer as especificações, normas de qualidade, outros critérios aplicáveis e cronogramas de entrega. Ainda, o custo de armazenamento e transporte das matérias-primas é significativo, ao mesmo tempo que não existe uma infraestrutura adequada no Brasil para a importação de grandes quantidades de alguns dos produtos requeridos. Portanto, a Companhia precisa de fornecedores localizados nas proximidades de suas fábricas.

A Braskem produz matérias-primas importantes para os segmentos de Estirênicos e Acrílicos da Companhia, tais como eteno, benzeno e propeno, no cracker petroquímico localizado no Polo de Camaçari. A Companhia compra as matérias-primas com base em preços internacionais e recebe as matérias-primas por pipeline, o que confere maior competitividade à Companhia. Todos os produtos podem ser importados, mas com um incremento de custos significativos na comparação com a alternativa local.

A Petrobras produzia amônia nas unidades de fertilizantes nitrogenados. A interrupção da produção de amônia pela Petrobras levou a Companhia a recorrer a amônia importada em 2020, com histórico de interrupção de fornecimento por dificuldade de acesso ao produto no mercado internacional. A reativação das fábricas de fertilizantes nitrogenados pela Companhia reduz significativamente o risco de escassez desta matéria-prima, aumentando a confiabilidade e a previsibilidade das nossas operações.

(iii) Eventual volatilidade em seus preços

As principais matérias primas são: propeno, amônia, acetona, metanol, etanol, ácido sulfúrico, soda caustica, eteno, benzeno, borracha de polibutadieno, butadieno, acrilato de butila. Cada uma dessas matérias-primas possui uma dinâmica própria de oferta e demanda, que impactam diretamente seus preços. Com isso, qualquer disrupção nesse balanço pode resultar em aumento da volatilidade de preços. Além disso, a precificação da maior parte desses insumos é realizada em base dolarizada, e por consequência, a desvalorização do Real frente ao dólar norte-americano tende a elevar o preço final da matéria-prima.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

(a) Montante total de receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Nesse período, os dez principais clientes da Companhia representaram 27,9% da receita bruta de vendas.

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Nesse exercício, os dez principais clientes da Companhia representaram 31,3% da receita bruta de vendas.

(b) Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente foi responsável por mais de 10% da receita líquida total da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia encontra-se no segmento petroquímico e desenvolve as suas atividades através de suas subsidiárias operacionais nos Estados de São Paulo, Bahia e Sergipe, nos munícipios de Guarujá, Cubatão, São José dos Campos, Camaçari, Candeias e Laranjeiras, seguindo, portanto, as legislações que lhe são aplicáveis em âmbito federal, estadual e municipal. Reputamos como relevantes para a Companhia as legislações tributárias, os regulamentos e leis ambientais, bem como a regulação aplicável às matérias primas essenciais para as atividades da Companhia, dentre as quais podemos destacar gás, vapor, água, energia elétrica, eteno, propeno e benzeno.

Regras de zoneamento

A operação normal das unidades da Companhia está sujeita, entre outros fatores, ao cumprimento das regras de zoneamento aplicáveis em cada município e região, bem como à obtenção de alvará de licença de uso e funcionamento, emitido pela municipalidade competente, e alvará do corpo de bombeiros competente, autorizando a operação regular do estabelecimento em questão.

Em relação a todos os locais ocupados pela Companhia para o exercício de suas atividades, devem ser obtidas e renovadas periodicamente as respectivas licenças e autorizações. Estabelecimentos que violem esses regulamentos, que não obtenham ou renovem suas licenças, ou que não cumpram com suas respectivas condições, podem estar sujeitos a sanções administrativas ou criminais, tais como a imposição de autos de infração, multas pelas autoridades competentes (cujo valor somente é determinado no caso específico), cancelamento de licenças, suspensão de atividades, interdição do respectivo estabelecimento (hipótese em que a Companhia ficará impedida de operar no respectivo imóvel até a devida regularização, podendo, inclusive, culminar no fechamento administrativo do imóvel), não pagamento do prêmio do seguro em eventual sinistro no imóvel e proibição de contratar com entidades governamentais, entre outras sanções, além da responsabilidade de reparar quaisquer danos causados.

Licenciamento Ambiental

As operações das controladas da Companhia estão sujeitas às leis federal, estadual e local e aos regulamentos que regem o licenciamento ambiental, o uso de recursos hídricos, a interferência em áreas especialmente protegidas (tais como as áreas de Reserva Legal, áreas indígenas, áreas das comunidades quilombolas, Unidades de Conservação, sítios arqueológicos e Áreas de Preservação Permanente), o despejo de efluentes, emissões de poluentes, bem como o manuseio e descarte do resíduo industrial e outros tipos de resíduos. Todos os níveis de governo legislam sobre as questões ambientais, de acordo com a autoridade de cada órgão governamental, e, em situações em que haja um conflito de regras, a legislação que oferecer uma proteção ambiental maior normalmente irá prevalecer.

A Lei Federal nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) regulamenta várias condutas que são consideradas crimes. De acordo com essa lei, as sociedades e os indivíduos podem estar sujeitos à responsabilidade penal. A Lei estabelece que qualquer tipo de poluição que possa prejudicar a saúde humana, levar à morte de animais ou destruir significativamente a flora, seja considerada um crime ambiental. Assim, os empreendimentos que poluírem o ambiente poderão estar sujeitos a multas, ter suas operações suspensas, bem como se serem proibidos de contratar e receber subsídios, subvenções, doações ou benefícios fiscais do governo. Os diretores executivos, conselheiros e outros indivíduos da Companhia que poluírem o meio ambiente poderão estar sujeitos a multas, serem obrigados a prestar serviços à comunidade e também poderão ser presos por até cinco anos.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Companhia também poderá ser considerada civilmente responsáveis pelos eventuais danos ambientais causados e estará sujeita à reparação do meio ambiente ou pagamento de indenização quando o meio ambiente não puder ser recuperado. De acordo com a legislação brasileira, os danos ambientais estão sujeitos a um padrão de responsabilidade objetiva, ou seja, que independe da existência de culpa ou intenção. A legislação brasileira também impõe uma responsabilidade solidária a qualquer pessoa que, em virtude de uma determinada atividade, facilite ou contribua, direta ou indiretamente, para os danos ambientais. Os proprietários de bens imóveis ou aqueles que deles se beneficiem são responsáveis conjunta e individualmente com a parte que de fato causou danos ao meio ambiente pela recuperação do meio ambiente e/ou pagamento de quaisquer indenizações devidas.

As penalidades administrativas, previstas no Decreto Federal nº 6.514/2008, também poderão ser impostas sempre que houver uma violação das leis ambientais e incluem: (i) advertência; (ii) restrição de direitos; (iii) suspensão ou proibição para instalar ou desenvolver suas atividades; (iv) proibição para assinar contratos com o governo; (v) suspensão da licença; (vi) suspensão de financiamento ou benefícios fiscais; e (vii) multas. As multas aplicáveis às partes consideradas poluidoras ou que não cumprem as disposições legais sobe o gerenciamento de resíduos variam de R$5.000 a R$50.000.000.

Licenças Ambientais

São obrigadas a obter licenças e autorizações, tanto nas fases de aprovação do projeto do empreendimento e de sua instalação quanto na fase de operação de suas plantas industriais. Se quaisquer de suas licenças e permissões ambientais expirarem ou não forem renovadas tempestivamente ou se a Companhia falhar na obtenção de quaisquer licenças e permissões ambientais exigidas, poderá estar sujeita à responsabilidade penal e às penalidades administrativas, tais como suspensão, parcial ou totalmente, das suas atividades, e multas, que variam de R$500,00 a R$10.000.000,00. Além disso, se esse tipo de irregularidade causar qualquer dano ao meio ambiente, a Companhia também poderá ser responsabilizada na esfera civil e demandada a reparar eventuais danos causados ao meio ambiente.

Em regra geral, as licenças ambientais possuem validade por período definido na licença e deverão ser periodicamente renovadas perante os respectivos órgãos ambientais licenciadores, para garantia da regularidade da atividade desenvolvida. De acordo com a Lei Complementar nº 140/2011, a renovação da licença ambiental deve ser solicitada com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, para que esse fique automaticamente prorrogado até a manifestação definitiva do órgão ambiental. Vale ressaltar, contudo, que os Estados e Municípios têm autonomia para determinar prazos diferentes do previsto pela legislação federal para a renovação de licenças e autorizações ambientais de sua competência.

No caso da unidade de São José dos Campos, nossa Licença de Operação está vencida e o pedido de renovação foi realizado de forma intempestiva, o que pode ensejar a aplicação de sanções.

As licenças e permissões ambientais também exigem a conformidade com determinadas exigências técnicas. O cumprimento dessas exigências é obrigatório para que as licenças e permissões ambientais continuem válidas. As mesmas penalidades aplicadas pela ausência de licenças ou autorizações dos órgãos ambientais também são aplicáveis caso o empreendedor deixe de atender às condicionantes estabelecidas na licença ambiental.

A unidade de Cubatão atualmente não está cumprindo integralmente com as condicionantes previstas na sua Licença de Operação e, em razão disso, está sujeita à aplicação das penalidades apontadas. Ainda, a Companhia figura como parte em processos administrativos que discutem o cumprimento de condicionantes técnicas previstas nas licenças ambientais.

Adicionalmente, todos os projetos para instalar, modificar e/ou operar as instalações industriais na Bahia (Camaçari e Candeias) estão sujeitos à aprovação do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado da Bahia (CEPRAM), ou do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA). Essas

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

autoridades devem aprovar os projetos preliminares, bem como a instalação e operação de um projeto ou atividade antes de seu início e devem renovar essas licenças e permissões ambientais periodicamente. As licenças de alteração são obrigatórias para expandir ou alterar as atividades.

Todos os projetos para instalar, modificar e/ou operar as instalações industriais em São Paulo (Cubatão, São José dos Campos e Guarujá) estão sujeitos à aprovação da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). A CETESB deve aprovar os projetos preliminares, bem como a instalação e operação de um projeto ou atividade antes de seu início e deve renovar essas licenças e permissões ambientais periodicamente.

Recursos Hídricos e Gestão de Efluentes

A Lei Federal n° 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), estabelece que o uso de recursos hídricos está sujeito à emissão de outorga pelo Poder Público, seja para a captação de água, ainda que de um poço artesiano e/ou para consumo humano, seja para o lançamento de efluentes e de demais resíduos líquidos ou gasosos em um corpo d'agua, tratados ou não, com o fim de sua diluição, de transporte ou de disposição final. Estão dispensados da outorga os usos de proporções insignificantes e quando a captação/lançamento se dá por meio da rede pública, desde que essa possua sistema de tratamento adequado.

Além do controle e monitoramento dos parâmetros legais, são adotadas iniciativas que buscam minimizar os danos ambientais relacionados às operações da Companhia, como estações de tratamento de efluentes.

A PNRH dispõe que a captação ou o lançamento realizado sem outorga de direito de uso de recursos hídricos sujeita a pessoa física ou jurídica a penalidades como, por exemplo, advertência, embargo provisório ou definitivo, interdição e multa, simples ou diária, que pode variar de R$100,00 até R$50.000.000,00.

Cadastro Técnico Federal do IBAMA

A Lei Federal nº 6.938/1981, também denominada Política Nacional do Meio Ambiente também, instituiu o Cadastro Técnico Federal (CTF) de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (APP), sob administração do IBAMA, cujo registro é obrigatório para todas as pessoas jurídicas que realizem atividades potencialmente poluidoras descritas no Anexo I da Instrução Normativa nº 06/2013 do IBAMA. As atividades de depósito e transporte de produtos químicos e perigosos desenvolvidas pela Companhia estão descritas no presente anexo e, consequentemente, a Companhia e alguma de suas filiais precisam possuir cadastro no CTF.

De acordo com a Lei Federal nº 6.938/1981, alterada pela Lei Federal nº 10.165/2000, as pessoas físicas e jurídicas que exerçam as atividades potencialmente poluidoras e que não estiverem inscritas no CTF incorrerão em infração punível com multa, cujo valor varia de R$ 50,00 a R$ 9.000,00, sem prejuízo da cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA) devida para até 5 anos retroativos, com juros e encargos, quando aplicável. Além disso, o IBAMA pode impor outras sanções administrativas, como multas que variam de R$ 1.000,00 a R$ 100.000,00, caso entenda que o Relatório Anual de Atividades Potencialmente Poluidoras (RAPP) não teria sido entregue de forma apropriada pelo empreendedor.

Disposição dos Resíduos

De acordo com a legislação brasileira (e.g.: Lei Federal nº 12.305/2010), os resíduos gerados pelas atividades das controladas da Companhia devem ser descartados de forma adequada para prevenir danos ao meio ambiente. A disposição inadequada dos resíduos sólidos bem como os acidentes decorrentes do transporte desses resíduos podem ser fator de contaminação de solo e de águas

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

subterrâneas e ensejar a aplicação de sanções nas esferas administrativa e penal. Descartar os resíduos sem as autorizações exigidas ou em descumprimento das leis aplicáveis poderá nos sujeitar às penalidades administrativas, que incluem, dentre outras, embargo da atividade ou da obra e multas de até R$50 milhões e à responsabilidade penal. Se quaisquer danos ao meio ambiente forem causados em virtude de qualquer disposição dos resíduos, a Companhia poderá ser considerada responsável na esfera civil para remediação dos danos e/ou pagamento de indenização, mesmo se essa disposição tiver sido realizada regularmente por uma empresa terceirizada devidamente licenciada pelas autoridades ambientais.

As licenças operacionais expedidas pelas autoridades ambientais para a operação de uma atividade ou de um projeto frequentemente têm condições sobre o tratamento da água residual e dos resíduos sólidos perigosos, que devem ser atendidas pela companhia para regularmente desenvolver suas atividades.

Uma autorização expedida pela autoridade ambiental poderá ser exigida para transportar o resíduo industrial para as instalações de reprocessamento, armazenagem, tratamento ou descarte. Além disso, as companhias que fornecem transporte dos resíduos, disposição dos resíduos, reciclagem ou incineração têm que ter licenças ambientais. De acordo com a Lei Federal nº 12.305/2010, a contratação de serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, não isenta as pessoas físicas ou jurídicas geradoras, por exemplo de resíduos industriais e resíduos perigosos, da responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos.

Áreas Contaminadas

As contaminações de solo e/ou de águas subterrâneas representam passivos ambientais com pretensão reparatória imprescritível contra o causador do dano e o proprietário/ocupante da área. A existência de áreas contaminadas pode sujeitar quem cometeu a infração ou se omitiu de reparar eventual dano, quando obrigado, a sanções administrativas, incluindo advertência, multa de até R$ 50.000.000,00, apreensão, suspensão de financiamento e benefícios fiscais, entre outros estabelecidos pela legislação aplicável, bem como a reparar os danos ambientais decorrentes de tal contaminação.

A Companhia, na qualidade de ocupante dos imóveis, pode ser responsabilizada pela remoção ou tratamento de substâncias nocivas ou tóxicas presentes no solo, subsolo e águas superficiais e subterrâneas dos imóveis, inclusive por todos os custos envolvidos, pois a legislação ambiental determina que, entre outros, o proprietário e/ou possuidor de bem imóvel que se encontre em área com contaminação ambiental e quem da área se beneficiar poderá, independentemente de ter sido ou não o efetivo causador, ser responsabilizado e compelido a realizar a remediação e recuperação dos danos associados tanto por parte de órgãos ambientais, quanto pelo Ministério Público. Podemos também ser considerados responsáveis, inclusive criminalmente, pelos danos potenciais e riscos associados ocasionados por estas citadas substâncias (incluindo multas governamentais e indenização por eventuais danos a pessoas e propriedades), se tiver contribuído para a contaminação ou não. Uma vez que saibamos do fato e sejamos notificados pelas autoridades, responsável ou não pelo passivo, devemos adotar as medidas de remediação necessárias.

Algumas das unidades da Companhia possuem passivos ambientais relacionados à existência de áreas contaminadas, que demandam a implementação de medidas de remediação e/ou monitoramento dessas áreas.

Produtos Perigosos

Devido ao fato de que alguns produtos relacionados ao petróleo podem ser perigosos ou usados para fabricar narcóticos ilegais, ou armas, sua produção, distribuição, armazenagem e venda são controladas e inspecionadas pelo Exército brasileiro e pela Polícia Federal. Em conformidade com o Decreto Federal nº 10.030, de 30 de setembro de 2019, e a Portaria n. 256/2018 do Ministério do Estado da Segurança

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Pública, para desempenhar essas atividades, as companhias devem cumprir os regulamentos aplicáveis e receber um Certificado de Licença de Funcionamento ou uma Autorização Especial expedidos pelo Exército brasileiro ou pela Polícia Federal, renovados anualmente.

Junto com o Exército brasileiro e a Polícia Federal, a Polícia Civil dos Estados da Bahia e de São Paulo desempenham um papel importante no monitoramento de uma lista de produtos relacionados a esses produtos controlados. Além disso, a aquisição, uso, armazenagem e comercialização dos solventes são regulamentados pela ANP, que exige que nós tenhamos licenças específicas.

Produtos químicos controlados

Dentre as atividades desenvolvidas pela Companhia, o desempenho de atividades com produtos controlados, também estão sujeitas ao registro, fiscalização e/ou obtenção de licenças perante autoridade governamental competente, bem como à aplicação de penalidades previstas em legislações específicas (federais, estaduais e/ou municipais).

Como mencionado, as pessoas físicas e/ou jurídicas envolvidas em atividades relacionadas à fabricação, uso industrial e comercial, transporte, manuseio, exportação, importação, desembaraço aduaneiro, armazenamento e comércio de produtos químicos são obrigadas a registrar suas atividades junto ao Exército e/ou departamentos relevantes da Polícia Federal ou Civil, dependendo de quais substâncias são utilizadas.

De acordo com a Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001 (Lei 10.357/2001), o desempenho de atividades envolvendo produtos controlados sem os devidos certificados e sem o cumprimento da regulamentação aplicável pode sujeitar a Sociedade, após o devido processo legal, a penalidades como, entre outras sanções civis e criminais: (i) advertência; (ii) apreensão do produto controlado; (iii) suspensão ou cancelamento da licença para operar; (iv) revogação de registros e licenças; e (v) multa que varia de R$ 500,00 a R$ 1.064.100,00.

Fertilizantes

Em âmbito federal, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é órgão responsável pela inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas, destinados à agricultura. Sob a perspectiva regulatória, a Lei nº 6.894/1980, bem com o Decreto nº 4.954/2004 dispõe sobre aspectos relacionados a fiscalização dos procedimentos a serem adotados para produção, importação, exportação e comércio de fertilizantes.

O descumprimento da regulamentação aplicável, de acordo com o Decreto nº 4.954/2004 pode incorrer nas seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa de até R$ 19.000,00, aplicável em dobro nos casos de reincidência; (iii) multa igual a cinco vezes o valor das diferenças para menos, entre o teor dos macronutrientes primários do produto, registrados ou declarados, e os resultados apurados na análise, calculada sobre o lote de fertilizante produzido, comercializado ou estocado; (iv) condenação do produto; (v) inutilização do produto; (vi) suspensão do registro; (vii) cancelamento do registro; e (viii) interdição, temporária ou definitiva, do estabelecimento.

Regulamentação Sanitária

Em âmbito federal, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é responsável pela promoção da proteção da saúde da população, bem como pelo controle sanitário da cadeia de produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, incluindo os ambientes, processos, insumos e tecnologias a eles relacionados.

No âmbito estadual, distrital ou municipal, os departamentos de vigilância sanitária locais (VISA) são os responsáveis pela fiscalização das ações sanitárias, atuando em conjunto ao controle sanitário federal, de forma descentralizada.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Assim, empresas que pretendam praticar atividades com produtos sujeitos ao controle sanitário, devem também se ater às regras e exigências da VISA situada na respectiva unidade federativa em que o estabelecimento se encontra, como a necessidade de obtenção de licenciamento sanitário consistente na emissão de alvará sanitário que autoriza seu funcionamento ou operação, de acordo com a atividade desenvolvida.

Para a emissão do alvará sanitário são realizadas inspeções no local para análise das condições de acondicionamento, armazenamento, comercialização, manuseio, transporte de produtos, máquinas e/ou equipamentos que apresentem riscos à saúde. Esse alvará sanitário deverá ser renovado anualmente mediante pagamento de taxa.

Importante mencionar que, em razão da emergência em saúde pública decorrente da COVID-19, em diversas localidades, foi estendido o prazo de validade das licenças, alvarás ou autorizações, sendo, também, ampliado o prazo de análise dos processos para obtenção e/ou renovação destas licenças, alvarás ou autorizações. Também, visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, em 18 de junho de 2020, o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 1.565, de junho de 2020 (Portaria nº 1.565/2020) que estabelece protocolos sanitários para o funcionamento, de modo geral, das atividades econômicas para todos os setores. Ainda, em âmbito estadual e/ou municipal, foram determinados protocolos sanitários específicos, a depender da atividade econômica.

Caso estabelecimentos sujeitos às normas violem ou deixem de cumpri-las, ou não obtenham ou renovem as suas licenças ou autorizações, ou ainda deixem de cumprir as respectivas condicionantes de validade, poderão incorrer em penalidades, tais como as previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 (Lei nº 6.437/77): advertência; multa (até R$ 1.500.000,00 podendo incidir em dobro em caso de reincidência); apreensão de produto; inutilização de produto; interdição de produto; suspensão de vendas e/ou fabricação de produto; cancelamento de registro de produto; interdição parcial ou total do estabelecimento, bem como outras penalidades específicas previstas em legislações estaduais e municipais.

Conselhos Profissionais

A Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980 ("Lei nº 6.839/80") estabelece que o desempenho de determinadas atividades também exige o registro dos estabelecimentos da pessoa jurídica no Conselho Profissional competente. A atividade primária da Companhia, de acordo com seu objeto social será determinante na averiguação de qual o Conselho Profissional competente.

O não cumprimento das exigências dos Conselhos Profissionais para registro, incluindo a presença de um profissional legalmente habilitado perante o referido Conselho Profissional poderá sujeitar a Companhia e/ou os profissionais envolvidos a sanções, incluindo: (i) advertência; (ii) multa (a ser definida conforme a gravidade da infração); (iii) suspensão das atividades e (iii) cancelamento do registro (entre outras penalidades civis e criminais), em qualquer caso após o devido processo legal.

(a) Conselho Regional de Química - CRQ

Devido aos seus objetos sociais, as filiais operacionais de sociedades subsidiárias da Companhia (*i.e.* da Proquigel Química S.A. ("Proquigel"), Companhia Brasileira de Estireno ("CBE"), Unigel Plásticos S.A. ("Unigel Plásticos") e a Unidade FAFEN-Terminal da FAFEN-BA) estão registradas perante os Conselhos Regionais de Química e contam com profissionais habilitados como seus responsáveis técnicos com as devidas Anotações de Responsabilidade Técnica ("ART").

(b) Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA

Uma vez que as atividades primárias das sociedades operacionais relacionam-se com atividades relativas à fabricação e comercialização de produtos químicos e que tais sociedades operacionais já possuem registro no Conselho Regional de Química, conforme item (i) acima, elas estão dispensadas da obrigação de registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Não obstante, vale pontuar que 2 (filiais) da Proquigel (CNPJs 27.515.154/0018-10 e 27.515.154/0020-35) possuem registro junto ao CREA-BA e ao CREA-SE, respectivamente, meramente em razão da necessidade de seus registros junto ao Ministério da Agricultura - o técnico responsável pelos registros junto ao Ministério da Agricultura possui registro no CREA, e, para tanto, o Ministério da Agricultura solicitou o registro das filiais em questão junto ao órgão de classe em que o responsável técnico possuía afiliação.

Operações com gás natural

A Proquigel e a CBE, subsidiárias da Companhia, utilizam gás natural como matéria prima em seu processo produtivo. Atualmente, a aquisição do gás é realizada com as distribuidoras locais de gás canalizado dos estados da Bahia, Sergipe e São Paulo, a saber, Bahiagás, Sergas, e Comgas, respectivamente, através de contratos de fornecimento no ambiente cativo. No entanto, a Companhia tem a intenção de migrar para o mercado livre de gás, e atuar como auto importadora, pelo menos nos estados de Sergipe e Bahia.

A auto importação de gás natural é regulamentada pela ANP, que exige que nós tenhamos licenças específicas, conforme definido pela Resolução ANP nº 51/2011 e pela Portaria MME nº 232/2012.

A Proquigel e a CBE estão diligenciando perante a ANP e MME para que possam atuar como auto importadores de gás natural. No entanto, apenas a Proquigel foi registrada como auto importadora, estando o registro da CBE pendente. A auto importação de gás natural em desconformidade com a regulação aplicável pode ensejar a aplicação das seguintes penalidades, conforme previsto na Lei nº 9.847/1999.

A depender da tipificação e gravidade da infração, as penalidades previstas na Lei nº 9.847/1999 podem variar entre (i) multa de até R$ 5.000.000,00; (ii) cancelamento do registro do produto junto à ANP; (iii) suspensão de fornecimento de produtos; (iv) suspensão temporária, total ou parcial, de funcionamento de estabelecimento ou instalação; (v) cancelamento de registro de estabelecimento ou instalação; (vi) revogação de autorização para o exercício de atividade.

As autorizações para atuar como auto importador serão utilizadas para a migração da Proquigel e CBE para o mercado livre de gás, tendo para tanto já notificado a Bahiagás e a Sergás sobre tal intenção, com 6 meses de antecedência do fim dos contratos de fornecimento de gás das respectivas distribuidoras estaduais, conforme estabelece a Resolução AGERBA nº 23/2020 e o Decreto Estadual de Sergipe nº 30.352/2016.

Com isso, tanto a Bahiagás quanto a Sergás manifestaram interesse na prestação dos serviços de movimentação do gás natural, nos termos do artigo 46 da Lei nº 11.909/2009. Em 24 de setembro de 2020, a Proquigel celebrou um termo de compromisso com a Sergás para viabilizar tal movimentação de gás. O termo de compromisso com a Bahiagás ainda se encontra em negociação.

Fornecimento de energia elétrica

O setor elétrico brasileiro possui dois ambientes de contratação diferentes: o ambiente de contratação regulado ("ACR") e o ambiente de contratação livre ("ACL").

No ACR, as distribuidoras compram energia de empresas de geração que ganharam leilões públicos organizados pelo governo federal. As condições, valores e preços para venda de energia são determinados através dos leilões. As empresas de geração que apresentarem as menores taxas vencem as licitações e podem celebrar contratos de compra e venda com as distribuidoras refletindo tais condições, valores e taxas.

Na ACL, as empresas de geração e empresas comerciais podem negociar livremente o preço de venda de energia para outras empresas de geração, empresas comerciais e consumidores livres e especiais.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

As condições, valores e preços dos contratos de compra e venda são livremente determinados pelas partes.

O fornecimento de energia elétrica é regulamentado pelo governo federal através da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e controlados por outros órgãos/entidades, tais como: Operador Nacional do Sistema ("ONS") e Câmera de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE")

O suprimento de energia elétrica da Companhia hoje é realizado no mercado livre de energia (ACL), por meio do qual a Companhia pode comprar energia elétrica livremente de geradoras ou comercializadoras de energia (e não das distribuidoras, como ocorre no mercado regulado). Consequentemente, a Companhia está submetida à regulamentação aplicável a consumidores livres/especiais de energia elétrica, definidas pela ANEEL e pela CCEE.

Operações em Terminais Marítimos Públicos

Conforme informado no item 6.3 e 10.3 deste Formulário de Referência, em 26 de maio de 2021, a Proquigel Química S.A. ("Proquigel"), controlada da Companhia, celebrou com a União, por intermédio do Ministério da Infraestrutura ("MInfra"), e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras"), e com a interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia das Docas do Estado da Bahia ("CODEBA"), o Termo Aditivo do Contrato de Arrendamento nº 031/2001, para o subarrendamento do Terminal de Amônia ("TMA") e do Terminal de Ureia ("TMU") do Porto Organizado de Aratu-Candeia, na Bahia.

Assim, a controlada Proquigel subrogou-se e assumiu integralmente a exploração e operação do TMA e TMU e, dessa forma, as atividades exercidas pela Proquigel passaram a envolver a exploração de terminal aquaviário localizado dentro de porto organizado (público).

As principais regras para exploração de instalações portuárias públicas são previstas pela Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 ("Lei dos Portos"), a qual dispõe sobre a exploração de portos e instalações portuárias pela União ou por terceiros, sendo regulamentada pelo Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013 ("Decreto dos Portos").

De acordo com a Lei dos Portos, o porto organizado consiste em bem público construído e aparelhado para atender a necessidades de navegação, de movimentação de passageiros ou de movimentação e armazenagem de mercadorias, cujo tráfego e operações portuárias estejam sob jurisdição da autoridade portuária. O arrendamento, por sua vez, representa cessão onerosa de área e infraestrutura públicas localizadas dentro do porto organizado para exploração por prazo determinado, mediante a celebração de contrato e sempre precedida de licitação.

A exploração de instalações portuárias localizadas dentro dos portos organizados é regulamentada principalmente pelas seguintes autoridades governamentais:

a) Ministério da Infraestrutura ("MInfra");

b) Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ");

c) Autoridade portuária do Porto Organizado de Aratu-Candeia, a Companhia das Docas do Estado da Bahia ("CODEBA");

d) Marinha do Brasil e suas Organizações Militares; e

e) Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis ("CONPORTOS") e Comissão Estadual de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis no Estado da Bahia ("CESPORTOS-BA").

Adicionalmente, nos termos da Lei dos Portos, do Decreto dos Portos, da Lei nº 9.719, de 27 de novembro de 1998 (Lei do Trabalho Portuário), e da NR 29 (Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho Portuário), é obrigatória a contratação, por meio de um Órgão Gestor de Mão de

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Obra ("OGMO"), de Trabalhadores Portuários Avulsos ("TPA") registrados no OGMO ou a contratação de trabalhadores portuários com vinculo empregatício cadastrados no OGMO, para a realizado de trabalho portuário, quais sejam, capatazia, estiva, conferência de carga, conserto de carga, bloco e vigilância de embarcações, nos portos organizados.

a) MInfra (Poder Concedente)

Nos termos da Constituição Federal de 1988 ("CF/1988"), compete à União a exploração dos portos no Brasil, que pode ser realizada diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão. Nos termos da Lei nº 9.277, de 19 de maio de 1996 ("Lei nº 9.277/1996") e do Decreto nº 2.184, de 24 de março de 1997 ("Decreto nº 2.184/1997"), a União é autorizada a delegar aos Municípios ou Estados, mediante convênio, a exploração de portos situados nos territórios dos respectivos Municípios e Estados. Conforme o Decreto n° 2.184/1997, o MInfra poderá delegar aos Municípios e Estados a exploração dos portos (i) que estejam subordinados a empresas federais, (ii) que sejam instalações portuárias rudimentares, ou (iii) que já estejam delegadas ou concedidas a Estados e Municípios.

Para tais fins, nos termos da Lei 12.815, de 5 de junho de 2013 ("Lei dos Portos") e no Decreto 8.033, de 27 de junho de 2013 ("Decreto dos Portos"), a União exerce essa competência na qualidade de "Poder Concedente"[6], por intermédio do MInfra.

Dentre as principais competências do MInfra na qualidade de Poder Concedente, podemos destacar: elaborar o planejamento setorial portuário, definir as diretrizes para a realização dos procedimentos licitatórios no âmbito dos portos, celebrar os contratos de concessão e arrendamento e expedir as autorizações de instalação portuária; estabelecer as normas, os critérios e os procedimentos para a pré-qualificação dos operadores portuários; disciplinar conteúdo, forma e periodicidade de atualização dos planos de desenvolvimento e zoneamento dos portos; definir diretrizes para a elaboração dos regulamentos de exploração dos portos; aprovar a transferência de titularidade de contratos de concessão, de arrendamento ou de autorização; aprovar a realização de investimentos não previstos nos contratos de concessão ou de arrendamento e conduzir e aprovar, sempre que necessários, os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do objeto da concessão ou do arrendamento.

A controlada Proquigel, após assumir o subarrendamento do TMA e TMU deverá observar as regulamentações do MInfra (e da extinta Secretaria Especial de Portos da Presidência da República ("SEP"), cujas funções foram sucedidas e atualmente são exercidas pelo MInfra) no exercício de suas atividades no Porto de Aratu-Candeias, incluindo, sem limitação, as seguintes normas:

- Normas, critérios e procedimentos para pré-qualificação de operadores portuários (Portaria SEP nº 111, de 7 de agosto de 2013);
- Normas e procedimentos para alterações em contratos de arrendamento portuário (Portaria do MInfra nº 530, de 13 de agosto de 2019);
- E instalações em portos organizados não afetas às operações (Portaria do MInfra nº 51, de 23 de março de 2021); e
- Regulamento para execução de atividades de vigilância e segurança no âmbito dos portos organizados e a organização da guarda portuária (Portaria do MInfra n° 84, de 1° de julho de 2021).

b) ANTAQ

[6] Poder Concedente é conceito jurídico definido pelo Art. 2° da Lei n° 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 ("Lei de Concessões"). Nos termos da Lei de Concessões, o Poder Concedente é "a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município, em cuja competência se encontre o serviço público, precedido ou não da execução de obra pública, objeto de concessão ou permissão" ("Poder Concedente").

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A ANTAQ, criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 ("Lei nº 10.233/2001"), é entidade da Administração Pública Federal indireta, vinculada ao MInfra e submetida ao regime autárquico especial, caracterizado pela autonomia administrativa, financeira e funcional, além de ter dirigentes com mandato fixo e não coincidente com o do Presidente da República, a fim de reforçar o comprometimento da ANTAQ com uma regulação estritamente técnica.

Dentre as suas funções, a ANTAQ possui competência para implementar as políticas formuladas pelo MInfra e pelo Programa de Parcerias de Investimentos ("PPI"), segundo os princípios e diretrizes definido em sua lei de criação, a Lei nº 10.233/2001. Além disso, a ANTAQ é responsável por regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de exploração da infraestrutura portuária e aquaviária, com vistas a garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas.

Também compete à ANTAQ: analisar a transferência de titularidade de contratos de concessão, de arrendamento ou de autorização; analisar as propostas de realização de investimentos não previstos nos contratos de concessão ou de arrendamento; arbitrar, na esfera administrativa, os conflitos de interesses e as controvérsias não solucionados entre a administração do porto e a arrendatária ou entre a administração do porto e o autorizatário e, em grau de recurso, os conflitos entre agentes que atuem no porto organizado; apurar, de ofício ou mediante provocação, práticas abusivas ou tratamentos discriminatórios nos portos; analisar e aprovar a transferência de controle societário de contratos de concessão, de arrendamento e de autorização.

A controlada Proquigel deverá observar as regulamentações da ANTAQ no exercício de suas atividades no TMA e TMU, incluindo, sem limitação, as seguintes normas:

- Normas que disciplinam a prestação de serviços de retirada de resíduos de embarcações (Resolução nº 2190 – ANTAQ, de 28 de julho de 2011);
- Normas e procedimentos para o trânsito seguro de produtos perigosos por instalações portuárias situadas dentro ou fora da área do porto organizado (Resolução nº 2239 – ANTAQ, de 15 de setembro de 2011);
- Normas e procedimentos para a elaboração de projetos de arrendamentos e recomposição do equilíbrio econômico financeiro dos contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias nos portos organizados (Resolução n° 3220 – ANTAQ, de 08 de janeiro de 2014).
- Regulação e fiscalização da prestação de serviços portuários, com o estabelecimento de infrações administrativas (Resolução nº 3.274 - ANTAQ, de 06 de fevereiro de 2014);
- Diretrizes acerca da utilização de equipamentos de propriedade de operador portuário por outros operadores portuários, em instalações de uso público não arrendadas, na área do porto organizado (Resolução Normativa nº 3 - ANTAQ, de 18 de março de 2015);
- Normas para exploração de áreas e instalações portuárias sob gestão da administração do porto, no âmbito dos portos organizados (Resolução Normativa nº 7 - ANTAQ, de 31 de maio de 2016);
- Normas sobre a padronização das demonstrações contábeis dos arrendatários de áreas e instalações portuárias no âmbito dos portos organizados (Resolução Normativa nº 28 - ANTAQ, de 11 de fevereiro de 2019);
- Norma de controle patrimonial dos portos organizados, estabelecendo procedimentos a serem adotados quando da incorporação e da desincorporação de bens da União sob a guarda e responsabilidade das administrações portuárias e dos arrendatários de áreas e instalações portuárias (Resolução Normativa nº 29 - ANTAQ, de 20 de maio de 2019);

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- Norma que estabelece e regulamenta e obrigatoriedade de prestação de informações para a alimentação do Sistema de Acompanhamento de Preços Portuários (Módulo APP), aplicada às administrações dos portos organizados, aos arrendatários de instalações portuárias, aos operadores portuários e aos autorizatários de instalações portuárias (Resolução Normativa nº 31 - ANTAQ, de 15 de abril de 2019);
- Norma que dispõe sobre a estrutura tarifária padronizada das administrações portuárias e os procedimentos para reajuste e revisão de tarifas (Resolução Normativa nº 32 – ANTAQ, de 9 de maio de 2019, conforme alteração realizada pela Resolução n° 7821 – ANTAQ, de 19 de junho de 2020); e
- Norma que estabelece parâmetros regulatórios a serem observados na prestação dos serviços de movimentação e armazenagem de contêineres e volumes nas instalações portuárias (Resolução Normativa nº 34 - ANTAQ, de 19 de agosto de 2019).

Considerando que são movimentadas cargas perigosas no TMA e TMU, a Proquigel também estará sujeita ao cumprimento da Resolução nº 2239-ANTAQ, de 15 de setembro de 2011, que contém a norma de procedimentos para o trânsito seguro de produtos perigosos por instalações portuárias situadas dentro ou fora da área do porto organizado.

c) Autoridade Portuária do Porto Organizado de Aratu-Candeias (CODEBA)

Atualmente, no Brasil, conforme estabelecido na CF/1988, na Lei dos Portos e no Decreto dos Portos, todos os portos organizados (públicos) são administrados diretamente pela União, Estados ou Municípios (dependendo de qual ente federativo é responsável pela administração, caso tenha ocorrido uma delegação pela União, nos termos da Lei nº 9.277/1996), que, para executar tal função, criam uma autarquia, empresa estatal ou sociedade de economia mista, que é denominada a "autoridade portuária" (também chamada de "administração do porto" ou "administração portuária"). Apesar da previsão em lei e estudos jurídicos atualmente em curso[7] que indicam a possibilidade de se realizar a concessão da administração do porto organizado à iniciativa privada, até hoje não houve nenhuma concessão nesses modos, de maneira que as autoridades portuárias são, atualmente, empresas estatais (empresas públicas ou sociedades de economia mista) ou autarquias.

Dentre as principais competências das autoridades portuárias em cada porto organizado, podemos destacar: (i) pré-qualificar os operadores portuários, de acordo com as normas estabelecidas pelo Poder Concedente; (ii) arrecadar os valores das tarifas portuárias; (iii) fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias; (iv) fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente; (iv) autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto organizado; (v) autorizar a movimentação de carga das embarcações; (vi) suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto organizado; (vii) estabelecer o horário de funcionamento do porto e as jornadas de trabalho no cais de uso público; (viii) organizar a guarda portuária; e (ix) elaborar o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento ("PDZ") do porto organizado.

Sob coordenação da Marinha do Brasil (autoridade marítima), a autoridade portuária também tem a competência de estabelecer, manter, delimitar e operar a estrutura marítima do porto organizado (canal de acesso, bacia de evolução, áreas de fundeadouro, de fundeio para carga e descarga, de inspeção sanitária e de polícia marítima, destinadas à embarcações especiais ou navios em reparo ou aguardando atracação, calado, limites dos navios que trafegarão no porto).

[7] Atualmente há estudos e iniciativas do Governo Federal para a concessão dos portos organizados de Vitória, Barra do Riacho, Salvador, Aratu-Candeias, Ilhéus, Itajaí, Santos e São Sebastião, cujos projetos já foram qualificados pelo PPI.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Sob coordenação da Secretaria da Receita Federal do Brasil, a autoridade portuária também tem a competência de delimitar a área de alfandegamento e organizar e sinalizar os fluxos de mercadorias, veículos, unidades de cargas e de pessoas.

Além disso, em cada porto organizado é instituído um Conselho de Autoridade Portuária ("CAP"), órgão consultivo da autoridade portuária, composto por representantes da União, da Marinha do Brasil, da autoridade portuária, do Estado e do(s) Município(s) onde se localiza o porto organizado, dos arrendatários do porto organizado, dos operadores portuários, dos usuários, dos trabalhadores portuários avulsos e dos demais trabalhadores portuários. As principais competências do CAP são: alterar o regulamento de exploração e o PDZ do porto organizado; promover a racionalização e a otimização do uso das instalações portuárias; fomentar a ação industrial e comercial do porto organizado; desenvolver mecanismos para atração de cargas; e estimular a competitividade.

As autoridades portuárias também têm a competência de executar e fiscalizar os contratos de arrendamento, de uso temporário, de passagem, de cessão onerosa ou de autorização de uso, de áreas dentro da poligonal do porto organizado.

As atividades da Proquigel no Porto de Aratu-Candeias estarão submetidas a supervisão e fiscalização da CODEBA, empresa pública vinculada ao MInfra, e a Proquigel deverá observar todas as normas, regras e regulamentos editados pela autoridade portuária e pelo CAP relativas as operações dentro do Porto de Aratu-Candeias, principalmente aquelas dispostas no "Regulamento de Exploração dos Portos de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus[8].

Ademais, para exercer as atividades de movimentação de armazenagem de mercadorias, destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, dentro de um porto organizado, é necessário obter pré-qualificação como operador portuário, perante a Autoridade Portuária competente, nos termos da Lei dos Portos e da Portaria SEP nº 111/2013.

Como o TMA e TMU estão localizados no Porto Organizado de Aratu-Candeia, a CODEBA, como a Autoridade Portuária, é a autoridade competente para analisar e julgar o pedido de pré-qualificação, fornecer, renovar e cancelar o Certificado de Operador Portuário e fiscalizar as atividades exercidas pelos operadores portuários, nos termos da "Norma de Pré-Qualificação para Operador Portuário nos Portos Organizados de Salvador, Aratu-Candeias e Ilhéus (Versão de 19/12/2019)".

Atualmente encontra-se em curso o procedimento para qualificação da controlada Proquigel como operador portuário perante a CODEBA.

d) Marinha do Brasil e suas Organizações Militares

A construção, exploração e operação de terminais portuários também são regulamentadas pela Marinha do Brasil. A Diretoria de Portos e Costas ("DPC") e a Diretoria de Hidrografia e Navegação ("DHN") são Organizações Militares ("OM") da Marinha do Brasil, cujas atribuições e competências são delegadas pelo Comandante da Marinha, na qualidade de "Autoridade Marítima", conforme estabelecido na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e na Portaria nº 156, de 3 de junho de 2004 da Marinha do Brasil, incluindo as elaborações de normas sobre orientação e controle da Marinha Mercante Brasileira, segurança da navegação aquaviária; e salvaguarda da vida humana.

A controlada Proquigel deverá observar as regulamentações da DPC e da DHN no exercício de suas atividades portuárias, em especial:

- Procedimentos para solicitação de parecer favorável da Marinha do Brasil para a realização de obras sob, sobre e às margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras ("AJB")[9], para construção

[8] Disponível em http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodeba/pt-br/site.php?secao=meio_ambiente_normas.
[9] Conforme a referida NORMAM – 11/DPC, 1ª revisão, Mod. 11, Águas Jurisdicionais Brasileiras "compreendem as águas interiores e os espaços marítimos, nos quais o Brasil exerce jurisdição, em algum grau, sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não-vivos, encontrados na massa líquida, no leito ou no subsolo marinho, para os fins de controle e

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

de terminal portuário, conforme previsto nas Normas da Autoridade Marítima para Obras, Dragagens, Pesquisa e Lavra de Minerais sob, sobre e às margens das Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM – 11/DPC ("NORMAM-11/DPC, 1ª revisão, Mod. 11"); e

- Normas, procedimentos e instruções para estabelecimento de sinalização náutica e auxílios à navegação, conforme previsto nas Normas da Autoridade Marítima para Auxílios à Navegação - NORMAM-17/DHN ("NORMAM-17/DHN, 4ª revisão").

e) CONPORTOS e CESPORTOS-BA

A CONPORTOS e as CESPORTOS foram criadas pelo Decreto nº 1.507, de 30 de maio de 1995 ("Decreto nº 1.507/1995"), posteriormente substituído pelo Decreto nº 9.861, de 25 de junho de 2019 ("Decreto nº 9.861/2019").

Nos termos do Decreto nº 9.861/2019, a CONPORTOS é um órgão colegiado deliberativo, de caráter permanente, vinculado ao Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública. A CONPORTOS é composta por um representante de cada um dos seguintes órgãos: (i) Ministério da Justiça e Segurança Pública, por indicação da Polícia Federal, que a preside; (ii) Ministério da Defesa, por indicação do Comando da Marinha; (iii) Ministério das Relações Exteriores; (iv) Ministério da Economia, por indicação da SRFB; (v) Ministério da Infraestrutura; e (vi) ANTAQ. A CONPORTOS tem por finalidade manter sistema de prevenção e repressão a atos ilícitos nos portos, terminais e vias navegáveis, cabendo-lhe, dentre outras competências:

- dispor, em âmbito nacional, sobre procedimentos de segurança pública nos portos, terminais e vias navegáveis;
- zelar pelo cumprimento da legislação nacional, dos tratados, das convenções, dos códigos internacionais e das respectivas emendas das quais o País seja signatário que disponham sobre segurança e proteção nos portos, terminais e vias navegáveis;
- avaliar periodicamente a segurança pública nos portos, terminais e vias navegáveis e encaminhar aos órgãos competentes eventuais necessidades identificadas;
- elaborar projetos de segurança pública específicos para os portos, terminais e vias navegáveis e buscar, por meio da Organização Marítima Internacional, assistência técnica e financeira de países doadores e instituições financeiras internacionais;
- acompanhar as ocorrências de ilícitos penais nos portos, terminais e vias navegáveis;
- elaborar e alterar seu regimento interno e submetê-lo à aprovação do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública; e
- orientar as CESPORTOS, no que for cabível.

As CESPORTOS também são órgãos colegiados deliberativos, de caráter permanente, subordinados à CONPORTOS e localizadas nos entes federativos cujas instalações portuárias recebam embarcações que realizem viagens internacionais. As CESPORTOS são compostas por representantes dos seguintes órgãos e entidades: (i) Polícia Federal do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que as coordena; (ii) Capitania dos Portos do Comando da Marinha, localizada no ente federativo em que estiver instalada a CESPORTOS; (iii) SRFB do Ministério da Economia; (iv) ANTAQ; (v) unidade de segurança da autoridade portuária; e (vi) Secretaria de Segurança Pública do Governo Estadual, como membro

fiscalização, dentro dos limites da legislação internacional e nacional. Esses espaços marítimos compreendem a faixa de 200 milhas marítimas contadas a partir das linhas de base, acrescida das águas, sobrejacentes à extensão da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas, onde ela ocorrer.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

convidado, com direito a voto. Compete às CESPORTOS, no âmbito de suas circunscrições, dentre outras competências:

- implantar sistema de prevenção e repressão a atos ilícitos nos portos, terminais e vias navegáveis mantido pela CONPORTOS;
- dispor, em âmbito estadual, sobre procedimentos de segurança pública nos portos, terminais e vias navegáveis;
- zelar pelo cumprimento da legislação nacional, dos tratados, das convenções, dos códigos internacionais e das respectivas emendas das quais o País seja signatário e que disponham sobre segurança e proteção nos portos, terminais e vias navegáveis;
- inspecionar a implantação e avaliar a eficiência dos planos de segurança portuária;
- informar às autoridades competentes e à CONPORTOS quanto à constatação de não conformidades que possam implicar em penalidades;
- elaborar parecer conclusivo sobre os processos encaminhados para deliberação da CONPORTOS e sobre os estudos de avaliação de risco e planos de segurança portuária, cuja implementação será fiscalizada in loco; e
- acompanhar as ocorrências de ilícitos penais nos portos, terminais e vias navegáveis de sua área de atuação.

A controlada Proquigel deverá observar as regulamentações da CONPORTOS e da CESPORTOS/BA no tocante à segurança e proteção nos portos, terminais e vias navegáveis, em especial as normas e procedimentos relativos à elaboração, aprovação pela CESPORTOS e homologação pela CONPORTOS do Estudo de Avaliação de Risco ("EAR") e do Plano de Segurança Pública Portuária ("PSPP") do TMU e do TMA, à luz das recomendações e diretrizes do Código ISPS e das Resoluções da CONPORTOS, e de obtenção e manutenção da Declaração de Cumprimento (conforme a Resolução CONPORTOS nº 53, de 4 de setembro de 2020).

Aspectos críticos sobre as condições do TMA e do TMU com relação à segurança pública portuária

A Companhia realizou uma pré-auditoria em maio de 2020 sobre os terminais e identificou vinte pontos críticos que devem ser tratados no novo Plano de Segurança Portuária (que se encontra em processo de elaboração), para que a Proquigel consiga obter a sua Declaração de Cumprimento e assim ficar em conformidade com as diretrizes do Código ISPS. Essa auditoria seguiu as diretrizes da Resolução CONPORTOS nº 52 de 20 de dezembro de 2018 (vigente a época[10]) e as orientações por parte das autoridades de segurança públicas do Estado da Bahia e CONPORTOS durante o processo de auditoria realizado no Porto de Aratu no ano de 2019 / 2020.

A Companhia identificou pontos críticos relacionados às diretrizes de segurança, principalmente no TMU (ureia), devido à falta de operação desde setembro de 2019 – motivo pelo qual ambos terminais não passaram na auditoria da CONPORTOS realizada no ano de 2018. Quanto ao TMA (amônia), os pontos identificados foram menores, mas tratados pelas autoridades de segurança pública como "não conformidades".

A Companhia elaborou e conduziu um plano de ação para mitigar as vulnerabilidades identificadas e sanar as não conformidades existentes e realizou as obras cíveis necessárias, restando apenas a aprovação do EAR e PSP na CESPORTOS-BA e homologação pela CONPORTOS. Os riscos relacionados, caso a Proquigel inicie as operações antes de concluir o procedimento de regularização do TMA e o TMU

[10] Resolução CONPORTOS nº 52 de 20 de dezembro de 2018 foi revogada e substituída pela Resolução CONAPORTOS nº 53, de 4 de setembro de 2020, que consolidou e atualizou as resoluções da CONAPORTOS.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

perante a CESPORTOS-BA e CONAPORTOS, estão descritos no item 4.1 (d) (Descrição dos fatores de risco – Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas) "Os terminais marítimos a serem subarrendados pela Proquigel não possuem atualmente as condições de segurança portuária pública para início das suas operações".

Alfandegamento

O alfandegamento é a autorização concedida pela Receita Federal para o estacionamento ou trânsito de veículos procedentes ou destinados ao exterior, movimentação, armazenagem e submissão a despacho aduaneiro de mercadorias importadas ou exportadas em determinados locais e recintos, sob controle aduaneiro. Os recintos alfandegados são locais sob controle aduaneiro destinados à movimentação, armazenagem e serviços aduaneiros de mercadorias importadas ou exportadas.

A concessão do alfandegamento a determinado recinto é realizada por meio de ato declaratório da autoridade aduaneira competente e está condicionada ao atendimento das exigências determinadas no Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 ("Regulamento Aduaneiro") e na Instrução Normativa RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011 ("Instrução Normativa RFB nº 3.518/2011").

A controlada Proquigel está realizando os procedimentos necessários para obtenção da autorização para operar o TMA e TMU como recintos alfandegados.

(b) política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

No Brasil, as despesas anuais consolidadas com segurança e controle ambiental foram de R$21,3 em 2020, R$18,1 em 2019 e R$23,2 milhões em 2018, e referem-se às políticas de controle contínuo e monitoramento. No entanto, é provável que os custos de conformidade ambiental aumentem como resultado do aumento projetado na capacidade de produção e dos aumentos projetados nos custos das unidades para o tratamento e descarte do resíduo industrial, bem como o custo de conformidade com os futuros regulamentos ambientais.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas:

No Brasil, a titularidade de marcas somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), a autarquia federal responsável pelo registro de marcas, patentes e outros direitos de propriedade intelectual. Após o registro, o titular da marca passa a deter o direito exclusivo de uso no Brasil para designar produtos e/ou serviços incluídos na classe na qual a marca foi registrada por um período de 10 (dez) anos, que poderá ser sucessivamente prorrogado por períodos iguais, mediante o pagamento das taxas administrativas aplicáveis

Durante o processo de registro, o depositante possui apenas uma expectativa de direito de propriedade das marcas depositadas aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido. Essa expectativa pode vir a não se concretizar em direito nas hipóteses de: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI; e (iii) não contestação ou não cumprimento de exigência formulada pelo INPI.

Ainda, relevante destacar, que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência, quando da não renovação no prazo adequado; (ii) renúncia (abandono voluntário do titular); (iii) caducidade (falta de uso da marca); (iv) declaração de nulidade administrativa ou judicial; ou (v) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (referente à necessidade de a pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos da solicitação de registro depositada junto ao INPI.

Patentes:

Patentes são títulos de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. Em contrapartida, o inventor se obriga a revelar detalhadamente todo o conteúdo técnico da matéria protegida pela patente. Todos os pedidos tramitam no mais estrito sigilo durante o período de 18 meses (salvo pedido de publicação antecipada pelo depositante) até o período da publicação na Revista de Propriedade Industrial.

As patentes podem ser de (i) invenção (PI) que são os produtos ou processos que atendem aos requisitos de atividade inventiva, novidade e aplicação industrial (sua validade é de no máximo 20 anos contados a partir da data do depósito); (ii) modelo de utilidade (MU) que são os objetos de uso prático, ou parte deste, suscetível de aplicação industrial, que apresente nova forma ou disposição, envolvendo ato inventivo, que resulte em melhoria funcional no seu uso ou em sua fabricação (sua validade é de 15 anos contados a partir da data do depósito). Em função do julgamento da ADI 5529 pelo Supremo Tribunal Federal em maio deste ano todas patentes concedidas terãoprazo de vigência de no máximo 20 anos, contados a partir da data de depósito, independente do campo técnico; ou (iii) certificado de adição de invenção (C) que são os aperfeiçoamentos ou desenvolvimentos introduzidos no objeto da invenção, mesmo que destituído de atividade inventiva, porém ainda dentro do mesmo conceito inventivo (o certificado será acessório à patente e com mesma data final de vigência desta).

Uma vez concedido o registro, o titular da patente tem o direito de impedir terceiros, sem o seu consentimento, de produzir, colocar à venda, usar, importar produto objeto da patente ou processo ou produto obtido diretamente por processo patenteado. Terceiros podem fazer uso da invenção somente com a permissão do titular (licença).

Já o depositante de pedido de registro de patente possui apenas uma "expectativa de direito" que somente se confirmará caso venha a obter a patente. Caso o depositante esteja sofrendo prejuízos por concorrência desleal de alguém que esteja produzindo o mesmo objeto de sua invenção, o depositante poderá contatar tal concorrente notificando-o de que, caso o concorrente insista na prática desleal ele poderá, quando obtiver a Carta-Patente, impetrar uma ação judicial de indenização por perdas e danos, que poderão ser contabilizados a partir da data de publicação do pedido de patente.

O pedido de registro de patente poderá ser inferido se o INPI considerar que o objeto descrito na patente não é passível de proteção. Para ser passível de proteção, a tecnologia descrita no documento deve respeitar aquilo que é permitido pela legislação de propriedade industrial nacional, bem como ser novo (não estar descrito no estado da técnica), ser inventivo (ou seja, não obvio para um especialista na área) e ter aplicação industrial.

O depositante do pedido e o titular da patente estarão sujeitos ao pagamento de retribuição anual, denominadas anuidades. As anuidades deverão ser pagas a partir do segundo aniversário do pedido.

Uma vez concedido o registro da patente, este poderá ser extinto no seguintes casos: (i) pelo término do prazo de validade, (ii) pela renúncia pela Companhia; (iii) pela declaração de caducidade; (iv) pela falta de pagamento da retribuição anual; (v) pela inobservância de disposições legais; (vi) pela licença compulsória por decisão administrativa ou judicial; ou (vii) em razão de processo administrativo de nulidade e/ou processo judicial quando: (a) não tiver sido atendido qualquer dos requisitos legais; (b) o relatório e as reivindicações não atenderem ao disposto na lei; (c) o objeto da patente se estenda além do conteúdo do pedido originalmente depositado; ou (d) no seu processamento, tiver sido omitida qualquer das formalidades essenciais, indispensáveis à concessão. O processo de nulidade poderá ser instaurado de ofício ou mediante requerimento de qualquer pessoa com legítimo interesse, no prazo de 6 meses contados da concessão da patente.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Nomes de Domínio:

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do Domain Name System ("DNS"), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio.

No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio ".br", a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

Atualmente a Companhia e suas controladas são titulares de dezenas de marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI, em nome próprio ou em nome de suas controladas. Entre as marcas detidas pela Companhia e suas controladas destaca-se a marca "Unigel", que é bastante relevante para suas atividades.

Além disso, a Proquigel Química S.A. depositou em dezembro de 2017 um pedido de patente, que atualmente está pendente de análise perante o INPI.

No plano internacional, possuímos a titularidade de alguns registros de marcas em países como a África do Sul, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Estados Unidos, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela, bem como na Comunidade Europeia. Somos titulares também de pedido de patente depositado no México, que é uma extensão do pedido de patente depositado no Brasil e que está ativo e aguardando exame de admissibilidade.

No mais, a Companhia Brasileira de Estireno (como sucessora por incorporação da Acrinor) é parte de um contrato de licenciamento de tecnologia celebrado com a Badger Licensing LLC para a manufatura de etilbenzeno, que é relevante para suas atividades.

Para uma relação completa dos ativos de propriedade intelectual relevantes da Companhia, vide item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, 59,4% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no Brasil. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, esse número foi de 61,5%.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, 40,6% da receita líquida da Companhia foi proveniente de clientes sediados no exterior. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, esse número foi de 38,5%.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia

Região/País	No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021		No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020	
(em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)	Receita Líquida	% Receita Líquida proveniente de países estrangeiros	Receita Líquida	% Receita Líquida proveniente de países estrangeiros
Brasil	**1.938.278**	**59,4%**	**1.987.012**	**61,5%**
América do norte	**856.647**	**26,3%**	**1.018.268**	**26,5%**
Canada	392	0,0%	295.157	9,1%
Estados Unidos	342.401	10,5%	562.595	17,4%
México	513.855	15,8%	160.517	5,0%
América Central e do Sul	**226.021**	**6,9%**	**75.143**	**2,3%**
Argentina	27.262	0,8%	35.873	1,1%
República Dominicana	43.054	1,3%	15.260	0,5%
Outros	155.705	4,8%	24.010	0,7%
Europa	**126.939**	**3,9%**	**53.360**	**1,7%**
Alemanha	-	0,0%	9.677	0,3%
Bélgica	38.863	1,2%	8.874	0,3%
Bulgária	-	0,0%	1.480	0,0%
Franca	4.856	0,1%	11.102	0,3%
Holanda	81.149	2,5%	8.375	0,3%
Inglaterra	239	0,0%	2.421	0,1%
Itália	1.194	0,0%	983	0,0%
Reino Unido	-	0,0%	7.572	0,2%
Suécia	-	0,0%	2.557	0,1%
Suíça	-	0,0%	320	0,0%
Rússia	447	0,0%		
Outros	192	0,0%		
Oriente-médio	**64.908**	**2,0%**	**51.593**	**1,6%**
Emirados Árabes Unidos	-	0,0%	5.573	0,2%

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

Israel	534	0,0%	1.458	0,0%
Turquia	64.374	2,0%	44.562	1,4%
Ásia	**10.424**	**0,4%**	**28.308**	**0,9%**
China	-	0,0%	2.695	0,1%
Cingapura	-	0,0%	7.250	0,2%
Coreia	-	0,0%	1.351	0,0%
Índia	8.512	0,3%	4.449	0,1%
Japão	1.742	0,1%	11.976	0,4%
Taiwan	-	0,0%	587	0,0%
	171	0,0%		
África	**37.263**	**1,1%**	**19.550**	**0,6%**
África do sul	12.311	0,4%	17.398	0,5%
República do Benim	1.034	0,0%	2.152	0,1%
Outros	23.918	0,7%	0	0,0%
Total	**3.260.481**	**100,0%**	**3.233.234**	**100,0%**

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

México

Regulamentação Ambiental

Nossas operações no México estão sujeitas às leis e regulamentos referentes, entre outros tópicos, à poluição, contaminação do solo, proteção ambiental e dos recursos naturais. Os regulamentos abrangem, entre outros, o impacto ambiental, emissões na atmosfera, proteção hídrica, despejo de efluentes, ruído, emissões, resíduos perigosos, resíduos de manuseio especial e resíduos urbanos sólidos.

Existem duas entidades que regulamentam e fazem valer as questões ambientais a nível federal: o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales), ou SEMARNAT, e a Procuradoria Federal de Proteção do Meio Ambiente (Procuraduria Federal de Proteccion al Ambiente). A violação das leis ambientais pode dar origem a penalidades ou multas substanciais, encerramento temporário ou definitivo das operações e, em alguns casos, condenações criminosas. De acordo com a lei mexicana, a responsabilidade ambiental pode ser administrativa, civil ou penal. A responsabilidade ambiental administrativa é mais comumente procurada e imposta e é usada como base para demonstrar a responsabilidade penal. A lei ambiental administrativa mexicana baseia-se no princípio "o poluidor paga", significando que um poluidor ou a parte descumpridora deve, em princípio, arcar com o custo da reparação, no caso de contaminação do solo, subsolo e/ou da água, e está sujeita a cobrir quaisquer multas e a tomar quaisquer providências para regularizar as atividades que não estavam cumprindo suas obrigações. Além disso, para a administração integral dos resíduos perigosos, existe uma responsabilidade conjunta e solidária entre o gerador e as pessoas que estão encarregadas do manuseio desses resíduos. Um proprietário ou possuidor de um local contaminado também compartilha a responsabilidade conjunta e solidária com a parte responsável pela reparação da contaminação de qualquer local, incluindo o subsolo, a água e fora do local, caso a contaminação migre. As companhias também poderão ser consideradas civilmente responsáveis por danos ao meio ambiente e estarão sujeitas a penalidades substanciais e à reparação ambiental dos locais contaminados ou à indenização, se a reparação for impossível.

Licenças Operacionais

De acordo com as leis federais, estaduais e municipais do México, somos obrigados a obter registros, permissões, licenças, concessões e autorizações para construir e operar as instalações industriais. Se esses não forem obtidos ou renovados em tempo, então, as agências ambientais competentes terão autorização para suspender parcial ou totalmente as operações, impor o encerramento temporário ou definitivo das instalações e, no pior cenário, revogar as referidas permissões. Além disso, as agências poderão impor penalidades cíveis, penais ou administrativas e exigir a reparação do meio ambiente, conforme o caso.

Todas as instalações de produção no México estão sujeitas à aprovação de diversas autoridades nos três níveis, que, em certos casos, devem aprovar o projeto antes da construção, para operações, paralizações e, de novo, em alguns casos, quando a instalação for modificada. As licenças e permissões ambientais geralmente incluem, como condições, a conformidade com as normas mexicanas oficiais, e o cumprimento de todas as permissões e normas pode originar despesas significativas.

Disposição dos Resíduos

A Lei Geral para Manuseio Integral de Resíduos regulamenta o manuseio integral dos resíduos perigosos, resíduos de manuseio especial e resíduos urbanos sólidos. O manuseio de resíduos sem as permissões necessárias pode dar origem a penalidades administrativas, bem como à responsabilidade civil e penal por danos ao meio ambiente, caso o manuseio integral dos resíduos não cumpra a legislação aplicável.

O transporte dos resíduos perigosos para as instalações de reprocessamento para armazenagem temporária, tratamento ou descarte final é regulamentado pela SEMARNAT. Além disso, as empresas

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

que prestam serviços de transporte dos resíduos, de descarte temporário e/ou final, de reciclagem ou serviços de incineração dos resíduos perigosos têm que possuir uma permissão ambiental. De acordo com a legislação mexicana, a companhia responsável pela geração de resíduos é responsável em conjunto e solidariamente com as companhias de transporte, de armazenagem temporária e de descarte final pela reparação e pelos danos. No caso de um acidente durante o transporte, pode-se exigir uma limpeza ambiental total ou reparação.

Outras Licenças Administrativas

O governo mexicano, através do Ministério da Defesa, controla o uso de determinados produtos químicos considerados precursores que precisam de aprovação para uso, manuseio e armazenagem. Sua produção, distribuição, armazenagem e venda são controladas e monitoradas pelo Ministério da Defesa. De acordo com a legislação mexicana, as companhias devem cumprir os regulamentos aplicáveis e receber uma permissão expedida pela Secretaria de Defesa Nacional mexicana (Secretaría de la Defensa Nacional) para armazenar, fabricar, usar ou descartar esses produtos químicos. As permissões devem ser validadas e renovadas se uma determinada instalação for modificada. Essa exigência aplica-se ao nosso uso do enxofre na nossa produção de ácido sulfúrico.

7.8 - Políticas Socioambientais

Divulgação de informações socioambientais

A Companhia divulga as seguintes informações socioambientais:

- Demonstrativos trimestrais, através da área de Relação com Investidores;
- Relatório de Sustentabilidade;
- Política Corporativa de Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente;
- Código de Ética e Conduta; e
- Certificações ISO 9001, 14001, 45001, Programa Atuação Responsável, Código Internacional de Cianeto e Prêmio Polo de Segurança, Saúde e Meio Ambiente do COFIC – Polo Industrial de Camaçari.

Além disso, realiza publicações anuais de dados socioambientais da organização em canais externos:

- Reporte anual do programa Atuação Responsável®, gerido pela ABIQUIM.
- Reporte anual do programa *Together for Sustainability*, gerido pela Ecovadis.
- Reporte anual do *Carbon Disclosure Project (CDP).*
- Preenchimento de questionários de avaliação de clientes.

(a) Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações socioambientais

As informações socioambientais são organizadas mediante as premissas ou padrões definidos pela área de Relação com Investidores, Departamentos internos da Unigel, Associações e Entidades Externas, Normas e Clientes, como se segue:

Relatório de Sustentabilidade: Na elaboração de seu Relatório Anual, as premissas da versão mais atual (G4) de diretrizes da GRI (Global Reporting Initiative) na opção essencial, foram seguidas.

Política Corporativa de Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente, com base nas premissas e requisitos das ISO 9001:2015, ISO 14001:2015, ISO 45001:2018, Programa Atuação Responsável® e Prêmio Polo de Segurança, Saúde e Meio Ambiente do COFIC – Polo Industrial de Camaçari.

Código de Ética e Conduta, com base em procedimentos internos e legislação aplicável;

Reporte anual do programa Atuação Responsável®, conforme questionário disponibilizado pela ABIQUIM;

Reporte anual do programa Together for Sustainability, gerido pela Ecovadis: Baseiam-se em padrões internacionais de RSE (Responsabilidade Social Empresarial), como os Princípios do Pacto Global, as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a norma da Iniciativa de Relatório Global (GRI), o padrão ISO 26000, e os princípios CERES.

Reporte anual do CDP – conforme questionários estabelecidos para Mudanças Climáticas e Proteção Hídrica dentro do site de declaração anual do *Carbon Disclosure Project.*

Reporte anual de clientes – conforme questionários enviados pelos clientes aos representantes comerciais da Unigel;

Certificações ISO 9001, 14001, 45001, Programa Atuação Responsável, Código Internacional de Cianeto e Prêmio Polo de Segurança, Saúde e Meio Ambiente – conforme normas e requisitos para implantação dos sistemas de gestão relacionados.

7.8 - Políticas Socioambientais

(b) Indicar se as informações socioambientais são auditadas ou revisadas por entidade independente

Relatório de Sustentabilidade: Por ser o primeiro relatório deste tipo a ser divulgado, o Relatório de Sustentabilidade para o ano de 2020 ainda não passou por processo de auditoria. Pretendemos submeter o Relatório de Sustentabilidade o para o ano de 2021 a uma asseguração externa.

Política Corporativa de Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente: Auditorias internas e externas por organismos certificadores;

Reporte anual do programa Atuação Responsável®, gerido pela Abiquim: informações verificadas pela ABIQUIM – há solicitação de verificação quando há dados diferentes do histórico.

Reporte anual do programa Together for Sustainability, gerido pela Ecovadis: A Ecovadis verifica e valida as informações publicadas no site. Além disso, auditorias presenciais ocorrem por organismos certificadores homologados.

Reporte anual do CDP – as informações divulgadas são validadas pelo próprio organismo responsável.

Reporte anual de clientes – são validados pelos clientes que recebem ou auditam as instalações industriais da Unigel.

Certificações ISO 9001, 14001, 45001, Programa Atuação Responsável, Código Internacional de Cianeto e Prêmio Polo de Segurança, Saúde e Meio Ambiente – conforme metodologia de auditoria de terceira parte aplicada pelas organizações certificadoras envolvidas nos processos de certificação.

(c) Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações socioambientais

As informações socioambientais divulgadas pela Companhia nos endereços abaixo:

Relatório de Sustentabilidade e o demonstrativo financeiro: invest.unigel.com.br

Política Corporativa de Qualidade, Saúde, Segurança e Meio Ambiente: https://www.unigel.com.br/index.php/qssma/

Código de Ética e Conduta: https://www.unigel.com.br/index.php/canal-aberto/

Reporte anual do programa Atuação Responsável®, gerido pela Abiquim: www.abiquim.org.br

Reporte anual do programa Together for Sustainability, gerido pela Ecovadis: www.ecovadis.com

Reporte anual do CDP – www.cdp.net

Certificações ISO 9001, 14001, 45001, Programa Atuação Responsável, Código Internacional de Cianeto e Prêmio Polo de Segurança, Saúde e Meio Ambiente: conforme certificados disponíveis no site da Unigel – www.unigel.com.br

(d) Indicar se este relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da companhia

As informações socioambientais abordadas nos relatórios anuais levam em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU: (i) ética e transparência, (ii) gestão de resíduos, (iii) uso adequado de matérias-primas, (iv) ações socialmente responsáveis, (v) qualificação dos funcionários, (vi) saúde e segurança e (vii) produtos sustentáveis diferenciados. O primeiro Relatório de Sustentabilidade, que compilou os anos 2018 e 2019, fez menção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com o compromisso de já vincular os ODS nas metas da Unigel para o próximo Relatório e aderi-los até 2022.

(e) Indicar, caso aplicável, o motivo para não atendimento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU nas informações socioambientais divulgadas

7.8 - Políticas Socioambientais

Não Aplicável. As informações socioambientais abordadas nos relatórios anuais levam em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, conforme descrito no item (d) acima.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Termos usados pela Indústria petroquímica

Termo	Significado	Principais usos	No contexto do nosso negócio
ABS	Acrilonitrila-butadieno-estireno.	Usado em materiais de construção, peças automotivas, eletrodomésticos e equipamentos de informática.	A Companhia produz e vende acrilonitrila e estireno, duas das principais matérias-primas para a produção de ABS.
Acetona	Composto orgânico produzido direta ou indiretamente a partir do propeno.	Usado como solvente ou intermediário químico	A Companhia usa acetona para produzir ACH, que é usado para sintetizar MMA ou EMA.
Acrilonitrila	Composto orgânico produzido principalmente como um subproduto da acrilonitrila-fabricar.	Usado como solvente na purificação de butadieno em refinarias e em cromatografia líquida.	A acetonitrila é um subproduto do processo de produção de acrilonitrila da Companhia
ACH	Cianidrina acetona. Composto orgânico usado na produção de MMA ou EMA.	Usado como intermediário químico (para sintetizar MMA, EMA ou GMAA).	A Companhia produz ACH, que é usado na produção de MMA, EMA ou GMAA.
Acrílicos	Classificação genérica para diversos produtos químicos com o mesmo grupo "acrílico" em suas moléculas.	Usado para várias aplicações em diferentes indústrias.	A Companhia acredita ser a única produtora brasileira da maior parte dos produtos deste segmento.
Chapas acrílicas	As chapas acrílicas são produtos de uso final, produzidos a partir do MMA (metil metacrilato).	As chapas acrílicas possuem diversas aplicações. Em substituição ao vidro e a outros materiais, são utilizadas em soluções arquitetônicas, mobiliários e artigos de decoração.	A Companhia produz chapas acrílicas no Brasil e no México.
Acrilonitrila	Composto orgânico líquido incolor produzido por meio da amoxidação catalítica do propeno, utilizando propeno e amônia como matérias-primas.	É utilizada na fabricação de fibras acrílicas, resinas plásticas ABS e SAN, borrachas nitrílicas e produtos químicos para purificação da água, entre outras aplicações.	A Companhia produz e vende Acrilonitrila.
Amônia	Composto de nitrogênio e hidrogênio.	Suas principais aplicações são: farmacêutica, fertilizantes de nitrogênio, explosivos, coloração de tecidos e alimentos. Ainda, pode ser vendido, utilizado como matéria prima para acrílicos, ou convertida em fertilizante.	A Companhia é a única produtora de amônia no Brasil, com 2,5 milhões de toneladas de capacidade instalada.
Sulfato de amônio	Composto inorgânico.	Utilizado principalmente como fertilizante, também é utilizado como aditivo alimentar e no curtimento de couro.	A Companhia produz sulfato de amônio no Brasil.
Arla	Reagente composto por 32,5% de ureia de alta pureza em água desmineralizada, transparente, não inflamável e não tóxico.	Utilizado juntamente com o sistema de Redução Catalítica Seletiva (SCR) para reduzir quimicamente a emissão de óxido de nitrogênio nos gases de escape dos veículos movidos a diesel.	A Companhia produz ARLA no Brasil.

7.9 - Outras Informações Relevantes

EMA	Etilmetacrilato ou metacrilato de etila é um composto orgânico.	O EMA pode ser utilizado na composição de tintas, vernizes e borrachas, em próteses médicas e dentárias, entre outros usos.	A Companhia produz EMA na unidade de Candeiras (BA), com capacidade nominal de produção de 90 kt/ano.
Etanol	Álcool etílico.	Usado como combustível para veículos, como desinfetante e como intermediário químico (para produzir eteno, EMA etc.)	A Companhia usa etanol como matéria prima para produzir metacrilato de etila (EMA).
Etilbenzeno	Composto orgânico.	Usado como intermediário químico (para produzir estireno).	A Companhia produz Etilbenzeno.
GMAA	Ácido metacrílico glacial é um monômero orgânico produzido a partir da hidrólise da ACH.	Utilizado na indústria química como espessante de produtos à base de acrílico e também como comonômero para agregar dureza e brilho a polímeros.	A Companhia produz GMAA utilizando tecnologia proprietária desenvolvida na década de 2010.
HCN	Ácido cianídrico é um composto químico e um gás venenoso.	Usado como precursor para produzir cianetos, cianidrinas, metionina e outros produtos químicos.	A Companhia usa HCN como o precursor para produzir cianeto de sódio e ACH.
Látex	O látex é uma dispersão aquosa de polímeros, que pode ser encontrado na natureza ou sintetizado. Os látices sintéticos são fabricados pela polimerização de monômeros, como o estireno.	Os látices sintéticos são fabricados pela polimerização de monômeros, como o estireno.	A Unigel produz dois tipos de látices sintéticos: látex SA (estireno-acrilato de butila) e látex SB (estireno-butadieno). Em 2020, a Unigel comercializou 32.861 tons de látex, sendo 32.324 tons no mercado brasileiro (ou 98,4% do total comercializado).
Metacrilato	Classificação genérica para agrupar MMA, EMA e outros metacrilatos.	Utilizado na indústria química, produção de chapas acrílicas, revestimentos etc.	A Companhia produz Metil metacrilato (MMA) e metacrilato de etila (EMA).
Metanol	Álcool metílico.	Usado na indústria química, combustível para veículos, produção de gás de síntese etc.	A Companhia usa metanol como matéria-prima para a produção de metacrilato de metila (MMA).
MMA	Metil metacrilato ou metacrilato de metila.	é um monômero utilizado na produção das resinas termoplásticas de PMMA, além de outros copolímeros tais como ácido metacrílico (MAA).	É produzido pela Companhia por meio da rota de produção da acetona cianidrina, principal rota de produção global de MMA, utilizando metanol e acetona cianidrina como matérias-primas.
Gás Natural	Mistura de derivados de combustíveis fósseis.	Usado na indústria química, combustível para veículos, geração de energia etc.	A Companhia usa gás natural como matéria-prima para produzir HCN e como combustível para a produção de vapor.
PMMA	O polimetilmetacrilato é uma resina termoplástica de metacrilato de metila polimerizado.	Utilizado principalmente na fabricação de autopeças, além de tintas e revestimentos. É uma alternativa resistente à quebra de vidro, com propriedades superiores de intempéries	A Companhia Produz PMMA pelo processo de polimerização da MMA.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Poliestireno	O poliestireno é uma resina termoplástica resultante da polimerização do estireno.	Usado em embalagens, produtos de consumo, eletrônicos / eletrodomésticos, construção.	A Companhia Produz poliestireno por polimerização em massa contínua de estireno.
Propeno	Composto orgânico insaturado, normalmente resulta do craqueamento da nafta ou do refino de petróleo e gás.	Usado principalmente para a produção de polipropileno, também é matéria-prima para a produção de outros produtos químicos, como a acrilonitrila.	A Companhia usa propeno para produzir acrilonitrila.
SAN	SAN é uma resina de estireno e acrilonitrila.	Os usos incluem recipientes para alimentos, garrafas de água, utensílios de cozinha, produtos de informática, material de embalagem, caixas de baterias e fibras ópticas de plástico.	A Companhia produz e vende SAN.
Cianeto de sódio	É um composto inorgânico produzido a partir do ácido cianídrico (HCN) e do hidróxido de sódio (soda cáustica)	Usado principalmente para extrair ouro e outros metais preciosos na indústria de mineração.	A Companhia produz e vende Cianeto de sódio.
Estireno	O estireno é um composto orgânico destinado a produção de resinas plásticas e outros co-polímeros.	Usado na produção de poliestireno (PS) e de diversos outros co-polímeros, tais como resinas ABS (acrilonitrila-butadieno-estireno), látexes SA (estireno-acrilato) e SB (estireno-butadieno), borrachas SBR (estireno-butadieno), entre outros.	A Companhia produz e vende estireno e utiliza o estireno como matéria-prima para a produção de poliestireno e látices.
Estirênicos	Classificação genérica para diversos produtos químicos com o monômero estireno em sua composição.	Usado para várias aplicações em diferentes indústrias.	A Companhia utiliza esse termo para se referir a uma das principais categorias de produtos que vende, o que inclui produtos como estireno, poliestireno e látex, entre outros.
Ácido sulfúrico	O ácido sulfúrico é um ácido mineral.	O ácido sulfúrico é utilizado como catalisador na produção de acrilonitrila, HCN e MMA, e para a produção de sulfato de amônio.	A Companhia utiliza ácido sulfúrico para produzir HCN, ACH, MMA, sulfato de amônio e acrilonitrila.
Ureia	Também conhecido como carbamida, é um composto orgânico sólido, incolor e inodoro, altamente solúvel em água.	Muito utilizado em fertilizantes como fonte de nitrogênio e é uma importante matéria-prima para a indústria química.	A Companhia produz ureia em suas fábricas de fertilizantes.

Segurança e Controle de Qualidade

Segurança

Temos uma política que determina que todos os nossos diretores, conselheiros e empregados são responsáveis pela segurança e saúde dos nossos trabalhadores e pela preservação do meio ambiente. Cada uma das nossas instalações industriais é equipada com um amplo sistema de segurança de combate a incêndios. Todas as nossas instalações possuem pronto acesso à água usada em caso de incêndio.

Por exemplo, na nossa instalação de Cubatão, mantemos um lago artificial que é alimentado por um rio próximo. A água é ligada aos hidrantes de incêndio por meio de uma estação de bombeamento e rede de distribuição, e é construída de acordo com as normas internacionais de segurança contra incêndio.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Realizamos regularmente exercícios de segurança, e as nossas instalações possuem equipes de segurança treinadas e equipamentos disponíveis 24 horas por dia.

Nossas instalações também participam dos planos de gerenciamento de desastres locais ou regionais nos quais os participantes concordam em ajudar uns aos outros em caso de emergência com equipamentos e mão-de-obra.

Todas as nossas iniciativas e controles nos permitiu uma redução de 39% a.a. no número de acidentes em 2020. Nos últimos três anos, não houve nenhuma ocorrência de acidentes fatais. Considerando o total de horas trabalhadas no ano e o número de acidentes ocorridos, a taxa de frequência total de acidentes (que exprime o número de acidentes a cada 1 milhão de horas trabalhadas) foi de 5,37 e a taxa de gravidade total (que exprime o número de dias perdidos por acidentes de trabalho a cada 1 milhão de horas trabalhadas) foi de 55,63. Para prestadores de serviço, a taxa de frequência total de acidentes em 2020 foi de 4,60 e a taxa de gravidade total foi de 17,47.

Em 2020, realizamos treinamentos com as equipes operacionais e transportadores para a implementação de um novo sistema de amarração e unitização de cargas em contêineres. Como resultado desta abordagem, reduzimos em 37,5% o número de casos de acidentes relacionados ao transporte e, ao longo do ano, foram registradas apenas cinco ocorrências relacionadas a tombamentos e colisões.

Controle de Qualidade

No Brasil, todos os nossos sistemas de controle de qualidade seguem as normas ISO 9001:2015, como certificado pelo Bureau Veritas (Bahia) e pelo SGS (São Paulo). No México, nossa produção de chapas acrílicas *cell cast* já adota o Sistema de Gestão de Qualidade com base na norma ISO 9001:2015 mais recente.

Em 2016, nossa operação no México recebeu o Prêmio Nacional de Qualidade (*Prêmio Nacional de Calidad*) na categoria de "Grandes Fabricantes", como resultado (i) do nosso profundo conhecimento do mercado, que garantiu o acesso às matérias-primas, (ii) do nosso modelo de negócio versátil, (iii) das nossas normas de segurança e ambientais, e (iv) do nosso acesso aumentado aos mercados de exportação.

Em 2019, nossas fábricas em São Paulo obtiveram as certificações ISO 14001: 2015 e ISO 45001: 2018 por meio do ABS Quality Evaluations, promovendo o compromisso da Unigel com a Saúde, Segurança e Proteção Ambiental em suas operações. Já estamos implementando um plano robusto para buscar a certificação de nossas novas instalações do segmento Agro até 2022, bem como das instalações localizadas no Estado da Bahia.

Programa de Cuidado Responsável

O Cuidado Responsável é o compromisso da indústria química para a sustentabilidade. Lançado em 1985, o programa é hoje praticado em mais de 65 países. Em cada país, as associações nacionais de fabricantes de produtos químicos, tais como a ABIQUIM no Brasil e a ANIQ no México, são responsáveis por certificar as companhias que estão em conformidade com o programa.

Em novembro de 2017, nossas unidades em São Paulo (Cubatão, São José dos Campos e Guarujá) foram certificadas como estando em conformidade com o Programa de Cuidado Responsável (no Brasil, Atuação Responsável). Somos a sexta companhia afiliada à ABIQUIM a obter essa certificação. Em 2018, obtivemos a certificação para todas as companhias localizadas no Estado da Bahia. O processo de recertificação deve ocorrer em 2021.

Na Bahia, participamos também de um programa local (Prêmio Polo) com exigências similares àquelas do Programa de Cuidado Responsável, e recebemos a medalha de prata em 2016 e, em 2018,

7.9 - Outras Informações Relevantes

implementamos normas mais elevadas e fomos agraciados com a medalha de ouro. A próxima auditoria deve ocorrer na segunda metade de 2021.

No México, nosso sistema de segurança foi certificado pela ANIQ como estando em conformidade com o Programa de Cuidado Responsável (no México, *Responsabilidad Integral*).

Código do Cianeto

O Código Internacional de Gerenciamento do Cianeto, ou Código do Cianeto, é uma iniciativa voluntária para as indústrias de mineração de ouro e prata e produtores e transportadores do cianeto usado na mineração de ouro e prata. O Código visa a complementar as exigências reguladoras existentes de uma operação. É necessário o cumprimento das regras, regulamentos e leis da jurisdição política aplicável.

O Código do Cianeto concentra-se exclusivamente no gerenciamento seguro do cianeto que é produzido, transportado e usado para a recuperação do ouro e da prata, e nos rejeitos da usina e soluções de lixívia. O Código do Cianeto trata da produção, transporte, armazenagem e uso do cianeto e do desmantelamento das instalações do cianeto. O Código também inclui as exigências relacionadas à garantia financeira, prevenção de acidentes, resposta de emergência, treinamento, relatório público, envolvimento de interessados e procedimentos de verificação. Os produtores de cianeto e os transportadores estão sujeitos às partes aplicáveis do Código do Cianeto identificadas nos seus respectivos Protocolos de Verificação.

O Código não trata de todas as atividades de segurança ou ambientais que estejam presentes nas operações de mineração de ouro e prata, tais como projeto e construção de represas para rejeitos ou fechamento a longo prazo ou restauração das operações de mineração. Para certificação no Código do Cianeto, são feitas auditorias por auditores independentes e aprovadas pelo Instituto Internacional de Gerenciamento de Cianeto (ICMI). A Unigel é signatária desde 29 de outubro de 2008 e tem sido certificada desde 17 de dezembro de 2009. A última auditoria de certificação foi realizada em 14 de janeiro de 2020 em Candeias e em 16 de janeiro de 2020 em Camaçari, ambas certificações emitidas em 19 de junho de 2020, sendo válidas por três anos.

Prêmios

No segmento de aparelhos elétricos, um dos nossos principais mercados de poliestireno, recebemos prêmios de excelência de qualidade de clientes em todo mundo no segmento de aparelhos elétricos, tais como a Whirlpool (2017), a Electrolux (2014 e 2018) e a Panasonic (2014), o que comprova a alta qualidade dos nossos produtos e serviços e o relacionamento sólido que temos com nossos clientes. No México, também recebemos do presidente Enrique Peña Nieto o Prêmio Nacional de Qualidade de 2016 (*Prêmio Nacional de Calidad*) na categoria de grandes fabricantes.

Em 2020, destacamos dois importantes prêmios que simbolizam nosso compromisso com as práticas ESG, melhor descritas abaixo:

- Medalha de Ouro EcoVadis: um prêmio concebido para as empresas avaliadas na escala de classificação de sustentabilidade EcoVadis.
- Prêmio Ética nos Negócios: fomos premiados em sua categoria Responsabilidade Social em relação aos nossos esforços durante a pandemia COVID-19 para apoiar as comunidades localizadas onde operamos.

Sustentabilidade

Somos uma empresa inovadora socialmente responsável, capaz de desenvolver soluções sustentáveis internamente. Embora nossos esforços de sustentabilidade estejam presentes em todo nosso processo de gestão, temos uma equipe interna para abordar nossa agenda estratégica e nossa melhoria contínua em questões ambientais, sociais e de governança, ou ESG. Nossa equipe interna pode ser contatada por meio e-mail sustentabilidade@unigel.com.br.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Para apoiar nossas práticas de gestão ambiental e social, definimos em 2019 nossa matriz de materialidade, abordando questões de ESG que são mais relevantes para a organização. Este processo observou as diretrizes da Global Reporting Initiative, ou GRI, e foi realizado com as partes interessadas internas e externas da empresa, com a assessoria da Fundação Dom Cabral.

Sete questões materiais são destacadas em nossa matriz: (i) ética e transparência, (ii) gestão de resíduos, (iii) uso adequado de matérias-primas, (iv) ações socialmente responsáveis, (v) qualificação dos funcionários, (vi) saúde e segurança e (vii) produtos sustentáveis diferenciados.

Em 2020, publicamos nosso primeiro Relatório Anual de Sustentabilidade, utilizando as normas GRI e com base em nossa matriz de materialidade, conforme descrito no item 7.8 deste Formulário de Referência.

Em 2021, estamos empenhados na construção de uma agenda ESG, com metas e um roteiro de ações para continuar buscando a excelência em nossas práticas de sustentabilidade.

Inovação - Ecogel e Aquagel

Nos esforçamos para adotar fortes práticas de sustentabilidade em nosso processo de produção e desenvolver soluções sustentáveis e inovadoras. Temos um centro de inovação no estado da Bahia, onde pesquisamos e desenvolvemos novos produtos e processos de produção, o que nos permitiu desenvolver produtos e soluções ecologicamente corretos como os plásticos Ecogel e os fertilizantes Aquagel. Ecogel é nossa linha de negócios de produtos fabricados com plásticos reciclados pós-consumo, lançada em outubro de 2020. Aquagel é um fertilizante desenvolvido a partir de resíduos de nosso segmento de Acrílicos.

Medalha de Ouro EcoVadis

Em 2020, recebemos a Medalha de Ouro EcoVadis, um prêmio concebido para as empresas mais bem classificadas na escala de classificação de sustentabilidade EcoVadis. Fomos classificados pela primeira vez em 2014, como parte do programa "Juntos pela Sustentabilidade", uma iniciativa global de empresas químicas globais para melhorar as práticas de sustentabilidade. A Medalha de Ouro em 2020 é uma consequência de nossa melhoria contínua nas práticas ambientais, sociais e de governança.

Destaques da Responsabilidade Social

Mantemos um programa ativo de treinamento para jovens graduados universitários e patrocinamos uma escola de ensino fundamental no estado da Bahia. Durante a pandemia da COVID-19, pudemos tomar várias medidas para apoiar nossas comunidades, tais como doações de (i) 14 toneladas de produtos de necessidade básica para famílias de comunidades localizadas perto de nossas fábricas; (ii) dois ventiladores respiratórios mecânicos para hospitais públicos na Bahia; e (iii) mais de 45 toneladas de produtos para a fabricação de 6.000 cúpulas de entubação de acrílicos, 500 mil litros de saneantes de gel e milhões de descartáveis e embalagens para atender a população vulnerável. Estes esforços foram reconhecidos pelo Prêmio Ética nos Negócios de 2020, concedido pelo Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios, em sua categoria Responsabilidade Social.

8.1 - Negócios Extraordinários

Item não aplicável, tendo em vista que não houve, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Item não aplicável, uma vez que não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Item não aplicável, tendo em vista que, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foi celebrado nenhum contrato relevante pela Companhia ou por suas controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, os bens do ativo não-circulante que a Companhia julgue relevantes encontram-se descritos abaixo.

Descrição do bem do ativo não-circulante	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Maquinário da planta da Matriz da CBE - Acrinor	Brasil	BA	Camaçari	Própria
Maquinário da planta CBE – EDN	Brasil	BA	Camaçari	Própria
Maquinário da Matriz da Proquigel	Brasil	BA	Camaçari	Própria
Maquinário da planta da Unigel Plásticos -	Brasil	BA	Camaçari	Própria
Maquinário da planta da Proquigel Candeias	Brasil	BA	Candeias	Própria
Maquinário da planta da Unigel Plásticos -	Brasil	BA	Candeias	Própria
Maquinário da planta CBE Cubatão	Brasil	SP	Cubatão	Própria
Maquinário da planta CBE Guarujá (Poliestireno)	Brasil	SP	Guarujá	Própria
Maquinário da CBE São José dos Campos	Brasil	SP	São José dos Campos	Própria
Maquinário da planta CBE Guarujá Látex	Brasil	SP	Guarujá	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar – sede da Companhia	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
CBE - ACRINOR Rua Hidrogênio, nº 824 – Polo Petroquímico de Camaçari – Camaçari	Brasil	BA	Camaçari	Própria
CBE – EDN – Rua Hidrogênio nº 1.879 – Polo Petroquímico de Camaçari – Camaçari -	Brasil	BA	Camaçari	Própria
PROQUIGEL MATRIZ Rua Hidrogênio, nº 824 – Polo Petroquímico de Camaçari – Camaça	Brasil	BA	Camaçari	Própria
UNIGEL PLÁSTICOS- Rua Hidrogênio nº 3.076 - Polo Petroquímico de Camaçari – Cama	Brasil	BA	Camaçari	Própria
PROQUIGEL CANDEIAS - Fazenda Caroba, Distrito Industrial, Candeias - BA	Brasil	BA	Candeias	Própria
UNIGEL PLÁSTICOS - Via Matoim, s/n, Fazenda Caroba, Distrito Industrial, Candeia	Brasil	BA	Candeias	Própria
CBE CUBATÃO - Avenida 9 de Abril, nº 1.296 - Cubatão - SP	Brasil	SP	Cubatão	Própria
CBE GUARUJÁ Avenida Santos Dumont, nº 4.444 – Jardim Conceiçãozinha – Guarujá –	Brasil	SP	Guarujá	Alugada
CBE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS Rua Carlos Marcondes, nº 1.200 – São José dos Campos - S	Brasil	SP	São José dos Campos	Alugada
CBE LátexAvenida Santos Dumont, nº 4.444 – Jardim Conceiçãozinha – Guarujá – SP	Brasil	SP	Guarujá	Alugada
UNIGEL AGRO – BA Rua Eteno, nº 2.198, Polo Industrial de Camaçari – Camaçari - BA	Brasil	BA	Camaçari	Arrendada
UNIGEL AGRO – SE ROD SE 211, KM 01, s/nº - Pedra Branca, sala Proquigel – Laranj	Brasil	SE	Laranjeiras	Arrendada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 750275847, para a marca "UNIGEL", marca Nominativa, na Classe NCL(8) 01	Registrado até 12/01/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 813293251, para a marca "UNIGEL", marca Nominativa, na Classe 40 : 15	Registrado até 04/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828097798, para a marca "UNIGEL", marca Nominativa, na Classe NCL(8) 35	Registrado até 24/10/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 828168547, para a marca "UNIGEL", marca Nominativa, na Classe NCL(8) 17	Registrado até 25/03/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828474095, para a marca "UNIGEL", marca Mista, na Classe NCL (8) 35	Registrado até 03/02/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828474109, para a marca "UNIGEL", marca Mista, na Classe NCL (8) 01	Registrado até 22/07/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 828474117, para a marca "UNIGEL", marca Mista, na Classe NCL (8) 17	Registrado até 03/06/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 790275678, para a marca "EDN", marca Nominativa, na Classe NCL(8) 17.	Registrado até 13/10/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 200025015, para a marca "EDN", marca Nominativa, na Classe NCL(8) 17.	Registrado até 13/10/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 812018532, para a marca "COMPANHIA QUÍMICA METACRIL", marca Mista, na Classe NCL 40 : 15	Registrado até 25/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 812018508, para a marca "COMPANHIA QUIMICA METACRIL", marca Mista, na Classe NCL 1 : 45	Registrado até 02/10/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 812018516, para a marca "COMPANHIA QUIMICA METACRIL", marca Mista, na Classe NCL 1 : 10	Registrado até 03/11/2023	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 812018524, para a marca "COMPANHIA QUÍMICA METACRIL", marca Mista, na Classe NCL 17 : 10	Registrado até 25/10/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 815237332, para a marca "EE", marca Mista, na Classe NCL 17 : 10.	Registrado até 28/04/2022	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 815237324, para a marca "EE", marca Mista, na Classe NCL 01 : 10 35 90.	Registrado até 11/08/2032	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 817899448, para a marca "COMPANHIA QUÍMICA METACRIL", marca Mista, na Classe NCL 04 : 10	Registrado até 17/09/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 818553502, para a marca "CBE", marca Mista, na Classe NCL 01 : 10 : 90.	Registrado até 21/10/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 822208091, para a marca "ACRINOR", marca Mista, na Classe NCL (8) 01.	Registrado até 15/02/2025	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 826463428, para a marca "ECOGEL", marca Nominativa, na Classe NCL(8) 01.	Registrado até 04/09/2027	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828474060, para a marca "ACRINOR", marca Mista, na Classe NCL (8) 01.	Registrado até 20/05/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828474052, para a marca "ACRINOR", marca Mista, na Classe NCL (8) 35.	Registrado até 03/02/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 007037147, para a marca "ESTIRENO EDN", marca Nominativa, na Classe NCL(7) 17.	Registrado até 10/12/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 790275686, para a marca "EDN", marca Nominativa, na Classe NCL(8) 01.	Registrado até 13/10/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 814995748, para a marca "RESARBRAS", marca Nominativa, na Classe 40 : 15.	Registrado até 26/04/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 814995721, para a marca "RESARBRAS", marca Nominativa, na Classe NCL(8) 17.	Registrado até 08/10/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 823237303, para a marca "RESARBRAS", marca Nominativa, na Classe NCL(7) 35.	Registrado até 03/02/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828474079, para a marca "RESARBRAS", marca Mista, na Classe NCL (8) 01.	Registrado até 20/05/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 828474087, para a marca "RESARBRAS", marca Mista, na Classe NCL (8) 35.	Registrado até 03/11/2029	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828474125, para a marca "RESARBRAS", marca Mista, na Classe NCL (8) 17.	Registrado até 23/08/2026	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828474010, para a marca "ACRINOR", marca Mista, na Classe NCL (8) 17.	Registrado até 20/05/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 828642559, para a marca "PLASTIGLAS", marca Nominativa, na Classe NCL(8) 01.	Registrado até 18/05/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828642567, para a marca "PLASTIGLAS", marca Nominativa, na Classe NCL(8) 35.	Registrado até 24/05/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828644780, para a marca "PLASTIGLAS", marca Nominativa, na Classe NCL(8) 27.	Registrado até 25/05/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 828644810, para a marca "CHEMCAST", marca Nominativa, na Classe NCL(8) 17.	Registrado até 09/03/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 828644802, para a marca "IMPACTA", marca Nominativa, na Classe NCL(8) 17.	Registrado até 09/03/2030	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 903681803, para a marca "NITROGEL", marca Nominativa, na Classe NCL(9) 01.	Registrado até 12/08/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 903682249, para a marca "AQUAGEL", marca Nominativa, na Classe NCL(9) 01.	Registrado até 30/01/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 904000427, para a marca "ACQUAGEL", marca Nominativa, na Classe NCL(9) 01.	Registrado até 23/01/2028	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 904000656, para a marca "SULFAGEL", marca Nominativa, na Classe NCL(9) 01.	Registrado até 18/11/2024	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 920597351, para a marca "ECOGEL", marca Nominativa, na Classe NCL(11) 01.	Registrado até 22/06/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.
Marcas	Registro nº 920597416, para a marca "ECOGEL", marca Nominativa, na Classe NCL(11) 17.	Registrado até 22/06/2031	No âmbito administrativo (junto ao INPI), a manutenção dos registros de marcas é realizada através do pagamento periódico de retribuições ao órgão competente. A extinção da marca pode ocorrer pela expiração do prazo de vigência, pela renúncia do titular, pela caducidade do direito ou pela inobservância de algum aspecto requerido pelo INPI, de acordo com a Lei nº 9.279/96 e demais legislações correlatas. No âmbito judicial, não é possível assegurar que terceiros não venham a alegar que a Companhia está violando seus direitos de propriedade intelectual e eventualmente obtenham alguma vitória.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. A Companhia acredita que não perderá os direitos sobre suas atuais marcas, no entanto, existe, a remota possibilidade de perda de algumas marcas consideradas estratégicas para a Companhia, o que poderá acarretar perda substancial do ativo da empresa. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de marca, em caso de violação de direitos de terceiros.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de registro nº 917492668, para a marca “CYCOGEL”, marca Nominativa, na Classe NCL(11) 01.	Pedido de registro em análise.	Não aplicável, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI;	Não há como quantificar o impacto. Caso o registro não seja concedido, a Companhia não terá direito ao uso exclusivo deste sinal, e, portanto, não poderá impedir terceiros de utilizarem-na com base no direito marcário. Existe ainda, a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Pedido de registro nº 922105340, para a marca “ARLAGEL”, marca Nominativa, na Classe NCL(11) 04.	Pedido de registro em análise.	Não aplicável, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI;	Não há como quantificar o impacto. Caso o registro não seja concedido, a Companhia não terá direito ao uso exclusivo deste sinal, e, portanto, não poderá impedir terceiros de utilizarem-na com base no direito marcário. Existe ainda, a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de registro nº 922105324, para a marca “NITROGEL PEC”, marca Nominativa, na Classe NCL(11) 01	Pedido em análise.	Não aplicável, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI;	Não há como quantificar o impacto. Caso o registro não seja concedido, a Companhia não terá direito ao uso exclusivo deste sinal, e, portanto, não poderá impedir terceiros de utilizarem-na com base no direito marcário. Existe ainda, a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Pedido de registro nº 922253579, para a marca “NITROGEL GRAN”, marca Nominativa, na Classe NCL(11) 0	Pedido em análise.	Não aplicável, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI;	Não há como quantificar o impacto. Caso o registro não seja concedido, a Companhia não terá direito ao uso exclusivo deste sinal, e, portanto, não poderá impedir terceiros de utilizarem-na com base no direito marcário. Existe ainda, a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de registro nº 922253587, para a marca “NITROGEL PRILL”, marca Nominativa, na Classe NCL(11)	Pedido em análise.	Não aplicável, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI;	Não há como quantificar o impacto. Caso o registro não seja concedido, a Companhia não terá direito ao uso exclusivo deste sinal, e, portanto, não poderá impedir terceiros de utilizarem-na com base no direito marcário. Existe ainda, a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Pedido de registro nº 922253595, para a marca “NITROGEL TECH”, marca Nominativa, na Classe NCL(11) 0	Pedido em análise.	Não aplicável, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI;	Não há como quantificar o impacto. Caso o registro não seja concedido, a Companhia não terá direito ao uso exclusivo deste sinal, e, portanto, não poderá impedir terceiros de utilizarem-na com base no direito marcário. Existe ainda, a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de registro nº 922253633, para a marca “NITROGEL PREMIUM”, marca Nominativa, na Classe NCL(11	Pedido em análise.	Não aplicável, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI.	Não há como quantificar o impacto. Caso o registro não seja concedido, a Companhia não terá direito ao uso exclusivo deste sinal, e, portanto, não poderá impedir terceiros de utilizarem-na com base no direito marcário. Existe ainda, a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Pedido de registro nº 922917183, para a marca “UNIGEL”, marca Mista, na Classe NCL(11) 01.	Aguardando prazo opisição.	Não aplicável, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI;	Não há como quantificar o impacto. Caso o registro não seja concedido, a Companhia não terá direito ao uso exclusivo deste sinal, e, portanto, não poderá impedir terceiros de utilizarem-na com base no direito marcário. Existe ainda, a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de registro nº 922917256, para a marca “UNIGEL”, marca Mista, na Classe NCL(11) 04.	Aguardando prazo oposição.	Não aplicável, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI.	Não há como quantificar o impacto. Caso o registro não seja concedido, a Companhia não terá direito ao uso exclusivo deste sinal, e, portanto, não poderá impedir terceiros de utilizarem-na com base no direito marcário. Existe ainda, a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Pedido de registro nº 922917280, para a marca “UNIGEL”, marca Mista, na Classe NCL(11) 31.	Aguardando prazo oposição.	Não aplicável, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI;	Não há como quantificar o impacto. Caso o registro não seja concedido, a Companhia não terá direito ao uso exclusivo deste sinal, e, portanto, não poderá impedir terceiros de utilizarem-na com base no direito marcário. Existe ainda, a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de registro nº 922917302, para a marca “UNIGEL”, marca Mista, na Classe NCL(11) 35.	Aguardando prazo oposição.	Não aplicável, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI.	Não há como quantificar o impacto. Caso o registro não seja concedido, a Companhia não terá direito ao uso exclusivo deste sinal, e, portanto, não poderá impedir terceiros de utilizarem-na com base no direito marcário. Existe ainda, a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Pedido de registro nº 922917345, para a marca “UNIGEL”, marca Nominativa, na Classe NCL(11) 01	Aguardando prazo oposição.	Não aplicável, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI;	Não há como quantificar o impacto. Caso o registro não seja concedido, a Companhia não terá direito ao uso exclusivo deste sinal, e, portanto, não poderá impedir terceiros de utilizarem-na com base no direito marcário. Existe ainda, a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de registro nº 922917361, para a marca “UNIGEL”, marca Nominativa, na Classe NCL(11) 31.	Aguardando prazo oposição.	Não aplicável, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI.	Não há como quantificar o impacto. Caso o registro não seja concedido, a Companhia não terá direito ao uso exclusivo deste sinal, e, portanto, não poderá impedir terceiros de utilizarem-na com base no direito marcário. Existe ainda, a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Pedido de registro nº 922917353, para a marca “UNIGEL”, marca Nominativa, na Classe NCL(11) 04.	Aguardando prazo oposição.	Não aplicável, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI.	Não há como quantificar o impacto. Caso o registro não seja concedido, a Companhia não terá direito ao uso exclusivo deste sinal, e, portanto, não poderá impedir terceiros de utilizarem-na com base no direito marcário. Existe ainda, a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Pedido de registro nº 922917396, para a marca "UNIGEL", marca Nominativa, na Classe NCL(11) 35.	Aguardando prazo oposição.	Não aplicável, trata-se de expectativa de direito, condicionada à concessão do registro pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a LPI, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou semelhantes, desde que comprove que na data do depósito do pedido por terceiro já usava marca idêntica ou semelhante no Brasil há pelo menos 6 meses, e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes de concedido o registro pelo INPI. A Companhia pode não conseguir obter o registro nas seguintes hipóteses: (i) falta de pagamento das taxas retribuições cabíveis dentro dos prazos legais; (ii) indeferimento do pedido de registro pelo INPI;	Não há como quantificar o impacto. Caso o registro não seja concedido, a Companhia não terá direito ao uso exclusivo deste sinal, e, portanto, não poderá impedir terceiros de utilizarem-na com base no direito marcário. Existe ainda, a possibilidade de sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido em caso de violação de direitos de terceiros podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Pedido de registro de patente BR 10 2017 028529 4 A2 (PROCESSO PARA OBTENÇÃO DE ÁCIDO METACRÍLICO DE	Pedido em análise.	As patentes podem ser extintas nas seguintes situações: 1) Falta de pagamento das taxas oficiais dos escritórios nacionais de patentes; 2) Falta de resposta da empresa aos pareceres dos escritórios nacionais; 3) Expiração do prazo de vigência; 4) Renúncia de seu titular; 5) Caducidade; 6) Inobservância de disposições legais; 7) Pela licença compulsória por decisão administrativa ou judicial, conforme previsto no ordenamento jurídico brasileiro e nas outras jurisdições em que a Companhia é titular de direitos de propriedade intelectual; 8) Processo administrativo de nulidade; ou 9) Decisão Judicial Indeferimento do pedido de patentes – Ocorre quando o examinador considera que o objeto descrito na patente não é passível de proteção. Para ser passível de proteção, a tecnologia descrita no documento deve respeitar aquilo que é permitido pela legislação de propriedade industrial nacional, bem como ser novo (não estar descrito no estado da técnica).	Caso o pedido de registro de patente seja indeferido pelo examinador, abandonado pelo titular, ou objeto de nulidade por terceiros, ou caso o registro da patente seja extinto, a tecnologia nele descrita não poderá ser utilizada de forma exclusiva pela Companhia, ou seja, a Companhia poderá utilizá-la, mas não poderá impedir que terceiros utilizem a tecnologia em questão. Há ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido de patente, em caso de violação de direitos de terceiros, hipótese em que poderia ser impedida de continuar utilizando tais patentes, sem prejuízo do pagamento de indenizações.Não obstante, a Lei de Propriedade Industrial confere ao titular da patente o direito de obter indenização pela exploração indevida de seu objeto, inclusive em relação à exploração ocorrida entre a data da publicação do pedido e a da concessão da patente.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	**Valor contábil - variação %**	**Valor mercado - variação %**	**Montante de dividendos recebidos (Reais)**		**Data**	**Valor (Reais)**		
Companhia Brasileira de Estireno	61.079.232/0001-71	-	Controlada	Brasil			Estireno, poliestireno, tolueno, acrilonitrila, ácido cianídrico, acetona cianídrica e etilbenzeno	99,900000
30/06/2021	34,094279	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2020	-1,604209	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2020	1.763.143.884,00		
31/12/2019	99,914239	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão dos negócios do grupo Unigel para o segmento de estireno, desde 1984								
Proquigel Química S.A.	27.515.154/0011-44	-	Controlada	Brasil	BA	Camaçari	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrilatos, cianeto de sódio e potássio, sulfato de amônia.	99,900000
30/06/2021	51,201602	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2020	-218,207939	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2020	136.296.067,75		
31/12/2019	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2018	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Primeira empresa do grupo, responsável pela produção de PMAA.								
Unigel Plásticos S.A.	02.402.478/0001-73	-	Controlada	Brasil	BA	Candeias	Placas de acrílicos e resinas acrílicas.	99,900000
30/06/2021	-44,992628	0,000000	0,00	**Valor mercado**				
31/12/2020	-51,599488	0,000000	0,00	**Valor contábil**	30/06/2020	8.596.904,53		
31/12/2019	-56,179409	0,000000	0,00					
31/12/2018	-72,363941	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão dos negócios do grupo Unigel para o segmento de plásticos.								

637

9.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Entendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis, é suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos para execução do seu plano de negócios.

Em 30 de junho de 2021, o saldo total de empréstimos e financiamentos totalizou R$3,0 bilhões, com uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R$ 672,9 milhões, resultando em uma dívida líquida de R$ 2,3 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo total de empréstimos e financiamentos totalizou R$ 2,6 bilhões, com uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R$624 milhões, resultado em uma dívida líquida de R$ 1,9 bilhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo total de empréstimos e financiamentos totalizou R$ 1,8 bilhão, com uma posição de caixa e equivalentes de caixa de R$ 382,3 milhões, resultando em uma dívida líquida de R$ 1,4 bilhão.

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo total de empréstimos e financiamentos totalizou R$ 1,6 bilhão, com uma posição de caixa e equivalentes de caixa era de R$ 239,5 milhões, resultando em uma dívida líquida de R$ 1,3 bilhão.

(b) Estrutura de Capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou, nos exercícios sociais indicados, uma estrutura materialmente concentrada em capital de terceiros, com baixo capital próprio, mas condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R$ milhões, exceto %)	Período de seis meses findo em	Em 31 de dezembro de		
	30/06/2021	2020	2019	2018
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	4.582,0	3.859,1	2.739,3	2.396,9
Capital próprio (patrimônio líquido)	680,5	57,5	366,7	374,3
Capital total (terceiros + próprio)	**5.262,5**	**3.916,6**	**3.106,0**	**2.771,2**
Parcela de capital de terceiros	87,07%	98,53%	88,19%	86,49%
Parcela de capital próprio	12,93%	1,47%	11,81%	13,51%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Entendemos que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Os índices de liquidez geral e corrente da Companhia em 30 de junho de 2021 eram de 0,68 e 1,58, respectivamente. O índice de liquidez geral é calculado pela razão do ativo circulante somado ao ativo não circulante pelo passivo circulante somado ao passivo não circulante, o índice de liquidez corrente é calculado pela razão do ativo circulante pelo passivo circulante. Em 30 de junho de 2021, a Companhia possuía aproximadamente R$3.021,5 milhões de empréstimos e financiamentos tomados. Nesta data não dispúnhamos de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios – capital de giro, (ii) exigências de pagamento de seu endividamento e (iii) investimentos em CAPEX.

Acreditamos que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, consequentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras, em linha com as captações que a Companhia tem feito no mercado de capitais e operações de crédito junto a instituições financeiras.

No item 10.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes para a Companhia em vigor em 30 de junho de 2021:

Moeda	Tipo	Indexador	Período de seis meses findo em		Exercício social findo em 31 de dezembro de					
			30/06/2021		2020		2019		2018	
			Saldo(1)	Taxa efetiva a.a.	Saldo(1)	Taxa efetiva a.a.	Saldo(1)	Taxa efetiva a.a.	Saldo(1)	Taxa efetiva a.a.
BRL	**Empréstimos**	Inflação	51.487	3,61%	50.464	4,16%	-	-	-	-
		Taxa fixa	662	11,55%	1.925	4,46%	895	11,55%	344	15,89%
	Capital de giro	Taxa fixa	111.550	12,68%	110.763	12,00%	-	-	-	-
		CDI	96.010	10,15%	95.824	7,90%	-	-	-	-
USD(2)	**Empréstimos**	Taxa fixa	2.595.119	8,75%	2.101.822	8,77%	1.603.090	8,61%	789.260	10,50%
		Libor	-	-	-	-	-	-	665.695	6,18%
	Capital de giro	Taxa fixa	15.789	3,90%	87.441	3,91%	62.885	4,85%	65.700	6,60%
		Libor	150.858	2,95%	148.945	3,31%	111.858	5,24%	36.558	4,85%
Peso(3)	**Capital de giro**	Taxa fixa	-	-	3.195	8,45%	5.746	8,45%	20.059	9,92%
TOTAL			3.021.475	**8,54%**	**2.600.379**	**8,29%**	**1.784.474**	**8,27%**	**1,577,616**	**8,65%**

253

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

(1) Em milhares de Reais.
(2) As dívidas em dólar norte-americano foram convertidas para Reais, moeda funcional da controladora da Companhia, pela seguinte taxa de conversão por moeda: US$ 1,00 = R$ 5,1967.
(3) As dívidas em pesos mexicanos foram convertidas para Reais, moeda funcional da Companhia, pela seguinte taxa de conversão por moeda: Mex$ 1,00 = R$ 0,2608.

Bonds 2026

Em 11 de setembro de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada Unigel Luxembourg, emitiu *bonds* num valor agregado de US$420,0 milhões, com juros de 8,75% a.a. e vencimento em 01 de outubro de 2026 ("Bonds Iniciais"). Os Bonds Iniciais foram garantidos pela Unigel Participações S.A., Acrilonitrila do Nordeste S.A., Companhia Brasileira de Estireno, Proquigel Química S.A. e Plastiglas de México S.A. de C.V. Os bonds estão listados e são negociados na bolsa de valores de Singapura (*Official List of the Singapore Exchange Securities Trading Limited - SGX-ST*).

Adicionalmente, em 19 de janeiro de 2021, a Unigel Luxembourg emitiu Bonds 2026 adicionais, no valor total de US$ 110.000.000,00, com juros de 8,75% a.a. e vencimento em 1º de outubro de 2026 ("Bonds Adicionais" e, em conjunto com os Bonds Iniciais, os "Bonds 2026"). Os Bonds Adicionais possuem os mesmos termos e condições dos Bonds 2026. Os recursos foram utilizados para pagamento de determinadas dívidas de curto prazo, pré-pagamento do saldo remanescente do Bond emitido em 2019, além de reforço de capital de giro e gastos de capital necessários para o início da operação Agro. Os Bonds Adicionais foram garantidos pela Unigel Participações S.A., Companhia Brasileira de Estireno, Proquigel Química S.A. e Plastiglas de México S.A. de C.V. Os Bonds Adicionais estão listados e são negociados na bolsa de valores de Singapura (*Official List of the Singapore Exchange Securities Trading Limited - SGX-ST*). Em 30 de junho de 2021, o saldo em aberto do Bond 2026 era de R$2,7 bilhões.

Financiamentos de Capital de Giro

Scotiabank

Em abril de 2019, a Plastiglas firmou um contrato de abertura de linha de crédito com o Scotiabank no valor principal agregado de US$ 25 milhões. Este contrato vencerá em cinco anos, a partir de junho de 2019, e deverá ser pago em 20 parcelas trimestrais. Este empréstimo acumula juros à LIBOR mais 2,75% a.a., e é garantido por certos imóveis, propriedades e equipamentos de propriedade da Plastiglas. Este acordo contém covenants financeiros que exigem que a Plastiglas mantenha um índice de cobertura de dívida de pelo menos 1,2x, índice de alavancagem igual ou inferior a 3,0x e ativos tangíveis de pelo menos US$ 30 milhões. Atualmente, estamos adimplentes com os referidos *covenants* financeiros. Em 30 de junho de 2021, o saldo em aberto deste contrato era de R$75,5 milhões.

Em 7 de setembro de 2020, a Plastiglas firmou novo contrato de abertura de linha de crédito com o Scotiabank no valor principal agregado de US$ 2,5 milhões. Este acordo vencerá em três anos, a partir de setembro de 2020, e deverá ser pago em parcelas mensais a partir de março de 2021. Este empréstimo acumula juros à LIBOR mais 3,20% a.a., e é garantido por certos imóveis, propriedades e equipamentos de propriedade da Plastiglas. Este contrato contém certos *covenants* financeiros que exigem que a Plastiglas mantenha um índice de cobertura de dívida de pelo menos 1,2x, índice de alavancagem igual ou inferior a 3,0x e ativos tangíveis de pelo menos US$ 30 milhões. Atualmente, estamos adimplentes com os referidos *covenants* financeiros. Em 30 de junho de 2021, o saldo em aberto deste contrato era de R$12,6 milhões.

Em 7 de setembro de 2020, a Plastiglas celebrou um contrato de empréstimo com o Scotiabank no valor principal agregado de US$ 3,5 milhões. Este acordo vencerá em três anos, a partir de setembro de 2020, e deverá ser pago em 10 parcelas trimestrais. Este empréstimo acumula juros a taxa de 3,90% a.a., e é garantido por certos imóveis, propriedades e equipamentos de propriedade da Plastiglas. Este contrato contém certos *covenants* que exigem que a Plastiglas mantenha um índice de cobertura de dívida de pelo menos 1,2x, índice de alavancagem igual ou inferior a 3,0x e ativos tangíveis de pelo

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

menos US$ 35 milhões. Atualmente, estamos adimplentes com os referidos *covenants* financeiros. Em 30 de junho de 2021, o saldo em aberto deste contrato era de R$ 15,8 milhões.

Caixa Econômica Federal

Em agosto de 2020, a Proquigel Química S.A., controlada da Companhia, firmou um contrato de abertura de linha de crédito com a Caixa Econômica Federal no valor principal agregado de R$ 95 milhões. O valor total do principal deste contrato vencerá em agosto de 2021. Este empréstimo acumula juros a CDI mais 0,49% ao mês, e é garantido pelos recebíveis da empresa. Em 30 de junho de 2021, o saldo em aberto deste contrato era de R$96,0 milhões.

Banco do Nordeste (BNB)

Em agosto de 2020, a Companhia Brasileira de Estireno S.A. e a Proquigel Química S.A., controladas da Companhia, firmaram dois contratos de abertura de linha de crédito com o Banco do Nordeste (BNB) no valor total de R$25 milhões cada. O valor total desses contratos vencerá em agosto de 2021. Os empréstimos são garantidos por bens hipotecários e acumulam juros no IPCA mais 2,4225% ao ano. Em 30 de junho de 2021, o saldo em aberto deste contrato era de R$51,5 milhões.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 30 de junho de 2021 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriam com todas os *covenants* financeiros decorrentes de seus contratos financeiros descritos no item (i) acima, bem como as demais obrigações neles impostas, incluindo limites a (i) contratação de novas dívidas, (ii) penhora de ativos, (iii) outorga de garantias, (iv) alterações no capital social de subsidiárias, (v) pagar dividendos acima do valor mínimo legalmente exigido pela legislação aplicável ou fazer certos outros pagamentos restritos, (vi) consumar certas vendas de ativos, e (vii) entrar em certas transações com afiliadas, ou fundir ou consolidar com qualquer outra empresa e/ou vender ou de outra forma dispor de todos ou substancialmente todos os nossos ativos.

Além disso, os instrumentos que regem uma parte substancial de nosso endividamento contêm cláusulas de *cross-default* e *cross-acceleration*, de forma que a ocorrência de um evento de inadimplência sob um desses instrumentos poderia desencadear um evento de inadimplência sob outro endividamento ou permitir que os credores sob outro endividamento acelerassem esse endividamento.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Na data deste Formulário de Referência a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(em milhões de reais, exceto %)	30/06/2021	AV	30/06/2020	AV	AH
Receita líquida	**3.260,5**	**100,00%**	**1.207,8**	**100,00%**	**169,95%**
Custo dos produtos vendidos	(2.409,3)	(73,89%)	(1.107,1)	(91,66%)	117,62%
Lucro bruto	**851,2**	**26,11%**	**100,7**	**8,34%**	**745,28%**
Despesas com vendas	(20,6)	(0,63%)	(11,9)	(0,99%)	73,11%
Despesas administrativas e gerais	(64,1)	(1,97%)	(54,2)	(4,49%)	18,27%
Perdas com impairment de ativos financeiros	(3,6)	(0,11%)	0,6	0,05%	(700,00%)
Outras receitas (despesas) operacionais	242,9	7,45%	(1,4)	(0,12%)	(17.450,00 %)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	**1.005,8**	**30,85%**	**33,8**	**2,80%**	**2.875,74%**
Receitas financeiras	18,6	0,57%	27,0	2,23%	-31,19%
Despesas financeiras	-125,8	-3,86%	-320,7	-26,55%	-60,77%
Resultado financeiro	**(107,3)**	**(3,29%)**	**(293,7)**	**(24,32%)**	**(63,47%)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**898,5**	**27,56%**	**(259,9)**	**(21,52%)**	**(445,71%)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	-83,9	-2,57%	-23,2	-1,92%	261,36%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-105,9	-3,25%	39,0	3,23%	-371,53%
Imposto de renda e contribuição social	**(189,8)**	**(5,82%)**	**15,8**	**1,31%**	**(1.301,27 %)**
Lucro (prejuízo) do período	**708,7**	**21,74%**	**(244,1)**	**(20,21%)**	**(390,33%)**

Receita líquida

Receita líquida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$ 3.260,5 milhões comparativamente a R$ 1.207,8 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$ 2.052,7 milhões ou 169,95 %. Este aumento é atribuído substancialmente a maiores volumes de vendas e ao aumento de preços dos nossos principais produtos. Nesta comparação, todos os segmentos apresentaram variações positivas em suas receitas, com aumentos de 141% no segmento de Estirênicos, 187% no segmento de Acrílicos e 531% no segmento Agro.

Estirênicos

A receita líquida de Estirênicos totalizou R$ 1,60 bilhão no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, representando um crescimento de 141% se comparado aos R$ 664,3 milhões reportados no mesmo período de 2020, explicado principalmente por: (i) crescimento de 41% no total de toneladas vendidas do segmento, sendo 43% para estireno e 41% para poliestireno, e (ii) aumento de 94% nos preços internacionais do estireno e de 47% no poliestireno. Adicionalmente, vale ressaltar que o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 foi o mais impactado pela pandemia de COVID-19, quando parte das operações da Companhia neste segmento teve que ser interrompida.

Acrílicos

A receita líquida do segmento de Acrílicos totalizou R$ 1,40 bilhão no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, representando um crescimento de 187% se comparado com os R$ 489,3 milhões reportados no mesmo período de 2020, em função principalmente (i) do aumento de 297% no volume de vendas de acrilonitrila, em virtude de maior tempo de operação, uma vez que essa planta foi paralisada em março de 2020 em função da pandemia de COVID-19; (ii) do aumento nos preços

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

internacionais dos principais produtos do segmento; e (iii) das oportunidades comerciais de exportação em função do problema generalizado de oferta no mercado internacional, devido à tempestade de inverno ocorrida no Texas (EUA), impactando sua produção local.

Agro

Até 30 de junho de 2021, nossas operações Agro ainda estavam limitadas a (i) produção de sulfato de amônio extraído da cadeia produtiva do segmento de Acrílicos, e (ii) início das operações da fábrica de Laranjeiras (SE), que passaram a operar em estabilidade em maio deste ano. A fábrica de Camaçari (BA) começou a operar apenas ao final de junho, e, portanto, não possui impacto relevante no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021. Devido a isso, a receita líquida do segmento Agro totalizou R$ 341 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, representando um crescimento de 531% na comparação com os R$ 54,2 milhões reportados no mesmo período de 2020, explicado principalmente pelo início das operações da planta de ureia em Sergipe, com mais de 77 mil toneladas vendidas no período.

Custo dos produtos vendidos

O custo do produto vendido no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 totalizou R$ 2.409,3 milhões, representando crescimento de R$ 1.295,1 milhões, ou 118% na comparação com mesmo período de 2020 em que totalizou R$ 1.107,1 milhões, ancorado principalmente no aumento do volume de vendas e no aumento dos preços das principais matérias primas.

Estirênicos

O custo do produto vendido do segmento de estirênicos totalizou R$ 1,09 bilhão no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, crescimento de 74% na comparação com os R$ 625,0 milhões reportados no mesmo período de 2020, influenciado pelo aumento nos volumes de venda de estireno e poliestireno mencionados anteriormente combinado a aumentos de 40% e 21% nos preços do benzeno e eteno, respectivamente.

Acrílicos

O custo do produto vendido do segmento de Acrílicos totalizou R$ 1,12 bilhão no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, alta de 164% na comparação com os R$ 424,2 milhões reportados no mesmo período de 2020, puxado principalmente pelo aumento dos volumes de vendas, em especial da acrilonitrila, mas também influenciado pelo aumento dos preços internacionais das principais matérias-primas.

Agro

O custo do produto vendido do segmento Agro totalizou R$ 280,1 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, representando alta de 383% na comparação com os R$ 57,9 milhões reportados no mesmo período de 2020, explicado principalmente pelo início da operação da planta de Sergipe, em maio deste ano.

Despesas com vendas, gerais e administrativas e provisão com impairment de ativos financeiros

Despesas com vendas, gerais e administrativas e provisão com *impairment* de ativos financeiros no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$ 88,3 milhões comparativamente a

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R$ 65,5 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$ 22,8 milhões ou 34,81%. Despesas com vendas, gerais e administrativas e provisão com *impairment* de ativos financeiros representou 2,7% e 5,4% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente a (i) aumento de despesas das operações Mexicanas, devido à depreciação do real, e (ii) retorno de despesas contingenciadas nos primeiros seis meses de 2020 em função da pandemia de COVID-19, principalmente no segmento de Estirênicos.

Outras Receitas (Despesas) operacionais, líquidas

As Outras Receitas (Despesas) operacionais, líquidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foram de uma receita de R$ 242,9 milhões comparativamente a uma despesa de R$ 1,4 milhão no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R$ 78,3 milhões ou 5.592,86%, explicado principalmente pelo reconhecimento de ganho relacionado a decisão judicial do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/CONFINS. As Outras Receitas (Despesas) operacionais, líquidas representaram 2,36% e 0,12% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente.

Resultado financeiro, líquido

Resultado financeiro, líquido no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de uma despesa de R$ 117,4 milhões comparativamente a uma despesa de R$ 293,7 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$ 176,3 milhões ou 60,0%. Resultado financeiro, líquido representou 3,6% e 24,3% da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente à variação positiva de R$ 185 milhões, na linha de variação cambial líquida e atualização monetária, saindo de uma despesa de R$ 133 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, explicado principalmente pelo aumento de 36% na taxa de câmbio no período, para uma receita de R$ 46 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, explicado principalmente pela redução de 4% na taxa de câmbio no período.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi de R$ 132,1 milhões comparativamente a R$ 15,8 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R$ 147,9 milhões ou 936,1%. Imposto de renda e contribuição social representou 4,05 % e 1,31 % da receita líquida nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 2020, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao forte aumento do lucro antes dos impostos, que totalizou um lucro antes dos impostos de R$ 729,4 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, comparado a um prejuízo antes dos impostos de 260,0 milhões no mesmo período de 2020.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em milhões de reais, exceto %)	**31/12/2020**	**AV**	**31/12/2019**	**AV**	**AH**
Receita líquida	3.233,2	100%	3.322,7	100,00%	(2,69%)
Custos dos produtos vendidos	(2.736,1)	(84,63%)	(2.949,8)	(88,78%)	(7,24%)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro bruto	497,1	15,37%	372,9	11,22%	33,31%
Despesas com vendas	(39,3)	(1,22%)	(31,0)	(0,93%)	26,77%
Despesas gerais e administrativas	(114,3)	(33,54%)	(106,8)	(3,21%)	7,02%
Provisão com impairment de ativos financeiros	(1,5)	(0,05%)	3,3	0,10%	(145,50%)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7,4	0,23%	8,6	0,26%	(13,95%)
Lucro antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	349,4	10,81%	247,0	7,43%	41,46%
Resultado financeiro, líquido	(374,9)	(11,60%)	(298,7)	(8,99%)	25,51%
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(25,6)	(0,79%)	(51,7)	(1,56%)	(50,48%)
Imposto de renda e contribuição social	18,6	0,58%	79,0	2,38%	(76,46%)
Lucro (prejuízo) do exercício	7,0	0,22%	27,3	0,82%	(74,36%)

Receita líquida

A receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 3.233,2 milhões, comparativamente a R$ 3.322,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de R$ 89,5 milhões ou 2,69%. Essa redução é explicada por uma redução de 6,85% na receita líquida do segmento de Estirênicos, impulsionada pela redução de volume de 9,78% parcialmente compensada pelo aumento de 2,16% na receita líquida do segmento de Acrílicos. Em ambos os segmentos houve uma redução do volume de vendas em função de paradas de plantas no segundo trimestre de 2020, em decorrência da pandemia global do Coronavírus. No entanto, esse efeito foi mitigado pela depreciação do Real frente ao dólar americano, gerando uma melhora nas margens em Reais do Grupo, bem como recuperação dos volumes e preços internacionais dos nossos principais produtos no segundo semestre do ano.

Estirênicos

A receita líquida do segmento de Estirênicos totalizou R$ 1.673 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, redução de 6,85% na comparação com exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa redução é explicada principalmente pelas reduções de 16,63% no volume de vendas de estireno (SM) e de 5,15% no volume de vendas de poliestireno (PS), em função das paradas de plantas ao longo do segundo trimestre de 2020, impostas pela crise pandêmica relacionada à COVID-19.

Acrílicos

A receita líquida do segmento de Acrílicos totalizou R$ 1.560 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, representando um aumento de 2,16% na comparação com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, devido a: (i) mudança no mix de vendas, com foco no mercado nacional, que apresentou crescimento de 17,08% no volume de vendas, e em produtos de maior valor agregado, como chapas acrílicas e cianetos; e (ii) impacto da depreciação do Real frente ao dólar americano gerando uma melhora nas margens em Reais da Companhia. Em contrapartida os volumes de exportações de Acrilonitrila e de Metacrilato de Metila (MMA) foram reduzidos, em função da parada da planta de Acrilonitrila, motivada pela crise de demanda relacionada à COVID-19. Cabe relembrar que o processo de produção de Acrilonitrila gera coprodutos utilizados na produção de Monômeros e, portanto, a parada da planta do primeiro produto tem impacto na produção do MMA.

Custos dos produtos vendidos

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Os custos dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 2.736,1 milhões, comparativamente a R$ 2.949,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma redução de R$ 213,7 milhões ou 7,24%. Os custos dos produtos vendidos representaram 84,63% e 88,78% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a redução de volume em função das paradas de plantas. Este efeito foi parcialmente compensado pela apreciação do dólar norte-americano frente ao Real, uma vez que os preços das nossas principais matérias-primas são indexados à moeda americana.

Estirênicos

Nos doze meses acumulados de 2020, o custo dos produtos vendidos do segmento de Estirênicos totalizou R$ 1.406 milhões com uma redução de 11,18% na comparação com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, também explicados principalmente pela redução dos volumes em função das paradas de plantas, além da redução do preço internacional das principais matérias-primas (Eteno em 19,12% e Benzeno em 24,74%). Esses efeitos foram parcialmente compensados pela apreciação do dólar norte-americano frente ao Real.

Acrílicos

O custo dos produtos vendidos de Acrílicos foi no sentido oposto ao movimento da receita, com uma redução de 2,71% na comparação anual, totalizando R$ 1.330 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Nesta comparação destaca-se a redução dos preços internacionais das principais matérias-primas incluindo propeno e acetona. Com isso, o lucro bruto do segmento totalizou R$ 230 milhões, uma alta de 43,75% na comparação com o ano anterior, resultando em uma margem bruta de 14,74%, representando crescimento de 4,26 p.p. na mesma comparação.

Despesas com vendas, gerais e administrativas e provisão com impairment de ativos financeiros

As despesas com vendas, gerais e administrativas e provisão com impairment de ativos financeiros no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 155,1 milhões comparativamente a R$ 134,5 milhões no mesmo período de 2019, o que representou um aumento de R$ 20,6 milhões ou 15,32%. As despesas com vendas, gerais e administrativas e provisão com impairment de ativos financeiros representaram 4,80% e 4,05% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente (i) ao efeito da conversão cambial de despesas do México uma vez que as despesas do México são registradas na moeda funcional local dólar e convertidas para a moeda de apresentação da Companhia, em Reais; e (ii) à reversão de R$ 4 milhões em provisões para crédito de liquidação duvidosas (PCLD) devido ao recebimento de valores outrora provisionados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Outras Receitas (Despesas) operacionais, líquidas

As Outras Receitas (Despesas) operacionais, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R$ 7,4 milhões comparativamente a R$ 8,6 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$ 1,2 milhões ou 13,95%. As Outras Receitas (Despesas) operacionais, líquidas representaram 0,23% e 0,26% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, as

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Outras Receitas (Despesas) operacionais são referentes, principalmente, a ganhos com o recebimento de processos originados em créditos referentes a depósitos compulsórios da Eletrobrás e recuperação de impostos na venda de sucatas da operação Mexicana. Já no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, foram decorrentes da venda de um imóvel não operacional localizado em São Bernardo do Campo.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido consolidado totalizou uma despesa de R$ 375 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, crescimento de R$ 76 milhões, ou 25,51% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Dentre os principais fatores que explicam esta variação, destacam-se:(i) despesa de R$ 89 milhões de variação cambial sobre financiamentos, contas a receber, contas a pagar e derivativos decorrente da depreciação do Real frente ao dólar norte-americano; (ii) aumento das despesas de juros sobre empréstimos em R$ 68 milhões, explicadas principalmente pela apreciação do dólar norte-americano impactando os juros passivos dolarizados; (iii) aumento das despesas de R$ 23 milhões devido a amortização dos custos de transação de emissão do Bond 2026; (iv) em contrapartida tivemos o aumento das receitas financeiras de R$ 24 milhões decorrente de atualização financeira do recebimento de processos originados em créditos referentes a depósitos compulsórios da Eletrobrás, em função de decisão judicial favorável; e (v) aumento das receitas do resultado da marcação a mercado das operações de Swaps no valor de R$ 64 milhões, compensando parte das despesas financeiras com variação cambial.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 18,6 milhões comparativamente a R$ 79,0 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R$ 60,4 milhões ou 76,46%. O imposto de renda e a contribuição social representou 0,58% e 2,38% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente ao não reconhecimento de diferenças temporárias e prejuízos fiscais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 devido a não comprovação de lucros tributáveis futuros suficientes para compensação dos valores em um prazo de 10 anos, apesar desses créditos não terem data de expiração.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em milhões de reais, exceto %)	**31/12/2019**	**AV**	**31/12/2018**	**AV**	**AH**
Receita líquida	3.322,7	100,00%	3.393,8	100,00%	(2,10%)
Custos dos produtos vendidos	(2.949,8)	(88,78%)	(2.953,6)	(87,03%)	(0,13%)
Lucro bruto	372,9	11,22%	440,2	12,97%	(15,28%)
Despesas com vendas	(31,0)	(0,93%)	(32,0)	(0,94%)	(3,13)
Despesas gerais e administrativas	(106,8)	(3,21%)	(98,7)	(2,91%)	8,21%
Provisão com impairment de ativos financeiros	3,3	0,10%	(7,4)	(0,22%)	(144,59%)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	8,6	0,26%	(19,2)	(0,56%)	(144,66%)
Lucro antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social	247,0	7,43%	282,9	8,34%	(12,69%)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em milhões de reais, exceto %)	**31/12/2019**	**AV**	**31/12/2018**	**AV**	**AH**
Resultado financeiro, líquido	(298,7)	(8,99%)	(298,9)	(8,81%)	(0,07%)
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(51,7)	(1,56%)	(16,0)	(0,47%)	233,38%
Imposto de renda e contribuição social	79,0	2,38%	(15,8)	(0,46%)	(600,53%)
Lucro (prejuízo) do exercício	27,3	0,82%	(31,8)	(0,94%)	(185,84%)

Receita líquida

Na comparação acumulada, a receita líquida consolidada do Grupo totalizou R$ 3.323 milhões em 2019, apresentando uma pequena redução de 2,09% em relação ao mesmo período do ano anterior. Entre os segmentos, a redução de 10,54% na receita líquida de Acrílicos, a qual totalizou R$ 1.527 milhões, foi parcialmente compensada pelo crescimento da receita líquida de 6,46% do segmento de Estirênicos, a qual totalizou R$ 1.796 milhões.

Acrílicos

A receita líquida do segmento de Acrílicos totalizou R$ 1.527 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, representando uma redução de 10,54% na comparação com o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, relacionada principalmente pela redução dos preços internacionais da Acrilonitrila e do Metacrilato de Metila (MMA), bem como a redução dos volumes do MMA e Sulfato, em função de: i) parada de produção no 1T19 decorrente do incêndio anteriormente mencionado; (ii) redução no volume de vendas no 4T19 devido à redução da produção em virtude da força maior de interrupção no fornecimento da amônia pela Petrobras; e em contrapartida iii) dado a flexibilidade do modelo operacional, decidimos por maior direcionamento de HCN (Ácido Cianídrico) para produção de Cianeto de Sódio, destinado ao mercado de mineração, o qual apresentou melhores margens ao longo do ano, especialmente com a subida do preço do ouro amenizando as duas adversidades ocorridas no segmento no ano de 2019.

Estirênicos

A receita líquida do segmento de Estirênicos totalizou R$ 1.796 milhões nos doze meses acumulados de 2019 (12M19), um crescimento de 6,46% na comparação com o mesmo período do ano anterior e representando 54,05% da receita total do Grupo. Esse crescimento é explicado pelo aumento de 16,54% no volume de vendas dos principais produtos do segmento, puxado pelo incremento no volume de produção do monômero de estireno após o projeto de desgargalamento concluído no segundo trimestre de 2018 e importações realizadas no 3T19 e 4T19 para aproveitar oportunidades de mercado. Por outro lado, o ganho de receita através do volume foi limitado pela redução dos preços internacionais, que afetaram os preços médios dos nossos produtos.

Custos dos produtos vendidos

Os Custos dos produtos vendidos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 2.949,8 milhões comparativamente a R$ 2.953,6 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$ 3,8 milhões ou 0,13%. Os Custos dos produtos vendidos representaram 88,78% e 87,03% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Acrílicos

Os custos dos produtos vendidos do segmento de Acrílicos totalizou R$ 1.367,6 milhões, representando uma redução de 7,68% na comparação com 2018 com custos dos produtos vendidos de R$ 1.481,5 milhões, afetados pelos mesmos fatores que influenciaram a receita (reduções de preços internacionais, de produção e de volumes) bem como impacto da ineficiência da planta de MMA no 1T19 em função dos procedimentos padrões para retomada da produção após o incêndio citado anteriormente, e à redução forçada no 4T19 de toda a cadeia de acrílicos, face a falta de amônia fornecida até então pela Petrobras.

Estirênicos

Os custos do segmento de Acrílicos totalizou R$ 1.367,6 milhões, representando uma redução de 7,68% na comparação com 2018 com custos de R$ 1.481,5 milhões, afetados pelos mesmos fatores que influenciaram a receita (reduções de preços internacionais, de produção e de volumes) bem como impacto da ineficiência da planta de MMA no 1º trimestre de 2019 em função dos procedimentos padrões para retomada da produção após o incêndio citado anteriormente, e à redução forçada no 4º trimestre de 2019 de toda a cadeia de acrílicos, face a falta de amônia fornecida até então pela Petrobras.

Despesas com vendas, gerais e administrativas e provisão com impairment de ativos financeiros

As despesas com vendas gerais e administrativas e provisão com impairment de ativos financeiros no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram de R$ 134,5 milhões comparativamente a R$ 138,2 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$ 3,6 milhões ou 2,64%. As despesas com vendas gerais e administrativas e provisão com impairment de ativos financeiros representaram 4,05% e 4,07% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a redução das despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa parcialmente compensada pelo aumento de despesas com contingências.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foram uma receita de R$ 8,6 milhões comparativamente a uma despesa de R$ 19,2 milhões no mesmo período de 2018, o que representou um aumento de R$ 27,8 milhões ou 144,79%. As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas representaram 0,26% e (0,57%) da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente ao ganho na venda de um imóvel não operacional localizado em São Bernardo do Campo, ocorrido em 2019.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 298.675 mil comparativamente a R$ 298,9 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma redução de R$ 198 mil ou 0,07%. O resultado financeiro, líquido representou 8,99% e 8,81% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Esta redução é atribuída substancialmente a: (i) redução de juros com parcelamento de impostos de R$93,2 milhões

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

em 2018 para R$ 40,2 milhões em 2019, (ii) redução de juros com fornecedores, de R$ 24,9 milhões em 2018 para R$ 2,4 milhões em 2019, ambos os efeitos devido a reestruturação da dívida realizada no segundo semestre de 2018 e que foi dada continuidade em 2019. Estes efeitos foram mitigados pela (iii) receita de renegociação de dívidas registrado em 2018 e que não ocorreu em 2019 no valor de R$ 35,9 milhões.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 79,0 milhões comparativamente a uma despesa de R$ 16,0 milhões no mesmo período de 2018, o que representou uma variação de R$ 94,7 milhões ou 600,53%. O imposto de renda e a contribuição social representaram 2,38% e (0,46%) da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente. Essa variação é atribuída substancialmente ao reconhecimento de prejuízos fiscais do período e de períodos anteriores da subsidiária Proquigel devido a melhoria significativa das suas projeções por consequência principalmente do arrendamento de novas plantas de fertilizantes.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVO *(em milhões de reais, exceto %)*	**30/06/2021**	**AV**	**31/12/2020**	**AV**	**AH**
ATIVO					
Circulante	**2.208,2**	**41,96%**	**1.459,2**	**37,26%**	**51,33%**
Caixa e equivalentes de caixa	672,9	12,80%	624,0	15,94%	7,84%
Contas a receber de clientes	497,0	9,44%	207,9	5,31%	139,06%
Estoques	625,5	11,90%	369,5	9,44%	69,28%
Imposto de renda e contribuição social	32,2	0,61%	25,9	0,66%	24,32%
Impostos a recuperar	149,4	2,84%	115,8	2,96%	29,02%
Despesas antecipadas	23,8	0,45%	8,0	0,20%	197,50%
Adiantamentos a fornecedores	72,0	1,37%	47,1	1,20%	52,87%
Operações com derivativos	41,6	0,79%	48,6	1,24%	(14,40%)
Créditos contratuais	87,7	1,67%	1,6	0,04%	5.381,25%
Outros ativos	6,1	0,12%	10,8	0,28%	(43,52%)
Não Circulante	**3.054,4**	**58,04%**	**2.457,4**	**62,74%**	**24,29%**
Partes relacionadas	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,00%
Impostos e contribuições a recuperar	232,7	4,42%	5,2	0,13%	4.375,00%
Imposto de renda e contribuição social	0,1	0,00%	0,0	0,00%	0,00%
Impostos diferidos	494,1	9,39%	602,8	15,39%	(18,03%)
Depósitos judiciais	16,2	0,31%	16,2	0,41%	0,00%
Operações com derivativos	116,0	2,20%	86,7	2,21%	33,79%
Créditos contratuais	3,4	0,06%	3,4	0,09%	0,00%
Outros ativos	24,9	0,47%	19,5	0,50%	27,69%
Propriedades para investimento	10,3	0,20%	10,3	0,26%	0,00%
Investimentos	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,00%
Imobilizado	1.784,3	33,93%	1.349,3	34,47%	32,24%
Bens de direito de uso	362,1	6,88%	356,0	9,09%	1,71%
Intangível	10,3	0,20%	8,0	0,20%	28,75%
Total do Ativo	**5.262,6**	**100,00%**	**3.916,6**	**100,00%**	**34,37%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

PASSIVO (em milhões de reais, exceto %)	30/06/2021	AV	31/12/2020	AV	AH
PASSIVO					
Circulante	**1.394,7**	**26,50%**	**1.093,3**	**27,91%**	**27,57%**
Empréstimos e financiamentos	365,4	6,94%	402,7	10,28%	(9,26%)
Fornecedores	567,5	10,78%	374,6	9,56%	51,49%
Passivos de arrendamentos	88,1	1,67%	79,7	2,03%	10,54%
Imposto de renda e contribuição social	6,5	0,12%	1,2	0,03%	441,67%
Impostos e contribuições a pagar	41,0	0,78%	36,7	0,94%	11,72%
Salários e encargos	41,3	0,78%	34,1	0,87%	21,11%
Dividendos a pagar	8,6	0,16%	19,9	0,51%	(56,78%)
Adiantamentos de clientes	103,6	1,97%	83,0	2,12%	24,82%
Operações com derivativos	102,0	1,94%	0,0	0,00%	0,00%
Provisões diversas	66,8	1,27%	57,2	1,46%	16,78%
Outros passivos	3,9	0,07%	4,2	0,11%	(7,14%)
Passivo não circulante	**3.187,3**	**60,56%**	**2.765,8**	**70,61%**	**15,24%**
Empréstimos e financiamentos	2.656,1	50,47%	2.197,7	56,11%	20,86%
Passivos de arrendamentos	308,5	5,86%	308,9	7,89%	(0,13%)
Impostos e contribuições a pagar	53,4	1,01%	90,4	2,31%	(40,93%)
Impostos diferidos	117,1	2,23%	117,1	2,99%	0,00%
Partes relacionadas	0,0	0,00%	0,0	0,00%	0,00%
Benefícios pós-emprego	42,1	0,80%	39,3	1,00%	7,12%
Provisão para contingências	9,7	0,18%	12,0	0,31%	(19,17%)
Outros passivos	0,4	0,01%	0,4	0,01%	0,00%
Patrimônio líquido	**680,5**	**12,93%**	**57,5**	**1,47%**	**1.083,65%**
Capital social	276,2	5,25%	276,2	7,05%	0,00%
Reservas de lucros	3,1	0,06%	12,1	0,31%	(74,38%)
Outros resultados abrangentes	(312,0)	(5,93%)	(230,8)	(5,89%)	35,18%
Lucros acumulados	713,3	13,55%	0,0	0,00%	0,00%
Total do passivo e patrimônio líquido	**5.262,5**	**100,00%**	**3.916,6**	**100,00%**	**34,37%**

Ativo circulante

Em 30 de junho de 2021, o ativo circulante era de R$ 2.208,2 milhões, em comparação com R$1.459,2 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 41,96% em 30 de junho de 2021 e de 37,26% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$ 749 milhões ou 51,33%, decorreu, principalmente, de: (i) aumento do contas a receber no valor de R$ 289,1 milhões decorrente do aumento de faturamento, inclusive em decorrência dos novos clientes de ureia oriundos do início das operações da Unigel Agro; (ii) aumento dos estoques devido principalmente ao aumento do volume e preço de matérias-primas além da entrada dos estoques decorrentes da nova operação da Unigel Agro; (iii) aumento de créditos contratuais e adiantamentos a fornecedores relacionados à aquisição e transporte de gás natural para a nova operação da Unigel Agro.

Ativo não circulante

Em 30 de junho de 2021, o ativo não circulante era de R$ 3.054,4 milhões, em comparação com R$2.457,4 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 58,04% em 30 de junho de 2021 e de 62,74% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$ 597 milhões ou 24,29%, decorreu, principalmente, de: (i) aumento de impostos a recuperar em decorrência do reconhecimento dos créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS referente aos 5 anos anteriores a entrada do processo pelas empresas do Grupo, após decisão de modulação de efeitos pelo supremo tribunal federal; (ii) redução dos impostos ativos diferidos pela

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

utilização de prejuízos fiscais no período e (iii) aumento do saldo de imobilizado decorrente principalmente dos investimentos nas plantas da Unigel Agro.

Passivo circulante

Em 30 de junho de 2021, o passivo circulante era de R$ 1.394,7 milhões, em comparação com R$1.093,3 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 26,50% em 30 de junho de 2021 e 27,91% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$ 301,4 milhões ou 27,57%, decorreu de: (i) aumento do saldo de fornecedores decorrente do aumento de volume, preço e prazo médio de pagamento para os negócios de estirênicos e acrílicos, além da contratação de novos fornecedores devido à nova operação da Unigel Agro; (ii) aumento do saldo de operações de derivativos decorrentes principalmente de ajustes de valor justo sobre as operações de *swaps* cambiais, impulsionado pela queda do câmbio somado as perspectivas futuras de mercado para juros e inflação.

Passivo não circulante

Em 30 de junho de 2021, o passivo não circulante era de R$ 3.187,3 milhões, em comparação com R$2.765,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 60,56% em 30 de junho de 2021 e 70,61% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento, de R$421,5 milhões ou 15,24%, decorreu, principalmente, da nova captação mediante *retap* do Bond de 2026 do Grupo no valor de U$ 110 milhões ocorrida em janeiro de 2021. Para mais informações, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

Patrimônio líquido

Em 30 de junho de 2021, o patrimônio líquido era de R$ 680,5 milhões, em comparação com R$ 57,5 milhões em 31 de dezembro de 2020. Esta variação, de R$ 623,0 milhões ou 1.083,65%, deu-se, principalmente, por (i) resultado da Companhia no período parcialmente compensado (ii) pelos ajustes de hedge de fluxo de caixa, que apresentaram queda devido à apreciação do Real frente ao Dólar no período.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ATIVO *(em milhões de reais, exceto %)*	**31/12/2020**	**AV**	**31/12/2019**	**AV**	**AH**
ATIVO					
Circulante	**1459,3**	**37,18%**	**1.076,1**	**34,65%**	**35,61%**
Caixa e equivalentes de caixa	624,0	42,76%	382,3	35,53%	63,22%
Contas a receber de clientes	207,9	14,25%	132,4	12,30%	57,02%
Estoques	369,5	25,32%	298,0	27,69%	23,99%
Imposto de renda e contribuição social	25,9	1,77%	52,9	4,92%	(51,04%)
Impostos e contribuições a recuperar	115,8	7,94%	137,9	12,81%	(16,03%)
Despesas antecipadas	8,0	0,55%	13,8	1,28%	(42,03%)
Adiantamentos a fornecedores	47,1	3,23%	36,5	3,39%	29,04%
Operações com derivativos	48,6	3,33%	-	0,00%	0,00%
Outros ativos	12,5	0,86%	22,3	2,07%	(43,95%)
Não Circulante	**2.457,3**	**62,74%**	**2.029,8**	**65,35%**	**21,06%**
Partes relacionadas	-	0,00%	61,8	9,68%	(100,00%)
Impostos a recuperar	5,1	0,21%	4,9	0,78%	4,08%
Impostos diferidos	602,9	24,54%	484,6	75,87%	24,41%
Depósitos judiciais	16,1	0,66%	16,2	2,54%	(0,62%)
Derivativos	86,7	3,53%	47,6	7,45%	82,14%
Outros ativos	20,9	0,85%	23,5	3,68%	(11,06%)
Investimentos	2	0,08%	2,0	0,10%	0,00%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Imobilizado	1349,3	54,91%	1.177,1	57,99%	14,63%
Intangível	8,0	0,33%	15,5	0,76%	(48,39%)
Bens de direito de uso	356,0	14,49%	186,3	9,18%	91,09%
Propriedades para investimento	10,3	0,42%	10,3	0,51%	0,00%
Total do Ativo	**3.916,6**	**100,00%**	**3.105,9**	**100,00%**	**26,10%**

PASSIVO (em milhões de reais, exceto %)	**31/12/2020**	**AV**	**31/12/2019**	**AV**	**AH**
PASSIVO					
Circulante	**1093,3**	**27,91%**	**646,4**	**20,81%**	**69,14%**
Empréstimos e financiamentos	402,7	36,83%	103,0	15,93%	290,97%
Fornecedores	362,1	33,12%	252,6	39,08%	43,35%
Passivos de arrendamentos	79,6	7,28%	59,6	9,22%	33,56%
Imposto de renda e contribuição social	1,2	0,11%	7,2	1,11%	(83,33%)
Impostos e contribuições a pagar	36,7	3,36%	31,5	4,87%	16,51%
Salários e encargos	34,1	3,12%	28,6	4,42%	19,23%
Dividendos a pagar	20,0	1,83%	-	0,00%	100%
Adiantamentos de clientes	83,0	7,59%	82,6	12,78%	0,48%
Operações com derivativos	-	0,00%	32,3	5,00%	(100,00%)
Outras provisões	57,1	5,22%	27,9	4,32%	104,66%
Outros passivos de curto prazo	16,8	1,54%	21,1	3,26%	(20,38%)
Passivo não circulante	**2765,8**	**70,35%**	**2.092,80**	**67,38%**	**32,16%**
Empréstimos e financiamentos	2197,7	79,46%	1.681,50	80,35%	30,70%
Passivos de arrendamentos	308,9	11,17%	154,4	7,38%	100,06%
Impostos e contribuições a pagar	90,4	3,27%	93,9	4,49%	(3,73%)
Impostos diferidos	117,1	4,23%	115,9	5,54%	1,04%
Partes relacionadas	-	0,00%	1,5	0,07%	(100,00%)
Provisão para contingências	12,0	0,43%	7,9	0,38%	51,90%
Benefícios pós-emprego	39,3	1,42%	32,3	1,54%	21,67%
Outros passivos de longo prazo	0,4	0,01%	5,4	0,26%	(92,59%)
Patrimônio líquido	**57,5**	**1,74%**	**366,70**	**11,81%**	(84,32%)
Capital social	276,2	480,35%	276,2	75,32%	0,00%
Outros resultados abrangentes	(230,8)	(401,39%)	(16,2)	(4,42%)	1.324,69%
Reservas de lucros	12,1	21,04%	106,7	29,10%	(88,66%)
Total do passivo e patrimônio líquido	**3916,6**	**100,00%**	**3.105,9**	**100,00%**	**26,10%**

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R$ 1.459,3 milhões, em comparação com R$ 1.076,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 37,18% em 31 de dezembro de 2020 e 34,65% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$ 383,2 milhões ou 35,61%, decorreu principalmente: (i) do aumento dos saldos de caixa e equivalentes de caixa mantidos em dólar cujo aumento se explica pela geração de caixa da Companhia no período somado ao efeito do câmbio, (ii) aumento do prazo de contas a receber devido a renegociações durante o período de pandemia, com consequente aumento do saldo de contas a receber; e (iii) mudança do valor justo de derivativos que constituíam uma posição passiva em 2019 e que em 2020 tornaram-se posições a receber.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R$ 2.457,3 milhões, em comparação com R$ 2.029,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 62,74% em 31 de dezembro de 2020 e 65,35% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

R$ 427,5 milhões ou 21,06%, decorreu de: (i) reconhecimento de impostos diferidos sobre diferenças temporárias decorrentes de ajustes do câmbio, (ii) redução do saldo de partes relacionadas para zero após a compensação com dividendos a pagar, (iii) aumento de bens de direito de uso pelo reconhecimento dos contratos de arrendamento das Unigel Agro Sergipe e Unigel Agro Bahia, (iv) aumento dos saldos de imobilizado pela variação cambial dos imobilizados em empresas cuja moeda funcional é o dólar norte-americano e (v) aumento dos saldos de imobilizado principalmente pelos projetos: (a) benfeitorias para ativação da Unigel Agro Sergipe e Unigel Agro Bahia, (b) tanques de metacrílicos e (c) segunda fase da ampliação da produção de ácido cianídrico (HCN) matéria-prima base para a cadeia de Acrílicos .

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo circulante era de R$ 1.093,3 milhões, em comparação com R$ 646,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 27,91% em 31 de dezembro de 2020 e 20,81% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$ 446,9 milhões ou 69,14%, decorreu: (i) do aumento do saldo de empréstimos e financiamentos decorrente da maturação de prazo de empréstimos com consequente reclassificação de saldos do não circulante para o circulante, novas linhas de curto prazo e depreciação do real frente ao dólar norte-americano com consequente aumento dos valores em reais dos empréstimos em dólar, (ii) aumento do saldo de fornecedores decorrente da negociação com fornecedores para aumento do prazo das contas a pagar durante o período de pandemia de COVID-19 com consequente aumento do saldo de fornecedores e (iii) do aumento do saldo de obrigações de direito de uso decorrente do reconhecimento do arrendamento da Unigel Agro Sergipe e Unigel Agro Bahia.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o passivo não circulante era de R$ 2.765,8 milhões, em comparação com R$ 2.092,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 70,62% em 31 de dezembro de 2020 e 67,38% em 31 de dezembro de 2019. Este aumento, de R$ 673 milhões ou 32,1%, decorreu: (i) do aumento de empréstimos e financiamentos devido aos efeitos do câmbio no exercício e (ii) aumento dos passivos de arrendamento decorrente do reconhecimento do contrato da Unigel Agro Sergipe e Unigel Agro Bahia.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido era de R$ 57,5 milhões, em comparação com R$ 366,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esta redução, de R$ 309,2 milhões ou 84,32%, deu-se por: (i) aumento dos efeitos negativos decorrentes do hedge de fluxo de caixa de variação cambial da dívida, (ii) aumentos dos efeitos negativos decorrentes do hedge de fluxo de caixa sobre o ajuste de valor justo dos derivativos e (iii) distribuição de dividendos adicionais relativos a exercícios anteriores.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018

ATIVO ***(em milhões de reais, exceto %)***	**31/12/2019**	**AV**	**31/12/2018**	**AV**	**AH**
ATIVO					

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Circulante	**1.076,1**	**38,83%**	**1.103,5**	**39,82%**	**(2,48%)**
Caixa e equivalentes de caixa	382,3	35,53%	239,5	21,70%	59,62%
Contas a receber de clientes	132,4	12,30%	196,2	17,78%	(32,52%)
Estoques	298,0	27,69%	363,4	32,93%	(18,00%)
Imposto de renda e contribuição social	52,9	4,92%	17,0	1,54%	211,18%
Impostos e contribuições a recuperar	137,9	12,81%	205,4	18,61%	(32,86%)
Despesas antecipadas	13,8	1,28%	8,5	0,77%	62,35%
Adiantamentos a fornecedores	36,5	3,39%	33,2	3,01%	9,94%
Operações com derivativos	-	0,00%	25,5	2,31%	(100,00%)
Outros ativos	22,3	2,07%	11,5	1,04%	93,91%
Ativos mantidos para venda	-	0,00%	3,3	0,30%	(100,00%)
Não Circulante	**2.029,8**	**65,35%**	**1.667,7**	**60,18%**	**21,71%**
Partes relacionadas	61,8	3,04%	64,9	3,89%	(4,78%)
Impostos a recuperar	4,9	0,24%	4,1	0,25%	19,51%
Impostos diferidos	484,6	23,87%	387,1	23,21%	25,19%
Depósitos judiciais	16,2	0,80%	25,0	1,50%	(35,20%)
Operações com derivativos	47,6	2,35%	-	0,00%	N/A
Outros ativos	23,5	1,16%	18,1	1,09%	29,83%
Investimentos	2,0	0,10%	2,0	0,12%	0,00%
Imobilizado	1.177,1	57,99%	1.145,2	68,67%	2,79%
Intangível	15,5	0,76%	15,0	0,90%	3,33%
Bens de direito de uso	186,3	9,18%	-	0,00%	0,00%
Propriedades para investimento	10,3	0,51%	6,3	0,38%	63,49%
Total do Ativo	**3.105,9**	**100,00%**	**2.771,2**	**100,00%**	**12,07%**

PASSIVO (em milhões de reais, exceto %)	**31/12/2019**	**AV**	**31/12/2018**	**AV**	**AH**
PASSIVO					
Circulante	**646,4**	**20,81%**	**697,1**	**25,16%**	**(7,27%)**
Empréstimos e financiamentos	103,0	15,93%	135,9	19,50%	(24,21%)
Fornecedores	252,6	39,08%	290,9	41,73%	(13,17%)
Passivos de arrendamentos	59,6	9,22%	-	0,00%	N/A
Imposto de renda e contribuição social	7,2	1,11%	7,3	1,05%	(1,37%)
Impostos e contribuições a pagar	31,5	4,87%	48,3	6,93%	(34,78%)
Salários e encargos	28,6	4,42%	26,9	3,86%	6,32%
Adiantamentos de clientes	82,6	12,78%	68,0	9,75%	21,47%
Operações com derivativos	32,3	5,00%	0,8	0,11%	3937,50%
Outras provisões	27,9	4,32%	33,7	4,83%	(17,21%)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Adiantamentos de imobilizado	-	0,00%	20,6	2,96%	(100,00%)
Outros passivos de curto prazo	21,1	3,26%	64,7	9,28%	(67,39%)
Passivo não circulante	**2.459,5**	**79,19%**	**2.074,1**	**74,84%**	**18,58%**
Empréstimos e financiamentos	1.681,5	68,37%	1.441,7	69,51%	16,63%
Passivos de arrendamentos	154,4	6,28%	-	0,00%	N/A
Impostos e contribuições a pagar	93,9	3,82%	106,5	5,13%	(11,83%)
Impostos diferidos	115,9	4,71%	108,1	5,21%	7,22%
Partes relacionadas	1,5	0,06%	-	0,00%	N/A
Provisão para contingências	7,9	0,32%	12,1	0,58%	(34,71%)
Benefícios pós-emprego	32,3	1,31%	28,6	1,38%	12,94%
Outros passivos de longo prazo	5,4	0,22%	2,7	0,13%	100,00%
Patrimônio Líquido	**366,7**	**11,81%**	**374,4**	**15,62%**	**(2,06%)**
Capital social	276,2	75,32%	276,2	73,77%	0,00%
Reservas de capital	-	0,00%	88,7	23,69%	(100,00%)
Outros resultados abrangentes	(16,2)	(4,42%)	28,9	7,72%	(156,06%)
Reservas de lucros	106,7	29,10%	-	0,00%	N/A
Prejuízos acumulados	-	0,00%	(19,4)	(5,18%)	(100,00%)
Total do passivo e patrimônio líquido	**3.105,9**	**100,00%**	**2.771,2**	**100,00%**	**12,08%**

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante era de R$ 1.076,1 milhões, em comparação com R$ 1.103,5 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 38,83% em 31 de dezembro de 2019 e 39,82% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução, de R$27,4 milhões ou 2,48%, decorreu principalmente de (i) redução dos saldos de estoques (R$ 65,4 milhões) e contas a receber de clientes (R$ 63,8 milhões) parcialmente compensados pelo aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa R$ 142,8 milhões devido a melhor gestão do capital de giro após a captação de recursos no mercado de capitais internacional, (ii) redução dos saldos de impostos a recuperar (R$ 67,5 milhões) devido as ações de redução de acúmulo de créditos federais oriundos de exportações mediante ressarcimento monetário de créditos anteriores por meio do programa "Linha Rápida".

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante era de R$ 2.029,8 milhões, em comparação com R$ 1.667,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 65,35% em 31 de dezembro de 2019 e 60,18% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$ 362,1 milhões ou 21,71%, decorreu principalmente do (i) aumento do saldo de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais R$ 97,5 milhões reconhecidos devido a melhoria das projeções da subsidiária Proquigel Química S.A. com o arrendamento das FAFEN's, (ii) aumento do saldo de derivativos R$ 47,6 milhões devido a contabilização do derivativo embutido (opções de call antecipado) dos bonds emitidos em 2019, (iii) aumento do saldo de bens de direito de uso R$ 186,3 milhões devido a adoção inicial do IFRS 16 - Leasing.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante era de R$ 646,4 milhões, em comparação com R$ 697,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 20,81% em 31 de dezembro de 2019 e 25,16% em 31 de dezembro de 2018. Esta redução, de R$ 50,7 milhões ou 7,27%, decorreu principalmente da (i) redução do saldo de empréstimos e financiamentos (R$ 32,9 milhões) devido ao alongamento da dívida após a captação dos bonds emitidos em 2019, (ii) redução do saldo de fornecedores (R$ 38,3 milhões) devido a melhor gestão do capital de giro após a captação dos bonds emitidos em 2019, (iii) redução do saldo de adiantamentos de imobilizado (R$ 20,6 milhões) devido a conclusão da operação de venda do imóvel de São Bernardo do Campo em 2019, e (iv) redução dos saldos de impostos a pagar (R$ 16,8 milhões) devido a compensações realizadas nas subsidiárias do México da Companhia. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento dos saldos de obrigações de direito de uso R$ 59,6 milhões devido a adoção inicial do IFRS 16 - Leasing.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante era de R$ 2.092,8 milhões, em comparação com R$ 1.669,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 79,19% em 31 de dezembro de 2019 e 74,84% em 31 de dezembro de 2018. Este aumento, de R$ 385,4 milhões ou 18,58%, decorreu principalmente do (i) aumento do saldo de empréstimos e financiamentos R$ 239,8 milhões devido ao alongamento da dívida e captação de recursos por emissão de *bonds* no exterior e (ii) aumento do saldo de obrigações de direito de uso R$ 154,4 milhões devido a adoção inicial do IFRS 16 - Leasing.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido era de R$ 366,7 milhões, em comparação com R$ 374,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta redução de R$ 7,7 milhões ou 2,06%, deu-se pela (i) redução de outros resultados abrangentes devido aos efeitos de variação cambial no hedge de fluxo de caixa, somado ao efeito negativo de marcação a mercado do hedge de fluxo de caixa sobre derivativos (R$ 45,1 milhões), parcialmente compensado pela (ii) compensação de prejuízos acumulados pelo resultado do exercício reduzidos pela distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no valor de R$37,4 milhões.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

	Período de seis meses findo em		Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(em milhões de reais)	30/06/2021	30/06/2020	2020	2019	2018
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	123,8	50,1	270,6	218,9	46,5
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(518,0)	(75,9)	(236,7)	(176,8)	(110,6)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	439,3	(42,1)	193,1	102,3	274,6
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	45,1	(67,9)	227,0	144,4	210,5

PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021 COMPARADO AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R$123,8 milhões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, comparado a R$50,1 milhões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. Esse aumento de R$73,7 milhões, ou 147,11%, é justificado pelo aumento do lucro líquido, que totalizou R$ 708,7 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, comparado a um prejuízo de 244,1 milhões no mesmo período de 2020, parcialmente compensado pelo aumento nos saldos de contas a receber e estoques, motivados pelo aumento do volume de vendas e dos preços dos nossos principais produtos, que totalizaram consumos de R$ 306,7 milhões e R$ 275,4 milhões, respectivamente, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, comparado a um consumo de R$ 13,8 milhões e uma geração de R$ 4,7 milhões no mesmo período de 2020.

Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$518,0 milhões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, comparado a R$75,9 milhões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. Esse aumento de R$442,1 milhões, ou 582,5%, é justificada pelas aquisições de imobilizado e intangível realizadas para o início da operação das plantas de fertilizantes arrendadas da Petrobras.

Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R$439,3 milhões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, comparado a um caixa líquido consumido de R$42,1 milhões para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020. Essa variação de R$481,4 milhões, ou 1.143,5%, é justificada pela captação de US$ 110 milhões através da reabertura do Bond com emissão em 2026, concluída em janeiro de 2021. Para mais informações sobre essa emissão, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R$ 270,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$ 218,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R$ 51,7 milhões, ou 23,62%, é justificado por: (i) melhor resultado operacional em 2020 gerando um lucro ajustado de R$ 432,0 milhões contra R$ 337,3 milhões em 2019, (ii) variações de capital de giro de R$ 122,3 milhões em 2020 decorrente de ajustes de prazos de recebimento e pagamentos pós-pandemia contra R$ R$ 97,2 milhões em 2019 e (iii) variações de impostos a pagar e a recuperar com uma maior monetização de créditos tributários federais (PIS e COFINS) e compensações de impostos federais a pagar com créditos oriundos dos saldos utilizados mediante incorporação de subsidiária, com efeito de R$ 8,4 milhões em 2020 contra (R$ 25,7 milhões) em 2019.

O fluxo de caixa das atividades operacionais totalizou R$ 218,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 46,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$ 172,4 milhões, ou 370,75%, é justificado pela variação de R$ 148,5 milhões na linha de estoques, o que configurou uma geração de R$ 71,6 milhões em 2019, comparado a um

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

consumo de R$ 76,8 milhões em 2018, decorrente de uma administração mais restrita do capital de giro, visando à redução dos níveis de estoque.

Caixa líquido consumido nas atividades de investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$ 236,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$ 176,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R$ 58,9 milhões, ou 33,33%, é justificado pelos investimentos nos projetos: (i) benfeitorias iniciais para ativação da Unigel Agro Sergipe e Unigel Agro Bahia; (ii) reforma nos tanques de metacrílicos e (iii) investimentos adicionais na ampliação de produção de HCN.

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento totalizou R$ 176,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 110,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento de R$ 66,2 milhões, ou 59,86%, é justificada pelo aumento de investimentos em projetos fabris para níveis operacionais normais do Grupo após o pagamento de dívidas com *covenants* restritivos. Os principais projetos do ano foram: (i) ampliação da produção de ácido metracrílico, (ii) fase 2 da ampliação de produção de HCN, (iii) granulação do sulfato de amônio, (iv) tanques de metactrílicos e (v) produção de GMAA.

Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R$ 193,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, comparado a R$ 102,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento de R$ 90,8 milhões, ou 88,76%, é justificado principalmente pelo aumento da captação líquida empréstimos entre os dois períodos. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, a captação líquida de empréstimos totalizou R$ 273,0 milhões (sendo R$ 358,3 milhões em captações e R$ 85,2 milhões em pagamentos de empréstimos), enquanto, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a captação líquida de empréstimos totalizou R$ R$ 153,1 milhões (sendo R$ 1,82 bilhão em captações e R$ 1,67 bilhão em pagamentos de empréstimos).

O caixa líquido gerado nas atividades de financiamento totalizou R$ 102,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a R$ 274,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Essa redução de R$ 172,3 milhões, ou 62,75%, é justificada principalmente pelo aumento do pagamento de empréstimos no total de R$ 1,67 bilhão em 2019, comparado a R$ 867,6 milhões em 2018.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

(a) Resultados das operações do emissor

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia, em ambos os segmentos de atuação (Estirênicos e Acrílicos) é composta, primariamente, por vendas de produtos nos mercados nacional e internacional, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado			
	Período de seis meses findo em 30 de junho de	Exercício social findo em 31 de dezembro de		
(em milhares de reais)	2021	2020	2019	2018
Receita Bruta	**3.649.093**	**3.664.206**	**3.804.819**	**3.778.565**
Vendas - Mercado Interno	2.571.437	2.626.891	2.637.836	2.524.679
Vendas – Mercado externo	1.077.656	1.037.315	1.166.983	1.253.886
Deduções	**(388.612)**	**(430.970)**	**(482.113)**	**(384.726)**
Devoluções e descontos	(16.481)	(14.522)	(76.514)	(42.479)
Impostos sobre vendas	(372.131)	(416.449)	(405.599)	(342.247)
Receita Liquida	**3.260.481**	**3.233.235**	**3.322.706**	**3.393.839**

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Crescimento do PIB brasileiro e demanda interna por nossos produtos

Nossa receita líquida no mercado brasileiro representou 59,4% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 e 61,5% de nosso total de receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e 61,0% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Como uma Companhia com a grande maioria de suas operações no Brasil nós somos significativamente afetados pelas condições econômicas brasileiras. O resultado de nossas operações e nossa condição financeira são, e continuarão a ser afetados pelo crescimento do PIB brasileiro pois nossos produtos são usados na manufatura de uma grande variedade de produtos industriais e bens de consumo.

Mudanças na demanda por nossos produtos no mercado interno podem afetar nossos níveis de produção e nosso negócio em linhas gerais. Em 2018, quando o PIB brasileiro aumentou 1,1%, nossa receita líquida proveniente das vendas no Brasil aumentou 2,8%. Em 31 de dezembro de 2020, quando o PIB brasileiro diminuiu 4,2%, nossa receita líquida derivada das vendas no Brasil diminuiu 2,0%.

Historicamente, o crescimento do PIB brasileiro flutuou de forma significativa, e nós antecipamos que essa tendência continuará nos próximos anos. Na extensão que a economia brasileira se recupera, nossos lucros futuros são afetados positivamente. No entanto, um crescimento lento ou reduzido ou ainda, uma recessão no Brasil, podem afetar negativamente o resultado de nossas operações.

Sazonalidade afetando a indústria química

O consumo global de produtos petroquímicos aumentou significativamente nos últimos 30 anos, o que fez com que produtores passassem por períodos de insuficiência de capacidade para atender a demanda do mercado para esses produtos. Esses períodos, incluindo alguns casos de falta de matéria-prima, normalmente resultaram em um aumento das taxas de utilização das plantas e maiores preços no mercado interno e externo. Estes períodos, na maioria das vezes, foram seguidos por períodos de aumento da capacidade instalada, resultando em um declínio das taxas de utilização e menores preços nos mercados internacional, levando a menores preços no mercado interno e redução das margens operacionais.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Em linhas gerais a indústria química global passou recentemente por um período de altas taxas de utilização, o que resultou em maiores preços de mercado. Com isso, uma série de indústrias petroquímicas anunciaram a ampliação de sua capacidade produtiva. A atual expansão em capacidades na nossa indústria pode levar a preços reduzidos por nossos produtos, o que afetaria negativamente o resultado de nossos negócios.

Nós esperamos que a sazonalidade dos preços internacionais e margens operacionais relacionada a mudanças na oferta e demanda global vão permanecer no futuro, principalmente pelos seguintes fatores (dentre outros):

- Tendências cíclicas em negócios em geral e na atividade econômica que produzem mudanças na demanda por produtos petroquímicos e por matérias-primas;
- Durante períodos de demanda reduzida, a estrutura de altos custos fixos da indústria petroquímica com alta demanda por capital leva produtores a competir de forma agressiva nos preços para minimizar a ociosidade das plantas;
- Aumentos significativos de capacidade, seja através de expansão de plantas existentes, seja através da construção de novas plantas, podem levar de dois a três anos para serem implementados e são, portanto, baseados em estimativas de demanda futura;
- Como a competição em produtos petroquímicos usualmente é feita através do preço, ser um produtor de baixo custo é essencial para manter a lucratividade, o que favorece produtores de plantas maiores que conseguem maximizar os ganhos de escala e logística.

Efeitos da exportação em nossa performance financeira

Nossa habilidade de exportar produtos é relacionada com o nível de crescimento econômico em mercados estrangeiros e outras condições político-econômicas, incluindo taxas de inflação e disputas comerciais. A última década foi marcada por uma série de crises econômicas e choques negativos, começando com a crise financeira global de 2008-2009, seguida pela crise da dívida pública da zona do Euro de 2010-2012, o realinhamento de preços globais de commodities de 2014-2016 e encerrando com a crise do coronavírus, iniciada no ano de 2020.

Nós geralmente obtemos preços e margens melhores para nossos produtos no mercado interno do que no mercado externo. A diferença de preços entre esses mercados é decorrente de:

- Maiores custos de transporte e logística requeridos para entregar nossos produtos em mercados estrangeiros, e
- Impostos de importação e despesas acessórias aplicados a produtos vendidos no Brasil e produzidos em outros países, o que nos permite cobrar um valor maior em nossas vendas no mercado externo sem alterar nossos custos.

Durante períodos de aumento da demanda doméstica por nossos produtos, nossos volumes de exportação podem reduzir enquanto aumentamos as vendas no mercado interno. No entanto, quando a demanda doméstica diminui ou em casos de oportunidades atrativas no mercado externo, nós aumentamos nossos volumes de vendas no mercado externo para manter uma alta taxa de utilização de capacidade. Como resultado, quanto maior é nosso volume de exportação, menos expostos a volatilidade geral de dólar norte-americano nós estamos.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, nossas vendas realizadas no mercado internacional representaram 38,5% da nossa receita líquida.

Utilização de capacidade

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Nossas operações são de capital intensivo. Dessa forma, para obter um menor custo unitário e manter nossas margens operacionais, nós buscamos manter uma alta taxa de utilização em todas nossas plantas não hibernadas.

A tabela abaixo demonstra nossa taxa de utilização de capacidade nos períodos indicados:

(considerando a produção dos últimos 12 meses)	**Período de doze meses findo em 30 de junho de 2021**	**Exercício social findo em 31 de dezembro de**		
		2020	**2019**	**2018**
Estirênicos				
Estireno	93,0%	76,2%	85,2%	75,3%
Poliestireno	63,7%	54,8%	58,2%	51,5%
Latex	92,4%	77,7%	83,0%	88,6%
Acrílicos				
Nitrilas (1)	80,1%	49,3%	88,7%	87,3%
Metacrilatos (2)	44,2%	39,3%	40,7%	54,4%
Chapas acrílicas (3)	107,0%	105,1%	92,2%	91,5%
Mineração (4)	54,9%	53,3%	48,5%	42,0%
Agro				
Amônia	8,5%	-	-	-
Ureia	7,2%	-	-	-
Sulfato de Amônio – Laranjeiras (SE)	-	-	-	-
Sulfato de Amônio – Candeias (BA) (5)	40,4%	35,6%	30,8%	52,1%
Arla	-	-	-	-

(1) Considera produção de acrilonitrila e acetonitrila, produzidas no Brasil.
(2) Considera MMA, EMA e GMAA produzidos no Brasil.
(3) Considera Chapas Acrílicas Cast e Extrudadas produzidas no México. Não considera chapas acrílicas produzidas no Brasil.
(4) Considera apenas produção de cianeto de sódio em solução, uma vez que a produção de cianeto sólido utiliza cianeto solução como matéria-prima.
(5) Considera apenas capacidade de produção de sulfato de amônio granulado, uma vez que a produção de sulfato de amônio compactado utiliza o granulado como matéria-prima.

Benefícios fiscais

Nós estamos sujeitos ao imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e à contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) no Brasil a uma alíquota agregada de 34%. Nós temos direito a certos benefícios fiscais federais e estaduais que nos foram concedidos em nossas plantas no estado da Bahia.

A Companhia recebe benefícios fiscais no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, que permanecerá em vigor até abril de 2024. Este incentivo fiscal está associado à cadeia de produção de estireno e acrílicos. A Companhia se beneficia de um período de carência de até 72 (setenta e dois) meses para pagamento dos impostos. No caso de pagamentos antecipados, a Companhia é elegível a um desconto de até 81% (oitenta e um por cento) do saldo devedor mensal do ICMS.

Além disso, conforme Laudos Constitutivos expedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia goza do direito de redução de 75% do IRPJ sobre os resultados das operações da Companhia Brasileira de Estireno (como sucessora por incorporação da Acrinor) localizadas em Camaçari/BA e da Proquigel até o exercício fiscal de 2027 e sobre os resultados da Unigel Plásticos S.A. até o exercício fiscal de 2020.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

A Companhia também está contemplado na Lei 13.043/14 - Reintegra - a qual concede créditos tributários quando a Companhia realiza exportações de produtos fabricados internamente, que podem ser compensados com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos federais.

Por fim, temos o Regime Especial da Indústria Química – REIQ que foi instituído a partir de 2013 pelo Governo Federal do Brasil e tem como objetivo a recuperação e a manutenção da competitividade das indústrias petroquímicas nacionais de 1ª e 2ª geração. Neste contexto, a Companhia é beneficiado pela desoneração tributária de parte das alíquotas de PIS e COFINS na compra de determinadas matérias primas importadas ou fornecidas pela 1ª geração da indústria petroquímica brasileira.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Efeitos de preços do mercado internacional sobre nossa receita

Os preços que cobramos por muitos de nossos produtos são determinados por referência de preços do mercado internacional. No caso de vendas no mercado brasileiro e no México, uma margem adicional é negociada baseada em parte no custo de se importar o produto. Desta forma os preços que cobramos por nossos produtos são significantemente influenciados pelos preços do mercado internacional.

Nós negociamos os preços em reais de nossos produtos em uma base mensal. Nós tentamos revisar nossos preços para refletir as mudanças de preços do mercado internacional, o que tende a flutuar em linha com os preços de nossas matérias-primas e com a variação das moedas locais (Reais e Pesos Mexicanos) contra o dólar norte-americano. No entanto, durante períodos de grande volatilidade nos preços internacionais ou nas taxas de conversão de moedas, por vezes não conseguimos refletir completamente essas mudanças em nossos preços tempestivamente.

Preços no mercado internacional de nossos produtos historicamente variam de forma significativa e acreditamos que eles continuaram a se comportar dessa forma no futuro. A volatilidade no preço de nossas principais matérias-primas e qualquer mudança no preço do petróleo tem efeitos significativos no preço de nossos produtos.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Efeitos de preços do mercado internacional sobre nossos custos

O custo de nossas principais matérias-primas, incluindo eteno, benzeno, propeno, acetona e amônia, varia de acordo com preços de mercado internacionais, que por sua vez, variam conforme mudanças de oferta e demanda de produtos petroquímicos no mercado global. Nós normalmente conseguimos compensar aumentos de preços de nossas matérias-primas aumentando o preço de venda de nossos produtos. No entanto, aumentos significativos de preços de matérias-primas e, consequentemente, no custo de nossos produtos, podem reduzir a nossa margem bruta e os resultados de nossos negócios se não conseguirmos repassar esse aumento para nossos clientes. Da mesma forma, reduções significativas no preço de matérias-primas e, consequentemente, no custo de nossos produtos, podem aumentar nossa margem bruta e os resultados de nossos negócios. Durante períodos de alta volatilidade dos preços em dólar norte-americano de nossas matérias-primas normalmente ocorre um atraso entre a variação de custos e a variação de receitas. Nós não protegemos nossas exposições a mudanças de preço de matérias-primas pois (i) os preços de acrilonitrila, MMA, estireno e poliestireno vendidos normalmente refletem as mudanças nos preços de suas matérias-primas, que são precificadas em dólar norte-americano e (ii) 40,6% de nossas vendas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, 38,5% e 39,0% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, foram realizadas no mercado internacional, com pagamento realizados em moeda estrangeira, principalmente dólar norte-americano.

Efeitos de mudanças nas taxas de câmbio de Reais e Pesos Mexicanos contra o dólar-Americano

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Nossos resultados operacionais e financeiros são, e continuarão a ser, afetados pelas variações das cotações do dólar norte-americano pois:

- Parte de nossas receitas e custos são denominados ou ligados ao dólar norte-americano;
- Nós temos despesas operacionais e outros gastos vinculados ao dólar norte-americano e
- Nós temos quantias significativas de passivos em dólar norte-americano que requerem pagamentos de principal e juros.

Praticamente todas as nossas vendas são de produtos que possuem seus preços expressos em dólar. Nós geralmente buscamos colocar preços em nossos produtos que refletem: (i) os preços internacionais de mercado de nossos produtos e (ii) variações na taxa de câmbio de reais contra dólar norte-americano vinculando contratos e vendas ao preço internacional em dólares norte-americanos de matérias-primas. Dessa forma, apesar de uma parcela significativa de nossas vendas ser em reais, substancialmente todos os nossos produtos são vendidos a preços que são baseados em preços internacionais em dólar.

Quando ocorre uma depreciação do real frente ao dólar norte-americano e os preços internacionais permanecem constantes o custo de nossos produtos aumenta, e para compensar esse aumento nós buscamos também aumentar os preços de nossos produtos vendidos no Brasil em reais, na extensão do possível dadas as condições de mercado no Brasil. Se o aumento de preços não for suficiente para compensar o aumento de custos, nossa margem operacional diminui.

Por outro lado, quando ocorre uma apreciação do real frente ao dólar norte-americano e os preços internacionais permanecem constantes o custo de nossos produtos diminui, e nós geralmente reduzimos os preços de nossos produtos em reais vendidos no Brasil, o que pode resultar num aumento de volume de vendas. Se nós conseguirmos manter um preço mais alto por um certo período nossa margem operacional aumenta.

Adicionalmente a quase totalidade de nossa dívida é em dólar, portanto, quando ocorre uma depreciação do real frente ao dólar:

- Os juros de nossa dívida em dólar norte-americano aumentam em reais, o que afeta negativamente nossa operação;
- O total de nossa dívida em dólar norte-americano aumenta em reais, aumentando nosso passivo total e
- Nossa despesa financeira tende a aumentar com o registro de perdas por variação cambial.

A apreciação do real frente ao dólar norte-americano tem o efeito inverso.

Efeitos das flutuações nos preços das matérias primas

As flutuações no preço de mercado internacional de nossas principais matérias-primas (tais como propeno, acetona, amônia, metanol, etanol, ácido sulfúrico, soda cáustica, eteno, benzeno, borracha de polibutadieno, butadieno, acrilato de butila e outras) têm um efeito significativo em nosso custo de produtos vendidos e nos preços que cobramos de nossos clientes. A maior parte da dinâmica de preços de nossos produtos se baseia em *spreads* sobre os preços das matérias-primas, o que significa que preços mais baixos do petróleo podem implicar preços mais baixos de produtos químicos, com impactos tanto na nossa receita como no custo variável, limitando o impacto na margem dos nossos produtos. Com isso, a lucratividade do nosso negócio está mais atrelada ao balanço de oferta e demanda global de cada um de nossos produtos e comparação com suas principais matérias primas.

Efeitos no custo das mercadorias vendidas

O custo de nossas principais matérias-primas, incluindo eteno, benzeno, propeno, acetona e amônia varia de acordo com os preços do mercado internacional, que flutuam dependendo da oferta e demanda

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

de produtos petroquímicos. Somos geralmente capazes de compensar os aumentos nos preços de nossas matérias-primas através do aumento dos preços de nossos produtos. Entretanto, aumentos significativos no preço dessas matérias-primas e, consequentemente, no custo de produção de nossos produtos, poderiam reduzir nossas margens brutas e nossos resultados operacionais se não conseguirmos repassar esses custos aumentados a nossos clientes. Além disso, repassar estes custos aumentados poderia resultar na redução do volume de vendas de nossos produtos. Em contrapartida, reduções significativas no preço das matérias-primas e, consequentemente, no custo de produção de nossos produtos, poderiam aumentar nossas margens brutas e nossos resultados operacionais e poderiam resultar em maiores volumes de vendas. Durante períodos de alta volatilidade do preço em dólares norte-americanos de nossas matérias-primas, geralmente há uma defasagem entre o momento em que o preço em dólares norte-americanos aumenta ou diminui e o momento em que somos capazes de passar total ou parcialmente pelo aumento de custos ou diminuição de preços para nossos clientes. No momento, não cobrimos nossa exposição a mudanças nos preços de nossas matérias-primas porque (i) os preços de venda de nossos principais produtos (acrilonitrila, MMA, estireno e poliestireno) geralmente refletem mudanças nos preços de mercado internacional de suas principais matérias-primas relevantes, que são cotadas em moeda estrangeira e (ii) 40,6% de nossa receita líquida no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, 38,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, estavam relacionados a vendas no mercado internacional a pagar em moeda estrangeira.

Efeitos sobre os preços de nossos produtos

Os preços que cobramos por muitos de nossos produtos são determinados por referência aos preços do mercado internacional. No caso das vendas internas no Brasil e no México, uma margem adicional é negociada com base, em parte, no custo de importação do produto. Portanto, os preços que cobramos por nossos produtos são significativamente influenciados pelos preços do mercado internacional.

Negociamos os preços reais de nossos produtos mensalmente com nossos clientes. Tentamos rever nossos preços para refletir as mudanças no mercado internacional, que tendem a flutuar em conjunto com os preços de nossas matérias-primas e a valorização ou depreciação do real brasileiro ou do peso mexicano em relação ao dólar norte-americano. Entretanto, durante períodos de alta volatilidade nos preços do mercado internacional ou nas taxas de câmbio, às vezes não somos capazes de refletir totalmente essas mudanças em nossos preços em tempo hábil.

Os preços no mercado internacional de nossos produtos petroquímicos intermediários historicamente têm flutuado significativamente, e acreditamos que continuarão a flutuar no futuro. A volatilidade no preço de nossas principais matérias-primas e qualquer tendência de alta no preço do petróleo têm efeitos significativos sobre a competitividade dos preços de nossos produtos. As tendências de preços do petróleo e do gás natural têm sido extremamente voláteis nos últimos anos, o que pode afetar o preço das matérias-primas, dependendo se elas são derivadas do petróleo ou do gás natural.

Efeito do nível de endividamento e das taxas de juros

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, nosso valor total de empréstimos e financiamentos totalizou R$3,0 bilhões, sendo que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 este número era de 2,6 bilhões. O nível de nosso endividamento resulta em despesas financeiras significativas que são refletidas em nossa demonstração de resultados. As despesas financeiras consistem em despesas com juros, variações cambiais do dólar norte-americano e outras dívidas denominadas em moeda estrangeira, perdas ou ganhos cambiais e outros itens, conforme estabelecido em nossa demonstração de resultados. No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 registramos despesas financeiras totais de R$ 125 milhões, dos quais R$ 164,4 milhões consistiram em despesas com juros de dívidas com instituições financeiras e R$ 45,5 milhões, consistiram em receitas de variações cambiais líquidas e taxa livre de risco (SELIC). No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 as despesas financeiras totais foram R$417,7 milhões, R$311,9 milhões e R$354,8

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

milhões, respectivamente, dos quais R$257,8 milhões, R$161,9 milhões e R$160,9 milhões consistiram em despesas com juros de dívidas com instituições financeiras, respectivamente, e R$128,8 milhões, R$40,2 milhões e R$93,2 milhões, respectivamente, consistiram em variações cambiais líquidas e taxa livre de risco (SELIC). Nossa dívida está sujeita a taxas de juros que dependem de uma variedade de fatores, incluindo taxas de juros prevalecentes no Brasil e no exterior e avaliações de risco de nós, de nossa indústria e da economia brasileira feitas por nossos potenciais emprestadores.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

A partir do primeiro trimestre de 2021, a Companhia introduziu o segmento Agro em suas demonstrações financeiras, em decorrência do início das suas atividades de produção de fertilizantes nitrogenados no âmbito do arrendamento de plantas da Petrobras, conforme detalhado abaixo:

Arrendamento Plantas de Fertilizantes Nitrogenados da Petrobras

Em novembro de 2019, anunciamos o arrendamento das plantas de fertilizantes da Petrobras ("FAFEN's"), localizadas nos Estados da Bahia (FAFEN-BA) e de Sergipe (FAFEN-SE), no valor de R$ 177 milhões por um prazo de 10 anos, prorrogáveis por igual período. Com este anúncio, informamos também que certas condições precedentes deveriam ser preenchidas para que o contrato se tornasse efetivo. Essas plantas vão compor o novo segmento de negócio da Companhia denominado Fertilizantes.

Com a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e obtenção de grande parte das licenças necessárias para operação das plantas, realizamos no mês de agosto de 2020 as cerimônias de transferência de posse de ambas as plantas, tornando o contrato efetivo a partir de então.

Mais detalhes sobre estes contratos de arrendamento estão descritos abaixo:

(A) Contrato de arrendamento da fábrica de fertilizantes da Petrobras em Sergipe: Nos termos do contrato de arrendamento datado de 21 de novembro de 2019, a Petrobras concordou em arrendar a fábrica de fertilizantes localizada na cidade de Laranjeiras, Estado de Sergipe para a Companhia, por R$ 675.000,00 por mês (valor ajustado anualmente pelo IGP-DI), por um prazo de 10 anos, renovável por igual período. O contrato poderá ser rescindido por acordo mútuo das partes ou por qualquer uma das partes, neste último caso quando houver culpa da outra parte, nas seguintes hipóteses: (i) inadimplência da outra parte não curada em até 60 dias (quando se tratar de obrigação material); (ii) paralização da planta sem justa causa e prévia comunicação a Petrobras; (iii) cessão ou subcontratação não autorizada; (iv) associação, fusão, cisão ou incorporação da arrendatária não comunicada à Petrobras; (v) decretação de falência, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato; e/ou (vi) nos casos de homologação de plano de recuperação judicial da arrendatária, quando não for prestada caução suficiente à critério da Petrobras.

Caso o contrato seja rescindido por culpa de uma das partes, a parte não inadimplente terá direito a receber uma quantia correspondente a 30% da soma dos pagamentos mensais devidos até o final do prazo original. Este valor deve ser considerado como indenização por perdas e danos, caso a Petrobras seja a parte inadimplente, mas deve ser complementado por uma indenização adicional por perdas e danos, caso a rescisão seja devido à nossa inadimplência.

Nossa responsabilidade por danos diretos nos termos do contrato de arrendamento é limitada (i) ao valor de reposição da planta, de acordo com a apólice de seguro ou (ii) a 10% do valor contratual ajustado, quando tal responsabilidade for gerada por danos decorrentes de poluição acidental. A responsabilidade das partes não inclui lucros cessantes e danos indiretos, a não ser se decorrente de; (i) responsabilidade fiscal; (ii) reparação em caso de vícios ou defeitos na execução do contrato ou nos materiais empregados; (iii) o valor devido por rescisão por inadimplência; (iv) violação do cumprimento, confidencialidade e direitos de propriedade intelectual; (v) multas aplicadas nos termos do contrato; (vi) recusa deliberada por nós para cumprir o escopo do contrato em favor de melhores oportunidades de negócios; (vii) dolo; (viii) danos ambientais diretamente decorrentes da violação da legislação ambiental ou do contrato; (ix) violação das leis aplicáveis; (x) penalidade ou sanção aplicada pelas autoridades competentes em caso de violação de leis; ou (xi) qualquer outra responsabilidade que não possa ser excluída ou limitada por lei. Ademais, nenhuma das partes excluirá ou limitará suas responsabilidades no tocante à responsabilidade destas perante terceiros.*(B) Contrato de arrendamento da fábrica de fertilizantes da Petrobras na Bahia:* Nos termos do contrato de arrendamento datado de 21 de novembro de 2019, a Petrobras concordou em arrendar a fábrica de

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

fertilizantes localizada na cidade de Camaçari, Estado da Bahia para a Companhia, pelo valor de R$ 800.000 por mês (valor ajustado anualmente pelo IGP-DI), por um prazo de 10 anos, renovável por igual período. O contrato poderá ser rescindido por acordo mútuo das partes ou por qualquer uma das partes, neste último caso quando houver culpa da outra parte, nas seguintes hipóteses: (i) inadimplência da outra parte não curada em até 60 dias (quando se tratar de obrigação material); (ii) paralização da planta sem justa causa e prévia comunicação a Petrobras; (iii) cessão ou subcontratação não autorizada; (iv) associação, fusão, cisão ou incorporação da arrendatária não comunicada à Petrobras; (v) decretação de falência, dissolução, alteração social ou modificação da finalidade ou estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato; e/ou (vi) nos casos de homologação de plano de recuperação judicial da arrendatária, quando não for prestada caução suficiente à critério da Petrobras.

Caso o contrato seja rescindido por culpa de uma das partes, a parte não inadimplente terá direito a receber uma quantia correspondente a 30% da soma dos pagamentos mensais devidos até o final do prazo original. Este valor deve ser considerado como indenização por perdas e danos, caso a Petrobras seja a parte inadimplente, mas deve ser complementado por uma indenização adicional por perdas e danos, caso a rescisão seja devida à nossa inadimplência.

Nossa responsabilidade por danos diretos nos termos do contrato de arrendamento é limitada (i) ao valor de reposição da planta, de acordo com a apólice de seguro ou (ii) a 10% do valor contratual ajustado, quando tal responsabilidade for gerada por danos decorrentes de poluição acidental. A responsabilidade das partes não inclui lucros cessantes e danos indiretos, a não ser se decorrente de: (i) responsabilidade fiscal; (ii) reparação em caso de vícios ou defeitos na execução do contrato ou nos materiais empregados; (iii) o valor devido por rescisão por inadimplência; (iv) violação do cumprimento, confidencialidade e direitos de propriedade intelectual; (v) multas aplicadas nos termos do contrato; (vi) recusa deliberada por nós para cumprir o escopo do contrato em favor de melhores oportunidades de negócios; (vii) dolo; (viii) danos ambientais diretamente decorrentes da violação da legislação ambiental ou do contrato; (ix) violação das leis aplicáveis; (x) penalidade ou sanção aplicada pelas autoridades competentes em caso de violação de leis; ou (xi) qualquer outra responsabilidade que não possa ser excluída ou limitada por lei. Ademais, nenhuma das partes excluirá ou limitará suas responsabilidades no tocante à responsabilidade destas perante terceiros.

(C) Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 031/2001, para o subarrendamento do TMU e TMA: O contrato de arrendamento da fábrica de fertilizantes na Bahia também incluiu a obrigação da Petrobras de nos subarrendar os dois terminais marítimos, Terminal de Amônia ("TMA") e do Terminal de Ureia ("TMU") localizados no Porto Organizado de Aratu-Candeia, na Bahia, sujeito à autorização das autoridades competentes. Após a opinião favorável dos órgãos competentes, em 26 de maio de 2021, a União, por intermédio do MInfra, a Petrobras e a controlada Proquigel, com a interveniência da ANTAQ e da CODEBA, celebraram o respectivo Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 031/2001, formalizando o subarrendamento do TMU e TMA da Petrobras para a controlada Proquigel.

A expansão de nossas operações no segmento Unigel Agro deve contribuir para nosso crescimento a curto prazo, com uma expansão significativa de nossa capacidade de produção, investimentos reduzidos e baixo risco de execução, bem como diversificar nossa carteira em um segmento muito resistente da economia - a agricultura. A competitividade das unidades da Bahia e Sergipe está diretamente ligada às condições de compra de gás natural, o principal insumo na produção de fertilizantes. Acreditamos que a operação deste novo negócio nos permitirá beneficiar de maior segurança e potencial economia na importação de amônia, atualmente utilizada em nossas operações de acrílico, pois este contrato de arrendamento também nos dá controle sobre um terminal marítimo privado no porto de Aratu, o único porto da região capaz de importar amônia, e conectado diretamente via gasoduto ao complexo petroquímico de Camaçari.

Com a operação das plantas, esperamos nos tornar um dos principais players do setor agrícola no Brasil, um dos maiores mercados consumidores de fertilizantes do mundo, com uma demanda total de 36

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

milhões de toneladas em 2019, segundo projeção da empresa de consultoria MacroSector Consultores. Durante 2019, 82% desta demanda foi atendida por importações, que totalizaram cerca de 30 milhões de toneladas. Do total das importações, aproximadamente 5,3 milhões de toneladas estavam relacionadas exclusivamente à ureia, de acordo com a IHS.

Juntas, as fábricas de fertilizantes de Sergipe e da Bahia terão uma capacidade de produção de 1.125 mil toneladas (ou kt/ano) de ureia, 925 kt/ano de amônia, 320 kt/ano de sulfato de amônio e 220 kt/ano de ARLA. Quando iniciarmos as operações, acreditamos que seremos o maior produtor de fertilizantes nitrogenados do Brasil.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1 deste Formulário de Referência.

(c) Eventos ou operações não usuais

Incêndio nos tanques

Em 2019, fomos afetados por um incêndio em nossos tanques de armazenagem em uma de nossas plantas que, apesar de não ter afetado nenhuma de nossas linhas de produção, prejudicou o resultado do segmento de acrílicos. Importante ressaltar que temos planos de contingências bem definidos em nossas plantas, que neste caso funcionou de maneira satisfatória, contribuindo para que não houvessem vítimas ou feridos neste evento, nem qualquer impacto ambiental.

Pandemia da COVID-19

Em 2020, nossos negócios e operações foram impactados pela pandemia de COVID-19 que afetou adversamente as condições do mercado nacional e internacional. Para mais informações sobre os impactos da pandemia em nossos negócios, bem como das medidas tomadas para combatê-los, vide item 10.9 deste Formulário de Referência.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em primeiro de janeiro de 2019. A aplicação dessas normas se deu pela obrigatoriedade de adoção das mesmas nas datas de adoção pela Companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Contratos de arrendamento

O IFRS 16 traz para o balanço todos os aluguéis operacionais que antes só impactavam as contas patrimoniais quando da ocorrência da despesa. Desta forma temos agora todos os contratos representados em ativos e passivos como ativos de direito de uso e passivos de direito de uso, melhorando a divulgação neste sentido. O efeito no resultado é a mudança de despesas operacionais para depreciação e despesa financeira de ajuste a valor presente, mudando de forma significativa o EBITDA da Companhia. Na adoção inicial a Companhia adotou expedientes práticos sugeridos pela norma, a saber:

- Reconhecimento do passivo de arrendamento na data de adoção inicial descontados pela taxa incremental de empréstimos da Companhia na mesma data;
- Reconhecimento do ativo de arrendamento pelo mesmo valor do passivo de arrendamento na data de adoção inicial;
- Aplicação de uma única taxa de desconto para toda a carteira de arrendamento;
- Não reconhecimento de arrendamentos inferiores a 12 meses na adoção inicial;
- Não reconhecimento de arrendamentos de baixo valor. (por exemplo: máquinas de café)

Na adoção inicial, o impacto nas contas patrimoniais foi conforme segue:

(Em milhares de reais)	Controladora	Consolidado
	1º de janeiro de 2019	1º de janeiro de 2019
Novos ativos de direito de uso apresentados	5.208	204.266
Obrigações de direito de uso	(5.208)	(204.266)

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis da Companhia nos últimos três exercícios sociais foram emitidos sem ressalvas, assim como no exercício social corrente.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A apresentação de nossas demonstrações financeiras em acordo com o IFRS e os CPCs nos obriga a fazer certos julgamentos e estimativas sobre o efeito de questões que são incertas por natureza e que impactam nossas demonstrações financeiras e o valor de ativos e passivos. Para prover um melhor entendimento de como formamos esses julgamentos e estimativas, incluímos abaixo as seguintes políticas contábeis críticas que foram aplicadas de forma consistente por nós:

- *Estoques*: Nossos estoques são mensurados pelo menor valor entre custo e o valor realizável líquido. O custo de nossos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção ou conversão e outros custos incorridos para colocar os estoques em sua condição e local de venda, incluindo custos indiretos. O valor realizável líquido é a estimativa do preço de venda no curso usual do negócio, menos a estimativa de despesas de venda. O valor realizável líquido é específico para cada empresa. Nós verificamos o valor realizável líquido de nossos estoques mensalmente para verificação de indicativos de *impairment*. Qualquer provisão de estoques é contabilizada contra resultado no período em que é reconhecida. Mudanças no valor realizável líquido podem afetar materialmente nossas demonstrações financeiras consolidadas.
- *Imobilizado e intangível*: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição ou construção ajustados pela depreciação acumulada e qualquer perda no valor recuperável (*impairment*). O custo de ativos construídos por nós inclui materiais e mão de obra direta assim como quaisquer outros custos atribuíveis para deixar o ativo no local e na condição de uso requerida para sua operação da maneira pretendida pela administração. Softwares adquiridos que fazem parte de itens do ativo imobilizado são capitalizados como parte do item. Qualquer ganho ou perda na venda de imobilizado (calculado como a diferença entre o valor de venda e o valor contábil do bem) é reconhecido no resultado no momento em que a venda é concluída. Ativos intangíveis são mensurados pelo custo de aquisição. Anualmente avaliamos a vida útil dos bens do ativo imobilizado usando consultoria especializada e técnicos internos. A determinação da vida útil requer certo grau de julgamento subjetivo. Tal determinação é inerentemente incerta devido a muitos fatores que podem causar perda prematura no valor de ativos e requer uma análise de *impairment*. Por exemplo, as despesas de depreciação podem mudar substancialmente se mudarmos de forma significativa as premissas utilizadas para determinar a vida útil de nossos bens.
- *Benefícios a empregados*: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas numa base não descontada e as despesas são apropriadas na medida que o serviço é prestado. Um passivo é reconhecido pela quantia que se espera pagar de bônus ou participação nos lucros na medida em que temos uma obrigação legal ou construtiva de pagar esta quantia devido a serviços prestados anteriormente por um funcionário, e se a quantia pode ser confiavelmente estimada. As contribuições de planos de contribuição definida são reconhecidas como despesas nos períodos em que são incorridas. Contribuições pré-pagas são reconhecidas como um ativo na extensão que um reembolso em caixa ou uma redução de pagamentos futuros for provável. As contribuições de planos de benefício definido que se espera um encerramento em mais de 12 meses após o fim do exercício ou período no qual o empregado presta o serviço são descontadas a valor presente. Nossas obrigações financeiras de benefícios de empregados são baseadas em cálculos atuariais revisadas anualmente por atuários independentes. As premissas chave e que exigem um julgamento relevante para nossos benefícios a empregados são: (i) taxa de inflação esperada, (ii) aumento nos custos médicos atribuído à inflação e (iii) aumento dos custos médicos atribuído ao envelhecimento de nossos funcionários.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

- *Impostos diferidos*: Impostos diferidos são reconhecidos em relação a diferenças temporárias entre o valor contábil de ativos e passivos e o valor desses ativos e passivos para fins fiscais. A mensuração de impostos diferidos reflete as consequências fiscais que seguiriam, na data de fechamento das demonstrações financeiras, caso recuperássemos ou pagássemos os ativos ou passivos, respectivamente, pelo seu valor contábil. Impostos diferidos são mensurados as taxas que se espera que serão aplicadas sobre nossas diferenças temporárias quando essas forem revertidas. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para prejuízos fiscais acumulados e diferenças temporárias dedutíveis, na extensão que é provável que existirá base de tributação futura para compensar os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias constituídas. Os ativos diferidos são revisados trimestralmente e são reduzidos na medida em que sua realização não é mais provável. A administração aplica julgamento para determinar a quantidade de ativo diferido que será reconhecido baseado em projeções futuras de lucros tributáveis.
- *Provisão para contingências*: Nós somos parte em vários processos legais e administrativos. As provisões para contingências são contabilizadas quando as perdas são consideradas prováveis e os valores envolvidos podem ser mensurados de forma confiável. Essas estimativas são baseadas, dentre outros fatores, na avaliação de evidência disponível, incluindo consultores externos, quanto a probabilidade de perda e a probabilidade de valor perdido. Apesar da administração acreditar que essas contingências estão apresentadas de forma fidedigna nas demonstrações financeiras, as perdas reais em períodos futuros podem diferir significantemente de nossas estimativas.
- *Leasing – Aplicável após primeiro de janeiro de 2019*: Anteriormente avaliávamos um contrato de leasing utilizando a instrução "IFRIC 4 – Determinando se um arrendamento contém leasing". Com a adoção do IFRS 16 nós consideramos que um contrato é ou possui um componente de leasing se nos dá o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um período de tempo em troca de uma contrapartida. Como arrendatários nos anteriormente classificamos leasings como financeiros ou operacionais se o leasing transferia ou não substancialmente todos os riscos e recompensas da posse do bem. Sob o IFRS 16, nós reconhecemos ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para a maioria dos leasings, ou seja, os leasings estão todos contabilizados. Os direitos de uso são reconhecidos no resultado por depreciação linear pelo período esperado de utilização do contrato. O passivo de arrendamento é reconhecido inicialmente pelo valor presente das parcelas futuras esperadas, descontadas pela taxa implícita do leasing ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, pela nossa taxa incremental de empréstimo. Nossa taxa incremental de empréstimo é calculada construindo uma curva juros baseada nas taxas dos nossos bonds emitidos e nas taxas de bonds de empresas comparáveis, com intervalos de vencimento entre 5 e 10 anos. As taxas de bonds de empresas comparáveis são ajustadas pelo spread médio, diferenças de garantias e qualquer outro spread ou risco identificável e mensurável. O primeiro ponto da curva (D+1) é considerado como a nossa taxa média de empréstimos atual, sem ajustes. Para pontos acima de 10 anos, usamos os bonds do governo brasileiro ajustados pelo spread histórico dos nosso bonds em relação aos bonds do governo brasileiro com vencimento similar. Estes pontos futuros são interpolados exponencialmente para estabelecer a curva de desconto para cada fluxo dos contratos de leasing. Apesar da administração acreditar que esses passivos estão razoavelmente representados em nossas demonstrações financeiras mudanças no cálculo da curva de taxas de juros usado para descontar fluxos de caixa pode mudar de forma significativa o valor presente do passivo de arrendamento, ou seja, pode ser um valor maior ou menor. Mudanças no valor presente do passivo de arrendamento seriam refletidas no valor inicial do ativo de direito de uso e consequentemente na depreciação. Mudanças no valor presente do passivo de arrendamento também mudaria a despesa financeira do ajuste a valor presente.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(iv) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021.

10.8 - Plano de Negócios

(a) Investimentos

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Em 2021, a Companhia está concentrando investimentos na retomada da produção nacional de fertilizantes nitrogenados, com a operação de duas fábricas de fertilizantes nos Estados da Bahia e Sergipe com capacidade instalada para produzir anualmente 2,6 milhões de toneladas de produtos nitrogenados (ureia, amônia, sulfato de amônio e ARLA)a partir do primeiro semestre de 2021, por meio das quais teremos capacidade para produzir uma gama completa de produtos para o setor agropecuário.

Adicionalmente, como parte do nosso plano de negócio, em decorrência da nossa oferta pública inicial de ações, pretendemos investir os recursos advindos da parcela primária da oferta na expansão orgânica e inorgânica das nossas plantas e no aprimoramento da nossa estrutura de capital, incluindo a quitação de dívidas.

(i) Fontes de financiamento dos investimentos

Para realizar tais investimentos, a Companhia conta com (i) os recursos financeiros disponíveis em caixa; (ii) sua própria geração de caixa; e (iii) as fontes tradicionais de financiamento de longo prazo. Para maiores informações, vide item 10.1 (f) deste Formulário de Referência.

Para os investimentos a serem realizados, a Companhia utilizará recursos provenientes da geração de caixa operacional e de atividades de financiamento disponíveis no mercado, incluindo acesso ao mercado de capitais brasileiro, por meio de sua oferta pública inicial de ações.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Implantamos, no estado da Bahia, o Centro de Inovação e Tecnologia da Unigel. Este centro conta com laboratórios e plantas-piloto de apoio à pesquisa e desenvolvimento de novos processos e produtos e aprimoramento dos existentes, sempre visando o desenvolvimento sustentável. Nossos esforços de inovação nos permitiram inventar produtos e soluções ecologicamente corretos, como plásticos Ecogel e fertilizantes Aquagel. O Ecogel foi lançado em outubro de 2020 e é nossa linha de negócios de produtos feitos com plásticos reciclados pós-consumo. Inicialmente, a Ecogel é uma das formas de ingressarmos no mercado resinas de poliestireno compostas por até 30% de materiais reciclados. Neste estágio inicial, os produtos Ecogel são direcionados principalmente para componentes de eletrodomésticos, mas estamos continuamente trabalhando com vários clientes para desenvolver outros produtos ecológicos para atender às suas necessidades. Acreditamos que este é um movimento estratégico importante para nos posicionarmos como um fornecedor de soluções sustentáveis para vários setores. Aquagel é um fertilizante desenvolvido a partir de resíduos do nosso segmento de Acrílicos que foram transformados de resíduos em produtos.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

10.8 - Plano de Negócios

Não tivemos despesas com pesquisa para desenvolvimento de novos produtos no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, nem nos exercícios findos em 2020, 2019 e 2018.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, haja vista que não há projetos em desenvolvimento já divulgados, além dos já descritos acima.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os gastos com desenvolvimento de novos produtos totalizaram R$ 68,3 milhões no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, e R$ 20,5 milhões e R$ 8,0 milhões nos exercícios findos em 2020 e 2019, respectivamente.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Pandemia da COVID-19

Em dezembro de 2019, o primeiro caso de COVID-19 causado pela síndrome respiratória aguda grave 2, ou SARS-CoV-2, foi relatado em Wuhan, China. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS), declarou a COVID-19 como uma pandemia devido a sua rápida propagação para outros continentes, como Europa, Oriente Médio e Américas. A OMS também declarou que os países membros da OMS deveriam estabelecer as medidas eficientes para conter a propagação e tratar a população infectada.

Como resposta à pandemia da COVID-19, as autoridades governamentais implementaram medidas restritivas severas, inclusive nos locais onde operamos. As medidas foram adotadas a fim de proteger a população, o que resultou em restrições ao fluxo de pessoas, quarentenas e bloqueios, restrições a viagens e transporte público, fechamento prolongado dos locais de trabalho, interrupções nas cadeias de abastecimento, fechamento de lojas e a redução geral do consumo.

As medidas descritas acima, juntamente com as incertezas causadas pela pandemia da COVID-19, causaram um impacto adverso na economia global.

No Brasil, a pandemia da COVID-19 atingiu seu primeiro pico no segundo trimestre de 2020, forçando os governos estaduais e municipais a fechar negócios e serviços não essenciais. Estas medidas fizeram com que ocorressem oito "*circuit breakers*" na B3 durante o mês de março de 2020. Os preços da maioria dos valores mobiliários negociados na B3 foram adversamente afetados por eles.

Em geral, as indústrias brasileiras foram autorizadas a continuar suas operações com políticas sanitárias rigorosas para evitar a propagação do vírus. Muitas empresas, entretanto, optaram por fechar temporariamente suas instalações devido à redução da demanda interna.

No caso da Companhia, a administração decidiu interromper temporariamente a produção em algumas de suas fábricas.

- No segmento de "Estirênicos": (i) a unidade localizada em Cubatão, no Estado de São Paulo, foi fechada no início de abril de 2020 e retomou as operações logo em seguida, em meados de junho de 2020, (ii) a unidade localizada em Camaçari, no Estado da Bahia, foi paralisada apenas em maio de 2020 e (iii) a unidade localizada em São José dos Campos, no Estado de São Paulo, também foi fechada apenas durante o mês de maio de 2020.
- No segmento "Acrílicos", a unidade de produção de acrilonitrila localizada em Camaçari, no Estado da Bahia, foi temporariamente fechada na segunda quinzena de março de 2020 e permaneceu ociosa durante todo o segundo trimestre de 2020, retomando as operações no final de julho de 2020.

Com todas as outras fábricas operando normalmente no segundo trimestre de 2020, demonstramos nossa resiliência baseada na diversidade de nossa carteira de produtos e na flexibilidade da cadeia produtiva, principalmente no segmento de Acrílicos, concentrando nossos esforços em produtos com melhores condições de mercado, tais como (i) cianeto de sódio, uma alternativa mais segura para substituir o mercúrio na mineração de ouro (os preços do ouro atingiram um pico durante a pandemia da COVID-19, pois os investidores priorizam investimentos de menor risco, levando a um aumento na produção de ouro); e (ii) chapas acrílicas, utilizadas para assegurar regras de distanciamento social em locais públicos, tais como caixas de supermercados, divisores de mesa em restaurantes e escritórios, entre outros (a demanda por essas aplicações cresceu significativamente, como resposta à pandemia da COVID-19).

Adicionalmente, cientes de nossa responsabilidade no ambiente em que atuamos, adotamos várias medidas para apoiar as comunidades próximas às nossas fábricas, tais como

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

- doação de mais de 2.300 cestas de alimentos para as famílias dos alunos de pós-graduação que frequentam as escolas públicas que patrocinamos;
- entrega de dois ventiladores em hospitais localizados no Estado da Bahia;
- doação de 61 toneladas de produtos para hospitais públicos, tais como caixas de acrílico para entubação, higienizadores de mãos e materiais descartáveis; e
- entrega de 1.000 testes rápidos COVID-19 ao governo do Estado da Bahia.

Neste contexto, nossos esforços foram reconhecidos pelo Prêmio Ética nos Negócios de 2020, concedido pelo Instituto Brasileiro de Ética nos Negócios, na categoria "Responsabilidade Social".

Além disso, tomamos várias ações com objetivo de preservar a saúde de nossos funcionários, bem como nossas operações e liquidez da Companhia durante a crise da pandemia da COVID-19, como, por exemplo:

- concessão de férias coletivas durante os meses de abril e maio de 2020 aos funcionários de nossas fábricas em Cubatão e Camaçari, fábricas de poliestireno em São José dos Campos e fábricas em Camaçari;
- redução do horário de trabalho e dos salários em 25% para os funcionários das áreas administrativa e comercial por um período de 90 dias, entre abril e junho de 2020, retornando a tempo integral a partir de julho de 2020, após consultar o Hospital Albert Einstein e reajustar nossas estruturas físicas no escritório corporativo com o objetivo de preservar a saúde de todos os nossos funcionários. As equipes foram segregadas em 3 grupos, com uma rotação semanal entre os grupos para trabalho presencial no escritório corporativo; e
- renegociação de nossos contratos com fornecedores de materiais e serviços visando adiar as datas de vencimento e reduzir os valores contratuais.

Adicionalmente, as seguintes portarias alteraram temas fiscais envolvendo nossos negócios:

- a Portaria nº 139 do Ministério da Economia prorrogou o prazo de pagamento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de março de 2020 a agosto de 2020, e o pagamento de tais impostos de abril de 2020 a outubro de 2020 de acordo com. A Portaria nº 245, emitida pelo Ministério da Economia do Brasil, prorrogou o prazo de pagamento dos tributos de PIS e COFINS para maio de 2020 até novembro de 2020; e
- a Portaria nº 201 do Ministério da Economia do Brasil prorrogou as parcelas de débitos tributários, tais como as relativas ao plano de recuperação de impostos (Programa de Recuperação Fiscal), ou REFIS, administrado pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, para os meses de maio, junho e julho de 2020 até agosto, outubro e dezembro de 2020.

No terceiro trimestre de 2020, além de manter sólidos resultados operacionais com cianetos de sódio e chapas acrílicas, retomamos as operações de nossa unidade de acrilonitrila, a única planta que ainda estava ociosa como parte de nosso plano de contingência relacionado à pandemia COVID-19, com um impacto positivo nos volumes de outros produtos que utilizam subprodutos da produção de acrilonitrila como matéria-prima em nosso negócio de acrílicos. Além disso, a retomada da demanda local e a expansão internacional para os principais produtos de estireno resultou em um crescimento substancial na receita líquida e nos resultados para o segmento no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Com isso, conseguimos nos recuperar rapidamente das adversidades resultantes das restrições implementadas no auge da pandemia. Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2020,

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

registramos EBITDA Ajustado consolidado de R$ 582,3 milhões (comparado com R$ 449,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019), o que - juntamente com uma política financeira rigorosa focada na preservação de caixa - resultou em uma geração operacional de caixa positiva de R$ 270,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Assim, conseguimos manter nossa liquidez, com a manutenção de uma posição robusta de caixa e equivalentes de caixa de R$ 624,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 (contra R$ 382,2 milhões em 31 de dezembro de 2019), sem pressão de significativa amortização da dívida no curto e médio prazo.

Desde o início de 2021 temos visto um aumento de casos de COVID-19 em todo o mundo, caracterizado como uma segunda onda da pandemia. Todas as medidas de proteção à saúde dos nossos funcionários foram preservadas e não vimos surtos de contaminação em nossas plantas.

O agravamento da pandemia no Brasil nos meses de março e abril de 2021 não resultou na interrupção das atividades industriais da Unigel, consideradas essenciais pelos governos das regiões em que atuamos. Além disso, não identificamos redução no volume habitual de compras nos principais segmentos de atuação da Companhia, exceção feita apenas ao segmento brasileiro de descartáveis – que compra poliestireno para a fabricação de copos e utensílios descartáveis geralmente utilizados em bares e restaurantes, impactados por novas medidas de isolamento social. Mesmo assim, desde maio de 2020, a Companhia não reduziu sua taxa de ocupação das plantas em função de eventos como este.

No entanto, continuamos atentos e cautelosos em relação à pandemia da COVID-19 relatada em vários países europeus, bem como nos Estados Unidos da América e na América Latina, incluindo Brasil e México, e tomaremos todas as medidas necessárias para salvaguardar a saúde de nossos funcionários, nossas operações industriais e nossos resultados financeiros.

Para mais informações sobre os impactos da COVID-19 em nossas atividades vide fator de risco: "*O surto de doenças transmissíveis no Brasil e/ou no mundo, a exemplo da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em razão da disseminação da COVID-19, provocou e pode continuar provocando um efeito adverso em nossas operações, inclusive podendo paralisar integral ou parcialmente as operações de nossas plantas, os nossos canais de venda e o fornecimento de insumos que utilizamos. A extensão da pandemia da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará nossos negócios depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em nossos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa"* e item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480/09, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa. Dessa forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A administração da Companhia é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária, cujas atribuições estão descritas nos itens abaixo. Adicionalmente, existem os seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: (i) Comitê de Auditoria não Estatutário, (ii) Comitê de Finanças, e (iii) Comitê de Estratégia. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração poderá, ainda, criar outros comitês de assessoramento.

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 07 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, um deverá ser Presidente e outro Vice-Presidente, designados pela Assembleia Geral que eleger o órgão.

Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas pela lei e pelo Estatuto Social:

(i) definir estratégias de negócios, considerando os impactos das atividades da Companhia na sociedade e no meio ambiente, visando a perenidade da Companhia e a criação de valor no longo prazo;

(ii) avaliar periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade e conformidade *(compliance)* e aprovar uma política de gestão de riscos compatível com as estratégias de negócios;

(iii) definir os valores e princípios éticos da Companhia e zelar pela manutenção da transparência da Companhia no relacionamento com todas as partes interessadas;

(iv) rever anualmente o sistema de governança corporativa, visando a aprimorá-lo;

(v) cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social da Companhia e as deliberações da Assembleia Geral;

(vi) rever e aprovar as alterações do Código de Ética e Conduta da Companhia;

(vii) deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou sobre a emissão de ações ou de títulos conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do limite do capital autorizado e a fixação do respectivo preço de emissão;

(viii) deliberar e aprovar sobre transações e quaisquer negócios jurídicos, tais como mas não se limitando a acordos, contratação de empréstimos, financiamentos, emissão de títulos de qualquer natureza, assunção de dívidas, outorga de avais, fianças, constituição de ônus reais e a concessão de garantias de qualquer natureza, pela Companhia e/ou suas subsidiárias e controladas que, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas realizadas em um mesmo período de 12 (doze) meses, importem em obrigação igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), excetuadas as atividades regulares de aquisição de matérias primas e insumos e venda de produtos;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(ix) autorizar a alienação, por qualquer forma, de bens móveis e imóveis do ativo não circulante em montante igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)**,** pela Companhia ou suas subsidiárias e controladas;

(x) eleger e destituir os Diretores da Companhia;

(xi) fixar as atribuições da Diretoria, supletivas das conferidas no Estatuto Social da Companhia;

(xii) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia;

(xiii) solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vista de celebração e de quaisquer outros atos;

(xiv) deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do Art. 132 da Lei das Sociedades por Ações;

(xv) manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

(xvi) escolher, contratar e destituir os auditores independentes;

(xvii) estabelecer a remuneração individual dos administradores, quando a Assembleia Geral a tiver fixado globalmente, bem como aprovar plano de cargos e salários da Companhia, observado as demais disposições do Estatuto Social;

(xviii) submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como examinar e deliberar sobre os balanços semestrais, ou sobre balanços levantados em períodos menores, e o pagamento de dividendos decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

(xix) submeter à Assembleia Geral propostas objetivando o aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações e reforma do Estatuto Social;

(xx) apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação da Companhia e de incorporação, pela Companhia, de outras sociedades, bem como autorizar a constituição, dissolução ou liquidação de subsidiárias ou controladas instaladas no País ou no exterior;

(xxi) autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias pela Companhia ou suas subsidiárias e controladas, bem como autorizar a constituição de *joint ventures* ou realização de alianças estratégicas com terceiros;

(xxii) deliberar sobre a emissão pública ou privada de *bonds*, debêntures não conversíveis em ações, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;

(xxiii) aprovar a implementação e alocação de planos de outorga de opções de compra de ações (*stock option*) ou instrumentos similares já aprovados pela Assembleia Geral que envolvam a emissão de ações da Companhia ou das subsidiárias da Companhia a qualquer administrador ou empregado da Companhia, desde que dentro do limite aprovado pela Assembleia Geral;

(xxiv) manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: **(i)** a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; **(ii)** os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; **(iii)** as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; **(iv)** outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(xxv) aprovar a saída da Companhia do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações de sua emissão sejam negociadas;

(xxvi) aprovar as políticas e regimentos obrigatórios nos termos das normas editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável;

(xxvii) definir a política de expansão dos negócios da Companhia, diante da situação financeira e perspectivas de rentabilidade;

(xxviii) aprovar negociações e contratos que não façam parte do andamento normal das atividades da Companhia, bem como aprovar a celebração de negócios ou contratos com administradores, acionistas ou partes relacionadas, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia em valores superiores a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(xxix) aprovar o plano anual de negócios e previsão orçamentária da Companhia e subsidiárias, incluindo estimativa de aquisição de matérias-primas e outros insumos;

(xxx) aprovar o orçamento do comitê de auditoria da Companhia, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos, nos termos do Parágrafo Primeiro abaixo;

(xxxi) aprovar as atribuições da área de auditoria interna; e

(xxxii) deliberar e aprovar projetos e operações que lhe sejam submetidos pela Diretoria e que estejam em linha com os negócios da Companhia.

Ainda, de acordo com o regimento interno do Conselho de Administração, é dever de todo Conselheiro, além daqueles que a lei, a regulamentação aplicável e o Estatuto Social lhe impuserem:

(i) Adotar, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba, costuma empregar na administração de seus próprios negócios;

(ii) Comparecer às reuniões do Conselho previamente preparado, com o exame dos documentos postos à disposição e delas participar ativa e diligentemente;

(iii) Inteirar-se das análises e deliberações havidas em reuniões a que não tenha ocasionalmente comparecido;

(iv) Manter sigilo sobre toda e qualquer informação da Companhia a que tiver acesso em razão do exercício do cargo, bem como exigir o mesmo tratamento sigiloso dos profissionais que lhe prestem assessoria, utilizando-a somente para o exercício de suas funções de Conselheiro, sob pena de responder pelo ato que contribuir para sua indevida divulgação;

(v) Declarar, previamente à deliberação, que, por qualquer motivo, tem interesse particular ou conflitante com o da Companhia quanto à determinada matéria submetida à sua apreciação, abstendo-se de sua discussão e voto;

(vi) Assinar os Termos de Posse a que se refere o Regulamento do Novo Mercado, bem como prestar todas as declarações exigidas pela legislação e/ou solicitadas pela Companhia;

(vii) Participar dos comitês para os quais for indicado;

(viii) Abster-se de praticar ou intervir, isoladamente ou em conjunto com terceiros, em quaisquer negócios com a Companhia, as suas controladas e coligadas, seus acionistas controladores e ainda entre a Companhia e suas controladas e coligadas dos administradores e dos acionistas controladores, assim como outras sociedades que, com qualquer dessas pessoas, integre o mesmo grupo de fato ou de direito, salvo mediante aprovação prévia e específica do Conselho;

(ix) Informar ao Conselho quaisquer outros conselhos (de administração, fiscal e consultivo) de que faça parte, além de sua atividade principal, bem como comunicar de imediato qualquer alteração significativa nessas posições; e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(x) Zelar pela adoção das boas práticas de governança corporativa pela Companhia.

Comitê de Auditoria

A Companhia possui um Comitê de Auditoria composto por, no mínimo, 3 (três) membros, indicados pelo Conselho de Administração, sendo: (a) ao menos, 1 (um) membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e (b) ao menos 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular as características referidas em (a) e (b), observado que nenhum dos membros poderá ser controlador da companhia, nem diretor da companhia, de seu acionista controlador, direto ou indireto, ou de sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum, e tampouco possuir qualquer vínculo de subordinação com as pessoas anteriormente mencionadas.

Os membros do Comitê de Auditoria, os quais são eleitos pelo Conselho de Administração, possuem mandatos unificados de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

De acordo com o regimento interno do Comitê de Auditoria, compete ao Comitê, entre outras matérias:

a) estabelecer as regras operacionais e plano de trabalho para seu funcionamento e submetê-las, bem como as respectivas alterações, à aprovação do Conselho de Administração;

b) supervisionar as atividades dos auditores independentes e avaliar a sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;

c) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;

d) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;

e) acompanhar as atividades da Área de Auditoria Interna e da área de controles da Companhia;

f) avaliar e monitorar, em última instância, as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, definindo os parâmetros necessários de monitoramento da Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia;

g) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse.

h) aprovar, em primeira avaliação, o plano e orçamento da área de Auditoria Interna para o ano.

i) acompanhar o devido processo do Canal Aberto, avaliando se está ocorrendo conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;

j) acompanhar os casos em análise sobre o descumprimento de normas internas da Companhia, com orientações acerca das sanções aplicáveis.

k) avaliar o cumprimento, pela Diretoria Executiva, das recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria e pelos auditores independentes ou internos;

l) avaliar relatórios destinados ao Conselho de Administração que tratem dos sistemas de controle interno;

m) avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelas entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas pela Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

n) comunicar ao Conselho de Administração a existência ou as evidências de erro ou fraude representadas por:

- inobservância de normas legais e regulamentares que coloquem em risco a continuidade da Companhia;
- fraudes de qualquer valor perpetradas por dirigentes estatutários da Companhia;
- fraudes relevantes perpetradas por funcionários da Companhia ou terceiros;
- erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

o) avaliar e monitorar a adequação das transações com partes relacionadas com a Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse e diretrizes definidas pelo Conselho de Administração

p) avaliar a adequação das metas e indicadores do planejamento estratégico proposto, bem como acompanhar o seu desempenho.

q) Elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras com a descrição das atividades do Comitê de Auditoria, resultados, conclusões alcançadas e recomendações feitas.

Comitê de Finanças

O Comitê de Finanças será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo certo que todos os membros eleitos terão mandatos unificados de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Compete ao Comitê de Finanças, dentre outras matérias:

a) assessorar o Conselho de Administração nos assuntos de sua competência e em solicitações específicas deste órgão;

b) elaborar um plano anual e um cronograma de atividades e aprová-los na sua primeira reunião do ano em exercício;

c) auxiliar o Conselho de Administração e a Diretoria na análise dos potenciais reflexos da conjuntura econômica brasileira e mundial na posição financeira da Companhia, bem como na discussão de cenários e tendências, na avaliação de oportunidades e riscos;

d) analisar, anualmente, a proposta de seguro patrimonial e outras formas de seguro que cubram o patrimônio e demais interesses da Companhia, avaliando sua aderência às políticas em vigor;

e) avaliar e acompanhar o fluxo de caixa e a execução orçamentária;

f) avaliar e acompanhar a política de endividamento, definição de *covenants* contratuais e concessão de garantias;

g) avaliar e acompanhar a viabilidade econômico/financeira dos planos, políticas e programas de investimentos;

h) avaliar a estrutura e os trabalhos da auditoria interna, elaborando, quando necessário, propostas de aprimoramento;

i) acompanhar e a avaliar os riscos corporativos e de mercado da Empresa, os instrumentos e estrutura existentes para mitigá-los e a sua efetividade, incluindo o ambiente de controles internos e a atuação dos gestores para o seu funcionamento;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

j) avaliar a posição financeira e a estrutura de capital da Companhia na definição da política de aplicações financeiras e de investimentos;

k) emitir opinião sobre a alienação relevante de ativos da Companhia;

l) emitir opinião sobre a aprovação de atos, contratos e operações relevantes para a Companhia; e

m) acompanhar e avaliar as transações e negócios com partes relacionadas.

Comitê de Estratégia

O Comitê de Estratégia será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo certo que todos os membros eleitos terão mandatos unificados de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Compete ao Comitê de Estratégia, dentre outras matérias:

a) assessorar o Conselho de Administração nos assuntos de sua competência e em solicitações específicas deste órgão;

b) elaborar um plano anual e um cronograma de atividades e aprová-los na primeira reunião do Comitê do ano em exercício;

c) auxiliar o Conselho de Administração no planejamento e na formulação da estratégia, bem como no acompanhamento e avaliação dos planos de longo prazo, analisando assuntos relacionados ao modelo de negócios, estratégias futuras, novos negócios e ações da concorrência;

d) monitorar a execução e a implementação do Plano Estratégico e, mediante mudanças relevantes dos cenários ou circunstâncias, recomendar ajustes ou alterações;

e) revisar os projetos de investimento relevantes apresentados pela Diretoria;

f) revisar os projetos de M&A, joint-ventures e venda de operações;

g) identificar temas críticos e boas práticas para questões socioambientais da Companhia e de empresas no setor.

Conselho Fiscal

A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, conforme previsto em lei.

O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida à reeleição, em caso de reinstalação. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e indicará um deles para o cargo de Presidente do Conselho Fiscal, bem como estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

Até a data do presente Formulário de Referência, a Companhia não teve seu Conselho Fiscal instalado.

O Conselho de Administração e os Comitês da Companhia possuem regimentos internos próprios os quais foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto de 2021. Todos os referidos regimentos estão disponíveis para consulta no site da Companhia (invest.unigel.com.br).

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Companhia possui um comitê de auditoria não estatutário, em observância às regras do Novo Mercado, cujas atribuições estão descritas no item "i" acima.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Embora a Companhia não possua uma política formalizada de contratação de serviços extra-auditoria com o auditor independente, é responsabilidade do Conselho de Administração escolher e destituir auditores independentes, bem como convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários. O Conselho de Administração deve assegurar que as demonstrações financeiras sejam auditadas por auditor independente com qualificação e experiência apropriada, instrumento fundamental para a confiabilidade desses dados. Adicionalmente, cabe também ao Comitê de Auditoria a avaliação do trabalho da auditoria independente, nos termos do seu regimento e cujas atribuições encontram-se dispostas no item "i" acima.

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Diretoria

A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 09 (nove) membros, acionistas ou não, residentes e domiciliados no País, sendo 01 (um) Diretor-Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor de Relações com Investidores, 01 (um) Diretor de Relações Governamentais, 01 (um) Diretor Jurídico, 01 (um) Diretor de Recursos Humanos, 01 (um) Diretor de Controladoria e (01) Diretor de Tecnologia da Informação, sendo que os demais membros eleitos, até o limite máximo estabelecido, serão designados como "Diretores Estatutários sem designação específica", de forma que todos terão mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, bem como os planos de negócios, orçamentos operacionais e previsão orçamentária aprovados pelos acionistas. Compete-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

(i) cumprir e fazer cumprir do Estatuto Social, as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e os Acordos de Acionistas, se houver, arquivados na sede da Companhia;

(ii) organizar a estrutura administrativa da Companhia;

(iii) preparar os planos de negócios e orçamentos anuais da Companhia, bem como o relatório anual das atividades, das contas e das demonstrações financeiras e submetê-los à Assembleia Geral;

(iv) preparar os relatórios a serem entregues aos acionistas, ou que sejam exigidos pelo Conselho de Administração ou por órgãos fiscais ou outras autoridades e órgãos governamentais;

(v) analisar, elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de expansão da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(vi) implementar e manter mecanismos, processos e programas eficazes de monitoramento e divulgação do desempenho financeiro e operacional e dos impactos das atividades da Companhia na sociedade e no meio ambiente;

(vii) deliberar sobre a abertura e manutenção de filiais, armazéns, lojas, escritórios ou outras instalações;

(viii) praticar todos os atos de comércio e de obtenção e concessão de crédito, como comprar, vender, dar em penhor e caucionar bens móveis, veículos, mercadorias e títulos, assinando os respectivos termos e documentos;

(ix) alienar, onerar e adquirir bens imóveis, assinando os respectivos contratos e escrituras públicas, com valores inferiores a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);

(x) contrair empréstimos e assumir obrigações, emitir, aceitar e endossar cambiais, notas promissórias e duplicatas, conceder avais e fianças, sacar e aceitar letras de câmbio, emitir, sacar e endossar cheques, borderôs e ordens de pagamento, confessar dívidas, movimentar contas bancárias, podendo requisitar e retirar talões de cheques; receber valores e dar quitação, disputar, renunciar ou transigir direito, firmar compromissos, acordos de qualquer natureza, contratos e outros documentos assemelhados que envolvam responsabilidade social, em nome da Companhia e de suas coligadas, controladas e subsidiárias, em valores inferiores a **R**$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), de acordo com as atividades regulares da Companhia;

(xi) representar a Companhia em todos os atos necessários perante todas as repartições públicas federais, estaduais e municipais, suas delegacias e postos fiscais, bem como junto a autarquias, inclusive Instituto Nacional de Seguridade Social ("INSS"), Secretaria da Receita Federal, Secretarias das Fazendas dos Estados, Delegacia Regional do Trabalho e Departamento de Trânsito;

(xii) admitir, demitir e transferir funcionários, assinar suas carteiras de trabalho, contratos, termos de rescisão e demais documentos decorrentes da legislação do trabalho e da seguridade social;

(xiii) constituir em nome da Companhia Procuradores *"ad negotia"* e *"ad judicia",* determinando poderes e prazos de vigência do instrumento de mandato;

(xiv) representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações; e

(xv) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria.

A Diretoria da Companhia possui regimento interno próprio aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de agosto de 2021. O regimento poderá ser consultado no site da Companhia (invest.unigel.com.br).

Diretor Presidente:

Compete ao Diretor Presidente:

(i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades da Diretoria;

(ii) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(iii) coordenar a elaboração e submeter à aprovação do Conselho de Administração: (a) dos planos de cargos e salários; (b) dos planos de trabalho; (c) dos orçamentos anuais; (d) dos planos de investimento; (e) do plano de metas da Companhia e seu respectivo orçamento; (f) políticas e internas da Companhia; (g) dos novos programas de expansão da Companhia e de suas empresas controladas, promovendo a execução destes nos termos aprovados;

(iv) executar as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, com base na orientação do Conselho de Administração;

(v) estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais Diretores;

(vi) supervisionar a elaboração dos relatórios de atividades da Companhia, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração e dos acionistas, em conjunto com o Diretor Financeiro;

(vii) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;

(viii) manter atualizado o registro, formulários, cadastros e demais documentações societárias da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável dos órgãos governamentais e/ou reguladores; e

(ix) promover a melhoria das políticas de responsabilidade social e de sustentabilidade da Companhia.

Diretor Vice-Presidente

Compete ao Diretor Vice-Presidente:

(i) substituir o Diretor-Presidente sempre que demandado para tanto;

(ii) cumprir com o disposto no Estatuto Social da Companhia e outras atividades que lhe sejam incumbidas pelo Conselho de Administração; e

(iii) executar as atividades de responsabilidade deste que lhe forem delegadas.

Diretor Financeiro

Compete ao Diretor Financeiro:

(i) planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia e suas controladas;

(ii) coordenar a avaliação e implementação de oportunidades de investimentos e operações, incluindo financiamentos, realizando estudos de viabilidade de investimentos em novos negócios e submetê-los à aprovação do Conselho de Administração;

(iii) negociar com instituições financeiras, visando captar recursos ao menor custo possível, ou obter as melhores taxas de remuneração para as aplicações financeiras e menor custo das tarifas bancárias;

(iv) administrar e aplicar os recursos financeiros, a receita operacional e não operacional da Companhia;

(v) zelar pela movimentação das contas correntes bancárias e das aplicações financeiras, observando os planos aprovados pela Diretoria;

(vi) responder pelo controle e gestão orçamentária da Companhia, acompanhando indicadores e analisando relatórios para consolidação do orçamento, visando garantir o alcance das metas de orçamento e prover informações gerenciais de qualidade;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(vii) responder pelo controle do fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos, visando maximizar o resultado financeiro, dentro dos níveis de risco previamente estabelecidos pela Companhia;

(viii) assegurar a correta gestão dos recursos financeiros da Companhia, assim como a relação entre ativos e passivos, através da análise do risco de variação do custo do passivo, a fim de garantir a saúde financeira da Companhia;

(ix) gerir os resultados das diversas áreas da Companhia e de suas controladas;

(x) preparar o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, responsabilizando-se pelo seu conteúdo e submetendo-os à aprovação do Conselho de Administração e dos acionistas, em conjunto com o Diretor-Presidente;

(xi) gerenciar as áreas de tesouraria da Companhia, supervisionando os procedimentos de gestão e exigências legais no que se refere aos registros contábeis, visando assegurar a disponibilidade de informações contábeis e gerenciais fidedignas para dar adequado suporte ao processo decisório em todas as áreas;

(xii) assegurar a eficiência no controle do pagamento de tributos e supervisão dos procedimentos;

(xiii) coordenar a relação da Companhia com instituições financeiras, de crédito e seguradoras;

(xiv) manter os ativos da Companhia devidamente segurados; e

(xv) manter o planejamento e controle financeiro e tributário da Companhia.

Diretor de Relações com Investidores

Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

(i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

(ii) prestar informações ao público investidor, à CVM e B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de *rating* quando aplicável e aos demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;

(iii) manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3; e

(iv) representar a Companhia perante acionistas, investidores, clientes, imprensa, terceiros e órgãos legais empresariais, resguardando os interesses da Companhia e zelando pela sua imagem.

Diretor de Relações Governamentais

Compete ao Diretor de Relações Governamentais :

(i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações governamentais, bem como representar a Companhia perante órgãos e entidades pertencentes aos entes Federais, Estaduais e Municipais;

(ii) representar a Companhia perante a comunidade e esferas públicas, como Poderes Executivo e Legislativo, ONGs, sindicatos e associações; e

(iii) Acompanhar as mudanças legislativas que se relacionem às atividades desempenhadas pela Companhia.

Diretor Jurídico

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete ao Diretor Jurídico:

(i) formular, coordenar e executar ações e procedimentos jurídicos corporativos da Companhia e controladas;

(ii) acompanhar as matérias relacionadas às normas aplicáveis à companhia aberta;

(iii) coordenar e supervisionar os aspectos jurídicos dos contratos e/ou negócios estratégicos das unidades de negócios da Companhia e controladas;

(iv) acompanhar na condição de secretário as reuniões do Conselho de Administração da Companhia, salvo quando o Conselho de Administração dispuser de maneira diferente;

(v) coordenar, planejar e supervisionar os aspectos jurídicos dos projetos corporativos, estruturas de governança corporativa e operações societárias; e

(vi) Avaliar e dar parecer sobre questões de *compliance* que lhe sejam submetidas, bem como participar de grupos e ou comitês relacionados aos temas de *compliance* e governança corporativa.

Diretor de Recursos Humanos

Compete ao Diretor de Recursos Humanos:

(i) definir as escalas de trabalho dos colaboradores;

(ii) definir os requisitos de seleção e recrutamento de colaboradores;

(iii) apurar e pagar os salários e benefícios dos colaboradores e dos encargos sociais;

(iv) coordenar as relações com os sindicatos que representam os colaboradores e a Companhia;

(v) promover o bem estar dos colaboradores, buscando atendê-los de acordo com as melhores práticas do mercado, respeitando os interesses da Companhia, bem como as estratégias de negócio traçadas; e

(vi) apoiar as demais áreas com as grades de treinamentos e avaliação dos colaboradores.

Diretor de Controladoria

Compete ao Diretor de Controladoria:

(i) planejar, definir, coordenar e controlar as operações, atividades e projetos de contabilidade da Companhia, incluindo a preparação das demonstrações financeiras, o atendimento a auditoria externa e interna, a gestão de tributos e das obrigações fiscais em atendimento as determinações legais;

(ii) planejar, definir, coordenar e controlar as operações, atividades e projetos da controladoria da Companhia, incluindo a preparação do orçamento anual, seu acompanhamento e suas revisões periódicas, preparação do orçamento de capital e a análise de resultados; e

(iii) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente e Vice-Presidente.

Diretor de Tecnologia da Informação

Compete ao Diretor de Tecnologia da Informação:

(i) analisar soluções de tecnologia da informação para controle e aperfeiçoamento dos negócios da Companhia, buscando o aprimoramento das ferramentas tecnológicas existentes, bem como novas soluções disponíveis no mercado, de acordo com o plano de expansão e estratégias determinados pela Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(ii) coordenar as atividades relacionada a sistemas, infraestrutura, suporte e telecomunicações.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

O Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente e, até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal ainda não havia sido instalado. Adicionalmente, a Companhia possui regimento interno do Conselho Fiscal, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10 de agosto de 2021. O regimento interno do Conselho Fiscal poderá ser consultado no site da Companhia (invest.unigel.com.br).

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo

i. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Conselho de Administração:

Com o objetivo de aprimorar continuamente a sua efetividade, auxiliando os próprios Conselheiros a analisarem suas contribuições bem como estabelecer planos de ação para o constante aperfeiçoamento do órgão, o Conselho de Administração realizará, no mínimo a cada 1 (um) ano, a avaliação formal do desempenho do próprio conselho, como órgão colegiado, de cada um de seus membros, individualmente.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o Conselheiro que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Presidente do Conselho. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

Comitês de Assessoramento:

Os Comitês deverão realizar, no mínimo a cada 1 (um) ano, a sua autoavaliação e seu processo de funcionamento e a avaliação individual de seus membros.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, o membro do Comitê que estiver na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões ordinárias desde a última avaliação.

O processo de avaliação é de responsabilidade do Coordenador do respectivo Comitê.

Diretoria:

A Diretoria realizará, no mínimo a cada 1 (um) ano, a avaliação formal do desempenho da própria Diretoria e de cada um dos Diretores, individualmente.

Estará elegível para participar do processo de avaliação, como avaliador ou avaliado, os Diretores que estiverem na função por, pelo menos, 2 (duas) reuniões desde a última avaliação.

A condução do processo de avaliação é de responsabilidade do Conselho de Administração. É facultativa a utilização de assessoria externa especializada.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

O processo de avaliação é estruturado levando em consideração as características e responsabilidades específicas do Conselho de Administração, de seus membros, cada um dos comitês de assessoramento e da Diretoria, buscando alcançar um alto nível de especialização durante a avaliação.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Os principais critérios utilizados na avaliação são:

(i) assiduidade no exame e no debate das matérias discutidas;

(ii) a contribuição ativa no procedimento decisório; e

(iii) o comprometimento com o exercício das suas funções.

iii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e

Conselho de Administração

Os resultados consolidados do Conselho são divulgados para todos os membros do órgão.

Os resultados das avaliações individuais dos Conselheiros serão disponibilizados à pessoa em questão e ao Presidente do Conselho.

Os resultados das avaliações do Presidente do Conselho serão também disponibilizados a todos os Conselheiros.

Os resultados das avaliações de cada Conselheiro e do Presidente do Conselho serão discutidos em sessões de *feedback* individuais.

Comitês de Assessoramento:

Os resultados consolidados das avaliações serão disponibilizados a todos os membros do Comitê e do Conselho de Administração. Os resultados das avaliações individuais serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Coordenador e ao Presidente do Conselho de Administração.

Diretoria:

Os resultados consolidados das avaliações da Diretoria serão divulgados a todos os membros da Diretoria e do Conselho de Administração.

Os resultados das avaliações individuais dos Diretores serão disponibilizados à pessoa em questão, ao Diretor Presidente e ao Presidente do Conselho de Administração.

Os resultados das avaliações do Diretor Presidente serão também disponibilizados a todos os Diretores e membros do Conselho de Administração.

Os resultados das avaliações de cada Diretor serão discutidos em sessões de feedback individuais.

Para todos os órgãos:

Os resultados são utilizados para identificar pontos fortes e os que devem ser melhorados por cada órgão e seus respectivos membros.

Uma vez identificados tais pontos, a Companhia é capaz de estabelecer planos de ação para o contínuo aperfeiçoamento dos órgãos, comitês e membros da Administração da Companhia. Os planos de ação compreendem, por exemplo, a definição de metas para o ano subsequente.

iv. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho da Diretoria, do Conselho de Administração e dos comitês que a ele se reportam, no entanto, nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente a Companhia não contratou tais serviços.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(a) Prazos de convocação

A Companhia não adota prática diferenciada quanto aos prazos de convocação em relação ao previsto na legislação societária, devendo ser observado o procedimento disposto na Lei das Sociedades por Ações, conforme esteja em vigor no momento da convocação.

(b) Competências

Sem prejuízo das demais disposições normativas aplicáveis, compete exclusivamente à Assembleia Geral:

(i) alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições do Estatuto;

(ii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações, observado que não serão bonificadas as ações que eventualmente estiverem em tesouraria;

(iii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração, bem como definir seu número de cargos dentro do estabelecido no Estatuto Social, e, quando houver, do Conselho Fiscal;

(iv) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;

(v) autorizar a emissão de valores mobiliários, bônus, debêntures e outros títulos conversíveis em ações, em valor superior ao capital autorizado da Companhia;

(vi) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;

(vii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

(viii) fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que, caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;

(ix) dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações ("OPA") para saída do Novo Mercado;

(x) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação (inclusive incorporação de ações) e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e julgar-lhes as contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;

(xi) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia; e

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

(xii) aprovar planos de opções de ações (*stock option*) ou instrumentos similares que envolvam a emissão de ações de emissão da Companhia ou das subsidiárias, ou utilização de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou das subsidiárias.

(c) Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Endereço Eletrônico: invest.unigel.com.br.

Endereço Físico: Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar.

(d) Identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota um mecanismo específico para identificar conflitos de interesse nas assembleias gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira. Em todo caso, a Companhia observa os procedimentos previstos na legislação e regulamentação aplicável no que se refere ao controle de transações com partes relacionadas, inclusive, possui uma política formalizada específica para a realização de transações com partes relacionadas, a qual está descrita em maiores detalhes no item 16.1 deste Formulário de Referência.

(e) Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador, acionista, administrador da Companhia, advogado, instituição financeira ou administrador de fundo de investimento que represente os condôminos, nos termos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

(f) Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A qualidade de acionista deve ser comprovada mediante exibição de documentos hábeis previstos na lei. Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de um ano e que, também, seja acionista da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos que represente os condôminos.

A Companhia admite procurações outorgadas por meio eletrônico desde que na data da Assembleia sejam apresentados os documentos originais. Não há prazo prévio para depósito do instrumento de mandato.

A Companhia não possui nenhuma outra regra, política ou prática para a aceitação de procurações de acionistas, além do disposto na legislação aplicável.

(g) Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização e consularização

À luz da Instrução CVM nº 561, de 7 de abril de 2015, conforme alterada, a Companhia adotará a possibilidade do seu acionista exercer o direito de voto à distância a partir da concessão de seu registro, pela CVM, como companhia aberta na categoria "A".

Segundo o Art. 21-B da Instrução CVM 481, o boletim de voto à distância será recebido até 7 (sete) dias antes da assembleia. Os boletins recebidos após a data estabelecida serão desconsiderados pela Companhia.

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento do boletim de voto à distância, se os documentos recebidos são suficientes ou não para

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

que o voto seja considerado válido. Não serão exigidos reconhecimento de firma, notarização ou consularização.

(h) Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia não disponibiliza sistema eletrônico de recebimento de voto a distância ou de participação a distância próprio, porém utilizará as prerrogativas da Instrução CVM 561 para viabilizar o processo de voto a distância.

(i) Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

Conforme previsto no art. 21-L da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481"), acionistas que representem os percentuais mínimos estabelecidos nos Anexos 21-L-I e 21-L-II da ICVM 481 poderão solicitar, respectivamente, a inclusão no boletim de voto a distância de (i) candidatos ao conselho de administração e ao conselho fiscal da Companhia, sempre que convocada assembleia geral para sua eleição sujeita ao procedimento de voto a distância, conforme §1º do art. 21-A, ou (ii) propostas de deliberação para as assembleias gerais ordinárias da Companhia.

As solicitações de inclusão descritas acima deverão ser recebidas pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia (a) na hipótese (i) acima, de inclusão de candidatos ao Conselho de Administração ou Conselho Fiscal, (a.i) em sendo Assembleia Geral Ordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data prevista para sua realização, conforme divulgada no Calendário de Eventos Corporativos da Companhia; ou (a.ii) em sendo Assembleia Geral Extraordinária, entre o 1° (primeiro) dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação da referida Assembleia Geral e até 25 (vinte e cinco) dias antes da data de realização da Assembleia Geral; e (b) na hipótese (ii) acima, de inclusão de propostas de deliberação em Assembleia Geral Ordinária, entre o 1º (primeiro) dia útil do exercício social em que se realizará a Assembleia Geral Ordinária e até 45 (quarenta e cinco) dias antes da data de sua realização.

Toda e qualquer solicitação de inclusão de propostas ou candidatos no boletim de voto a distância, conforme descritas acima, deverão observar os requisitos legais aplicáveis, bem como o disposto nos artigos 21-L e 21-M da ICVM 481 e deverão ser enviadas aos seguintes endereços, físicos e eletrônicos:

Endereço Eletrônico: invest.unigel.com.br.

Endereço Físico: Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar.

(j) Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns ou páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações, além das instruções disponibilizadas acima, necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância para as Assembleias Gerais da Companhia.

A Companhia mantém uma área de relações com investidores dedicada ao esclarecimento de dúvidas dos seus acionistas e mercado em geral, inclusive de questões relacionadas às assembleias. O contato pode ser feito pelo e-mail ri@unigel.com.br.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(a) Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

O Conselho de Administração reunir-se-á de forma ordinária preferencialmente uma vez ao mês e no mínimo 10 (dez) vezes ao ano, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo (i) pelo Presidente ou Vice-Presidente do Conselho de Administração, (ii) por 03 (três) conselheiros, no mínimo, ou (iii) por solicitação da Diretoria, aprovada em reunião desta.

As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas, mediante aviso escrito, admitido meio eletrônico, enviado com antecedência de 05 (cinco) dias para a primeira convocação e 03 (três) dias para a segunda convocação, contendo a pauta das matérias a serem tratadas, podendo, entretanto, ser dispensada a convocação se presentes todos os seus membros. Ficam ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho.

As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia, mas serão também admitidas reuniões (i) em quaisquer filiais da Companhia, desde que previamente comunicado no aviso de convocação e/ou (ii) por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios similares de comunicação.

No último exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração reuniu-se 23 vezes, sendo 13 reuniões ordinárias e 10 reuniões extraordinárias.

(b) Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não aplicável, haja vista que não há Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, conforme item 15.5 deste Formulário de Referência.

(c) Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia observa os procedimentos previstos na legislação e regulamentação aplicável no que se refere ao controle de transações com partes relacionadas, inclusive, possui uma política formalizada específica para a realização de transações com partes relacionadas, a qual está descrita em maiores detalhes no item 16.1 deste Formulário de Referência.

(d) se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma Política de Indicação e Remuneração dos membros de sua administração ("Política"), a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração, realizada em 10 de agosto de 2021. A Política pode ser consultada no site de relações com investidores da Companhia (invest.unigel.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

De acordo com a Política de Indicação e Remuneração, a indicação de membros do Conselho de Administração da Companhia deverá obedecer aos seguintes critérios, além dos requisitos legais, regulamentares, e daqueles expressos no Estatuto Social da Companhia:

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

(i) alinhamento e comprometimento com os valores e à cultura da Companhia e seu Código de Conduta;

(ii) reputação ilibada;

(iii) formação acadêmica compatível com as atribuições dos membros do Conselho de Administração, conforme descritas no Estatuto Social;

(iv) experiência profissional em temas diversificados;

(v) estar isento de conflito de interesse com a Companhia; e

(vi) disponibilidade de tempo para dedicar-se adequadamente à função e responsabilidade assumida, que vai além da presença nas reuniões do conselho e da leitura prévia da documentação.

A indicação dos membros para composição do Conselho de Administração poderá ser feita pela administração ou por qualquer acionista da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

O acionista que desejar indicar candidatos para o Conselho de Administração poderá notificar a Companhia por escrito informando o nome completo e qualificação dos candidatos em até 30 (trinta) dias antes da realização da Assembleia Geral que elegerá o novo Conselho de Administração da Companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, Administradores e, se houver, os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Roberto Noronha Santos	01/10/1954	Pertence apenas à Diretoria	10/08/2021	3 anos	2
838.562.428-72	engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	10/08/2021	Sim	0.00%
Daniel Zilberknop	22/01/1966	Pertence apenas à Diretoria	10/08/2021	3 anos	8
458.955.970-68	administrador	10 - Diretor Presidente / Superintendente	10/08/2021	Sim	0.00%
Daniel Scarmeloti da Fonseca	28/08/1975	Pertence apenas à Diretoria	10/08/2021	3 anos	3
250.471.238-39	contador	19 - Outros Diretores	10/08/2021	Sim	0.00%
Murilo Cruz Garcia	04/03/1977	Pertence apenas à Diretoria	10/08/2021	3 anos	2
174.129.288-30	Advogado	19 - Outros Diretores	10/08/2021	Sim	0.00%
Luiz Felipe Setten Fustaino	25/06/1988	Pertence apenas à Diretoria	10/08/2021	3 anos	1
310.253.838-00	Economista	12 - Diretor de Relações com Investidores	10/08/2021	Sim	0.00%
Henri Armand Slezynger	26/04/1936	Pertence apenas ao Conselho de Administração	10/08/2021	2 anos	1
003.076.538-20	Engenheiro Químico	20 - Presidente do Conselho de Administração	10/08/2021	Sim	100.00%
Marc Buckingham Szlezynger	28/03/1969	Pertence apenas ao Conselho de Administração	10/08/2021	2	1
136.707.478-93	Químico	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	10/08/2021	Sim	100.00%
Marcello de Simone	03/05/1961	Pertence apenas ao Conselho de Administração	10/08/2021	2 anos	1

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
795.413.307-97	Engenheiro Civil	29 - Outros Conselheiros Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	10/08/2021	Sim	100.00%
José Borges Matias	08/01/1960	Pertence apenas ao Conselho de Administração	10/08/2021	2 anos	1
006.020.678-04	engenheiro mecânico	29 - Outros Conselheiros Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	10/08/2021	Sim	100.00%
Weber Ferreira Porto	12/08/1956	Pertence apenas ao Conselho de Administração	10/08/2021	2 anos	1
025.341.608-69	engenheiro	29 - Outros Conselheiros Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	10/08/2021	Sim	100.00%

703

Experiência profissional / Critérios de Independência

Roberto Noronha Santos - 838.562.428-72

O Sr. Noronha Santos ingressou na Unigel em 2018 e é o nosso Diretor-Presidente desde outubro de 2018. O Sr. Noronha Santos tem mais de 35 anos de experiência no setor químico. Antes do seu cargo atual na Unigel ele trabalhou para The Dow Chemical Company exercendo várias funções de liderança local e global. Ele também trabalhou para a Unigel de 2004 a 2016 como Diretor Operacional e de 2017 a 2018 na SABIC como líder regional. Ele é bacharel em engenharia mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), bacharel em direito pela Universidade de São Paulo (USP), pós graduado em finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e bacharel em administração avançada pelo INSEAD. O Sr. Roberto não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Daniel Zilberknop - 458.955.970-68

O Sr. Zilberknop ingressou na Unigel em 2002 e é o nosso Diretor Financeiro desde 2011. O Sr. Zilberknop tem mais de 20 anos de experiência em administração financeira. Ele já teve vários cargos no nosso grupo, atuando como controlador e diretor financeiro da Polo em 2002, diretor financeiro da Unigel em São Paulo em 2005 e gerente geral da Unigel México em 2011. Ele é formado em administração de empresas pela Universidade Católica de Pelotas e é pós-graduado em finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ele também tem um MBA da Massachusetts Institute of Technology (MIT) e um MBA executivo da Fundação Dom Cabral. O Sr. Daniel não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Daniel Scarmeloti da Fonseca - 250.471.238-39

O Sr. Fonseca ingressou na Unigel em 2015 como Controlador e Diretor de Planejamento Financeiro. Antes de ingressar na Unigel, ele trabalhou para o Grupo Brasfanta como Controlador Corporativo e por 17 anos para a PricewaterhouseCoopers Brasil como gerente de auditoria sênior, passando por várias áreas. Ele também trabalhou para Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e Banco Bradesco. O Sr. Fonseca é formado em contabilidade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no Brasil, e tem um MBA executivo pela Brazilian Business School (BBS), no Brasil. Ele também tem um certificado IFRS da Association of Chartered Certified Accountants (ACCA). O Sr. Daniel não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Murilo Cruz Garcia - 174.129.288-30

O Sr. Murilo ingressou na Unigel em 2015 como Diretor Jurídico e em 2019 acumulou a Diretoria de Recursos Humanos. Anteriormente à Unigel, atuou como Gerente Jurídico no Grupo Vicunha durante 8 anos, tendo atuado também no setor automotivo e escritórios de advocacia. O Sr. Murilo é formado em Direito e Pós Graduado em Direito Comercial pelas Faculdade Metropolitanas Unidas (FMU), MBA em Direção de Empresas pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP); LLM em Direito Societário pelo INSPER (IBMEC) e Compliance Certificate pela Fordham Law School. O Sr. Murilo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Luiz Felipe Setten Fustaino - 310.253.838-00

O Sr. Fustaino possui atuação no setor petroquímico e de commodities desde 2010, tendo trabalhado na área de estratégia corporativa da Braskem, bem como na área de relações com investidores da Nexa Resources e Tenda Construtora. Ingressou na Unigel em 2017 como gerente de Relações com Investidores, onde permaneceu até 2018, regressando em 2020, quando foi eleito para o cargo de Diretor de Relações com Investidores em 2020. É formado em comunicação social na Faculdade Cásper Líbero (2009) e em economia pela Universidade de São Paulo (2011), tendo concluído também MBA Executivo em Finanças pelo Insper em 2011, com extensão na Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA Anderson) em 2018. O Sr. Fustaino não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Henri Armand Slezynger - 003.076.538-20

O Sr. Slezynger é o nosso fundador e mantém o controle da Cigel Participações S.A., nosso acionista controlador direto. Ele é o presidente do nosso conselho consultivo desde 2015. Ele também é membro do Conselho de Administração da ABIQUIM, uma associação para a qual ele foi nomeado diretor-presidente pela primeira vez em 1981. Antes de fundar a Unigel, ele ocupou cargos na Pfizer do Brasil, onde trabalhou de 1959 a 1970, e foi vice-presidente do Sindicato de Resindas do Estado de São Paulo, a associação de produtores de resinas no Estado de São Paulo, Brasil. Ele tem um bacharelado e um mestrado em engenharia química pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), e cursos de especialização pela Carnegie Mellon University. O Sr. Slezynger não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Marc Buckingham Szlezynger - 136.707.478-93

O Sr. Slezynger é membro do nosso conselho consultivo desde 2015 e é o vice-presidente do nosso conselho consultivo. Antes disso, ele ocupou cargos executivos na nossa empresa, como gerente de exportações (de 1993 a 1999) e diretor financeiro (de 1999 a 2015). Marc é um empreendedor, e é um acionista de empresas como a Spumapac, uma empresa de embalagens, e a Compostos Plásticos de Engenharia (CPE), uma empresa de compostos termoplásticos. Ele é formado em administração de empresas e química pela Florida Institute of Technology e tem especialização em governança corporativa pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), um instituto brasileiro de governança corporativa. O Sr. Slezynger não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Marcello de Simone - 795.413.307-97

O Sr. De Simone é membro do nosso Conselho de Administração desde junho de 2021. O Sr. De Simone já foi membro do conselho de administração de empresas brasileiras, como Refinaria de Petróleo Riograndense e ConectCar Mobilidade Eletrônica. Antes disso, o Sr. De Simone ocupou cargos de liderança nas empresas Ultrapar, Banco Pactual e Andersen Consulting, entre outras. Ele é formado em engenharia civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e possui MBA executivo pelo PDG-EXEC. Além disso, o Sr. De Simone é Conselheiro Fiscal do Instituto Pró-Saber SP. O Sr. De Simone não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.
Adicionalmente, com base em sua declaração de independência prestada na forma do inciso I do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, seu currículo e seu histórico profissional, o Sr. Marcello é considerado conselheiro independente em observância aos critérios previstos nos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

José Borges Matias - 006.020.678-04

O Sr. Matias ingressou na Unigel em 2019 como membro de nosso Conselho Consultivo. Desde 2018 ele atua como sócio administrador da Mastersenso, empresa de consultoria com sede em São Paulo, Brasil. Antes de ingressar na Unigel, o Sr. Matias atuou como CEO LATAM e como presidente da unidade de negócios da Solvay Group (2014 – 2018). De 2006 a 2011, O Sr. Matias atuou como diretor do Grupo Rhodia, um cargo que ele ocupou até 2013 na Solvay, após a aquisição da Rhodia em 2011. O Sr. Matias é formado em engenharia aeronáutica pelo ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutico) e Mestre em finanças pela USP. O Sr. Matias não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.
Adicionalmente, com base em sua declaração de independência prestada na forma do inciso I do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, seu currículo e seu histórico profissional, o Sr. José é considerado conselheiro independente em observância aos critérios previstos nos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Weber Ferreira Porto - 025.341.608-69

o Sr. Porto possuiu mais de 30 anos de experiência na indústria química. O Sr. Porto ocupou diversos cargos no Grupo Evonik Degussa, um dos maiores grupos globais especializados no setor químico e mais recentemente, foi presidente das operações da América do Sul e Central. O Sr. Porto é formado em engenharia química pela FEI (Faculdade de Engenharia Industrial), tendo assumido efetivamente um acento no Conselho Consultivo da Unigel em 01 de outubro de 2019. O Sr. Porto não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.
Adicionalmente, com base em sua declaração de independência prestada na forma do inciso I do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, seu currículo e seu histórico profissional, o Sr. Weber é considerado conselheiro independente em observância aos critérios previstos nos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Roberto Noronha Santos - 838.562.428-72	
N/A	
Daniel Zilberknop - 458.955.970-68	
N/A	
Daniel Scarmeloti da Fonseca - 250.471.238-39	
N/A	
Murilo Cruz Garcia - 174.129.288-30	
N/A	
Luiz Felipe Setten Fustaino - 310.253.838-00	
N/A	
Henri Armand Slezynger - 003.076.538-20	
N/A	
Marc Buckingham Szlezynger - 136.707.478-93	
N/A	
Marcello de Simone - 795.413.307-97	
N/A	
José Borges Matias - 006.020.678-04	
N/A	
Weber Ferreira Porto - 025.341.608-69	
N/A	

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Anselmo Neves Macedo	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Presidente do Comitê	11/03/1960	10/08/2021	2 anos
033.169.788-28		contador		10/08/2021	0	0.00%
Não Aplicável						
José Borges Matias	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	08/01/1960	10/08/2021	2 anos
006.020.678-04		engenheiro mecânico		10/08/2021	0	100.00%
Membro efetivo do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e do Comitê de Estratégia.						
Weber Ferreira Porto	Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	12/08/1956	10/08/2021	2 anos
025.341.608-69		engenheiro		10/08/2021	0	100.00%
Membro efetivo do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Finanças						
Daniel Zilberknop	Outros Comitês	Comitê de Auditoria Não estatutário	Presidente do Comitê	22/01/1966	10/08/2021	2 anos
458.955.970-68	Comitê de Finanças	administrador		10/08/2021	0	100.00%
Diretor Vice-Presidente e Diretor Financeiro e Coordenador do Comitê de Finanças						
Weber Ferreira Porto	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	12/08/1956	10/08/2021	2 anos
025.341.608-69	Comitê de Finanças	engenheiro		10/08/2021	0	100.00%
Membro efetivo do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Finanças						
Daniel Scarmeloti da Fonseca	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	28/08/1975	10/08/2021	2 anos
250.471.238-39	Comitê de Finanças	contador		10/08/2021	0	100.00%
Diretor de Controladoria e Diretor de Tecnologia da Informação e membro do Comitê de Finanças.						
Roberto Noronha Santos	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	01/10/1954	10/08/2021	2 anos
838.562.428-72	Comitê de Estratégia	engenheiro		10/08/2021	0	100.00%
Diretor Presidente e Coordenador do Comitê de Estratégia						
José Borges Matias	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	08/01/1960	10/08/2021	2 anos.
006.020.678-04	Comitê de Estratégia	engenheiro mecânico		10/08/2021	0	100.00%
Membro efetivo Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e do Comitê de Estratégia						

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	**Descrição outros comitês**	**Profissão**	**Descrição outros cargos ocupados**	**Data eleição**	**Número de Mandatos Consecutivos**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Edson de Paiva Alves	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	22/04/1968	10/08/2021	2 anos
107.654.378-21	Comitê de Estratégia	engenheiro		10/08/2021	0	100.00%
Diretor Executivo Industrial						
Abraham Klip Moshinsky	Outros Comitês		Membro do Comitê (Efetivo)	18/10/1956	10/08/2021	2 anos
000.000.000-00	Comitê de Estratégia	engenheiro		10/08/2021	0	100.00%
Diretor Executivo - México						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Anselmo Neves Macedo - 033.169.788-28

Sr. Macedo possui 39 anos de experiência (1981 a 2020) atuando na KPMG em auditoria de indústrias, sendo sócio responsável por auditorias em empresas de capital aberto (CVM e SEC), sociedades de grande porte de capital fechado e também empresas estrangeiras as quais reportam suas demonstrações financeiras em IFRS e USGGAP. Durante sua carreira Sr. Macedo também foi auditor responsável por projetos relevantes em auditorias especiais de Privatização, Desestatização, Carve-out. Tem experiência nos seguintes principais segmentos de indústria: Químico e Petroquímico, Industria Automotiva, Farmacêutico e Alimentos. Algumas principais indústrias atendidas: Pfizer, Eurofarma, Unigel, Braskem, Nitroquímica, Nestle, Marfrig. O Sr. Macedo não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

José Borges Matias - 006.020.678-04

José Borges Matias - 006.020.678-04

O Sr. Matias ingressou na Unigel em 2019 como membro de nosso Conselho Consultivo. Desde 2018 ele atua como sócio administrador da Mastersenso, empresa de consultoria com sede em São Paulo, Brasil. Antes de ingressar na Unigel, o Sr. Matias atuou como CEO LATAM e como presidente da unidade de negócios da Solvay Group (2014 – 2018). De 2006 a 2011, O Sr. Matias atuou como diretor do Grupo Rhodia, um cargo que ele ocupou até 2013 na Solvay, após a aquisição da Rhodia em 2011. O Sr. Matias é formado em engenharia aeronáutica pelo ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutico) e Mestre em finanças pela USP. O Sr. Matias não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.
Adicionalmente, com base em sua declaração de independência prestada na forma do inciso I do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, seu currículo e seu histórico profissional, o Sr. José é considerado conselheiro independente em observância aos critérios previstos nos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Weber Ferreira Porto - 025.341.608-69

Weber Ferreira Porto - 025.341.608-69

o Sr. Porto possuiu mais de 30 anos de experiência na indústria química. O Sr. Porto ocupou diversos cargos no Grupo Evonik Degussa, um dos maiores grupos globais especializados no setor químico e mais recentemente, foi presidente das operações da América do Sul e Central. O Sr. Porto é formado em engenharia química pela FEI (Faculdade de Engenharia Industrial), tendo assumido efetivamente um acento no Conselho Consultivo da Unigel em 01 de outubro de 2019. O Sr. Porto não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.
Adicionalmente, com base em sua declaração de independência prestada na forma do inciso I do artigo 17 do Regulamento do Novo Mercado, seu currículo e seu histórico profissional, o Sr. Weber é considerado conselheiro independente em observância aos critérios previstos nos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Daniel Zilberknop - 458.955.970-68

O Sr. Zilberknop ingressou na Unigel em 2002 e é o nosso Diretor Financeiro desde 2011. O Sr. Zilberknop tem mais de 20 anos de experiência em administração financeira. Ele já teve vários cargos no nosso grupo, atuando como controlador e diretor financeiro da Polo em 2002, diretor financeiro da Unigel em São Paulo em 2005 e gerente geral da Unigel México em 2011. Ele é formado em administração de empresas pela Universidade Católica de Pelotas e é pós-graduado em finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ele também tem um MBA da Massachusetts Institute of Technology (MIT) e um MBA executivo da Fundação Dom Cabral. O Sr. Daniel não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Daniel Scarmeloti da Fonseca - 250.471.238-39

O Sr. Fonseca ingressou na Unigel em 2015 como Controlador e Diretor de Planejamento Financeiro. Antes de ingressar na Unigel, ele trabalhou para o Grupo Brasfanta como Controlador Corporativo e por 17 anos para a PricewaterhouseCoopers Brasil como gerente de auditoria sênior, passando por várias áreas. Ele também trabalhou para Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e Banco Bradesco. O Sr. Fonseca é formado em contabilidade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no Brasil, e tem um MBA executivo pela Brazilian Business School (BBS), no Brasil. Ele também tem um certificado IFRS da Association of Chartered Certified Accountants (ACCA). O Sr. Daniel não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Roberto Noronha Santos - 838.562.428-72

O Sr. Noronha Santos ingressou na Unigel em 2018 e é o nosso Diretor-Presidente desde outubro de 2018. O Sr. Noronha Santos tem mais de 35 anos de experiência no setor químico. Antes do seu cargo atual na Unigel ele trabalhou para The Dow Chemical Company exercendo várias funções de liderança local e global. Ele também trabalhou para a Unigel de 2004 a 2016 como Diretor Operacional e de 2017 a 2018 na SABIC como líder regional. Ele é bacharel em engenharia mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), bacharel em direito pela Universidade de São Paulo (USP), pós graduado em finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e bacharel em administração avançada pelo INSEAD. O Sr. Roberto não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Edson de Paiva Alves - 107.654.378-21

708

O Sr. Alves iniciou sua carreira profissional ingressando na Unigel em 1995, e tem 23 anos de experiência na indústria química. Ele tem sido nosso Diretor Executivo Industrial desde 2016. Antes disso, ele ocupou vários cargos de liderança, atuando como diretor executivo de tecnologia, projetos e áreas da cadeia de suprimentos. O Sr. Alves é formado em engenharia química pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), no Brasil, e mestre em energia pela Universidade Salvador (UNIFACS), no Brasil. O Sr. Alves não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19.

Abraham Klip Moshinsky - 000.000.000-00

O Sr. Klip ingressou na Unigel em 2015 como Diretor Executivo para nossas operações no México. Ele também é membro da diretoria da empresa química Oxiteno México S.A. de C.V. desde 2012. Ele tem mais de 35 anos de experiência na indústria química. Antes disso, ocupou cargos de liderança na Industrias Bre S.A. de C.V., Pemex Petroquímica e Industrias Negromex S.A. de C.V., entre outras. Ele também atuou como consultor do Instituto Mexicano do Petróleo. O Sr. Klip é bacharel em engenharia química pela Universidad Autónoma Metropolitana, na Cidade do México, México, e tem mestrado em engenharia pelo Departamento de Engenharia Química da Universidade do Texas, em Austin, nos Estados Unidos. O Sr. Klip não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.
Declara que: (i) não esteve sujeito, nos últimos cinco anos, à condenação criminal, à condenação em processo administrativo da CVM e à condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 617/19. O número do passaporte é G14586063

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Anselmo Neves Macedo - 033.169.788-28	
N/A	
José Borges Matias - 006.020.678-04	
José Borges Matias - 006.020.678-04	
N/A	
Weber Ferreira Porto - 025.341.608-69	

Weber Ferreira Porto - 025.341.608-69

N/A

Daniel Zilberknop - 458.955.970-68

N/A

Daniel Scarmeloti da Fonseca - 250.471.238-39

N/A

Roberto Noronha Santos - 838.562.428-72

N/A

Edson de Paiva Alves - 107.654.378-21

N/A

Abraham Klip Moshinsky - 000.000.000-00

N/A

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
Henri Armand Slezynger	003.076.538-20	UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.	05.303.439/0001-07	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Marc Buckingham Szlezynger	136.707.478-93	UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.	05.303.439/0001-07	
Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Observação				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2020			
Administrador do Emissor			
Roberto Noronha Santos	838.562.428-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Proquiguel Química S.A.	27.515.154/0011-44		
Diretor Superintendente			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Scarmeloti da Fonseca	250.471.238-39	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Sem Designação Específica			
Pessoa Relacionada			
Proquiguel Química S.A.	27.515.154/0011-44		
Observação			
Exercício Social 31/12/2019			
Administrador do Emissor			
Roberto Noronha Santos	838.562.428-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Proquiguel Química S.A.	27.515.154/0011-44		
Observação			

711

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Administrador do Emissor			
Daniel Scarmeloti da Fonseca	250.471.238-39	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Sem Designação Específica			
Pessoa Relacionada			
Proquiguel Química S.A.	27.515.154/0011-44		
Observação			
Administrador do Emissor			
Roberto Noronha Santos	838.562.428-72	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Presidente			
Pessoa Relacionada			
Companhia Brasileira de Estireno	61.079.232/0001-71		
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Scarmeloti da Fonseca	250.471.238-39	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Sem Designação Específica			
Pessoa Relacionada			
Companhia Brasileira de Estireno	61.079.232/0001-71		
Diretor Sem Designação Específica			
Observação			

712

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Exercício Social 31/12/2018			
Administrador do Emissor			
Daniel Scarmeloti da Fonseca	250.471.238-39	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Sem Designação Específica			
Pessoa Relacionada			
Proquiguel Química S.A.	27.515.154/0011-44		
Diretor Sem Designação Específica			
Observação			
Administrador do Emissor			
Daniel Scarmeloti da Fonseca	250.471.238-39	Subordinação	Controlada Direta
Diretor Sem Designação Específica			
Pessoa Relacionada			
Companhia Brasileira de Estireno	61.079.232/0001-71		
Diretor Sem Designação Específica			
Observação			

713

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia oferece seguro de responsabilidade civil de administradores, conselheiros e diretores (seguro D&O) contratado junto à Zurich Minas Brasil Seguros S.A., cujo limite máximo de garantia é de R$ 100 milhões. O valor do prêmio líquido desta apólice foi de R$ 220.815,00 e o vencimento acontece em 18/10/2021.

O seguro D&O visa a proteger os interesses dos diretores, administradores e funcionários da Companhia que exerçam funções de gestão, salvaguardando os seus respectivos patrimônios em caso de reclamações (incluindo processos judiciais e administrativos) decorrentes de danos causados a terceiros por atos praticados no exercício das funções para as quais tenham sido eleitos ou nomeados. A apólice contratada possui cobertura para indenização aos administradores e reembolso ao tomador

A Companhia não presta compromisso de indenidade em benefício de seus diretores e administradores.

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Resumo das Deliberações	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
AGE	Aprovação do pedido de registro de companhia aberta, do pedido de listagem no Novo Mercado e da oferta pública inicial de ações da Companhia	10/08/2021	100%	NÃO
AGO	Aprovação das demonstrações financeiras de 31/12/2020	25/06/2021	100%	NÃO
AGE	Renúncia de membro do Conselho de Administração e eleição de novo membro	01/06/2021	100%	NÃO
AGE	Renúncia Henri Armand Slezynger	10/12/2020	100%	NÃO
AGE	Aprovação de Contas – 2019	01/09/2020	100%	NÃO
AGE	Rerratificação da Cisão da Unigel Química	19/02/2020	100%	Não
AGE	Retificação da Cisão da Acrinor	01/12/2019	100%	Não
AGE	Aprovação de reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia, com a criação de seu Conselho de Administração	01/11/2019	100%	Não
AGE	Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia	01/11/2019	100%	Não
AGE	Aprovação da Cisão da Acrinor pela Companhia e sua controlada "Companhia Brasileira de Estireno"	01/11/2019	100%	Não
AGE	Aprovação da realização de Oferta de Bonds no	26/09/2019	100%	Não

12.12 - Outras informações relevantes

	exterior, por meio de controlada com sede em Luxemburgo			
AGE	Eleição do Murilo Cruz Garcia para a Diretoria da Companhia	01/08/2019	100%	Não
AGO	Aprovação de contas de 2018	02/05/2019	100%	Não
AGE	Aprovar a realização de contrato de abertura de limite de crédito com penhor de estoque pela Acrinor com a Braskem	10/10/2018	100%	Não
AGE	Eleição do Sr. Roberto Noronha Santos para o cargo de Diretor Presidente da Companhia	01/10/2018	100%	Não
AGO	Aprovação de contas de 2017	02/07/2018	100%	Não

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia está em processo de listagem no Segmento do Novo Mercado que estabelece práticas diferenciadas de governança corporativa. Em 2000, a B3 introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas regras mais rígidas do que aquelas presentes na legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a emitir apenas ações ordinárias; manter em circulação, no mínimo, 25% do capital social ou 15% do capital social, desde que o volume financeiro médio diário de negociação das ações da companhia se mantenha igual ou superior a R$25.000.000,00, considerados os negócios realizados nos últimos 12 (doze) meses; constituir um Comitê de Auditoria, entre outros. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contrato entre a companhia e a B3, além da adaptação do estatuto da companhia de acordo com as regras contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas do Novo Mercado. As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

12.12 - Outras informações relevantes

Além disso, o "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo IBGC objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade visando a: (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade, sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, a Companhia adota:

(i) Emissão exclusiva de ações ordinárias;

(ii) Política "uma ação igual a um voto";

(iii) Contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, que comprometam sua independência;

(iv) Estatuto Social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembleia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

(v) Transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;

(vi) Convocações de assembleias e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sempre visando à realização de assembleias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;

(vii) Fazer constar votos dissidentes nas atas de assembleias ou reuniões, quando solicitado;

(viii) Vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;

(ix) Previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre acionistas e Companhia;

(x) Conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras;

(xi) A oferta de compra de ações que resulte em transferência de controle deve ser dirigida a todos os acionistas, que terão a opção de vender as suas ações nas mesmas condições do controlador, incluindo a participação no prêmio de controle, se houver; e

(xii) Conselho de Administração composto por pelo menos cinco membros, dos quais dois são membros independentes.

12.12 - Outras informações relevantes

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO

ÁREA DE GESTÃO DE RISCOS E COMPLIANCE

Seguindo as melhores práticas de Governança Corporativa, a área de Gestão de Riscos e Compliance tem com o objetivo de elaborar o planejamento e assegurar a operacionalização da gestão de riscos em toda a Companhia, atuando como facilitador e organizando os diversos agentes e iniciativas na gestão e mitigação de riscos corporativos, além de atuar como importante interlocutor entre o Comitê de Auditoria e a Administração no que tange o tema de riscos e controles internos.

AUDITORIA INTERNA

A Companhia, em linha com o Regulamento do Novo Mercado, instituiu Área de Auditoria Interna. Com reporte direto ao Comitê de Auditoria, realizarão atividades que contemplam:

- Aderência às boas práticas de mercado e regulamentações específicas do setor;
- Utilização de especialistas para processos específicos, quando necessário
- Uso de tecnologias e ferramentas específicas para auditoria interna
- Realização de auditorias periódicas que agreguem valor ao negócio

Em um primeiro momento, trabalharão na Companhia com o objetivo de estruturação, através de diagnóstico dos processos e estruturas, para assim desenvolver plano de trabalho no que tange a prática de auditoria, controles internos e governança.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma "Política de Indicação e Remuneração da Unigel Participações S.A." remuneração formalmente aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de agosto de 2021 e poderá ser encontrada na página de relação com investidores da Companhia (invest.unigel.com.br) ("Política de Remuneração").

A Política de Remuneração tem como principal função alinhar os interesses dos membros da administração da Companhia e os objetivos da Companhia, baseada nas melhores práticas adotadas pelo mercado.

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração global dos membros da Administração poderá ser constituída pelos seguintes componentes: (i) remuneração fixa; (ii) remuneração variável; (iii) remuneração baseada em ações; e (iv) outros que o Conselho de Administração ou a Assembleia Geral venha determinar.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração poderá ser composta de remuneração fixa (pró-labore mensal).

A Companhia poderá reembolsar despesas gastas pelos membros do Conselho de Administração, com locomoção, acomodação, alimentação e/ou outras relacionadas ao comparecimento em reuniões específicas e que colaborem na prestação do auxílio às práticas da Companhia, mediante recebimento de comprovação do referido gasto pelo membro.

Diretoria Estatutária

Os Diretores Estatutários da Companhia receberão um pró-labore mensal fixo, definido de acordo com a negociação individual com cada um dos diretores estatutários, orientada dentre outros fatores, por pesquisas salariais do segmento de indústria química, observada a Política de Remuneração.

Os Diretores Estatutários da Companhia receberão valores a título de PLR ou bônus da Companhia, nos limites estabelecidos anualmente no plano de PLR ou bônus, observada a elegibilidade de tais diretores, e, desde que sejam atingidas as metas estabelecidas no plano de PLR ou bônus.

Os Diretores Estatutários da Companhia poderão ter direito à participação em Plano de Opções.

Os Diretores Estatutários da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios: (i) plano de assistência médica; (ii) plano de assistência odontológica aos diretores e dependentes cobertos; (iii) participação no plano de previdência privada; (iv) seguro de vida; (v) vale-refeição; (vi) check-up anual; e (vii) utilização de automóvel da empresa com despesas de manutenções pagas pela Companhia plano de assistência médica; (ii) plano de assistência odontológica aos diretores e dependentes cobertos; (iii) participação no plano de previdência privada; (iv) seguro de vida; (v) Vale-Refeição; (vi) Check-Up anual e (vii) utilização de automóvel da empresa com despesas de manutenções pagas pela Companhia.

Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem somente remuneração fixa, a qual é equivalente a, pelo menos, o mínimo legal, conforme deliberado em Assembleia Geral, não podendo ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% da remuneração, em média, atribuída a cada diretor, não computados os benefícios, verbas de representação e remuneração variável. Adicionalmente, os membros do Conselho

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Fiscal são obrigatoriamente reembolsados pelas despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de sua função.

Comitês

Os membros dos Comitês instituídos pela Companhia poderão receber apenas remuneração fixa, não fazendo jus à remuneração variável.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Tendo em vista que os diretores da Companhia não eram remunerados pela própria Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total prevista para o exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2021 pelos administradores da Companhia, tanto diretamente (no caso do Conselho de Administração) como pelas controladas da Companhia (no caso dos Diretores Estatutários):

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	100%	N/A	N/A	100%
Diretoria Estatutária	63,45%	36,55%	N/A	100%
Diretoria Não-Estatutária	N/A	N/A	N/A	N/A

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor global máximo a ser pago aos administradores a título de remuneração é determinado pela Assembleia Geral de Acionistas, estando a remuneração global máxima para tal público atendendo aos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração individual dos membros do Conselho de Administração (e Conselho Fiscal, quando instalado). Tendo em vista que parte da remuneração da Companhia é suportada por suas controladas, o valor total aprovado em sede de AGO contempla também os valores que serão desembolsados por tais controladas.

A remuneração total alvo individual dos Diretores Estatutários é determinada pelo Conselho de Administração com base em avaliações, podendo ser utilizadas na comparação empresas do mesmo segmento da Companhia, bem como do mercado geral, de acordo com a função. O Conselho de Administração também é responsável por determinar, anualmente, o índice de reajuste de honorários fixos. A remuneração variável, em dinheiro, é calculada como um múltiplo da remuneração fixa, sendo o critério acima também aplicável para este componente de remuneração.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos administradores da Companhia são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de executivos, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A Companhia não possuía Conselho de Administração instalado até novembro de 2019, dessa forma, o Conselho de Administração é apresentado como "zerado" até 2019. Adicionalmente, os Diretores da Companhia eram remunerados, porém pelas controladas da Companhia, incluindo, por seus cargos na administração da Companhia. Por esse motivo, também são apresentados "zerados" para os três últimos exercícios sociais, sendo sua remuneração descrita no item 13.15, conforme determina a Instrução CVM 480. Ainda: a Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado nos três últimos exercícios sociais.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os principais indicadores de desempenho da Companhia e dos administradores são: EBITDA; Geração Operacional de Caixa e Metas Individuais elaboradas ao início de cada exercício para determinação da remuneração variável. A parcela fixa da remuneração não considera nenhum indicador operacional, sendo estabelecida com base em pesquisas de mercado e na complexidade da posição ocupada, conforme descrito nos itens acima.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração é estruturada em uma parte fixa e uma parte variável. A parte variável é impactada pelos indicadores de desempenho apontados acima, cujas definições estão diretamente atreladas à performance da Companhia, ao alcance das metas de equipe no período em questão e ao planejamento estratégico da Companhia.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

O formato da remuneração acima descrita procura incentivar os administradores da Companhia a buscarem a melhor rentabilidade dos projetos por ela desenvolvidos, de forma a alinhar os interesses dos administradores com os da Companhia e compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e administradores.

Para o curto prazo, a Companhia busca obter tal alinhamento por meio de salários e pacote de benefícios compatíveis com o mercado. Para o médio e longo prazo, a Companhia visa a obter tal alinhamento por meio do pagamento de remuneração variável aos Diretores estatutários e não estatutários, vinculado às metas da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração atrelada ao cumprimento dos indicadores de desempenho, além de premiar a boa performance, buscando a permanência dos membros da administração.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conforme descrito no item 13.15 deste Formulário de Referência, os Diretores Estatutários da Companhia são remunerados por meio de suas subsidiárias Companhia Brasileira de Estireno e Proquigel Participações S.A.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Assembleia Geral: Fixa a remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria.

Conselho de Administração: Fixa a remuneração mensal dos seus membros, dos membros da Diretoria e dos membros dos Comitês.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A Companhia realiza estudos no mercado de atuação para avaliação e fixação da remuneração individual dos administradores levando em consideração o planejamento estratégico, alinhado à política de remuneração, com o objetivo de garantir o alinhamento com as melhores práticas de governança**.**

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os estudos realizados pela Companhia para fixação da remuneração individual dos administradores se pautam em referências de mercado para posições de complexidade similar, podendo ser utilizadas na comparação empresas do mesmo segmento da Companhia, de acordo com a função.

Tal estratégia tem como objetivo garantir o alinhamento com as melhores práticas de mercado e manter a competitividade da estrutura de remuneração da Companhia.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avaliará a adequação da Política de Remuneração anualmente, de forma a verificar a aderência da Política com as responsabilidades de cada Executivo, bem como com o volume de trabalho do cargo, com o negócio desenvolvido pela Companhia e com sua situação econômico-financeira no exercício social em questão.

Ainda, o Conselho de Administração irá atualizar a Política quando for necessário em razão de mudanças no Estatuto ou no Regulamento do Novo Mercado da B3, ou ainda em qualquer lei, regulamento ou disposição, seja da CVM, da B3 ou qualquer outra entidade reguladora, que altere as disposições aqui listadas em relação à Companhia.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	5,00	0,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.800.000,00	0,00	0,00	1.800.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Vide memória de cálculo no item 13.16.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Vide memória de cálculo no item 13.16.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Vide memória de cálculo no item 13.16.	
Total da remuneração	1.800.000,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	5,00	0,00	0,00	5,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00

Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Vide memória de cálculo no item 13.16.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Vide memória de cálculo no item 13.16.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Vide memória de cálculo no item 13.16	
Total da remuneração	1.800.000,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,83	5,00	0,00	5,83
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Vide memória de cálculo no item 13.16.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Vide memória de cálculo no item 13.16.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Vide memória de cálculo no item 13.16.	
Total da remuneração	300.000,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00	0,00	0,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00

Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Vide memória de cálculo no item 13.16	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Vide memória de cálculo no item 13.16.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SEP/Nº 01/2021, o número de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal (letra “b”) foram apurados de acordo com a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais. Vide memória de cálculo no item 13.16.	
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração variável – exercício social corrente (31/12/2021)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	5,00	N/A	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	5,00[1]	N/A	10,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	Alvo: R$ 4.830.000,00 Presidência – 12 – R$ 1.500.000,00 VP – 8 Sal.- 840.000,00 Diretoria – 6 Sal.- R$ 2.490.000,00	N/A	R$ 4.830.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	Alvo: Presidência – 12 – R$ 1.500.000,00 VP – 8 Sal.- 840.000,00 Diretoria – 6 Sal.- R$ 2.490.000,00.	N/A	N/A
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

[1] Valores a serem pagos pelas controladas da Companhia.

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,83	5,00	0,00	5,83
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2019

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,83	5,00	0,00	5,83
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável – exercício social findo em 31/12/2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	4,00	0,00	4,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(a) Termos e condições gerais

O Plano de Opções de Compra de Ações foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 10 de agosto de 2021 ("Plano"). Poderão ser participantes do Plano os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle, em favor dos quais a Companhia outorgar uma ou mais Opções, nos termos do Plano ("Participantes").

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração. Na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração terá amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano, incluindo: (a) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções ("Opções"), nos termos do Plano, e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (b) a eleição dos Participantes e a autorização para outorgar Opções em seu favor, estabelecendo todas as condições das Opções a serem outorgadas; (c) a aprovação dos Contratos de Opção a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Participantes, observando as determinações do Plano; e (d) a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou a autorização para alienação de ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas, nos termos do Plano e da Instrução CVM 567.

Os Participantes serão escolhidos pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério. A outorga de Opções aos Participantes não será, necessariamente, igual para cada Participante, nem por equidade ou equiparação, nem dividido *pro rata*, sendo fixada segundo critérios adotados pelo Conselho de Administração.

No âmbito do Plano, os Participantes irão celebrar instrumento particular de opção de compra de ações com a Companhia, por meio do qual a Companhia outorgará Opções ao Participante ("Contrato de Opção").

A eficácia deste Plano está sujeita, nos termos do artigo 125 do Código Civil, à concretização da oferta pública inicial de ações da Companhia ("IPO") até 31 de dezembro de 2021. Caso o IPO não seja concretizado até 31 de dezembro de 2021, o Plano não produzirá efeitos e será automaticamente cancelado.

(b) Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo permitir que os Participantes, que assim desejarem por sua livre e espontânea vontade e sujeito a determinadas condições, possam investir recursos próprios na aquisição de Ações, com vista a: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos Participantes; e (b) compartilhar riscos e ganhos de forma equitativa entre acionistas e Participantes.

(c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Uma vez que a maior parte das opções se torna exercível no longo prazo, o objetivo do Plano é que os Participantes permaneçam na Companhia até o momento de exercício. Uma vez exercida a opção, com o Participante tornando-se acionista, haverá uma união de interesses intrinsecamente relacionados à condição de acionista. Além disso, o Plano gera um potencial de ganho ao executivo baseado no desempenho das ações da Companhia no mercado. Portanto, torna a remuneração total competitiva para atração e retenção de talentos.

(d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O Plano se insere na Política de Remuneração da Companhia, uma vez que (i) esta tem como principal função alinhar os interesses dos administradores aos objetivos da Companhia; e (ii) aquele alinha os interesses dos Participantes ao desempenho das ações da Companhia e, consequentemente, ao seu resultado operacional, estimulando-os a atuar para a consecução dos objetivos sociais da Companhia.

(e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O exercício das opções por parte dos administradores, enquadrados como Participantes, é uma forma de incentivá-los a conduzir com êxito os negócios da Companhia, alinhando seus interesses aos dos acionistas da Companhia. Os diferentes prazos de carência das opções proporcionam incentivos aos participantes para que se comprometam com a constante valorização das ações no curto e médio prazo, assim como a titularidade de ações provenientes de opções exercidas, podendo ou não ter restrições quanto à sua transferência, alinha os interesses no longo prazo.

(f) Número máximo de ações abrangidas

Cada opção outorgada dá ao Participante o direito de adquirir 1 (uma) ação de emissão da Companhia, sujeito aos termos e condições estabelecidos no respectivo Contrato de Opção, observado o limite descrito no item (g) abaixo.

(g) Número máximo de opções a serem outorgadas

As Opções outorgadas nos termos do Plano poderão conferir Opções que não excedam 5,0% (cinco por cento) das ações representativas do capital social total da Companhia na data de realização de cada outorga de Opções, em bases totalmente diluídas, computando-se neste cálculo todas as Opções já outorgadas nos termos do Plano, exercidas ou não, exceto aquelas que tenham sido extintas sem terem sido exercidas (e que voltarão a ficar disponíveis para novas outorgas), contanto que o número total de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

(h) Condições de aquisição de ações

As condições de aquisição de ações serão determinadas em cada Contrato de Opção.

(i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Para as outorgas de Opções que forem realizadas dentro do prazo de 6 (seis) meses contados da data de aprovação do Plano, o preço de exercício de cada Opção será equivalente ao preço por ação no âmbito do IPO, corrigido pela variação do IPCA, desde a data de liquidação do IPO até a data do efetivo exercício da Opção. Para as outorgas de Opções subsequentes, o preço de exercício será equivalente à média ponderada das cotações das ações de emissão da Companhia nos 60 (sessenta) pregões na B3 imediatamente anteriores à data de outorga, corrigido pela variação do IPCA desde a data de outorga até a data do efetivo exercício da Opção.

(j) Critérios para fixação do prazo de exercício

As Opções deverão ser exercidas pelos Participantes no prazo definido em cada um dos Programas. As Opções que não forem exercidas pelos respectivos Participantes no prazo de exercício estabelecido

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

serão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio, não sendo devida qualquer indenização ao Participante que não exerceu a Opção.

(k) Forma de liquidação

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado ou vender ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, nos termos da Instrução CVM 567.

(l) Restrições à transferência das ações

O Conselho de Administração poderá subordinar o exercício da Opção a determinadas condições, bem como impor restrições à transferência das ações adquiridas com o exercício das Opções, podendo também reservar para a Companhia opções de recompra e/ou direitos de preferência em caso de alienação pelo Participante dessas mesmas ações.

(m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Caso o número, espécie e classe das ações existentes na data da aprovação do Plano venham a ser alterados como resultado de bonificações, desdobramentos, grupamentos ou conversão de ações de uma espécie ou classe em outra ou conversão em ações de outros valores mobiliários emitidos pela Companhia, caberá ao Conselho de Administração realizar o ajuste correspondente no número, espécie e classe das ações objeto das Opções outorgadas e seu respectivo preço de exercício, de forma a manter o equilíbrio das relações entre as partes, evitando distorções na aplicação do Plano.

Ainda, qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de opções de compra, inclusive decorrente de interpretação ou orientação das autoridades tributários, poderá levar à revisão integral do Plano, bem como permitirá que o Conselho de Administração altere a forma de implementação ou liquidação do Plano e respectivas Opções, incluindo a retenção de Opções para fins fiscais, cuja decisão será vinculante aos Participantes.

Adicionalmente, conforme descrito acima, a não ocorrência do IPO até 31 de dezembro de 2021 impedirá a eficácia do Plano, e este será automaticamente cancelado.

(n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Cada Programa deverá regular as hipóteses de Desligamento e seus efeitos às Opções, de modo que os direitos conferidos ao Participante de acordo com o Plano poderão ser extintos ou modificados.

Para fins do Plano, "Desligamento" significa o término da relação jurídica entre o Participante e a Companhia ou sociedade por ela controlada, por qualquer motivo incluindo, sem limitação, renúncia ou destituição, substituição ou término do mandato sem reeleição ao cargo de administrador, pedido de demissão voluntária ou demissão, com ou sem justa causa, rescisão de contrato de prestação de serviços, aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento. Para maior clareza, fica estabelecido que eventual desligamento do Participante do cargo de administrador ou empregado da Companhia ou sociedade por ela controlada seguido de eleição e investidura ou contratação de tal Participante para

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

outro cargo como administrador ou empregado da Companhia ou sociedade por ela controlada não caracteriza Desligamento, para fins do Plano.

346

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

13.6 - Opções em Aberto

Não aplicável, tendo em vista que não havia qualquer opção em aberto detida pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária da Companhia ao final do último exercício social.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não aplicável, tendo em vista que nenhuma opção de compra de ações foi outorgada pela Companhia aos seus administradores e não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não aplicável, tendo em vista que os itens 13.5 a 13.7 não são aplicáveis à Companhia.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

	Exercício social findo em 31/12/2020			
Sociedade	**Conselho de Administração**	**Diretoria Estatutária**	**Conselho Fiscal**	**Total**
Unigel Participações S.A.	1 ON*	0,00	0,00	1 ON
*Considerando a participação direta. Adicionalmente, o presidente do Conselho de Administração também é controlador da Cigel, a qual, por sua vez, possui 414.297.487 ações de emissão da Companhia.				

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	N/A	5,00
Nº de membros remunerados	N/A	5,00
Nome do plano	N/A	Unigel Prev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	N/A	0
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A	O Benefício é concedido ao Participante, membro da diretoria estatutária da Companhia ou de suas controladas, desde que atendidas, cumulativamente, as seguintes condições: - Término do vínculo empregatício; - Ter, no mínimo, 55 (cinquenta e cinco) anos de idade; - Ter, no mínimo, 3 (três) anos de Tempo de Serviço; - Ter, no mínimo, 3 (três) anos de Tempo de Vinculação ao Plano.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$ 2.198.726,48
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	N/A	R$ 288.416,37
Possibilidade de resgate antecipado e condições	N/A	O resgate só pode acontecer após o término do vínculo empregatício. - Até 1 ano de vinculação ao plano, o participante resgata 20% do saldo da patrocinadora; - De 1 a 5 anos de vinculação ao plano, o participante resgata 50% do saldo da patrocinadora; e - Mais de 5 anos de vinculação ao plano, o participante resgata 100% do saldo da patrocinadora.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
Nº de membros	5,00	5,00	4,00	5,00	0,83	0,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	0,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2020	Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia não eram remunerados pela Companhia e sim pelas suas controladas, conforme descrito no item 13.15 deste Formulário de Referência.
31/12/2019	Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia não eram remunerados pela Companhia e sim pelas suas controladas, conforme descrito no item 13.15 deste Formulário de Referência.
31/12/2018	Os membros da Diretoria Estatutária da Companhia não eram remunerados pela Companhia e sim pelas suas controladas, conforme descrito no item 13.15 deste Formulário de Referência.

Conselho de Administração	
31/12/2020	O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº01/2021. A maior remuneração do Conselho de Administração foi percebida por membro que exerceu a função durante os 12 meses do exercício. O valor da menor remuneração anual individual do Conselho de Administração foi apurado considerando as remunerações efetivamente reconhecidas no resultado do exercício. A remuneração média considera o total da remuneração anual percebida pelos membros do Conselho de Administração dividido pelo número de membros remunerados informado no item 13.2 acima.
31/12/2019	A Companhia não possuía Conselho de Administração até novembro de 2019, quando o órgão foi constituído. Não obstante, seus membros não foram remunerados por sua atuação no referido exercício.
31/12/2018	A Companhia não possuía Conselho de Administração até novembro de 2019, quando o órgão foi constituído. Não obstante, seus membros não foram remunerados por sua atuação no referido exercício.

Conselho Fiscal	
31/12/2020	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.
31/12/2019	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.
31/12/2018	A Companhia não possuía Conselho Fiscal instalado.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Exceto pelos benefícios descritos no quadro 13.1, não há qualquer arranjo contratual nem qualquer instrumento que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria em caso de desligamento de suas funções. Adicionalmente, a Companhia não possui contratos de indenidade com seus administradores.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Não aplicável, tendo em vista que os administradores da Companhia não eram remunerados diretamente por ela nos três últimos exercícios sociais.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Item não aplicável, uma vez que os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia não receberam nos últimos três exercícios sociais qualquer remuneração em virtude de qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

(em reais)	Conselho de Administração(1)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal(2)	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	N/A	0,00
Controladas do emissor	0,00	6.468.418,57	N/A	6.468.418,57
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	N/A	0,00

(1) A remuneração do Conselho de Administração é suportada diretamente pela Companhia, conforme descrito no item 13.2.
(2) A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 – demais remuneração recebidas, especificando a que título foram atribuídas

(em reais)	Conselho de Administração(1)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal(2)	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	N/A	0,00
Controladas do emissor	0,00	0,00	N/A	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	N/A	0,00

(1) A remuneração do Conselho de Administração é suportada diretamente pela Companhia, conforme descrito no item 13.2.
(2) A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

(em reais)	Conselho de Administração(1)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal(2)	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	N/A	0,00
Controladas do emissor	0,00	6.563.368,45	N/A	6.563.368,45
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	N/A	0,00

(1) O Conselho de Administração da Companhia foi constituído em novembro de 2019, não tendo sido remunerado por sua atuação no referido exercício.
(2) A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 – demais remuneração recebidas, especificando a que título foram atribuídas

(em reais)	Conselho de Administração(1)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal(2)	Total
Controladores diretos e indiretos	0,00	0,00	N/A	0,00

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Controladas do emissor	0,00	0,00	N/A	0,00
Sociedade sob controle comum	0,00	0,00	N/A	0,00

(1) O Conselho de Administração da Companhia foi constituído em novembro de 2019, não tendo sido remunerado por sua atuação no referido exercício.
(2) A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

(em reais)	Conselho de Administração(1)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal(2)	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	0,00	N/A	0,00
Controladas do emissor	N/A	1.144.255,93	N/A	1.144.255,93
Sociedade sob controle comum	N/A	0,00	N/A	0,00

(1) A Companhia não possuía Conselho de Administração.
(2) A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 – demais remuneração recebidas, especificando a que título foram atribuídas

(em reais)	Conselho de Administração(1)	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal(2)	Total
Controladores diretos e indiretos	N/A	0,00	N/A	0,00
Controladas do emissor	N/A	0,00	N/A	0,00
Sociedade sob controle comum	N/A	0,00	N/A	0,00

(1) A Companhia não possuía Conselho de Administração.
(2) A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Memória de Cálculo

Segue abaixo tabela de memória de cálculo dos números de membros e de membros remunerados do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária apresentados nesta seção 13:

			Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
2021	Diretoria	Remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Não remunerado	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
	Conselho de Administração	Remunerado	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
		Não remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	Diretoria	Remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Não remunerado	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
	Conselho de Administração	Remunerado	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
		Não remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	Diretoria	Remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Não remunerado	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
	Conselho de Administração	Remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Não remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,00	5,00	0,83
2018	Diretoria	Remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Não remunerado	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
	Conselho de Administração	Remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		Não remunerado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Além das informações descritas acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes e pertinentes a esta seção 13 que não tenham sido divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

São empregados, diretamente, apenas uma parte da mão-de-obra necessária para a manutenção das plantas de produção. Segue abaixo tabela contendo o nosso quadro de empregados nos três últimos exercícios sociais e no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, considerando os empregados da Unigel Participações S.A. e de suas controladas.

Atividade	30/06/2021		
	Brasil	México	Total
Administrativo	184	55	239
Diretoria/executivo	15	7	22
Gerente	35	8	43
Operacional	908	455	1.363
Supervisor/Coordenador	143	25	168
Total	**1.285**	**550**	**1.835**

Atividade	31/12/2020		
	Brasil	México	Total
Administrativo	194	27	221
Diretoria/executivo	13	9	22
Gerente	30	12	42
Operacional	826	470	1296
Supervisor/Coordenador	117	38	155
Total	**1180**	**556**	**1736**

Atividade	31/12/2019		
	Brasil	México	Total
Administrativo	148	80	228
Diretoria/executivo	10	9	19
Gerente	22	7	29
Operacional	563	429	992
Supervisor/Coordenador	88	41	129
Total	**831**	**566**	**1397**

Atividade	31/12/2018		
	Brasil	México	Total
Administrativo	126	82	208

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Diretoria/executivo	11	9	20
Gerente	22	6	28
Operacional	535	408	943
Supervisor/Coordenador	82	38	120
Total	**776**	**543**	**1319**

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Atividade	30/06/2021			
	Sergipe	São Paulo	Bahia	Total
Auxiliar/Assistente / Ajudante	30	5	278	**313**
Construção civil / obras	110	27	895	**1.032**
Produção	12	0	33	**45**
Limpeza/segurança	77	34	89	**200**
Eletricista	0	0	73	**73**
Outros	52	34	116	**202**
Total	**281**	**100**	**1.484**	**1.865**

Atividade	31/12/2020			
	Sergipe	São Paulo	Bahia	Total
Auxiliar/Assistente / Ajudante	90	6	60	**156**
Construção civil / obras	1.198	27	8	**1.233**
Produção	525	-	136	**661**
Limpeza/segurança	115	33	67	**215**
Eletricista	-	-	14	**14**
Outros	54	27	33	**114**
Total	**1982**	**93**	**318**	**2.393**

Atividade	31/12/2019			
	Sergipe	São Paulo	Bahia	Total
Auxiliar/Assistente / Ajudante	-	1	81	**82**
Construção civil / obras	-	-	14	**14**
Produção	-	-	149	**149**
Limpeza/segurança	-	3	61	**64**
Eletricista	-	-	23	**23**
Outros	-	123	60	**183**
Total	**-**	**127**	**388**	**515**

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Atividade	31/12/2018			
	Sergipe	São Paulo	Bahia	Total
Auxiliar/Assistente / Ajudante	-	1	43	**44**
Construção civil / obras	-	-	10	**10**
Produção	-	-	91	**91**
Limpeza/segurança	-	3	63	**66**
Eletricista	-	-	8	**8**
Outros	-	98	40	**138**
Total	-	**102**	**255**	**357**

(c) índice de rotatividade

30/06/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018
5,03%	6,45%	4,58%	4,63%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia considera sua política de recursos humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

(b) política de benefícios

A Companhia não possui uma política unificada de benefícios, adotando políticas regionais ou locais, conforme o caso e sempre em observância à legislação aplicável. Os empregados da Companhia são elegíveis a benefícios diversos de acordo com o cargo, bem como de acordo com a legislação aplicável.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores, identificando: (i) grupo de beneficiários; (ii) condições para exercício; (iii) preço de exercício; (iv) prazo de exercício; e (v) quantidade de ações comprometidas pelo plano:

A Companhia não possuía plano de outorga de opções de ações nos três últimos exercícios sociais. Em 10 de agosto de 2021, a Companhia aprovou plano de outorga de opções de ações, cujos termos constantes dos itens (i) a (v) acima encontram-se descritos no item 13.4 deste Formulário de Referência.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A Companhia mantém um bom relacionamento com os empregados e com os respectivos sindicatos de suas categorias, sem histórico de greve ou paralisações, incluindo nos três últimos exercícios sociais. Segue lista refletindo os principais sindicatos com os quais a Companhia se relaciona:

Sindicato	Base territorial	Categoria
Sind Trab Ind Quim Far Sim SP	São Paulo	Químicos
Sind. Trab. Inds. Quim. Farm. Cubatão	Cubatão/Guarujá	Químicos
Sind.Trab Inds.Quim. Farm. de SJC	São Jose dos Campos	Químicos
Sind Trab Ramo Quim e Petr Est BA	Camaçari/Candeias	Químicos
Sindiquimica Unigel Plásticos - BA	Candeias	Plásticos

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Número de funcionários alocados nas áreas previstas no Novo Mercado

No âmbito de sua adequação ao Regulamento do Novo Mercado, a Companhia estruturou as seguintes áreas: (i) Área de auditoria interna, a qual conta com 1 funcionário; (ii) Área de Gestão de Riscos e Controles Internos e Área de Compliance, as quais contam com 2 funcionários, em conjunto.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
Henri Armand Slezynger					
003.076.538-20	Brasileira-SP	Não	Não	21/12/2015	
Não					
1	0,002%	0	0,000%	1	0,002%
Cigel Participações S.A.					
50.145.564/0001-90	Brasileira-SP	Não	Sim	21/12/2015	
Não					
414.297.487	99,998%	0	0,000%	414.297.487	99,998%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
414.297.488	100,000%	0	0,000%	414.297.488	100,000%

754

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Cigel Participações S.A.				**50.145.564/0001-90**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Daniel Anthony Szlezynger					
143.154.858-88	Brasileiro-SP	Não	Não		
Não					
5.016.049	11,500	0	0,000	5.016.049	11,500
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Evissa Participações Eireli					
34.466.942/0001-81	Brasileira-SP	Não	Não	21/12/2015	
Não					
872.356	2,000	0	0,000	872.356	2,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Gabriel Lacerda Szlezynger					
232.905.048-83	Brasileiro-SP	Não	Não		
Não					
5.016.049	11,500	0	0,000	5.016.049	11,500
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Cigel Participações S.A.				**50.145.564/0001-90**	
Henri Armand Slezynger					
003.076.538-20	Brasileiro-SP	Não	Sim		
Não					
22.681.272	52,000	0	0,000	22.681.272	52,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Leo Edward Szlezynger					
155.251.508-75	Brasileiro-SP	Não	Não		
Não					
5.016.049	11,500	0	0,000	5.016.049	11,500
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Marc Buckingham Szlezynger					
136.707.478-93	BRASILEIRO-SP	Não	Não		
Não					
5.016.051	11,500	0	0,000	5.016.051	11,500
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Cigel Participações S.A.				50.145.564/0001-90	
TOTAL					
43.617.826	100,000	0	0,000	43.617.826	100,000

757

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Evissa Participações Eireli				**34.466.942/0001-81**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Rebecca Mary Szlezynger					
175.037.358-05	Brasileira-SP	Não	Sim		
Não					
3.845.558	100,000	0	0,000	3.845.558	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
TOTAL					
3.845.558	100,000	0	0,000	3.845.558	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	10/08/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Item não aplicável, posto que a Companhia não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede ou do qual o controlador seja parte, que regule o exercício do direito de voto ou a transferência de ações da Companhia.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Não foram realizadas alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

15.7 - Principais Operações Societárias

(a) evento	**Cisão total da Acrinor e Incorporação da parcela cindida pela CBE e pela Companhia**
(b) principais condições do negócio	Incorporação do acervo líquido da Acrilonitrila do Nordeste S.A. ("Acrinor") pela Companhia Brasileira de Estireno ("CBE") e pela Companhia, em 1º de novembro de 2019 na proporção de R$ 2.947.512,00 atribuídos à Companhia e R$ 1.134.882.272,00 atribuídos à CBE, somando R$ 1.137.829.784,00 em ativos. Para a Companhia, a incorporação resultou na participação direta na Proquigel Química S.A. e na Unigel Distribuidora Ltda., sem que houvesse aumento do capital social da Companhia, em virtude da substituição da participação detida pela Companhia na Acrinor pelas participações na Proquigel e na Unigel Distribuidora. Para a CBE, a incorporação resultou na transferência das atividades operacionais da Acrinor e das participações nas sociedades Unigel Holdings S.A. de C.V., Plastiglas de México S.A. de C.V. e Unigel Inc. Aprovada a operação, a Acrinor foi extinta de pleno direito e a Companhia e CBE passaram a sucedê-la a título universal em relação aos bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de titularidade da Companhia e incorporados.
(c) sociedades envolvidas	Acrilonitrila do Nordeste S.A. (CNPJ: 13.546.353/0001-33); Companhia Brasileira de Estireno (CNPJ: 61.079.232/0006-86); e a Companhia.
(d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Alterações conforme item (e) abaixo.
(e) quadro societário antes e depois da operação	Quadro societário antes da operação: Quadro societário depois da operação:

15.7 - Principais Operações Societárias

(f) mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Aprovação pela unanimidade de acionistas da Companhia (presença de 100% do capital social).

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 15.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Unigel possui uma política de transações com partes relacionadas que visa a assegurar que todas as decisões com potencial conflito de interesses envolvendo a Companhia sejam tomadas tendo em vista os interesses da Companhia e de seus acionistas e, ainda, sejam conduzidas dentro de Condições de Mercado, prezando as melhores práticas de governança corporativa ("Política").

A Política aplica-se à Companhia, devendo ser observada pelos acionistas da Companhia, pelo pessoal-chave da administração (isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro), e pelos seus membros próximos da família (assim entendidos como aqueles membros da família dos quais se pode esperar que exerçam influência ou sejam influenciados pela pessoa nos negócios desses membros com a entidade e incluem: (a) os filhos da pessoa, cônjuge ou companheiro(a); (b) os filhos do cônjuge da pessoa ou de companheiro(a); e (c) dependentes da pessoa, de seu cônjuge ou companheiro(a).

Para os fins da Política, consideram-se "Condições de Mercado" aquelas que observam os princípios da (i) competitividade (preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado); (ii) conformidade (aderência dos serviços prestados aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela Companhia, bem como aos controles adequados de segurança das informações); (iii) transparência (reporte adequado das condições acordadas com a devida aplicação, bem como reflexos destas nas demonstrações financeiras da Companhia); e (iv) equidade (estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminação ou privilégios e de práticas que assegurem a não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros). Na negociação entre Partes Relacionadas devem ser observados os mesmos princípios e procedimentos que norteiam negociações feitas pela Companhia com partes independentes.

Procedimento para Aprovação:

O Comitê de Auditoria deverá classificar as Transações com Partes Relacionadas em razão: (i) do montante envolvido; e (ii) de ser ou não operação no curso normal dos negócios, para determinar as instâncias competentes para sua análise e aprovação, na forma da Política.

A critério do Conselho de Administração, previamente à aprovação de transações específicas, o Conselho de Administração poderá solicitar à diretoria alternativas de mercado à transação em questão, ajustadas pelos fatores de risco envolvidos.

Toda e qualquer operação ou conjunto de operações cujo valor seja igual ou superior a R$ 50.000.00,000 (cinquenta milhões de reais), conforme sua demonstração financeira auditada imediatamente anterior ao momento de celebração da Transação com Parte Relacionada ("Montante Relevante") envolvendo a Companhia e qualquer Parte Relacionada, deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Política.

Caberá ao Comitê de Auditoria da Companhia classificar as Transações com Partes Relacionadas em razão do montante envolvido.

Todas as Transações com Partes Relacionadas que envolverem montante inferior ao Montante Relevante deverão ser previamente aprovadas pela Diretoria da Companhia, de acordo com os termos de seu Estatuto Social.

As Transações com Partes Relacionadas fora do Curso Normal dos Negócios serão submetidas ao Conselho de Administração, que deliberará sobre o assunto na forma do Estatuto Social.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso, somente poderão aprovar a Transação com Parte Relacionada, caso concluam ser equitativa e realizada no melhor interesse da Companhia sendo facultado, a seu exclusivo critério em observância da Política, condicionar a aprovação da Transação com Parte Relacionada às alterações que julgar necessárias.

Locais para consulta:

A Política pode ser consultada na sede da Companhia (Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar), no seu site de relações com investidores (invest.unigel.com.brinvest.unigel.com.br) e no site da CVM.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Cigel Participações S.A.	01/01/2012	22.000.000,00	8.625.492,28	R$ 22.000.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlador						
Objeto contrato	O objeto do contrato é a concessão sucessiva e recíproca de créditos e débitos entre as partes, por meio de lançamentos intercorrentes de valores em moeda corrente nacional.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	Qualquer das partes que deseje encerrar o contrato deve notificar a outra parte por escrito com 30 dias de antecedência. As partes poderão rescindir de pleno direito o contrato, sem a necessidade de cumprimento do prazo acima, na hipótese de ocorrência de: (i) falência, recuperação judicial ou insolvência de qualquer das partes; e (ii) protesto de quaisquer títulos de quaisquer das partes.						
Natureza e razão para a operação	Conta Corrente						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Compostos de Plásticos de Engenharia Ltda	30/09/2020	3.800.000,00	R$ 3.787.044,18	R$ 3.800.000,00	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Sociedade cujo sócio também é acionista indireto da Companhia.						
Objeto contrato	Compra e venda de poliestireno para Uso Geral (GPPS) da subsidiária da Companhia, Companhia Brasileira de Estireno, para a CPE. Como o relacionamento é de fornecimento de mercadoria, não há um único contrato que regula a relação entre as partes e sim a emissão de notas fiscais. Dessa forma, o valor reportado acima refere-se ao saldo existente constante na nota explicativa de transações com partes relacionadas da Companhia. Ainda: a data da transação é a última data-base para a informação.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Compra e venda de produtos						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Ergotrans Participações Ltda.	20/12/2018	0,00	R$ 13.400.785,00	Não aplicável	24 meses	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Empresa controlada por acionista indireto da Companhia.						

768

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Prestação de serviços de transporte rodoviário de produtos químicos de produção da Companhia e suas controladas pela Ergotrans. O montante envolvido no contrato envolve a prestação de serviços de frete, com base na tabela de preços padrão de frete conforme localidade (origem e destino) incluída no anexo do contrato.						
Garantia e seguros	A Ergotrans deverá manter as mercadorias a ela confiadas para transporte, cobertas pelo menos pelos seguros identificados no Contrato (e.g. seguro de responsabilidade civil do transportador rodoviário). Adicionalmente, não deverá contratar o seguro de responsabilidade civil facultativa do transportador rodoviário por desaparecimento de cargo no caso em que a Companhia e suas controladas apresentem carta de dispensa do direito de regresso.						
Rescisão ou extinção	O contrato pode ser resilido imotivadamente e sem qualquer ônus e a qualquer momento mediante manifestação expressa, a ser recebida ela outra parte, com a antecedência mínima de 90 dias da data da pretendida resilição. O contrato também será resolvido por iniciativa de qualquer das partes independentemente de aviso ou notificação, sem que caiba, em benefício da parte em face da qual foi solicitada a rescisão, qualquer reclamação, reparação de danos, indenização ou compensação, nos seguintes casos: (i) pedido ou decretação de insolvência, falência ou recuperação judicial da outra parte; (ii) não cumprimento de quaisquer das obrigações determinadas pelo contrato, desde que notificada, a parte infratora não sane a irregularidade em 60 dias contados do recebimento da notificação ou justifique o atraso; (iii) suspensão dos serviços, por qualquer tipo de fiscalização, falta de cumprimento de recomendações técnicas e administrativas, em sua execução, ou falta de alvarás e licenças que competiam à Ergotrans; (iv) transferência do contrato a terceiros sem a prévia anuência da outra parte; e (v) violações às obrigações legais, sobretudo, de natureza ambiental e social.						
Natureza e razão para a operação	Contratação de serviço de frete						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

769

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

(a) Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Contratos Cigel

A formalização da contratação da conta corrente com a Cigel foi deliberada e realizada pelos órgãos competentes da Companhia sem que tivesse havido qualquer participação da parte relacionada interessada na transação.

Contrato CPE

A formalização da contratação da CPE foi deliberada e realizada pelos órgãos competentes da Companhia sem que tivesse havido qualquer participação da parte relacionada interessada na transação.

Contrato Ergotrans

A formalização da contratação da Ergotrans foi deliberada e realizada pelos órgãos competentes da Companhia sem que tivesse havido qualquer participação da parte relacionada interessada na transação.

(b) Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Contrato Cigel

Os valores do Contrato referem-se exclusivamente aos dividendos a pagar em decorrência de participação societária na Companhia. Dessa forma, é aplicado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, em observância aos ajustes e reservas previstos, em relação ao lucro líquido da Companhia no referido exercício. Não há, portanto, qualquer ganho ou vantagem para qualquer parte envolvida.

Contrato CPE

Para ilustrar o caráter comutativo da venda de GPPS à CPE, apresentamos abaixo os preços praticados com esse player de janeiro de 2018 a julho de 2020, em comparação com o preço médio de venda do mesmo material no mercado interno e em comparação com o preço de venda médio de 2 grandes clientes que compram > 1,0 kt/m:

Contrato Ergotrans

Para que a Companhia optasse pela contratação da Ergotrans, foram realizadas cotações com outras empresas que prestavam o mesmo tipo de serviço, sendo que a Ergotrans apresentou as melhores condições para pagamento e preço para a Companhia. Vale ressaltar, também, que a Companhia possui

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

outros prestadores de serviços de frete, não sendo dependente, em qualquer medida relevante, da Ergotrans para desempenho de tal atividade.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Autorizado**				
10/08/2021	0,00		210.000.000	0	210.000.000
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
21/12/2015	276.185.469,00	Totalmente integralizado	414.297.488	0	414.297.488
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
21/12/2015	276.185.469,00	Totalmente integralizado	414.297.488	0	414.297.488
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
21/12/2015	276.185.469,00	Totalmente Integralizado	414.297.488	0	414.297.488

773

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não foram realizados aumentos do capital social da Companhia.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve bonificação, desdobramento ou grupamento de ações da Companhia.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 17.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. Após isso, o lucro líquido será destinado na seguinte ordem antes de distribuído o dividendo mínimo obrigatório: (i) 5% para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social subscrito da Companhia, respeitados os limites da Lei nº 6.404/1976; e (ii) do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976, se existente, 25% do lucro líquido do exercício serão distribuídos como dividendo obrigatório aos acionistas, sendo certo que quaisquer retenções de dividendos deverão ser justificadas por meio de orçamento de capital, nos termos da lei.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Observado o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor patrimonial, constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Sim
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	Deliberação da Assembleia Geral da Companhia que deverá determinar a fórmula de cálculo do valor de resgate.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Competência privativa da Assembleia Geral da Companhia para deliberação que altera os dispositivos do Estatuto Social, nos termos do artigo 7º, “(i)” do Estatuto Social da Companhia.
Outras características relevantes	A Companhia solicitou a admissão de suas ações à negociação no segmento do Novo Mercado da B3.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

A Companhia não possui regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos.

Com relação à regra estatutária que os obriguem a realizar oferta pública, o Estatuto Social da Companhia determina que a alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Ainda, a saída da Companhia do Novo Mercado deverá ser necessariamente precedida de uma oferta pública para aquisição de ações da Companhia, exceto caso haja dispensa pelos acionistas reunidos em assembleia geral, conforme previsto no Regulamento do Novo Mercado e que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

O Estatuto Social não estabelece exceções ao exercício de direitos patrimoniais ou políticos dos acionistas. Todavia, os acionistas terão seus direitos suspensos, na forma do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, caso não cumpram obrigação imposta pela lei ou pelo estatuto, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação. Adicionalmente, nos termos do artigo 171, parágrafo 4 e do artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, o direito de preferência pode estar sujeito a prazo decadencial, estabelecido pelo Estatuto Social e não inferior a trinta dias, bem como poderá haver hipóteses de exclusão do direito de preferência.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. Não obstante, o registro da oferta pública inicial de ações da Companhia está sendo requerido junto à CVM e a admissão à negociação de suas ações foi pleiteada perante a B3. Após a concessão dos referidos registros, as ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos que não suas ações.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação. O registro da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia e a admissão das ações de sua emissão à listagem no segmento Novo Mercado da B3 estão sendo requeridos junto à CVM e à B3. Uma vez concedidos os registros, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não aplicável, posto que, na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior. Para mais informações sobre os bonds emitidos pela Unigel Luxembourg, controlada da Companhia, vide item 18.12 deste Formulário de Referência.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Não aplicável, uma vez que nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de distribuição relativas a valores mobiliários da Companhia, pela própria Companhia ou por quaisquer terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

(a) Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, pois, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, pois, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, pois, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Não aplicável, dado que a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiros nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Emissão de Bonds pela Unigel Luxembourg:

Em 22 de maio de 2018 e 26 de setembro de 2019, a Unigel Luxembourg S.A., controlada da Companhia ("Unigel Luxembourg"), realizou duas emissões de bonds no valor total de US$200.000.000,00 e US$420.000.000,00, com juros de 10,5% a.a. e 8,75% a.a., respectivamente. Os bonds da primeira emissão foram parcialmente pagos com os recursos captados por meio da segunda emissão de bonds, os quais vencerão em 1º de outubro de 2026. A Companhia, a Acrilonitrila do Nordeste S.A., a Companhia Brasileira de Estireno, a Proquigel Química S.A. e a Plastiglas de México S.A. de C.V. garantiram a emissão. Os bonds estão listados e são negociados na bolsa de valores de Singapura (*Official List of the Singapore Exchange Securities Trading Limited - SGX-ST*).

Adicionalmente, a Unigel Luxembourg emitiu novos bonds em 19 de janeiro de 2021, no valor total de US$ 110.000.000,00, com juros de 8,75% a.a. e vencimento em 1º de outubro de 2026. Os bonds possuem os mesmos termos e condições dos bonds emitidos em 26 de setembro de 2019. Os recursos foram utilizados para pagamento de determinadas dívidas de curto prazo e da primeira emissão de bonds da Companhia, além de reforço de capital de giro e gastos de capital para a expansão para o agronegócio). A Companhia, a Companhia Brasileira de Estireno, a Proquigel Química S.A. e a Plastiglas de México S.A. de C.V. garantiram a emissão. Os bonds estão listados e são negociados na bolsa de valores de Singapura (*Official List of the Singapore Exchange Securities Trading Limited - SGX-ST*).

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de sua emissão.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários mantidos em tesouraria.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação	**10/08/2021**
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	Acionista(s) Controlador(es), os administradores, os membros do conselho fiscal, quando instalado, os membros de quaisquer órgãos da Companhia com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou, ainda, conforme identificação realizada pelo Diretor de Relações com Investidores (Diretor Responsável) (i) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia, seus controladores, controladas ou coligadas, possa vir a ter conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante, incluindo empregados, estagiários e outros colaboradores, e (ii) terceiros que, em virtude de relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, possam vir a ter conhecimento de informação relativa a Ato ou Fato Relevante, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição ("Associados com Acesso a Informação Privilegiada"), sendo todas em conjunto consideradas "Pessoas Vincul

Principais características e locais de consulta

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Companhia ("Política de Divulgação e Negociação") tem como propósito disciplinar os procedimentos internos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358, bem como estabelecer regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Companhia, visando à negociação transparente e ordenada dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia e evitando o uso inadequado de Informações Privilegiadas. A Política pode ser consultada na sede da Companhia (Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar), no seu site de relações com investidores (invest.unigel.com.br) e no site da CVM.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização	As Pessoas Vinculadas e as Pessoas Ligadas que possam ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários, até que esta a divulgue ao mercado na forma de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358. É vedada ainda a negociação de valores mobiliários por Pessoa Vinculada ou por Pessoas Ligada que possa ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia: (i) quando: (a) estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela própria Companhia, suas sociedades controladas, sociedades coligadas ou outra sociedade sob controle comum; ou (b) houver sido outorgada opção ou mandato para este fim; ou (ii) se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia. As Pessoas Vinculadas tampouco poderão negociar os valores mobiliários de emissão da Companhia: (i) no período de 15 dias corridos que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP), exigidas pela CVM; (ii) em período a ser determinado pelo diretor de relações com investidores, compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente, de aumentar o capital social, distribuir resultados, bonificações em ações ou seus derivativos ou aprovar desdobramento, e a publicação dos respectivos editais ou anúncios. Ex-administradores que se afastarem da administração antes da divulgação pública de ato ou fato relevante relativo a negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários pelo prazo de seis meses após o seu afastamento ou até que o referido ato ou fato relevante tenha sido divulgado, o que ocorrer por último. Caso tenha sido celebrado qualquer acordo ou contrato visando à transferência do controle acionário, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária, e enquanto a operação não for tornada pública por meio da publicação de fato relevante, o conselho de administração da Companhia não poderá deliberar a aquisição ou alienação de ações de própria emissão. Caso, após a aprovação de programa de recompra, ocorra fato que se enquadre em qualquer das hipóteses acima, a Companhia suspenderá imediatamente as operações com valores mobiliários de sua própria emissão até a divulgação do respectivo ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358. As vedações disciplinadas na Política de Divulgação e Negociação também se aplicam às negociações realizadas, direta ou indiretamente, pelas Pessoas Vinculadas nos casos em que estas negociações se deem por intermédio de: (i) Pessoas Ligadas; (ii) terceiros com quem tiverem celebrado contrato de administração de carteira de valores mobiliários ou de negócio fiduciário (trust); ou (iii) qualquer pessoa que tenha tido conhecimento de informação privilegiada, por intermédio de qualquer das Pessoas Vinculadas, sabendo que esta ainda não foi divulgada ao mercado. É vedado à Companhia e às Pessoas Vinculadas contratar opções ou derivativos aos valores mobiliários referenciados. As vedações a negociação de valores mobiliários da Companhia deixarão de vigorar tão logo a Companhia divulgue a informação privilegiada aplicável ao mercado. Caberá ao diretor de relações com investidores eleito para exercer as atribuições previstas nas instruções e regulamentações da CVM, a execução, o acompanhamento e a fiscalização da Política de Divulgação e Negociação da Companhia.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 20.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Exceto pela Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Unigel Participações S.A. ("Política de Divulgação e Negociação"), a Companhia não adota qualquer outra norma, regimento ou procedimento interno relativo à divulgação de informações.

De acordo com a legislação e as normas da CVM em vigor, em especial a Lei das Sociedades por Ações e as Instruções CVM 358 e 480, toda e qualquer companhia de capital aberto deve, como regra geral, apresentar à CVM determinadas informações periódicas, tais como informações financeiras trimestrais e demonstrações financeiras anuais acompanhadas do relatório da administração e do relatório dos auditores independentes, bem com o arquivar junto à CVM quaisquer acordos de acionistas existentes, avisos concernentes às assembleias gerais de acionistas e cópias de atas e comunicados relativos à divulgação de atos ou eventuais fatos relevantes. Nesse sentido, a Companhia deve cumprir com as normas e legislação relacionadas acima.

A Instrução CVM 358 disciplina, ainda, algumas regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e a aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante, os quais originam a obrigatoriedade de divulgação de informações ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, resoluções de assembleia geral de acionistas ou da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, financeiros ou econômicos relacionados com os negócios da Companhia que possam influenciar o preço de suas ações e/ou a decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais ações ou de exercer quaisquer direitos subjacentes às ações;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da Companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a Companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, bem como a ocorrência de qualquer reestruturação societária realizada entre as sociedades relacionadas à Companhia em questão;
- obrigam a companhia de capital aberto a divulgar atos ou fatos relevantes à CVM, bem como ao mercado em geral, por meio da publicação dos referidos atos ou fatos relevantes nos jornais geralmente utilizados pela referida companhia ou em portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto divulguem à CVM o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas subsidiárias e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando, ainda, quaisquer mudanças em referidas posições acionárias;
- exigem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração de uma companhia de capital aberto alterem sua

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

participação direta ou indireta, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social de companhia aberta, referido acionista ou entidade divulgue as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e

- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

O texto completo da Política de Divulgação e Negociação poderá ser encontrado na página de relação com investidores da Companhia (invest.unigel.com.br), bem como fisicamente na sede social da Companhia, e ainda, no site da CVM (http://www.cvm.com.br).

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Unigel Participações S.A. ("Política de Divulgação e Negociação") tem como propósito disciplinar os procedimentos internos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM 358, bem como estabelecer regras que deverão ser observadas pelas Pessoas Vinculadas e pela Unigel Participações S.A. ("Companhia"), visando à negociação transparente e ordenada dos Valores Mobiliários de emissão da Companhia e evitando o uso inadequado de Informações Privilegiadas.

PROCEDIMENTOS DE DIVULGAÇÃO DA UNIGEL:

A divulgação e comunicação à CVM e às Entidades do Mercado de Ato ou Fato Relevante, pelos canais institucionais de comunicação da Companhia, assim como a adoção dos demais procedimentos aqui previstos, é obrigação do Diretor Responsável.

O Ato ou Fato Relevante deverá ser:

(a) divulgado por meio de portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade; e

(b) disponibilizado (i) na página do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.Net); e (ii) no site de Relações com Investidores da Companhia (*invest.unigel.com.br*) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM.

A informação constante de Ato ou Fato Relevante deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do Diretor Responsável, seja considerado de maior complexidade, deverá constar da informação divulgada uma explicação sobre o seu significado.

Na hipótese de veiculação de Ato ou Fato Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o Diretor Responsável divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida nesta Política.

As Pessoas Vinculadas serão responsáveis por comunicar ao Diretor Responsável todo e qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do Diretor Responsável, que promoverá sua divulgação, nos termos da Política de Divulgação e Negociação.

a) As pessoas referidas acima deverão verificar se o Diretor Responsável tomou as providências prescritas nesta Política em relação à divulgação da respectiva informação.

b) A comunicação ao Diretor Responsável deverá ser feita por meio de correio eletrônico, para o endereço: ri@unigel.com.br

c) Caso as pessoas mencionadas acima constatem omissão do Diretor Responsável no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, tais pessoas deverão comunicar imediatamente o Ato ou Fato Relevante à CVM, nos termos da Instrução CVM 358.

Sempre que a CVM ou as Entidades do Mercado exigirem do Diretor Responsável esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários, deverá o Diretor Responsável inquirir as pessoas com acesso a Atos ou Fatos Relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

As pessoas inquiridas deverão responder à solicitação do Diretor Responsável imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o Diretor Responsável ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das Entidades do Mercado, as pessoas em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes para o endereço ri@unigel.com.br.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser feita, simultaneamente à CVM e às Entidades de Mercado, preferencialmente após o encerramento dos negócios nos mercados em que os Valores Mobiliários sejam negociados, tanto em Entidades do Mercado brasileiras quanto em estrangeiras.

a) Caso seja necessária a divulgação antes do início dos negócios, tal divulgação deverá ocorrer, sempre que possível, com, pelo menos 1 (uma) hora de antecedência da abertura da sessão de negociação.

b) Em qualquer hipótese de incompatibilidade, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

c) Caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor Responsável poderá, ao comunicar o Ato ou Fato Relevante, solicitar, sempre simultaneamente às Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da respectiva informação, observados os procedimentos previstos nos regulamentos editados pelas Entidades do Mercado sobre o assunto.

d) O Diretor Responsável deverá estabelecer e divulgar ao mercado, com antecedência compatível com os padrões de mercado e de acordo com a regulamentação aplicável, especialmente o artigo 29 do Regulamento do Novo Mercado, as datas em que serão divulgados os resultados trimestrais, semestrais ou anuais, devidamente auditados, da Companhia.

A Companhia poderá adotar a prática de divulgar ao mercado suas expectativas de desempenho futuro (*guidance*), tanto de curto como de longo prazo, principalmente no que se refere aos aspectos financeiros e operacionais dos seus negócios, por decisão do Conselho de Administração, observado que a divulgação de tais expectativas enseja a restrição de negociação aposta no parágrafo 4º do artigo 13 da Instrução CVM 358.

Na hipótese de divulgação de tais expectativas, deve ser observado o seguinte:

(i) tais estimativas devem ser razoáveis e vir acompanhadas de premissas relevantes, parâmetros e metodologia adotados, bem como identificadas como dados hipotéticos que não constituem promessa de desempenho e razoáveis;

(ii) os resultados ou informativos elaborados em consonância com padrões contábeis estrangeiros devem apresentar a reconciliação para as práticas contábeis brasileiras, bem como a reconciliação com as rubricas contábeis expressas diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, obtidas pelos critérios contábeis adotados no Brasil;

(iii) caso os dados apresentados sejam de terceiro, a respectiva fonte deve ser apresentada;

(iv) caso as informações divulgadas envolvam a elaboração de projeções, deve ser apresentado confronto com os resultados efetivamente obtidos, por ocasião da divulgação do Formulário de Informações Trimestrais (ITR) e do Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) da Companhia;

(v) as projeções e estimativas divulgadas devem ser incluídas no formulário de referência da

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Companhia; e

(vi) se as projeções divulgadas forem descontinuadas, esse fato deverá ser informado, acompanhado dos motivos que levaram à sua perda de validade, na forma de Ato ou Fato Relevante.

EXCEÇÃO À DIVULGAÇÃO

Os Atos ou Fatos Relevantes podem, excepcionalmente, deixar de ser divulgados se o Acionista Controlador ou a administração da Companhia entenderem que sua revelação colocará em risco interesse legítimo da Companhia, devendo obrigatoriamente ser adotados os procedimentos estabelecidos nesta Política com o propósito de garantir o sigilo de tais informações.

O Diretor Responsável divulgará imediatamente o Ato ou Fato Relevante mantido em sigilo se a informação relevante se tornar conhecida, parcial ou totalmente, ou se ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciada ou, ainda, na hipótese de a CVM ou Entidades do Mercado decidirem pela divulgação.

O Acionista Controlador ou os administradores, deverão solicitar ao Diretor Responsável, que divulgue imediatamente o Ato ou Fato Relevante mantido em sigilo, em qualquer das hipóteses mencionadas acima.

Caso o Diretor Responsável não tome as providências necessárias para à imediata divulgação referida, caberá, conforme aplicável, ao próprio Acionista Controlador ou aos administradores a adoção das referidas providências.

O Diretor Responsável deverá sempre ser informado de Ato ou Fato Relevante mantido sob sigilo, sendo de sua responsabilidade, em conjunto com as demais pessoas que tiverem conhecimento de tal informação, zelar pela adoção dos procedimentos adequados para a manutenção do sigilo.

Sempre que houver, por parte daqueles que tenham conhecimento de Ato ou Fato Relevante mantido em sigilo, dúvida quanto à legitimidade da não divulgação da informação, deverá a questão ser submetida à CVM, na forma prevista nas normas aplicáveis.

PROCEDIMENTOS PARA PRESERVAÇÃO DE SIGILO:

O Acionista Controlador, os diretores, os membros do Conselho de Administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, quando instalados, além dos demais empregados e agentes da Companhia, deverão preservar o sigilo das informações confidenciais pertinentes a Atos ou Fatos Relevantes às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupem, não utilizando essas informações para a obtenção de vantagem para si ou para outros, sempre respeitando os procedimentos estabelecidos nesta Seção 6, até sua efetiva divulgação ao mercado, assim como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, responsabilizando-se solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

a) Para efeitos da Política, entre os terceiros citados acima incluem-se quaisquer pessoas que possam ter conhecimento a informações relativas a Atos ou Fatos Relevantes, tais como consultores, auditores independentes e assessores.

b) A pessoa sujeita ao dever de sigilo que se desligar da Companhia, ou que deixar de participar do negócio ou do projeto a que se referirem os Atos ou Fatos Relevantes, continuará sujeita ao sigilo até que tais informações sejam divulgadas ao mercado e aos órgãos competentes.

Para o propósito de preservação do sigilo a que se refere acima, as pessoas ali mencionadas deverão observar e zelar pela observância dos seguintes procedimentos, sem prejuízo da adoção de outras medidas que se mostrem apropriadas diante de cada situação concreta:

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

(i) divulgar a informação confidencial estritamente àquelas pessoas que dela imprescindivelmente precisem tomar conhecimento;

(ii) não discutir a informação confidencial na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ainda que se possa esperar que referido terceiro não possa intuir o significado da conversa;

(iii) não discutir a informação confidencial em conferências telefônicas abertas ao público investidor em geral;

(iv) manter documentos de qualquer espécie referentes à informação confidencial, inclusive anotações pessoais manuscritas, em local, ao qual tenha acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação;

(v) gerar documentos e arquivos eletrônicos referentes à informação confidencial sempre com proteção por sistemas de senha;

(vi) não circular internamente os documentos que contenham informação confidencial, os quais deverão ser sempre entregues diretamente ao destinatário;

(vii) não enviar documentos com informação confidencial por fac-símile, a não ser quando haja certeza de que apenas pessoa autorizada a tomar conhecimento da informação terá acesso ao aparelho receptor; e

(viii) sem prejuízo da responsabilidade daquele que estiver transmitindo a informação confidencial, exigir de terceiro externo aa Companhia que precise ter acesso à informação a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual deve ser especificada a natureza da informação e constar a declaração de que o terceiro reconhece o seu caráter confidencial, comprometendo-se a não divulgá-la a qualquer outra pessoa e a não negociar com Valores Mobiliários antes da divulgação da informação ao mercado.

Quando a informação confidencial precisar ser divulgada a empregado ou agente da Companhia ou a outra pessoa que ocupe cargo, função ou posição na Companhia, seus controladores, controladas ou coligadas, que não seja diretor, membro do Conselho de Administração ou do conselho fiscal da Companhia, a pessoa responsável pela transmissão da informação deverá se certificar de que a pessoa que a está recebendo tem conhecimento da Política de Divulgação e Negociação, exigindo ainda que assine o termo de confidencialidade antes de lhe facultar acesso à informação.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da Política de Divulgação e Negociação da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta seção 21.